

# Portugal Islâmico

Os  
últimos  
sinais  
do  
Mediterrâneo
















Sala leitura

Museu Nacional de Arqueologia

# Portugal Islâmico

Os  
últimos  
sinais  
do  
Mediterrâneo



	Museu Nacional de Arqueologia Biblioteca
Data	5/1/99
Nº Registo	4/99

# exposição

## COMISSÁRIOS CIENTÍFICOS

Cláudio Torres (Campo Arqueológico de Mértola)  
Santiago Macías (Campo Arqueológico de Mértola)

## COMISSÁRIA EXECUTIVA

Olinda Sardinha

## CONSULTORES

Artur Goulart de Melo Borges  
Clementino Amaro  
José Luis de Matos

## ASSESSORIA TÉCNICA

Adel Sidarus  
Adolfo Silveira  
Fernando Real  
Isabel Cristina Ferreira Fernandes  
Maria Luísa Guerreiro Jacinto  
Susana Gómez Martínez

## ARQUITECTURA

Carlos Severo  
João Vieira Caldas

## DESIGN GRÁFICO

TVM - Designers

## FOTOGRAFIA

António Cunha  
Benjamim Enes Pereira

## TRADUÇÕES

Cidália Duarte

## CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Margarida Santos  
Conservação preventiva:  
Isabel Pinheiro de Almeida  
Nuno Moreira  
Mathias Tissot  
Campo Arqueológico de Mértola:  
Manuel Passinhas da Palma (coordenação)  
Alice Guedelha  
Guilhermina Bento  
Lígia Rafael

## EXECUÇÃO DA OBRA

Metalúrgica Progresso de Sacavém  
(coordenação de Helder Alves)

## LUMINOTECNIA

Silvino Maio e Lacerda Moreira Lda,  
(assistidos por Salvador Baptista)  
Modernilux Lda.

## TRANSPORTE DE PEÇAS

Instituto Português de Museus:  
Fernando Mota Carneiro (coordenação)  
António Manuel Marques Serra  
José Lima da Silveira  
Empresa transportadora: RN Trans  
Companhia de Seguros: Lusitânia

## MONTAGEM

Equipe do Museu Nacional de Arqueologia  
Luís Filipe Antunes  
Margarida Cunha  
Maria Luísa Guerreiro Jacinto  
Coordenação:  
Carlos Severo  
João Vieira Caldas  
Olinda Sardinha

## MAQUETAS

Norigem. Estudos e projectos de arquitectura

## RÉPLICAS

Centro de Arqueologia de Almada

## POSTAIS

Cromotipo. Artes Gráficas



# catálogo

## COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Santiago Macías  
Cláudio Torres

## AUTORES

### Textos

Adel Sidarus  
Alexandre Nobre Pais  
António Borges Coelho  
Artur Goulart de Melo Borges  
Cláudio Torres  
Clementino Amaro  
Christophe Picard  
Eva-Maria von Kemnitz  
Fernando Branco Coerrea  
Helena Catarino  
Hermenegildo Fernandes  
João Pedro de Oliveira Monteiro  
José Rodrigues Marinho  
Manuel Luís Real  
Maria Filomena Lopes de Barros  
Rosa Varela Gomes  
Santiago Macías  
Susana Gómez Martínez  
Teresa Júdice Gamito

### Fichas

Adel Sidarus (AS)  
Alexandre Nobre Pais (ANP)  
Ana Arruda (AA)  
André Bento (AB)  
Artur Goulart de Melo Borges (AGMB)  
Campo Arqueológico de Mértola (CAM)  
Carla Lopes (CL)  
Catarina Viegas (CV)  
Cláudio Torres (CT)  
Clementino Amaro (CA)  
Francisca Ribeiro (FR)  
Eva-Maria von Kemnitz (EVK)  
Helena Catarino (HC)  
Bda Azeit (IA)  
Isabel Cristina Ferreira Fernandes (ICFF)  
Isabel Lúcia (IL)  
Joaquim Oliveira Caetano (JOC)  
João Pedro de Oliveira Monteiro (JPOM)  
Jorge Custódio (JC)  
José Luís de Matos (JLM)  
José Moraes Arnaud (JMA)  
José Rodrigues Marinho (JRM)  
Lúcia Cardoso Rosas (LCR)  
Manuel Luís Real (MLR)  
Manuel Maia (MM)  
Manuela Alves Dias (MAD)  
Maria Maia (MM)  
Maria Ramalho (MR)  
Miguel Luís Vieira Rego (MLVR)  
Pedro Miguel Ferrão (PMF)  
Rosa Varela Gomes (RVG)  
Santiago Macías (SM)  
Susana Gómez Martínez (SGM)  
Teresa Júdice Gamito (TJG)

### Fichas resumidas

Campo Arqueológico de Mértola - Cat. nº: 27, 28; 33, 34; 36;  
40, 41; 42, 44; 46; 47; 48; 50; 78; 79; 80; 81; 84; 110; 120;  
121; 123; 124; 125; 126; 128; 129; 130; 134; 135; 147; 150;  
151; 153; 154; 155; 157; 171; 172; 173; 187  
Carla Lopes - Cat. nº: 103; 170; 176  
Catarina Viegas/Ana Arruda - Cat. nº: 102; 113; 143; 178  
Clementino Amaro - Cat. nº: 31; 105; 106; 185; 188; 252; 253  
Eva-Maria von Kemnitz - Cat. nº: 3; 5; 6; 7; 35; 75; 82; 90;  
181; 188; 190; 202; 204; 205; 216; 219; 220; 221; 222; 223;  
225; 226; 264; 267; 329  
Francisca Ribeiro - Cat. nº: 320  
Helena Catarino - Cat. nº: 55; 60; 109; 111; 118; 160; 186; 217;  
201; 224; 231; 296; 267  
Bda Azeit - Cat. nº: 328; 336; 337; 338; 339  
Isabel Cristina F. Fernandes - Cat. nº: 15; 108; 115; 146; 233;  
243  
Isabel Lúcia - Cat. nº: 112; 136; 159  
José Moraes Arnaud - Cat. nº: 10  
José Rodrigues Marinho - Cat. nº: 247; 249; 250  
Lúcia Rabel - Cat. nº: 72; 137; 138; 139; 142; 192; 198; 197;  
209; 210; 211; 212; 213; 214; 215; 216; 227; 228; 229; 230;  
234; 244; 245; 246; 254; 255; 256; 257; 258; 259; 260; 261;  
263; 268; 269; 273; 274; 275; 276; 278; 279; 286; 281; 292;  
295; 322  
Manuel Luís Real - Cat. nº: 14 e 17  
Manuel Maia / Maria Maia - Cat. nº: 85 e 87  
Pedro Miguel Ferrão - Cat. nº: 4; 13  
Rosa Varela Gomes - Cat. nº: 1; 2; 39; 70; 86; 91; 89; 88; 131;  
132; 143; 162; 167; 167; 168; 169; 174; 175; 177; 179; 180;  
182; 183; 184; 194; 201; 206; 207; 208; 239; 240; 251; 277;  
321  
Santiago Macías - Cat. nº: 12; 148; 236; 237; 238; 241; 321  
Susana Gómez Martínez - Cat. nº: 28; 30; 32; 56; 57; 59; 76;  
77; 82; 83; 95; 96; 97; 98; 100; 104; 107; 114; 117; 118; 119;  
127; 143; 144; 149; 156; 158; 161

## ASSESSORIA TÉCNICA

Olinda Sardinha e Maria Luísa Guerreiro Jacinto

## TRATAMENTO INFORMÁTICO DOS TEXTOS

Maria Luísa Guerreiro Jacinto

## ORGANIZAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA

Lúcia Cristina Coito

## DESIGN GRÁFICO

TVM - Designers

## FOTOGRAFIA

Arquivo Nacional de Fotografia  
Coordenação: Vitória Mesquita e José Pessoa  
Fotógrafos José Pessoa assistido por  
Alexandra Pessoa, José António Moreira,  
Francisco Matias, José Rúbio e Manuel Palma

As fotografias que acompanham os textos são  
dos respectivos autores, com excepção das  
páginas 44, 51, 110, 126, 127-topo, 128,  
312 (António Cunha), 297, 298, 299 (Arquivo  
Nacional de Fotografia) e 50 (Domingos Alvão)

## PRÉ-IMPRESSÃO

Espaço 2 Gráfico

## IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Printer Portuguesa

ISBN 972-776-000-7

DEPÓSITO LEGAL 124783/98



# agradecimentos

O Museu Nacional de Arqueologia agradece a todas as entidades que cederam peças ou documentos (gráficos ou sonoros) para esta exposição:

Ana Arruda  
André Bento  
António das Dores Martins  
Catarina Viegas  
Francisco Vítor Soares Paquete e família  
Helena Catarino  
José Pedro Caiado  
José Rodrigues Marinho  
Leonel Borrela  
Teresa Júdice Gamito

Banco Comercial Português  
Cabido da Sé Metropolitana Patriarcal de Lisboa  
Cabido da Sé de Braga  
Câmara Municipal de Barrancos  
Câmara Municipal de Lisboa  
Câmara Municipal de Mértola  
Câmara Municipal de Tavira  
Campo Arqueológico de Mértola  
Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses  
Centro de Estudos de Etnologia  
Direcção Regional do IPPAR, Évora  
Gabinete de Arqueologia da Universidade do Algarve, Faro  
Instituto Português de Arqueologia  
Instituto Português do Património Arquitectónico  
Lusotur  
Museu Arqueológico do Carmo, Associação dos Arqueólogos Portugueses  
Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, Faro  
Museu da Cidade, Lisboa  
Museu Nacional de Etnologia, Lisboa  
Museu Municipal de Pedro Nunes, Alcácer do Sal  
Museu Municipal de Arqueologia de Loulé  
Museu Municipal de Arqueologia de Silves  
Museu Municipal de Moura  
Museu Municipal de Palmela  
Museu Municipal de Santarém  
Museu Municipal de Santiago do Cacém  
Museu Municipal de Serpa  
Museu de António Thomaz Pires, Elvas  
Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa  
Museu Nacional do Azulejo, Lisboa  
Museu Nacional de Machado de Castro, Coimbra  
Museu Regional Rainha D. Leonor, Beja  
Museu de Setúbal, Convento de Jesus  
Museu de Évora  
Museu Numismático Português, Imprensa Nacional-Casa da Moeda  
Palácio da Vila, Sintra

Na continuidade do ciclo de sínteses nacionais sobre os sucessivos períodos históricos que precederam a fundação da nacionalidade portuguesa, o Museu Nacional de Arqueologia apresenta agora aos públicos nacionais e estrangeiros aquela que porventura terá sido a mais esperada exposição desta sequência, dedicada ao período islâmico em Portugal.

Como sempre, a expectativa vai de mãos dadas com a perspectiva da descoberta, que o sentimento de ignorância potencia. E não há certamente período histórico recente em que esta sensação de vazio mais nos incomode. Não é só o povo que, na sua sabedoria, atribuindo "aos mouros" tudo o que historicamente nos precede, estabelece fronteiras. É toda a nossa historiografia, que durante séculos nos manteve alheados do "outro", de quem nos diziam pouco termos aprendido, senão umas quantas produções e técnicas agrícolas que de todo foi impossível aferrolhar em arquivos ou esconder debaixo da terra. Lembramo-nos ainda do choque que, no início dos anos 70, nos provocou a sementeira nova onde, algo subversivamente, António Borges Coelho nos dava a conhecer uma "civilização do silêncio", que depressa sentimos fazer parte do nosso património comum. Mas esse foi apenas um primeiro passo.

É certo que nos anos seguintes assistimos à crescente afirmação dos estudos sobre a presença islâmica em Portugal, que pouco a pouco foram ganhando adeptos entre os nossos medievalistas. Faltava todavia a dimensão material para que se pudesse passar das palavras às coisas, dos textos às pessoas, dos ornamentos às continuidades populacionais. Tardou a consegui-lo. Foi preciso demonstrar que a arqueologia não terminava no Mundo Antigo; foi preciso criar novos pólos de desenvolvimento disciplinar e povoá-los com uma nova geração de investigadores; foi, enfim, preciso romper com os espartilhos de rotinas impostas por mestres e instituições respeitáveis, mas demasiado acomodados.

A árvore cresceu entretanto e começou a dar frutos. Organizaram-se mostras itinerantes; instalaram-se núcleos museológicos; lançaram-se revistas; editaram-se monografias; promoveram-se congressos. É hoje impossível escrever a história portuguesa medieval, especialmente antes da fundação da nacionalidade, sem os contributos decisivos



que provém das alcáçovas de Mértola ou de Silves, só para falar em dois dos mais emblemáticos centros desta renovação disciplinar. Mas faltava ainda fazer convergir toda essa soma de conhecimentos numa exposição globalizante, nacional, onde inscrições e capitéis, casas comuns e palácios, cisternas e poços, templos e necrópoles, loiças e adornos, moedas e jogos... nos revelassem o património islâmico e as suas memórias, com o colorido e vivacidade que só a prova material pode dar.

É este o sentido da exposição "Portugal Islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo". Nenhuma das exposições anteriores, inscritas neste ciclo, possuiu o mesmo estatuto de incursão em terra incógnita. Em nenhuma terá sido tão amplo o número de objectos nunca antes vistos pelo grande público. Em nenhuma terá sido tão limitada a contribuição dos acervos históricos dos museus nacionais. Em nenhuma se fez tanto caminho, caminhando.

Daí as palavras finais de reconhecimento que se impõem a todos os que verdadeiramente tornaram possível esta exposição. Mais do que qualquer outra, ela ficou sobretudo a dever-se à disponibilidade, ao esclarecido sentido do interesse nacional quase diríamos, das dezenas de instituições e personalidades que, de Norte a Sul do País, aceitaram ceder a maior parte dos objectos reunidos. A todos, o nosso profundo agradecimento, aliás extensivo aos numerosos investigadores que redigiram textos para o catálogo e enriqueceram o guião elaborado por Cláudio Torres e Santiago Macias, comissários científicos que, para além de terem sido "o corpo e a alma" da exposição, sempre indulgentes para com as nossas insuficiências e disponíveis para resolver os inúmeros escolhos do dia-a-dia, se confirmaram no estatuto de velhos amigos, com quem a equipa do Museu Nacional de Arqueologia teve o gratíssimo prazer de novamente colaborar.

Luís Raposo

DIRECTOR DO MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

### **nota prévia**

Os coordenadores do catálogo respeitaram, na edição final dos textos, e após a revisão de provas que os autores efectuaram, os diferentes critérios de transliteração do árabe que foram utilizados. Por razões de ordem gráfica, uniformizou-se apenas a expressão "Charb al-Ándalus" nos títulos dos textos que integram o catálogo.

Apesar de estar ainda em aberto a discussão sobre a nomenclatura a aplicar às peças em cerâmica, foi necessário, e a fim de facilitar o percurso de visita, uniformizar as designações a atribuir a esses materiais, segundo critérios e opções que são da exclusiva responsabilidade do comissariado da exposição.

## apresentação

Os primeiros anos do século VIII marcam o início da islamização do Sul de Portugal, o Gharb al-Ándalus citado pelos geógrafos árabes. Ao contrário do que durante muitas décadas se afirmou, a islamização não foi um acto de conquista militar com a massiva invasão de milhares de árabes ou berberes, feita sobre as ruínas do Mundo Antigo. As velhas rotas comerciais do Mediterrâneo continuaram a ser trilhadas pelos descendentes já islamizados dos fenícios, gregos e bizantinos para quem este grande Mar Interior não tinha segredos. Em particular nestes territórios do Ocidente peninsular foram muito fortes os fenómenos de continuidade civilizacional e mesmo de uma certa autonomia política.

É certo que a islamização nunca teve, nas regiões do extremo ocidental da Península Ibérica, a exuberância das grandes cidades andaluzas. A ausência de peças arquitectónicas de notória monumentalidade, como a mesquita de Córdova ou a Giralda de Sevilha, contribuiu também para uma certa desvalorização dos cinco séculos e meio da História de Portugal que correspondem a este período.

Até há pouco mais de um quarto de século os vestígios da islamização existentes em museus portugueses cingiam-se a uma pequena colecção de fragmentos cerâmicos, algumas lápides funerárias e uns quantos capitéis. A moderna arqueologia islâmica, iniciada no nosso País com as escavações de Vilamoura, dirigidas por José Luis de Matos, tem vindo a alterar substancialmente esse panorama. Para isso muito têm contribuído os trabalhos arqueológicos em curso em todo o Sul de Portugal, com natural destaque para os projectos de Mértola e de Silves. Não só dispomos hoje de quantidades apreciáveis de provas materiais como, facto de maior relevo, começamos a ter um conhecimento das várias facetas da história do Gharb al-Ándalus que seria impensável há pouco mais de uma dezena de anos.

Com a exposição *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, tentamos recuperar a memória do que nos foi legado por cinco séculos que, apesar de intensamente vividos, fazem ainda parte de um dos capítulos mais obscuros da nossa História. Os textos deste catálogo procuram apresentar um panorama sobre a islamização no ocidente peninsular, tomando quase sempre a arqueologia como ponto de partida.

Cingindo-nos, na exposição, ao que a arqueologia e as colecções dos museus conseguiram reunir, optámos por mostrar em áreas temáticas os artefactos escolhidos para testemunhar o *Portugal Islâmico*, a começar pela herança do Mundo Antigo e incluindo domínios tão diversos como o dos objectos do quotidiano ou o dos testemunhos da guerra ou da morte. Para além de um conjunto de materiais inédito, apresentam-se novas propostas de datação para peças até há pouco classificadas como "visigóticas".

Deixámos deliberadamente de fora todas as considerações etno-espirituais em volta do esplendor de uma civilização que deixou marcas profundas na poesia, na música e no pensamento científico-filosófico da Península Ibérica. De fora ficaram, também e entre outros temas, as análises de cariz etnográfico e antropológico, a identificação das influências do árabe em certos falares do Sul ou a abordagem da fascinante matriz cultural mediterrânica relacionada com a agricultura, a pesca ou a construção naval. Estamos certos que, num futuro próximo, estudos relevantes se irão debruçar sobre estes domínios.

<i>Christophe Picard</i>		
<b>A islamização do Gharb al-Ândalus</b>		25
<i>Mamuel Luís Real</i>		
<b>Os Moçárabes do Gharb português</b>		35
<i>Claudio Torres</i>		
<b>O Islão do Ocidente: Fenómenos de permanência e descontinuidade</b>		57
<i>Clementino Amaro</i>		
<b>Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível</b>		61
catálogo		72
<i>Santiago Macías</i>		
<b>Casas urbanas e quotidiano no Gharb al-Ândalus</b>		109
<i>Susana Gómez Martínez</i>		
<b>A cerâmica no Gharb al-Ândalus</b>		121
<i>Rosa Varela Gomes</i>		
<b>O Barlavento Algarvio nos finais da islamização</b>		133
<i>Teresa Júdice Gamito</i>		
<b>Povoamento rural no Gharb</b>		143
catálogo		150
<i>José Rodrigues Marinho</i>		
<b>A Moeda no Gharb al-Ândalus</b>		175
catálogo		186
<i>Fernando Branco Correia</i>		
<b>Fortificações islâmicas do Gharb</b>		193
<i>Helena Catarina</i>		
<b>Fortificações da Serra Algarvia</b>		207
catálogo		220



---

*Artur Goulart de Melo Borges*

**Epigrafia árabe no Gharb**

227

catálogo

236

---

*Adel Sidaras*

**Religião e Cultura no extremo Gharb al-Ándalus**

257

catálogo

264

---

*Hermenegildo Fernandes*

**Fronteiras e reconquista**

269

---

*António Borges Coelho*

**Lisboa nos dois primeiros séculos  
após a "Reconquista"**

277

---

*Maria Filomena Lopes de Barros*

**Mouros e mourarias**

289

---

*Alexandre Nobre Pais*

*João Pedro de Oliveira Monteiro*

**Azulejaria hispano-mourisca em Portugal**

295

catálogo

302

---

*Eva-Maria von Kennitz*

**O panorama das colecções museológicas  
islâmicas de Portugal**

307

---

Glossário

323

Bibliografia do catálogo de peças

327





MUNDO CRISTÃO	D.C.	HÉGIRA	MUNDO ISLÂMICO
	622		Saída de Maomé da cidade de Meca. Começo do calendário islâmico.
	711	92	Tariq dá início a algumas operações militares na Península.
Pacto de Teodomiro com <sup>o</sup> Abd al- <sup>o</sup> Aziz.	712/6	93/7	Islamsização do Ocidente da Península.
Revolta de Pelágio nas Astúrias.	718	99	
Batalha de Covadonga nas Astúrias.	720/2	101/3	Avanço islâmico na Gália Narbonense, presença que se prolonga até 759.
Batalha de Poitiers.	732	113	
Algaras de Afonso I a Norte do Douro.	741/2	123/4	Revolta berbere no Gharb.
	755	137	<sup>o</sup> Abd al-Rahmān b. Mu'awiya refugia-se no <sup>o</sup> Andalus depois do massacre dos Omíadas.
Afonso I sucedido por Fruela.	756/7	138/9	Início do Emirado Omíada de Córdova ( <sup>o</sup> Abd al-Rahmān II).
Avanço asturiano no Minho.	763/6	145/8	Revolta abássida, que teve Beja como ponto de origem estendendo-se depois a todo o Gharb.
Batalha de Roncevaux e cerco de Saragoça por Carlos Magno.	778	161	
	780/96	163/179	Construção da mesquita maior de Córdova. Terá sucessivas ampliações até 990 d.C..
	788	171	Governo de Hishām I. Introdução do rito maliki no <sup>o</sup> Andalus.
Afonso II de Astúrias avança até Lisboa.	796	179	Al-Hakam I sucede a al-Hishām I. Morte do poeta de Elbira, Ibn Zayd.
Carlos Magno, imperador do Ocidente.	800	183	
	835	219	Construção do Conventual de Mérida.

MUNDO CRISTÃO	D.C.	HÉGIRA	MUNDO ISLÂMICO
Afonso II realiza expedição na região de Viseu.	839	224	Troca de embaixadas entre Córdoba e Bizâncio.
	843/4	228/9	Ataque normando ao Ândalus (Lisboa, Beja, Algarve, Sevilha).
O reino asturiano estende-se a toda a Galiza.	853/4	238/9	Morte do historiador e jurista Ibn Habîb.
Reina Afonso III, de Astúrias e Leão. Reconquista do Porto. Repovoamento da zona entre Minho e Douro pelo Conde Vimara Peres	864/8	249/54	Morte do poeta Yahyâ 'al-Gazâlî. Início da revolta muladi contra o poder omíada. O seu líder, Ibn Marwân al-Jillîqî, funda um principado independente em Badajoz.
	873/9	259/65	Período de fome no Ândalus. Incursoes muçulmanas na Galiza.
Hermenegildo Guterres conquista Coimbra. Fundação do Mosteiro de Lorvão.	889/890	275/6	Construção da mesquita de Badajoz. Morte de Ibn Marwân al-Jillîqî.
Ordonho II torna Évora. Construção da Igreja de Lourosa da Serra.	912/3	299/300	'Abd al-Rahmân III no poder.
Reconstrução das muralhas de Évora.	914/5	301/2	Novo período de fome no Ândalus. Algeciras, estaleiro naval de 'Abd al-Rahmân.
Afonso IV, rei de Leão. O futuro Ramiro II reside em Viseu.	926/30	313/7	'Abd al-Rahmân III proclama-se califa. Unificação do território.
	936	324	Iniciada a construção da cidade palatina de Madînat al-Zahrâ'.
Castela em guerra com Leão. Atitudes de independência da parte de Portucale e Coimbra.	942/4	330/2	'Abd al-Rahmân III funda estaleiro naval em Tortosa.
Morre Ramiro II de Leão. Saque a Lisboa por Ordonho III.	951/6	339/44	Expedição muçulmana na Galiza. Construção de minarete na Mesquita Maior de Córdoba. Morte do historiador Ahmad al-Râzî.
Gonçalo Mendes, Conde de Portucale, revolta-se contra Sancho I de Leão.	961/2	349/50	Al-Hakam II no poder.
Revolta de Coimbra contra Leão. Morte de S. Rosendo.	966/70	355/9	Ataque normando ao Gharb (Lisboa, costas atlânticas Sudoeste e Sul) e a Santiago de Compostela.

MUNDO CRISTÃO	D.C.	HEGIRA	MUNDO ISLÂMICO
Dominada revolta contra Bermudo II.	987	376	Al-Manşūr conquista Coimbra, Leão, Zamora. Última ampliação da mesquita maior de Córdova. Morte do bispo algarvio Julião.
	997	386	Ataque a Santiago com frota equipada em Alcácer do Sal.
Reina Sancho III, o Maior.	1009/10	399/400	Revolta em Córdova. Saque de Madinat al-Zahrā'.
	1013	403	Surgimento dos reinos taifas.
	1022/3	412/3	Badajoz, capital da dinastia berbere dos Alféssidas. Início do governo abádida em Sevilha.
	1026	416	Domínio dos Banū Hārūn em Faro. Actividade do filósofo Ibn Hazm.
Revolta galega contra Bermudo III	1029/31	419/22	Fim do califado omíada de Ándalus. Morte do poeta de Caxela Ibn Darrāj al-Qastālī.
Reconquista de Montemor-o-Velho por Gonçalo da Maia.	1034	425	
	1039/44	430/5	Os abádidas tomam Lisboa e Mértola.
	1048	439	Última taifa do Ghurb, em Silves.
	1050/2	441/3	Nasce em Silves o poeta, gramático, jurista e filósofo Ibn al-Sīd. Nasce em Évora o poeta Ibn 'Abdūn. Construção do minarete da mesquita de Moura.
Campanha de Fernando I de Castela contra Badajoz. Conquistas de Lamego e Viseu.	1056/7	447/8	
O papa Alexandre III prega a 1ª cruzada na Península Ibérica. Conquista de Coimbra.	1063/4	454/6	Morte de Ibn Hazm, poeta e filósofo.
D. Pedro é eleito bispo de Braga	1070	462	Início da expansão almorávida na Península Ibérica.
Mosteiros de Leão sob a alçada de Cluny. Conquista de Coria.	1073/9	465/71	Morte do historiador Ibn Hayyān. Alcácer do Sal, activo centro naval.
Início das campanhas de Cid. Concílio de Burgos. Início da influência cluniacense em Entre-Douro-e-Minho.	1080/1	472/3	Morte de Abū l-Walīd al-Bājī, poeta, jurista e teólogo de Beja.

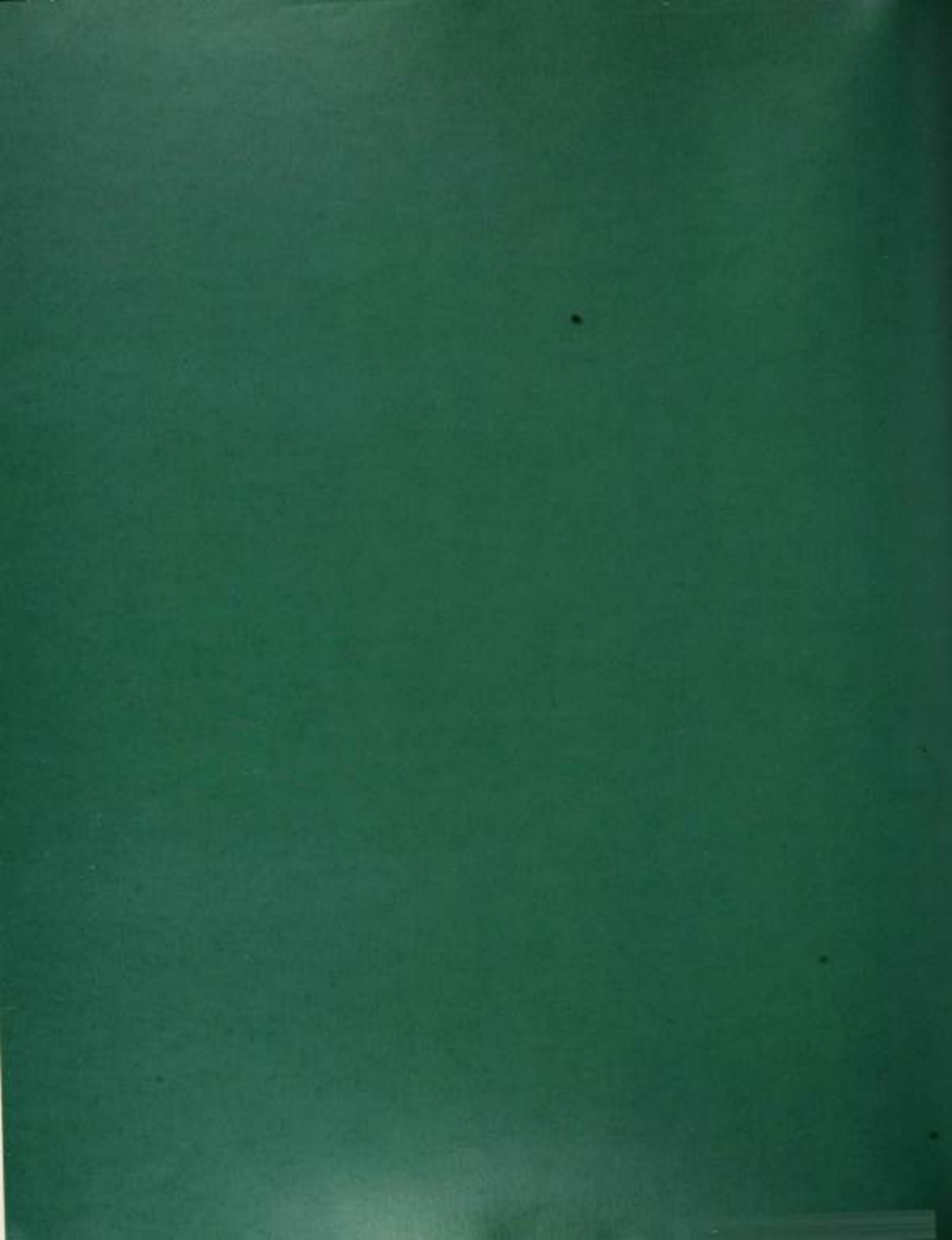


MUNDO CRISTÃO	D.C.	HÉGIRA	MUNDO ISLÂMICO
Afonso VI conquista Toledo, que passa a ser governada por Sisnando.	1083	475	Morre Ibn 'Amrār, de Silves.
Esponsais de Raimundo e Urraca, filha de Afonso VI.	1086/7	478/9	Vitória dos almorávidas, em Zalaca, sobre Afonso VI.
Morte de Sisnando.	1090/2	482/4	O almorávida Yūsuf Ibn Tashfin cerca Toledo.
Governo de Raimundo entre Mirão e Mondego	1093/5	485/8	Fim da taifa de Badajoz, às mãos dos almorávidas, que conquistam também Lisboa. Morte de al-Nu'tamid, rei e poeta, em Agmat (Marrocos)
Casamento de Teresa e Henrique de Borgonha. Constituição do Condado Portucalense. Henrique governa terras a Sul do Mirão.	1096	489	
Morte de Raimundo. Morte de Afonso VI. Sucede-lhe Urraca.	1107/9	500/2	Morte do poeta de Silves Ibn al-Millh. Vitória almorávida de Uclés.
O Conde Henrique concede foral a Coimbra.	1111	504	Domínio almorávida de Badajoz, Évora, Lisboa, Santarém. Ataque ao Porto.
Morte do Conde Henrique.	1112	505	
Teresa intitula-se 'rainha'.	1117/8	510/1	Cerco muçulmano de Coimbra.
Afonso Henriques arma-se cavaleiro.	1121/3	514/6	Início do movimento almóada em Marrocos. Morre, em Santarém, o poeta Ibn Sāra.
Vitória de Afonso Henriques em S. Mamede.	1127/8	520/2	Morre Ibn al-Sid, poeta e filósofo natural de Silves.
Obras do Castelo de Leiria.	1134/5	528/9	Morte do poeta de Évora Ibn 'Abdūn.
Tratado de Tuy. Batalha de Ourique.	1137/9	531/3	Morte de Awempoce, de Beja.
Afonso Henriques é reconhecido rei na conferência de Zamora.	1143/5	537/9	Morre 'Alī Ibn Yūsuf. Segundas taifas no Gharb. Revoltas de Ibn Qasī (Mértola), Ibn Wazīr (Évora) e Ibn al-Mundhir (Silves).
Afonso Henriques conquista Santarém e Lisboa.	1147	541	Conquista almóada de Marraxux e Sevilha. Morre o poeta de Santarém, Ibn Bassām.

MUNDO CRISTÃO	D.C.	HÉGIRA	MUNDO ISLÂMICO
Tentativa falhada de conquista de Alcácer do Sal.	1151	545	Acordo entre Ibn Qasī e Afonso Henriques. Assassinato de Ibn Qasī pela população de Silves.
Fundação da abadia de Alcobça.	1153/4	547/8	Conclusão da obra do geógrafo al-Idrīsī.
	1156	550	Reunificação almóada do território a Sul.
Início da construção da Sé de Lisboa e do castelo dos templários em Tomar.	1159/60	553/5	
	1163	558	Abū Ya'qūb Yūsuf no poder.
Conquista de Évora e de outras povoações por Geraldo Sem Pavor.	1165	560	Nasce o místico Ibn 'Arabi.
Afonso Henriques é feito prisioneiro em Badajoz. Concessão de forais aos mouros forros de Lisboa e outras povoações a Sul.	1169/70	564/5	Provável data de remodelação da mesquita de Mértola.
A Ordem de Santiago instala-se em Portugal. Trégua entre Portugal e o almóada Yūsuf I.	1172/6	567/71	Obras da fase almóada na mesquita de Sevilha.
O papa Alexandre III reconhece a independência de Portugal.	1179	574	Frota muçulmana ataca Lisboa.
	1183	578	Morte do biógrafo Ibn Bashkuwal.
Morte de Afonso Henriques, sucedido por Sancho I. A ordem de Santiago recebe em doação Almada, Palmela e Alcácer do Sal.	1184/6	579/81	Os almóadas atacam o Gharb e recuperam a maior parte das regiões a Sul do Tejo. Morte de Abū Ya'qūb Yūsuf, na sequência do ataque a Santarém.
Conquista cristã de Silves e Alvor.	1189/91	584/6	Ataques almóadas a Silves, Torres Novas, Tomar, Almada, Alcácer, Palmela.
Nasce Sto. António de Lisboa.	1195	591	Vitória almóada de Alarcos.
Guerra entre Sancho I e Afonso IX de Leão. Novas doações territoriais aos templários.	1196/9	592/5	Morte de Ya'qūb al-Marṣūr. Morte do filósofo Averrois.
Revolta urbana no Porto	1208	604	
Reina Afonso II. Cortes de Coimbra.	1211	607	

MUNDO CRISTÃO	D.C.	HÉGIRA	MUNDO ISLÂMICO
Batalha de Navas de Tolosa, com a derrota muçulmana.	1212	608	Fim do poder almóada no Alandalus.
Alcácer do Sal é tomada em definitivo.	1217	613	
Reina Sancho II. Conflitos entre a nobreza de corte.	1223/6	619/23	
	1227	624	Construção de uma torre nas muralhas de Silves.
Conquista de Mérida, Badajoz, Jaramenha, Serpa, Moura, Beja e Aljustrel.	1230/4	627/31	Ibn Hüd derrotado em Jeret e Mérida. Início da dinastia Nasri.
Conquista de Córdova.	1236/7	633/4	Muhammad b. Yusuf b. Nasr faz de Granada a capital do emirato nasri. Começam as obras da Alhambra.
Conquista de Mértola, Cacela, Tavira, Alvor e Paderne.	1238/42	635/39	Morre, em Damasco, Ibn 'Arabi.
Fernando III toma Sevilha.	1248	645	
Afonso III conquista Faro, episódio que marca o fim da islamização do Gharb al-Andalus.	1249	646	

**Quadro Cronológico**  
organizado por Isabel Cristina Ferreira Fernandes



# A islamização do Gharb al-Ândalus

## A conquista

**E**m 713, os muçulmanos invadiram a parte ocidental da Península Ibérica, no seguimento da conquista do reino visigótico. A invasão conduzida pelos berberes por ordem de chefes árabes, foi efectuada de uma forma heterogénea, consoante as regiões. A parte norte, a actual Galiza e o Minho, foram conquistadas 'à força' segundo a expressão dos próprios juristas muçulmanos, envolvendo o confisco de terras, na proporção de um quinto a favor dos muçulmanos. Todavia, esta conquista, inacabada, foi bruscamente interrompida pela mobilização do chefe árabe Mūsā ibn Nuṣayr, governador do Magrebe e chefe da expedição, por ordem do califa al-Walid de Damasco (705-715).

Esta suspensão deixou toda a região noroeste da península até à zona do Douro sem ocupante e ofereceu aos senhores visigodos que não aceitaram a conquista, a oportunidade de criar um bastião de resistência que os muçulmanos nunca puderam reduzir.

Entre o Tejo e o Mondego, pelo contrário, a conquista fez-se por tratado, celebrado provavelmente em 714 entre 'Abd-al Aziz, o filho e sucessor de Mūsā ibn Nuṣayr, e Aídulfo, senhor pertencente à família real visigótica, descendente de Vitiza, que instalou a sua capital em Conimbriga. Parece que o seu poder se estendia até Lisboa. Esta zona, submetida às mesmas condições que Múrcia (Tudmir), região para a qual conservámos o texto do tratado, mantinha a sua autonomia, a troco do pagamento de um tributo anual aos



governadores árabes, o acolhimento de guarnições árabes nas principais praças-fortes da região – o seu nome não nos chegou até ao presente – e o compromisso de não se aliarem aos inimigos dos vencedores.

Estas regiões conservaram assim, durante longo tempo, uma verdadeira autonomia sem um domínio real muçulmano sobre a população. Se os textos permanecem silenciosos acerca destas zonas periféricas e durante os dois primeiros séculos da presença muçulmana, os vestígios arqueológicos fornecem, cada vez mais, testemunhos de uma actividade contínua entre o período visigótico e o muçulmano, assegurada pelas populações locais: as escavações da Rua dos Correeiros, tendo exposto a zona portuária romana de Lisboa, revela a manutenção de tanques de salga da Antiguidade e a permanência de um comércio, ainda que reduzido, nas épocas visigótica e muçulmana. Do mesmo modo, os testemunhos por vezes tardios sobre a presença de cristãos (moçárabes), na região ocidental, frequentemente à beira-mar, indicam que o Islão demorou a dissimilar a cultura cristã, mesmo se esta não desempenhou um papel importante na sociedade do al-Ándalus a partir do século IX.

Após o final do século VIII, a agitação suscitada pelo avanço dos Asturianos e diversas expedições, inclusivamente na região do vale do Tejo (tomada e saque de Lisboa em 798), puseram fim a este primeiro período e, a partir de 809, sob a acção enérgica de al-Hakam I, emir omíada de Córdova (796-822), as regiões passaram a estar sob o controle efectivo dos muçulmanos, com a presença de governadores (*‘amir*). Como demonstram as descrições geográficas árabes ou as obras biográficas relativas aos personagens religiosos do Islão, começou então um movimento profundo e durável de islamização e arabização das principais cidades da região. Com efeito, a toponímia de zonas como o Ribatejo mostra a influência da civilização árabe sobre as terras circundantes. O cristianismo recuou rapidamente e tornou-se marginal, em benefício do Islão.

A sul do Tejo, a conquista foi levada a efeito igualmente por ‘Abd al-‘Azíz, no início do seu mandato, no seguimento da revolta dos Visigodos de Sevilha e Niebla em 713, e após a sua fuga para Beja, cidade mais importante do Alentejo. A conquista fez-se pela força, e os árabes e berberes que executaram esta expedição receberam uma parte das terras, fomentando um povoamento importante por parte dos invasores na região sul de Portugal, sobretudo no Algarve e na região de Beja e do Guadiana. Ao longo da costa, de Sevilha ao Cabo São Vicente, foram os árabes iemenitas Yaḥṣubī, sob a direcção do chefe de clã Abu l-Sabbāḥ al-Yaḥṣubī, nomeado governador de Ossónoba (Faro e arredores) que dominaram a região. A sua posição foi reforçada pela estabelecimento de árabes sírios chegados em 741, por ocasião da grande revolta berbere, instalados, em parte, a oeste de Sevilha. Seguidamente, o primeiro emir omíada ‘Abd al-Raḥmān I (756-788) organizou uma circunscrição militar (*jund*) abarcando o sudoeste da Península com bases nas cidades de Niebla, Ossónoba (Faro) e Beja. À cabeça dos efectivos, fortemente tribais, encontravam-se os chefes de clã Yaḥṣubī. Assim, a tribo iemenita dominava a região; no entanto, a sua posição foi posta em causa a partir de uma série de revoltas que estes chefes dirigiram contra os Omíadas em 763 e 775. Derrotados, refugiaram-se, aparentemente, no distrito de Silves e não tiveram, a partir desse momento, qualquer papel importante.

Assim, a arabização e a islamização ao sul do Tejo iniciaram-se bastante cedo devido à acção imediata dos árabes e, a uma escala menor, dos berberes na região. No entanto, os grupos cristãos (moçárabes) mantiveram-se numerosos e activos nesta mesma zona, estendendo-se de Sevilha ao Cabo. A trasladação das relíquias de São Vicente para o cabo do mesmo nome no final do século VIII, suscitou uma peregrinação que, segundo o testemunho de ‘al-Idrīsī (séc.XII), se torna a mais popular de al-Ándalus e foi mantida

graças aos numerosos donativos oriundos dos moçárabes da região. Contudo, tal como no centro de Portugal, estes não desempenharam qualquer papel, ao contrário dos convertidos (*muwalladîn*), provavelmente maioritários a partir do séc. X.

### O início da islamização e arabização do Gharb al-Ândalus

É a partir do séc. X que a literatura árabe nos deixa numerosos testemunhos da vida dos habitantes do al-Ândalus. Constatá-se, então, uma forte progressão da aculturação em favor do Islão e da civilização arábico-muçulmana. Simultaneamente, a arqueologia permite distinguir um aumento nítido do comércio inter-regional e internacional, em particular com outras regiões muçulmanas, através do Mediterrâneo.

No início do séc. IX, apesar da raridade das fontes, apercebemo-nos de uma clara ruptura entre a zona islamizada em volta da capital e as regiões periféricas; a região de Córdoba conheceu, sobretudo na época de ‘Abd al-Rahmân II (822-852), um forte desenvolvimento, reflectido nos testemunhos escritos que relatam a corte brilhante que rodeava o soberano. Nas províncias, no Garb al-Andalus em particular, a transformação foi mais penosa e demorada.

O embargo progressivo do poder central ao conjunto dos distritos do Gharb al-Ândalus conduziu a mudanças sociais importantes. Um determinado número dos chamados senhores visigodos converteu-se, seja no final do séc. VIII ou no início do séc. IX e, por vezes, foram utilizados pelo poder central para dirigir as regiões e cidades da região. É o caso de Marwân al-Jilliqî – o Galego – nomeado governador de Mérida, e assassinado no seguimento de uma revolta da população em 828. Os Banu ibn Zadfale em Faro, os Banu Sabarico em Sevilha, os Banu l-Surunbâki na região de Évora ou ainda os Banu Faraj ibn Khayr al-Ṭaṭaliqî – de Totalica junto a Aroche – convertidos no séc. IX, possuem bens importantes, e dominam as populações que arrastam consigo neste movimento religioso e cultural. Pretendem assim conseguir em volta dos soberanos os mesmos privilégios que as elites árabes. O processo de assimilação estimulado na época de ‘Abd al-Rahmân e no início do reinado de Muhammad (852-886), é interrompido por razões ainda mal conhecidas e arrasta uma revolta geral no final do século IX, por parte destes soberanos e do conjunto de chefes árabes e berberes do al-Andalus.

Ao mesmo tempo, as populações berberes, particularmente numerosas a norte do Tejo, parecem conhecer, igualmente, no século IX, um movimento de refluxo para sul, provavelmente ligado ao avanço dos cristãos sobre o Douro, e procuram instalar-se nas zonas férteis do vale do Tejo. O historiador andaluz do séc. XI, Ibn Ḥayyân, apercebe-se deste movimento, sublinhando as rivalidades entre os berberes e os senhores visigodos convertidos (*muwalladîn*). No sul, em Niebla, Silves ou Sevilha, ou nas cidades de forte implantação árabe como Lisboa, são os chefes árabes que dirigem o movimento. O enfraquecimento dos emires de Córdoba e, em particular de ‘Abd Allah (888-912) favorecem, nesta combinação de lutas locais, a emergência de principados autónomos que se apoiam no Islão – os cristãos moçárabes estão totalmente ausentes da cena política – para fazer reconhecer pelos Omiadas o seu poder sobre a região, contentando-se com um reconhecimento formal da sua autoridade. De imediato, este movimento de revolta no final do século IX marca o reforço da islamização e arabização sobre o al-Andalus, tanto que os textos de Ibn Ḥayyân ou de Ibn ‘Idhârî (séc. XIII), os nossos dois melhores informadores, ambos inspirados pelo andaluz al-Râzî (fim do séc. X), sublinham que estas dinastias locais animaram uma renovação económica particularmente visível pela fundação de cidades como Badajoz ou de fortalezas como



Qasr Abi Dānis (Alcácer do Sal), ou pela reconstrução de antigos centros urbanos como Faro e Évora após a sua destruição em 912-913 pelos cristãos.

No séc. X, Córdoba e Madīnat al-Zahra, ricas e prósperas, eram, então, o centro de todas as correntes que animavam a vida da Península antes de uma difusão regional, em particular por intermédio de quadros nomeados pelo poder central para os postos governamentais nas cidades provinciais ou ulemás ocupando cargos de juiz.

As obras biográficas elaboradas para prestar homenagem aos homens religiosos e intelectualmente dotados do al-Ándalus, contêm biografias de numerosos homens de lei e poetas da parte ocidental do al-Ándalus. Assim, em Silves, refúgio de numerosos árabes Yahsubi ou lakhmides, conhecidos pelo seu conhecimento de um árabe puro e poético, muitas famílias de nome, tais como os Banū Muzayn ou os Banū Mallah, ocuparam numerosos postos importantes, como *cádis* em Toledo e Córdoba ou como poetas de corte. Constatamos também que estes regressavam frequentemente ao seu local de origem, ao berço familiar, fazendo assim a ligação entre o Gharb e o resto da Península. As famílias mais brilhantes, como os Banū l-Bāji, originários de Beja, emigraram e instalaram-se em Sevilha ou em Córdoba. O poder califal nomeava homens de outras regiões para postos de responsabilidade. Foi o caso de Abu 'Abd Allah ibn Hay al-Tujibi (945-1010), originário de Córdoba e que, antes de ser *cádi* em Beja e Faro fez três viagens ao Oriente, e se tornou num dos secretários da chancelaria de Ibn Abi 'Āmir al-Manṣūr (976-1002). De uma forma mais alargada, os intelectuais, mas igualmente os comerciantes, os marinheiros e todos aqueles que podiam viajar em peregrinação a Meca ou em negócios, deslocavam-se a Córdoba, ao Magrebe ou ao Oriente. Assim, as ideias e os produtos circulavam bastante, favorecendo as correntes religiosas, culturais e comerciais, no sentido Este-Oeste, em direcção à capital. A Córdoba chegavam, e de lá partiam, modas de todo o tipo. Assim, a decoração "corda seca" da cerâmica, muito provavelmente criada em Madīnat al-Zahra, expandiu-se pelo al-Ándalus no final do séc. X e seguinte em todas as províncias, antes de conhecer um sucesso significativo no séc. XI, do outro lado do estreito de Gibraltar. O percurso da islamização e da arabização, traçado no séc. IX, sob o impulso das elites árabes, berberes e *muwalladun*, estabeleceu-se profundamente nas cidades e campos do Gharb al-Ándalus no séc. X.

### A administração muçulmana sob os Omíadas

As primeiras décadas da presença árabe foram, como vimos, marcadas por uma forte autonomia, quer dos cristãos a norte do Tejo, quer dos clãs árabes iemenitas do sul. A situação mudou verdadeiramente no séc. IX com a determinação dos Omíadas em controlar as regiões periféricas do al-Ándalus que não estavam sob o seu controle e, ainda, a pedido das populações submetidas aos ataques vikings. Após a sua primeira ofensiva, em 844, as cidades como Lisboa são governadas por um *'amīl*, representante do poder, tendo especificamente como função cobrar os impostos. Em Ossónoba, encontramos a presença de um governador, o *wāli* e um *cádi* ou juiz. Estes personagens formavam o topo de uma hierarquia que é deficientemente conhecida. Os autores árabes deixaram-nos, sobretudo, listas de capitais e de distritos administrativos, permitindo delimitar, com alguma precisão, as regiões administrativas.

Sob o emirato omíada são as cidades importantes da Antiguidade que continuam a desempenhar o papel de capital: Mérida, Niebla, Faro, Beja são cidades que aparecem nas relações de conquistas árabes e depois nas listas de governadores. Da mesma forma,

Lisboa e Santarém, e mesmo Coimbra, recebem guarnições militares, tais como a que fez face, na capital portuguesa, aos vikings em 844. Mais a norte, o avanço prematuro dos cristãos e as revoltas berberes arruinaram rapidamente a antiga rede urbana da região e, em particular, Idanha-a-Velha (Egitânia) cujos traços arquitecturais ainda hoje testemunham a importância da cidade em época visigótica e no momento da conquista, explicando que a cidade, segundo al-Rāzī, tenha permanecido algum tempo como capital do distrito,

No plano militar, a organização cortou de novo esta trama administrativa. Duas regiões militares (*thaghr*), sob as ordens de um governador militar (*qā'id*), funcionaram de uma forma intermitente: Mérida era a grande praça militar da zona ocidental, permitindo cobrir a zona fronteira. Coimbra torna-se, igualmente, em certos momentos, a capital do noroeste, mas a sua história permanece obscura e a cidade caiu nas mãos dos cristãos do final do séc. IX até 985. Sintra, Lisboa e Santarém tornam-se locais estratégicos importantes, barrando o caminho às tropas cristãs que procuravam arrasar a região, por vezes no sul longínquo, como em Ordoño em 912 contra Évora. Com os ataques vikings, os emires tomaram consciência da importância do oceano Atlântico: sob o comando do arsenal fundado por 'Abd al-Rahmān II em Sevilha, a costa cobriu-se de postos de observação e de sítios defensivos: les *ribats*, edifícios fortificados conhecidos em Ifríqiya (Tunisia) desde o início do séc. IX, recebiam combatentes voluntários (*murābitān*) durante os meses em que vinham orar, meditar e defender, em nome da *djihad* a linha de costa. A região de Setúbal, chamada Arrábida (*Rābīta*), foi assinalada por al-Rāzī como sendo uma região de ribats. Arrifana (al-Rayhāna) e Silves, mais a sul, foram igualmente locais de ribats. Muhammad, por ocasião do segundo ataque viking, instituiu patrulhas marítimas regulares, pressupondo a existência de portos nas zonas protegidas. Foi muito provavelmente na mesma época que 'ele fez tomar o mar depois do Guadalquivir ao seu almirante khashkhāsh al-Bahrī para explorar o oceano', segundo a expressão do historiador al-Himyarī. Foi igualmente no seu reinado que foi lançada uma expedição de saque por mar contra a Galiza; se a esquadra atracou ao largo de Huelva no seguimento de uma tempestade, estes factos reflectem a vontade dos soberanos de Córdova em desenvolver uma marinha atlântica, no momento em que o comércio marítimo começava a desenvolver-se. O historiador al-Rāzī indica claramente a existência de uma administração particular edificada pelos Omíadas no litoral, designando as costas como zonas específicas de governação, seja segundo as capitais de distrito (*kūwar*), se estas fossem portos – Lisboa, Faro, Sevilha – ou através da denominação destas zonas litorais pelo termo administrativo de *sahūl* (litoral) nos distritos cuja capital estava situada no interior: *sahūl* do distrito de Coimbra, do distrito de Santarém (Ribatejo), de Beja (costa do Alentejo), de Niebla (Huelva-Saltes) ou ainda de Sidonia (costa de Cádiz).

A emergência de dinastias locais, no final do séc. IX e início do séc. X, marca uma evolução, com a instalação de chefes autónomos nas cidades que eles próprios tinham fundado e que, por vezes, ultrapassaram e fizeram decair as cidades antigas. Frequentemente, o califa Omíada 'Abd al-Rahmān III (912-961) confirmou estas mudanças através da nomeação de governadores (*walī*) nestas cidades novas ou renovadas. O caso mais espectacular foi Badajoz, fundada pelo "rebelde" Ibn Marwān al-Jilliqi, precipitando o declínio de Mérida. A instalação dos berberes Banū Danīs em Alcácer do Sal que, imediatamente, adopta o seu nome, marcou a passagem do estado de fortificação ao de cidade que obteve, no entanto, um governador nomeado por Córdova. Da mesma forma, ao reconstruir Ossónoba que devia aparecer no séc. X ou XI sob o nome de



Santmariyya al-Gharb, os Banū Bakr ibn Zādlafe favoreceram igualmente o progresso de Silves que devia, ao longo do séc. X., tornar-se a cidade principal e capital do distrito do Algarve. Pelo contrário, a fraqueza militar dos chefes locais face aos cristãos, e o desinteresse militar pela zona ocidental, por parte dos dois primeiros califas Omíadas, teve como consequência a perda prolongada de Coimbra. Assim, no séc. X, apareceu uma nova carta administrativa que era, em grande medida, o resultado das iniciativas dos chefes que tiraram partido da fraqueza de Córdoba para erigir um poder independente durante os anos 880 até 929. O interesse do poder central pelo Garb al-Andaluz evoluiu com a tomada de poder pelos *hajib* dos Omíadas Ibn Abi ‘Amir al-Manṣūr (976-1002): a tomada de Coimbra e o seu repovoamento, a submissão dos condes cristãos entre o Mondego e o Minho, a instalação de infra-estruturas portuárias em Alcácer do Sal, fizeram da região um dos polos estratégicos essenciais do al-Āndalus e estenderam-se largamente pelo Norte da fronteira entre o mundo muçulmano e cristão. O saque de Santiago de Compostela em 997 marcou o paroxismo deste investimento militar da região.

O enriquecimento à escala local, materializado no programa importante da reconstrução de cidades e fortalezas durante o período de cisão, e do qual devia tirar proveito em larga escala o califa de Córdoba - ‘Abd al-Rahmān III pôde dispendir somas enormes para mandar construir a sua residência de Madīnat al-Zahra após 936, apenas sete anos após ter recuperado as regiões independentes do al-Āndalus, perdidas havia quarenta anos -, prosseguiu e ampliou-se durante todo o séc X, sob o califado Omíada. Foram as cidades e os campos que tiraram proveito deste progresso. Os textos geográficos e a importância da toponímia de origem árabe relacionada com a irrigação e a actividade agrícola, nas zonas do Ribatejo e no Algarve, por exemplo, mostram bem que as zonas rurais, principais fornecedores do fisco árabe, beneficiaram igualmente desta prosperidade e confirmam a extensão da actividade agrícola e das técnicas de irrigação.

### Os reinos de Taifas do séc. XI

Logo após a desagregação do califado Omíada, reinou uma situação de contraste para o al-Andaluz em geral e para o Garb em particular, com uma divisão política de pequenos emiratos e de guerras civis favorecendo os cristãos mas também fomentando um enriquecimento e uma vida cultural notáveis.

Enquanto que a zona setentrional formou rapidamente um único emirato sob a autoridade dos berberes Aftácidas de Badajoz, até Beja, o sul foi de imediato dividido em pequenos Estados (Silves, Faro, Mértola, Huelva-Saltes, Niebla, Sevilha) antes de serem absorvidos, nos anos 1050, pelos Abádidas de Sevilha. A existência de dois emiratos em Badajoz e Sevilha favoreceu a valorização de novos eixos transversais Este-Oeste: al-Idrisi descreve a rota com início na capital aftácida, passando por Elvas, Évora, Montemor-o-Novo e acabando em Alcácer do Sal, porta do emirato sobre o Atlântico. O Algarve, sob o impulso dos emires independentes e depois com os Abádidas, conheceu então um forte crescimento: a via terrestre Sevilha-Silves, como a rota marítima, com o aparecimento de arsenais ou estações navais em Silves, Faro e Saltes, foram das mais frequentadas da Península. Pelo contrário, algumas cidades intermediárias como Beja, viram a sua influência decrescida.

O impulso dado pelo século do califado de Córdoba, prosseguiu em diversos campos. Os emires locais, descendentes de famílias de árabes notáveis, berberes ou *muwalladūn*, dispendo de meios suficientes, reproduziram nas suas capitais os modelos da corte das



villas-palácio de Córdoba, Madīnat al-Zahra, Madīnat al-Zāhira. Os principais sítios escavados em Badajoz, Mértola ou Silves revelaram testemunhos ricos desta afiliação artística e cultural, transcendendo largamente as clivagens regionais. O séc. XI foi igualmente uma das épocas mais brilhantes do sul de Portugal, deixando-nos um número considerável de escritores, tendo enriquecido o património da região. Ao poeta e político Ibn ‘Ammār, durante muito tempo presente em Silves, juntam-se os nomes de ‘Abu l-Walid al-Bājī, Ibn ‘Abdun de Évora, Abu Zayd al-Ishbunī de Alcabideche, junto a Lisboa, poeta da corte aftácida e de príncipes sevilhanos ou ainda Abu l-Hassan ibn Bassām de Santarém, todos personagens cuja nomeada ultrapassava largamente o quadro regional.

### **O Garb na época das dinastias berberes (Almorávidas e Almôadas)**

Apesar das mudanças políticas e do avanço cristão, o impulso dado pelos dois séculos precedentes prossegue até ao séc. XIII e a reconquista cristã. A islamização e a orientalização estavam profundamente enraizadas havia dois séculos, suscitando mesmo reacções violentas em Silves contra Ibn Qasī assim que este quis estabelecer acordos com os cristãos, depois de ter tentado erigir um Estado fundado sobre o Mahdismo, e cujo sucesso efémero, no momento do declínio almorávida durante os anos 1140, tinha nascido da agitação suscitada pelos progressos do jovem reino português.

A acção dos *Ṣanhaj* do deserto, as gentes do *ribāt* (*al-murābiṭīn* ou Almorávidas, 1030-1147), não puderam marcar profundamente o Garb, dada a sua passagem tardia pela região. Desembarcados em 1086 no al-Andalus, vencedores de Afonso VI em Zalaca, puseram fim ao reino abávida em 1091 e ao reino dos Aftácidas de Badajoz em 1094. O general *Sīr* ibn Abi Bakr não tomou o controle efectivo do Alentejo e dos locais conquistados aos cristãos pelo último aftácida, al-Muzzafar, a saber Santarém, Sintra e Lisboa, até 1011. Ora desde os anos 1020 as dificuldades anunciavam-se e, nos anos 1040, os chefes locais puderam reconstituir os emiratos autónomos. Apesar desta transformação rápida, explicando a relativa raridade dos testemunhos arquitecturais almorávidas em Portugal, o controle da rota do ouro passando por Sijilmassa, juntando-se à riqueza económica do Magrebe ocidental e do al-Āndalus nos sécs. XI e XII, explica o notável sucesso das moedas *morabitinas* almorávidas, em particular no reino cristão de Portugal, e a continuação das actividades produtivas e comerciais por terra e por mar em toda a região.

A implantação dos Almôadas (1147-1269) não devia pôr em causa este movimento. Pelo contrário, a importância relativa das descobertas de cerâmicas de época almôada no conjunto de sítios luso-muçulmanos, o número de construções militares e religiosas no sul de Portugal, demonstram a acção enérgica dos berberes do Atlas para travar o avanço cristão mas igualmente no plano económico. Depois da queda das praças do Tejo em 1147, o conjunto de esforços dos Almôadas concentrou-se no sul do Alentejo e particularmente na linha do Guadiana e do Algarve, onde uma rede dupla de fortificações defendia o acesso a partir do norte (Mértola, Castro da Cola, Aljezur e, mais a sul, Paderne, Salir) e depois a costa (Alvor, Estombar, Portimão, Albufeira). Este esforço e, provavelmente, o forte refluxo de populações muçulmanas do norte, provocaram um excedente de actividades na região e uma forte pressão demográfica contribuindo para tornar verdadeiras cidades sítios até aí modestos, como Tavira ou Cacela.

As fortes cadeias de trocas, tornadas possíveis pelo progresso da navegação muçulmana no golfo de Cádiz, explicam a influência de estilos criados em Valença,

Múrcia ou Málaga sobre as cerâmicas do Gharb al-Ándalus (*Sgraffiato*) ou a importação de peças fabricadas no Norte de África, exportando o Algarve figos e produtos artesanais. Próximo da capital almóada de Sevilha, povoada pelos Banu Zuhr ou Ibn al-Rushd, o grande Averróis, as últimas chamas da cultura árabe do Algarve revelam-nos uma produção onde se juntam a poesia e a erudição, com ‘Abd Allah ibn Wazir, e os poetas de Santamariyya al-Gharb.

## Conclusão

Como consequência das conquistas, muitas regiões de Portugal permaneceram um pouco à margem dos movimentos culturais e políticos da capital muçulmana Córdoba. É, na realidade, no final do séc IX, em grande parte sob o impulso de famílias de notáveis convertidos, que começou o movimento associando o Gharb al-Ándalus à islamização e arabização ou orientalização do al-Ándalus. Este movimento de aculturação, irreversível até à conquista cristã, marcou mais as regiões situadas ao sul do Tejo, na medida em que este movimento marcou profundamente a sociedade luso-árabe no momento em que os chefes cristãos retomavam as regiões do Norte e onde as forças estruturais do al-Ándalus não estavam à altura para contrabalançar a aumento do poder dos reinos cristãos, senão através do apelo ao auxílio dos berberes.

Podemos dizer com confiança que os 500 anos da presença árabe no Gharb-al-Ándalus deixaram vestígios profundos. As influências culturais e literárias tinham já sido valorizadas no início do século pelo trabalho incomparável do grande artesão David Lopes. Hoje são os trabalhos arqueológicos que receberam o testemunho de mostrar toda a riqueza da herança luso-árabe, parte essencial da cultura portuguesa, de Luís de Camões a Fernando Pessoa.

## Fontes e bibliografia sumárias

AL-HIMYARI (séc. XIV) - *La Peninsule Iberique au Moyen-Age d'après le "Kitab al-Raud al-Mutar". Texte arabe des notices relatives à l'Espagne, au Portugal et au Sud-Ouest de la France.* Texto e tradução de E. Levi-Provençal, Leyde, 1938. Edição de I' Abbas, Beirute, 1975. Tradução parcial, Maestro Gonzalez Palencia, Valência, 1961.

IBN BASSÂM (séc. XII) - *Kitab al-Diyakira fi malakia al-jazira.* Tomo 1-2 e IV-1, Cairo, 1939-1944; edição completa de L'ABBAS, Líbia, Tunis, 1975-1979. 4 tomos em 8 volumes.

IBN HWQAL (séc. X) - *Kitab surat al-ard.* Edição G. H. Kramers - *Vae et regna. Descriptio ditius islamicae.* 1938-1939. Tradução G. H. Kramers e G. Wiet - *Configuration de la terre.* Paris; Beirute, 1964. 2 volumes.

IBN HBYÂN (séc. XI) - *Kitab al-muqtabis fi tarikh iqal al-Andalus:*

- Règne de ‘Abd al-Rahmân II et Muhammad, *Al-Muqtabis min amwal al-Andalus.* Edição M. A. MAKKI, Beirute, 1973. (Muqtabis II, 1973).

- Règne de ‘Abd Allah, *al-muqtabis: chronique du règne du calife arnaugade ‘Abd Allah à Cordoue.* Edição M. M. ANTUNA, Paris; P. Geuthner, 1973; tradução de I. GURAIER, *Cuadernos de Historia de España.* Buenos Aires, XII-XXX (1950-1959). (Muqtabis III, 1937, 1959).

- Règne de ‘Abd al-Rahmân III: *Cronica del califa ‘Abd al-Rahmân III en-Nasr entre los años 912-942.* Edição de F. Chalmers, F. Corriente, M. Sübh, Madrid, 1979; tradução de M. J. Viguera e F. Corriente, Saragoza, 1981. (Muqtabis V, 1979-1981).

- Partie relative aux années 971-975, *Al-Muqtabis fi akhbar balad al-Andalus.* edição A. HAJI, Beirute, 1965. Tradução de E. Garcia Gomez, *Anales palatinos del califa de Cordoba al-Hakam II.* Madrid, 1967 (Muqtabis V, 1965). Tradução portuguesa de SIDARUS, A. (1998) - Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos muçulmano e berbere no ocidente andaluz. *A Cidade de Évora. Évora.* 71-76, p. 7-37.

- BN-IDHAWI (séc. XIII-XIV) - *Kitab al-Bihar al-Maghrib fi Ahbab muluk al-Andalus wa l-Maghrib*: I e II: texto árabe das partes relativas ao Magrebe e a Espanha da conquista ao fim do séc. X. Edição R. Dozy. Leyde, 1948-1951. 2 vols. Revisão de G. S. Colin e E. Levi-Provençal. Leyde, 1948-1951. 2 vols. Tradução de E. Fagnan - *Histoire de l'Afrique et de l'Espagne musulmane al-Bihar al-Maghrib*. Alger, 1901-1904. 2 vols. paginação relativa à edição de 1948-1951 (I, II).
- Parte relativa aos *muluk al-tawān*, edição de E. Levi-Provençal. *Histoire de l'Espagne musulmane au XIIe siècle*. Paris, 1900.
- "Um fragmento inédito de Ibn 'Idari sobre os Almorávidas". Edição de A. Huici Miranda. *Separata de Hesperis*. Toluca, 2, 1961, p. 43-111.
- III parte de *al-Bihar al-Maghrib*. Edição de A. Huici Miranda. Tetuán, 1961.
- Trad. dos *Notos fragmentos almorávidas y almohades* de A. Huici Miranda. Valência, 1963.
- Trad. do essencial do texto relativo à época almohade de A. Huici Miranda - *Al-Bihar... Los Almohades*. Tetuán, 1953-1954. 2 volumes. (Coleção de crónicas árabes da Reconquista; vol. II-III).
- Histoire de l'Espagne musulmane au XII-XIIIe siècle*. Edição de l'Abbas. Beirut, 1967.
- Al-Bihar al-Maghrib*. Nova edição (época almohade). Rabat, 1985.
- AL-IDRISI (séc. XII) - *Nuzhat al-musayyir fi Ihwal al-awak*. Nápoles, Roma: Instituto Universitario Orientale di Napoli; Instituto per il Medio e Estremo Oriente, Al-Idrisi agus geographicum, 1975; tradução de R. Dozy e H. de Goeje - *Description de l'Afrique et de l'Espagne*. Nova edição. Leyde, 1968; texto e tradução relativos ao Magrebe, Hali Sadok, 1983 (*Nuzhat*).
- On al-muḥajj wa raḥiq al-ḥajj*. Edição e tradução de M. J. Múñiz - *Los Caminos de al-Andalus en el siglo XII*. Madrid: CSIC; Instituto de Filología, 1989. (Caminos).
- AL-RĀZĪ (séc. XI) *La description de l'Espagne de l'Amad al-Razi*. Trad. à partir de textes en Castillan et en Portugais. E. Levi-Provençal. *Al-Andalus*. Granada. VIII (1933).

#### Obras de referência

- ALARCÃO, J. de. (1990) - Portugal, das origens à romanização. In *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, vol. 1.
- AMARO C. [et al.] (1995) - *Núcleo arqueológico de Rua dos Correeiros (Lisboa)*. Lisboa: Fundação Banco Comercial Português.
- BENASSAR B., dir. (1985) - *Histoire des Espagnols*. Paris, vol. 1.
- CHALMETA, P. (1994) - *Invasión e Islamización. La sumisión de Hispania y la formación de al-Andalus*. Madrid: MAPFRE.
- COELHO, A. B. (1986) - *Portugal na Espanha árabe*. 2.ª edição. Lisboa, 2 vols.
- DOZY, R. (1965) - *Recherches sur l'histoire et la littérature de l'Espagne pendant le Moyen-Age*. 2.ª ed. Leyde: Brill, 2 vols. 1.ª ed. de 1869.
- GLICK, T. F. (1979) - *Islamic and Christian Spain in the early Middle Ages: comparative perspectives on social and cultural formation*. Princeton: University Press.
- GOMES, Rosa Varela (1988) - *Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves*. Xelv. Silves 1.
- GUICHARD P. (1977) - *Structures sociales "orientales" et "occidentales" dans l'Espagne musulmane*. Paris, La Haye.
- LEVI-PROVENÇAL, E. (1950-1967) - *Histoire de l'Espagne musulmane*. Paris: Maisonneuve et Larose, 3 vols.
- MARQUES, A. H. Oliveira, dir. (1993) - Portugal das invasões germânicas à reconquista. In *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, vol. 2.
- MENÉNDEZ PIDAL, R. (1969-1997) - *Historia de España*. 2.ª ed. Madrid, vols. 5, 8-1, 8-2.
- PICARD, CH. (1991) - *Histoire du Portugal et de l'Espagne occidentale à l'époque musulmane (debut VIIIe milieu XIIIe siècle)*. Paris: Geuthner.
- PICARD, CH. (1992) - *Le renouveau urbain en Occident chrétien aux IX-X siècles, sous l'impulsion de seigneurs musulmans*. In *XXIII Congrès de la S.H.M.E.S.*, Brest, 1992. Paris: Publications de la Sorbonne, p.49-67.
- PICARD, CH. (1997) - *L'axe atlantique musulman de la conquête arabe à l'époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d'Al-Andalus et du Magreb occidental (Portugal, Espagne, Maroc)*. Paris: Maisonneuve et Larose.



SIEBIS, A. (1999) - O Alentejo durante a grande dissidência luso-muçulmana do século IX-X. In *Nós e a História: Actas do Encontro Regional de História*. Évora, 1999. Évora, p.31-44.

TORRES, C. (1982) - A alcaçova de Mértola. História e arqueologia urbana. *Arqueologia*. Porto, 6, p.86-95.

TORRES, C. (1992) - O Carb-Al-Andaluz. In MATOSO, J. - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 1: Antes de Portugal, p.363-437.

WASSERSTEIN, D. (1985) - *The Rise and Fall of the Party-kings: politics and society in Islamic Spain, 1002-1086*. Princeton: University Press.

# Os Moçárabes do Gharb português



A historiografia tradicional consagrou desde longa data a expressão «arte moçárabe» para designar a produção artística de certas comunidades cristãs, estabelecidas essencialmente na fronteira leonesa e castelhana, após a Reconquista. As formas arquitectónicas e decorativas começam então a revelar inequívocas influências andaluzas, fazendo crer que um novo estilo teria surgido, mais ou menos em consonância com a fuga dos moçárabes para o Norte peninsular. Deste movimento conhecem-se diversas fundações de raiz e o repovoamento de importantes centros religiosos, como em S. Facundo de Sahagun, S. Miguel de Escalada, S. Cebrian de Mazote ou S. Martinho de Castañeda. Alguns prelados moçárabes vieram até a ocupar lugares de destaque na hierarquia religiosa, como o bispo Sebastião, a quem foi entregue a Sé de Orense.

A definição de um «estilo moçárabe» e a construção do respectivo modelo historiográfico sempre se confrontou, porém, com diversos problemas. Entre eles merecem ser salientados:

- a existência de construções no mesmo estilo, em zonas de fronteira, que ficam igualmente a dever-se à iniciativa de gente vinda do norte.
- o aparecimento de formas andaluzes em outras regiões setentrionais, como a Galiza e, até, nos próprios centros de irradiação da arte asturiana.
- a dificuldade em definir os canais (imediatos) de transmissão e em aceitar o Oriente como uma fonte (recorrente) de enriquecimento e de renovação da arte cristã posterior a 711.



- a tentação de considerar como "visigótico" quase tudo o que, na arte cristã antiga, aparece descontextualizado ou que, mesmo fazendo parte de edifícios ainda de pé, carece de uma evidência cronológica segura.

- a incapacidade de aceitar a existência de uma verdadeira arte de moçárabes, ou seja, o não reconhecimento da ocorrência da construção de novas igrejas ou o melhoramento de espaços litúrgicos, realizados pelos cristãos do Gharb, que decidiram permanecer na sua terra de origem e aí continuaram a praticar a sua religião.

O modelo tradicionalista, pela sua extrema rigidez, viveu sempre a contradição de nunca conseguir explicar, no concreto, o que para os seus autores era uma evidência e para todos passou a ser consensual: a importância da migração para norte de motivos andaluzes e orientais, sobretudo a partir dos séculos IX e X.

Ora, o surto repentino de edificações de novo estilo, seja em empreendimentos levados a cabo por moçárabes imigrados, seja em encomendas da monarquia astur-leonesa e da aristocracia fronteiriça, não pode deixar de reflectir a existência de uma corrente artística, efectiva e em evolução, no seio das comunidades cristãs sob o domínio árabe.

Em estudo anterior tentámos já definir o quadro político-religioso em que se baseia esta nossa opinião <sup>(1)</sup>. Não repetiremos os argumentos então aduzidos sobre a capacidade de resistência da cristandade meridional durante o período, de mais de quatro séculos, em que se manteve sob o domínio político do Islão. A sobrevivência de cristãos no Gharb até ao momento da Reconquista é um facto historicamente incontornável. Eles ter-se-ão mantido, ainda durante largo tempo, como grupo maioritário e com acesso a importantes cargos na organização do Estado. Os problemas surgiram à medida que a pressão do regime, o desafio dos mais ortodoxos e a intolerância se foram instalando. Mas sem carácter de continuidade. Houve períodos mais favoráveis do que outros e houve regiões que se mantiveram sempre mais defendidas do que outras. Sem dúvida, existiram perseguições, martírios e apostasias. Mas o sectarismo e a perfídia nunca se dirigiram apenas contra os cristãos. As disputas entre facções não deixavam de minar o próprio regime, virando-se igualmente contra a população islâmica. Em contrapartida, são conhecidos exemplos da participação de cristãos na vida cortesã, da sua utilização como conselheiros e embaixadores do califa, da convivência intelectual entre elites de ambas as confissões e, até, da existência de casamentos mistos ou, pelo menos, com respeito pelo credo diferente do cônjuge e pela educação cristã dos filhos.

Um dos mais eloquentes indicadores da vitalidade religiosa das comunidades moçárabes foi a prolongada resistência do quadro diocesano. Ele sofreu naturalmente uma evolução, mas, em alguns locais, conseguiu sobreviver até ao século XII. Tal como sucedia entre os reinos do Norte, a nomeação dos Bispos começou por ser confirmada pelo Emir. E, segundo apurou Bernard Reilly, dos vinte e sete bispados referenciados para o período visigótico, no espaço que veio depois a constituir território fixo de domínio muçulmano, apenas oito se não conseguem localizar após a Reconquista <sup>(2)</sup>. Além disso, nos dois séculos que se seguiram à ocupação árabe da Península, o número de dioceses poderá mesmo ter aumentado. Na Biblioteca Nacional de Madrid existe um códice moçárabe, escrito entre 1049 e 1050, que contém a lista de todas as províncias eclesiásticas da Hispânia e das respectivas sedes episcopais. Ele aparece dedicado a um bispo desconhecido, que adoptava o nome de 'Abd al-Malik, e foi traduzido em árabe por um tal presbítero Vicente. Embora este catálogo das dioceses hispânicas se possa referir a um período ligeiramente anterior ao século XI, ele impressiona pelo carácter sistemático com que se apresenta e pelo elevado número de sedes referenciadas. As dioceses peninsulares eram então, pelo menos, sessenta e duas, encontrando-se agrupadas em seis províncias. No que

concerne à área do Gharb, são referidos 13 bispados sufragâneos de Mérida, 18 de Toledo e - aparentemente com falhas de transcrição - 4 de Sevilha. A confirmação desta realidade é-nos igualmente fornecida pela celebração de diversos concílios regionais, onde voltam a ser mencionados bispos pertencentes às circunscrições constantes da lista transcrita pelo presbítero Vicente <sup>13</sup>.

A instabilidade que se sucedeu a partir do período das Taifas e o extremismo manifestado pelas dinastias berberes fez com que em certas regiões, nas vésperas da Reconquista, a cristandade moçárabe se encontrasse à beira da extinção ou, quando muito, em total clandestinidade. Com a crise que acompanhou a chegada dos Almoadas - ainda mais sectários que os seus predecessores Almorávidas - dá-se a fuga dos últimos bispos resistentes, que vão procurar abrigo em Castela e Leon. O metropolitano de Sevilha refugia-se em Talavera la Reina (1145) e, pela mesma altura, acolhem-se sucessivamente em Toledo os bispos de Sidonia (1142), de Niebla (1154) e de Málaga, este em data imprecisa <sup>14</sup>. Em território português, também as dioceses de Beja e Lisboa se contarão entre as que conseguiram aguentar por mais tempo os seus bispos dentro da respectiva sede de origem. Quanto ao primeiro caso, pode seguir-se o rasto do prelado em Leon, já em 1149, onde assiste à sagração da basílica de Santo Isidoro. Acerca do bispo de Lisboa, sabe-se que veio a ser morto em 1147, dentro da própria cidade, pelos cruzados que apoiaram D. Afonso Henriques na sua conquista <sup>15</sup>.

O interesse destas notícias tão tardias serve para demonstrar a enorme capacidade de resistência da hierarquia eclesiástica e das comunidades cristãs sob o domínio árabe. Embora existam indícios de que estas continuaram a construir ou a transformar os seus templos já em pleno período de decadência, a nossa atenção deve sobretudo orientar-se para os séculos VIII - IX, onde se preparam as bases de uma verdadeira e original arte moçárabe. A sua evolução será também justificativa do brilho alcançado pelas construções da monarquia asturo-leonesa, cujos modelos foram parcialmente importados do sul.

O aparecimento de novas dioceses, como parece ser o caso da de Badajoz desde o século IX-X, não pode deixar de considerar-se um claro indício da capacidade empreendedora das comunidades cristãs após 711. Deve recordar-se também que as próprias fontes documentais e epigráficas apontam no mesmo sentido. É bem conhecida a ordem do emir Muhammad I para que se derribassem as igrejas recentemente construídas e se proibisse o culto nas restantes. Isto dá-se em 852, num momento particular de crise, devido às constantes provocações dos moçárabes fundamentalistas de Córdoba e após se ter gorado a tentativa de mediação feita pelos metropolistas de Mérida e Sevilha, a pedido do próprio emir. Mais do que a atitude repressiva do emir, importa sublinhar o reconhecimento oficial de que existiam igrejas construídas de raiz nos anos mais recentes, ou seja, passado quase século e meio depois da entrada dos árabes na Península. Quanto aos templos mais antigos, apesar de neles se proibir a manutenção do culto, o governante determinou que haviam de ser poupados. Alguns dos edifícios ultimamente construídos, a que alude o édito do emir, deviam corresponder aos do acordo realizado em 784, entre os cristãos de Córdoba e 'Abd al-Rahmân I. Para erguer a nova mesquita, o monarca adquiriu a restante metade da basílica de São Vicente, até então compartilhada por cristãos e árabes. Uma das condições aceites por 'Abd al-Rahmân foi a reconstrução de várias igrejas no exterior da cidade, que haviam sido anteriormente demolidas. A autorização é concedida como forma de compensar os cristãos pela perda do seu principal lugar de culto. Contudo, disto ressalta evidente que as próprias destruições, ocorridas em períodos mais críticos, foram também justificação para o ressurgimento construtivo moçárabe.



Deve realçar-se que estamos aqui perante um caso extremo, dado que se tratava da capital do emirato. No meio rural a situação era naturalmente menos tensa, o que permite também imaginar um movimento mais espontâneo, ao ritmo das necessidades comunitárias. Entre nós, no Vale de Arranas, em S. João de Azinhais (Torrão, Concelho de Alcácer do Sal), foi descoberta uma epígrafe em caracteres claramente moçárabes, que alude à consagração de uma denominada "B(aselica) ARANA", segundo a interpretação que fazemos do monograma situado na parte superior. A data está truncada na casa das centenas, mas é provável que o templo tenha ficado concluído em 882. Tratar-se-á, em princípio, de uma reconstrução, dado que a legenda indicia ter havido respeito por um orago pré-existente, dedicado aos mártires Justo e Pastor, a quem «constat esse sacratum» o templo: *cfr.* I.R. - fig.12 <sup>41</sup>.

No Museu de Setúbal, em Azinhais e na Misericórdia do Torrão conservam-se várias pedras decoradas desta igreja, algumas com evidência de reaproveitamento. É de salientar um marco de separação litúrgica, com a forma de ara, que num dos lados mais estreitos apresenta um friso comumente classificado como «visigótico». Na face oposta sobreviveu um relevo representando um jarro litúrgico, possivelmente romano, e vê-se que a peça começou a ser afeiçoada para receber um friso idêntico ao anterior. No período moçárabe este marco veio a servir de suporte a uma cancela metálica, decerto em ferro forjado, relativamente à qual existem os buracos de apoio lateral. Estas duas perfurações estão ligadas entre si por um lavor com motivo encordoado, típico dos séculos IX - X. Finalmente, a pedra foi adaptada a padieira, pois sofreu um amplo entalhe na face mais larga, onde se observam os buracos para os gonzos da porta. Se o encordoado for coevo da padieira, com a qual também é compatível, então teremos menos uma fase, devendo-se concluir pela existência da cancela metálica já no século VII. Esta pedra foi uma das que transitou para o Museu de Setúbal e, junto a ela, encontra-se uma pesada imposta, onde estão esculpidas várias rosetas e uma cruz. As primeiras, com as suas oito pontas em bisel mais profundo e ligeiramente côncavo, serão coevas das rosetas da pedra anterior, apesar do desenho ser mais simples e o modelado mais suave. Isto pode concluir-se porque os dois tipos de roseta surgem precisamente conjugados numa única pilastra do Museu de Beja, proveniente de Corte Piorno (Quintos, Concelho de Beja).

Embora não existam razões para duvidar da capacidade construtiva dos moçárabes da região, este exemplo é suficiente para recomendar todas as cautelas na pesquisa de certas diacronias e deixa-nos a certeza de que haverá ainda um longo caminho a percorrer, até se atingir um quadro objectivo da evolução da arte cristã meridional após o século VII. Ao mesmo tempo, não deixará de revelar a importância do método analógico, sobretudo se apoiado em observações complementares, como a reutilização de peças, a técnica dos lapicidas, os dados epigráficos, o contexto arquitectónico, etc.

A escultura cristã antiga conta já com importantes levantamentos e estudos especializados. Todavia, algumas das conclusões até hoje avançadas necessitam de melhor ponderação, à luz de um novo contexto, sem receio de questionar factores de continuidade e com atenção a todos os detalhes que possam indiciar diacronias mais alargadas e inovação.

Deve reconhecer-se que a concretização deste propósito não é tarefa fácil. Ao estudar a escultura de Mérida no período visigótico, Maria Cruz Villalón alertou precisamente para o facto de certos elementos perviverem com características similares ao longo de vários séculos. No entanto, com premonitória sagacidade, a autora detectava também um pequeno grupo de peças de cronologia mais tardia e carácter evolucionado, indiciador de relações exteriores, que se vão sobrepôr à matriz «visigoda» pré-existente.

De tudo isto, uma coisa parece certa: a «mítica» data de 711, referenciada como uma barreira quase intransponível pela historiografia tradicional, terá que ser vista antes como o reinício de um processo de evolução da arte cristã peninsular, em vez de constituir o fim do movimento construtivo de origem paleocristã.

Ocorrem, todavia, algumas circunstâncias que dificultam a nossa pesquisa. Após o século VIII, e na sequência da destruição de muitos edifícios outrora monumentais, intensificou-se a busca e o comércio de pedras aparelhadas, aproveitando os despojos de antigas cidades e templos arruinados. Segundo Al-Himyari, a velha *Emerita Augusta* foi espoliada das suas riquezas marmóreas por Hâshim ibn ‘Abd al-‘Aziz, o hayib de Muḥammad I. Isto deu-se numa época particular de instabilidade, durante a revolta de Ibn Marwân (868-889), que se tornou aliado do rei das Astúrias. É também nessa ocasião que Afonso III irá importar de uma cidade do sul, não identificada (*Eabeca*), as colunas de mármore destinadas à nova basílica de Compostela. Trata-se de um fenómeno bastante alargado, como o prova também o reaproveitamento sistemático de elementos antigos nas colunas da mesquita de Córdoba, ao tempo de ‘Abd-al-Rahmân I. Um pouco mais tarde, chegam a diversas oficinas da região do Porto e de Braga, carregamentos de materiais calcários que irão servir para o delicado trabalho de recriação em capitéis, frisos e ajimezes, que ainda hoje decoram alguns dos mais prestigiados templos do condado de Portucale. O mausoléu de São Frutuoso será um deles, restando inúmeras peças avulsas que demonstram terem feito parte de despojos de algum edifício caído em ruína, cuja importação necessariamente teve de dar-se a partir de uma região calcária meridional, ou seja, de uma zona ainda então controlada pelo emirato ou, quando muito, recém conquistada.

A reutilização de materiais fornece-nos, por vezes, excelentes instrumentos de análise, pois as faces secundárias de algumas das pedras costumam exibir fragmentos decorativos de antigas peças ornamentais. É o caso de um dos capitéis de São Frutuoso de Montélios, que, no verso, possui restos de outro capitel anterior, de muito maiores dimensões (I.R. - figs. 34 e 35). O seu estilo ajuda a confirmar a necessária cronologia moçárabe da peça mais recente e, implicitamente, de toda a série de capitéis coríntios esculpidos a trépano, que decoram o interior do mausoléu.

Os artistas moçárabes não foram meros recolectores de materiais antigos, para os acumular toscamente nos muros de novas construções, como sucedeu em monumentos importantes do período suevo-visigótico, à maneira do que se vê na fase mais antiga da basílica de S. Martinho de Dume<sup>10</sup>. Eles habituaram-se a talhar as peças que reaproveitavam, adaptando-as com rigor a uma nova bitola ou reesculpindo-as ao novo gosto. Mesmo numa fase já decadente, como em Santo Amaro de Beja, as esculturas moçárabes mostram ainda vestígios do labor dos capitéis romanos que serviram de matéria prima (I.R. - fig. 16). Serão capitéis, provavelmente do século XI, cuja qualidade técnica é muito inferior à das obras das duas centúrias anteriores. Outro exemplo significativo é o de S. Pedro de Lourosa, onde se usaram pedras de cantaria oriundas, provavelmente, das vizinhas ruínas romanas de Bobadela. Porém, uma observação atenta leva a concluir que certos silhares foram recortados e aplicados como se de nova obra se tratasse. Sendo certo que existem aí peças tipologicamente atribuíveis ao século X, no caso das molduras clássicas provenientes das cornijas (hoje identificadas apenas por algumas peças avulsas), é difícil distinguir entre o que é obra nova e o que será produto de reaproveitamento. Encontra-se neste último caso o elemento de frontão que remataria a capela-mor, onde, pelo lado de baixo, ainda se observa o arco do fecho de uma fresta (I.R. - fig. 38), à semelhança da que existiu no mausoléu de São Frutuoso<sup>11</sup>. Relativamente à hipótese de obra nova, há que referir



que em outros edifícios coevos, tanto de construção asturiana, como de arquitectura omíada, são frequentes os exemplos que ilustram o ressurgimento do interesse pela tradição romano-imperial. Não deve pois estranhar-se o classicismo de São Frutuoso de Montélios, assim como de algumas soluções existentes em S. Pedro de Lourosa e na catedral de Idanha.

As peças de encomenda levantam, por sua vez, outro problema delicado. Na verdade, parece ter havido situações em que as pedras foram lavradas num outro estaleiro de origem e aí repetidas segundo certa medida-padrão, sendo depois transportadas e montadas na obra. O assentamento é perfeito e a composição quase irrepreensível. Contudo, algumas pequenas anomalias indicam que o trabalho de canteiro foi, por vezes, efectuado em dois tempos<sup>19</sup>. Isto torna a análise ainda mais complexa, podendo ser contemporâneas peças que aparecem cortadas, apenas pela necessidade de corrigir a modulação de certos elementos de friso, por mera imposição da arquitectura. Embora com aparência de reaproveitamento, por se encontrarem parcialmente mutiladas, tais peças não deixam de constituir elementos originais e exactamente coevos da construção. Será o caso dos frisos de São Torcato de Guimarães. Também é um bom exemplo a imposta truncada que decora uma das frestas de Vera Cruz de Marmelar, santuário alentejano de grande prestígio, cuja devoção parece ter sido importante na época moçárabe.

Salvaguardadas estas precauções, importa passar agora em revista alguns testemunhos do verdadeiro moçarabismo em território português. De acordo com os catálogos diocesanos posteriores a 711, encontravam-se dependentes do metropolitano de Mérida os bispados de Ossonoba (Faro), Beja, Évora, Lisboa, Coimbra, Viseu e Lamego. Alguns indícios documentais e toponímicos apontam as regiões de Ossonoba e de Lisboa como aquelas onde o cristianismo se terá mantido mais enraizado e densamente distribuído. A sede da diocese algarvia passou a ser referida pelos autores árabes através do designativo cristão de «Santa Maria ibn Hārūn» - hoje Faro - ficando Ossonoba a designar antes a respectiva região. Outras localidades tiveram igualmente denominativos cristãos, como Lagos (Halc Azavia), S. Vicente (Caniça do Corvo) ou S. Brás de Alportel (Xanbraç). A basílica de Faro foi descrita com admiração por Ya'qūb, que refere a sua excelsa fábrica e as enormes colunas ou pilares de prata, de grande altura e tanta grossura que um homem não era bastante para rodear uma delas entre os braços. Outro aspecto, dos mais salientes do cristianismo algarvio sob o domínio árabe, foi o culto prestado no santuário de São Vicente. Segundo dizia al-Idrisi ainda no século XII, «a igreja não experimentou mudança alguma desde a época dos primeiros cristãos». Ela era servida por clérigos e outros religiosos, possuindo um tesouro e grandes riquezas, que eram empregues em esmolas. Com o tempo, veio a transformar-se num importante centro de peregrinação. E por este motivo, os monges vicentinos construíram uma albergaria para romeiros, a qual ainda estava de pé no século XIII, quando D. Afonso III conquistou definitivamente o Algarve. Deve, todavia, notar-se que já em 1147 se encontravam refugiados em Lisboa dois religiosos, que abandonaram o cabo de São Vicente devido às perseguições movidas por um caudilho berbere, oriundo de Fez<sup>19a</sup>.

Conhecem-se outros prelados algarvios, como o clérigo de Tavira *Adulteus*, falecido em 726, e o bispo *Iulianus*, inumado no local da Fonte Santa, nos arredores de Cacela (Catálogo-peça n.º24). O bispo foi a sepultar em 991, pelo que a sua actividade coincide com a própria época de Almançor. Este prelado - a quem deve ser atribuída a sede de Ossonoba - terá granjeado um considerável prestígio entre os seus contemporâneos. De facto, assim o leva a crer a santificação do nome do lugar que veio a ser escolhido para sua sepultura, bem como a recordação que dele havia ainda nos séculos XIII-XIV. É o que se

conclui da «Crónica da Conquista do Algarve», que fala de certo episódio militar na área de Cacela e do refúgio de um grupo de homens no local da «fonte do Bispo». A lápide que cobria a sua sepultura esteve dada como desaparecida, mas foi redescoberta há relativamente pouco tempo. A existência da inscrição, tal como diversas outras aparecidas na Andaluzia, mostra que mesmo nesta época as práticas cristãs continuavam a ser publicitadas através de lendas piedosas. A placa de Cacela apresenta-se debruada por um fino cordão, sendo no aspecto decorativo e epigráfico muito próxima da lápide de Salvato, um «crismado» de Córdova, falecido em 982. Além da decoração e do tipo de letra, as duas lápides têm em comum uma fórmula algo rara em monumentos similares - «hic requiescunt membra» - o que nos faz crer que se esteja perante produções da mesma oficina de canteiro. As duas peças estão separadas apenas por nove anos. Esta circunstância induz também a acreditar na existência de fortes ligações entre as dioceses de Sevilha e de Ossonoba, malgrado o difícil momento que atravessariam os cristãos do Garb, com o advento de Almançor<sup>(11)</sup>.

Embora esteja ainda por fazer o estudo sistemático das peças algarvias posteriores ao século VIII<sup>(12)</sup>, adiantamos que poderão ser dessa época as placas de Faro e Alcoutim (A.V.P.- figs. 101,185/186 e 190). Somos mais cautelosos quanto à data a atribuir a outra peça proveniente de Faro (A.V.P.- fig. 142), um capitel cuja cronologia necessita de ser melhor avaliada. Contudo, mesmo que se admita ser anterior ao século VIII, poderemos estar perante uma relíquia da mais importante basílica dos moçárabes algarvios, que se manteve ao culto durante o período islâmico e foi descrita pelo geógrafo árabe Ya'qūb, falecido cerca de 897 da era Cristã<sup>(13)</sup>.

O Alentejo parece ter sido uma região menos densamente moçabarizada que o Algarve e que a faixa litoral entre Tomar e Setúbal. Todavia, existem fortes concentrações de peças ornamentais em algumas localidades ou santuários de renome, cuja comunidade de crentes se estruturou no período imediatamente anterior à conquista árabe. Mesmo que remontando aos séculos VI e VII, muitos dos edifícios terão continuado em uso no período seguinte. Um dos casos mais interessantes é o da cidade de Beja, cujo museu congrega mais de meia centena de peças. É provável que no fim do período visigótico a malha de construções religiosas fosse aí relativamente significativa, situação explicável pela importância política da urbe, que fora sede de um *conventus* jurídico e ascendera à dignidade de cidade episcopal. Conhece-se o nome de sete bispos anteriores à queda do reino visigodo. A historicidade do bispo moçárabe *Isidoro* (séc. VIII) tem sido por alguns posta em causa, embora J. Leite de Vasconcelos e o Pre. Miguel de Oliveira não encontrem razões seguras para duvidar que ele seja efectivamente o autor da *Crónica de 754*<sup>(14)</sup>. O principal argumento dos que contestam a paternidade explícita de «Isidoro Pacense» é o facto de o cronista demonstrar conhecimentos bastante pormenorizados acerca das cidades de Córdova e Toledo. Esta visão espartilhante do cristianismo moçárabe já não é hoje aceitável. É suficientemente conhecido o dinamismo das relações que existiam entre as diversas comunidades de cristãos, os quais, nos primeiros tempos, até correspondiam ao grupo étnico maioritário. Carece pois de fundamento a defesa do anonimato da Crónica, só porque a naturalidade do prelado («Pacense» deriva de *Pax Julia*, nome por que era conhecida Beja desde a época romana) não coincide com o âmbito geográfico do tema da sua obra. E, no caso vertente, o autor não descreve ocorrências que tenham tido lugar em meras cidades secundárias, mas antes nas duas metrópoles - a política e a religiosa - que mais interessariam a qualquer moçárabe culto e que foram ponto de referência essencial para os cristãos do antigo Gharb. Pelo mesmo motivo, terá também procurado em Córdova a glória do martírio o bejense *Sisenando*, que se tornou discípulo de Santo



Eulógio e veio a conhecer a morte por volta do ano 851. O seu corpo ficou insepulto durante certo tempo, mas depois foi levado para a célebre basílica de San Acisclo, onde havia cursado letras com grande proveito. Outro natural de Beja, também perseguido na capital andalusa, foi o presbítero *Tiberino*, amigo pessoal de Paulo «Diácono» e que esteve vinte anos numa masmorra subterrânea<sup>170</sup>.

A importância da comunidade cristã de Beja nos tempos da ocupação islâmica é ainda confirmada por outros testemunhos. Durante a invasão de Muça, uma das primeiras cidades a ser tomada foi Sevilha. Ela veio a ser conquistada após vários meses de assédio, tendo os cristãos fugido para Beja. Pouco tempo depois os sevilhanos voltam a rebelar-se, apoiados pelos seus parceiros de Niebla e Beja. Estes eventos marcaram o início de um longo período em que os bejenses tomam parte activa em múltiplas rebeliões e acções militares. Por isso, aí passou a ficar estacionada uma das seis divisões sírias, que vieram para a Hispânia apoiar o governador andaluz nomeado por Damasco (741 d.C.).

Não admira, pois, que o bispo pacense Isidoro estivesse em boa posição para redigir uma história dos acontecimentos ligados à conquista árabe da Península e às lutas que a ela se seguiram. Quando Isidoro escreveu a sua crónica, o regime atravessava a sua primeira grande crise, a qual, logo a seguir, levou à constituição do emirato Omíada independente. Precisamente nas vésperas da elevação ao poder de 'Abd-al-Rahmán I, dá-se a revolta de Oruah ibn al-Walid, que pegou armas contra Iúçufe, o último governador representante da corte de Damasco. Segundo Almacari, Oruah «auxiliado pelos cristãos e outros, desfraldou o estandarte da revolta na cidade de Beja, donde marchou sobre Sevilha, cuja praça submeteu»<sup>171</sup>.

A força do moçarabismo, em Beja, não pode também ser desligada da sua vertente cultural. Referimos já um historiador cristão (Isidoro) e um diácono que procurou aperfeiçoar os seus estudos numa conhecida escola cordovesa (Sisenando). É de salientar também que em Beja foi redigido um importante *artifonário*, que J. Perez de Urbel considerou posterior à invasão muçulmana, e que depois veio a inspirar o de Leon, na décima centúria<sup>172</sup>.

Os cristãos de Beja atravessaram até esta altura um período relativamente brilhante da sua existência. No tempo de Ibn Marwán (868-889) apoiaram o levantamento muladi e tornaram-se também aliados do senhor de Ossonoba e Silves, Becr ben Yahyá, grande protector da religião cristã no reino do Algarve. É a época da expulsão da guarnição militar árabe de Beja e da constituição da pequena dinastia dos Banu Málík. Em 929 d.C. um seu descendente irá ser submetido por 'Abd-al-Rahmán III, mas é igualmente empossado como representante do governo central, dentro da estratégia pacificadora do califa<sup>173</sup>.

O protagonismo político-militar de Beja chega, pelo menos, à primeira metade do século XII. O seu declínio terá porventura ocorrido quando da sua prolongada disputa com a poderosa Taifa de Badajoz, onde sempre se recusou integrar. Contudo, Beja terá ainda um momento de reacção no século XII, em vésperas da invasão almorávida. Nesta ocasião, juntamente com Évora, formava uma pequena taifa independente, cujo chefe se chamava Cidra ibn Uazir<sup>174</sup>. Antes da rendição do senhor de Beja (1146), o último bispo da cidade - *Raimundo* - ter-se-á refugiado em Leon, onde, em 6 de Março de 1149, na presença do Rei e do metropolitano de Toledo, com a assistência de mais dez bispos, participou na consagração solene da igreja de Santo Isidoro<sup>175</sup>.

Uma análise do catálogo do chamado «núcleo visigótico» do Museu Regional de Beja leva a concluir que estamos perante uma colecção muito singular, dada a quantidade, a variedade e a diacronia evidenciada pelas respectivas peças, quase todas provenientes da cidade. E, desde logo, suscita uma reflexão sobre o significado desta densidade

de vestígios, sobretudo quando comparada com Évora, a sede episcopal mais próxima, no seio do reino visigodo. Apesar de situada numa zona artisticamente mais rica, pela proximidade de Mérida, a sede eborense poucos elementos apresenta relativos àquele período<sup>(21)</sup>. O número de bispos visigodos conhecidos é idêntico ao de Beja, mas depois perde-se quase o rasto da presença cristã, se se descontar a manutenção da sua referência nos episcopologios moçárabes. Edricí, que nalguns casos deixa notícia dos locais de culto moçárabes, acerca de Évora diz apenas que, dentro de muros, ela possuía um castelo e uma mesquita. É de referir também que a urbe fora violentamente atingida pelo saque de Ordonho II, em 913, tendo chegado à actualidade uma inscrição lapidar comemorativa da sua reconstrução. Desenvolvemos o caso de Beja - aliás pouco conhecido - precisamente para assinalar o contraste com Évora, que aparenta ser menos importante durante o domínio cordovês. Nesta diocese desenvolveram-se dois importantíssimos cultos religiosos - o de São Manços e o de Vera Cruz - mas os respectivos santuários ficavam no meio rural.

Em face do exposto, faz pois todo o sentido perguntar se esta coincidência entre a falta de elementos arquitectónicos e a menor presença moçárabe em Évora não será um argumento mais, se bem que indirecto, para considerar uma significativa percentagem da escultura ornamental de Beja como um indicador tardio da vitalidade construtiva dos seus habitantes, descendentes directos da cristandade visigoda e que continuaram activos após 711.

No estado actual dos nossos conhecimentos é muito difícil, em certos casos, distinguir o que é verdadeiramente anterior ou posterior à conquista árabe da Península. Todavia, a questão diminui consideravelmente de importância desde que passemos a aceitar que o que existe é, no seu conjunto, a expressão de uma mera continuidade. Mais do que a respectiva posição face à data da conquista árabe, o que passa a interessar é antes a análise das diacronias internas e o conhecimento da evolução estilística: durante o período de mais de dois séculos de domínio visigodo e, logicamente, durante a prolongada vivência das comunidades moçárabes e em função das mutações políticas, sociais e culturais que afectaram o seu desenvolvimento.

O catálogo do núcleo do Museu de Beja aponta já, como possivelmente dos séculos VIII e IX, as peças n.ºs. 15, 16, 18 e 20. Estamos basicamente de acordo, aceitando até que possam ser ainda mais tardias as esculturas que apresentam carácter decadente. Em nossa opinião, os dois primeiros séculos de ocupação árabe traduziram-se antes, na maioria dos casos, por um reforço da qualidade (o que explica também o altíssimo mérito das esculturas moçárabes em território leonês e castelhano). Nesta perspectiva - e embora sem o podermos garantir - não nos admiraria se fossem do século VIII - IX a aduela n.º 58, as pilastras n.ºs 45 e 46 ou as impostas n.ºs. 59-61 e 64. A última destas peças poderá mesmo ser do século X, tal como, com quase toda a certeza, os frisos n.ºs. 65-68, de fitas enlaçadas com talhe em bisel. O encordoado simples é um tema muito usado nas cercaduras moçárabes, desde as lápides de Cacela e Sevilha à mesa de altar de S. Miguel de Escalada. São também frequentes nos marfins cordoveses, razão porque preferimos uma cronologia mais avançada<sup>(22)</sup>.

Com o tempo - e acompanhando o fim do califado - inicia-se um período de grande instabilidade para os habitantes do *Ándalus*, os quais, particularmente em locais distantes dos centros do poder, devem ter sido afectados por um processo de acelerada regressão artística. Beja não fugiu a esta realidade e conserva razoavelmente íntegro o templo de Santo Amaro, que é a expressão acabada desta tendência evolutiva da arquitectura cristã no *Gharb* ocidental, no momento em que a sociedade moçárabe se encontrava exangue e à beira da extinção (Fig. 1).





Figura 1- Interior da basílica de Santo Amaro de Beja, hoje com funções de museu do chamado «núcleo visigótico»

Pela sua planimetria, pelo tipo das impostas que assentam nas seis colunas centrais e, à primeira vista, também pelo que resta da cabeceira, parece estarmos perante uma obra proto-românica dos finais do século XI. A modulação dos pilares e as proporções do templo lembram obras coevas do norte peninsular, como San Martiño de Mondoñedo, San Millan de Lara e San Pedro de Arlanza. Existem diversos testemunhos que documentam as relações entre a hierarquia moçárabe e a leonesa, pelo que não são de estranhar tais similitudes nesta fase de renovação estilística<sup>271</sup>.

A fraca disponibilidade de recursos levou os construtores da igreja de Santo Amaro a reaproveitar materiais antigos. Apenas a série de impostas já referidas parece ser obra de cronologia bastante mais recente. À entrada do templo, por sua vez, está já reaproveitada uma imposta moçárabe, com toro no arranque inferior, que julgamos ser do século IX-X. Finalmente, há que referir os capitéis das naves, reutilizados tal como os restantes elementos das colunas. À exceção de um capitel - que C. A. Ferreira de Almeida considera na linha dos compostos califais do século X - eles foram integralmente resculpidos e de forma bastante grosseira. O acabamento é imperfeito e deixou à vista ainda alguns dos ornamentos dos capitéis romanos que os precederam<sup>272</sup>. Eles são particularmente visíveis nos exemplares nº 1 e 4, publicados no preâmbulo ao catálogo já mencionado; no último restam as folhinhas lanceoladas do ábaco, enquanto que no primeiro se vêem ainda as rosetas centrais de cada face da corbelha. A estrutura e o desenho dos capitéis de Santo Amaro possuem a ingenuidade de certas esculturas coevas que decoram também alguns templos cristãos do norte peninsular, como os da cripta de San Salvador de Leyre. Relativamente à escultura moçárabe, as formas tornam-se cada vez mais rudes e o relevo transforma-se. O bisel deixa de ser exclusivamente obtido a partir da escavação da superfície lisa do suporte e passa a resultar do desbaste dessa mesma superfície, adquirindo as formas maior vulto (I.R. - fig. 16). É um processo de transformação conhecido, que conduzirá a uma nova plasticidade dos ornamentos, típica da escultura românica.

O Alentejo caracteriza-se por um povoamento mais concentrado e parece evidenciar uma menor densidade de vestígios moçárabes, malgrado o que acaba de referir-se a propósito de Beja. No entanto, no vizinho concelho da Vidigueira existem três exemplos que nos deixam alguns indicadores de como poderá ter evoluído a situação no ambiente

rural e em contextos diversificados. Na povoação de Marmelar<sup>171</sup> foram encontradas diversas pedras ornamentais que não temos dúvidas em colocar no período moçárabe. Duas placas de calcário repetem o vulgar motivo das rosetas de oito pontas, distribuídas em reticulado, mas o desenho e a própria modelação começam a perder qualidade. Além destas peças conhecem-se duas placas de cancela em mármore, com motivos vegetalistas de desenho muito ingénuo e orlas decoradas com círculos em cadeia ou fitas enlaçadas<sup>172</sup>. Os outros dois exemplos já foram objecto de estudo noutra ocasião<sup>173</sup>. Trata-se das villas romanas de São Cucufate e do Monte da Cegonha. Em ambos os exemplos parece haver uma sequência ininterrupta de ocupação. Mas enquanto no primeiro terá havido uma deslocação do templo, da primitiva basílica romano-cristã para a zona contígua a uma presumível sinagoga abandonada, no segundo caso houve sucessivas reparações da mesma basílica, que remonta originalmente ao século IV-V d.C. Em São Cucufate trata-se de uma ocupação mais diversificada e irregular, onde teria existido uma ermida, com nave única e ábside em ferradura, constituindo o núcleo central de um pequeno mosteiro anterior à Reconquista cristã. Do ponto de vista material, nada nos chegou de significativo do mosteiro, até porque utilizava uma parte das estruturas romanas da *villa*. É mesmo possível que estivesse já abandonado quando, no século XIII, dão aí entrada os cónegos regrantes de Santo Agostinho<sup>174</sup>. Relativamente ao Monte da Cegonha a situação é bem diferente. Numa *villa* romana mais humilde é construída a basílica paleocristã, em torno da qual irá permanecer ininterruptamente uma pequena comunidade aldeã, até aos finais do século XII. O monumento apresenta quatro fases perfeitamente identificáveis, sendo a última já relacionada com a dominação islâmica. O espaço interior do templo é remodelado, com a presumível construção de uma iconostasis e a transformação - senão o entaipamento - dos acessos às capelas laterais. O tipo de aparelho destas intervenções é semelhante ao das casas de habitação do período califal. É também interessante constatar que há uma retracção do povoado e que estas últimas casas se vão concentrar na proximidade do templo<sup>175</sup>. O aparecimento de significativo espólio de raiz islâmica - ao contrário do pobre eremitério de São Cucufate - demonstra uma ocupação até pelo menos ao século XII, que, em conjugação com o achado de uma moeda de D. Sancho I, leva a concluir que o núcleo moçárabe teria sido extinto precisamente com a forte reacção almóada de 1190, que levou os extremistas berberes, de novo, quase até à linha do Tejo.

No Baixo Alentejo há ainda a assinalar dois outros importantes centros: Mértola e Sines. Relativamente à cidade de Mértola, esta manteve sempre estreitas relações com Beja, a cujo termo pertencia. A sua relativa proximidade e as fáceis ligações viárias explicam o facto de vermos as duas cidades envolvidas em frequentes acções comuns de natureza político-militar. A revolta de Ibn Marwān, no século IX, foi apoiada pelas duas povoações, que obedeciam a um único chefe militar, um certo ‘Abd-al-Malik ibn Abi-l-Jawwād<sup>176</sup>. O culto cristão terá tido em Mértola um certo brilho durante o período visigótico. Além da notável basílica extramuros, que foi abandonada nos inícios do século VIII<sup>177</sup> apareceram também vestígios diversos na rua Afonso Costa (junto ao Cine-teatro e à sede do Partido Socialista) e sobretudo na zona palatina da Alcáçova. A mesquita foi seguramente precedida de um templo cristão e um pouco mais abaixo, junto ao criptopórtico romano, parece ter existido um monumental baptistério que, inicialmente, foi interpretado como área termal<sup>178</sup>. Embora existam várias peças datáveis do período islâmico, guardadas no núcleo do castelo com outras do período anterior<sup>179</sup>, há maior dificuldade em comprovar a existência de moçárabes na cidade. As suas ligações históricas com Beja e Ossunoba fazem prever essa possibilidade, mas até hoje apenas pode citar-se, e como prova condicional, a inscrição encontrada possivelmente nas terras de D. Martinho Mascarenhas, junto a Mértola, e que teria sido transferida por sua indicação para Montemor-o-Novo.



A lápide apresenta duas legendas, uma romana e outra moçárabe. Embora tenham surgido algumas dúvidas a respeito da primeira, Mário Barroca inclina-se para aceitar a veracidade da sua proveniência e a genuinidade paleográfica do letreiro medieval, que possui paralelos no século X-XI. Trata-se de uma epígrafe comemorativa da fundação de um edifício religioso, por «(Si)senandus et (i)sabille»<sup>141</sup>.

Não deixa de ser também significativa a ausência, em Mértola, da maioria dos motivos ornamentais aparecidos em Beja. O mesmo já não acontece em Sines, junto à costa atlântica, onde se desenvolveu um culto local, dedicado a S. Torpes. Impressiona o elevado número de peças recolhidas no respectivo Museu. A maioria delas não é possível ligar a qualquer edifício moçárabe, pelas razões de continuidade já apontadas. Porém, existe um marco para apoio de cancela (exemplar nº 21 do Museu), de estilo mais decadente, que apresenta grandes similitudes formais com outro do Castro da Cola<sup>142</sup>.

A diocese de Évora, no período moçárabe, apresenta características bastante diferentes daquelas que acabamos de analisar. Começamos por referir a pouca consistência com que a arqueologia e as fontes documentais permitem sustentar a presença de cristãos dentro da cidade, depois do século VIII. Contudo, o nome da diocese já aparece com a sua forma arabizada (IaBuRā) no manuscrito escorialense do ano de 780, que contém a divisão eclesiástica da Hispânia, e ainda em mais dois códices do século XI, também do Escorial<sup>143</sup>. O exemplo mais significativo da presença do culto cristão na região de Évora diz respeito à devoção pelas relíquias de São Mâncio, cujo santuário distava cerca de 15 Km da cidade, em direcção a sudeste. A *Passio* do santo - manuscrito do Escorial dos fins do século XI - dá conta da trasladação das relíquias nessa mesma centúria, da região de Évora para Villanueva de San Mâncio e para Sahagun. O mosteiro leonês de Sahagun, cuja basílica estava dedicada aos mártires Facundo e Primitivo, foi fundado em 904 por uma comunidade moçárabe imigrada, sob a direcção do abade Afonso. Ele teve grande apoio por parte dos reis leoneses, sendo construída uma nova igreja no tempo de Ramiro II, que viria a ser consagrada em 935. É possível que antes - e mesmo depois - de o mosteiro passar para a órbita cluniacense, este tenha polarizado as atenções dos moçárabes andaluzes, com quem continuaram a ser mantidos contactos. Ainda em 1118, por exemplo, um bispo de Granada assistia ao concílio de Sahagun<sup>144</sup>. Daí se poder também concluir que, pelo menos até ao século XI, permaneceu activa uma comunidade moçárabe nos arredores de Évora, da qual ficou a memória de uma relação explícita com o prestigiado mosteiro do reino de Leon. Segundo o relato do manuscrito do Escorial, o santuário eborense tinha-se transformado num centro de peregrinação, do qual faziam parte três locais de culto: o «martirium» do santo, um baptistério e a igreja catecumenal. Pesquisas arqueológicas dos últimos anos - e ainda por concluir - levaram à descoberta do mausoléu que esteve na origem do desenvolvimento do culto de São Manços e também um outro edifício, muito possivelmente uma basílica com baptistério<sup>145</sup>.

Seguindo ainda mais para sul, a caminho de Beja, ficava outro prestigiado santuário, o da Vera Cruz de Marmelar. A devoção pela cruz santa do Calvário desenvolveu-se durante o período visigodo e estaria difundida na região de Évora no século VIII, senão mesmo antes. Nos arredores da cidade foi descoberta uma inscrição, que a Hubner pareceu ser daquela centúria, e que aludia à prática de fazer o sinal da cruz<sup>146</sup>. A atracção pelas relíquias da Vera Cruz deve ter sido relativamente comum entre os moçárabes e o seu culto, ao que parece, teria tido especial aceitação na região de Évora. A basílica de Marmelar, no actual concelho de Portel, merece um estudo mais aprofundado, devido não só à importância dos vestígios ainda de pé, mas também pelas consequências de ordem histórico-cultural que advirão da pesquisa do contexto das suas eventuais ligações com

outros monumentos peninsulares, nomeadamente com o grupo a que pertence a igreja de San Pedro de la Nave. De facto, a fenestração da cabeceira deste templo possui grande similitude à da basílica alentejana (A.V.P. - fig. 221 a 226). É sabido como hoje se tem intensificado o debate em torno da data de La Nave<sup>48</sup>, cuja cronologia post-visigótica também perfilhamos, embora ainda com alguma cautela, por a construção não ser homogénea.

Independentemente desta questão, que não é menor, deve salientar-se que, uma vez mais, estamos perante um canal aberto de relacionamento cultural entre o Alentejo e o baixo Leon. Aliás, no Museu de Moura existem duas impostas paralelipipédicas, decoradas com duplo friso de semi-círculos, cuja forma arquitectónica muito tem a ver também com La Nave e Quintanilla de Viñas<sup>49</sup>.

Os vestígios arqueológicos da região, posteriores ao século VI, apontam para uma relação muito próxima com os focos artísticos de Mérida e Badajoz. Isto explica o seu carácter mais denso, no que contrasta com o Baixo-Alentejo, e talvez justifique a sua relativa precocidade. Com excepção de alguns exemplos - dos quais se destacam as placas de Campomaior e de S. Miguel da Mota<sup>50</sup> - é difícil ajuizar se estaremos ou não perante obras posteriores ao século VIII. Nada impede que alguns desses edifícios tenham continuado a ser mantidos por moçárabes isolados no meio rural. Contudo, a fraca existência de indícios complementares, como a toponímia de raiz moçárabica ou testemunhos hagiográficos posteriores à conquista árabe, levam a pensar numa grande perda de influência do culto cristão. O quase vazio de informação para a cidade de Évora poderá corroborar esta ideia. No entanto, envolvendo em quarto de círculo a grande planura que, a sul, margina a linha do Tejo - praticamente estéril em vestígios alto-medievais - erguem-se várias cordilheiras onde se terão desenvolvido formas mais simples de vida eremítica. Tanto na serra de S. Mamede como nas de Ossa, Montemuro e Monfurado, foram colhidas tradições que apontam para existência de eremitários e, nalguns casos mesmo, com lendas que narram sucessos piedosos ocorridos na época do domínio árabe. Pesquisas arqueológicas recentes começam também a revelar estruturas rupestres, as quais, poderão estar ligadas com este movimento<sup>51</sup>.

À medida que nos afastamos em direcção à costa atlântica começa a aumentar o número de topónimos e de achados atribuíveis à presença de comunidades cristãs. No concelho de Viana do Alentejo, por exemplo, aparece o topónimo «Monçarve», o qual se irá repetir depois na região de Lisboa. Já falámos também da mais que provável presença moçárabe no vale de Arranas, em São João de Azinhais (Torrão) e existem fortes razões para pensar que, até bastante tarde, os cristãos não tenham sido expulsos das povoações fortificadas de Montemor-o-Novo e Alcácer do Sal. Da primeira restam-nos algumas peças, das quais salientaremos o capitel de fresta geminada patente na exposição (Catálogo-peça nº 15) e um baixo relevo ornamental, ambos de aparência bastante tardia. Este último é decorado com três círculos inseridos numa orla rectangular, sob a aparência de uma fita estriada, e sendo os espaços vazios preenchidos com toscas flores de lis. Os círculos são limitados por orlas idênticas à anterior e encerram respectivamente, uma estrela de doze pontas, uma roseta radiada e um crismon. A estrela, apresenta uma geometria muito arabizante e o crismon evidencia nítidas características decadentes. O A e o W deixam de ter significado, para se transformarem em meros detalhes ornamentais. Aliás eles duplicam, transformando-se os A em pontas de lança e, quanto aos W, toma um deles a forma de um S deitado. Admitimos para esta peça uma cronologia muito avançada. O mesmo já não diremos dos dois capitéis de Alcácer do Sal (Catálogo-peça nº 14), cujo estilo e qualidade apontam para os séculos IX-X<sup>52</sup>. A dificuldade maior reside na falta de argumentos para ligar estes capitéis a qualquer antigo templo da cidade. É possível que provenham de Santa Maria do Castelo, mas nada sabemos a esse respeito.



Na península de Setúbal também deveremos pensar na existência de eremitismo, do qual existe uma tradição na serra de São Luís e, ainda, a indicação fornecida pelos topónimos «Arrábida» e «Azoia». Este último nome é a designação árabe referente a «ermida», enquanto o primeiro alude às características isoladas da região. Ainda na margem sul, em frente a Lisboa, existe o topónimo «Alcainça», que quer significar «igreja». Estes topónimos (e suas corruptelas), aliados aos de «Almoster» (o mosteiro) e de «Monceravia» ou «Moçarria» (terra de moçárabes), dão-nos uma forte confirmação - e até aqui inédita, à excepção de alguns casos do Algarve - da grande densidade de instalações moçárabes ao longo de toda a faixa entre o rio Tejo e a costa atlântica, até uma latitude ligeiramente superior a Tomar<sup>161</sup>. O estudo analítico das peças até hoje encontradas, que relacionamos com o período moçárabe, revela-nos uma área relativamente homogénea, estruturada a partir do foco artístico lisboeta e que evoluiu autonomamente.

São ainda poucos os elementos que possuímos na cidade de Lisboa, referentes ao anterior período de dominação visigoda. Embora a cidade tivesse estado administrativa-mente na dependência de *Scallabis*, será em *Olissipo* que vai estabelecer-se a sede episcopal no tempo dos godos. Descontando um bispo cismático no século IV, apenas se pode confirmar a Igreja olissiponense, perfeitamente constituída, a partir dos últimos anos do século VI. Desde 589 até 693 d.C. estão referenciados nada menos do que oito bispos. No entanto, são poucas as evidências arqueológicas de templos cristãos situáveis, com rigor, neste mesmo período. Apenas existem dois casos seguros. As lápides sepulcrais encontradas em Chelas - uma das quais completa, que apresentava um crismón e a data de 665 d.C.<sup>162</sup> - e algumas peças provenientes do largo onde existiu a antiga igreja de São Mamede<sup>163</sup>. Este último achado é assaz interessante, pois nele está incluída uma estela com o campo epigráfico encerrado num círculo, exactamente do mesmo tipo das de Chelas. Além da forma da peça e da tipologia da letra, elas coincidem no próprio formulário da legenda, o que leva a colocar todos estes materiais na segunda metade do século VII. Um outro fragmento de estela mostra duas pombas ladeando um ramo de oliveira<sup>164</sup>. Impressiona pela sua extrema rudeza, o que aliás coincide com o primitivismo das pedras ornamentais provenientes da igreja. A preferência vai para os toreados, os motivos geométricos a dois planos e um bisel relativamente grosseiro. Este facto leva-nos a pensar que a oficina lisboeta, no final do período visigodo, era ainda bastante rudimentar.

As peças de Lisboa mais divulgadas pertencem a um horizonte cultural distinto e que julgamos poder situar a partir da criação do emirato independente de Córdoba. Trata-se de um grupo bastante original e com poucos paralelos na arte cristã peninsular. Maria Cruz Villallon chamou a atenção para um pequeno conjunto de peças encontradas em Mérida e que considera posteriores ao século VIII, apontando-lhes influências omíadas<sup>165</sup>. Por uma via independente, começamos a chegar a idêntica conclusão a propósito do grupo de Lisboa, assunto que viríamos depois a discutir com Luis Caballero Zoreda, em 1992, quando da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica<sup>166</sup>. Caballero, que já então questionava os problemas de uma continuidade artística, é hoje um dos mais entusiastas defensores deste modelo, que vem questionar muitas das ideias vigentes acerca do estado evolutivo da arte visigoda quando se dá a invasão de 711<sup>167</sup>. Pela primeira vez, é colocado nos devidos termos o problema da sobrevivência de uma arte cristã no sul da Península. As influências orientais chegam à Hispânia por diversas vagas, contribuindo para o progressivo enriquecimento da produção cristã, em zonas especificamente determinadas, ao longo dos séculos VIII e IX. Só assim se explica a elevada qualidade artística dos moçárabes que emigraram para o reino leonês. Os baixos-relevos das cancelas de S. Miguel de Escalada, tal como certas pedras ornamentais lisboetas, não podem ser expli-

cados sem a referência a protótipos omíadas da Síria e Palestina, em Khirbat al-Mafjar, Qasr al-Hair Oeste, Qusayr Amrah e Mshatta. A vinda de artistas orientais para a Hispânia poderá ter-se intensificado a partir da fuga de 'Abd al-Rahmān I de Damasco para Córdova, apesar dos escritores árabes os terem deliberadamente deixado no anonimato. Ainda recentemente Sally Garen sublinhou a importância dos palácios sírios do século VIII para explicar alguns dos detalhes mais significativos da arquitectura de Santa Maria de Melque<sup>101</sup>. Luis Caballero tem insistido também nalguns aspectos arquitectónicos, como a qualidade do aparelho construtivo ou as abóbadas sobre pendentes, e acaba também de identificar mais um elo essencial, com a descoberta de estuques árabes na província de Alicante, cuja técnica e desenho se identificam perfeitamente com os modelos sírios que inspiraram os nossos artistas, mais habituados ao trabalho do calcário<sup>102</sup>.

Um dos exemplos lisboetas mais interessantes é a peça encontrada na rua dos Bacalhoeiros (Catálogo-peça nº 22), cujo desenho tem uma estrutura muito próxima de certos painéis decorativos de Khirbat al-Mafjar. A evolução do modelado para uma maior qualidade do recorte em bisel, com acentuação dos contrastes claro-escuro, terá também muito a ver com a pesquisa de um certo mimetismo com os efeitos do trabalho em estuque. Ainda da rua dos Bacalhoeiros é o elemento de pilar encontrado na Casa dos Bicos (Catálogo - peça nº 21), o qual, nas suas quatro faces, apresenta medalhões decorados com grifos. É um motivo oriental que se repete, por exemplo, na decoração dos pendentes da abóbada de uma das salas do balneário do palácio de Khirbat al-Mafjar. Cada animal fantástico - neste caso um centauro - é igualmente envolvido por uma robusta coroa vegetal. Na peça da Casa dos Bicos cada medalhão enlaça-se com o adjacente, num esquema que se repete ao longo do pilar.

Existe um pilar muito semelhante proveniente do convento de Chelas (Catálogo-peça nº 19). Não é provável tratar-se de peças da mesma origem. A de Chelas parece ser uma cópia da anterior, sobretudo se atendermos à superior rigidez da coroa vegetal e à plasticidade algo mais grosseira do grifo. A basílica de Chelas, inicialmente dedicada a São Félix, deve ter sido objecto de uma reconstrução nos finais do século IX, após terem lá sido depositadas as relíquias dos santos Adrião e Natália. Uma tradição recolhida em Chelas tem muito a ver com o desenvolvimento do culto de Santo Adrião, graças ao empenho de Afonso III, o mesmo rei que fez transferir as suas relíquias para a igreja asturiana de Tuñón<sup>103</sup>. O fragmento de pilar não é um caso isolado, pois de Chelas chegaram-nos também, dentro do mesmo estilo, um pedaço de cancela decorada com rosetas de dois tipos, dispostas em xadrez (Catálogo-peça nº 20) e um friso com baixo-relevo representando leões afrontados, diante da árvore da vida. Este último motivo, sob a forma de dupla palmeta, muito aberta, apareceu já no painel da rua dos Bacalhoeiros e irá constituir marca de identificação em algumas cenas decorativas dentro desta corrente artística. Em baixo, existe um estreito friso em que os cachos de uva muito se aproximam também do da peça mencionada.

Junto à rua dos Bacalhoeiros não é conhecido qualquer templo alto-mediévio. Existiu outrora uma sinagoga, mas, por prescrição religiosa, é improvável que nesta houvesse aí pilares medalhados com grifos, como o que apareceu na Casa dos Bicos. É mais lógico que as três peças encontradas nesta mesma rua pertencessem à Sé Catedral, cuja proximidade é relativamente grande. Admitimos que a construção da grande mesquita seja bastante tardia, talvez mesmo posterior ao século XI, como em outras localidades bem conhecidas. A partir de então os cristãos terão sido obrigados a transferir-se para a periferia, mais concretamente para Santa Maria de Alcamí (hoje São Cristovão). Inicialmente, os moçárabes dispunham ainda de outros templos, como o de Santa Cruz do Castelo (onde apareceu um lintel desta mesma época), o de S. Martinho («pobre



capela...de architectura árabe, muito simples e tosca») e o de Santos (no local de martírio dos santos Veríssimo, Máximo e Júlia e onde apareceu uma imposta altomedieval).

Onde hoje se encontra a Sé Catedral, ficaria localizada a primitiva basílica - maior. Ajuizar pelos achados da igreja de São Mamede, a architectura daquela seria ainda muito pouco evoluida. É admissível que viesse mesmo a precisar de renovação, o que terá acontecido nunca antes do século IX-X, se atendermos às características das peças já mencionadas, bem como às de uma peça ornamental, parcialmente à vista no alicerce da torre sul da Catedral (A.V.P.- fig. 295, 296). Da Sé provêm mais duas pedras, que se guardam no claustro. Trata-se de uma imposta com um friso de palmetas e um baixo-relevo decorado com três arcos em ferradura, que envolvem motivos conquiriformes, sob os quais se encontram dois leões (ou antílopes) e duas pombas, estas últimas afrontadas (Catálogo-peça nº 16). Estamos perante uma temática ainda cristã, de representação simbólica do Paraíso, bastante vulgar em estelas coptas do século IX-X. A título de exemplo podem citar-se uma do Museu de Brooklyn, com um quadrúpede, e outra do Museu do Cairo, com várias aves em idêntico cenário. Num dos casos, inclusive, aparecem arcos, decorados com festões. Só que a peça de Lisboa é muito mais rica. Aliás, também neste aspecto, ela diferencia-se das demais da cidade, com a excepção da já mencionada imposta, guardada no claustro da Sé. O relevo é obtido por uma escavação profunda da pedra, o bisel quase desaparece e as figuras dos animais são muito mais frágeis do que, por exemplo, os leões de Chelas. Estes são tratados com superfícies largas, a dois planos. Na Sé, as figuras são praticamente de vulto e, apesar do seu mau estado actual, ainda se notam alguns raiados feitos a bisturi, que são bem visíveis em fotografias captadas há algumas décadas (Fig. 2). As asas das aves, a sair da altura do pescoço, a silhueta dos leões com a sua reduzida cauda, os pequenos sulcos a bisturi no corpo dos animais e um picotado paralelo à parte superior do dorso, lembram melhor os marfins cordoveses (cfr. I.R.-fig. 27). A certeza de que esta peça é da segunda metade do século X pode obter-se ainda na análise do festão que envolve os arcos em ferradura. Trata-se de um tipo inexistente em época visigoda e que vamos encontrar em Medina-Zahara e na própria mesquita de Córdoba, onde chegou através do mesmo canal de influência sírio-islamita. As palmetas são recortadas a trépano e alternam, com três e cinco folhas, ficando ligadas entre si, na parte inferior, por uma cadeia de arcaturas ou hastes côncavas. É o que se pode observar numa repetida série de bases de coluna, com ligeiras variantes entre si, do palácio de Medina al-Zahrâ (Fig. 3).

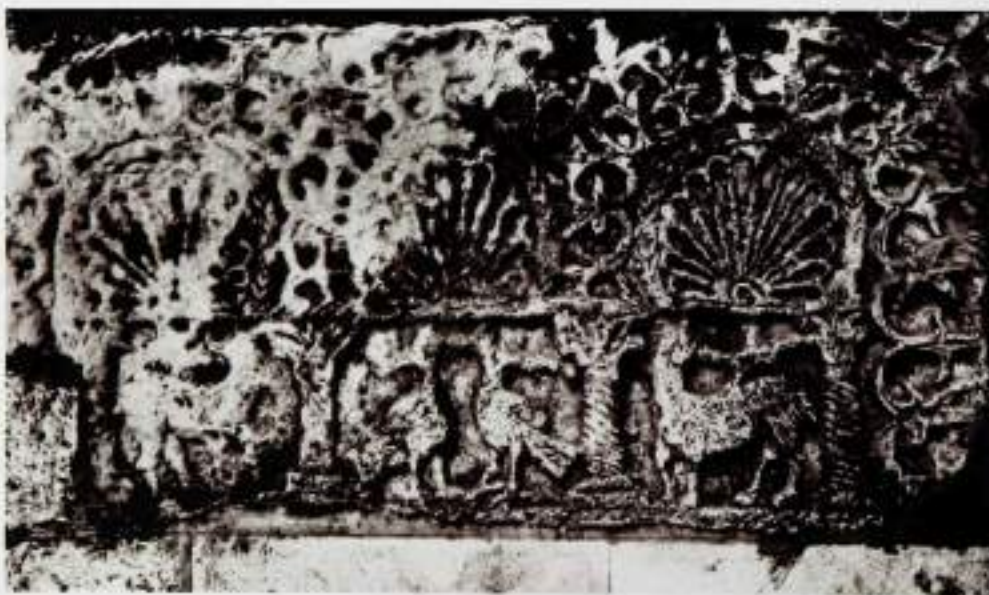


Figura 2- Baixo relevo da Sé de Lisboa, fotografado há mais de meio século por Domingos Avião, a cujo estado de conservação permite ainda reconhecer a técnica de modelado das figuras animalistas.



Durante o período de submissão à taifa de Badajoz, senão mesmo após a invasão almorávida, é que os cristãos terão sido afastados da basílica maior. O baixo-relevo do Paraíso é uma evidência arqueológica que não pode ser desprezada. Inicialmente, os hispano-godos até poderiam ter dividido o espaço com os muçulmanos, como sucedeu em Córdova, Damasco, etc. Quando foram expulsos do local, remeteram-se possivelmente para o chão de Alami (isto é, das «hortas»), cujo templo consagraram igualmente a Santa Maria. Deveria ser este o local onde praticava culto o bispo moçárabe assassinado durante o assalto a Lisboa, em 1147.

As relações da sede lisboeta com a periferia foram bastante intensas. Provam-no as peças de Santarém e de Tomar<sup>100</sup>, entre outras. Em Santarém, apareceu um elemento de cancela (Catálogo-peça nº 23), cujos motivos repetem os da cancela de Chelas e se aproximam da orla inferior do baixo relevo dos leões, de igual proveniência. Em Tomar existem várias pedras ornamentais, que testemunham também uma evolução paralela às de Lisboa. As mais antigas são decoradas com rosetas de pétalas muito simples e relevo a dois planos, semelhantes às peças visigodas reaproveitadas em São João da Nazaré. O painel de decoração mais exuberante, actualmente embutido na torre de menagem, apresenta muitas afinidades técnicas com as peças lisboetas do século IX<sup>101</sup>. Ele é decorado com uma orla de triângulos em contraposição e três filas de rosetas justapostas, de desenho variado. O modelado faz-se através do recurso a um talhe em bisel ligeiramente côncavo, que originalmente daria à peça um notável acabamento. Este elemento de cancela, para além do mais, tem a importância de esclarecer qual foi o ponto de partida para as esculturas em calcário da primeira metade do século X, utilizadas em vários templos do norte de Portugal e da Galiza (Idanha-a-Velha, Cedofeita, São Torcato, Arosa, São Frutuoso, Saamasas, etc.) e até para o baixo-relevo com grifo de San Miguel de Lillo, nas Astúrias. A comparação com os frisos de círculos de São Torcato de Guimarães (Fig. 4) é deveras surpreendente, parecendo tratar-se quase de um modelo directo. Através da revelação do inovador percurso da arte «lisboeta», parece que, pela primeira vez, se abrem perspectivas concretas para entender o processo evolutivo da arte moçárabe no próprio terreno de origem e, depois, na sua migração para norte.

As explicações para este facto podem colher-se de diversos modos. Conhecem-se as investidas de Afonso II e Ordonho III na região, bem como a narrativa da embaixada do conde «Servando» que, de passagem por Lisboa, teria depositado no mosteiro de Chelas as relíquias dos santos Adrião e Natália. Mas um dos argumentos mais apelativos é o da aliança entre Ramiro II e o senhor de Santarém, Umaiya ibn Ishak al-Kurashi. Perseguido, este vai depois apresentar-se ao serviço do próprio Ramiro II, a quem acompanhará na célebre batalha de Simancas. Esta ligação pessoal entre os dois magnatas pode ter constituído o pano de fundo para o desenvolvimento de outro tipo de relações, de natureza mais cultural. Já explicámos noutra local que, conhecendo bem a história do condado portugalense, a migração das peças em calcário para os monumentos galaico-minhotos só pode ser aceite a partir dos inícios do segundo quartel do século X. Esta conclusão é perfeitamente compatível com a cronologia do «moçarabismo» leonês, iniciado alguns anos antes e ainda perfeitamente coevo deste movimento em terra portugalense, à qual Ramiro II muito esteve ligado<sup>102</sup>.

No próprio terreno de origem, a arte lisboense evoluirá para formas cada vez mais degeneradas, embora dentro da matriz local, como o provam o núcleo de Cabrela e Faião (Sintra). Aí se deverá ter refugiado um presumível bispo de Lisboa, *Ildefonso*, em época mais tardia, na sequência de eventuais dificuldades temporárias da sede episcopal. O seu epítáfio é já muito pobre e reaproveita uma lápide romana. Quanto à escultura, ela evolui



Figura 3— Base de coluna de Medina al-Zahra, réplica de uma peça da série decorada com palmetas e encordoados, que inspiraram o artista da Sé de Lisboa



Figura 4— Elemento de um ajimez, em São Torcato de Guimarães, cujas rosetas ornamentais são uma importação moçárabe da região de Tomar



para o alargamento dos fundos onde se inserem os motivos ornamentais, transformando o bisel escavado em talhe de vulto, num processo paralelo ao que vimos em Santo Amaro de Beja, não obstante o caso de Sintra ser de superior qualidade (I.R. -fig. 22). Um outro exemplo de aspecto ainda mais grosseiro, embora fiel à técnica de escavação profunda da superfície da pedra, é o friso de Alcainça (topónimo com significado de «a Igreja», em árabe), cuja matriz de desenho vamos encontrar em Mérida e Beja.

A região da Estremadura portuguesa, pleno coração do moçarabismo entre os séculos VII-X, foi propícia também aos contactos com gente do Norte. Em nosso entender, o templo de São Gião da Nazaré é um exemplo do movimento de migração inversa e, como tal, um testemunho muito precoce do avanço de um grupo galaico-asturiano em direcção ao sul. Tratar-se-á possivelmente do resultado de uma presúria do século IX, de origem privada e, portanto, não oficializada nas crónicas<sup>101</sup>.

Coimbra, um pouco mais a norte, foi destino duma dessas presúrias oficiais, mas a ocupação cristã foi precária, sendo interrompida nos finais do século X. A arte moçárabe de Coimbra parece constituir um grupo bastante homogénio e com personalidade própria, se bem que tenha havido até agora a tendência para classificar a maioria das suas peças como visigodas<sup>102</sup>. Inclina-mo-nos progressivamente para considerar o período visigodo menos importante em matéria construtiva, pelo menos até uma fase avançada do século VII, dado que se devem ter reaproveitado muitos edifícios pré-existentes. Na zona das Beiras houve também fortes concentrações moçárabes e muladis, notando-se aqui, porém, grande diferenciação cultural entre regiões situadas à mesma latitude. Basta comparar os restos de Coimbra com o que chegou até nós em Lourosa e Idanha-a-Velha. Um dos motivos é a própria diferença da matéria prima utilizada - calcário ou granito - e outro reside no facto de que a evolução histórica desta zona foi mais atribulada e descontínua, com reflexo directo no ambiente social e político em que decorreram as novas construções. Contudo, como no caso de Soure, mesmo em condições de grande provação, os moçárabes não hesitaram em construir de novo. A história dos cristãos em terras do Islão é um exemplo de coragem, de persistência e de apego à liberdade, virtudes que a historiografia tradicional tem deliberadamente esquecido e que a levou para uma perspectiva muito rígida, limitativa das próprias possibilidades da pesquisa, e que muito terá contribuído para distorcer a realidade.

<sup>101</sup> Acena dos moçárabes em território português vejam-se, entre outros: VASCONCELOS, 1958, p. 254-298; REAL, 1995, p. 17-68; MATTOSO, 1985, p. 5-24 (reeditada em 1987, p. 19-34).

<sup>102</sup> REILLY, 1996, p. 37.

<sup>103</sup> SIMONET, 1983, p. 809-812.

<sup>104</sup> SIMONET, 1983, p. 763.

<sup>105</sup> REAL, 1995, p. 49 e 55.

<sup>106</sup> REAL, 1995, p.55-56 (Sempre que no texto nos referirmos às ilustrações deste estudo, lê-lo-emos do seguinte modo: I.R.- fig...); BARROCA, 1995, p. 25-29.

<sup>107</sup> FONTES, 1987, p. 111-148; 1990, p.147-169; 1992.

<sup>108</sup> REAL, 1995, p. 65 e fig. 38. Em São Frutuoso de Montélios este detalhe arquitectónico foi observado por J. Moura Coutinho, mas a solução que preconizou veio a ser retirada por quem lhe sucedeu na direcção do restauro do monumento.

<sup>109</sup> Luis Fontes e Luis Caballero Zoreda foram levados a esta conclusão através da análise que, respectivamente, efectuaram nas igrejas de São Torcato de Guimarães e de San Pedro de la Nave.

<sup>110</sup> REAL, 1995, p.51-52; 1972, p. 68.

<sup>111</sup> Recebemos a notícia do seu achado, em primeira mão, através do Dr. Rui Parreira, a quem havíamos desafiado algum tempo atrás para que, através dos Serviços de Arqueologia da Zona Sul, pesquisasse o seu paradeiro. Sobre a inscrição veja-se: REAL, 199, p. 50 e BARROCA, 1995, p. 41-43.

A lápide de Sevilha encontra-se no Museu Arqueológico da cidade. Cf. *Magna Hispania. El Universo de una Iglesia*. Sevilha, 1992, p.141-142.

- <sup>102</sup> Veja-se contado ALMEIDA, 1962 - *Arte visigótica em Portugal*. No texto, passaremos a designar esta obra pelas siglas A.V.P., seguindo-se número da figura em que a peça vem reproduzida. O levantamento mais exaustivo até hoje efectuado no Alentejo e Algarve, para um horizonte temporal que não exceda o século VIII, deve-se a ALMEIDA, 1987.
- <sup>103</sup> REAL, 1995, p. 50
- <sup>104</sup> OLIVEIRA, 1948, p. 77
- <sup>105</sup> SIMONET, 1983, p. 397-398
- <sup>106</sup> *Portugal na Espanha árabe*, vol. 1, p. 143-145 e 205. Acerca de outras rebeliões em que a cidade de Beja participou vejamo-nos também p. 38-44, 52-55, 88 e 205-208. Sobre o período da instalação árabe em Beja e progressiva afirmação autonomista dos *muladí* da cidade, veja-se SIDARUS, 1996, p.27-39.
- <sup>107</sup> FERNANDEZ CATÓN, 1983, p. 47-73 e 147-187.
- <sup>108</sup> SIDARUS, 1988-1993, p. 15-18. Mais recentemente, Adel Sidarus divulgou novos dados sobre o entendimento entre os senhores de Beja e Ossonoba. Este parece ter ocorrido após um período de luta entre ambos, pela hegemonia sobre o Baixo-Alentejo, e durante a qual o chefe *muladí* de Beja, Sa'íd Ibn Makk, foi ajudado por outro caudilho que veio a instalar-se em Évora, após a restauração da Cidade. Cf. SIDARUS, 1995, p. 96.
- <sup>109</sup> *Portugal na Espanha árabe*, vol. 3, p. 265-272; GOULART, 1984-1985, p. 21-32; ANTUNES e SIDARUS, 1993, p. 221-223
- <sup>110</sup> Uma lápide colocada no braço sul do cruzeiro menciona-o como bispo "pacense". O Doutor Adel Sidarus teve a amabilidade de nos alertar para a possível ambiguidade do termo, que por vezes também é defendido para designar a cidade de Badajoz, a antiga "Pax Augusta". Contudo, esta ligação é só formulada no século XVI, vindo depois a dar origem a prolongada querela. Manuel Terron Albarcan historia o respectivo desenvolvimento para concluir, com A. Castro e Zauner que, para o período medieval não existe fundamento linguístico para o uso do termo "pacense", aplicado a Badajoz. Cf. TERRON ALBARRAN, 1971, p. 49, 545 e 619-621. Acerca do contexto político-militar que acompanhou a fuga do bispo de Beja para o reino leonês, veja-se a difícil situação da cidade, entre 1144-1147, in GOULART, 1992, p. 209-215.
- <sup>111</sup> OLIVEIRA, 1941, p. 32; HAUSCHILD, 1996, p. 271-274. Theodor Hauschild dá notícia da primeira peça de escultura encontrada em Évora, relativa a um edifício cristão, provavelmente do século VII. Ela apareceu a escasso dez metros do templo romano, no enchimento de um antigo silo islâmico, cuja inutilização ocorreu entre os séculos XI e XIII. O autor pensa que o pequeno cinnácio poderá ter feito parte do suporte de uma mesa litúrgica. A raridade e as circunstâncias do achado vão ao encontro da hipótese que formulamos sobre o pouco estímulo que, em certas circunstâncias, a cristandade goda encontrou para construir edifícios inteiramente de raiz. O número de construções romanas ainda de pé, cuja monumentalidade e estado de conservação convidavam ao seu aproveitamento, poderá ter limitado algumas das intervenções a uma mera adaptação litúrgica. Não seria de admirar que isso tivesse acontecido com o principal templo romano da cidade de Évora, cujo altar cristão poderia remontar ao período visigodo, tendo sido destruído entre os sécs. XI - XIII e um dos seus elementos abandonado na entulheira de um silo islâmico. É legítima a hipótese de que tal tenha acontecido durante a passagem do edifício a funções laicas, talvez primeiro militares e, mais tarde, como açougue.
- <sup>112</sup> OLIVEIRA; CORREIA, 1993.
- <sup>113</sup> Bernard F. Reilly (1996, p. 38) recorda que «em Leão foi sagrado o bispo moçárabe de Toledo, e em 1118 o bispo de Granada assistiu a um concílio em Sabagan».
- <sup>114</sup> OLIVEIRA; CORREIA, 1993, p. 26; ALMEIDA, 1986, p. 118-119.
- <sup>115</sup> Não confundir com Vera Cruz de Marmelar, no concelho de Portel.
- <sup>116</sup> LOPES, 1988, p. 52-55. Cf. também A.V.P. - nº 200.
- <sup>117</sup> REAL, 1995, p. 47-49.
- <sup>118</sup> O edifício da antiga *villa romana* foi transformado em mosteiro de agostinhos, logo após a Reconquista. É o que se depreende da carta de doação ao convento de São Vicente de Fora, de 24 de Junho de 1255, em que o bispo D. Martinho especifica que já *encontrou a igreja edificada* e a consagrou (de novo), em *honor de glorioso mártir São Cuculato*. No século XIII passa a ser utilizada, como templo, uma das dependências do edifício romano, a qual chegou praticamente intacta até à actualidade. A nossa interpretação das estruturas alto-medievais não é inteiramente coincidente com a dos responsáveis pela escavação da *villa*, cujo registo é muito esclarecido e rigoroso. Os principais motivos de reserva à sua interpretação residem no facto de o edifício principal (rectangular) ser mais antigo, disposto no seu interior de uma colunata perimetral, e na circunstância de o muro que consideram comum ao templo de ábside em ferradura não poder articular-se com esta. Existe um outro muro mais recente - que pertence à ermida - o qual se sobrepõe em parte ao próprio pavimento de *opus signinum* da aula rectangular e ao muro limítrofe desta última, que interpretámos como uma sinagoga. Cf. ALARCÃO; ETIENNE; MAYET, 1995, p. 389-393 e também a nossa interpretação em REAL, 1995, p. 23, fig. 10.
- <sup>119</sup> ALFENIM; LOPES, (1995): 389-399
- <sup>120</sup> SIDARUS, 1988-1993, p. 16
- <sup>121</sup> TORRES; MACIAS, 1993, p. 30-58
- <sup>122</sup> MACIAS, 1996; figs. 2.5 e 2.13
- <sup>123</sup> TORRES, et al. (s.d.)
- <sup>124</sup> BARROCA, 1995, p. 50-53
- <sup>125</sup> Cf. L.R. - figs. 17 e 18.
- <sup>126</sup> LOPES, 1968, p. 122
- <sup>127</sup> Cf. nota 23.



- <sup>109</sup> REAL, 1995, p. 45-46; FERNANDEZ CATÓN, 1983, p. 47-73 e 147-187.
- <sup>110</sup> GARCIA RODRIGUEZ, 1966, p. 123; BARROCA, 1995, p. 41; OLIVEIRA, 1941, p. 48.
- <sup>111</sup> Luis Caballero Zoreda, que já em 1990 tinha apresentado um estudo sobre San Pedro de La Nave, acaba de fazer, na companhia de Fernando Arce (1997), o rigoroso levantamento e a interpretação arquitectónica da igreja reconstruída por Ferrant, em 1930-31. No mesmo estudo é apresentada uma síntese das diversas opiniões que têm sido formuladas a respeito do monumento. Cf. CABALLERO; ARCE, 1997, p. 221-274.
- <sup>112</sup> Acerca da possível relação destes elementos arquitectónicos com as impostas paralelepípedicas de tipo leonês, veja-se: ALMEIDA, 1986, vol.2, p. 62. As peças do Museu Municipal de Moura foram identificadas em 1942, num contralorte da ermida de S. Pedro da Adiça. Cf. MACIAS, 1990, p. 85-91.
- Do castelo de Moura provêm dois elementos de cancela, em tudo idênticos aos de Marmelar (Vidigueira), os quais julgamos poder atribuir ao período moçárabe (MACIAS, 1990, p. 88-90, fig. 33 e 34). Também do castelo veio um pequeno fragmento com roseta de pétalas romboidais, como as de outra peça de Marmelar (fig. 35). Pelo seu estilo rade é possível que esteja igualmente relacionado com este conjunto o capitel de fresta gemada, de proveniência desconhecida, existente no mesmo Museu (fig. 37).
- <sup>113</sup> A.V.P. - figs. 192/193 e 198 ou I.R. - figs. 11 e 14. Cf. também REAL, 1995, p. 45; BARROCA, 1995, p. 45.
- <sup>114</sup> REAL, 1995, p. 43, nota 61. As fontes aí mencionadas acrescenta-se VENTURA, 1966, p. 35-38.
- <sup>115</sup> ALMEIDA, 1986, p. 81.
- <sup>116</sup> Cf. Mapa publicado em REAL, 1995, fig. 9.
- <sup>117</sup> BARBOSA, 1864, p. 376. E. Hubner fala também de uma lápide da era de 644. Relativamente às inscrições publicadas por I. de Vilhena Barbosa, estas parecem ser funerárias e não, como vários autores pensaram, legendas comemorativas da deposição das relíquias de santos.
- <sup>118</sup> Devemos a possibilidade de estudar estas peças à amabilidade do Dr. Dias Diogo, a quem agradecemos.
- <sup>119</sup> *Lábios Subterrâneos*, 1994, p. 231-232.
- <sup>120</sup> CRUZ VILLALÓN, 1985, p. 429.
- <sup>121</sup> Tínhamos também parcialmente dado conta deste assunto em 1989, na comunicação às 2.<sup>as</sup> Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano (Monforte, 1989), sob o título *Comunidades cristãs sob o domínio árabe: um problema espcial da arqueologia medieval no centro e sul do país* (que não chegámos a publicar).
- <sup>122</sup> É impossível mencionar aqui a extensa bibliografia de LUIS CABALLERO sobre esta matéria, dada a sua enorme produtividade científica, resultante de aprofundada erudição e de um intenso trabalho de campo. Devem salientar-se porém, desde 1992, os títulos mais significativos que referem o caso português:
- 1992a, p. 73-115
  - 1992b, p. 139-190
  - (no prelo) - Algunos aspectos de cultura material en época visigoda y postvisigoda. A propósito de la datación de Santa Maria de Melque. In *Et x. VIII Islam y Occidente, un primer encuentro*, 1993, Madrid: Casa de Velázquez y Universidad de Alcalá de Henares.
  - com ARCE, 1995, p. 185-217.
- O intercâmbio de informações e o debate aprofundado destes temas, que temos mantido com Luis Caballero, tem permitido a ambos ajustar progressivamente o modelo e fixar alguns marcos essenciais de referência, para entender a evolução da arte cristã sobre o domínio árabe.
- <sup>123</sup> GAREN, 1992, p. 288-305.
- <sup>124</sup> Devemos a notícia deste achado - ainda inédito - à amabilidade do autor, a quem agradecemos.
- <sup>125</sup> REAL, 1995, p. 61, nota 127.
- <sup>126</sup> PONTE, 1995, p. 516-526; CUSTÓDIO, coord., 1996, p. 214-216; CUSTÓDIO 1997, p. 65-66.
- <sup>127</sup> PONTE, 1995, fig. 2.
- <sup>128</sup> REAL, 1995, p. 64-68.
- <sup>129</sup> REAL, 1995, p. 60-63.
- <sup>130</sup> A descrição mais exaustiva do núcleo de peças coimbrãs deve-se a MACIEL, 1996, p. 283-292.

## Bibliografia

- ALARCÃO, J.; ETIENNE, R.; MAYET, F. (1995) - Os monumentos cristãos da Villa de S. Cucufate. In *IV Reunión d'Arqueologia Cristiana Hispánica*, Barcelona, p. 389-393.
- ALFENIM, R. A. E.; LOPES, M. C. (1995) - A basílica paleocristã-visigótica do Monte da Cegonha (Vidigueira). In *IV Reunión d'Arqueologia Cristiana Hispánica*, Barcelona, p. 389-399.
- ALMEIDA, C. A. F. de (1986) - Arte da Alta Idade Média. In *História da arte em Portugal*, Lisboa: Publicações Alfa, vol. 2.
- ALMEIDA, F. de (1962) - Arte visigótica em Portugal. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, N. S. 4.
- ALMEIDA, M. A. F. (1987) - *Escultura arquitectónica e funerária, dos séculos IV ao VIII a sul do Tejo*. Lisboa: U.N.L. Dissertação final de Mestrado, policopiada.
- ANTUNES, M. T. e SÍDARUS, Adel (1993) - Mais um quirate cambado em Beja em nome de Ibo Qasi e Abu Talib al-Zuhri (Alcaria Longa - Baixo Alentejo). *Arqueologia Medieval*, Porto, 2, p. 221-223.



- BARBOSA, I. V. (1864) - Fragmento de um roteiro de Lisboa (Inédito). Arrabalde de Lisboa. *Arquivo Pitagórico*. Lisboa. 7, p. 336.
- BARROCA, M. J. (1995) - *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Porto, vol. 2(1). Dissertação de Doutoramento, policopiada.
- CABALLERO ZOREDA, L. (1992a) - Sobre Santa Comba de Bande (Ourense) y las plazas de Saamasas (Lugo). In *Galicie no Tempo*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, p. 75-115.
- CABALLERO ZOREDA, L. (1992b) - Visigodo o Asturiano? Nuevos hallazgos en Mérida y otros datos para un nuevo "marco de referencia" de la arquitectura y la escultura altomedieval en el norte y oeste de la Península Ibérica. In *XXXIX Corso di Cultura sull'Arte Ravennate e Bizantina*. Ravenna, p. 139-190.
- CABALLERO ZOREDA, L. (no prelo) - Algunos aspectos de cultura material en época visigoda y postvisigoda. A propósito de la datación de Santa María de Melque. In *El s. VIII Islam y Occidente, un primer encuentro*, 1993. Madrid: Casa de Velázquez y Universidad de Alcalá de Henares.
- CABALLERO ZOREDA, L.; ARCE, F. (1995) - El último influjo clásico en la Lusitania extremeña. Pervivencia visigoda e innovación musulmana. In *Los últimos romanos*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, p. 185-217.
- CABALLERO ZOREDA, L.; ARCE, F. (1997) - La Iglesia de San Pedro de la Nave (Zamora). *Arqueología e Arquitectura. Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 70, p. 221-274.
- CRUZ VILLALÓN, M. (1985) - *Mérida Visigoda. La escultura arquitectónica y litúrgica*. Badajoz.
- CUSTÓDIO, J. (1997) - *Santarém. Cidade do Mundo*. Santarém: Câmara Municipal, vol. 1.
- CUSTÓDIO, J., coord. (1996) - *Património monumental de Santarém*. Santarém: Câmara Municipal.
- FERNANDEZ CATÓN, J. M. (1983) - *San Mamio. Culto, legenda y reliquias. Ensayo de crítica historiográfica*. León, p. 47-73 e 147-187.
- FONTES, L. (1987) - Salvamento arqueológico de Dume, 1987. Primeiros resultados. In *Cadernos de Arqueologia*. Braga. II(4), p. 111-148.
- FONTES, L. (1990) - Escavações arqueológicas na antiga igreja de Dume. Notícias preliminares da campanha de 1987. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção do Sé de Braga*, Braga, 1990, vol. 1, p. 147-169.
- FONTES, L. (1992) - *O Norte de Portugal no período suavo-visigótico*. Ravenna: Edizioni del Girasole, 1992. Estratto da XXXIX Corso di cultura sull'arte Ravennate e Bizantina.
- GARCIA RODRIGUEZ, C. (1966) - *El culto de los santos en la España romana e visigoda*. Madrid: CSIC.
- GAREN, S. (1992) - Santa Maria de Melque and the church construction under muslim rule. *Journal of the Society of Architectural Historians* [S.A.] 2(3), p. 288-305.
- GOULART, A. (1984-1985) - Duas inscrições árabes inéditas do Museu de Évora. *A Cidade de Évora*. Évora. 67-68, p. 21-32.
- GOULART, A. (1992) - Ibn Qasi, Rei de Mértola e Mabûl Luso-Muçulmano. *Arqueologia Medieval*. Porto. 1, p. 209-215.
- HAUSCHILD, T. (1996) - Évora. Um cimário da época visigótica encontrado junto ao templo romano. In *Miscelânea em homenagem ao Professor Ilirio Oleiro*. Lisboa: Edições Colibri, p. 271-274.
- LISBOA Subterrânea: catálogo*. Lisboa, 1994. Lisboa: IPM; Milão: Electa.
- LÓPEZ, D. (1968) - *Nomes árabes em Portugal*. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa.
- LÓPEZ, M. C. (1988) - Pedras visigóticas de Marmelar. *Mundo da Arte*. Coimbra. 2ª série, 2, p. 52-55.
- MACIAS, S. (1990) - Fragmentos arquitectónicos tarde-romanos do Museu Municipal de Moura. In *Moura na época romana: catálogo*. Moura: Câmara Municipal, p. 85-91.
- MACIAS, S. (1996) - *Mértola Islâmica*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- MACIEL, M. J. (1996) - *Antiguidade tardia e paleocristianismo em Portugal*. Lisboa, p. 183-190 e 283-292. Tese de doutoramento.
- MAGNA Hispaniense. El Universo de una Iglesia*. Sevilla, 1992.

- MATOSO, J. (1985) - Os Moçárabes. *Revista Lusitana*. Lisboa, N. S., 6, p. 5-24. Reeditada in *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p.19-34.
- OLIVEIRA, J. C.; CORREIA, S. (1993) - *Núcleo visigótico*. Museu Regional de Beja. Beja: MRB.
- OLIVEIRA, M. de (1941) - *Epigrafia cristã em Portugal*. Lisboa: Letras e Artes.
- OLIVEIRA, M. de (1948) - *História eclesiástica de Portugal*. Lisboa: União Gráfica.
- PONTE, S. (1995) - Presença Paleo-cristã em Tomar. In *IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*. Barcelona, p. 516-526.
- PORTUGAL na Espanha Árabe*. Lisboa: Seara Nova, 1972, vol. 1.
- REAL, M. L. (1995) - Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular. In *IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*, Lisboa, 1992, Barcelona.
- REILLY, B. (1996) - *Cristãos e muçulmanos. A luta pela Península Ibérica*. Lisboa: Teorema.
- SIDARUS, Adel (1988-1993) - Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos muladi e berbere no ocidente Andaluz. *A Cidade de Évora*. Évora. 71-76, p. 15-18.
- SIDARUS, Adel (1995) - Beja árabe-islâmica (nota bibliográfica). *Arquivo de Beja*. Beja, S. II, 5.
- SIDARUS, Adel (1996) - Assentamento árabe e primórdios do domínio islâmico em Beja (712-788). *Arquivo de Beja*. Beja, S. III, 2-3, p. 27-39.
- SIMONET, F. J. (1983) - *Historia de los mozárabes de España*. Madrid: Ediciones Turner.
- TERRON ALBARRAN, M. (1971) - *El Solar de los Abáidás*. Badajoz: Centro de Estudios Extremeños.
- TORRES, C.; MACIAS, S. (1993) - *Museu de Mértola. Basílica Paleocristã*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 30-58.
- TORRES, C. [et al.] (s.d.) - *Museu de Mértola. Núcleo do Castelo de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- VASCONCELOS, J. L. de (1958) - *Etnografia Portuguesa. Tentame de sistematização*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. IV, p. 254-298.
- VENTURA, R. (1966) - Algumas lendas da Serra de S. Mamede. *Ibe Marwan*. Marvão, 6, p. 35-38.

# O Islão do Ocidente: Fenómenos de permanência e descontinuidade



civilização islâmica, convém insistir, não é uma intromissão exterior ao Mediterrâneo. Mesmo a mesquita, casa de orações da nova religião, nada tem a ver, na sua arquitectura e espacialidade próprias, com um certo modelo de casa beduína do deserto arábico, como já foi afirmado e continua a ser repetido. A vontade intransigentemente monoteísta do Islão impõe ao interior do seu templo um espaço não segmentado, unitário e aberto. Ao contrário da igreja paleo-cristã que, mesmo no apogeu bizantino, nunca perdeu o carácter de lugar vedado aos não iniciados, de espaço místico e hierarquizado, onde os eleitos são envolvidos no encantamento policromo de uma antevisão do paraíso, a mesquita abre todas as suas paredes ao exterior, prolongando e revalorizando os espaços cívicos da Antiguidade. Ao invés do cristianismo feudal que, por essa altura, vai anatemizar o acto de mercadejar, tornando-o condenável e pecaminoso, o Islão integra os antigos Ágora e Forum do mundo greco-romano no seu espaço cívico e religioso. O espaço hipóstilo da oração torna-se o centro aglutinador e também sacralizante do grande mercado urbano. Seria inexplicável o êxito e expansão fulgurante do Islão, se a nova religião não fosse, ela própria, uma emanação da cidade mediterrânica e a grande síntese do seu tempo.

A cidade mediterrânica, e portanto a islâmica, é invariavelmente constituída por dois principais pólos geradores que podem vir a unificar-se numa só área urbana, como sucedeu em Lisboa e Coimbra, ou que se mantêm autónomos, como em Santarém e Alcácer do Sal. Um deles é o reduto cimeiro, que corresponde à Alcáçova, sempre implantado dentro do casco urbano, nas proximidades da cerca e em local estrategicamente mais



defensável. A Alcáçova é uma espécie de pequena cidade dentro da cidade. Ao abrigo de frescos pórticos e claustros e rodeada de perfumados jardins, na tradição mesopotâmica dos hortos do paraíso, uma elite por vezes bastante alargada de cortesãos gozava as delícias e refinamentos da sua época. Quase sempre edificada no sítio elevado de uma anterior acrópole romana, ou aproveitava os sistemas já existentes de condução e armazenamento de água, ou criava outros que pudessem alimentar as suas termas e banhos, mantendo viçosas as árvores e flores. No al-Ándalus, apesar da mobilidade e por vezes do efémero destas pequenas cortes regionais, é provável que este fenómeno justifique os primeiros indícios de afirmação das futuras autonomias municipais.

O segundo pólo agregador do espaço urbano é a medina ou cidade envolvente que parte quase sempre de uma zona portuária ou de um cruzamento de caminhos. Além de ser o local de trabalho de todos os comerciantes e artesãos, servia também de abrigo aos camponeses e hortelãos que, passando a noite na cidade, atravessavam diariamente a muralha para cultivar os campos do arrabalde. No caso de Santarém, a medina nasceu na Ribeira e no Alfange, junto ao rio, e a sua cintura de muralhas abrigou os primeiros núcleos de pescadores e embarcações. Devido ao escarpado das encostas, nunca chegou, como no caso de Lisboa, a envolver a Alcáçova no mesmo espaço de protecção.

Com o apogeu dos reinos de Taifa no século XI e sobretudo durante os impérios magrebinos, as áreas palatinas periféricas e os seus bairros urbanos tornam-se naturalmente sensíveis à fixação de alguns novos modelos arquitectónicos, abrindo-se mais facilmente a certos estímulos que se vão reflectir sobretudo numa nova planimetria e funcionalidade da casa. O seu pátio interior é o espaço central gerador de todos os compartimentos que para ele abrem e respiram. As tipologias, sem grandes variações, são as mesmas em Mértola, no porto andaluz de Almeria ou na velha cidade tunisina de Kairouan. Sobre o pátio, como local de privilégio da casa, incide todo o cuidado e esmero arquitectónico.

A arquitectura rural do Gharb al-Ándalus, pelo que tem sido constatado numa incipiente investigação arqueológica, nada tem a ver com este modelo urbano. Observa-se um conservadorismo nas técnicas, volumes e funções da casa que, de uma forma geral nas zonas serranas do sul, se coadunam com as actividades agro-pastoris dos seus locatários. Na serra de Mértola, no povoado de Alcária Longa, abandonado em princípios do século XII, vamos encontrar casas oblongas com um único compartimento e que abrem para uma espécie de largo comum a três ou quatro outras habitações. É uma estrutura que tem paralelos nas zonas rurais de Almeria ou do Rif norte-africano e que, certamente, se relaciona com um povoamento mais arcaico, anterior à própria islamização.

Excluindo estas zonas serranas mais conservadoras, de uma ponta à outra do Mediterrâneo muçulmano e durante vários séculos nota-se uma enorme variedade de formas arquitectónicas, de sistemas ornamentais, de elementos decorativos e, no entanto, há qualquer coisa de comum, que deixa perceber uma mesma linguagem, um mesmo vocabulário que, afinal, tem a sua origem na evolução plástica das civilizações clássicas.

A arte islâmica, numa leitura mais apressada, parece opôr-se à tradição clássica do naturalismo, eterno modelo de equilíbrio e perfeição. No entanto, as tendências estilizadoras e abstractizantes que vão definir a expansão corânica têm as suas origens na crescente geometrização decorativa que a arte romana do século IV começa a demonstrar, nomeadamente nos sistemas decorativos dos pavimentos de mosaico. Admite-se hoje que esse movimento estético é comum a todo o Mediterrâneo, embora cada região o tenha interpretado e feito evoluir de forma específica. Continuou a ser norma, e era certamente prestigiante, a reutilização de materiais retirados de edificios mais antigos, de época

alexandrina ou romana. São também lançados alguns projectos inovadores, em que a grande mesquita de Córdoba e a cidade palatina de Madinat al-Zahrá' terão sido não só os primeiros, como vão permanecer os derradeiros e irrepetíveis exemplos.

Nos grandes projectos, como o desta cidade-sede do poder califal, o talhe da pedra inspira-se na silharia clássica e os materiais de revestimento eram enobrecidos por mármore e alabastros. Nas encomendas de pequenos senhores locais, emergentes da fragmentação do Califato, pelo contrário, era dada natural primazia a materiais de construção mais acessíveis, utilizando e desenvolvendo técnicas alternativas que, de certa forma, procuravam imitar o brilho da grande corte.

De algum modo, o desenvolvimento dessas tendências mais criativas e por vezes inovadoras, terá sido fomentado por um constante movimento descentralizador e autonomista, que levou os artesãos e artesãos cordoveses a procurar trabalho junto de outras elites locais. A dinâmica artística demonstrada em todo o *Ándalus* nas centúrias seguintes é disso resultado imediato.

Desta forma assistimos, principalmente a partir dos séculos XI e XII, à difusão de uma inovadora e variada série de materiais, formas e soluções técnicas que, finalmente, vão dar corpo à singularidade da arte andaluza. É nessa altura que se generaliza a utilização dos gessos e estuques pintados a imitar lambris e placagens em baixo relevo, que a madeira marchetada substitui os pórfiros e os bronzes dourados, que as pedras preciosas e os lápis-lazúli dão lugar aos vidros e esmaltes.

Constituem exemplo destas formas de expressão no Gharb os gessos recolhidos em Montemor-o-Velho, cuja tipologia vegetalista os aproxima das peças da Aljaferia de Saragoça (século XI) e, em época um pouco posterior, os estuques de Silves e do *mihrab* da mesquita de Mértola. Neste último exemplo três arcos cegos polilobados são envolvidos por uma cimalha moldurada por dois cordões do infinito.

Submetendo-se a esta corrente estilizadora da arte islâmica, o naturalismo original das folhas de acanto e dos pânpanos clássicos evolui para uma primeira simplificação ornamental: as sanefas de videira desdobram-se em círculos que se tocam, penetram e encadeiam em apurado geometrismo. Num apertado ritmo de tangentes e secantes perpassam novas formas, já algo distantes da sua matriz original.

Ao longo do século IX, e beneficiando do impulso do tráfego mediterrânico, a linguagem decorativa assimila novos elementos vegetalista de tradição oriental, como a flor-de-lótus, a palmeta e a folha recurvada de tradição sassânida.

Na arte do século X, a tendência abstractizante torna-se mais visível. Os cachos de uva tomam a aparência de pinha e as folhas de parra abrem-se em palmas digitadas. Por outro lado, nos chamados "capitéis califais" do século X, um barroquismo decorativo apropriou-se de todos os elementos ornamentais, transformando as volutas das clássicas folhas de acanto em complexo e quase abstracto favo de abelha. Os capitéis do Palácio Cadaval e do museu de Évora, os que se conservam no Museu de São João de Alporão, em Santarém, fabricados em Córdoba ou produto de alguma escola regional, enquadram-se nessa tendência e tiveram origem palatina.

Esta aproximação gradual ao geometrismo e abstraccionismo quase total parece ser característica do mundo urbano. É um processo seguido sobretudo pelos sectores da sociedade que se dedicam ao comércio e à manipulação do valor abstracto da moeda. Não se pode esquecer que enquanto o Norte e o Centro europeus evoluíam em direcção ao feudalismo, o mundo mediterrânico manteve a tradição antiga do sistema tributário e defendeu os caminhos do comércio e do intercâmbio, abertos a moçárabes, judeus e muçulmanos.



No entanto, e apesar desta tendência dominante, as representações naturalistas nunca cessaram em todo o Mediterrâneo, nem mesmo na área sob a influência islâmica, onde os programas anicónicos só mais tarde (e em particular a partir dos movimentos almorávida e almóada) se implantam. São, ao invés, bem conhecidos os textos em que são afirmados os prazeres estéticos da imagem ou em que as representações humanas são mesmo encorajadas.

Os exemplos de representações antropomórficas e zoomórficas abundam em todo o *Ándalus*. Se é verdade que muitas delas chegam por inspiração persa ou do Egipto fatimida, é também certo que muitas outras peças foram produzidas na Península por artistas locais. São conhecidas as pinturas de tocadores de alaúde em bilhas decoradas a "verde e manganés" ou os cervídeos esculpidos no silhar de mármore conservado durante muito tempo num dos contrafortes da Sé de Lisboa.

Só mais tarde, durante os impérios magrebins, a geometrização será completamente assumida como gosto dominante. Essa nova dinâmica plástica é visível num pequeno capitel, encimado por imposta em terracota e originário de uma das casas do bairro almóada da alcáçova de Mértola. De volume quase prismático, nas suas quatro faces lavradas em baixo relevo de entalhe pouco profundo, ressaltam pequenas protuberâncias finamente rendilhadas, num vocabulário quase completamente abstratizante.

Mesmo em épocas posteriores, quando já se faziam sentir algumas restrições, o antropomorfismo não se extingue. Nos fragmentos dos painéis frontal e posterior de uma arqueta encontrada em Moura, e provavelmente manufacturada num atelier granadino em princípios do século XIII, estão representadas, ladeando uma elaborada roseta central, duas pequenas figuras humanas, de olhos amendoados à moda oriental.

No *Gharb al-Ándalus* não são muitos os artefactos de época islâmica depositados nos museus. Porém a sua escassez, se por um lado coloca esta região à margem dos grandes centros da civilização andaluza, por outro, uma aparente incorporação de motivos autóctones faz-nos crer que o alheamento dos circuitos cordoveses pode apenas ter reforçado uma certa singularidade regional. Como é natural, esses particularismos não se manifestam nos grandes programas religiosos ou palatinos, onde encontramos, embora numa escala provincial, a mesma linguagem e ornamentica. É nos volumes, nas técnicas construtivas, nos complementos funcionais ou decorativos da arquitectura popular que mais profundamente ficou a memória da simbiose andaluza. Sem ela, ficaria inexplicável a explosão criativa da arte mudéjar e do chamado gótico alentejano, onde se combinam harmoniosamente arrojadas técnicas de abobadagem e delicado molduramento com o sábio revestimento policromo do azulejo.



# Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível



Tejo é o maior rio que desagua na fachada atlântica da Península Ibérica. Navegável em grande parte da sua extensão, funcionou como a melhor via de drenagem de mercadorias de um vasto território, até ao advento do caminho-de-ferro, no século passado.

O estuário é envolvido por um cenário geológico deveras heterogéneo, o que faculta: um conjunto vasto de matérias primas; fauna e flora diversificadas; solos tanto adequados à produção cerealífera, como ao plantio da videira, oliveira e de árvores de fruto, onde pontua a figueira, limoeiro, a romãzeira.

A exploração do ouro está igualmente presente no Mar da Palha e nas minas de Almada.

O estuário, com seus sapais e esteiros, para além de possuir vários portos naturais de abrigo<sup>(1)</sup>, apresenta condições ideais para a desova, pesca e exploração de sal. A riqueza e qualidade do pescado são tais que permitem até certos exageros, como o que é mencionado na carta do cruzado inglês que participou no Verão de 1147 no cerco da cidade, quando diz que “há nele tanta abundancia de peixe, que os habitantes acreditam que dois terços da sua corrente são de água e o outro terço de peixes”. Acrescenta ainda que “é também rico de mariscos (...) e é principalmente de notar que os peixes desta água conservam sempre a sua gordura e sabor natural.”<sup>(2)</sup>

De facto as impressões mais fascinantes que continuamos a ter sobre a Lisboa Muçulmana (Alusbuna) são as fontes narrativas, já que a maioria dos achados arqueológi-

\* Técnico Superior da Direcção Regional de Lisboa do IPPAR

cos, passíveis de nos emocionar e de nos alargar os horizontes de conhecimento da cidade, não passam, por norma, de achados dispersos, fragmentados e sem quaisquer características monumentais.

É assim com renovado interesse que se procura entender um novo achado à luz dos olhares atentos de um escritor árabe ou cristão ou então do cruzado inglês atrás referido e que nos dá, à sua maneira, uma visão da cidade: "O alto do monte é cingido de uma muralha circular, e os muros da cidade descem pela encosta, à direita e à esquerda, até à margem do Tejo. Ao sopé dos muros existem arrabaldes alcandorados nos rochedos cortados a pique, e são tantas as dificuldades que os defendem, que se podem ter em conta de castelos bem fortificados."<sup>38</sup>

Dentro dos modelos de tradição mediterrânica de cidades-porto, a estrutura urbana de Lisboa desenvolveu-se a partir de dois pólos geradores principais. No cume da colina erguia-se a alcáçova, com os paços do alcaide (governador) e dependências da corte. Havia ainda espaços destinados aos serviços administrativos, cobrança de impostos, recrutamento militar, bem como área residencial para funcionários e militares.

A alcáçova tinha amuralhamento próprio, ainda hoje praticamente preservado, e que envolve o Castelo de S. Jorge, as ruínas do paço real e o Bairro de St<sup>o</sup> Cruz.

Na beira-rio e junto à embocadura do esteiro estrutura-se a cidade baixa, onde se concentram os artesãos, pescadores e comerciantes. Nas suas areias, vive-se uma intensa actividade portuária, acompanhada pela azáfama de carpinteiros e calafates nas actividades de construção e reparação navais.

No caso de Lisboa estes dois pólos vão unir-se, tendo como ponto de referência a mesquita maior, construída numa plataforma central. No século XI, a Medina, apresenta uma forte densidade populacional devidamente defendida por 2Km de muralha da chamada "Cerca Moura". Esta foi provavelmente reconstruída após o ataque do rei de Leão, Ordonho III, em 953, que tomou a cidade e a ocupou por breve período.

A Medina desenvolvia-se ao longo da encosta virada a sudoeste, numa implantação coincidente, em grande medida, com a zona residencial, administrativa e lúdica da cidade romana. É de salientar que no caso de Lisboa, a cidade foi-se organizando e remodelando sempre no mesmo espaço físico desde que no alto da colina se estruturou um castro e que a meia encosta, primeiro os fenícios e depois os cartagineses, aí se estabeleceram para comerciarem com os locais.

Dada a sistemática ocupação do mesmo espaço, praticamente todas as intervenções arqueológicas aqui realizadas revelam vestígios dos sucessivos momentos e povos que se relacionaram ou ocuparam a cidade.

Extramuros, organizam-se os dois arrabaldes: os bairros do Ocidente e o de Alfama.

Quanto aos campos mortuários, estruturados junto aos caminhos de saída, um almocavar muçulmano ficava nas encostas que vão hoje dar a S. Vicente de Fora, após sair-se a Medina pela Porta do Sol. Nas vertentes do morro da Graça existiram, até provavelmente ao século XV, dois campos mortuários, um muçulmano e outro judaico. Um dos cemitérios cristãos-moçárabes ficaria provavelmente junto à Porta da Alfafa, uma das saídas, a ocidente.

Nas duas últimas décadas Lisboa tem vivido algumas iniciativas significativas, por parte do poder público e entidades privadas, que visam dotar o centro histórico da cidade de novas infraestruturas e equipamentos, apetrechando-o simultaneamente de diversos estabelecimentos. Os bairros históricos, a partir da década de oitenta, passam gradualmente, a desenvolver programas de conservação, reabilitação e de requalificação dos seus espaços, através de Gabinetes Técnicos Locais próprios.



As primeiras escavações sistemáticas de contextos islâmicos, com um programa próprio e inseridos num âmbito mais alargado de arqueologia urbana, estão assim a acontecer na presente década.

O castelo de S. Jorge, no local da alcáçova, foi objecto de um programa de obras de restauro, no âmbito da comemoração, em 1940, do duplo centenário da fundação do reino e da restauração de Portugal já que se tratava do "mais antigo Monumento de Lisboa, verdadeira acrópole da Nação, talvez a peça de maior e melhor nobreza do nosso Património de glória, merece incontestavelmente que se dignifique. Desafrentando-o de malefícios construtivos, isolando-o na sua solene beleza evocadora."<sup>14</sup>

Apesar dos relatos da época referirem a descoberta de elementos anteriores à conquista cristã da cidade, na sequência dos desaterros efectuados, pouco contribuíram para uma clarificação da alcáçova pois o que se pretendeu transmitir antes de mais foi a imagem de uma fortaleza dominante, em detrimento dos vestígios da arquitectura nobre da alcáçova árabe e do seu paço.<sup>15</sup>

Passados mais de 50 anos é lançado o Projecto Integrado do Castelo (PIC) por iniciativa da autarquia e com a participação de várias entidades, a fim de elaborar o reordenamento e valorização da área monumentalizada do castelo e de proceder à requalificação urbana do bairro intramuros.

Da campanha arqueológica em curso na Praça Nova (e em outros locais do bairro como, pátios, arruamentos, interiores de casas e junto ao caminho da ronda), ao abrigo de um protocolo de colaboração entre a autarquia e o IPPAR, resultará necessariamente na disponibilização de materiais e de registos fundamentais para uma nova leitura sobre a alcáçova.<sup>16</sup>

D. Afonso Henriques, após 1147, faz doação ao bispo de Lisboa, D. Gilberto de Hastings, de uma propriedade no actual sítio da Praça Nova, para paço episcopal. As obras da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) realizadas entre 1938 e 1940 localizaram as ruínas do paço, mas a área foi novamente aterrada, apesar daquelas ainda apresentarem alguma monumentalidade. De facto a propriedade doada ao bispo de Lisboa não é mais do que uma vasta zona ocupada por estruturas habitacionais da alcáçova, abandonadas após a conquista da cidade e sobre as quais é entretanto construído o paço. Este ocupava uma área considerável que ia desde a igreja de St<sup>a</sup> Cruz até à porta de Martim Moniz, como testemunham as plantas antigas da zona.

Segundo uma referência documental de 1191, a igreja de St<sup>a</sup> Cruz da Alcáçova foi fundada por D. Afonso Henriques, no local de uma antiga mesquita.

## Medina

A escolha da Casa dos Bicos para albergar, em 1983, um dos núcleos da XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa, dedicado ao tema "A Dinastia de Avis e a Europa" proporcionou uma das primeiras intervenções arqueológicas na Medina. O local confronta com um troço da cerca moura, pelo seu lado interno, junto à frente de rio e a escassas dezenas de metros da Porta do Mar (hoje Arco Escuro) onde, segundo o geógrafo da primeira metade do século XII, Edrici, a maré se fazia sentir nas muralhas ribeirinhas.

A cerca moura foi desmontada no primeiro quartel do século XVI para construção da fachada sul da Casa dos Bicos. No decurso dos trabalhos arqueológicos, realizados em 1981 e 1982, identificou-se um troço de muralha que subsistiu no local, com cerca de 9





Fig. 1- Interior da Casa dos Bicos em 1962: Face este de torre quadrangular da Cerca Moura, vendo-se o nível freático.

metros de comprimento e com uma altura de 0,80m acima do nível freático. O muro foi assim arrasado até à quota que viabilizasse a construção dos pavimentos da casa. Como parte integrante da muralha foram identificados dois panos duma torre quadrangular, no prolongamento da muralha para oeste. Os trabalhos de remodelação tiveram em conta aquela memória militar, ao criar a actual recepção no espaço físico da torre, delimitada ainda pelas suas faces norte e este, (fig. 1).

Numa sondagem geológica realizada junto à face externa da muralha foi registada uma camada constituída por cerâmicas, maioritariamente roladas, ossos, conchas, matéria orgânica, entre as cotas -1,68m e -2,30m. A cerca moura foi assim, construída, na frente de rio, em área de aterro, resultante da utilização sistemática das zonas ribeirinhas como vasadouro dos lixos da cidade, situação que se viveu até finais do século XIX.

Não se registaram quaisquer estruturas coerentes da ocupação muçulmana do local. Apenas se identificaram duas bolsas com certo significado onde foram recolhidas cerâmicas islâmicas muito fragmentadas, com predomínio da pintada e vidrada e que se incluem nos grupos da louça de mesa (pratos) e contentores de fogo (candis). O conjunto pertence, na generalidade ao período final do domínio muçulmano.

A década de noventa proporcionou mais duas intervenções arqueológicas dentro do perímetro da Medina, encontrando-se, no entanto, em grande parte inéditos os resultados científicos destas investigações. Uma delas realizou-se na área do Teatro Romano, onde foi recolhida uma colecção de loiça doméstica, em contextos islâmicos.<sup>(1)</sup>

O aluimento, em 1990, da tampa de madeira que cobria a boca de uma cisterna, localizada no canto sudoeste do jardim central do claustro da Sé, e da qual se tinha perdido a memória, deu oportunidade para o então IPPC (actual IPPAR) dar início a um conjunto de sondagens para reconhecimento do sítio.<sup>(2)</sup>

Segundo reza a tradição a Sé foi construída no local da mesquita maior (aljama). Purificada para templo cristão, foi aí sagrado o novo bispo de Lisboa, o cruzado inglês Gilberto, logo a 1 de Novembro de 1147. As obras para a sua construção iniciaram-se pouco tempo depois e é provável que num espaço imediatamente a poente da mesquita. Esta solução permitia a realização do culto cristão no espaço da antiga mesquita enquanto decorressem as obras de edificação do novo templo. O facto algo estranho de o claustro se situar na cabeceira do templo denuncia que a sua construção, no tempo de D. Dinis, foi condicionada por uma pré-existência muito marcante neste espaço.

No claustro subsiste um conjunto de muros de alvenaria e em taipa de época islâmica. Destes há a realçar a presença, tudo o sugere, de uma sala rectangular, com cerca de 3,80m.x15,80m., e em que o comprimento se desenvolve no sentido este/oeste. A meio da face norte abre-se um pequeno compartimento abobadado de planta quadrangular, com um banco corrido, nos três lados, (fig. 2). O muro norte seccionou a via romana, sem no entanto destruir a cloaca.

As paredes internas deste compartimento estão decoradas com bandas horizontais vermelhas e brancas, (contraste resultante do revestimento a estuque avermelhado - almagre), característica esta que lhe confere uma forte presença. O tipo de construção em causa testemunha uma tradição do Oriente Mediterrânico, dos séculos X e XI, (fig. 3). Desenvolvem-se outros muros, a partir da sala, no sentido oeste e sul, na área actualmente em escavação (Março de 1998), sendo prematura qualquer proposta de interpretação.

Dadas as dimensões e as características arquitectónicas em presença, é aceitável a hipótese de se estar perante um grande edifício público e, assim sendo, interpretar-se as estruturas em causa como fazendo parte da organização espacial da mesquita maior de Aluxbuna.



Fig. 2- Cubículo abobadado, com banco envolvente e acesso a partir da sala rectangular.



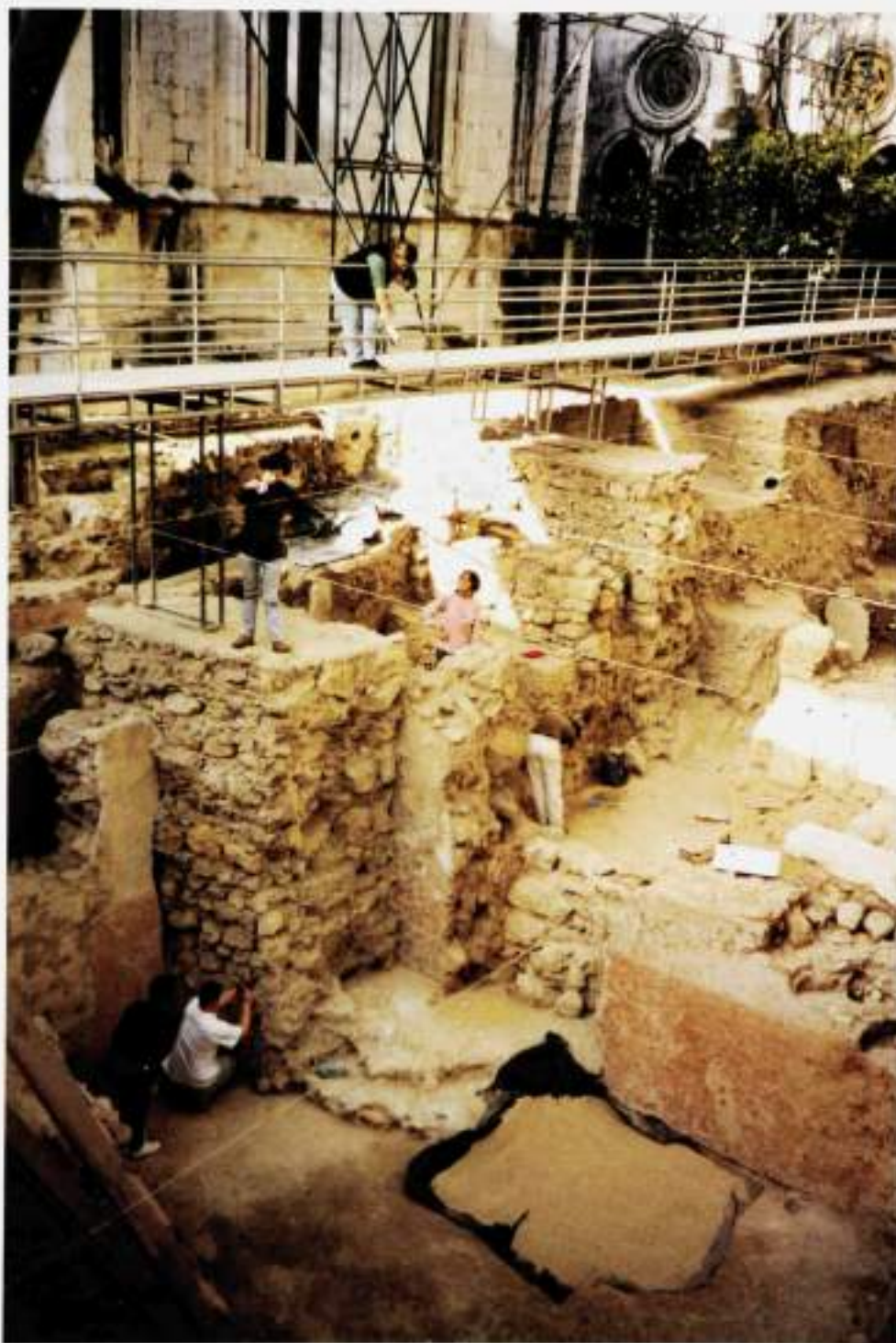


Fig.3- Canto oeste de sala rectangular, em alvenaria islâmica, decorada com bandas vermelhas e brancas.

Segundo os estudos recentemente desenvolvidos por Manuel Luís Real as peças ornamentais reutilizadas na construção da Sé (bem como outras três recolhidas na vizinha rua dos Bacalhoeiros) são atribuíveis ao século X, algumas delas já à segunda metade do século, atendendo às características dos motivos decorativos e da estrutura do desenho, assinalando, assim, um momento de renovação da basílica-maior. Após o afastamento dos cristãos, a mesquita maior veio ocupar o local muito provavelmente já em pleno século XI.

A norte deste edifício conserva-se um troço da via romana (e a cloaca sob a mesma), ladeada por compartimentos e respectivas portas de acesso. O esgoto mantém a sua

função em período islâmico e parte dos compartimentos romanos foram aterrados, dando lugar a uma habitação com uma rua de acesso. Aqui subsiste uma mó de atafona (moinho de grão) encostada ao muro da casa.

Um episódio feliz, mas que testemunha um momento dramático da ocupação da cidade, foi o facto de se ter encontrado um tesouro islâmico constituído por várias centenas de moedas em prata e objectos de adorno. A presença de moedas cunhadas no ano que antecedeu o cerco é um facto revelador do momento de aflição vivido por um habitante, ao procurar salvaguardar parte dos seus bens, escondendo-os no respiradouro do esgoto romano, enrolados num pano cru. O facto de o tesouro não ter sido recuperado, permite pensar-se que o seu proprietário estivesse entre as vítimas da mesquita. O nosso cronista inglês testemunha assim esse momento: "No seu templo que se sustenta sobre sete ordens de colunas com outras tantas cimalthas, foram encontrados, jazendo ali, mais de duzentos cadáveres dos que tinham morrido, e mais de oitocentos doentes, no meio da sua imundície horrorosa."<sup>108</sup>

### Arrabaldes

Focando agora a nossa atenção para os arrabaldes da cidade muçulmana, algumas intervenções arqueológicas aí realizadas recentemente começam a disponibilizar os primeiros dados. É o caso da área das termas romanas dos Cassios, que viriam a ficar de fora do perímetro amuralhado, no período tardo-romano, e assim da "Cerca Moura", que terá seguido, em linhas gerais, o traçado da primeira.

Os trabalhos que decorreram no local e ainda não concluídos, permitiram identificar a presença islâmica, nos estratos superiores. Do espólio recolhido destaca-se uma interessante inscrição da 1ª metade do século XII, num fragmento de omoplata de bovídeo, e onde reza assim: "Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso".<sup>109</sup>

Um pouco mais a norte da cidade fica actualmente a igreja de S. Lourenço, no Bairro da Mouraria, a meia encosta, e na linha de separação entre a cidade cristã e o arrabalde para onde foram residir os mouros vencidos, por imposição de D. Afonso Henriques.<sup>110</sup>

A igreja terá sido construída em 1220 num local ocupado pela população muçulmana antes da conquista da cidade. Testemunho deste facto é a presença de um conjunto coerente de silos, estruturados numa malha apertada e abertos numa camada silto-argilosa amarela (*fig. 4*). A sua maior concentração regista-se sob as capelas laterais, construídas já no estilo gótico e que foram parcialmente descobertas no decurso dos trabalhos de picagem de paredes (*fig. 5*). Os silos foram preenchidos, ainda em período islâmico, com despejos vários como, entulhos de obra, pedras, telhas, restos de combustão, restos alimentares e materiais cerâmicos.<sup>111</sup>

Das peças exumadas merece referência o conjunto constituído por vasilhas de armazenagem, por louça de cozinha e de ir à mesa, com as suas panelas enegrecidas e as tigelas vidradas. Referência particular para uma placa cerâmica estampilhada e vidrada e que provavelmente fez parte do bocal de um poço, de planta oitavada.

No presente elemento arquitectónico destacam-se quatro registos, três dos quais apresentam faixas de palmetas (*fig. 6*). O quarto registo, apesar do seu mau estado de conservação, sugere tratar-se de um registo epigráfico em cúfico (floral). Como hipótese de trabalho, propõe-se estar perante a legenda epigrafada Al-Mulk (o Império; o poder de Deus).<sup>112</sup>

O conjunto de peças apresenta uma cronologia coerente e atribuível ao século XI, podendo algumas datações serem prolongadas até meados do século XII.



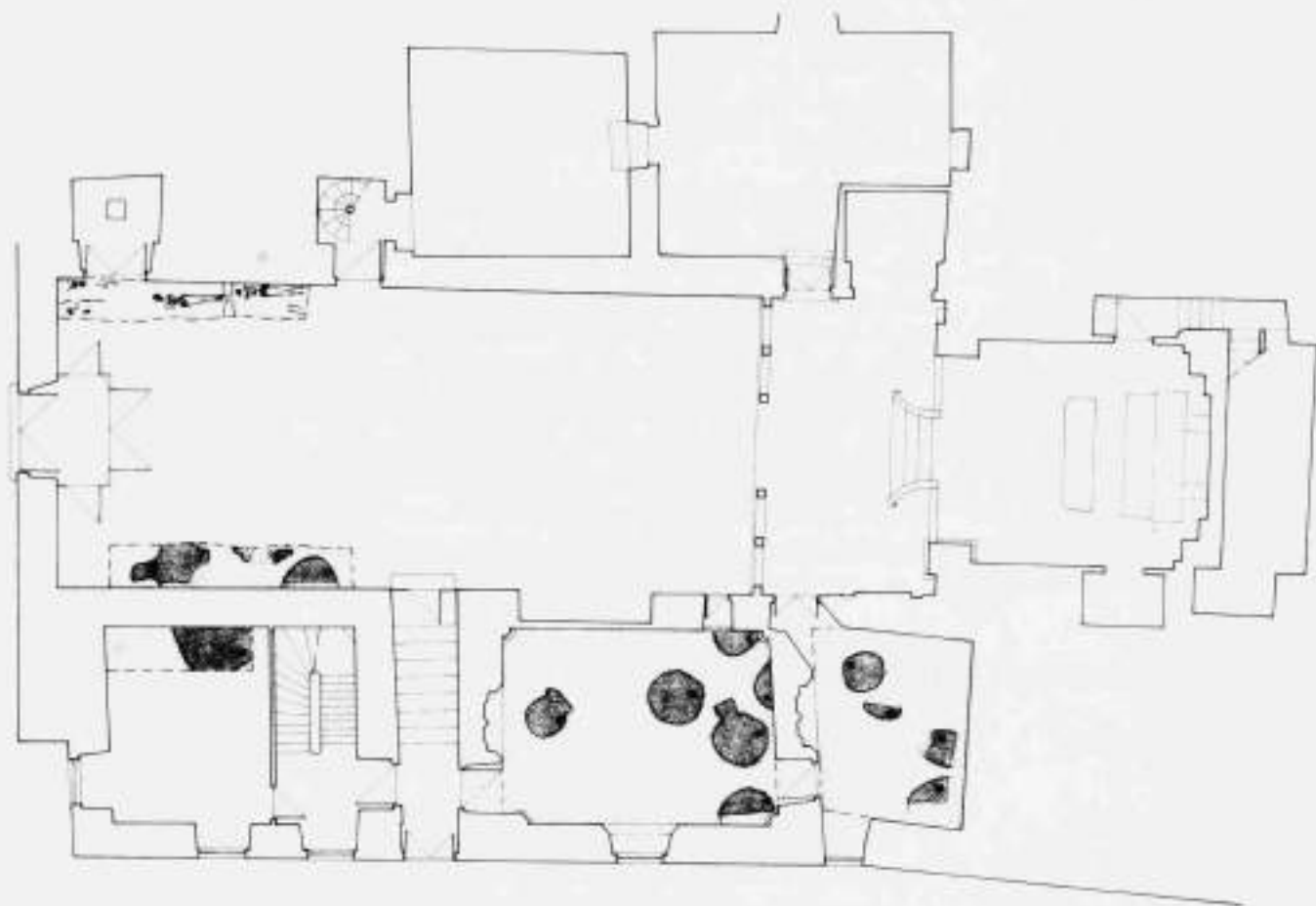


Fig. 4. Conjunto de silos islâmicos, identificados no interior da Igreja de S. Lourenço, de origem românica.

Ao longo dos tempos e em diferentes circunstâncias têm sido registados outros conjuntos de silos no Bairro da Mouraria, fazendo jus à enorme surpresa vivida pelos cruzados, após fecharem o cerco à cidade e estabelecerem o acampamento por debaixo do arrabalde: "Encontraram-se depois no arrabalde, do nosso lado (inglês e normando) e em cavernas abertas na encosta do monte, perto de cem mil cargas de trigo, cevada, milho e legumes, mantimentos da maior parte da cidade, porque ao sopé dos muros tinham grande extensão de espaço e a dureza da rocha firme para guardarem grande quantidade de objectos domésticos, ao passo que em baixo, no vale, a abundancia das águas não lhes permitia abrir fossos."<sup>134</sup>

Refira-se ainda a recolha, no Bairro da Mouraria, de uma pia de abluções com inscrição cúfica, proveniente da Rua João do Outeiro. Apresenta uma cronologia entre o século XIII a finais do século XV, período de relativa estabilidade para a comunidade muçulmana.<sup>135</sup>

Uma outra peça, provavelmente associada à área de influência deste bairro, foi recolhida nos anos sessenta, durante os trabalhos arqueológicos realizados na Praça da Figueira, na sequência da instalação da rede do Metropolitano. Uma lápide funerária foi reutilizada como material de construção, resultado, tudo o indica, duma disposição régia de D. Manuel I que autoriza o uso de cantarias dos cemitérios judeus e mouros na edificação do Hospital Real de Todos-os Santos.<sup>136</sup>

A lápide, datada de 1398, poderia fazer parte do almocavar que existia na encosta do morro da Graça, provavelmente na zona do Forno do Tijolo.



Fig. 5- Enterramentos e vestígios de silos no interior de uma capela gótica, recuperada durante a fase de picagem de paredes.

Outra inscrição funerária conhecida, foi encontrada na Rua das Madres, no Bairro da Madragoa. Este achado poderá referenciar a existência, no local, de um pequeno núcleo populacional a cerca de 1 Km. da cidade e associado à faina do rio.<sup>(17)</sup>

Dando agora um olhar pelo arrabalde do lado este da cidade, o Bairro de Alfama é ainda hoje o melhor testemunho vivo de um emaranhado de ruas, becos, travessas, calçadas, dentro de uma tipologia mediterrânica, com uma população virada para a faina marítima e onde a excelência das suas águas ficaram para sempre associadas ao nome do bairro: Alfama, ou seja *Fonte Termal*.

As suas nascentes constituíram a razão de ser do povoamento do sítio. Instalaram-se aí núcleos de lazer e de aproveitamento das suas águas termais, em período romano (séculos II a VI). O local é depois eleito para a instalação de famílias da aristocracia muçulmana.<sup>(18)</sup>

O chafariz d'El-Rei, o mais afamado da cidade, é já a imagem visível do aproveitamento das águas em período cristão. Vai alimentar durante vários séculos a aguada dos navios, os aguadeiros, as negras e outra criadagem. A este daquele fica o Chafariz dos Cavalos (hoje Chafariz de Dentro), já referenciado, documentalmente, em 1280.

As nascentes, para além de assegurarem o abastecimento da população, e fornecimento a bebedouros e lavadouros, tiveram mais dois tipos de aproveitamento – alcaçarias e banhos. Nas alcaçarias são usadas na lavagem de lãs e no curtimento de peles. Dado tratar-se de águas quentes e sulfúreas, várias alcaçarias funcionam também como banhos. A este propósito assiste-se em 1392 à contenda entre o Senado da Câmara de Lisboa e os monges de Alcobaça sobre a administração de uns banhos em Alfama e pertença daquele mosteiro. A sua actividade é uma constante no bairro. Ainda em 1864 são remodelados os designados banhos de D<sup>a</sup> Clara.<sup>(19)</sup>

A porta de acesso ao bairro estava defendida por uma torre albarrã, ainda hoje visível perto do sítio onde se localizou a judiaria de Alfama.

Um pouco a norte do bairro, às Portas do Sol, um importante troço da cerca moura, foi recentemente desafectado de vários anexos, no pátio traseiro da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva. Neste mesmo espaço, exterior à muralha, foram identificadas estruturas habitacionais de raiz islâmica.<sup>(20)</sup>

Pela Porta Férrea, a ocidente, tinha-se acesso a um intenso emaranhado urbano, que se desenvolvia ao longo da margem esquerda do esteiro.<sup>(21)</sup>

Zona privilegiada no período romano para a concentração de núcleos fabris de preparados piscícolas, vai conhecer, a partir nomeadamente do século X, um forte incremento nas actividades portuárias e comerciais, na construção e reparação navais, nos seus areais, resultante do aumento considerável do comércio regional e a longa distancia.

Algumas actividades artesanais, como a olaria, também aqui têm assento. Identificaram-se quatro fornos em duas intervenções na rua Augusta (Banco Comercial Português e Mandarin Chinês) aos quais se associavam loiça vária, parte dela peças rejeitadas ou inacabadas, e componentes vários, como trempes.<sup>(22)</sup>

No sítio que constitui actualmente o Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (BCP), foi identificado um forno de planta rectangular, construído em barro cozido, com uma orientação este/oeste, ao qual estava associado alguns exemplares de loiça muçulmana. Foi igualmente identificado um compartimento pavimentado em tijoleira quadrangular 0,26x0,26m., no qual foram recolhidas várias peças, entre as quais exemplares de candis.

Registaram-se várias ocorrências reveladoras da reutilização de certas áreas do estabelecimento fabril romano, nomeadamente, como fossas detriticas e, noutros casos, como locais de armazenamento. Os compartimentos estruturavam-se directamente sobre o estabelecimento fabril de conserva de peixe, abandonado à volta de meados do século V d.C.<sup>(23)</sup>



Na zona mais profunda do esteiro, por alturas do actual Rossio, no local de confluência de duas ribeiras, os romanos construíram o hipódromo da cidade, provavelmente em finais do século II/inícios do século III d.C. e localizado em 1995 na sequência de trabalhos de ampliação da rede do Metropolitano.<sup>[21]</sup> Este espaço, apesar de se encontrar actualmente a cerca de 6,50 metros abaixo do actual piso do Rossio, apresentava também ele evidências da sua reutilização em período Muçulmano, mas exclusivamente como local de despejos. Foi aqui registada uma vasta fossa detritica, com grande quantidade de restos alimentares dos quais se procedeu à recolha de amostras. Foram igualmente recolhidas algumas peças cerâmicas tanto na área da *spina* como do arranque das bancadas, estas já localizadas na área sob a actual Pastelaria Suíça.<sup>[22]</sup>

### Notas finais

A economia e o comércio de Lisboa assentavam tanto nos excepcionais recursos do mar e do seu estuário, como dos produtos da terra, realidade esta que vai elevá-la como a cidade mais rica do Ocidente Peninsular, a partir do século XI, restabelecida que foi a segurança das grandes rotas marítimas entre o Mediterrâneo e o Norte da Europa. A riqueza da cidade, conjugada com uma boa rede de estradas e de vias fluviais, proporcionaram que o vasto território por si controlado alcançasse uma certa autonomia política em relação aos grandes centros de decisão do al-Andaluz.

Apesar da importância económica do burgo muçulmano, que o coloca a par de cidades portuárias, como Málaga e Almeria, e cuja população, incluindo os arrabaldes e os subúrbios, andaria pelos vinte a vinte e cinco mil habitantes, no século XI, no entanto, os vestígios materiais são ainda relativamente modestos. Resumem-se, até ao momento, à identificação de algumas habitações, dois núcleos oleiros, conjuntos de silos e de fossas detriticas. A única estrutura identificável com um grande edifício público encontra-se em fase de escavação no claustro da Sê de Lisboa. O facto da cidade se ter estruturado, sem grandes alterações, no mesmo local, a partir, pelos menos, do período fenício (séculos VII/VI a.C.) e sujeita a várias destruições de origem militar e sísmica, terá proporcionado um constante reaproveitamento de materiais e de estruturas anteriores, bem como de adaptações frequentes, como foi o caso das mesquitas. O período romano é aquele em que sobreviveram os melhores testemunhos construtivos e que, por norma, foram reutilizados em período muçulmano.

A esmagadora maioria de peças recolhidas em diversos locais da cidade corresponde a vasos cerâmicos, em particular peças de ir ao fogo e peças de ir à mesa. Registam-se também alguns elementos arquitectónicos, industriais, de iluminação e contentores de cereais e de líquidos. No período muçulmano generalisa-se a técnica de impermeabilização de vasos, com a aplicação de óxidos vários, e com o recurso a elementos decorativos.

Grande parte dos vasos cerâmicos são de produção local, embora também existam peças importadas. Cronologicamente, correspondem, geralmente, ao período final da ocupação muçulmana - século XI e primeira metade do século XII.

Os materiais cerâmicos do período Medieval cristão mantêm grandes afinidades com as formas anteriores, já que parte da população muçulmana e moçárabe permaneceram na cidade. Apesar da ocupação ter provocado a mudança de mãos do poder político, económico e social, no entanto, não se operou, no imediato, uma alteração profunda nas estruturas criadas antes da Conquista, mas antes, o território mantém-se dentro da área de influência mediterrânica.



Fig. 5 - Placa cerâmica estampilhada e vidrada, aplicada provavelmente num bocal de poço.



Esta situação irá evoluindo à medida que se vai dando uma convergência de conhecimentos e de valores culturais, resultantes dos regulares contactos entre o Norte da Europa e o Mediterrâneo, tendo Lisboa por eixo, o que lhe permitirá constituir-se na impulsionadora da expansão quinhentista, levando na bagagem a técnica e a ciência náuticas herdadas dos muçulmanos.

- <sup>(1)</sup> Uma lápide tumular encontrada junto à povoação de Frietas (Laures), datável do século V da Hégira (1009 – 1106), poderá ser um indicio da existência de um porto fluvial no local, à semelhança de outros portos que subsistiram até ao século XIX, no mesmo rio Trancão.
- <sup>(2)</sup> Carta de um cruzado Inglês, 1989, p. 33
- <sup>(3)</sup> *Ibidem*, p.34
- <sup>(4)</sup> Castelo de S. Jorge, 1997, p. 48
- <sup>(5)</sup> A passagem dos 850 anos sobre a conquista de Lisboa, em Outubro de 1997, foi assinalada, entre outros eventos, com a realização de um colóquio intitulado “Lisboa – Encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos” e onde os temas abordados pretendiam dar a “conhecer um pouco melhor Lisboa e o seu território em meados do século XII, a forma de ocupação das suas fortificações e o impacto que a Reconquista teve na região”. A publicação das actas está prevista para finais de 1998, contribuindo-se assim para um melhor conhecimento desta problemática.
- <sup>(6)</sup> Foi apresentada uma comunicação no colóquio de Outubro de 1997, intitulada “Resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos do castelo de S. Jorge”, por Alexandra Gaspar e Ana Gomes.
- <sup>(7)</sup> Os trabalhos arqueológicos foram dirigidos pelo dr. A. Dias Diogo
- <sup>(8)</sup> As escavações em curso são actualmente da responsabilidade dos técnicos da Direcção Regional de Lisboa do IPPAR, Clementino Amaro e Alexandra Gaspar.
- <sup>(9)</sup> Carta de um cruzado Inglês, 1989, p. 78.
- <sup>(10)</sup> Catálogo “Lisboa Subterrânea”, 1994, p.236
- <sup>(11)</sup> Em virtude do elevado grau de degradação da igreja e existência de patologias várias, o Gabinete Técnico Local da Mouraria, iniciou em 1989 um programa de consolidação estrutural do templo, após a realização de sondagens nas paredes e ao nível das fundações, utilizando-se aqui métodos arqueológicos, com a participação de uma equipa do IPPAR. Os enterramentos sobrepunham-se desde a 1ª metade do século XIX até ao século XIII, estes, assentes no solo de base. (fig.4) Está em preparação a 2ª fase de trabalhos que inclui o restauro da igreja e a valorização dos espaços góticos.
- <sup>(12)</sup> Eventualmente parte destas concavidades poderiam ter uma função de fossa detritica. No caso presente, o estado de conservação do conjunto, aliado às condições de escavação e ao momento de discussão sobre os parâmetros que caracterizam um e outros, levam-nos, neste momento, a não distinguir entre silos e fossas de despejo.
- <sup>(13)</sup> Khawli, “Arqueologia Medieval”, 1992, pp. 7 a 25
- <sup>(14)</sup> Carta de um cruzado Inglês, 1989, p. 52
- <sup>(15)</sup> Catálogo “Lisboa Subterrânea”, 1994, p. 236
- <sup>(16)</sup> Mosta, “Revista Municipal”, 1967, pp. 81 a 87
- <sup>(17)</sup> Lápide que integra o acervo do Museu da Cidade.
- <sup>(18)</sup> Os piratas normandos tentaram conquistar a cidade, numa das várias saídas realizadas ao longo dos séculos IX e X, após apoderarem-se das suas nascentes da zona ribeirinha.
- <sup>(19)</sup> Calado e Ferreira, “Guias Contexto”, 1992 a); 1992 b)
- <sup>(20)</sup> Foi apresentada uma comunicação no colóquio de Outubro de 1997 intitulada “Ocupação Islâmica junto à Cerca Moura”, por Ana Gomes e Maria José Segueira.
- <sup>(21)</sup> Numa sondagem arqueológica realizada no Largo de St. Antão, em 1993, verificou-se que uma das bases da Forta Férras assentava em muros romanos.
- <sup>(22)</sup> Foi objecto de uma comunicação no colóquio de Outubro de 1997 intitulada “Urbanismo e presença oleira na Baixa da Lisboa Muçulmana”, por Jacinta Bagalhão e Deolinda Folgado.
- <sup>(23)</sup> Amaro, catálogo “Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros”, 1995
- <sup>(24)</sup> Trabalhos arqueológicos de campo dirigidos por Ana Vale, ao abrigo de um protocolo entre o IPPAR e o Metropolitano de Lisboa SA.
- <sup>(25)</sup> Uma nota final de agradecimento ao dr. Santiago Macias pelas sugestões dadas para a elaboração deste texto.

## Bibliografia

- AMARO, Clementino (1982) – Casa dos Bicos. Notícia histórico-arqueológica. *Arqueologia*. Porto, 6, p. 96-111.
- AMARO, Clementino (1995) – *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros*. Lisboa: Fundação Banco Comercial Português. Catálogo.
- AMARO, Clementino; MATOS, José Luis de (1990) – Trabalhos Arqueológicos no Claustro da Sé de Lisboa – Notícia Preliminar. In *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e Sado*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, p. 215-224.

- CALADO, Maria; FERREIRA, Vitor Matias (1992a) – *Lisboa, Freguesia de Santo Estêvão (Alfama)*. Lisboa: Contexto Ed.
- CALADO, Maria; FERREIRA, Vitor Matias (1992b) – *Lisboa, Freguesia de S. Miguel (Alfama)*. Lisboa: Contexto Ed.
- CARTA de um cruzado Inglês – *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.
- CASTELO de S. Jorge. *Passado, Presente e Futuro* (1997) – Lisboa: Câmara Municipal.
- COELHO, António Borges (1994) – O domínio germânico e muçulmano. In *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 75-88.
- JANEIRO, Helena Pinto (1993) – *Lisboa, Freguesia do Castelo*. Lisboa: Contexto Ed.
- KHAWLI, Abdallah (1992) – *Lote de cerâmica epigrafada em estampilagem de Mértola. Arqueologia Medieval*. Porto, p. 7-25.
- MATOS, José Luís de (1994) – As escavações no interior dos claustros da Sé e o seu contributo para o conhecimento das origens de Lisboa. In *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 32-34.
- MOITA, Irísalva (1967) – Lápide funerária proveniente dum Almoçariz de Lisboa. *Revista Arqueológica*. Lisboa, 114-115, p. 81-87.
- STIERLIN, Henri (1997) – *Islão, de Bagdade a Córdoba, a arquitectura primitiva do século VII ao século XIII*. Taschen.
- TORRES, Cláudio (1994) – Lisboa muçulmana: um espaço urbano e o seu território. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa, 1994. Lisboa: Lisboa 94. Milão: Electa, p. 80-85.



1

**Capitel. Mármore**

Alt. 230 mm; larg. 220 mm

Sé de Silves. Faro

Séc. X

Museu Nacional de Arqueologia. E. 6566

2.

**Capitel. Mármore**

Alt. 250 mm; larg. 265 mm

Sé de Silves. Faro

Séc. X

Museu Nacional de Arqueologia. E. 6564



3.

**Capitel. Mármore**

Alt. 250 mm; larg. 275 mm

Proveniência desconhecida

2ª metade do séc. X

HP. 1928, p. 415; LACERDA, 1942, p. 172, fig.

198; MACHADO, 1965, p. 284, fig. 110

Museu Nacional de Arqueologia. E. 6584

4.

**Capitel. Mármore**

Alt. 335 mm; larg. 305 mm

Castelo de Montemor-o-Velho. Coimbra

1ª metade do séc. XI

SIMÕES, 1870, nota final 1; CMAIC, 1877, p. 14,

nº 2; CIERAOPH. 1882, V. 1, p.1, V.2, est.109;

MAICN, 1911, p. 8, nº 17; CIC, 1913, nº 21;

LÓPES, 1928, p. 427; MNMC, 1941, p. 14, nº

8, est. VI/10; LACERDA, 1942, p. 170-171, fig

196; ALMEIDA, 1986, p. 80 e 88; ACMA, 1991;

NCIM, 1992, p. 207, nº119; MOTA, 1997, p. 85

Museu Nacional Machado de Castro,

Coimbra. MNMC 611

5.

**Capitel. Mármore**

Alt. 190 mm; larg. 220 mm

Montemor-o-Velho. Coimbra

Séc. X

BARATA, 1903, p. 17, nº 9

Museu de Évora. 1733







6.

**Capitel. Mármore**

Alt. 350 mm; larg. 190 mm

Beja

Finais do séc. X

Museu de Évora. 4796

7.

**Capitel. Mármore**

Alt. 350 mm; larg. 190 mm

Beja

Finais do séc. X

Museu de Évora. 4797



6, 7

8.

**Capitel. Mármore branco**

Alt. 355 mm; larg. 284 mm

Ermida do Conde de Óbidos. Santarém

Séc. XII

Capitel de origem, características e decoração semelhantes ao número 11 deste catálogo. A produção em série deste tipo de capitéis indicia a sua importação pela comunidade islâmica de *Shantarim*. Aos eruditos de Santarém de 1882 passou despercebido que os textos dos dois capitéis eram ligeiramente diferentes, nas faces três e quatro, mas essa diferença resulta, sobretudo da maior liberdade de composição da escrita cursiva no espaço reservado para as inscrições.

BRANDÃO, 1882, p. 190-192; 1883, p. 479, fig. entre p. 630-63; 1904, caderno 41; LOPES, 1928, p. 426; NYKL, 1941, p. 11-12, pl.1; 1946, p. 167-183; SEQUEIRA, 1949, p. 66-69, est. XXVI; ALMEIDA, 1986, p. 77-78; LABARTA/BARCELÓ, 1987, p. 395-420; MATTOSO, 1992, p. 83; CUSTÓDIO, 1994, p. 154, fig. 96 e 115; TORRES e MACIAS, 1995, p. 161; PITC, 1997, p. 6 e 11

Museu Municipal de Santarém. MMS 000159/EA

JC

9.

**Capitel. Mármore**

Alt. 270 mm; larg. 250 mm

Demolido Igreja de S. Salvador. Santarém

Séc. XI-XII

Capitel de estilo corintio simples com abaco, volutas e folhas de acanto, cujo esquematismo se assemelha com a grande produção das oficinas de Córdova do período de al-Mansûr e correspondentes à campanha de ampliação do espaço religioso da mesquita (finais do séc. X-XI). Tem dezasseis folhas em duas coroas assimétricas. A decoração do cesto termina com recorte em ziguezague, ligeiramente diferente de outros exemplares existentes em Portugal, nomeadamente o capitel do Museu do Carmo, alguns exemplares encontrados em Idanha-a-Velha e mesmo da mesquita de Córdova. O período estético da utilização deste tipo de capitéis decorreu entre o final do califado e os Reinos de Taifas, persistindo ainda durante o império almorávida. A Igreja do Salvador, com reconstrução gótica do século XIII, localizava-se a cavaleiro do bairro da mouraria de Marvila, relativamente próximo do Vale da Atamarna. O domínio almorávida em Santarém decorre entre 1111 e 1145.

LOPES, 1928, p. 404; CUSTÓDIO, 1996, p. 69; 1997, p. 149

Museu Municipal de Santarém. MMS 000278/EA

JC

10.



10.

**Capitel. Gabro (?)**

Alt. 290 mm; larg. 280 mm

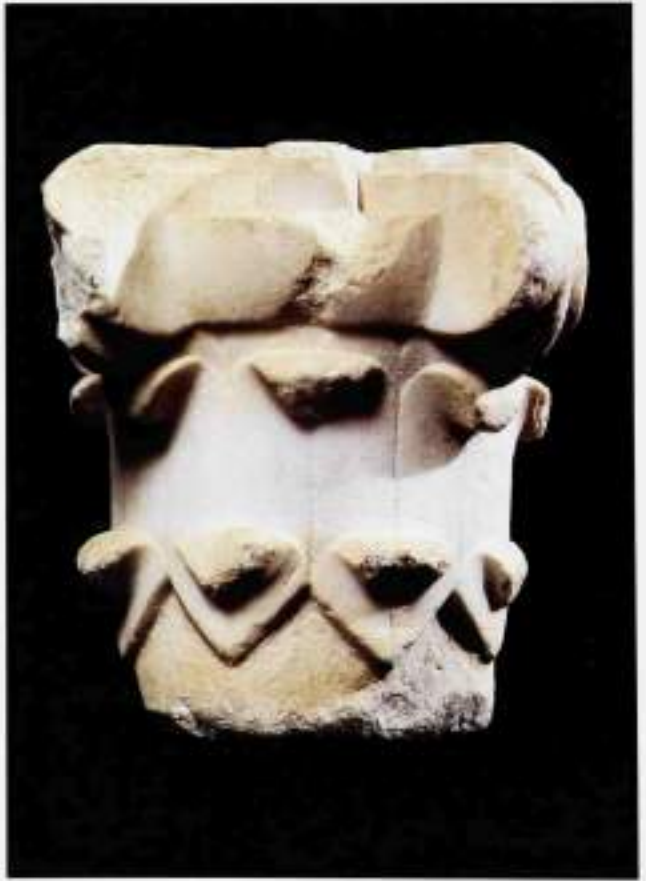
Proveniência desconhecida

Séc. XII

Museu Arqueológico do Carmo. Lisboa



8



9



## 11.

### Capitel. Mármore branco

Alt. 340 mm; larg. 280 mm

Celeiro do antigo Paço dos Condes de Óbidos,  
junto à ermida de Santo Ildefonso.

Santarém

Séc. XII

Um dos capitéis islâmicos achado nos inícios de 1880, no bairro de Alporão, situado entre a Alcáçova de Santarém e o bairro de Marvila. O Paço dos Condes de Óbidos datava do século XVI, mas era propriedade de António Fernandes Melício, em 1882, altura em que os capitéis foram identificados e apreciados pelo Visconde de Athougia, Rui de Athougia Ferreira Pinto Basto (1849-1921?), por António Bernardo de Figueiredo (1855-1902) - responsáveis pelo Museu Distrital de Santarém de S. João de Alporão - e Zeferino Brandão (1842-1910), oficial de Artilharia. Na área do antigo paço existiam uma Ermida muito antiga da invocação de Santo Ildefonso e umas ruínas descritas como "mouras" pelo Padre Inácio de Vasconcelos (1740). Este capitel, bem como o n.º 8 deste catálogo, têm sido considerados pelas suas características estilísticas, da época califal ou então obra de influência dos artistas de Córdova, pelas semelhanças com capitéis idênticos do palácio de Madīnat al-Zahrā', junto a Córdova.

Ana Labarta e Carmen Barceló, no entanto, verificaram que a letra das inscrições era de tipo *nasjī*, "em relevo, dividido em quatro faixas". Ora o facto da inscrição não ter sido esculpida em caracteres cúficos, mas sim em cursivos vem alterar toda a interpretação sobre a época e a origem dos referidos capitéis, aspecto que é corroborado por Adel Sidarus e Artur Goulart. Segundo as antigas interpretações, os célebres capitéis da velha *Scallabis* tinham sido importados dos estaleiros de Madīnat al-Zahrā' ou então simplesmente talhados por artistas cordoveses residentes em *Shantarān*, admitindo-se trocas culturais muito fortes entre Córdova e Santarém, confirmadas por outros factos. A confirmar-se a nova orientação das pesquisas, os capitéis seriam mais tardios, talvez mesmo do período cristão e, assim, haveria que admitir-se uma forte presença da comunidade islâmica na cidade, que lhe permitiria contactos culturais e artísticos com o mundo islâmico, ao ponto de importarem estes magníficos exemplares para uma obra necessariamente religiosa (mesquita ou sua ampliação), posterior à Reconquista. A descrição de Santarém no Anónimo do século XIV confirmou o interesse dos califas de Córdova, por Santarém, onde mandaram construir uma "grande mesquita aljama", no 4.º quartel do século X. Todavia, a conquista de Santarém não desarticulou a organização islâmica, apenas a subordinou a outros poderes, como aliás refere Dozy, continuando a manifestarem-se os movimentos artísticos oriundos do *Āndalus*, mesmo do período almóada.

Este capitel é de estilo composto, revelando uma requintada decoração da ordem arquitectónica, que se apropriou perfeitamente à civilização islâmica andaluz dos séculos X-XI e às suas exigências estéticas mais originais. O lavor das quatro volutas é de artífice erudito conhecedor da arte antiga. No pequeno ábaco tem decoração de entrelaçados e motivos vegetalistas ligando os cantos. No cesto ou coxim tem duas coroas de folhas de acanto simples, contracurvadas e assimétricas entre si, com interessante decoração lembrando renda com remates de flor de lis. Em relevo foram esculpidos, nas quatro faces do equino, caracteres árabes em cursivo, mas revelando alguma liberdade de composição, com inscrições religioso-votivas a Maomé e Alá.

A inscrição árabe suscitou desde cedo um interesse relevante entre os filólogos, historiadores e arqueólogos da época árabe. O texto foi copiado pela primeira vez e enviado pelo capitão de Artilharia e arqueólogo amador, Alfredo Casimiro de Almeida Ferreira (†1900), ao investigador madrileno Benigno Joaquim Martinez. Este erudito remeteu para Santarém a tradução das inscrições em árabe moderno e em espanhol, por cada face do capitel. Colaborou na sua reconstituição o orientalista Pascoal Gayangos y Arce (1809-1897).

بِسْمِ اللَّهِ الرَّحْمَنِ الرَّحِيمِ  
اللَّهُ عَلَى سَيِّدِنَا مُحَمَّدٍ  
وَالِهِ وَسَلَّمَ تَسْلِيمًا  
أَمُودًا يَا اللَّهُ مِنَ الشَّيْطَانِ الرَّجِيمِ

Nykl (1941) aceitou a leitura de Gayangos, mas traduziu-a com algumas diferenças. A proposta de Adel Sidarus e Artur Goulart é a seguinte:

- 1 - Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso ! Abençoe
- 2 - Deus ao nosso senhor Muhammed
- 3 - e a sua família e (lhes) conceda a paz perfeita
- 4 - Deus me livre de Satanás o maldito.

BRANDÃO, 1882, p. 190-192; 1883, p. 479, fig. entre p. 630-63; 1904, caderno 41; LOPES, 1928, p. 426; NYKL, 1941, p. 11-12, pl.1; 1946, p. 167-183; SEQUEIRA, 1949, p. 66-69, est. XXVI; ALMEIDA, 1986, p. 77-78; LABARTA/BAJCELÓ, 1987, p. 395-420; MATTOSO, 1992, p. 83; CUSTÓDIO, 1994, p. 154, fig. 96 e 115; TORRES e MACIAS, 1995, p. 161; PPTC, 1997, p. 6 e 11  
Museu Municipal de Santarém. MMS 000219/EA

⌘





12

Capitel e imposta.

Calcário margoso e barro

Alt. 155mm; larg. 185 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola, Beja

Séc. XIII

MACIAS, 1996, p. 80

Museu de Mértola

13

Fragmento escultórico em argamassa.

Alt. 229 mm; larg. 160 mm

Castelo de Montemor-o-Velho, Coimbra

1ª metade do séc. XI

SIMÕES, 1870, nota final I; CMAIC, 1877, p. 13,

nº 1; MAICN, 1911, p. 8, nº 17; LOPES, 1928, p.

431; MNMC, 1941, p. 14, nº7, est. VI/11;

LACERDA, 1942, p. 171 e 174, fig. 200;

ALMEIDA, 1986, p. 80 e 88; ACMA, 1991; NCIM,

1992, p. 207; MOTA, 1997, p. 85

Museu Nacional Machado de Castro,

Coimbra

MNMC 614





14.

**Capitel. Mármore branco**

Alt. 395 mm; larg. 500 mm

Alcácer do Sal, Setúbal

Séc. IX-X

LACERDA, 1942, p. 140, fig. 169; ALMEIDA, 1962,

p. 207-208, fig. 151; ALMEIDA, 1986, p. 81;

CORREIA, s.d., p. 380; REAL, 1995, p. 53, fig. 15

Museu Municipal de Pedro Nunes.

Alcácer do Sal

15.

**Capitel. Mármore branco**

Alt. 160; larg. 122 mm

Alcáçova do Castelo de Palmela, Setúbal

Séc. IX

Museu Municipal de Palmela.

Cast. Palm. 190



**Placa Ornamental.**  
**Calcário branco compacto**  
 1223 x 610 x 325 mm  
 Sé Catedral, Lisboa  
 3º quartel do séc. X

Placa decorativa com três arcos em ferradura assentes em colunas torsas, os quais enquadram um friso de vieiras. Sob estas abriga-se, entre as colunas, um segundo friso com figuras animalistas. Os arcos são ainda envolvidos por festões de palmetas. O enquadramento geral dos diversos elementos da composição é obtido através de um encordoado simples. Finalmente, os cantos da parte superior do painel são preenchidos com uma flor-de-lis de desenho bastante delgado, tal como o cordão e as próprias palmetas.

A peça encontra-se hoje em mau estado de conservação, por ter permanecido exposta ao ar livre, num contraforte da catedral, donde foi retirada há relativamente poucos anos. Embora referida na literatura tradicional como visigótica, ela tem pouco a ver com as esculturas encontradas nos principais centros religiosos dos séculos VI-VII. A composição e o modelado são bastante diversos, tendo o artista de Lisboa abandonado a técnica do relevo em dois planos e atribuído uma importância menor ao talhe em bisel. O desenho é obtido pela escavação profunda da pedra, o que quase faz desaparecer o plano inferior e reforça a autonomia dos ornamentos, recortados na penumbra densa e homogênea que os envolve. Esta escultura representará a tentativa de passagem para o calcário branco de Lisboa das técnicas de relevo mais refinadas, próprias da carpintaria, da eburneria e do estucado árabes: como no painel de madeira da mesquita de Aqsa (Jerusalém), no cofre de marfim da Sé de Braga ou em certos estuques omíadas, onde os ornamentos são enquadrados também por colunatas e arcos em ferradura. Do ponto de vista estético, o painel de Lisboa tem uma maior proximidade com o esquema de uma placa de mármore proveniente de Córdoba, existente no Museu Arqueológico de Madrid. A pedra é decorada com os mesmos três arcos em ferradura, assentes em colunas torsas. Sob cada arco da placa existe um pequeno arbusto, densamente ramificado, à semelhança de propótipos omíadas da Síria (parapeitos em estuque de Qasr-El-Heir el Gharbi) e, tal como estes, com exploração do efeito claro-escuro resultante da escavação profunda do suporte. Dentro da sua tríplice arcada, o baixo-relevo de Lisboa desenvolve todavia um tema cristão, o que inequivocamente impõe esta obra como produção moçárabe. As aves e quadrúpedes abrigados em arcos, sobre colunas, são frequentes em estelas coptas com aparente alusão ao Paraíso. Numa estela dedicada à memória de Marta, proveniente de Esnêh (Museu do Cairo), os arcos com festões são igualmente três, mas dispostos em pirâmide. O motivo central possui as mesmas aves afrontadas sob uma vieira e a cruz. Uma outra placa do século VIII d.C., provavelmente originária do mesmo local e conhecida por "estela do Paraíso", contém um quadrúpede, tal como também acontece em Lisboa (Museu de Brooklyn, Charles Edwin Wilbur Fund, 69.74.2). Esta temática chegou a outras cidades da Península, como Mérida, onde existe igualmente um

par de aves debicando um vaso donde sai um tufo vegetalista, enquadrado pela mesma vieira assente em colunelos. Mas enquanto aqui o desenho é rude e arcaizante, no baixo relevo da Sé de Lisboa as figuras eram originalmente elegantes e cuidadosamente trabalhadas.

Através de fotografias antigas, onde a peça é reproduzida em muito melhor estado de conservação (clichés Alvão, Marques de Abreu, etc.), conseguem descobrir-se mais detalhes. As asas das aves abriam-se à altura do pescoço, como em certos marfins árabes. Este mesmo paralelismo se pode fazer relativamente à silhueta dos quadrúpedes, à sua pequeníssima cauda e ao picotado paralelo à linha do dorso. A penugem e o pêlo dos animais são insinuados por pequenos golpes na superfície calcária, à imagem do que também acontecia com o acabamento das figuras no marfim. Sobre o lombo dos quadrúpedes (leões ou antílopes, embora a primeira hipótese seja a mais provável) vê-se um pequeno tufo vegetal, que parece constituir marca da corrente artística surgida a partir de Lisboa.

A confirmar a data avançada desta escultura deve acrescentar-se, além dos pormenores técnicos já referidos, a grande singularidade do desenho das palmetas que envolvem os arcos. Trata-se de um motivo nascido no Oriente e para o qual pode ser encontrado um percurso com etapas em Khirbat al-Mafjar (Síria), Kairouan (Ifriqiya) e Córdoba (na grande Mesquita e em Madīnat al-Zahra<sup>3</sup>). É muito impressiva a sua semelhança com a decoração das bases de coluna em mármore, do pavilhão de recepções do Califa, no palácio mandado construir por 'Abd al-Rahmān III. O chamado "salon rico" foi concluído em 956/7 d.C. Além de afinidades no ponto de vista plástico (apesar das diferenças de dureza do mármore para o calcário), há uma perfeita identidade na alternância das palmetas, de três e cinco pontas, assim como na respectiva ligação, pela base, por hastes semicirculares em linha.

Luis Caballero nas suas últimas publicações, assim como o signatário em *Lisboa Subterrânea*, já apontaram uma data tardia para esta peça, mas sem ousar cronologia tão avançada. No entanto, parece hoje indiscutível a ligação do baixo-relevo da Catedral de Lisboa com obras cordovesas do século X, em mármore e marfim. Esta observação tem consequências determinantes, não só para entender a qualidade e a erudição da corrente moçárabe de Lisboa, mas também para seguir os seus passos em algumas oficinas do Norte peninsular, ligadas aos condes portucalenses e a Ramiro II. Além disso, ela influenciará as considerações que venham a fazer-se sobre o grupo de San Pedro de la Nave, cujo segundo mestre - como viu já há muitos anos H. Schlunk (Schlunk, 1970, taf. 59) - repete com bastante precisão, numa imposta do ângulo nordeste do cruzeiro, o mesmo tipo de quadrúpede que encontramos no painel da Sé de Lisboa.

LACERDA, 1942, p. 130-140, fig. 167; ALMEIDA, 1962, p. 229, fig. 290; CORREIA, s.d., p. 381; PALOL, 1968, p. 62-67; SCHLUNK, 1970, p. 185, taf. 59; SCHLUNK e HAUSCHILD, 1978, p. 215, taf. 116 a; SALVADO e FERREIRA, 1984, p. 10-11; ALMEIDA, 1986, p. 60; CABALLERO ZOREDA, 1992a, p. 104-107; 1992b, p. 173-185; L.S., 1994, p. 286; REAL, 1995, p. 58, fig. 24

Cabido da Sé Metropolitana de Lisboa.

MLR







17

**Placa ornamental.****Calcário homogéneo arenoso**

525 x 375 x 110 mm

Quinta dos Passarinhos, à Fonte do

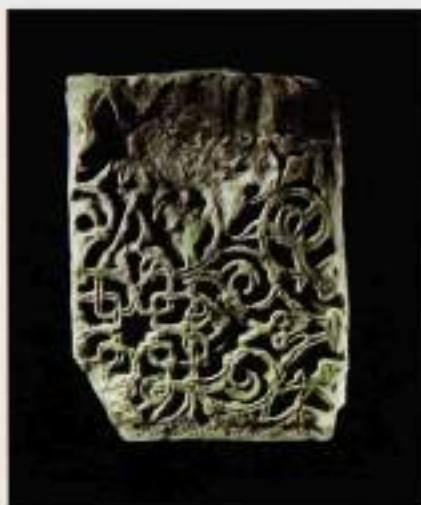
Louro, Chelas, Lisboa

Séc. X-XI

DORNELAS, 1913, p. 193, brasão n.º 67;

ALMEIDA, 1986, p. 83

Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa



17

18

**Friso ornamental.****Calcário conífero compacto**

310 x 700 x 305 mm

Convento de Chelas, Lisboa

Séc. IX-X

Segundo relata I. de Vilhena Barbosa, em 1864 esta peça encontrava-se "na parede interior de uma casa de arrecadação contígua ao vestibulo da igreja". É muito possível que fizesse parte de um friso corrido, ao longo de uma das paredes do templo, como em San Pedro de la Nave ou Quantanilla de Viñas. Predomina a técnica do relevo em dois planos - tão utilizada também na escultura asturiana do século IX - e o recurso moderado ao talhe em bisel e à gravação superficial do desenho.

O friso representaria uma sequência de pares de leões afrontados, diante da árvore da vida, um tema que pode ter origem sassânida e que vamos reencontrar no palácio omíada de Mshatta. A banda inferior, com um pâmpano de cachos naturalistas, tem também um ar oriental.

Cada cena é separada por uma haste vegetal e, por detrás dos animais, é também sugerida uma paisagem paradisíaca, com motivos florais, que emergem acima do dorso dos leões.

A árvore sagrada toma aqui a forma de palmeira bifida, motivo que se irá repetir noutras obras da mesma corrente artística, desde o painel com touro de Saamasas, à placa do grifo de San Miguel de Lillo. A técnica utilizada nestas duas peças é muito semelhante, o que faz prever uma migração de artistas para o norte peninsular, talvez na primeira metade do século X.

A vitalidade da proposta iconográfica de Chelas reflecte-se também numa escultura românica da região, o timpano de S. João Baptista de Tomar, onde um par de leões mantém postura idêntica, incluindo a diferença de posição das cabeças face ao motivo central.

BARBOSA, 1864, p. 380-381; VALDEZ, 1898, p. 58; LACERDA, 1942, p. 140, fig. 168; ALMEIDA, 1962, p. 230, fig. 250; PALOL, 1968, p. 63; FONTAINE, 1973, p. 172; SCHLUNK e HAUSCHILD, 1978, p. 215, taf. 116 b; ALMEIDA, 1986, p. 59; CABALLERO ZOREDÁ, 1992a, p. 104-106; 1992 b, p. 159 e 173-185;

CORREIA, s.d., p. 384; REAL, 1995, p. 56, fig. 23

Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa

MUR



18

19.

**Pilar. Calcário conquífero compacto**

950 x 430 x 410 mm

Convento de Chelas, Lisboa

Séc. IX-X

Em 1864, segundo o depoimento de I. de Vilhena Barbosa, esta peça estava embebida no muro do quintal da sacristia. Trata-se do fragmento de um pilar decorado nas suas quatro faces com grifos inseridos em medalhões, muito semelhantes aos da pedra encontrada na Casa dos Bicos. Apesar desta peça corresponder à parte inferior de um pilar e a de Chelas ser de uma zona mais elevada do suporte, não devem constituir elementos de uma mesma peça. As medidas da secção dos pilares são ligeiramente diferentes e o fragmento de Chelas denota um acabamento mais rígido e imperfeito. As cabeças dos grifos são também muito diferentes, o tratamento dos detalhes anatómicos é distinto e as folhas de louro são mais hirtas. O pilar de Chelas parece constituir uma imitação do da Rua dos Bacalhoeiros e, se como pensamos, este tiver pertencido à catedral, estamos perante uma compreensível réplica do programa artístico da basílica maior de Lisboa.

BARBOSA, 1864, p. 380-351; VALDEZ, 1898, p. 57-58; LACERDA, 1942, p. 140, fig. 168; ALMEIDA, 1962, p. 229-230, fig. 291; PALOL, 1968, p. 64; SCHLUNK e HAUSCHILD, 1978, p. 216, taf. 116 c; ALMEIDA, 1986, p. 59; CABALLERO ZOREDA e ARCE, 1995, p. 212; CORREIA, s.d., p. 384; REAL, 1995, p. 56. Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa. MLR





**Placa ornamental.****Calcário compacto de rudistas rosado**

710 x 210 x 100 mm

Convento de Chelas, Lisboa

Séc. IX-X

D. Fernando de Almeida dá esta peça como proveniente de Chelas, embora a ela não se refiram Vilhena Barbosa e Ascensão Valdez. Poderá isso derivar do facto de o fragmento de mármore ser muito pequeno, reduzindo o seu valor. Todavia, a sua identificação é preciosa dado que poderá tratar-se de um elemento de cancela, que veio depois a influenciar uma peça aparecida em S. João Evangelista de Alfange (Santarém). O painel é decorado com rosetas - ora abertas, ora fechadas, - dispostas em xadrez. Os quadrados não são regulares, mostrando tendências para o losango. Tal como em S. Miguel de Escalada, a ornamentação não é homogênea, percebendo-se que o desenho é interrompido, para se enxertar como que um segundo painel interior, com esquema decorativo distinto. Não é de afastar a hipótese de os rombos com rosetas constituírem a orla exterior da peça. Neste caso estaríamos perante uma placa de revestimento ou, mesmo, uma pilastra muito fina.

Embora de acabamento mais tosco, este painel possui novas semelhanças com as peças encontradas na Rua dos Bacalhoiros: rosetas com pontas em flor-de-lis, rosetas fechadas em forma de losango e, até, linhas separadoras de duplo gume. Pelo relevo e pelo desenho, esta placa imita modelos sassânidas (Damghan) e omíadas (Khirbat al-Mafjar).

ALMEIDA, 1962, p. 231, fig. 297; ALMEIDA, 1986, p. 59; CABALLERO

ZOREDA, 1992a, p. 105-106; REAL, 1995, p. 56

Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa

MLR





21

**Pilar. Calcário conquífero compacto**

650 x 475 x 420 mm

Casa dos Bicos, Lisboa

Sec. IX-X

Fragmento de pilar decorado com medalhões enlaçados, dentro dos quais é representado um grifo. Os cantos desenhados livres são preenchidos por palmas simples (em baixo) ou compostas (entre os medalhões). O relevo tende a abandonar o tratamento a dois planos, pelo recurso intenso ao talhe em bisel que, com a exceção no motivo central, fez desaparecer completamente a superfície original do suporte. O desenho dos grifos, pela sua rigidez e pela aparente fragilidade do animal, tem grandes similitudes com protótipos orientais, nomeadamente em tecido. Mas a semelhança maior vai para os palácios omíadas da Síria, cujos trabalhos em estuque mostram composições deste tipo. Particularmente sugestivo é o confronto com os medalhões aplicados nos pendentes da abóboda de uma das salas dos banhos de Khirbat al-Mafjar, onde quadrúpedes alados são envolvidos por uma idêntica coroa de louros, em que nem sequer faltam as presilhas - em Chelas tomam a forma de um botão - que mantêm tensas as ramagens do aro vegetal.

Esta peça fará conjunto com outras duas igualmente encontradas na rua dos Bacalhoiros, em Lisboa, mas não consta ter havido aqui qualquer templo cristão durante a Idade Média. A fácil exposição às cheias do rio não aconselhava tal localização. É provável que fizessem parte do grupo da catedral, onde existem mais três peças, sendo estilisticamente muito próxima daquela que se encontra no alicerce de um das torres ocidentais, na parte virada a Sul.

A cronologia avançada destas peças pode indicar que a construção da mesquita, no referido local, seja posterior aos fins do século X.

ALMEIDA, 1962, p. 230, fig. 292; PALOL, 1968, p. 65; FONTAINE, 1973, p. 142; SCHLUNK e HAUSCHILD, 1978, p. 216, taf. 116 d; ALMEIDA, 1986, p. 60; REAL, 1995, p. 56

Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa

MUR



22.

**Placa ornamental.**

**Cálcario compacto de rudistas rosado**

545 x 490 x 160 mm

Rua dos Bacalhoeiros, Lisboa

Séc. IX-X

De acordo com D. Fernando de Almeida esta pedra foi encontrada numa mercearia da Rua dos Bacalhoeiros, juntamente com outro friso mais pequeno - hoje também no Museu da Cidade -, que repete o desenho das faixas laterais do painel. É possível que a placa maior tivesse pertencido a uma pilastra, dado que o elemento central se repete em sucessivos registos no sentido vertical. A peça apresenta três campos distintos, separados por um encordoado simples. Os lados do painel são preenchidos com um friso de rosetas floridas, de um fino recorte. A faixa interior apresenta-se decorada com medalhões de quatro lóbulos, os quais se apoiam em linhas interrompidas, articuladas entre si num esquema quadrangular, o que dá ao motivo um desenho bastante dinâmico. O centro de um dos medalhões é assinalado por um círculo com roseta, enquanto o espaço exterior é preenchido por cachos suculentos e pequenas flores de lis, dispostas em cruz. Os outros medalhões, de que apenas se vêem as extremidades, tinham representadas águias imperiais, de tradição sassânida. Na parte superior vê-se bem a cauda em forma de leque e as duas garras rigidamente apoiadas nos ângulos do medalhão. O lóbulo sobrevivente, do outro medalhão, na parte de baixo, mostra a zona da cabeça do animal, demasiado danificada para termos a certeza se era bífida. Os espaços laterais, deixados livres entre os medalhões, são esculpidos com palmetas muito abertas, à semelhança também de protótipos orientais. O esquema do painel e alguns dos seus motivos decorativos repetem, por exemplo, os estuques de Khirbat al-Majjar, datáveis da 1ª metade do século VIII. Não têm qualquer paralelo com a restante arte peninsular, atribuível à época visigótica. As águias, por sua vez, continuaram a aparecer em tecidos buidas dos séculos X-XI e na pia árabe do palácio de Alhambra. É de salientar o fino recorte dos desenhos que, apesar da dureza do mármore, tentam imitar o efeito plástico dos estuques omíadas. O aproveitamento levado ao extremo dos efeitos claro-escuro e o rigor do traço, inclusive com recurso à dupla linha, que contorna os medalhões, não deixam qualquer dúvida a esse respeito. Os painéis da oficina moçárabe de Lisboa fazem parte de um movimento que introduz na Península um conceito estético até então praticamente desconhecido e que se vai transferir para as oficinas leonesas e castelhanas da 1ª metade do século X.

ALMEIDA, 1962, p. 231, fig. 298; SCHLUNK e HAUSCHILD, 1978, p. 216-217, taf. 117; CABALLERO ZOREDA, 1992a, p. 105-106; 1992b, p. 173-185; REAL, 1995, p. 56-58, fig. 25.

Museu da Cidade, Lisboa

ME

23.

**Cancela de altar. Mármore**

700 x 770 x 175 mm

Igreja de S. João Evangelista, Alfange, Santarém

Séc. VIII-IX

Cancela de lavor "visigótico" profundamente decorada com motivos vegetalistas e geométricos, com orla lateral de entrelaçados envolvendo alternadamente folhas e cachos de frutos. Imitando um tipo de tapete, o desenho simétrico do centro revela botões florais. No tardoz tem uma concavidade que passa de um lado para o outro, para segurar a pedra, na sua provável função original. Este importante elemento arquitectónico deu entrada no Museu na década de 60 e foi recolhido do interior da Igreja de S. João Evangelista de Alfange, então em ruínas.

Alfange é um bairro de Santarém, situado na cidade baixa, junto ao rio Tejo, com marcadas características portuárias, comerciais e piscatórias. A Igreja de S. João Evangelista revela ainda hoje uma cabeceira românica dos finais do século XII (REAL, 1982-83), podendo admitir-se a sua fundação uns séculos antes, muito embora a cancela seja material de aproveitamento. Tanto esta cancela, como duas cruzes de sagração (uma encontrada na Porta de Manços ou Arco do Bom Sucesso e outra localizada num cunhal da Igreja de Santo Estevão) e alguns capitéis, recentemente descobertos na Igreja de Santa Maria de Alcáçova, documentam plenamente a presença de igrejas cristãs, de culto moçárabe, em *Shantarim*, anteriores à conquista de Afonso Henriques (15 de Março de 1147). A primeira cruz de sagração foi estudada por Fernando de Almeida, mas os restantes achados encontram-se ainda inéditos.

Pelas suas afinidades estéticas e iconográficas com o fragmento de pilastra encontrado na Rua dos Bacalhoeiros, em Lisboa (actualmente no Museu da Cidade), com a orla do baixo-relevo ornamental de Chelas e com outros fragmentos tanto de Chelas, como do Museu do Carmo, a cancela de Alfange insere-se nas produções moçárabicas de uma presumível escola de arte paleocristã de Lisboa. Os importantes estudos de Manuel Real (1995) contribuíram para a sua filiação em paralelos de origem oriental, como os de Khirbat al-Majjar (739-743), transmitidos por artistas do período omíada à Península Ibérica, talvez no tempo de 'Abd al-Rahmān I. Tanto a influência bizantina como, sobretudo, a notabilidade das artes da Síria e da Palestina fizeram-se sentir nas comunidades de canteiros cristãos peninsulares, aclimatando-se à evolução da arte paleocristã, nomeadamente nos centros urbanos mais importantes. O baixo-relevo revela o uso de técnica de bisel, evidenciando semelhança com os trabalhos de estuque, mas a composição floral não é tão saliente, prendendo-se ainda à lógica das superfícies planas e aproximando-se dos bordados, dos panejamentos e brocados de seda.

ALMEIDA, 1966-67, p. 229-230; ALMEIDA, 1986, p. 71; REAL, 1982-83, p. 542-543, 556; 1995, p. 56-58; CUSTÓDIO, 1996, p. 66; 1997a, p. 53, n.º 71; 1997b, p. 149, n.º 3.

Museu Municipal de Santarém. MMS 000258/EA

JF







**Lápide do Bispo Julião. Mármore**

375 x 300 x 45 mm

"Forte Salgada", Vila Nova de Cacela, Vila Real de Santo António, Faro

Séc. X

*(crux) Hic requiescunt / membra  
Iuliani episcopi / qui obiit XII  
K(alendas) Apr(ilis) / era (millesima)  
XXIII post (tempora) / queso lector pro  
eo orare / non abnuas sic Christum  
Dom(inu)m / protectore(m) habeas.*

O que, em versão livre, significa: "Aqui descansa o corpo de Julião, bispo, que morreu pelas 12<sup>as</sup> calendas de Abril da era milésima vigésima quinta. Peço, a ti leitor, que não recuses orar por ele, para que (deste modo), tenhas em Cristo (Nosso) Senhor, um protector".

O formulário, o trabalho da gravação e o próprio estilo dos ornatos decorativos da inscrição, sugerem que esta peça seja um trabalho dos artifices da oficina lapidária de Córdoba, nessa altura um centro culturalmente muito importante no Sul da Hispânia, e onde foram feitas inscrições formalmente muito parecidas com esta. Desconhece-se qual a sede episcopal onde Julião terá sido bispo; já tem sido admitida a possibilidade de ter sido bispo de Sevilla ou de Faro, o que a vir a confirmar-se este último caso, comprovaria aí, na capital do Algarve, então sob o domínio muçulmano, a vitalidade, ou a sobrevivência, do cristianismo.

A inscrição data o óbito do bispo Julião do dia das 12<sup>as</sup> calendas de Abril, da era de mil e vinte e cinco, o que equivale ao dia 21 de Março do ano de 987 da nossa Era.

DIAS (no prelo)

IPPAR, Évora

MAD



**Grande jarra em corda seca parcial. Cerâmica**

Alt. 348 mm; larg. 320 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

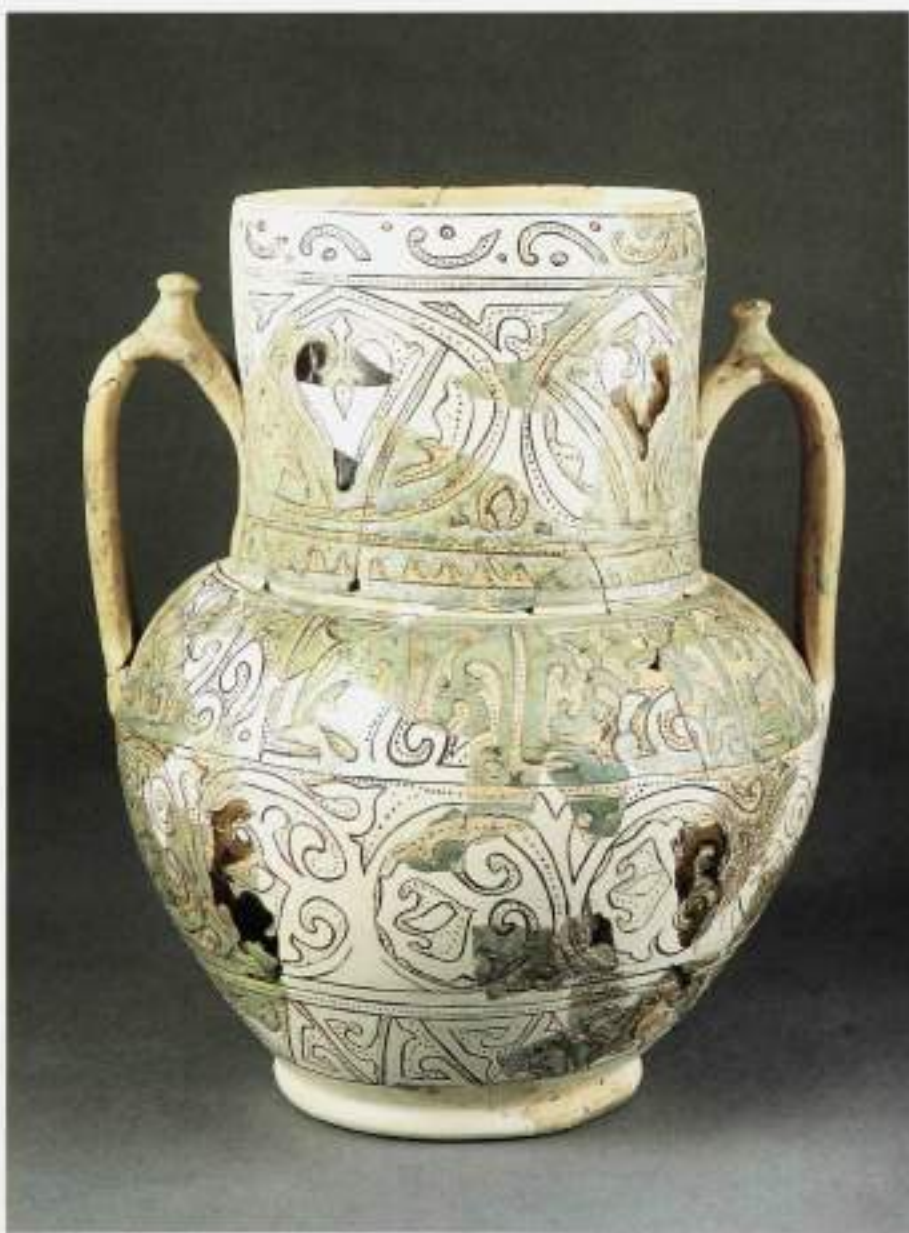
Séc. XII

Grande jarra excepcional na pequena espessura das suas paredes e refinada decoração em *corda seca* parcial. Linhas de manganês a cheio e pontilhado limitam os espaços preenchidos por esmaltes verdes ou melados. Do bordo para a base sobrepõem-se seis registos decorativos. Uma estreita sanefa de palmetas esquemáticas precede a uma larga cartela onde se desenvolvem grandes flores de lótus. Depois dum friso a rematar a base do colo, sucedem-se no bojo uma sequência caligráfica onde é repetida a palavra *baraka* (a benção), uma sanefa de medalhões fitomórficos e por último um friso de palmetas.

TORRES, 1987, p.74; 1988, p. 41; GÓMEZ, 1997a, p. 325

Museu de Mértola. CR/CS(P)/0001

CI





26.

Jarrinha em *corda seca* parcial.

Cerâmica

Alt. 135 mm; larg. 120 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII

Museu de Mértola. CR/CS(P)/0009

27.

Jarrinha com *corda seca* parcial.

Cerâmica

Alt. 72 mm; larg. 105 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII

TORRES et alii, 1991, p. 533

Museu de Mértola. CR/CS(P)/0008

28.

Pucarinho com decoração epigráfica em *corda seca* parcial. Cerâmica

Alt. 95 mm; larg. 105 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII

TORRES, 1987, p. 72; 1988, p. 39

Museu de Mértola. CR/CS(P)/0002

29.

Copo com decoração epigráfica em *corda seca* parcial. Cerâmica

Alt. 103 mm; larg. 130 mm

Castelo de Mértola. Beja

2ª metade do séc. XI-início do séc. XII

Copo com carena baixa, base convexa com pé anelar e uma única asa vertical de secção ovalada. Está decorada em *corda seca* parcial com uma inscrição incompleta onde se decifra a frase *baraka kamila...* (benção perfeita...). O contexto estratigráfico associa este artefacto a formas decoradas com pintura branca consideradas como habituais dos séculos X e XI e a outras revestidas por vidrados monocromáticos e bicromáticos de cronologia mais ajustada ao século XI. No entanto, são atribuíveis ao século XII os exemplares mais representativos da técnica da *corda seca* parcial. Por conseguinte devido também à sua forma e decoração poderíamos encontrar-nos perante uma peça de transição enquadrável em época almorávida.

Museu de Mértola. CR/CS(P)/0015

SGM

30.

Jarrinha em *corda seca* parcial.

Cerâmica

Alt. 112 mm; larg. 135 mm

Castelo de Mértola. Beja

Séc. XI-início do séc. XII

Museu de Mértola. CR/CS(P)/0016

31.

Jarra. Cerâmica

Alt. 159 mm; diâm. boca 111 mm

Claustro da Sé de Lisboa

Final do séc. XI

LS, 1994, p. 236

IPPAR, Lisboa, 606

32.

Bilba em *corda seca* parcial. Cerâmica

Alt. 140 mm; larg. 110 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII - 1º quartel do séc. XIII

TORRES, 1987, p. 71; 1988, p. 38

Museu de Mértola. CR/CS/0003



29



33.

**Pucarinho em corda seca parcial. Cerâmica**

**Cerâmica**

Alt. 73 mm; larg. 72 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII

TORRES et alii, 1991, p. 532; GÓMEZ, 1997a, p.

325

Museu de Mértola. CR/CS(P)/0007

34.

**Jarrinho em corda seca parcial. Cerâmica**

Alt. 68 mm; larg. 84 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII

TORRES, 1987, p. 73; 1988, p. 49

Museu de Mértola. CR/CS/0004

35.

**Jarrinha. Cerâmica**

Alt. 65 mm; diâm. 84 mm

Loulé, Faro

Séc. XII-XIII

SÁ, 1906, p. 299

Museu Nacional de Arqueologia. 17084

36.

**Copo em corda seca parcial. Cerâmica**

Alt. 115 mm; diâm. 139 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII

TORRES, 1987, p. 70; 1988, p. 37

Museu de Mértola. CR/CS(P)/0005

37.

**Jarra de loiça dourada. Cerâmica**

Alt. 270 mm; larg. 215 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII

Jarra de colo troncocónico invertido, corpo globular e base convexa com pé anelar. Foi executada com uma técnica mista que combina um corpo impresso em molde com um colo torneado.

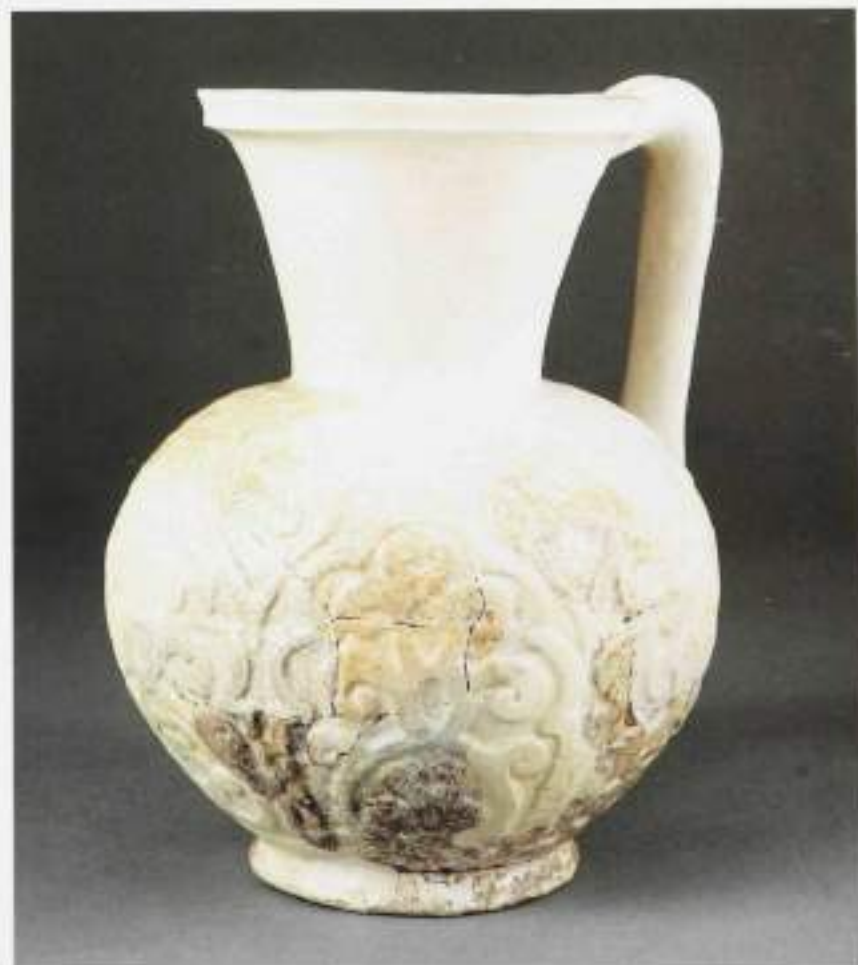
A técnica decorativa sobrepõe aos motivos em relevo um revestimento vidrado bicromático. Sobre um fundo branco de estanho destacam-se os motivos decorativos em dourado ou reflexo metálico (neste caso, perdido na sua maior parte). No corpo, a decoração em relevo ordena-se em arcos polilobulados sustentados por colunas torsas que enquadram representações fitómorfas. Entre os arcos inscrevem-se lótus formados pela contraposição de duas palmetas.

TORRES, 1987, p. 73; 1988, p. 42; GÓMEZ, 1997b

p. 148

Museu de Mértola. CR/DR/0001

5GM



37

38.

**Jarra de loiça dourada. Cerâmica**

Alt. 250 mm; larg. 200 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola, Beja  
2ª metade do séc. XII

Jarra gêmea da anterior, de bordo esvasado biselado, colo troncónico invertido, corpo globular e asa vertical de secção canelada. Não conserva o fundo. A decoração dourada ou de reflexos metálicos cobre toda a peça. No corpo sobrepõe-se e complementa os motivos em relevo enquanto que no colo, no bordo e na asa espalha-se sobre a superfície lisa, com algumas aplicações de esgrafitado. O motivo do corpo foi descrito na peça anterior. No colo forma-se uma sequência de bolbos de lótus formados pela contraposição de duas palmetas, em que os traços mais vincados são preenchidos por linhas esgrafitadas.

TORRES, 1987, p. 76; 1988, p. 43; GÓMEZ,

1997b, p. 148

Museu de Mértola. CR/DR/0002

SGM

39.

**Jarra com decoração fitomórfica com reflexo metálico. Cerâmica**

Alt. 193 mm; diâm. bordo 150 mm

Castelo de Silves, Faro

Séc. XIII

Museu Municipal de Arqueologia de Silves. Esc. RVG, Q84/C2

40.

**Tigela decorada com florão geométrico em corda seca total. Cerâmica**

Alt. 95 mm; diâm. 275 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola, Beja

Séc. XII

TORRES, 1986a, p. 312

Museu de Mértola. CR/CS/0015

41.

**Tigela decorada com florão geométrico em corda seca total. Cerâmica**

Alt. 75 mm; diâm. 255 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola, Beja

Séc. XII

TORRES, 1986a, p. 212

Museu de Mértola. CR/CS/0018



42.

**Tigela decorada com florão geométrico em corda seca total. Cerâmica**

Alt. 80 mm; diâm. 260 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola, Beja

Séc. XII

TORRES, 1986a, p. 211; TORRES e GÓMEZ, 1995,

p. 102

Museu de Mértola. CR/CS/0024

43.

**Tigela com decoração epigráfica em corda seca total. Cerâmica**

Alt. 80 mm; diâm. 255 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII

Tigela de bordo arredondado, bojo carenado na sua parte inferior e base plana com pé anelar alto. O exterior da peça é coberto por vidrado melado e o interior decorado em *corda seca total*, onde o desenho, delineado a manganés, é completamente preenchido por vidrado branco, verde turquesa e melado. No motivo central lê-se a inscrição *baraka* (bênção) rodeada por um friso de palmetas digitadas contrapostas. A palavra *baraka* é a invocação mais frequente na cerâmica de *corda seca total*.

Museu de Mértola. CR/CS/0035

SGM

44.

**Tigela com decoração epigráfica em corda seca total. Cerâmica**

Alt. 55 mm; diâm. 177 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII

TORRES, 1986a, p. 214

Museu de Mértola. CR/CS/0019





45.

**Tigela decorada com motivo vegetalista em corda seca total. Cerâmica**

Alt. 100 mm; diâm. 295 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

2ª metade do séc. XII

Tigela de bordo levemente envasado para o interior com lábio de secção triangular, bojo semi-esférico e base plana com pé anelar alto. Apresenta decoração em *corda seca* total em branco, preto, verde turquesa e melado. O campo central é ocupado por três bolbos de flor de lótus que partem de um talo central e moldurado por uma faixa de pequenas rosetas estampilhadas sob a cobertura. Ao longo das paredes alternam-se dois lótus e dois motivos florais de composição geométrica. Pode ser considerada uma peça de transição em que permanecem elementos fortemente enraizados na iconografia omíada, como é o ramo de três bolbos de lótus, combinados com um estampilhado sob a cobertura vidrada, técnica típica de época almóada.

TORRES, 1986a, p. 221; 1988, p. 84; TORRES e GÓMEZ, 1995, p. 102

Museu de Mértola. CR/CS/0014

SGM



46.

**Tigela em corda seca total. Cerâmica**

Alt. 60 mm; diâm. 375 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII

TORRES, 1987, p. 83

Museu de Mértola. CR/CS/0008

47.

**Tigela com representação de leão em corda seca total. Cerâmica**

Alt. 115 mm; diâm. 325 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII

TORRES, 1986a, p. 227

Museu de Mértola. CR/CS/0007

48.

**Tigela com representação de ave em corda seca total. Cerâmica**

Alt. 90 mm; diâm. 260 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII

TORRES, 1986a, p. 226; 1987, p. 82; GÓMEZ, 1997a, p. 325

Museu de Mértola. CR/CS/0004

49.

**Tigela com representação de ave em corda seca total. Cerâmica**

Alt. 85 mm; diâm. 285 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII

Tigela de bordo arredondado, bojo semi-esférico levemente carenado e base convexa com pé anelar alto. O exterior da peça está recoberto por vidrado melado onde se destacam escorrimentos de óxido de cobre. O interior ostenta uma decoração em *corda seca* total em branco, verde turquesa e melado. O motivo central, representado por uma ave, está rodeado por um friso duplo de triângulos dentados. No século XII encontramos na decoração cerâmica uma maior frequência de aves embora a sua figuração não corresponda exactamente às figuras de pavões representadas na louça de verde e manganés de época califal.

TORRES, 1986a, p. 224; TORRES e GÓMEZ, 1995, p. 102

Museu de Mértola. CR/CS/0006

SGM





50.

Tigela com decoração epigráfica em *corda seca total*. Cerâmica

Alt. 65 mm; diâm. 215 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII

TORRES, 1986a, p. 218

Museu de Mértola. CR/CS/0010

51.

Terrina com decoração epigráfica em *corda seca total*. Cerâmica

Alt. 90 mm; diâm. 215 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Meados do séc. XII

Terrina de bordo moldurado para receber uma tampa, bojo semi-esférico e base convexa com pé anelar. O interior da peça está simplesmente coberto por vidrado melado enquanto o exterior ostenta uma vistosa decoração em *corda seca total* em branco, verde turquesa e melado. Sobre um fundo verde distribuem-se quatro cartelas circulares contendo a palavra *baraka* (benção) e pequenos bolbos de lótus. Motivos caligráficos ornamentam peças descobertas em Almeria datáveis de meados do século XII. Este facto e outros elementos técnicos e decorativos convidam-nos a considerar esta peça proveniente da Andaluzia Oriental.

TORRES, 1986a, p. 210; 1987, p. 81; 1988, p. 45;

TORRES e GÓMEZ, 1995, p. 102

Museu de Mértola. CR/CS/0012

SGM





52.

**Terrina. Cerâmica**

Alt. 114 mm; diâm. 130 mm

Arrochela. Silves. Faro

Séc. X-XI

Foi encontrado no interior dos restos de um silo, sobre os quais assentava parte de muro pertencente a espaço habitacional almóada. Acompanhavam-no mais 22 recipientes quase completos e cerca de 2.000 fragmentos de cerâmicas diversas. Entre estas identificam-se taças esmaltadas, com decoração policroma, de carácter epigráfico, zoomórfico (um equídeo) ou fitomórfico; outras com decoração de corda seca parcial, sendo abundantes as peças esmaltadas de cor castanha, assim como as produzidas com pastas claras ou vermelhas, pertencentes a panelas, frigideiras, coadores, talhas, etc.

A cronologia é indicada pela estratigrafia e paralelos, formais e decorativos, com exemplares recuperados em diferentes arqueossítios, tanto de Silves como do restante Andaluz.

Museu Municipal de Arqueologia de Silves. Esc. RVG. Q5/E15/C2-2

RVG

53.

**Tigela em verde e manganés. Cerâmica**

Alt. 65 mm; diâm. 280 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

2ª metade do séc. X

Esta tigela apresenta uma forma típica da cerâmica decorada em verde e manganés de Madinat al-Zahra' (bordo arredondado, paredes curvas e base levemente convexa), embora a composição decorativa não seja muito comum na cidade palatina. O exterior da peça está coberto por vidrado melado, enquanto no interior encontramos oito palmetas compostas triangularmente em disposição radial, sobre as quais se encontram outras oito palmetas apenas esboçadas. No bordo, como decoração secundária, alternam cinco pequenos motivos semi-circulares e outros cinco triangulares.

TORRES, 1987, p. 77; GÓMEZ, 1994a, p. 125;

1994b, p. 125; 1997a, p. 325; TORRES e GÓMEZ,

1995, p. 102

Museu de Mértola. CR/VM/0002

SGM



54.

**Tigelinha. Cerâmica**

Alt. 37 mm; diâm. 158 mm

Silves (pátio anexo ao poço-cisterna), Faro  
Séc. X

A forma e, em particular, o pé anelar indicam tratar-se de produção peninsular que reproduz modelo oriental. As superfícies esmaltadas oferecem, interiormente, decoração policroma constituída por bolbo de lótus. Este tema, de origem oriental, simboliza a eternidade da vida e, por isso, poderia auferir, além de função meramente decorativa, também de carácter profiláctico.

Museu Municipal de Arqueologia de Silves. Esc. RVG e MVG. Q37/C3-2  
RVG

55.

**Tigelinha em verde e manganés. Cerâmica**

Alt. 25 mm; diâm. 132 mm

Castelo Velho de Alcoutim, Faro  
Séc. X-XI

CATARINO, 1997, p. 452, n.º 3a; (no prelo). Est. XLIX.1

Depósito de Helena Catarino no MNA.  
CVALC 92

56.

**Tigela decorada em verde e manganés. Cerâmica**

Alt. 60 mm; larg. 170 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola, Beja  
Séc. XI

GÓMEZ, 1994b, p. 123; 1997a, p. 325  
Museu de Mértola. CR/M/1662

57.

**Tigela em verde e manganés. Cerâmica**

Alt. 62 mm; diâm. 250 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola, Beja  
2ª metade do séc. X

GÓMEZ, 1994b, p. 126  
Museu de Mértola. CR/M/0004



58.

**Tigelas em verde e manganés. Cerâmica**

Cerro da Vila, Loulé, Faro

Séc. X

Fragmentos de taças apresentando a superfície interior recoberta de engobe branco e vidrado transparente, e onde aparecem figurados a verde e roxo, elementos vegetais, folhas e caules, pedaços do corpo de aves. Os bordos da peça mostram um cordão de "dentes de serra" alternadamente escuros e claros. A cor roxa e verde da decoração resultou da aplicação, antes da cozedura, de óxidos de manganés e cobre respectivamente.

Estas peças destinavam-se a conter alimentos. Têm a denominação de vasos de "Madīnat al-Zahrā", nome da estação arqueológica onde apareceram abundantemente, o grande palácio califal construído perto de Córdova no século X. MATOS, 1983, p. 375-390; 1986, p. 149-154; 1991, p. 75-83

Lusotur. 0009-0012

JJM



59.

**Bilha decorada com cordão da eternidade em verde e mangunés.**

**Cerâmica**

Alt. 95 mm; larg. 185 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
2ª metade do séc. X

GÓMEZ, 1994b, p. 116

Museu de Mértola. CRVM/0003

60.

**Bilha. Cerâmica**

Alt. 185 mm; diâm. 320 mm

Cerro das Relíquias. Alcoutim, Faro  
Séc. X-XI

CATARINO, 1997, p. 453, n.º 5; (no preto), Est.  
LXXVIII.8

Depósito de Helena Catarino no MNA.  
CR 47

61.

**Vaso. Cerâmica**

Alt. 360 mm; diâm. 420 mm

Travessa da Fonte. Tavira. Faro  
Séc. XI

Vaso de barro encimado por um extraordinário conjunto de figuras humanas e animais, modeladas ao jeito popular. Alguns dos zoomorfos poderiam lançar água ou outro qualquer líquido para o interior do recipiente. Três cavaleiros, dois homens e uma série de animais, aparentemente portadores de bons augúrios, parecem sugerir a ritualização de um rapto nupcial. Pelo sistema decorativo e pelo contexto arqueológico da fossa urbana em que foi encontrado, podemos com segurança atribuir este artefacto a um horizonte próximo de finais do século XI. Câmara Municipal de Tavira  
MMMMIACT





62.

**Tigela com cena de caça. Cerâmica**  
 Alt. 135 mm; diâm. 392 mm  
 Alcáçova do Castelo de Mértola, Beja  
 2ª metade do séc. XI

Tigela de bordo em aba plana, corpo semi-esférico e base convexa com pé anelar alto. O exterior apresenta uma cobertura vítrea quase transparente a caneluras. No interior encontra-se representada, em verde e manganês, uma cena de caça na qual um galgo e um falcão atacam em simultâneo uma gazela. Pertence a uma série de tigelas com idêntica forma, técnica e estilo decorativo que se encontram espalhadas por vários pontos de Mediterrâneo Ocidental (Denia, Malhorca, Pisa e Kairawan). Embora com atribuições de origem tunisina, investigações mais recentes não excluem a sua produção na Península Ibérica (BERTI e MANONI, 1997).

TORRES, 1987, p. 79; 1988, p. 44; GÓMEZ, 1994b, p. 130; TORRES e GÓMEZ, 1995, p. 102  
 Museu de Mértola, CRVM/0001  
 SGM



62

63.

**Tigela do corço. Cerâmica**  
 Alt. 80 mm; diâm. 257 mm.  
 Alcáçova do Castelo de Mértola, Beja  
 Séc. XII

Tigela de bordo biselado, corpo levemente carenado e base convexa com pé anelar, coberta por vidrado melado esverdeado no exterior e decorado no seu interior em *corda seca* total em tons de branco, verde e melado. O motivo central representa um corço em posição estática com alguns elementos vegetalistas. A aba está coberta por um friso de palmetas digitadas. A representação do corço em posição estática e em solitário é um tema pouco habitual no repertório zoomórfico da cerâmica, que parece sofrer alguma renovação no século XII. Habitualmente os cervídeos estão presentes na iconografia omiada como presa em cenas de caça, vítimas do ataque de um falcão.

TORRES, 1986a, p. 196; 1987, p. 85; 1988, p. 46;  
 TORRES e GÓMEZ, 1995, p. 102  
 Museu de Mértola, CR/CS/0001  
 SGM



63



64.

**Cofre. Marfim**

Alt. 190 mm; diâm. 100 mm

Proveniência desconhecida

Séc. XI

Cofre em marfim, de forma cilíndrica, fabricado nos inícios do século XI nas oficinas áulicas cordovesas.

De decoração exuberante, esta obra-prima da arte califal apresenta emaranhados motivos vegetalista envolvendo um pórtico de seis arcos em ferradura assentes sobre colunas.

O interior dos arcos é marcado pela presença da *Árvore da Vida* em redor da qual estão representadas figuras humanas e aves. Coroa cada conjunto um medalhão circular, em cujo interior está esculpida uma figurinha animal. Circunda a tampa, decorada de modo idêntico e rematada por uma pequena pinha, uma inscrição em cúfico refere o nome de 'Abd al-Malik, filho de al-Manşūr, para quem o cofre teria sido feito.

Peças luxuosas como esta eram encomendadas pelas camadas altas da sociedade e destinaram-se a guardar jóias ou perfumes. Muitas delas, ao caírem nas mãos dos cristãos, foram transformadas em relicários.

LOPES, 1895, p. 273; 1896, p. 204-205;

BELLINO, 1900, p. 78-79; VASCONCELOS,

1914-15(1), fascículo 3, nº 12; AHLENSTIEL-

ENGEL, 1932, p. 86; LACERDA, 1942, p. 171-

172; GÓMEZ-MORENO, 1951, p. 299;

BARREIROS, 1954, p. 43-44; MONTEIRO, 1980,

p. 416-417; COSTA, 1985, p. 44, 60-61; GRAF,

1986, p. 178-179; ALMEIDA, 1988, p. 73, 87-88;

BARROCA, 1992, p. 93-94

Sé de Braga

SM



65.

**Placa. Marfim**

41 x 38 x 6 mm

Castelo de Silves. Faro

Séc. X

Integrava estrutura onde ambas superfícies estivessem devidamente valorizadas, dado oferecerem insculpturas. A representação da ave de rapina e do cervídeo, ladeado por elementos fitomórficos isolados ou integrados em cenas de carácter cinegético, são temas comuns a outras peças de marfim, madeira ou metal, suas contemporâneas. No entanto, a gramática decorativa utilizada, circunscrita ao interior de uma moldura simples e a ausência do trépano, induzem-nos a aproximá-la do círculo das produções atribuídas à oficina cordovesa de Halaf, com cronologia em torno aos inícios do último quartel do século X. Datações de 14C, obtidas para o nível arqueológico que integrava esta peça, uma vez calibradas, oferecem intercepções em 985 cal. D.C. (ICEN-874 e ICEN-877), estando portanto de acordo com a cronologia acima referida. GOMES, 1993, p. 79-83

Museu Municipal de Arqueologia de Silves. Esc. de RVG.Q3/C5

RVG





66.

**Painéis de arqueta. Osso**

Castelo de Moura. Beja  
Séc. XIII

As placas em osso que compõem estes pequenos painéis pintados a manganês estavam certamente fixadas a um pequeno cofre de madeira.

A peça, de possível fabrico granadino, é marcada pela presença central de uma rosácea de laçaria ladeada por duas figuras humanas. Bolbos vegetais, rematando longos caules, e flores de lótus sugerem um ambiente paradisíaco. Embora existam peças com rosáceas semelhantes às de Moura datadas dos séculos XIII e XIV (Santa Maria de Huerta, Victoria and Albert Museum, Catedral de Zamora, Burgo de Osma e Coleção Lázaro Galdiano), a reconquista de Moura, ocorrida em 1232, e a proximidade tipológica dos antropomorfos desta arca com semelhantes figuras da cerâmica esgrafitada de Murcia parecem fazer coincidir o fabrico da arca com os princípios do século XIII.

MACIAS, 1994, p. 295-298.

Museu Municipal de Moura

56

67.

**Placas e ferragens de arqueta. Osso e metal**

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Finais do séc. XI-1ª metade do séc. XIII

Placas de revestimento de arquetas, em osso, em que quase todos os exemplares apresentam vestígios de pintura a negro (somente um exemplar apresenta decoração a folha de ouro). Em quase todos os casos a pintura é delineada por incisões ténues ou por um traço mais escuro. O conjunto inclui peças de várias dimensões e as suas extremidades apresentam diversos tipos de corte consoante o seu posicionamento nas arquetas.

Museu de Mértola

18



68.

**Cantil. Cerâmica pintada**

Silves, Faro

Séc. X-XI

Recolhido acidentalmente durante a abertura de uma vala da área urbana da cidade de Silves, este cantil de gramática decorativa artesanal enquadra-se cronologicamente nos séculos X-XI. Na área compreendida entre o início do gargalo e o arranque de cada asa existe um fino reticulado de linhas pintadas a mangarés. Na face que apresenta melhor leitura são visíveis dois guerreiros, cujos rostos se identificam perfeitamente. Os capacetes cónicos das figuras têm semelhanças com as pequenas estatuetas do vaso de Tavira incluído neste exposição (catálogo nº 61). O aspecto esquemático mas seguro das imagens pintadas denuncia um artesão habituado ao bulício urbano e à visão de guarnições militares.

Col. André Bento

AB



68

69.

**Tigela com decoração antropomórfica. Cerâmica**

Alt. 64 mm; diâm. 232 mm

Alcaçova do Castelo de Palmela, Setúbal  
Finais do séc. X-inícios do séc. XI

Trata-se de uma tigela recolhida em contexto arqueológico de finais do califado, com uma rara decoração em verde e mangarés sobre esmalte estaniífero. Representa uma figura entronizada onde a simbologia do dedo que aponta, do cantil de peregrino, da presumível jarra contendo o líquido da vida, nos remete para códigos do poder e do sagrado islâmicos.

As características técnico-decorativas e estéticas da peça encontram filiações no Médio Oriente sassânida e nas produções de Madīnat al-Zahrá'. Análogos programas iconográficos foram identificados num retrato de Mu'awiyya em tecido (Casamar e Zozaya, 1991), numa pintura do tecto da capela palatina de Palermo (Rice, 1965) e, para alguns pormenores decorativos, em peças de Nichapur, de Fustât, de Ifríqiya, de Benetusser, de Mértola e de Silves.



69

O Califado de Córdoba chegou a conferir as peças verde e mangarés o prestigante papel de oferta palatina, o que poderia justificar um achado deste género no Castelo de Palmela. Contudo, aspectos peculiares da composição, da técnica de fabrico e os resultados de alguns estudos laboratoriais levam-nos a acreditar na possibilidade de estarmos perante uma produção regional do Gharb al-Ándalus.

FERNANDES (no prelo)

Museu Municipal de Palmela.

Cast. Palm. 181

ICFF



70.

**Brinquedo-boneca. Cerâmica**

Alt. 76 mm

Castelo de Silves, Faro

Finais do séc. XII

Museu Municipal de Arqueologia de  
Silves, Esc. RVG. Q110/C3

71.

**Jarro aguamanil com vertedor  
zoomórfico. Cerâmica**

Alt. 225 mm; diâm. 190 mm.

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Séc. XI

Jarro aguamanil ou almotolia de bordo exvasado, gargalo moldurado, bojo globular, e uma única asa. O bico vertedor, muito comprido apresenta duas pequenas orelhas na parte superior que lhe conferem o aspecto dum animal. Está decorado com pintura branca sobre a pasta vermelha. Vários elementos formais, técnicos e decorativos associam-na com a peça decorada com representações figurativas de Tavira. Além da figuração zoomórfica do bico, o borbo e o gargalo assemelham-se à torre-funil da peça algarvia. O paralelismo da decoração pintada é evidente tanto na forma de executar os traços, como nos motivos fitomórficos representados. Tudo isto parece indicar uma mesma cronologia e proveniência.

TORRES, 1987, p. 36; TORRES et alii, 1996, p.

208; GÓMEZ, 1997a, p. 325

Museu de Mértola. CR/PT/0001

SGM



71



**Bico de jarro aguamanil. Cerâmica**

Alt. 95 mm; diâm. 45 mm

Casa D. Sancho. Silves. Faro

Séc. VIII-IX

Representa cabeça de felino, com a boca aberta e as orelhas erguidas, em posição de ataque. Tanto a iconografia como a temática decorativa observadas neste fragmento, encontrado em profunda vala clandestina, sugerem fortes influências norte-africanas que, no Gharb al-Ándalus, estiveram privilegiadamente relacionadas com os primeiros e últimos séculos da permanência muçulmana. No entanto, decoração similar encontra-se, de igual modo, pintada no interior de taças e no exterior de certos púcaros exumados em diferentes locais de Silves, o que nos conduz a pensar tratar-se, de produção local, mas seguindo modelo importado, tanto mais que se conhecem, em Silves, duas outras peças semelhantes. As representações zoomórficas são muito raras no mundo islâmico, devido à interpretação de preceito corânico. A presença desta peça é em parte explicável devido ao contexto palatino que integrava, relacionada com a caça e o prestígio das elites mas, também, devido à própria representação do tigre que, no Próximo Oriente Antigo, simbolizava a água doce e salutar que o recipiente conteria.

Museu Municipal de Arqueologia de Silves

RVC





73.  
**Placa de chumbo representando cavalo  
e cavaleiro**

Alt. 46 mm; larg. 50 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola, Beja

Séc. XII

Museu de Mértola, CH-Div. 1/1





# Casas urbanas e quotidiano no Gharb al-Ândalus



ntes da recente e decisiva entrada dos contributos da arqueologia na história medieval a memória da islamização no Sul de Portugal (ou Gharb al-Ândalus) não ia além dos textos que os geógrafos redigiram e à contribuição de um ou outro poeta. As afirmações sobre a vida das populações resumiam-se, por isso, a um punhado de generalidades quase sempre baseadas em textos que refletiam os luxuosos ambientes palatinos de Sevilha ou de Córdova mas que nada acrescentavam ao conhecimento do que foi o quotidiano dos mertolenses, bejenses ou silveses da Alta Idade Média.

Pelas mesmas razões, o símbolo das casas islâmicas medievais confundia-se, até há pouco, com os luxuosos palácios onde os grandes senhores do tempo consumiam uma doce vida de jogos, poesia e amor. Esse mito, que sítios como o Alhambra, em Granada, converteram em verdade absoluta, é difícil de transportar para a maior parte das habitações que existiram em povoações como Mértola ou Faro. Que semelhanças haveria entre o dia-a-dia dos habitantes do Palácio das Varandas, em Silves, e o das pessoas que viveram no povoado rural de Alcaria Longa, junto a Mértola? Que proximidade teriam a sofisticada cidade que apareceu aos olhos maravilhados de Osberno e a frugal existência da população das Mesas do Castelinho, perto de Almodôvar? Bem poucas, certamente.

Um conjunto de escavações arqueológicas, realizadas em vários pontos do Gharb al-Ândalus tem vindo a lançar luz sobre vários aspectos do quotidiano. Para além do espólio cerâmico - outrora sumariamente catalogado como "louça árabe" -, escavações como

as de Mértola, de Silves ou do Castelo Velho de Alcoutim fornecem-nos dados fundamentais para a compreensão da organização do espaço em conjuntos urbanos ou em povoados rurais.

### As casas e o quotidiano

É em volta das casas urbanas, da forma como eram construídas e usadas que boa parte da atenção se tem vindo a centrar. As alcáçovas de Mértola e de Silves merecem, pela espectacularidade dos resultados obtidos nas respectivas escavações arqueológicas, papel de destaque.

A despeito das variações na área ocupada (entre 45 m<sup>2</sup> e 88 m<sup>2</sup> no caso de Mértola) ou na riqueza dos acabamentos, provocadas pelas diferentes capacidades económicas dos encomendadores, sabemos hoje que todas estas habitações se organizavam em torno de um pátio central descoberto. A partir daí distribuíam-se os restantes compartimentos (salão, alcova, latrina e cozinha) que compunham a habitação. Ainda longe do rígido esquema das casas actuais, em que a cada divisão cabe uma função específica, nestas moradias tudo apontava já para uma relativa especialização.

De carácter marcadamente citadino (debalde tentaremos encontrar esta forma de conceber o espaço nos povoados rurais ou fora do âmbito urbano), esta tipologia é comum a inúmeras cidades islâmicas da mesma época - recordemos os casos de Dénia<sup>1</sup>, Murcia<sup>2</sup>, Cieza<sup>3</sup>, Saltés<sup>4</sup>, Pechina<sup>5</sup>, Mértola<sup>6</sup> ou Silves<sup>7</sup> - e corresponde a um modelo utilizado, de forma generalizada, na Península Ibérica e no Magrebe, ao longo dos séculos XII e XIII.

A arqueologia medieval permitiu ainda que começassem a ser conhecidas com um pouco mais de rigor as formas de construção das casas .



restígio das casas n.ºs 1 (em primeiro plano) e 2, do Bairro islâmico da Alcáçova de Mértola.

Não há cânones, parâmetros rígidos ou esquemas inflexíveis. As maneiras de edificar dependem dos recursos de cada zona e das posses dos proprietários. É por esses motivos que tanto encontramos muros de pedra mal aparelhados nos povoados rurais como



silhares cuidadosamente alinhados em edifícios palatinos. Verificamos também, com frequência, que existe uma grande identidade entre a arquitectura popular actual e as casas exumadas durante as escavações arqueológicas. Embora possa incorrer numa *leitura etno-arqueológica ingénua* não posso deixar de notar que, em Mértola, os muros de taipa levantados sobre embasamentos de alvenaria são tão comuns nas casas do bairro islâmico do século XIII como nas habitações populares da Vila Velha. O mesmo se poderá dizer das telhas de canudo e dos pavimentos pintados com almagre, que só em tempos muito recentes conheceram um inexorável declínio. Em ambientes mais luxuosos, como na área palatina da alcáçova de Silves, a riqueza dos moradores estava bem patente na qualidade das decorações e no laborioso rendilhado dos arcos que davam acesso a amplos e, seguramente, confortáveis salões.

Todas estas casas eram espaços encerrados sobre si, virados para dentro e com raras aberturas ao exterior, de forma a preservar a intimidade dos moradores.

Numa sociedade tão ciosa da sua privacidade, a entrada das casas era um local que merecia tratamento cuidado.

A colocação das portas da rua constituiu um ponto a que habitantes e legisladores deram particular atenção. Alguns tratados de *hisba*, em especial, preocuparam-se com a protecção da intimidade do lar. Ibn al-Rami, legislador de Kairouan do século XIV, estabelecia uma certa hierarquização das "vistas indiscretas", das menos importantes às mais ofensivas. Na primeira incluía-se a localização de lucarnas e janelas. Nas segundas mencionavam-se as vistas afrontadas que favoreciam o contacto visual de uma casa para outra<sup>8</sup>. Para reduzir este efeito Ibn Saḥnūn propunha um método, em uso na Andaluzia do século XIV, que previa a criação de um desacerto, fazendo que cada porta tivesse à sua frente, do outro lado da rua, não uma porta mas uma parede<sup>9</sup>.

As entradas das casas - quase sempre nobilitadas pelo reaproveitamento de parte de fustes e de frisos romanos como soleiras ou como ombreiras - eram também o sítio onde, de um modo prioritário, se colocavam os símbolos de protecção, destinados a afugentar os espíritos maléficos, impedindo a interferência destes no quotidiano dos habitantes. *Mãos de Fátima* e ferraduras eram os objectos privilegiados para afastar o mal. Por vezes, as escavações arqueológicas permitem identificar, junto a essas portas, as chaves que lhe pertenceram, como ocorreu na entrada da casa almóada de Silves<sup>10</sup>.

Só depois de se passar a entrada o átrio é que se tinha, verdadeiramente, acesso ao mundo da casa. Era no seu interior, no pátio ou na cozinha, espaços íntimos e longe dos olhares indiscretos da rua, que as mulheres de uma família alargada (mãe, filhas, sobrinhas, sogra etc.) preparavam conservas, confeccionavam refeições, teciam ou conversavam. O papel da mulher adquiria contornos tanto de ordem prática como simbólica. Há referências escritas ao facto de a mulher se fazer quase sempre acompanhar no interior da casa por uma pequena bilha de azeite com a qual tanto acendia as lâmpadas como temperava a comida. O papel da mulher na casa era ao mesmo tempo o de alguém que proporcionava a alimentação e a luz<sup>11</sup>.

Os pátios eram, na realidade, o coração da casa e a sua peça fundamental, fornecendo ao mesmo tempo iluminação e ventilação. O mais provável, e atendendo às características climáticas da região, que favoreciam a reunião de pessoas naquele local, é que o pátio desempenhasse um papel de grande relevo no quotidiano da população, designadamente como local de trabalho das mulheres da casa e como espaço para confecção de algumas refeições. A zona central pode ter sido, em certos casos, utilizada como pequeno canteiro para o cultivo de ervas aromáticas, como a hortelã ou a salsa, uso já sugerido para casas de Ciesa<sup>12</sup>. Há também, para espaços semelhantes a este, referências explícitas à



existência de vasos para a colocação de flores e outras plantas<sup>13</sup>. Sendo as zonas de maior área das casas, desempenham no Mediterrâneo o papel central que nas habitações do Norte estava reservado às lareiras<sup>14</sup>.

Todas estas casas tinham uma sala principal, onde boa parte da vida se passava. Locais de trabalho e de repouso, eram, sempre que possível, cuidadosamente argamassados e pintados com almagre e tinham num dos topos uma pequena alcova, pequeno compartimento elevado em relação ao pavimento. Debaixo destas estruturas onde se dormia eram, nas noites mais frias, colocadas braseiras que garantiam uma suplementar dose de conforto aos ocupantes desse espaço.

No caso das moradias de Mértola, os trabalhos arqueológicos têm vindo a proporcionar, ao longo dos anos, um enorme espólio de torres de roca, de pontas de fuso e de cossoiros, utilizados nas domésticas tarefas de fição. A frequência com que são encontrados, assim como a presença, em distintos contextos almóadas, de tempereiros, agulhas, dedais e de uma tesoura não deixa dúvidas em relação à manufactura caseira de mantas ou outros bens. Por exclusão de partes, e com excepção de uma eventual utilização do pátio, era nestes salões que tais tarefas teriam lugar.

Para amenizar o *spéerz*, os habitantes matavam o tempo com o gamão, os dados e o alquerque, uma espécie de "jogo do galo", praticado até aos nossos dias nas zonas rurais mais arcaicas.

Casa nº 2, Bairro islâmico da Alcáçova de Mértola. Planta.

- I átrio
- II pequeno compartimento
- III alcova
- IV zona de fogo (cozinha)
- IVa espaço de armazenamento (cozinha)
- V salão com alcova
- VI compartimento de funções múltiplas
- VII pátio
- VIII oficina de trabalho
- IX átrio
- X latrina



CASAS I e II  
Escala 1:50

Era também na sala principal da casa que a família tomava as suas refeições. Embora tenham chegado até nós alguns relatos sobre o ritual da mesa no Islão peninsular, estes referem-se sempre à faustosa vida da corte califal. Os paralelos com o quotidiano dos modestos artesãos ou pequenos comerciantes da alcáçova de Mértola são, evidentemente, nulos.

Os membros da família, e eventualmente algum convidado, sentar-se-iam sobre mantas dispostas no solo do salão da casa e tendo à sua frente a refeição, servida em tigelas colectivas de grandes dimensões. Caso a refeição constasse de várias iguarias, estas eram apresentadas ao mesmo tempo, embora um autor anónimo do século XIII considerasse que os pratos se deveriam servir de forma sucessiva. Este conselho aplicar-se-ia, até pelo número de pratos citado (nada menos que sete), a mesas abastadas e tinha sido introduzido no Ándalus logo nos inícios do século VIII<sup>15</sup>. As boas maneiras à mesa eram já preocupação de alguns: Maimonides aconselhava que não se comesse de forma precipitada nem que se enchesse a boca...<sup>16</sup>

A água era muitas vezes bebida aromatizada com flor de laranjeira ou de rosas, hábitos dos mais requintados certamente. A água, dizia Ibn Zuhr, devia ingerir-se durante as refeições, desaconselhando-se que fosse tomada fora dessas ocasiões<sup>17</sup>.

Sobre os artefactos utilizados à mesa temos nesta exposição um expressivo testemunho: tigelas, bilhas, copos, jarrinhas, uma multiplicidade de objectos cujas funções específicas têm sido campo fértil para debate entre historiadores, arqueólogos, etnólogos e linguistas.

Um espaço essencial nestas casas meridionais era o que se reservava ao armazenamento e conservação dos alimentos. Sem meios que lhes permitissem guardar os alimentos frescos, cujo consumo era apenas possível numa curta época do ano, as populações desenvolveram complexos métodos (fossem eles as salgás, as fumagens, as secagens ou as caldas)<sup>18</sup> que possibilitavam o prolongamento do seu período de uso, por vezes longos meses após a sua preparação.

O armazenamento dos cereais não deveria, em princípio, ser feito dentro das casas ou, sequer, nas suas proximidades: Ibn al-*ʿAwwâm* mencionava a existência de grandes silos subterrâneos, os quais eram devidamente preparados para essa finalidade<sup>19</sup>. São, no entanto, conhecidos vários exemplos de silos domésticos em habitações islâmicas escavadas no Castelo de Salir<sup>20</sup> ou em sítios como o Monte da Cegonha<sup>21</sup> ou Vilamoura. Em Mesas do Castelhinho, uma análise ao conteúdo de um silo possibilitou a identificação de restos de uma espécie de trigo que hoje se cultiva apenas no Médio Oriente<sup>22</sup>.

As restantes operações de armazenamento eram feitas no interior das casas. Abundam nos *tratados de agricultura*<sup>23</sup> da época os procedimentos a seguir para guardar um grande número de produtos em jarras, ou pendurados das paredes ou dos barrotes do tecto, para posterior consumo. Complexos procedimentos de preparação de conservas em vinagre ou em mel, de secagens, de formas de enterrar os frutos secos<sup>24</sup> são, nesses textos, alvo de detalhada descrição.

Os próprios utensílios onde era feita a conservação mereciam cuidados desses autores. O tratado de Ibn al-*ʿAwwâm*, por exemplo, fazia uma certa diferenciação entre os tipos de artefactos cerâmicos e o respectivo uso, aconselhando barro novo para determinados produtos e os vasos vidrados para outros<sup>25</sup>.

A protecção dos alimentos era tentada das mais diversas formas. Num mundo cheio de crenças, temores e superstições pareciam insuficientes os simples preparados culinários, os fermentos ou os açúcares, para garantir que os víveres não se estragariam. A magia tinha aqui um vasto campo de intervenção, que começava na escolha de objectos, em particular na das talhas, onde se conservava a água e nas quais deviam estar escritas fórmulas apropriadas (como *baraka* - bênção ou *al-yumm* - felicidade). Noutros casos era



utilizada a "mão de Fátima", símbolo da divindade para os muçulmanos, cuja utilização protegia dos feitiços não só os alimentos conservados nessa vasilha, mas também a casa e os seus habitantes<sup>26</sup>.

As práticas de magia não se cingiam, porém, aos objectos onde se guardavam os alimentos. As fumigações, tidas como eficazes no afastamento de espíritos e animais indesejados, eram bastante utilizadas. Citem-se, a título de exemplo, o uso de corno de veado ou de unha de cabra como forma de afugentar víboras e serpentes ou ainda a utilização de produtos como o âmbar, o açafraão ou a cânfora para afastar os escorpiões<sup>27</sup>.

Outras técnicas ainda eram consideradas particularmente úteis na tarefa de afastar os bichos do interior das casas e de impedir que eles chegassem perto dos alimentos. As receitas nesse sentido são variadas, de preparação complexa e incluíam ingredientes tão díspares como cebolas, alcaparras, esterco de burro, vinagre ou pez derretido. Afirmava Ibn al-<sup>c</sup>Awam que, feitas durante várias horas, eram sucesso garantido contra insectos e ratos<sup>28</sup>. Nada nos permite duvidar das certezas expressas pelo enciclopedista.

Sistemas mais prosaicos, como a presença dos gatos (ou mesmo de ginetas, as quais dariam caça a pequenos roedores<sup>29</sup>) no interior das casas, seriam também correntes.

Na maior parte destas casas, a cozinha tinha um espaço independente e de uso exclusivo. A tradição do carácter autónomo deste compartimento perder-se-ia após a Reconquista, deixando então a cozinha de surgir, e com excepção das casas mais ricas, como espaço individualizado no contexto da habitação. Nestes pequenos compartimentos das casas islâmicas, onde por vezes é visível uma separação entre espaços de armazenamento e áreas de fogo, não parece ter havido qualquer utilização polivalente.

O primeiro compartimento era constituído por uma pequena ante-câmara ligada sempre de forma directa ao pátio. Parece provável que se destinasse a arrumar vasilhas de armazenamento (talhas assentes nas suas pequenas peanhas, potes ou cântaros, com toda a probabilidade) que conteriam tanto os próprios alimentos como os géneros indispensáveis à sua confecção.

O espaço interior da cozinha era sobretudo destinado às lareiras, feitas sobre o chão ou então em estruturas de combustão escavadas no solo. Esses buracos, circulares ou em quarto de círculo, estavam delimitados por bem organizados alinhamentos de pedra, cravados no solo. As pedras, de pequenas dimensões, encontravam-se ao nível do pavimento da cozinha e delimitavam zonas de fogo que se destinariam a comportar apenas uma peça de cada vez.

Estruturas de combustão deste género foram identificadas em Mértola<sup>30</sup>, Los Guajares<sup>31</sup>, Alcária Longa<sup>32</sup> e noutros povoados rurais da Andaluzia Oriental e do Levante Peninsular<sup>33</sup>. A presença destes elementos arcaizantes em ambientes urbanos (para além de Mértola foi encontrada uma estrutura similar em Qsar es-Seghir, no Norte de Marrocos<sup>34</sup>) pode também indicar que poderemos estar na presença de populações de origem rural ainda presas a hábitos ancestrais. Dispositivo nitidamente arcaico e do qual perduraram apenas alguns vestígios na serra algarvia<sup>35</sup> foi ainda registado, nos inícios deste século, em tribos berberes de Marrocos<sup>36</sup>.

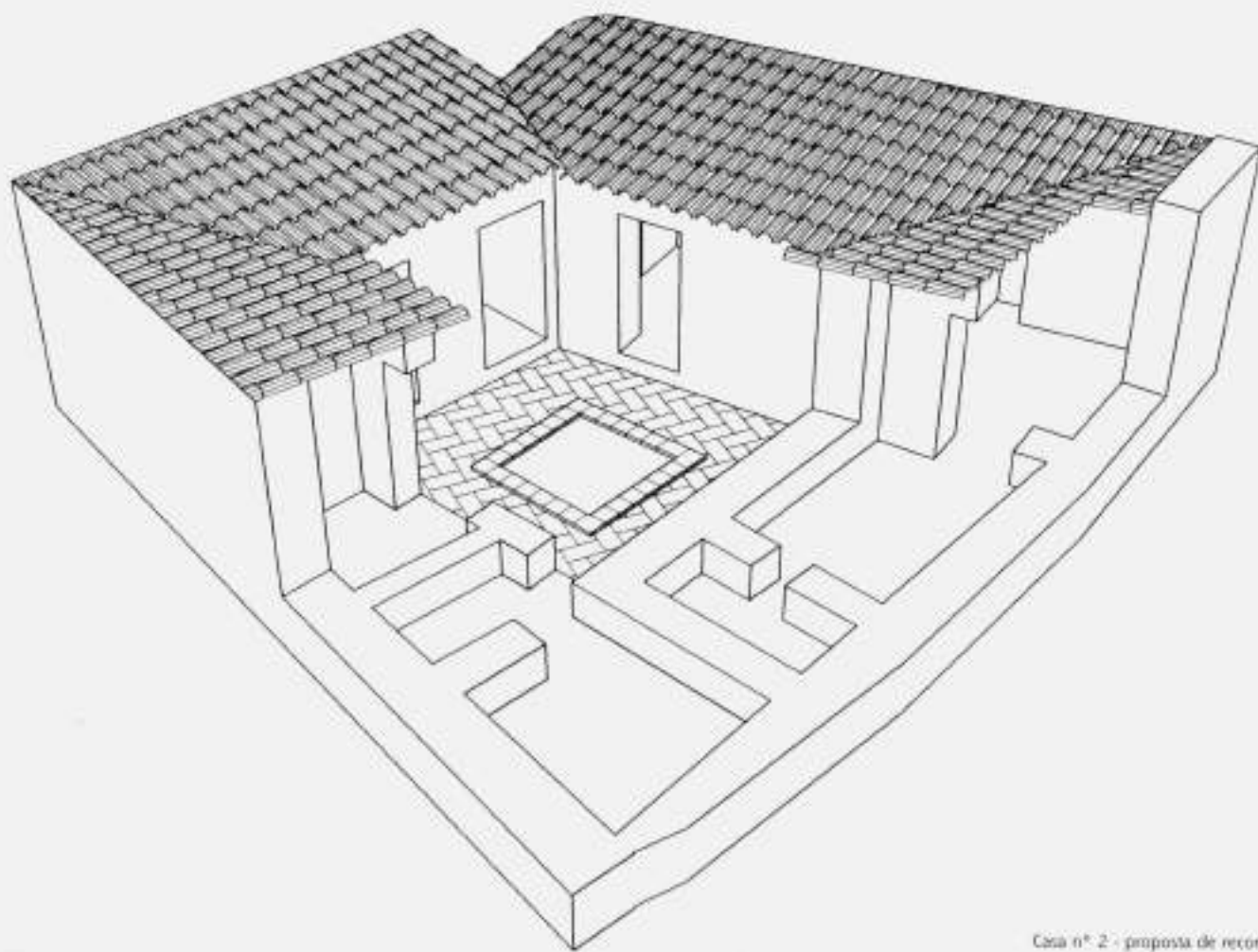
Os tratados de alimentação aconselhavam que se cozinhasse com lenha, de preferência seca<sup>37</sup>. A madeira acendia-se normalmente, pelo menos na região do Gharb, com uma planta chamada "fava de acender", também conhecida como tordílio (*Tordylium officinale*), e que é comum em todo o Mediterrâneo<sup>38</sup>.

Os dados sobre o papel de cada forma cerâmica na cozedura dos alimentos são quase sempre dispersos e vagos e baseiam-se nos tratados de cozinha, *h̄isba* e agricultura.



De forma quase sempre indirecta surgem referências ao modo de confeccionar este ou aquele prato, assim como os utensílios eventualmente necessários. Em raros casos, os textos indicam com rigor a função de uma determinada peça.

A peça que marca presença indelével em todas os contextos arqueológicos relacionados com a cozinha é a panela. De antiga tradição, muito corrente no mundo romano, manteve um papel fulcral nas casas hispano-muçulmanas de todas as classes sociais. Este utensílio de base convexa, corpo globular com caneluras, curto colo cilíndrico, bordo engrossado e duas asas, foi, conforme acertadamente se escreveu, a estrela dos artefactos da cozinha almóada no Gharb<sup>39</sup>.



Casa nº 2 - proposta de reconstrução

À semelhança doutras peças de uso mais intenso, como os fogareiros ou as caçóilas, é crível que as panelas não tivessem, e devido a uma natural deterioração, um uso muito prolongado. A sua substituição devia registar-se a espaços regulares, talvez anualmente ou a intervalos menores, se as finanças domésticas o permitissem.

Sobre os hábitos alimentares, um mundo até há pouco praticamente desconhecido, trabalhos recentes permitiram a identificação de alguns traços dominantes na alimentação, naturalmente condicionados pelos eco-sistemas de cada local. São de particular interesse, a esse nível, os estudos realizados sobre os restos de fauna e de flora recolhidos em Alcaria Longa<sup>40</sup>, Mértola<sup>41</sup>, Mesas do Castelinho<sup>42</sup> e Silves<sup>43</sup>.

Refira-se, em jeito de conclusão, o cuidado posto nas zonas meridionais com a higiene urbana, preocupação que tinha início dentro da própria casa. Quase todas estas habitações tinham uma latrina, ligada a uma rede de esgoto ou, de forma mais frequente, a uma fossa situada em plena rua<sup>49</sup>. A disposição das frinchas abertas no solo das latrinas, orientada no sentido Norte-Sul, tanto em duas casas de Mértola<sup>45</sup> como na casa almóada de Silves<sup>46</sup>, parece dar cumprimento a um conhecido *hadith* (afirmação ou acto tradicionalmente atribuído a Maomé) que proibia que se fizessem as necessidades fisiológicas com a face virada para a *qibla*<sup>47</sup>. Em Silves, a latrina escavada contava ainda com uma pequena tina de abluções, requinte para o qual se encontraram paralelos em Madinat al-Zahrá' e no Alhambra<sup>48</sup>.

### O quotidiano fora de casa

Num mundo em que o interior do lar era o espaço quase exclusivo das mulheres, aos homens estavam reservadas as tarefas da guerra, do comércio ou, simplesmente, do convívio nos locais públicos, fossem eles o mercado, a mesquita ou os banhos. Como em tantas outras cidades da orla mediterrânica, repetiam-se nos bairros das medinas de Mértola, Silves ou Tavira rituais, hábitos e gestos de um ritmo diário condicionado pela execução de trabalhos rotineiros.

Escasseiam, também a este nível, dados históricos ou arqueológicos que permitam uma reconstituição segura sobre o quotidiano fora de casa. Ao invés do que ocorre noutras regiões do *Ándalus* (recorem-se os exemplos de Granada ou de Ronda) nunca foram encontradas estruturas balneares nas cidades do *Gharb*. É, no entanto, inequívoco que elas existiram e perduraram mesmo para cá da Reconquista, sucumbindo apenas aos pudores da Igreja. Curiosamente, às fornalhas dos banhos públicos estava destinado o papel de incinerar parte do lixo urbano<sup>49</sup>.

De entre as tarefas que consumiam mais tempo e mantinham ocupados um maior número de elementos da família tinham especial relevo as que se relacionavam com a confecção dos alimentos. Os trabalhos de aprovisionamento (desde a compra de géneros no mercado ao transporte de água ou de lenha), de preparação ou de cozedura (em casa ou no forno comunitário) prolongavam-se por várias horas.

Se é verdade que nos faltam também dados concretos ou vestígios físicos sobre os mercados ou os fornos do período islâmico, dispomos, ao invés, de uma estrutura única de abastecimento de água às populações. Refiro-me ao poço-cisterna de Silves, em volta do qual se ergue hoje o Museu Municipal de Arqueologia e que desce até ao nível freático. Uma escadaria envolve, pelo exterior, as paredes cilíndricas do poço permitindo o acesso à água. Cada lanço de escadas é coberto por uma pequena e segmentada abóbada de berço.

Os homens passariam também parte substancial do tempo na mesquita. Espaços abertos ao exterior, eram local de convívio e de resolução dos problemas da comunidade. Das que existiram no *Gharb* conserva-se parte substancial das mesquitas de Mértola e de Idanha-a-Velha, o embasamento do minarete da de Loulé e a lápide fundacional de idêntica estrutura em Moura.

Ao invés, e segundo os autores muçulmanos, as igrejas eram sítios a evitar. Recomendava Ibn 'Abdûn, em meados do século XII: "deve proibir-se às mulheres muçulmanas que entrem nas abomináveis igrejas, porque os clérigos são libertinos, fornicadores e sodomitas. De igual modo deve proibir-se às mulheres francas que entrem na igreja sem ser em dia de função, porque ali comem, bebem e fornicam com os cléri-



há nenhum deles que não tenha duas ou mais mulheres com que deitar-se<sup>50</sup>.

O mesmo tipo de risco corriam as mulheres que frequentassem os cemitérios, outro importante espaço público das cidades mediterrânicas. Entre os túmulos levantavam-se tendas, nas quais as mulheres permaneciam por longos períodos, com o pretexto de fugir aos olhares indiscretos, bom incentivo para acrescentar o desejo e o vício de conquistadores e libertinos que, em busca de melhor fortuna, costumavam ir às necrópoles seduzir as mulheres que as frequentavam. Essas tendas convertiam-se, na Sevilha almorávide, quando pela hora da sesta se esvaziavam os caminhos, em verdadeiros lupanares<sup>51</sup>.

A topografia das necrópoles de época islâmica, e se nos reportarmos às áreas urbanas, obedecem a um bem conhecido princípio herdado do mundo romano: situam-se sempre extra-muros, perto de uma das entradas das cidades e bordejando um dos caminhos de acesso ao núcleo urbano. Frequentemente estes cemitérios islâmicos acabavam por ladear as necrópoles judaica e cristã que, por sua vez, ocuparam ou reutilizaram as ruínas de monumentos funerários romanos<sup>52</sup>. A arqueologia tem localizado, para os territórios do Gharb al-Ándalus, alguns destes cemitérios (citem-se os casos de Mértola, Cacela Velha, Moura ou Quinta do Lago), embora, por diversos factores, nenhum deles tenha sido sistematicamente escavado, nuns casos, ou publicado, no que se refere a outros.

A Reconquista do Gharb al-Ándalus e, em particular, a tomada militar das terras do Barlavento traçaram o destino daquela que foi a última síntese civilizacional mediterrânica.

Muitos traços da cultura meridional só em tempos recentes desapareceram de modo irreversível. Modos de vida ligados à pastorícia, à tecelagem e a uma agricultura de subsistência marcaram, durante séculos, o quotidiano das serras entre o Baixo Alentejo e o Algarve. No extremo Sul do território português, o lento trabalhar das azenhas, a exploração tradicional de hortas e de pomares, as artes da construção naval e da pesca e mesmo algum contacto com o Norte de África foram resistindo quase até aos nossos dias. É, contudo, inegável que a partir de meados do século XIII, e de forma progressiva, foram outros poderes e outras áreas de influência a marcar o ritmo de vida das cidades e vilas onde até há pouco o árabe era um idioma corrente.

<sup>1</sup> Gilbert Santonja, 1992

<sup>2</sup> Navarro Palazon, 1991

<sup>3</sup> Navarro Palazon, 1990 e 1991a

<sup>4</sup> Bazzana, 1994

<sup>5</sup> Castillo Galdeano, 1990

<sup>6</sup> Macías, 1996

<sup>7</sup> Gomes, 1988

<sup>8</sup> Mokadem, 1992: 176-177 e Khiaa, 1994: 35-36

<sup>9</sup> Mokadem, 1992: 177

<sup>10</sup> Gomes, 1988: 77-79

<sup>11</sup> Guiten, 1983: 142-143

<sup>12</sup> Navarro Palazon, 1990: 179

<sup>13</sup> Guiten, 1983: 150

<sup>14</sup> Lauricou, 1992: 71

<sup>15</sup> Huci Miranda, 1966: 91

<sup>16</sup> Maimonides, 1989: 314

<sup>17</sup> Ibn Zuhri, 1992: 130

<sup>18</sup> Santos, 1992: 87-88

<sup>19</sup> Ibn al-'Aswam, 1892: 678.

<sup>20</sup> Catanno, 1995: 11-17

<sup>21</sup> Lopes, 1994: 499



- <sup>22</sup> Guerra, 1993: 91-92 e Pais, 1993: 109-110
- <sup>23</sup> Nomadamente nos de Abū l-Jayr, 1991: 312-317. Ibn Luyūn, 1988: 242-248 e de Ibn al-'Awwām, 1802: 660-682
- <sup>24</sup> Abū l-Jayr, 1991: 312-313
- <sup>25</sup> Ibn al-'Awwām, 1802: 662, 670, 671, 674 e 684 e 1802a: 410-411
- <sup>26</sup> Khawli, 1994: 607-608
- <sup>27</sup> Ibn al-'Awwām, 1802a: 344-345 e 348
- <sup>28</sup> Ibn al-'Awwām, 1802a: 342-344
- <sup>29</sup> Morales Muñoz, 1995: 34-35
- <sup>30</sup> Macías, 1996: 104-105
- <sup>31</sup> Bertrand, 1990: 212
- <sup>32</sup> Boone, 1993: 115; fig. 6 B
- <sup>33</sup> Bazzana, 1992: 126-134
- <sup>34</sup> Redman, 1986: 86-87
- <sup>35</sup> Gamito, 1994: 548
- <sup>36</sup> Labast, 1920: 51
- <sup>37</sup> Ibn Zuhir, 1992: 147
- <sup>38</sup> Asín Palacios, 1943: 380 e João Pais (informação pessoal)
- <sup>39</sup> Lafuente, 1996: 175
- <sup>40</sup> Antunes, 1996: 267-276
- <sup>41</sup> Morales Muñoz, 1993: 263-271; Hernandez Carrasquilla, 1993: 273-276; Roselló Inquierdo, 1993: 277-283; Moreno Nuño, 1993: 285-287; Antunes, 1996: 267-276; Pais, 1996: 277-282
- <sup>42</sup> Cardoso, 1993: 103-107; Pais, 1993: 109-110
- <sup>43</sup> Antunes, 1991: 41-74; Pais, 1996: 277-282
- <sup>44</sup> Macías, 1996: 94-97
- <sup>45</sup> Macías, 1996: 94-97
- <sup>46</sup> Gomes, 1988: 62-64
- <sup>47</sup> El-Bokhari, 1984: 69
- <sup>48</sup> Gomes, 1988: 74
- <sup>49</sup> Eliséf, 1982: 125
- <sup>50</sup> Garcia Gómez, 1981: 150
- <sup>51</sup> Torres Balbás, 1985: 257-258
- <sup>52</sup> Torres, 1993: 414

## Bibliografía

### FONTES

ABŪ L-JAYR (1991) - *Tratado de agricultura*. Introd., ed., trad. e índices por Julia Carabaza. Madrid: Instituto de Cooperación con el Mundo Árabe.

EL-BOKHARI (1984) - *Les traditions islamiques*. Trad., índice e notas de O. Houdas e W. Marçais. Paris: Librairie d'Amérique et d'Orient, vol. I.

GARCIA GÓMEZ, Emilio e LÉVI-PROVENÇAL, É., eds. (1981) - *Sevilla e comarcas del siglo XII - El tratado de Ibn 'Abdún*. 2ª ed. Sevilla: Servicio Municipal de Publicaciones.

IBN AL-'AWWĀM (1802) - *Libro de agricultura*. Trad. por Josef Antonio Banqueri. Madrid: Imprenta Real. 2 tomos.

IBN LUYŪN (1988) - *Tratado de agricultura*. Introd. e trad. de Joaquina Eguaras Ibáñez. Granada: Patronato de la Alhambra y Generalife.

IBN ZUHĪR (1992) - *Tratado de los alimentos*. Ed., trad. e introd. por Espiración García Sánchez. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

MAIMONIDES (1989) - *Cartas y testamento de Maimónides (1138-1204)*. Ed. Il. Carlos del Valle. Córdoba: Publicaciones del Monte de Piedad; Caja de Ahorros de Córdoba.

### ESTUDOS

ANTUNES, Miguel Teles (1991) - Restos de animais no Castelo de Silves (séculos VIII-X). In *O legado cultural de judeus e mouros*. Lisboa: Instituto Oriental. p. 41-74. (Estudos Orientais; 2).

ANTUNES, Miguel Teles (1996) - Alimentação de origem animal em regime islâmico - Alcaria Longa e casa II da alcaçova de Mértola. In *Arqueologia Médica*. Porto, 4, p. 267-276.

- ASIN PALACIOS, Miguel (1943) - *Glosario de voces romances registradas por un botánico anónimo hispanomusulmán (siglos XI-XII)*. Madrid-Granada: CSIC.
- BAZZANA, André (1992) - *Maisons d'Al-Andalus. Habitat médiévale et structures du peuplement dans l'Espagne Orientale*. Madrid: Casa de Velázquez. 2 vols.
- BAZZANA, André e BEDIA, Juana (1994) - Salés y el Suroeste peninsular. In *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva: Universidad de Huelva. p. 619-644.
- BERTRAND, Maryelle [et al.] (1990) - La vivienda rural medieval de 'El Castillejo' (Los Guájares, Granada). In *La casa hispano-musulmana. Aportaciones de la arqueología*. Granada: Publicaciones del Patronato de la Alhambra y Generalife. p. 207-227.
- BOONE, James L. (1993) - The third seasons of excavations at Alcaria Longa. *Arqueologia Medieval*. Porto, 2, p. 111-125.
- CARDOSO, João Luís (1993) - Contribuição para o estudo da alimentação em contexto islâmico: estudo dos restos zoológicos e malacológicos das Mesas do Castelinho (Almodôvar). *Arqueologia Medieval*. Porto, 2, p. 103-107.
- CARDOSO, João Luís (1994) - A fauna de mamíferos de época muçulmana das Mesas do Castelinho (Almodôvar). Materiais das campanhas de 1989-1992. *Arqueologia Medieval*. Porto, 3, p. 201-220.
- CASTILLO GALDEANO, Francisco e MARTINEZ MADRID, Rafael (1990) - La vivienda hispanomusulmana en Bayyana-Pechina (Almería). In *La casa hispano-musulmana. Aportaciones de la arqueología*. Granada: Publicaciones del Patronato de la Alhambra y Generalife. p. 111-127.
- CATARINO, Helena (1995) - O Castelo de Salir: Resultados da escavação dos silos. In *Al-Uqra*. Loulé, 4, p. 9-30.
- ELISEEF, Nikita (1982) - El trazado físico. In *La ciudad islámica*. Ed. por R. B. Serjeant. [S.l.]: Serhal-UNESCO. p. 113-129.
- GAMITO, Teresa (1994) - O povoamento islâmico da Serra do Caldeirão. In *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva: Universidad. p. 545-561.
- GISBERT SANTONJA, Josep A.; BURGUEIRA SANMATEU, Vicent; BOLLUPÉ I MARQUES, Joaquim (1992) - *La cerámica de Durrus (Durrus) - Alfares y ajuares domésticos de los siglos XII-XIII*. Valencia: Ministerio de Cultura.
- GOITEIN, Shelomo Dov (1983) - *A Mediterranean Society*. Berkeley: University of California Press. vol. IV.
- GOMES, Rosa Varela (1988) - *Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves*. Silves: Câmara Municipal.
- GUERRA, Amílcar e FABIÃO, Carlos (1993) - Uma fortificação omíada em Mesas do Castelinho (Almodôvar). *Arqueologia Medieval*. Porto, 2, p. 85-102.
- HERNANDEZ CABRASQUILLA, Francisco (1993) - Los restos de aves del yacimiento medieval de Mértola. *Arqueologia Medieval*. Porto, 2, p. 273-276.
- HUICI MIRANDA, Ambrosio (1966) - *Traducción española de un manuscrito anónimo del siglo XIII sobre la cocina hispano-magribí*. Madrid.
- KHAWLI, Abdallah (1994) - A Mão de Fátima e a sua representação na arte hispano-muçulmana. Cerâmica estampilhada de Mértola. In *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva: Universidad de Huelva. p. 605-618.
- KHARA, Youssef (1994) - Propos sur l'urbanisme dans la jurisprudence musulmane. *Arqueologia Medieval*. Porto, 3, p. 33-46.
- LAFUENTE, Pilar (1996) - La cocción de los alimentos. Aproximación al menaje de cocina en una casa islámica (séc. XIII). *Arqueologia Medieval*. Porto, 4, p. 175-182.
- LAOUST, Émile (1920) - *Mus et choses berbères*. Paris: Augustin Challamel.
- LARIOUX, Bruno (1992) - *A Idade Média à ment*. [S.l.]: Publicações Europa-América.
- LOPES, Maria da Conceição (1994) - A villa romana do Monte da Cegonha. In *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva: Universidad de Huelva. p. 485-502.
- MACIAS, Santiago (1996) - *Mértola islâmica. estudo histórico-arqueológico do bairro da alcáçova*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

- MATOS, José Luís de (1983) - Malgas árabes do Cerro da Vila. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, S. IV, vol. I, p. 375-390.
- MOKADEM, Halid (1992) - *La porte hispano-mauresque de Rabat-Salé*. Rabat: INSAP. Mémoire de III<sup>e</sup> cycle, vol. I. Texte dactyl.
- MORALES MUÑOZ, Arturo (1993) - Estudio faunístico del yacimiento islámico de Mértola: los mamíferos. *Arqueologia Medieval*. Porto, 2, p. 263-271.
- MORALES MUÑOZ, Arturo (1995) - Arqueozoología - gineta. *Investigación y Ciencia*. Febrero/95, p. 34-35.
- MORENO NUÑO, Ruth (1993) - El conjunto malacológico del yacimiento portugués de Mértola. *Arqueologia Medieval*. Porto, 2, p. 285-287.
- NAVARRO PALAZÓN, Julio (1990) - La casa andalusí en Síyasa: ensayo para una clasificación tipológica. In *La casa hispano-musulmana. Aportaciones de la arqueología*. Granada: Publicaciones del Patronato de la Alhambra y Generalife, p. 177-198.
- NAVARRO PALAZÓN, Julio (1991a) - *Una casa islámica de Murcia - estudio de su aguar (siglo XIII)*. Murcia: Centro Ibn Arabi, Ayuntamiento de Murcia.
- NAVARRO PALAZÓN, Julio (1991b) - Un ejemplo de vivienda urbana andalusí: la casa n. 6 de Síyasa. *Archéologie Islamique*. Paris, 2, p. 97-125.
- PAIS, João (1993) - Sementes de um silo ornada [UE 67] de Mesas do Castelinho (Almodôvar). In *Arqueologia Medieval*. Porto, 2, p. 109-110.
- PAIS, João (1996) - Paleontobotânica (finais do sé. XI a séc. XIII/XIV) do Sul de Portugal - Setúbal, Mértola e Silves. In *Arqueologia Medieval*. Porto, 4, p. 277-282.
- REDMAN, Charles (1986) - *Qur as-Saghir - an archaeological view of medieval life*. Orlando: Academic Press.
- ROSELLÓ IZQUIERDO, Eufrasia (1993) - Analisis de los peces recuperados en Mértola. In *Arqueologia Medieval*. Porto, 2, p. 277-283.
- SANTOS, Maria José Azevedo (1992) - O mais antigo livro de cozinha português - receitas e sabores. In *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, XXVII, p. 63-101.
- TORRES, Cláudio (1993) - O Garb al-Andalus. In MATOSO, José, dir. - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. I, p. 363-415.
- TORRES BALBÁS, Leopoldo (1985) - *Ciudades hispanomusulmanas*. 2<sup>a</sup> ed. Madrid: Instituto Hispano-Árabe de Cultura.



# A cerâmica no Gharb al-Ândalus



A cerâmica constitui o vestígio mais abundante deixado pelas distintas civilizações desde o Neolítico e tem sido considerada, desde os inícios da investigação arqueológica, como um dos mais importantes indícios para definir cronologicamente uma estação. Mas a cerâmica é também reflexo de muitas outras faces de uma cultura: os hábitos alimentares e do quotidiano, a engrenagem económica de uma sociedade, a evolução tecnológica, o imaginário e horizonte simbólico dum povo e, até, a expressão de vontades políticas.

## **Resenha Historiográfica**

A cerâmica do período islâmico em Portugal nem sempre foi objecto da atenção dos investigadores. Os arqueólogos do fim do século passado, com as suas perspectivas enciclopédicas, contemplaram estas peças islâmicas quase em pé de igualdade com as dos outros períodos. Foram objecto de estudo, por exemplo, por parte de Leite de Vasconcellos, de Estácio da Veiga e de Santos Rocha<sup>1</sup>. Mas já no início do século o primeiro deles lamentava o pouco espólio de época islâmica do Museu Nacional e acrescentava "esta pobreza coincide com o desamparo a que os estudos arábicos têm sido votados em Portugal, onde nem sequer uma cadeira de árabe existe!"<sup>2</sup>.

Até aos anos Oitenta a situação quase não mudou, não tendo a investigação do Gharb al-Ândalus acompanhado o desenvolvimento que atingiu o estudo de outros perio-

dos históricos. Entre os poucos investigadores que produziram alguma informação neste longo intervalo destaca-se Abel Viana<sup>3</sup>.

Será já no fim da década de Setenta, mas sobretudo na de Oitenta, que começam a aparecer estudos sistemáticos sobre o tema. Primeiro, os trabalhos de José Luis de Matos sobre o Cerro da Vila<sup>4</sup>, depois os estudos de Cláudio Torres e da equipa do Campo Arqueológico de Mértola<sup>5</sup>, de Helena Catarino na zona oriental do Algarve<sup>6</sup> e de Rosa e Mário Varela Gomes em Silves<sup>7</sup>.

Mas o "grande" ímpeto dos estudos sobre o tema surgiu pela mão da arqueologia urbana e do impulso gerado pelo Congresso sobre a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental, celebrado em Lisboa em 1987<sup>8</sup>. Nos anos Noventa a consolidação da investigação obtém um foro de debate fundamental nas Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval organizadas pela Câmara Municipal de Tondela.

No entanto, o nosso conhecimento da cerâmica do Gharb al-Ándalus é parcial tanto no tempo como no espaço. Pouco sabemos dos primeiros séculos de domínio islâmico, pois é reduzido o número de estações com níveis estratigráficos claros deste período<sup>9</sup>. De grandes áreas de território desconhecemos praticamente tudo. Temos bastantes informações do Algarve<sup>10</sup> e de grande parte do Alentejo<sup>11</sup>. Cada vez mais vai sendo melhor conhecida a zona de Lisboa e arredores<sup>12</sup>. Um novo núcleo de pesquisas vai começando a tomar força em torno de Santarém<sup>13</sup>. Mais a Norte não sabemos praticamente nada.

#### **A evolução da cerâmica islâmica no Gharb al-Ándalus: as técnicas e as decorações**

Com os escassos dados de que dispomos podemos deduzir que, depois do colapso das produções romanas tardias, o fornecimento de objectos em cerâmica fez-se a partir de centros oleiros regionais ou terá mesmo correspondido a fabricos locais e, inclusive, caseiros. Pouco mais sabemos das produções dos séculos VIII e IX<sup>14</sup>. Os trabalhos do Sharq al-Ándalus, onde as cerâmicas deste período se conhecem bem<sup>15</sup>, pouco podem orientar-nos, pois estes fabricos locais são muito diferentes de região para região. Poder-se-á, no entanto, referir que alguns tipos de panelas levantinas e andaluzas, de formas aproximadamente troncocónicas, apresentam semelhanças com peças do Norte de África mesmo antes do momento da conquista islâmica, testemunhando contactos ancestrais entre as duas margens do Mediterrâneo.

Do século IX, no Gharb al-Ándalus conhecemos um repertório formal reduzido, herdeiro das produções locais do período anterior e que vai evoluindo muito lentamente nos séculos X e XI. É composto por algumas panelas, jarros, jarrinhas, tigelas e caçoilas. Aparecem também os emblemáticos candis de bico comprido de secção em "U" ou de "bico de pato" (exemplo, peça de catálogo nº 200).

Uma característica destas produções emirais é a técnica tosca com que são fabricadas. Grande parte dos objectos é de fabrico manual ou apoiado em torno lento. As pastas são, normalmente, mal decantadas e a cozedura realiza-se frequentemente em atmosfera redutora (cat. 107 e 114). A técnica decorativa mais habitual é a pintura branca sobre a chacota, traçada em geral com linhas finas, cujo uso ultrapassará o momento da conquista cristã.

É em meados do século X que a cerâmica muçulmana, apresentando características plenamente definidas e uma grande variedade técnica e decorativa, se vai enraizar profundamente no Gharb. A estabilidade conseguida pelo Califado de Córdoba permite



um tráfego fluido de mercadorias e técnicas, o que dá lugar a que o território se integre na grande síntese islâmica, ainda que conservando uma identidade própria. Continuam a existir no Andaluz variantes formais e decorativas regionais e até locais, especialmente no que diz respeito à loiça de cozinha, mas começam a espalhar-se técnicas de fabrico e decoração comuns ao resto do mundo islâmico, unidas a um programa iconográfico claramente omíada.

As produções à mão vão, com certa rapidez, sendo abandonadas, dando lugar a fabricos artesanais especializados, rapidamente difundidos pelo comércio. As cozeduras são predominantemente oxidantes e realizadas em fornos mais evoluídos, de estrutura permanente.

No Gharb a "marca de qualidade" é trazida pelas produções decoradas com pintura branca (cat. 134 e 144). Apesar da importância deste tipo de decoração, ainda não há estudos específicos sobre a sua origem e difusão. Aplica-se a quase todos os tipos de loiça, normalmente sobre pastas vermelhas, embora também seja frequente encontrá-la sobre pastas claras ou engobadas a castanho, por vezes quase preto, ou a vermelho. Predominam, na decoração, linhas relativamente finas, sendo mais habitual o uso de traços grossos a partir do século XII (cat. 121 e 93). Trata-se de desenhos simples, muitos dos quais utilizam conjuntos de três traços para formar composições radiais ou em faixas sucessivas, mas também surgem motivos de carácter vegetalista. Nalguns casos esse tipo de decoração actua como complemento de figurações de vulto de animais (cat. 71) e, inclusive, de pessoas. O Vaso de Tavira constitui o exemplo mais espectacular (cat. 61).

A grande novidade do mundo islâmico no âmbito da cerâmica é, sem dúvida, a difusão das técnicas de vidragem. Na zona sudeste da Península Ibérica os vidrados plúmbeos monocromáticos, por vezes com decorações incisas sob a cobertura vítrea, produzem-se já no século IX, mas é no século X que se dá a grande difusão do vidrado por todo o território do *Andalus*. Rapidamente se desenvolvem as técnicas de vidragem com combinações bicromáticas e policromáticas.

As séries de vidrados bicromos não foram até agora objecto de muitos estudos específicos por parte dos investigadores<sup>16</sup>, deslumbrados pelas esplendorosas produções policromáticas denominadas comumente de "verde e manganês" ou de "Madinat al-Zahra". As combinações bicromáticas mais frequentes apresentam fundos melados ou brancos nos quais se desenvolvem esquemáticos motivos em preto/castanho de manganês. Também existem combinações de verde e manganês (sem branco), melado e verde, branco e verde, etc.<sup>17</sup>.

A primeira combinação, o melado e manganês, é, com certeza, a que tem maior difusão e persistência no *Andalus* onde se encontra ininterruptamente desde o século X. Os motivos consistem em composições com círculos e arcos, tangentes ou secantes, e representações esquemáticas de lotus e palmetas (cat. 123, 154, 157 e 158).

O "branco e manganês" possui uma cronologia mais restrita aos séculos X e XI. Os motivos representados são, em geral, diferentes dos do melado e manganês, de menor tamanho, utilizando só uma parte do centro ou do lado da peça, sendo frequentes a epigrafia e a pseudo-epigrafia (cat. 161).

Esta última técnica liga-se à primeira decoração policroma, o "verde e manganês", cujas primeiras produções na Península Ibérica se relacionam fortemente com a grande cidade palatina de Madinat al-Zahrá'. Tradicionalmente considerava-se que o "verde e manganês" se produzia aplicando sobre uma cobertura de engobe branco motivos desenhados com óxidos de cobre e de manganês, vidrando-se posteriormente todo o conjunto com uma camada plumbífera transparente. A tese de uma decoração sob a capa vítrea foi



posta em causa por análises laboratoriais que revelaram aí a presença de estanho. O debate não está concluído<sup>18</sup>, mas a existência de vários centros produtores deste tipo de cerâmica convida a pensar em várias soluções técnicas possíveis, com ou sem estanho, conforme as disponibilidades de cada atelier.

O "verde e manganês" tem uma longa vida. Originário do Oriente, a sua produção começa na Península Ibérica em meados do século X, difundindo-se com grande rapidez. Domina durante todo o século XI, declina no XII, mas ainda sobrevive na primeira metade da centúria seguinte, como demonstram recentes descobertas<sup>19</sup>. Passa depois à cerâmica cristã, onde se enraíza fortemente.

Mas este não é o único tipo de combinação policroma: por vezes, o amarelo de antimónio une-se ao branco-verde-manganês e, noutros casos, uma cobertura melada substitui o fundo branco<sup>20</sup>.

Os motivos são muitíssimo variados e cheios de forte carga simbólica. Os mais atraentes são os antropomorfos (cat. 69) e zoomorfos (cat. 62), mas os mais abundantes são os vegetalistas com diversas representações de palmetas, lotus e "pinhas" que formam um alargado leque de composições radiais (cat. 53 e 56), em faixas únicas ou sucessivas, etc. São também abundantes as representações do "cordão da eternidade" (cat. 59) e a epigrafia na qual dominam os enunciados *baraka* (benção) e *al-mulk* (o poder).

A vidragem policroma simples apresenta sérias deficiências: quando os óxidos se fundem no forno e passam a estado líquido, por vezes misturam-se e o desenho perde nitidez. Talvez tenha sido esta a origem da "corda seca total" que aparece na Península Ibérica no século XI. Segundo esta técnica, desenham-se os motivos decorativos com uma matéria gordurosa, ficando então constituídos pequenos compartimentos que depois são preenchidos com os distintos fundentes. Posteriormente, a peça vai ao forno onde a matéria gordurosa se queima transformando-se numa cinza que impede os óxidos de se misturarem.

As primeiras produções mantêm a paleta cromática e os motivos decorativos do "verde e manganês". Mais tarde enriquece-se com o melado, como quarta cor, e com representações estilisticamente diferentes. Não encontramos motivos antropomorfos mas aumenta o número de animais reproduzidos: leões (cat. 47), gazelas (cat. 63) e vários tipos de pássaros (cat. 49 e 48). Os motivos vegetalistas apresentam, numa forma muito clássica, lotus e palmetas formando lindos florões (cat. 45 e 46). Outro tipo de composições fitomórficas são as obtidas a partir de elementos geométricos que, nesta técnica, alcançam as mais belas expressões (cat. 40, 41 e 42). A epigrafia é também abundante, sendo mais frequente a palavra *baraka*.

O grande apogeu da "corda seca total" dá-se no século XII<sup>21</sup>, começando, na segunda metade desta centúria, a combinar-se com outras técnicas, que serão definidoras das cerâmicas de época almóada: incisões e estampilhas, aplicadas sob a camada vítrea, representando pequenos motivos vegetais ou geométricos. Na passagem ao mundo moderno esta técnica terá o seu grande florescimento nas produções dos famosos azulejos sevilhanos que, desde o século XVI, são produzidos na cintura industrial de Lisboa como demonstraram achados recentes<sup>22</sup>.

Debate-se ainda a filiação da "corda seca parcial" numa degeneração da "corda seca total". A denominação de "corda seca parcial" atribui-se a várias soluções de diversa qualidade técnica e resolução estética, nas quais a superfície da peça não é completamente vidrada, deixando à vista grandes porções do barro chacotado. Por vezes encontramos espalhados pela peça simples pingos de vidro (verde ou melado), sem qualquer traço a delimitar os seus contornos, não se tratando, portanto, propriamente de corda seca (cat. 32 e 36). Outras vezes estes pingos aparecem enquadrados, de forma um tanto imprecisa,

por um traço "seco" de manganês (cat. 28). Os exemplares mais cuidados apresentam um desenho ponteadado, feito igualmente com manganês, sendo preenchidos por vidrado alguns dos espaços por ele definidos (cat. 26). Outras vezes ainda, o vidrado combina duas cores, o verde e o melado, atingindo uma interessante policromia (cat. 25). A constatação desta variedade de soluções técnicas e qualidades estéticas rejeita qualquer aproximação simplista, que considere que são todas uma degradação da "corda seca total".

Os temas decorativos são menos variados do que na "corda seca total". Encontramos representações geométricas e vegetalistas a partir do lotus e da palmeira (cat. 30). Os mais interessantes são os motivos epigráficos, entre os quais volta a predominar a palavra *baraka* (cat. 29).

A sua cronologia também não é um tema pacífico. Há dúvidas quanto às suas origens no século X<sup>23</sup>. Em todo o caso, a sua produção ganhará força no século XI. No Gharb, os mais belos exemplos datam do século XII.

Ao longo do século XII produzem-se mudanças importantes. Por um lado, encontramos uma grande diversificação do repertório formal com a aparição de novas formas que parecem responder a uma maior especialização do vasilhame doméstico. Por outro, encontramos perfis semelhantes difundidos por regiões muito vastas do *Ándalus*, num fenómeno que alguns denominam de "estandardização" da produção.

Difundem-se então vidrados meramente utilitários (transparentes ou melados, por vezes sobrepondo-se a decorações pintadas) em formas de cozinha nunca antes vidradas, como panelas e caçoilas.

Outra grande mudança técnica, mais difícil de apreciar, diz respeito à composição das pastas da cerâmica e à sua cozedura. Dá-se um aumento significativo, sobretudo nos contentores de líquidos, de pastas claras, quase brancas, bem cozidas, factor este que lhes confere uma grande dureza e permite modelar formas de perfil muito fino (cat. 187).

Quanto às técnicas decorativas, predominam na época almóada a sobriedade, bem patente no monocromatismo da maior parte das peças. O vidrado verde ganha uma enorme força, sendo aplicado sobre motivos incisos ou estampilhados, umas vezes sobre grandes talhas de armazenamento, outras sobre tigelas<sup>24</sup>. Nas tielas, as estampilhas são quase sempre pequenas, predominantemente geométricas ou vegetalistas (cat. 155). Nas peças de grandes dimensões o leque de matrizes é muito mais variado. Entre os motivos vegetalistas encontramos palmeiras figuradas com maior pormenor. Os motivos geométricos representam com frequência o selo de Salomão. Podemos considerar como novidade as representações arquitectónicas a partir de arcos. Estão ainda presentes figuras zoomorfas, embora sejam pouco abundantes, e também antropomorfas, na forma da "mão de Fátima", plena de simbolismo profiláctico. Os motivos com maior riqueza de possibilidades são os epigráficos, tanto nas fórmulas como nas caligrafias (cat. 41 e 44).

Outra técnica que começa a sua produção na Península Ibérica neste momento é a denominada "loiça dourada" ou de "reflexos metálicos". Consiste em aplicar sobre a peça, munida duma cobertura estanhada branca, uma mistura de prata, cobre, peróxido de ferro, cinábrio e enxofre, dissolvida em vinagre. Submete-se, então, a uma cozedura redutora com muito fumo e baixa temperatura, após a qual a peça apresenta uma camada escura que é preciso esfregar para aparecerem os reflexos metálicos. Pode aplicar-se sobre superfícies lisas ou sobre motivos em relevo produzidos por molde, ou ainda combinar-se com técnicas de esgrafitado<sup>25</sup>. O repertório iconográfico é reduzido: motivos vegetalistas, epigráficos e geométricos que, frequentemente, se combinam com esgrafitados fitomórficos (cat. 37 e 38).



Existe outro tipo de decoração, moldada em relevo, que se aplica a jarrinhas de paredes muito finas e que se cobre com um engobe vermelho de alta qualidade, lembrando a antiga *terra sigillata*. Contamos com um número muito reduzido de exemplos, de origem e cronologia incertas, onde estão representados pequenos arcos e botões, gazelas, pequenos letreiros epigráficos e estrelas de seis pontas.

Mais clara é a datação almóada da técnica do esgrafitado. Consiste em aplicar sobre a peça uma pintura preta, que posteriormente é rasgada por um instrumento afiado dando assim expressão aos desenhos. Por vezes esta técnica combina-se com aplicações parciais de vidro verde. Os motivos que encontramos são maioritariamente geométricos, mas não estão ausentes a epigrafia nem os motivos fitomórficos. São muito escassos os exemplos encontrados no Ocidente peninsular, facto que leva a considerar a sua presença como fruto do comércio<sup>26</sup>. O gosto pelo preto, nesta técnica, pode ter alguma relação com a presença de decorações simples de pintura preta que, em época almóada, ganham alguma força. Também aumenta a presença de pintura vermelha aplicada em traços cada vez mais grossos, mas a mais característica no território do Gharb continua a ser a branca.

### As formas e os usos

Como fonte de conhecimento do quotidiano a cerâmica é um expressivo retrato do lar. No entanto, o vasilhame doméstico não se fabricava exclusivamente em cerâmica. Sem dúvida também se usava o metal, o vidro e a madeira, mas o primeiro não devia ser frequente, dada a escassez de vestígios que nos restam, e do segundo as condições de conservação impediram a existência de qualquer indício.

O repertório formal que caracteriza o vasilhame doméstico não foi sempre o mesmo ao longo das mais de cinco centúrias de domínio islâmico no Gharb al-Ándalus. Apenas meia dúzia de formas genéricas se reconhecem nos primeiros séculos, sendo no período almóada que se adquire a maior diversidade, com cerca de trinta utensílios reconhecidos<sup>27</sup>. Também se verifica uma grande desigualdade entre o vasilhame em uso num meio urbano e o que encontramos nos povoados rurais. Nestes últimos, além de menor variedade e do menor requinte na decoração, é também evidente que os objectos não conheciam a especialização de usos que lhe estariam destinados numa casa urbana.

Neste período derradeiro a loiça de cozinha é, sem dúvida, a mais abundante. Panelas, marmitas e caçólas de variadas tipologias, com os seus correspondentes testos e tampas, são os objectos usados para ir ao lume e cozinhar os alimentos. Alguidares de vários tamanhos servem tanto para preparar alimentos como para as múltiplas tarefas da higiene doméstica. Outros elementos têm uma utilidade mais específica, como os funis. Os fogareiros completam o apetrecho da cozinha servindo ora para cozinhar sobre eles, ora como elementos de aquecimento junto dos braseiros, alguns dos quais têm forma tripode (Figura 1). Outros contentores de lume, candis e candeias, destinam-se exclusivamente à iluminação.

Importância fundamental tem o vasilhame de armazenamento e transporte de alimentos e líquidos: as grandes talhas para guardar cereais e a preciosa água e uma variadíssima escala de potes para armazenar todo o tipo de conservas secas, salgadas ou em gordura (Figura 2). Com os cântaros se transporta a água desde a fonte (cat. 92 e 93), mas para as viagens usam-se contentores mais pequenos, como os cantis (cat. 86).

Na mesa, o elemento principal são as tigelas de vários tamanhos: umas grandes, nas quais come em simultâneo toda a família, outras mais pequenas para comer sopas e papas



Figura 1- Conjunto de loiça de cozinha (fogareiros, panelas e caçólas).





Figura 2- Conjunto de talhas para água, da época almóada.

de forma individual. Nas mesas mais requintadas certos pratos servem-se em terrinas cobertas com a sua respectiva tampa (Figura 3). Para beber existem copos e taças individuais (cat. 147, 150 e 151), embora seja comum o uso por toda a família de jarrinhas de tamanho médio (cat. 143). Os líquidos chegam à mesa em jarros e almotolias providas de grandes bicos tubulares (cat. 71). Outras vezes usam-se com este fim garrafas e bilhas de colo alto e estreito, provavelmente para servir bebidas de maior valia, ou temperos como o azeite ou o vinagre (cat. 171, 172 e 173). Os jarrinhos ou púcaros usam-se para levar à mesa pequenas quantidades de líquidos mas, em certas ocasiões, também para aquecê-los.

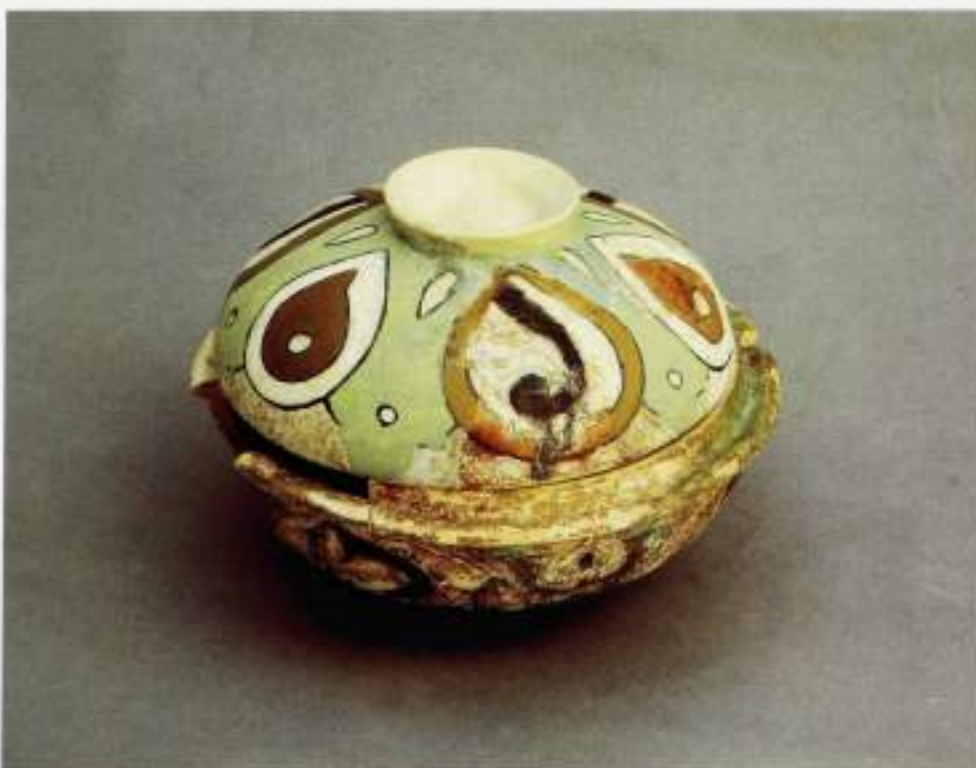


Figura 3- Terrina e respectiva tampa.



Figura 4 - Ao redor de uma talha, alguidares da época almorávida.

Objectos de uso específico estão ligados à agricultura, como alcatruzes de nora ou vasos (cat. 87) para ervas e plantas aromáticas, com as quais se temperam os guisados. Alguns utensílios artesanais são fabricados em cerâmica como as trempes e, em geral, todos os instrumentos de oleiro. Para a higiene doméstica usam-se, junto dos alguidares, (Figura 4) os bacios. Também se encontram no Gharb objectos de carácter lúdico, como as pedras de jogo ou instrumentos musicais, como os característicos tambores, que em pouco se diferenciam dos que hoje ainda são usados em Marrocos.

Outros objectos de uso específico não se encontraram ainda no Gharb, mas é de esperar que venham a surgir no futuro, pois têm sido encontrados noutras regiões do *Ándalus*. É o caso dos almofarizes onde se preparavam os temperos muito usados na cozinha andaluz. O mesmo se pode dizer dos coadores onde talvez se cozinhassem pratos semelhantes ao cuscus. Também é de esperar que venham a surgir tinteiros e mealheiros.

Mencione-se, por último, a cerâmica arquitectónica (telhas, tijolos, ladrilhos, adobes e azulejos) muito frequentes, mas que raramente são objecto de estudo dos ceramólogos.

<sup>1</sup> VASCONCELLOS, 1902; 1905; 1915; ROCHA, 1895

<sup>2</sup> VASCONCELLOS, 1915, p. 38

<sup>3</sup> Ver por exemplo os trabalhos que dedicou ao Castro da Cola (VIANA, 1969) ou as descrições de materiais do Museu de Beja (VIANA, 1946)

<sup>4</sup> MATOS, 1983; 1986

<sup>5</sup> TORRES, 1986; 1987; 1988

<sup>6</sup> CATARINO et alii, 1981

<sup>7</sup> GOMES, 1988

<sup>8</sup> Actas do IV Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental, organizado pelo Campo Arqueológico de Mértola na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa (16-22 Novembro 1987). Edição do Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 1991.

<sup>9</sup> Neste ponto, cabe destacar os achados do Castelo Velho de Alcoutim (CATARINO, 1992c e CATARINO, n.p.), de Milreu (TECHNER, 1994), da zona de Palmela (FERNANDES e CARVALHO, 1993, e FERNANDES, n.p.) e alguns materiais de Silves (GOMES, 1988 e GOMES, 1995).

<sup>10</sup> Entre outros destacar os trabalhos sobre: Silves (GOMES, 1988, 1991, 1995; GOMES e GOMES, 1991 e 1992); Cerro da Vila em Vilamoura (MATOS, 1983; 1986; 1991 e 1991b); Loulé (LEZIA, 1996); Salir (CATARINO, 1992a; 1992b; 1995); Milreu (TECHNER, 1994); Vale de Boto em Castro Marim (CATARINO, 1981); e Aldeia dos Muros (GANITO, 1994); Montinho das Laranjeiras (COUTINHO, 1993) e Castelo Velho (CATARINO, 1992c; 1994) em Alcoutim.

<sup>11</sup> Podemos destacar: Castro da Cola em Ourique (VIANA, 1969); Mesas do Castelinho em Almodovar (GUERRA e FARIÃO, 1993); Alcaria Longa (BOONE, 1992; 1993); Mértola (BRANCO, 1991; Gomez, 1994 e 1997; KHAWEL, 1992; 1993; 1994a e 1994b; MACIAS, 1992 e 1996; TORRES, 1986; 1987; 1988 e TORRES et alii, 1991 e 1996); Bela (CORREIA, 1991); Moura (MACIAS, 1993); Noular em Barrancos (REGO, 1994); Juramenha (CORREIA e PICARD, 1992) e Alcácer do Sal (CARVALHO e FARIA, 1994; PAIXÃO et alii, 1994).

<sup>12</sup> Ver, por exemplo, sobre Palmela (FERNANDES e CARVALHO, 1993 e FERNANDES, n.p.); sobre Casais (CARDOSO e RODRIGUES, 1991); sobre Lisboa (LISBOA, 1994; BUGALHÃO, 1994).

<sup>13</sup> Recentes achados foram dados a conhecer no encontro «Lisboa encruilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos», a publicar em *Arqueologia Medieval*, nº 7 (ARRUDA et alii, n.p. e RAMALHO et alii, n.p.).

<sup>14</sup> Levantam-se sérias dúvidas em torno dos conjuntos que foram datados nestes séculos por Rosa Yzela Gomes (1988; 1991; 1995). Embora algumas peças de fabrico tosco e outras decoradas com pintura branca ou vermelha ou com cordões digitados, admitam uma cronologia do século IX, para as peças decoradas com valado dificilmente se podem aceitar datações anteriores à segunda metade do século X, especialmente para aquelas que utilizam a técnica do «verde e mangans», objectos com paralelos noutras estações do *Ándalus* no século XI.

<sup>15</sup> Ver, por exemplo, ACIEN, 1986 e 1989 e GUTIERREZ, 1988.

<sup>16</sup> Um dos poucos casos de estudo é o dedicado ao branco e mangans por Alice BRANCO, 1991.

<sup>17</sup> Sobre combinações decorativas é de consulta obrigatória o trabalho de RETURCE e ZOZAYA, 1986.

<sup>18</sup> Um resumo deste debate pode encontrar-se em GÓMEZ, 1994. Sobre o «verde e mangans» no Gharb al-*Ándalus* ver também TORRES e GÓMEZ, 1995.

<sup>19</sup> Ver CARDONA, 1994 e RETURCE n.p.

<sup>20</sup> Ver GÓMEZ, 1994.

<sup>21</sup> Sobre a corda seca em geral ver, também, FUERTAS, 1989. Para o Gharb TORRES, 1986 e TORRES e GÓMEZ, 1995.

<sup>22</sup> Comunicação apresentada por BARROS, CARDOSO e GONZALEZ, «Primeira notícia do forno da Quinta de S. António da Charneca-Barreiro», nas III Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Trindade, 28 a 31 de Outubro de 1997.

<sup>23</sup> Ver CASAMAR e VALDES, 1984.

- <sup>24</sup> No tema de decorações estampilhadas destacam-se os trabalhos de KHMWLI, 1992; 1994a e 1994b.
- <sup>25</sup> Ver GÓMEZ, 1997.
- <sup>26</sup> Sobre a tipologia funcional e a sua terminologia podem consultar-se os trabalhos de VALENTE, 1982; TORRES, 1995; TORRES et alii, 1991 e TORRES et alii, n.p.

## Bibliografia

- ACIEN, Manuel (1996) - Cerámica a torno lento en Bezmilana. Cronología, tipos y difusión. In *Actas del I Congreso de Arqueología Medieval Española*, Huesca, 1985. Zaragoza, I, IV, p. 243-267.
- ACIEN, Manuel (1989) - Cerámica islámica arcisca del sureste de al-Andalus. *Boletín de Arqueología Medieval*, 3, p. 123-135.
- ARRUDA, Ana [et al.] (no prelo) - Cerâmicas muçulmanas da alcaçova de Santarém. *Arqueologia Medieval. Lisboa em diálogo de Muçulmanos, Andalus e Cristãos*. Porto, 7.
- BARROS, Luís; CARDOSO, Guilherme e GONZALEZ, Severino (no prelo) - Primeira notícia do forno da Quinta de St.º António da Charneca - Barreiro. In *III Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, 1997.
- BOONE, James (1992) - The first two seasons of excavations at Alcara Longa: A Califal-Taifal period rural settlement in the lower Alentejo of Portugal. *Arqueologia Medieval*. Porto, 1, p. 51-64.
- BOONE, James (1993) - The third season of the excavations at Alcara Longa. *Arqueologia Medieval*. Porto, 2, p. 111-126.
- BUGALHÃO, Jacinta; SÁBROSA, Armando; MONTEIRO, José Luís (1994) - B. C. P. - Rua Augusta/Rua dos Correiros. Campanha de 1993/1994. *Al-Muham. Almada, IIª Série*, 3, p. 110.
- BRANCO, Alisa (1991) - Cerâmica estanhada de Mértola com decoração a mangamês. In *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Lisboa, 1987. Mértola, p. 539-556.
- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (1991) - Alguns tipos de cerâmica dos sécs. XI a XVI encontrados em Cascais. In *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Lisboa, 1987. Mértola, p. 575-585.
- CARMONA, Rafael (1994) - Un alfar de época almohade en Madinat Bajah. *Antiquitas. Córdoba*, 5, p. 72-94.
- CARVALHO, António-Rafael; FARIA, João Carlos (1994) - Cerâmicas muçulmanas do Museu Municipal de Alcácer de Sal. *Arqueologia Medieval*. Porto, 3, p. 101-111.
- CASAMAR, Manuel e VALDES, Fernando (1984) - Origen y desarrollo de la Cuenda Seca en la Península Ibérica y en el Norte de Africa durante el siglo XI. *Al-Andalus*. Granada, V, p. 383-404.
- CATARINO, Helena (1992a) - A fortificação muçulmana de Salir (Loulé). Primeiros resultados arqueológicos. *Al-Yāqar. Loulé*, 1, p. 9-51.
- CATARINO, Helena (1992b) - Cerâmicas islâmicas do Castelo de Salir. *Catálogo do Museu Municipal de Arqueologia. Loulé*.
- CATARINO, Helena (1992c) - Os sistemas defensivos muçulmanos do Algarve oriental e o castelo Velho de Alcoutim. In *III Congreso de Arqueología Medieval Española*, Oviedo, 1989. Oviedo, T. II, p. 296-305.
- CATARINO, Helena (1994) - Arqueologia Medieval no Algarve Oriental. Os castelos de Alcoutim. In *Arqueología en el entorno del Bajo Guadalquivir*. Huelva, p. 657-671.
- CATARINO, Helena (1995) - O Castelo de Salir: Resultados da escavação dos sítios. *Al-Yāqar. Loulé*, 4, p. 9-30.
- CATARINO, Helena (no prelo) - Cerâmicas omíadas do Garbe Al-Andalus: resultados arqueológicos no castelo Velho de Alcoutim e no castelo das Relíquias (Alcoutim). *Arqueologia y Territorio. La cerámica andalusí. Veinte años de investigación*, 5.
- CATARINO, Helena [et al.] (1981) - Vale do Boto: Escavações de 1981 no complexo árabe/medieval. *Clio - Revista do centro de História da Universidade de Lisboa*. Lisboa, III, p. 9-27.
- CORREIA, Fernando (1991) - Um conjunto cerâmico árabe-medieval de Beja. *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Lisboa, 1987. Mértola, p. 373-385.
- CORREIA, Fernando; PICARD, Christophe (1992) - Intervenção arqueológica no castelo de Jursmenha. Primeiros resultados. *Arqueologia Medieval*. Porto, 1, p. 71-89.
- COUTINHO, Helder (1993) - Cerâmica muçulmana do Montinho das Laranjeiras. *Arqueologia Medieval*. Porto, 2, p. 39-54.



- FERNANDES, Isabel Cristina e CARVALHO, António Rafael (1993) - *Arqueologia em Palmela, 1988/1992: Catálogo de exposição*. Palmela.
- FERNANDES, Isabel Cristina (no prelo) - A península de Setúbal em época islâmica. *Arqueologia Medieval. Lisboa em cruzilhado de Muçulmanos, Judeus e Cristãos*. Porto, 7.
- GAMITO, Teresa Júdice (1994) - O povoamento islâmico da serra do Caldeirão. O caso da Aldeia dos Mouros (Vaqueiros, Alcoutim). *Arqueologia em el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva, p. 545-563.
- GOMES, Mário Varela e GOMES, Rosa Varela (1991) - Cerâmicas almôidas do castelo de Silves. *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Lisboa, 1987. Mértola, p. 387-403.
- GOMES, Mário Varela e GOMES, Rosa Varela (1992) - Dispositivos defensivos de Silves (Algarve, Portugal). In *III Congreso de Arqueología Medieval Española*. Oviedo, 1989. Oviedo, vol. II, p. 287-295.
- GOMES, Rosa Varela (1988) - Cerâmicas muçulmanas do castelo de Silves. *Act. Silves*, 1, 294 p.
- GOMES, Rosa Varela (1993) - Cerâmicas muçulmanas, orientais e orientalizantes do castelo de Silves (peças esmaltadas, policromas e de reflexo metálico). In *O legado cultural de judeus e mouros*. Lisboa: Instituto Oriental, p. 13-39. (Estudos Orientais, 2).
- GOMES, Rosa Varela (1995) - Cerâmicas muçulmanas de Silves dos séculos VIII e IX. In *Actas Iª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela, p. 19-29.
- GÓMEZ, Susana (1994) - La cerámica de verde y morado de Mértola. *Arqueologia Medieval*. Porto, 3, p. 113-132.
- GÓMEZ, Susana (1997) - A loiça dourada de Mértola. *Arqueologia Medieval*. Porto, 5, p. 137-162.
- GUERRA, Amílcar; FABIÃO, Carlos (1993) - Uma fortificação omíada em Mesas do Castelinho (Almodovar). *Arqueologia Medieval*. Porto, 2, p. 85-102.
- GUTIERREZ, Sonia (1988) - *Cerámica común palenolanduzi del sur de Alicante (siglos VII-X)*. Alicante.
- KHAWLI, Abdallah (1992) - Lote de cerâmica esgrafiada em estampilhagem de Mértola. *Arqueologia Medieval*. Porto, 1, p. 7-26.
- KHAWLI, Abdallah (1993) - Introdução ao estudo das vazilhas de armazenamento da Mértola islâmica. *Arqueologia Medieval*. Porto, 2, p. 63-78.
- KHAWLI, Abdallah (1994a) - A mãe de Fátima e a sua representação na arte hispano-muçulmana. Cerâmica estampilhada de Mértola. In *Arqueologia em el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva, p. 606-618.
- KHAWLI, Abdallah (1994b) - Arcos estampilhados da cerâmica islâmica de Mértola. *Arqueologia Medieval*. Porto, 3, p. 133-146.
- LISBOA Subterrânea*, Lisboa, 1994. Lisboa: Lisboa 94; Milão: Electa, 1994. Catálogo.
- LUZIA, Isabel (1994) - O espólio cerâmico da cerca do convento. *Al-Usqa*. Loulé, 5, p. 51-73.
- MACIAS, Santiago (1992) - Os silos 4 e 5 de Mértola - uma proposta de datação do espólio cerâmico. *Arqueologia Medieval*. Porto, 1, p. 27-34.
- MACIAS, Santiago (1993) - Mouros na baixa idade média: elementos para um estudo histórico e arqueológico. *Arqueologia Medieval*. Porto, 2, p. 127-157.
- MACIAS, Santiago (1996) - *Mértola Islâmica. Estudo histórico-arqueológico do bairro de Alcáçova*. Mértola.
- MATOS, José Luís (1983) - Malgas árabes do Cerro da Vila. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, Série IV, 1, p. 375-390.
- MATOS, José Luís (1986) - Cerámique musulmane du Sud de Portugal. In *II Congreso Internacional sobre la Cerámica Medieval del Mediterráneo Occidental*, Toledo, 1981. Madrid, p. 148-154.
- MATOS, José Luís (1991a) - Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila. In *A Cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Lisboa, 1987. Mértola, p. 429-456.
- MATOS, José Luís (1991b) - Influências orientais na cerâmica muçulmana do Sul de Portugal. In *O legado cultural de judeus e mouros*. Lisboa: Instituto Oriental, p. 75-83. (Estudos Orientais, 2).
- NAVARRO, Julio (1986) - *La cerámica esgrafiada andaluzi de Murcia*. Madrid: Publicacions de la Casa de Velázquez.

- PIEXÃO, António [et al.] (1994) - O castelo de Alcázar do Sal. Um projecto de arqueologia urbana. *Bracara Augusta. Actas do Encontro de Arqueologia Urbana de Braga*. XIV, 97 (110), p. 215-264.
- PUERTAS, Rafael (1989) - *La cerámica islámica de cuerdas secas en la Alcazaba de Málaga*. Málaga.
- RANALHO, Maria [et al.] Vestígio de Santarém Islâmica. *Arqueologia Medieval. Lisboa encarnilhada de muçulmanos, judeus e cristãos*. Porto, 7.
- REGO, Miguel (1994) - Investigações arqueológicas no castelo de Nouda. *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadama*. Huelva, p. 37-33.
- RETUERCE, Manuel (1986) - Cerâmica islâmica de cidade das Rosas, Serpa (Portugal). In *II Congreso Internacional sobre la Cerámica Medieval del Mediterráneo Occidental*. Toledo, 1981. Madrid, p. 85-92.
- RETUERCE, Manuel (no prelo) - La cerámica verde y manganeso de época almohade en la Mosca. *Arqueología y Territorio. La cerámica andalusí. Tercer año de investigación*. 5.
- RETUERCE, Manuel; ZOZAYA, Juan (1986) - Variantes geográficas de la cerámica omeya andalusí: los temas decorativos. *La cerámica medieval del Mediterráneo occidental*. Samsa-Faenza, 1984. Firenze, p. 69-128.
- ROCHA, A. dos SANTOS (1895) - Notícias de algumas estações romanas e árabes do Algarve. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, I.
- TEICHNER, Felix (1994) - Acerca da vila romana de Métru/Estú. Continuidade da ocupação na época árabe. *Arqueologia Medieval*. Porto, 3, p. 89-100.
- TORRES, Cláudio (1986) - Um lote cerâmico da Mértola islâmica. In *Actas del I Congreso de Arqueologia Medieval Española*. Huesca, 1985. Zaragoza, Tomo IV, p. 190-228.
- TORRES, Cláudio (1987) - *Cerâmica islâmica portuguesa: Catálogo*. Lisboa.
- TORRES, Cláudio (1988) - *Mértola almossávid e almohade: Catálogo*. Mértola.
- TORRES, Cláudio (1995) - O espaço familiar e formas de habitar no Gurb Al-Andalus. In *Actas das Iª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela, 1992. Tondela, p. 33-40.
- TORRES, Cláudio e GÓMEZ, Susana (1995) - Le vert et le brun au Portugal. In *Le Vert et le Brun. Catalogue de la exposition*. Marseille, p. 98-102.
- TORRES, Cláudio [et al.] (1991) - Cerâmica islâmica de Mértola. Propostas de cronologia e funcionalidade. In *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Lisboa 1987. Mértola, p. 497-536.
- TORRES, Cláudio [et al.] (1996) - Técnicas e utensílios de conservação dos alimentos na Mértola islâmica. *Arqueologia Medieval*. Porto, 4, p. 203-218.
- TORRES, Cláudio [et al.] (no prelo) - Os nomes da cerâmica medieval. Inventário de termos. In *III Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela, 1997.
- VALENTE, Jorge (1982) - Campo arqueológico de Mértola. Uma experiência em arqueologia medieval: problemas de método. Introdução e primeira proposta de terminologia para algumas peças de cerâmica medieval. *Arquivo de Beja*. Beja, 2ª série, I.
- VASCONCELOS, José Leite (1902) - Candeias árabes do Algarve. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, VII, p. 119-125.
- VASCONCELOS, José Leite de (1905) - *Notícia sumária sur le Musée ethnologique portugais*. Lisbonne.
- VASCONCELOS, José Leite (1915) - *História do Museu Etnológico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VIANA, Abel (1946) - Museu regional de Beja. *Arquivo de Beja*. Beja, II.
- VIANA, Abel (1960) - Notas históricas arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. Senhora da Cofa. *Arquivo de Beja*. Beja, XVII, p. 138-231.





# O Barlavento Algarvio nos finais da islamização

*“Silves, ó minha Silves, eras outrora um paraíso  
mas transformaram-te tiranos no fogo do inferno.  
Foram injustos que não temeram o castigo do Senhor  
mas nenhuma coisa oculta é oculta para Alá”.*

Assíria Inq. A. Borges Coelho, 1975, p. 385f.



Barlavento Algarvio, como o restante espaço que hoje faz parte do território nacional, carece de estudos sistemáticos que permitam avaliar, globalmente, a história e os contributos culturais legados pela presença islâmica. É, pois, em alguns textos de qualidade e significado díspares e nos resultados de trabalhos arqueológicos, muito limitados e recentes, que os nossos conhecimentos assentam quando se tenta construir cerca de meio milénio de História.

No caso específico do Barlavento Algarvio, os dados arqueológicos disponíveis provêm de alguns, poucos, achados isolados, de prospecções mais ou menos sistemáticas em zonas rurais, e das escavações processadas em Silves. Tem sido a área urbana e a alcáçova daquela cidade, onde procedemos a investigações há cerca de vinte anos e hoje já consideradas pioneiras, que maiores contributos forneceram para a compreensão da presença muçulmana naquela região e, nomeadamente, em relação ao período que nos foi proposto tratar.

A integração do Algarve no Emirato Omíada de Damasco, a partir da sua conquista em 713 por Abd al-Aziz, e a chegada a este território de novos conquistadores-colonos muçulmanos, tanto de origem oriental como norte-africana e em verdadeiras etnomigrações, interrompe certa continuidade, algo conturbada, no mundo tardo-romano ou visigótico-bizantino ali existente. Assim, além de alterações socioeconómicas, políticas e refi-

\* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

gias, deram-se, de igual modo, profundas transformações na organização e valorização de determinados agregados urbanos.

Silves é um bom exemplo de cidade que, aparentemente, sem grande prestígio nos séculos VI-VII, foi considerada por diferentes autores islâmicos, desde o século X aos inícios do século XIV, como a maior ou, pelo menos, uma das mais importantes urbes do *Garb-al-Andalus*<sup>1</sup>.

Aquela cidade foi não só o bastião da civilização muçulmana no «Extremo Ocidental» como se tornou, desde cedo, em referência cultural e religiosa, envolta por auréola de misticismo e provocando a saudade em quem nela habitou. Para este quadro terão contribuído não só a sua proximidade com a Serra de Monchique (*Munt Saquir* - a montanha sagrada), como com o grande centro de peregrinação do Cabo de S. Vicente onde se situaria a Igreja do Corvo, considerada por cristãos e muçulmanos local de grande devoção.

A quase mítica proveniência de grande parte dos seus primeiros habitantes muçulmanos do Yémen, região que esteve na origem da própria civilização islâmica, enobreceu-a, assim como por ter sido uma das últimas grandes cidades muçulmanas do Ocidente Peninsular. A atribuição daquela procedência foi registada por al-Idrisi e al-Himyari e, por isso, nada deve à tradição local, conforme certos autores, actuais, tentam fazer crer<sup>2</sup>.

Não esqueçamos que, no século XI, Silves foi escolhida, pelo rei al-Mutamid de Sevilha, de entre todas as cidades dependentes daquela taifa, para ser administrada pelo seu filho e príncipe herdeiro, al-Mutamid, que nela permaneceu vários anos e lhe dedicou, ulteriormente, eloquente poesia em que recorda, *“com saudade”*, *“os tempos ali passados”*<sup>3</sup>.

Em Silves funcionou oficina monetária que cunhou moeda, de prata, durante as Segundas Taifas, conhecendo-se um exemplar de ouro, o único batido no actual território português, datado de 1149<sup>4</sup>.

A magnificência da cidade associou-se, desde sempre, a presença dos seus poetas, como Mariame Alansari, Ibne Almilhe, Ibne Amar, Assilbia, assim como historiadores, geógrafos e filósofos que ali fizeram escola, dos quais não devemos esquecer Ibne Qasi, Ibne Asside, Ibne Mozaine, Ibne Badrun e Salam al-Bahili<sup>5</sup>.

A preponderância de Silves no Algarve foi, por vezes, partilhada com Faro intercalando entre elas a liderança daquela região ou dominando, separadamente, o Barlavento e o Sotavento, ao tornarem-se capitais de dois reinos independentes. O limite das duas cidades seria, sensivelmente, o definido hoje, entre os concelhos de Albufeira e Loulé, distando esta fronteira cerca de 25Kms de ambas e correspondendo a uma jornada de caminho pedestre.

A área de influência económica, administrativa e cultural de Silves durante a Idade Média, e em particular nos séculos XII e XIII, abrangeu todos os actuais concelhos do Barlavento e parte dos do Baixo-Alentejo, incluindo território bem diversificado em relação ao relevo, natureza e constituição dos solos, condições climáticas, fauna e flora ou à navegabilidade dos seus rios, aspectos fundamentais que condicionaram a distribuição das populações.

Há muito que se sabe que a importância de um território relaciona-se com diferentes factores em que predominam a quantidade e a qualidade dos recursos, naturais e humanos, nele existentes, assim como com a *performance* das tecnologias usadas na sua exploração e transformação, sendo capazes de constituírem importantes *valores de troca*, aqui residindo um dos grandes contributos oferecidos pela islamização. Recordemos, a título de exemplo, que os frutos secos da região de Silves eram exportados para diferentes mercados de regiões longínquas.



1- Silves. Vista de nordeste, observando-se as muralhas, almóadas, da alcazova e da medina, assim como parte da actual área urbana que, tal como na Idade Média, desce até ao rio Arade.



A segurança do Barlavento Algarvio e, especialmente, durante os dois últimos séculos da permanência muçulmana, assentava em bem estruturado sistema defensivo, constituído por povoações amuralhadas, pequenas fortificações (*husun*) e torres atalaias, dependentes de medina *Xelb*. A maior concentração daqueles dispositivos situava-se próximo da cidade, sob o seu controlo directo, e de muitos deles ainda é possível observar testemunhos.

As estruturas defensivas mencionadas, além de protegerem os agregados urbanos próximos do mar, defendendo-os da pirataria, vigiavam os principais caminhos, assim como as zonas de passagem entre o Baixo-Alentejo e o Algarve, permitindo, por isso, uma mais segura circulação de pessoas e bens. Serviriam também, em caso de perigo, como refúgio aos habitantes das alcarias ou de pequenas propriedades agrícolas das redondezas.

Entre as povoações fortificadas do litoral, ou situadas nas suas proximidades, tiveram maior importância Albufeira, Alcantariha, Estômbar, Lagos e Aljezur. No *hinterland* existia Salir, que assinalaria, conjuntamente com o *hism* de Paderne, a fronteira entre o Barlavento e o Sotavento.

Algumas pequenas fortificações encontravam-se isoladas, como os hoje denominados castelos Belinho e do Alferce, ambos erguidos em locais que permitiam vigiar dois dos principais acessos a Silves. Outras situavam-se junto de núcleos urbanos, como as de S. Bartolomeu de Messines, Paderne, Porches e Alvor. Verificámos que todas estas construções defensivas apresentam planta sub-quadrangular ou sub-rectangular e foram, sobretudo, edificadas com taipa.

As torres atalaias existentes completavam a defesa do Barlavento. Muitas delas terão sido reutilizadas em épocas ulteriores, subsistindo, ainda, os alicerces de algumas, com planta de forma circular ou quadrangular, e pervivendo outras na toponímia, com as denominações de Almenara, Atalaia, Torre e Torrinha. Elas não só integravam a estratégia defensiva que temos vindo a enunciar, como eram utilizadas como fachos, facilitando as rotas marítimas, dado assinalarem, durante a noite, acidentes geográficos, como os promontórios, que constituíam um dos principais perigos para a navegação de cabotagem.

Em todo o Barlavento, além das fortificações e dos núcleos urbanos antes referidos, existiram diferentes explorações agrícolas e comunidades instaladas junto à costa que conciliavam, por vezes, a pesca com a agricultura como, até há poucos anos, acontecia nas povoações de Carvoeiro, Ferragudo, Alvor ou Sagres. Trata-se de sábia estratégia de exploração dos meios de produção disponíveis, consoante as épocas do ano, as oportunidades e a rentabilidade pretendidas, que utiliza a denominada mão-de-obra anfíbia. Todavia, só futuras investigações arqueológicas poderão averiguar tanto da extensão como das funções económicas precisas daqueles assentamentos que integram alcarias, quintas e povoações mais extensas, como o caso da Arrochela, junto a Silves e que perviveu até à Idade Moderna. Verificou-se que muitas de tais explorações se situavam nas proximidades de terrenos, ainda hoje, com boas aptidões agrícolas, designadamente nos planaltos litorais e, em particular, numa faixa orientada nordeste-sudoeste, compreendida entre S. Bartolomeu de Messines, Silves, Bensafirim e Vila do Bispo, cujo substrato é constituído por arenitos e onde existem terrenos aluvionares, enriquecidos pela proximidade de linhas de água. A boa capacidade agrícola dos solos da zona referida, sobretudo para as culturas cerealíferas, traduziu-se na grande quantidade de estruturas subterrâneas, propositadamente construídas para o seu armazenamento (silos ou matmoras), que têm vindo a ser detectadas, desde o século passado, por Estácio da Veiga, Santos Rocha ou pela signatária<sup>6</sup>. Aliás, a região de Vila do Bispo chegou a ser considerada, na Idade Média, o “celeiro do Algarve”<sup>7</sup>.



2- Silves. Vista de uma das portas de entrada na medina, defendida por potente torre albará. Encontra-se referida no texto do cruzado que participou, em 1189, na conquista da cidade.



Importa, ainda, referir neste mesmo contexto, a existência de minas de cobre e de filões de prata ou ouro no Barlavento e, em especial, a norte de Silves (minas de Santo Estêvão, Cumeada e Picalto, entre outras).

Devemos, também, assinalar a proximidade do mar, rico em sal, mariscos e peixe, entre os quais teve maior importância o atum, capturado através de almadravas, situadas não longe da costa.

A organização e distribuição dos espaços na Silves muçulmana seria semelhante à de outros aglomerados seus contemporâneos do *al-Andalus*. No entanto, como capital de vasto território teria, de igual modo, função centralizadora do poder político, administrativo, militar, económico e religioso, pelo que possuiria diferentes serviços e grande densidade populacional.

A cidade instalou-se numa elevação, localizada junto à margem direita do Arade, compreendendo um centro palatino - a alcáçova, o núcleo urbano fortificado - a medina, os arrabaldes - que poderiam igualmente ser cercados, dado integrarem importante zona populacional, e a zona portuária, localizada a poente, junto daquele rio. A necrópole encontrava-se próxima de uma das entradas na cidade, no seu lado nascente.

A alcáçova, no cimo do cerro onde se ergue a cidade, dominava todo o espaço urbano e assinalava, através de forte dispositivo defensivo, o poder político-administrativo e militar. Dali se abrangia vasta panorâmica, avistando-se os contrafortes da serra de Monchique, a fértil várzea junto ao Arade e os campos que levam ao Oceano. A entrada principal na alcáçova, no período almóada, era defendida por duas torres, com planta quadrangular, possuindo uma dupla porta, com átrio interior equipado com matacões e seteiras.

Embora os dados arqueológicos, por ora disponíveis, não nos elucidem sobre a data de construção das muralhas que cercam a alcáçova visto que, ainda, não efectuámos sondagens profundas junto a elas, sabemos, no entanto, que, pelo menos, desde o século VIII ali se teriam instalado as elites muçulmanas. Este facto foi documentado através de materiais recuperados, nomeadamente ricas cerâmicas policromas, integradas em sequência estratigráfica com cronologia confirmada através de datações absolutas por radiocarbono<sup>8</sup>. Refira-se que ali encontrámos materiais romanos, nomeadamente fragmentos de elementos arquitectónicos, reutilizados nas construções islâmicas.

As escavações arqueológicas que temos vindo a realizar na alcáçova permitiram-nos verificar a continuidade da sua ocupação, durante toda a permanência muçulmana e tornaram possível observar, em todos os níveis detectados, objectos exógenos, provenientes do Mediterrâneo Oriental, do Norte de África e de outras regiões do *al-Andalus*, pressupondo a presença de habitantes economicamente poderosos e de hábitos requintados.

A actual muralha sofreu poucas alterações durante a I Dinastia ou ulteriormente, conforme documenta o facto da quase totalidade do seu aparelho ser de tipologia claramente islâmica, bem diferente do reconhecido nas construções medievais portuguesas ou nas zonas restauradas nos anos quarenta. Também escavámos, junto ao pano de muralha do lado nascente, importantes estruturas habitacionais bem conservadas, que afloravam a pouco mais de um metro de profundidade, pelo que não se constataram grandes remeximentos ou extensas demolições de estruturas abaixo daquela cota.

Os testemunhos exumados indicam casa por certo de alta personagem da hierarquia política ou militar, dado o espaço ocupado e a riqueza dos materiais empregues. A sua entrada fazia-se através da rua existente no interior da alcáçova ou do passeio de ronda, dando acesso a um saguão e este a um pátio central, ladrilhado. No lado poente do pátio mencionado existia um pórtico com seis arcos polilobulados, decorados com estuques incisos e pintados, constituindo a fachada de uma galeria coberta por primei-

ro piso, e por onde se passava ao salão principal da casa. Este possuía uma alcova no lado norte.

Abria para a galeria referida outra porta que dava acesso a uma casa de banho, com corredor em cotovelo e latrina sobrelevada.

No canto nordeste do pátio uma escada conduzia ao primeiro piso da casa, talvez com galeria aberta sobre aquele. No lado contrário, uma porta permitia o ingresso em zona mais privada da casa, com jardim e passeador, em torno do qual se desenvolviam diferentes compartimentos que incluíam um complexo de banhos, servidos por três depósitos de água.

O conjunto de estuques decorados, encontrados nesta casa da alcáçova, é, por ora, único em Portugal, dado que apenas se conhecem pequenos restos congêneres no *mihrab* da mesquita de Mértola. Mostram ornamentação floral e geométrica, em alguns casos valorizada por relevo e pintura, de cor negra ou vermelha.

Também exumámos no Castelo de Silves o sector do palácio correspondente ao complexo de banhos (*hamman*) com jardim, casa de banho e compartimentos vários, um deles aquecido.

A área palatina mais recente foi remodelada após a reconquista muçulmana da cidade, em 1191, altura em que se construiu a monumental cisterna, com altas abóbadas suportadas por seis fortes colunas, ocupando cerca de 263m<sup>2</sup>, uma outra cisterna subterrânea, se edificou o sistema de nora que servia a chamada "cisterna dos cães", onde se exumaram vários alcatruzes, tal como quatro grandes silos, um deles com 10m de profundidade e constituindo um outro, com duas entradas, construção menos comum. A alcáçova ficou então equipada com reservas capazes de resistirem aos cercos, como os que tinham levado à capitulação, tanto de Muçulmanos em 1189, como de Portugueses dois anos depois.

A medina desenvolvia-se na encosta nascente, sul e poente do cerro encimado pela alcáçova. No cruzamento das suas duas principais vias, uma ligando a porta do Sol com a da Azóia e outra a porta de Loulé com a alcáçova, erguia-se a mesquita principal, ou seja no local onde, presentemente, existe a Sé. Além da tradição, tal hipótese conta com o aparecimento, naquele local, de dois capitéis califais, recolhidos aquando das obras realizadas, nos anos quarenta, no templo cristão. Dali provém, igualmente, volumoso capitel romano, datável no século II, que guarda o Museu Municipal de Arqueologia de Silves.

A porta do Sol, era defendida por torre, mandada construir por Ibn-al-Mahfut, em 1227, conforme bonita lápide ali encontrada, e a porta da Azóia, por torre poligonal, infelizmente desaparecida mas cujos alicerces ainda se podiam ver há trinta anos.

A muralha que cercava a medina e a separava dos arrabaldes pervive em grande parte, conservando-se extensos panos, torres adossadas ou albarrãs e a principal porta da cidade (porta de Loulé), monumento ímpar em Portugal. Esta era defendida por enorme torre albarrã, com dois passadiços sobre altos arcos, encontrando-se descrita na crónica "*Relação da Derrota Naval, Façanhas, e Sucessos dos Cruzados que Partirão do Escalदा para a Terra Santa no ano de 1189*", dela saindo a via que alcança a alcáçova, no sentido norte e, em direcção inversa, rua que conduzia ao rio.

As interrupções que se verificam no perímetro das muralhas da medina devem-se a destruições efectuadas, em particular na segunda metade do século passado ou durante a presente centúria, em consequência da pressão demográfica e do crescimento urbano, decorrentes do surto de desenvolvimento agrícola e da indústria corticeira então verificado na região.

A construção do Museu Municipal de Arqueologia, situado junto a um dos panos da muralha almóada da medina e próximo da principal porta de entrada na cidade, permitiu



3- Silves. Planta, esquemática, da zona escavada da alcáçova, vendo-se dois espaços habitacionais e a rua que os separa.



a realização de escavações arqueológicas. Estas puseram à vista três restos de muralhas pertencentes a anteriores fortificações, encontrando-se, a mais antiga, associada a espólio muçulmano pré-califal dos séculos VIII-IX, a ulterior pôde ser datada do período almóada, tendo-se, por fim, erguido a muralha almóada. Todas elas, neste local, seguem o mesmo traçado.

Os trabalhos aludidos, realizados sob direcção de Mário Varela Gomes e da signatária, efectuaram-se na sequência de outros que exumaram enorme poço-cisterna, com escadaria abobadada envolvente, construído em simultâneo com o pano de muralha anexo e com uma torre albarrá que lhe fica contígua. Aquele monumento, único no *al-Andalus*, poderia abastecer o *hamman* principal que se situava ali bem próximo, adossado ao paramento interior da muralha, frente ao actual edifício da Câmara Municipal e hoje parcialmente ocupado por lojas. No *Livro do Almoxtarifado de Silves*, de meados do século XV, ainda se alude àquele local como *"chãos que em outro tempo foram banhos"*<sup>9</sup>.

Diferentes escavações arqueológicas efectuadas no interior do perímetro fortificado da medina, nomeadamente onde hoje se ergue o museu antes mencionado, a sul da actual Sé ou próximo da porta da Azóia, na zona da Arrochela, revelaram a existência de diferentes espaços habitacionais, alguns de proporções modestas, pertencentes a população com fracos recursos económicos, e outros maiores, de proprietários mais abastados. As vivendas dos primeiros mostram o característico pátio central, por vezes com jardim, de pequenas dimensões, com passeador, em torno do qual se desenvolve compartimentação variada. Uma das casas tinha pequena cocheira anexa.

Devem ser atribuídos a famílias com maior poder, os restos de um palácio cujo salão principal, ladeado por duas alcovas, media, no lado menor 16m de comprimento e cujas paredes eram revestidas por estuques decorados.

A construção tradicional mostra os alicerces e as bases das paredes de alvenaria de pedra local ("grés de Silves"), enquanto que a parte superior daquelas era edificada em taipa. A maioria das coberturas seria em terraço, embora em alguns compartimentos fosse utilizada a típica telha de canudo.

Todas as habitações, mesmo as mais modestas, eram equipadas com cozinha e casa de banho, existindo rede para escoamento das águas pluviais e esgotos, ligados a poços negros e fossas, situadas no exterior.

Algumas das casas de *Xelb* eram providas de cisterna, situada em geral sob o jardim, sendo abastecidas com as águas pluviais, drenadas pelos telhados e eirados. O acesso à água fazia-se através de bocal, de alvenaria, de cerâmica, de que se conservam fragmentos, ou de pedra, como ilustra o magnífico exemplar, monolítico e talhado em "grés de Silves", cujas oito faces foram decoradas com motivos apotropaicos em relevo, que se observa na presente exposição.

Os arrabaldes da cidade desenvolviam-se, através de vias mais ou menos íngremes, de becos e pátios, de que restam vestígios, até ao rio, prolongando-se para nascente até ao fim da actual rua Cândido dos Reis, onde identificámos, durante obras de saneamento básico, estruturas habitacionais muçulmanas, assim como silos. Este sector da cidade alcançava a encosta norte do Castelo, em zona hoje não urbanizada mas onde encontramos, também, restos daquela época. Em sentido inverso a cidade estendia-se até ao local onde hoje se ergue a ermida de Nossa Senhora dos Mártires, próximo da antiga zona portuária.

A Silves islâmica ocuparia cerca de oito hectares, área esta que subtraída do espaço correspondente ao equipamento colectivo e aos arruamentos, deixa concluir ter albergado, aproximadamente, dez mil almas. Este mesmo valor pode ser obtido se considerarmos



4- Silves. Perspectiva da cisterna, almóada, existente na alcóova.





5- Silves. Reconstituição de uma das habitações almóadas, identificadas na rua da Arrochela.

que em cada casa, ocupando cerca de 35m<sup>2</sup>, viveriam cinco pessoas. Todavia, o cruzado que participou na primeira conquista da cidade registou 15.800 habitantes, número que deverá incluir populações dos arredores, ali refugiadas devido à guerra<sup>10</sup>.

Verificámos, tanto nas intervenções arqueológicas na alcáçova como na medina, a existência de materiais exógenos com procedência de outras zonas do *al-Andalus*, do Norte de África, como do Mediterrâneo Oriental, desde o século VIII ao século XIII. Eles foram utilizados sobretudo pelas elites mas, igualmente, pela população em geral.

Do Mediterrâneo Oriental chegaram, nos séculos VIII e IX, cerâmicas esmaltadas, com decoração monócroma ou policroma, enquanto que se classificou no século X um fragmento com decoração dourada, de provável proveniência egípcia (Fustat) e durante o século XIII surgiram vidros com aquela mesma origem<sup>11</sup>.

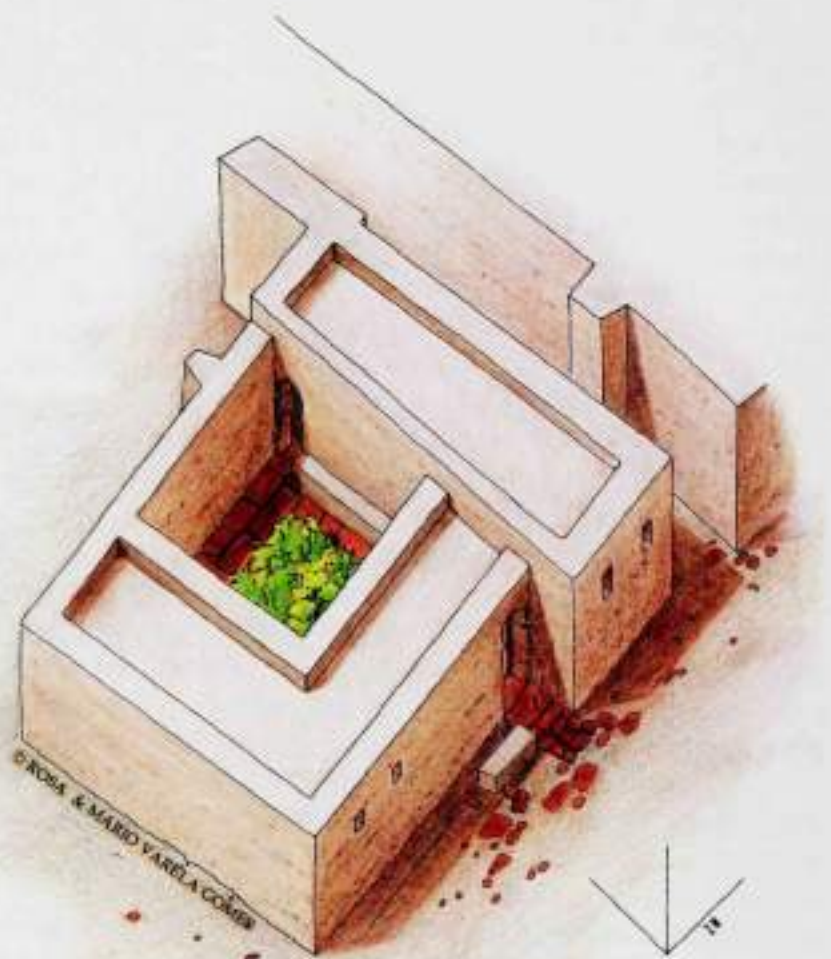
Foi produzida em Córdova, no século X (atelier de Halaf), uma placa, insculturada, de marfim (Q3/C5), mostrando, num dos lados, uma águia e, no outro uma gazela, entre motivos fitomórficos, que terá pertencido a pequeno cofre ou a outro móvel, de igual modo com função decorativa<sup>12</sup>. Àquela mesma centúria devem ser atribuídos fragmentos de taças, com as superfícies esmaltadas e decoração policroma, assim como de corda seca parcial, provenientes de distintas regiões do Sul da Península.

Os materiais de produção, ou de influência norte-africana são mais relevantes nas ocupações correspondentes aos dois primeiros séculos da permanência islâmica em Silves, incluindo formas raras nos contextos muçulmanos, como o tambor, descoberto na alcáçova (Q3/C8), e os aguamanis com bico zoomórfico. Eles são novamente abundantes, nos séculos XII e XIII, com almorávidas e almóadas, momento em que existe grande

difusão de espólios semelhantes, tanto em termos formais como na gramática decorativa empregue, em ambas orlas do Mediterrâneo Ocidental.

As produções peninsulares, locais ou regionais, detectaram-se logo no início da administração muçulmana da cidade, pertencentes ao fundo cultural autóctone, com antecedentes nas produções tardo-romanas e visigótico-bizantinas. Embora muitos dos objectos utilizados no quotidiano possam ter sido realizados na região, segundo modelos exógenos, como certas cerâmicas destinadas a confeccionar ou conter alimentos, existem, também, peças importadas de diferentes áreas do *al-Andalus*.

São provenientes de vários centros produtores, dos séculos XII-XIII, cerâmicas, com as superfícies esmaltadas que oferecem, apenas, variações cromáticas, como ornamentação incisa, estampilhada, de reflexo metálico ou com engobe negro e esgrafito.



6- Silves. Reconstituição da habitação, almôada, escavada a sul da actual Sé.

A iconografia utilizada nas decorações daquelas cerâmicas sugere a reabilitação da temática geométrica de influência magrebina e, maioritariamente, das produções atribuídas aos Ziriadas. Incluir-se-iam, neste caso, o uso da decoração plástica a par de profusos motivos estampilhados e o gosto pela utilização da decoração leteriforme e arquitectónica que, intercalando com elementos de temática fitomórfica e incluindo um ou outro ani-



malista, se ligam a profundas raízes orientais, patentes em pias para abluções, talhas e queimadores poligonais, em geral esmaltados de cor verde.

Temos atribuído às olarias islâmicas de Silves uma produção com pastas de cor vermelha alaranjada, decorada com motivos geométricos e fitomórficos estilizados, pintados de cor branca, ali abundante e pouco conhecida nas restantes jazidas contemporâneas do Algarve. Recordemos que os fornos para cerâmica, referidos no *"Livro do Almofarilhado de Silves"*, e onde trabalhavam oleiros muçulmanos, laboraram até, pelo menos, ao século XVI, conforme testemunham dois exemplares que escávamos recentemente na mesma zona indicada naquele texto.

Além de cerâmicas temos vindo a descobrir muitos outros objectos, como as pequenas taças e frascos de vidro, utilizados na perfumaria ou cosmética e possivelmente de toucador, caixas de azeviche ou marfim, com embutidos em prata, jóias, como brincos e anéis, de ouro ou prata, pulseiras, pentes de marfim, alfinetes de cabelo, amuletos, um deles com a representação da "mão de Fátima" e outro com elemento de coral, contas de colar, de vidro, marfim ou osso, fivelas simples ou com decorações diversificadas e elementos decorativos de móveis de madeira.

Os objectos referidos pertenceram ao quotidiano das populações muçulmanas que viveram sobretudo na alcáçova. Tanto ali como na área urbana, foram igualmente exumadas ferramentas e alfaias agrícolas, fusos, cossoiros e torres de roca, que nos informam sobre o trabalho da terra e das produções dele derivadas.

As actividades lúdicas estão representadas nos acervos recuperados, nomeadamente através de miniaturas de peças de cozinha e de uma boneca, de cerâmica, que terão pertencido a crianças, mas, ainda, por dados e marcas de jogo, de pedra ou cerâmica, de que se encontraram as respectivas matrizes, gravadas em lajes de arenito.

Importa, de igual modo, registar a existência de instrumentos cirúrgicos, designadamente de agulhas para operar cataratas.

Disponos de numerosos numismas, em particular de diremes quadrados, de prata, encontrados um pouco por toda a área urbana de Silves e no castelo, entesourados no interior de panelas, deixados sobre os pavimentos de casas ou escondidos. Conforme exemplar descoberto na alcáçova de Silves e cunhado em Córdova, a moeda islâmica protagonizou excelente meio de propaganda do poder político e espiritual que, no *Garb al-Andalus*, terminou em meados do século XIII. Daqueles tempos pervivem no Barlavento Algarvio métodos agrícolas, processos de edificar as habitações, aspectos variados da produção artesanal, nomes de coisas e de sítios, mas também em boa parte a fisionomia e a maneira de ser da população.

<sup>1</sup> Blázquez, 1901, p.16-18; Lévi-Provençal, 1938, pp.129, 131, 140-141, 192; Lévi-Provençal, 1951, p. 91; Lopes, 1895, p. 276; Molina, 1983, p. 59-60.

<sup>2</sup> Blázquez, 1901, p.17; Lévi-Provençal, 1938, p.130; Torres, 1995, pp. 105,108.

<sup>3</sup> Coelho, 1975, IV, p. 300-302.

<sup>4</sup> Marinho, 1991, p. 89.

<sup>5</sup> Arié, 1987, pp. 371, 392, 394, 410; Coelho, 1975, pp. 51, 151, 253, 363, 365, 367, 385.

<sup>6</sup> Veiga, 1887, II, p. 419-428.

<sup>7</sup> Fonseca e Pizarro, 1987, p. 63, 67; Iria, 1982, pp. 31, 94, 95.

<sup>8</sup> Gomes, 1988, p.97-99; 1991, p. 21-29; Gomes, 1995, p.19-22.

<sup>9</sup> Domingues, et al 1984, p. 14.

<sup>10</sup> Pimenta, 1982, p.181.

<sup>11</sup> Gomes, 1988, p. 107; Gomes, 1996, p. 278.

<sup>12</sup> Gomes, 1993, p.79-83.



## Bibliografia Geral

- ARIE, R. (1987) - España Musulmana (Siglos VIII-XV). In *Historia de España*. Madrid: Labor, vol. III, 558 p.
- BLÁZQUEZ, A. (1901) - *Abu-Ab-Abu-Mohamad-al-Edrisi. Descripción de España*. Madrid: [s. ed.], 63 p.
- COELHO, A. B. (1975) - *Portugal na Espanha árabe*. Lisboa: Seara Nova, vol. IV, 399 p. (Col. Paralelos).
- DOMINGUES, J. D. G.; LEAL, M. J. da S.; MORENO, H. B. (1984) - *Livro do alcazarrado de Silves (Século XV)*. Silves: Câmara Municipal de Silves, 151 p.
- FONSECA, L. A. da; PIZARRO, J. A. P. de S. M. (1987) - Algumas considerações sobre o comércio externo algarvo na Época Medieval. In *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andalucía*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé, p. 61-89.
- GOMES, R. V. (1988) - Cerâmicas muçulmanas do castelo de Silves. *Geô.* 1, 294 p.
- GOMES, R. V. (1991) - Cerâmicas muçulmanas, orientais e orientalizantes, do castelo de Silves (peças esmaltadas policromas e de reflexo metálico). In *O legado cultural de judeus e mouros*. Lisboa: Instituto Oriental, p. 13-39. (Estudos Orientais; III).
- GOMES, R. V. (1993) - Fragmento de placa inculturada do castelo de Silves. *Arqueologia Medieval* 2. Porto, p. 79-83.
- GOMES, R. V. (1995) - Cerâmicas muçulmanas, de Silves, dos séculos VIII e IX. In *Primeiras Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e resultados para o seu estudo*. Tomdele, Tomdele: Câmara Municipal, p. 21-34.
- GOMES, R. V. (1996) - Silves e a ocupação muçulmana do Algarve. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, XI, p. 261-280.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (1997) - Placas apotropaicas do castelo de Silves. In *Homenagem ao Professor António Augusto Tavares*. Lisboa: Instituto Oriental, p. 141-151. (Estudos Orientais; VII).
- IBIA, A. (1982) - *O Algarve nas cortes medievais portuguesas do século XIV. Subsídios para a sua história*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 142 p.
- LÉVI-PROVENÇAL, E. (1938) - *La Péninsule Ibérique au Moyen Âge d'après le Kitâb Ar-Rawd al-mi'âr (ou F) Habar Al-Aktar d'Abu Abd al-Mu'âz im Al-Himyarî*. Leiden: E. J. Brill, 310 p. (Publications de la Fondation de Goetje; XII).
- LÉVI-PROVENÇAL, E. (1953) - La Description de l'Espagne d'Abu al-Ras-Essâ: de Reconstitution de l'Original Arabe et Traduction Française. *Al-Andalus*. Granada, XVIII, p. 51-146.
- LÓPEZ, D. (1895) - Coimas árabe-portuguesas. Cerco de Silves. *O Archeólogo Português*. Lisboa, vol. 1, p. 274-279.
- MARINHO, J. R. (1991) - Panorâmica da numismática muçulmana em Portugal. In *O legado cultural de judeus e mouros*. Lisboa: Instituto Oriental, p. 85-90. (Estudos Orientais; II).
- MOLINA, L. (1903) - *Una Descripción Anónima de al-Andalus*. Madrid: Instituto Miguel Asín, 351 p.
- PIMENTA, A. (1982) - *Fontes medievais de História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, vol. 1, 335 p.
- QUEDROZ, J. (1907) - *Cerâmica portuguesa*. Lisboa: Typographia do Annuario Commercial, 449 p., 195 figs.
- TORRES, C. (1995) - Mértola na Época Islâmica: O espaço doméstico. In *Edifício-Archeologia Mediterrânea*. Madrid: Casa de Velázquez, p. 105-119.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1887) - *Antiquidades Monumentaes do Algarve*. Lisboa: Imprensa Nacional, Vol. II.

# Povoamento rural no Gharb



a literatura de viagens ou dos relatos geográficos, género conhecido por *al-masalik wa-l-mamalik*, isto é, os “caminhos e os reinos”, muito em moda entre os eruditos árabes dos séculos IX a XIV, existem bastantes referências a *Ukxímuba*, tanto querendo referir-se à cidade, como à região onde se inseria, que poderia abranger até todo o sul do Tejo, numa concepção alargada de “Além-Tejo”<sup>1</sup>.

Assim, durante este período ligeiramente tardio, tornou-se moda entre as elites muçulmanas o culto pela literatura de viagens e relatos geográficos, de que nos chegaram vários extractos ou mesmo obras, referindo o Ocidente do *Al-Andalus*, as suas principais cidades, regiões, gentes e riquezas. Este gosto pelos relatos geográficos e pelos reinos longínquos que formavam o mundo muçulmano são perfeitamente naturais se considerarmos o facto de que, por algum tempo, os Muçulmanos terem tido o privilégio de dominarem, tal como anteriormente os Romanos, o mar e o mundo Mediterrâneo, e, portanto, seria perfeitamente natural que nessas côrtes se gostasse de saber o que essas regiões de facto eram, que riquezas possuíam, como era o carácter das suas gentes<sup>2</sup>. Por outro lado, não podemos esquecer a influência profunda que a literatura grega e os autores clássicos tiveram entre os Árabes e onde os relatos históricos e geográficos tiveram um papel tão importante, como é o caso de Heródoto, de Estrabão e mesmo Avieno, séculos mais tarde. A literatura árabe da especialidade reflecte exactamente estas posições. Assim, vemos em Ibn Hawqal como procedia para se certificar que determinado relato, aquela fonte, era fiável, e que nos aparece como que um eco de idênticas preocupações, que encontramos em Heródoto:

“O que me impulsionou a escrever este livro e a realizá-lo do modo como está feito foi o facto de ter despertado em mim o fascínio, desde jovem, pela história dos (diversos) países e o meu interesse pela situação das grandes cidades. A maior parte da informação e das notícias obtive-as dos que viajavam por esses mundos e dos comerciantes, além da leitura de livros sobre o assunto. Quando encontrava alguém que me parecia fiável e com conhecimento do que procurava, tomava o relato que tinha como certo. Logo o fixava de memória, estudando os itinerários e as descrições. A maior parte das notícias não eram exactas, uma vez que aqueles que me falavam o faziam por ignorância. Por isso tornava a pedir a informação a uma outra pessoa, comparando com ela o que me havia contado a outra acerca do mesmo assunto. Assim reunia os seus relatos e comparava-os com uma terceira fonte, julgando-as com imparcialidade; os diferentes testemunhos e as notícias variavam e contradiziam-se em grande medida. Isto não fazia mais do que incentivar-me a viajar, e a afrontar o desconhecido, a conhecer as cidades e a localização das grandes metrópoles e a distribuição das províncias e das comarcas. Nunca me separei do livro de Ibn Juradbah<sup>3</sup> nem do de al-Yayhani<sup>4</sup> ou do relato de Abu-Faray Qadama b.Yaf'ar.»<sup>5</sup>

Essas informações são-nos dadas, por vezes em segunda mão, isto é, copiadas de anteriores obras ou autores, sem grandes preocupações de seguirem com acuidade os factos relatados, mas no entanto sempre preciosos para uma contextualização da realidade, quer citadina, quer rural, e visualização do papel e importância da Península Ibérica no mundo árabe e da sua preocupação em relação ao Ocidente. Estas obras abarcam geralmente trabalhos de cosmografia, que se encontram na origem desta literatura de viagens, muitas vezes fruto da experiência dos seus autores que se deslocavam de um extremo ao outro do mundo islâmico, relatando o que viam e observavam. Não podemos esquecer os pólos de atracção social, cultural e religiosa que centros como Bagdad, Meca, Jerusalém e Córdoba tiveram no mundo de então, tanto para os estudiosos ocidentais como para os orientais. As viagens por terra, permitindo a observação das paisagens e das gentes, facultavam, necessariamente, um atractivo muito maior que as viagens por barco, mais rápidas e de maior isolamento. Enquanto no mundo Clássico, esta literatura de viagens nos é feita através de viajantes que aqui se deslocavam por mar, e onde, portanto, o género do périplo predominou, o que encontramos no mundo islâmico é essencialmente uma geografia descrita por gente que se deslocava a pé ou a cavalo, com tempo e vagar para observar as paisagens e falar com as populações que habitavam esses lugares. Só mais tarde, já na fase de decadência, esta literatura de viagens se reveste de um aspecto sedentário e repetitivo, em que os seus autores descrevem outros países sem saírem das cortes dos seus senhores. Tal é o caso que observamos por volta do século XIII, em que os autores descrevem situações e povoados mais ou menos grandiosos sem se deslocarem dos seus locais de residência, citando-se e copiando-se uns aos outros, como nos salienta A. Miquel e F. Róldan.<sup>6</sup> É exactamente neste momento mais tardio que estas viagens, quando se realizam, se revestem de fortes traços culturais, interessando-se os viajantes pelos falares, pela música, pela poesia desses povos, na preocupação de melhor os descrever e transmitir. Torna-se, assim, imprescindível conhecer pormenorizadamente todas as regiões, todos os países que integram o mundo islâmico: as suas cidades, os caminhos e vias que as ligavam, as suas riquezas, as personagens mais famosas, como se encontravam organizados, que soluções tinham encontrado para os diversos aspectos da sua vida quotidiana. A Geografia aliava-se à História.

De salientar ainda, que o Al-Ándalus atraiu a atenção de numerosos curiosos e investigadores muçulmanos, que lá nos seu longínquos países recreavam a paisagem, a riqueza, o encanto inefável, do califado omeyyada. Neste aspecto, os próprios andaluzes



serviram a sua própria terra, a sua própria causa, mostrando a sua grande erudição, como é o caso de Abu Hamid al-Garnati, que nasceu em Granada no ano de 473/1080, ou de Abu Ubayd al Bakri, no século XI, filho do soberano do reino taifa de Huelva e Saltés, bem como o grande Ahmad Al-Razi, nascido no ano 274/888 e falecido em 344/955, conhecido no seu tempo por 'al-ta'riji', isto é, 'cronista ou historiador', cuja *Geografia de Espanha* foi utilizada por todos os geógrafos da Idade Média. A sua *Crónica*, na versão original perdeu-se, mas chegou quase aos nossos dias a tradução de árabe para português, realizada por mestre Mahomed e por Gil Peres, clérigo de Pero Anes de Portel, na época do rei D.Dinis (1279-1325). Esta edição foi por sua vez traduzida para castelhano no século XV e incluída na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, editada posteriormente por Lindley Cintra em Lisboa em 1952. De salientar o valor histórico de Al-Razi, e a modernidade da sua aproximação ao problema, bem como a forma sistemática com que elaborou a sua obra, seguindo um esquema, tipo ficheiro, pré-estabelecido e igual para todas as cidades e terras, o que conferiu à sua obra grande objectividade e rigor científico. As referências às terras surgiam sempre focando três aspectos:

1. Dados geográficos: sua situação geográfica, qual a capital, a que distância se encontrava de outras terras conhecidas ou de Córdova, quais os vizinhos, que cidades e castelos aí se encontravam.

2. Riquezas naturais: quais as características dos solos, que caça e pesca aí se encontravam, que produtos eram ali cultivados, quais as riquezas minerais.

3. Dados históricos: qual a história da cidade e dos elementos da população mais importantes, quer contemporâneos quer anteriores, que lendas lhe estavam associadas, que personagens visigóticos e outros ali tinham vivido, quais as fortificações e edifícios mais importantes, que vestígios do passado ali se encontravam.<sup>7</sup>

As características do povoamento aparecem, portanto, referidas também nestes escritos, mas é fundamentalmente a Arqueologia que nos faculta maior número de dados. O espaço rural estende-se até às portas das cidades, em hortas e vergéis que abastecem os seus habitantes, como nos relata Macias em relação a Moura (Macias 1993). Nas cidades, o espaço é mais exíguo e compartimentado, mas as casas do povo, de um modo geral, conservam as mesmas características nos espaços funcionais (Oliveira e Viana 1993): as construções são, de um modo geral térreas, constituídas por um pátio e geralmente duas divisões que davam para esse pátio, cobrindo uma área de cerca 35 a 45 m<sup>2</sup>. Por vezes apresentavam um andar superior, separado por um estrado do piso inferior. No caso das residências senhoriais a casa desenvolvia-se em redor de um pátio interior, à maneira mediterrânica, e que observamos já entre os Gregos e também adoptada pelos Romanos. No campo, as alcarias ou montes constituíam-se também em redor de um pátio comunal, onde se desenvolvia toda a actividade do povoado e onde se encontraria o forno, comum a todos, como é o caso da Aldeia dos Mouros (Júdice Gamito 1994, 559-560) desdobrando-se as casas em seu redor. Estas eram constituídas, geralmente, por duas divisões: uma interior, mais recatada, certamente de dormir, e uma sala de fora onde se desenrolavam todas as outras actividades da casa e onde se encontravam normalmente uma ou duas lareiras (Júdice Gamito 1990; 1994; e em preparação) (Fig.1). Boone parece ter detectado em Alcaria Longa (Mértola) casas um pouco mais complexas, o que ele chama "house compounds", (Fig.2) isto é, a associação de várias habitações em torno de um mesmo pátio, constituindo como que agregados familiares debruçados sobre o mesmo espaço aberto, mas que basicamente seguem o modelo anterior, de duas divisões, indicado por Júdice Gamito (1994a). Estas alcarias têm ainda outros espaços comunais, como o curral, onde se guardam as ovelhas e as cabras. Os estábulos são individuais, isto é,



Fig.1

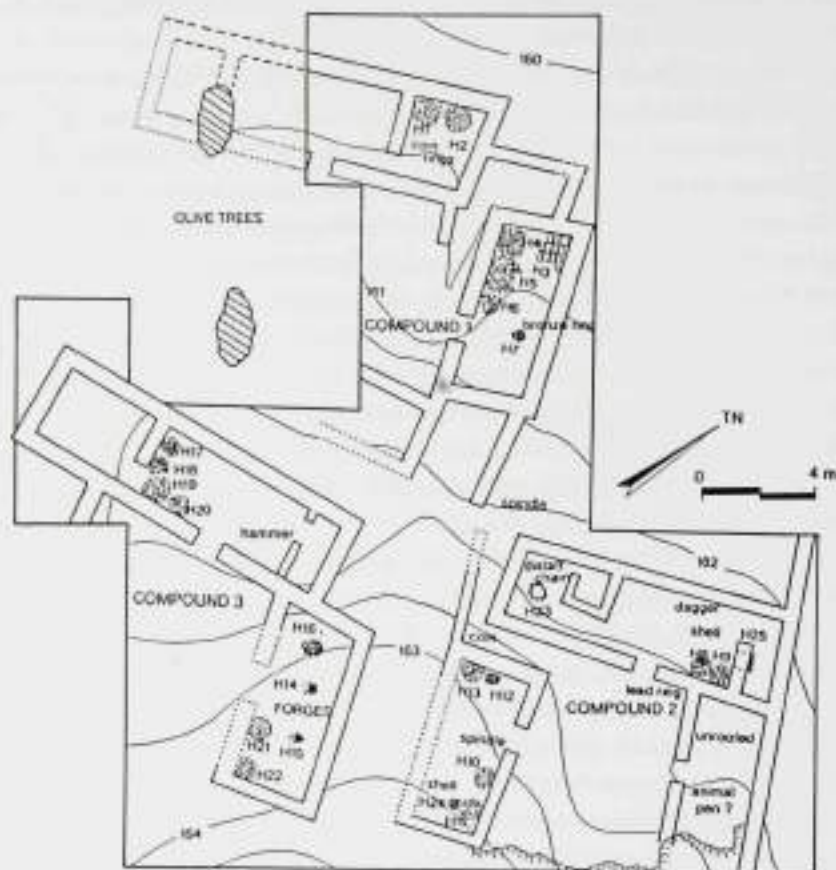


Fig.2

pertencem a cada agregado familiar, e aí se guardam as bestas, como observamos em Alcaria Queimada.

Em Ossónoba, também designada por Santamaria d'al Harum ou apenas Santamaria (mas só depois do século XI!) que foi uma cidade famosa em época pré-romana, e só assim se justifica a preduração do seu nome através dos tempos, como sempre temos salientado,<sup>8</sup> mantendo a sua importância em época romana, continuando a sê-lo em época islâmica, e conservando sempre o seu nome através dos tempos: *Ukxunaba* (em Ibn Hauca e Al Mucadassi, no séc. X/XI), ou na sua forma clássica *Ukxunaba* que encontramos em Ahmede Al Razi, no séc IX/X; em Ibn Al Faradi, no séc. XXI; em Al Udri no séc. XI; em Ibn Al Abbar, no séc. XIII; ou mesmo ainda no séc. XVII, surge com esta grafia na carta dirigida a Carlos II pelo embaixador de Marrocos Al Gassani.<sup>9</sup> Sabemos que terá sido uma cidade rica e famosa, célebre pela sua igreja, como nos diz Ali b. 'Umar al-Udri:

"É um edifício elevado com uma enormes colunas de prata. Não é possível contemplar nada parecido a estas colunas, pela sua altura e perímetro exagerados. É impossível a uma pessoa abarcar uma delas com os seus dois braços".

As escavações que efectuamos em Ossónoba (Faro) conduzem-nos a idênticas conclusões: as casas predominantes têm duas divisões e normalmente um pátio ou quintal para as actividades domésticas. Não se distinguem diferenças entre as comunidades cristãs, muçulmanas e judaicas, certamente mantendo os seus locais de culto e práticas religiosas, não tendo portanto o grupo dominante afectado grandemente a vivência dos povos anteriormente ali fixados. Sabemos por Ibne Háuca que Ossónoba era "uma cidade famosa, grande, abundante em produtos, rodeada por uma planície sedimentar muito fértil e cheia de água, com numerosas hortas e noras de regadio. O povoamento rural era,



portanto, muito intenso, pouco diferindo daquele ainda hoje existente. Como território, de que Ossónoba era a capital, diz-nos Ahmed Al-Rázi que:

“O território de Lisboa confina com o de Ossónoba. Ossónoba fica a oriente de Lisboa e a ocidente de Córdova. O seu terreno é plano, muito cultivado, com várias espécies de árvores frutíferas e abundância de produtos.

Há nela montanhas propícias à criação de gado e águas correntes. Nela se praticam intensamente a caça e a pesca. É rodeada em toda a sua extensão pelo mar, com ilhas onde se pode ir de barco. Nela existem belas hortas de regadio e fontes de água límpida. Há nela muitos pinhais, o seu território é dos melhores, comparado com os de igual tamanho. Do mar que a rodeia extrai-se âmbar.

Sob o seu senhorio encontram-se cidades como Silves que é a mais importante do ocidente. Os muçulmanos não têm no ocidente, depois de Sevilha, cidade como essa. Está construída junto de um rio e até ela chega a maré.

Entre ela e Santarém a viagem leva 4 dias. Entre ela e Cordova, a cavalo, 9 dias. Ossónoba tem muitas cidades e fortalezas.”<sup>10</sup>

O *Gharb-al-Andalus*, o Ocidente do *Al-Andalus*, nome pelo qual nos é referido o Sudoeste peninsular, constituiu, e se bem observarmos ainda hoje o é, uma realidade sócio-cultural específica, uma vasta região de afinidades culturais profundas, que se vão manter desde tempos recuados anteriores à própria romanização e que continuam praticamente até aos nossos dias. Este Ocidente peninsular corresponde praticamente, em época islâmica, às antigas províncias da Lusitania e da Bética, e mantêm-se, em épocas visigótica e árabe, com um cariz profundamente mediterrânico e requintado, habitado por uma sociedade civilizada, com uma filosofia própria, amante do belo e da cultura. Trata-se de uma região que, *grasso modo*, corresponde a um vasto trapézio rectangular, que subindo da costa desde o reino de Granada até Toledo, se vai espraiando ao longo do vale do Tejo, até atingir o mar a Ocidente. Os vestígios da civilização e cultura árabes são numerosos e profundos, marcando as populações nos seus hábitos e costumes, na sua música e seus cantares, deixando traços na vida quotidiana, nos seus modos e trabalhos, nas diversas actividades dos seus dias. Se nos falta a grandiosidade das alhambras de Sevilha e de Granada, ou uma mesquita como a de Córdova, são exactamente esses costumes ancestrais que passaram de geração em geração que mais profundamente marcaram o extremo ocidental do *Al-Andalus*.

<sup>1</sup> Este género literário surge precisamente pelo desenvolvimento e pela própria dinâmica do mundo Árabe, e em resposta a este mesmo gosto de narrativas que então se desenvolve.

<sup>2</sup> E mesmo outros pormenores que achassem de interesse referir.

<sup>3</sup> Como vemos em Abu-l-Qasim ‘Ubayd Allah b. ‘Abd Allah, que é o autor do primeiro dos *Kitab al-masalik wa-l-mamalik*, cuja última redacção data de 272/885, tal como aparece indicado na publicação de Leiden, 1967, reimpressão da edição de 1889, e da responsabilidade de M.J. De Goeje, B.G.A. VI, e também em Cfr. Brockelmann, GAL, I, 258 e S.I.404, e em BLACHÈRE, 1957: 17-22.

<sup>4</sup> Abu ‘Abd Allah Muhammad b. Ahmad compôs um *Kitab al-masalik wa-l-mamalik* por volta do ano 906, tal como podemos observar em Cfr. I. 262 e S. I.407 e também em K.V. Zetterstoen, E. I., 1ª ed. T. III, 932-933.

<sup>5</sup> Autor do *Kitab al-Jaraj wa sina’at al-kitaba*, m. 337/948, e que se encontra no GAL I 262 e S.I. 406-407 e também em BLACHÈRE, 1957: 19-20 e 53-54.

<sup>6</sup> MIQUEL, 1973: 269. Também RÓLDAN nos salienta este aspecto.

<sup>7</sup> De salientar a modernidade de Al-Razi, e a sua preocupação em registar, de um modo sistemático todas as informações possíveis, quer da sua própria época, quer de outras anteriores, reunindo e transmitindo assim todas as informações que lhe fora possível recolher, mesmo as arqueológicas! Ficou assim uma referência obrigatória para todos aqueles que estudassem o *Al-Andalus*, embora por vezes o usem e não o citem, como aliás era prática habitual, e que referimos atrás.

<sup>8</sup> Sempre que me tenho debruçado sobre Ossónoba e os problemas com ela relacionados tenho referido este facto: a cidade já tinha uma importância considerável antes da chegada dos Romanos e só assim se entende que fôsse conhecida pelo seu próprio nome e este sempre se tivesse mantido em épocas posteriores. Mais concretamente veja-se: GAMITO, 1990:19-26; também GAMITO, 1994b: 362-63.



<sup>9</sup> GARCIA DOMINGUES, op.cit., 14.

<sup>10</sup> *Ahmed Al Razi*, Descrição do Al-Andalus - versão portuguesa da Crónica Geral de Espanha de 1344, publicada pela Ac. Port. de História, sob a orientação de Lindley Cintra, 1953 - versão castelhana "Crónica del Moro Razi", pub. P.de Gayangos nas Memórias da Real Ac. de Hist., v. VIII, 1850, Madrid. De salientar aqui os pormenores e características atrás assinalados quanto ao estilo de Al Razi.

## Bibliografia

### PONTES

**Ibn Al Abbar, Abu 'Abd Allah Muhammad**, m. 1260 - *Kitab al takmilā li kitab al-sifa*. Apêndice M. Alarcón e A. González. *Bib. Arabico-Hispāna*, Madrid, V-VI (1888-89), Madrid, 1915.

**Ibn Al Faradi, Abu-l-Walib 'Abd Allah b. Muhammad**, m. 1813 - *Tajri* 'islami' al Andalus. *Bib. Arabico-Hispāna*, Madrid, VII-VIII (1891-1892).

**Ahmed Al Razi** - La description de l'Espagne d'Ahmed al-Razi. Trad. de E. Levi-Provençal. *Al-Andalus*, Granada, XVIII (1953) 51-108. Versão portuguesa da Crónica Geral de Espanha de 1344, publicada pela Academia Portuguesa de História, sob a orientação de Lindley Cintra, Lisboa, 1953. Versão castelhana: "Crónica del Moro Razi", pub. P. de Gayangos nas Memórias da Real Ac. de Hist. Madrid, v. VIII, 1850.

**Ibn Jarrahah, Abu-l-Qasim 'Ubayd Allah b. 'Abd Allah**, que viveu c. de 912/913 e é o autor do primeiro dos *Kitab al-masalik wa-l-mamalik*, cuja última redacção data de 2/2885, ed. J. M. de Goej. *Bib. Arabico-Hispāna*, Leiden, VI (1967).

**Al-Udri, Ali b. 'Umar**, m. 1085 - *Tarsi al-qibar*, ed. Abd al-Aziz al-Ahwari. Madrid: Inst. Egípcio de Est. Islâmicos, 1965.

### OBRAS DIVERSAS: 11/0/98

ARIE, R. (1980) - *Espana musulmana (siglos VIII -XV) en Historia de España*, ed. M. Tuñón de Lara, III, Barcelona.

BLACHÈRE, R. (1957) - *Extraits des principaux géographes arabes du Moyen Age*, Paris.

BOONE, J. (1994) - Rural settlement and islamization in the lowerAlentejo, Portugal. In *Arqueologia en el torno del Bajo Guadiana*. Univ. Huelva, p. 527-544.

GARCIA DOMINGUES, J. D. (1972) - *Ossimoba na Época Árabe*. Faro, Separata dos Anais do Município de Faro.

GAMITO, T. Júdice (1990) - Aldeia dos Neuros serras Alcaria Quimada - an ethnoarchaeological case study. *Arqueologia Hoje*, Faro, I, p. 266-281.

GAMITO, T. Júdice (1991) - Contribuição da arqueologia para o estudo da evolução urbana de Faro. In *IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 19-26.

GAMITO, T. Júdice (1994a) - O povoamento islâmico da Serra do Caldeirão, Algarve, Portugal. In *Arqueologia en el torno del Bajo Guadiana*. Univ. Huelva, p. 545-563.

GAMITO, T. Júdice (1994b) - *Ossimoba*. In *Atlas de Arqueologia*. Lisboa: Zairol, p. 362-363.

GAMITO, T. Júdice (1996) - As muralhas de Faro e os vestígios bizantinos da ocupação da cidade e do seu sistema defensivo. In *Homenagem a J. M. Bairros Oleiro*. Lisboa: Universidade Nova, p. 259-268.

LEVI-PROVENÇAL, E. (1957) - España musulmana. In MENÉNDEZ PIDAL, R., dir. - *Historia de España*, Madrid.

MACIAS, Santiago (1993) - Moura na Baixa Idade Média. Elementos para um estudo histórico e arqueológico. *Arqueologia Medieval*. Porto, 2, p. 127-157.

MIQUEL, A. (1973) - *La géographie humaine du monde jusqu'au milieu du XI siècle*, Paris.

OLIVEIRA, L.; VIANA, M. (1993) - A mouraria de Lisboa no século XV. *Arqueologia Medieval*. Porto, 2, p. 191-209.

RÓLDAN, F. (1990) - *El Occidente de Al-Andalus*. Sevilla: Alfar.

SANCHEZ MARTINEZ, M. (1971) - Razi, fuente de al-Udri para la España preislámica. *Cuadernos de Historia del Islam*, Granada, 1. (S. miscelánea).



74.

**Bocal de poço. Arenito vermelho**

Alt. 750 mm; diâm. 800 mm  
Travessa do Hospital. Silves. Faro  
Séc. X

Peça em forma de prisma octogonal, talhada em arenito vermelho ou "grés de Silves".

Os motivos decorativos que ornamentam as suas faces foram executados em relevo e apresentam gramática relacionada com as ideias de ordem, perfeição e imortalidade (teorias de arcos ultrapassados, motivos fitomórficos e estreliformes), que também se observa em outros elementos arquitectónicos do período califal, nomeadamente na placa apotropaica presente nesta exposição (catálogo nº 324).

Museu Municipal de Arqueologia de Silves

806

75.

**Bocal de poço. Cerâmica**

Loulé. Faro  
Séc. XIII-XIV  
SÁ, 1906, p. 200; CARVALHÃES, 1911, p. 109  
Museu Nacional de Arqueologia. 17088

76.

**Talha. Cerâmica**

Alt. 640 mm; larg. 460 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
2ª metade do séc. XII-1º quartel do séc. XIII  
TORRES et alii, 1996, p. 207  
Museu de Mértola. CR/RT/0068

77.

**Talha. Cerâmica**

Alt. 800 mm; larg. 640 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
2ª metade do séc. XII-1º quartel do século XIII  
KHAWLI, 1993, p. 60; TORRES et alii, 1996, p. 207  
Museu de Mértola. CR/ET/0065

78.

**Tampa de talha. Cerâmica**

Alt. 38 mm; larg. 320 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
2ª metade do séc. XII-1º quartel do séc. XIII  
KHAWLI, 1993, p. 71; TORRES et alii, 1996, p. 207; GÓMEZ, 1997a, p. 324  
Museu de Mértola. CR/ET/0064

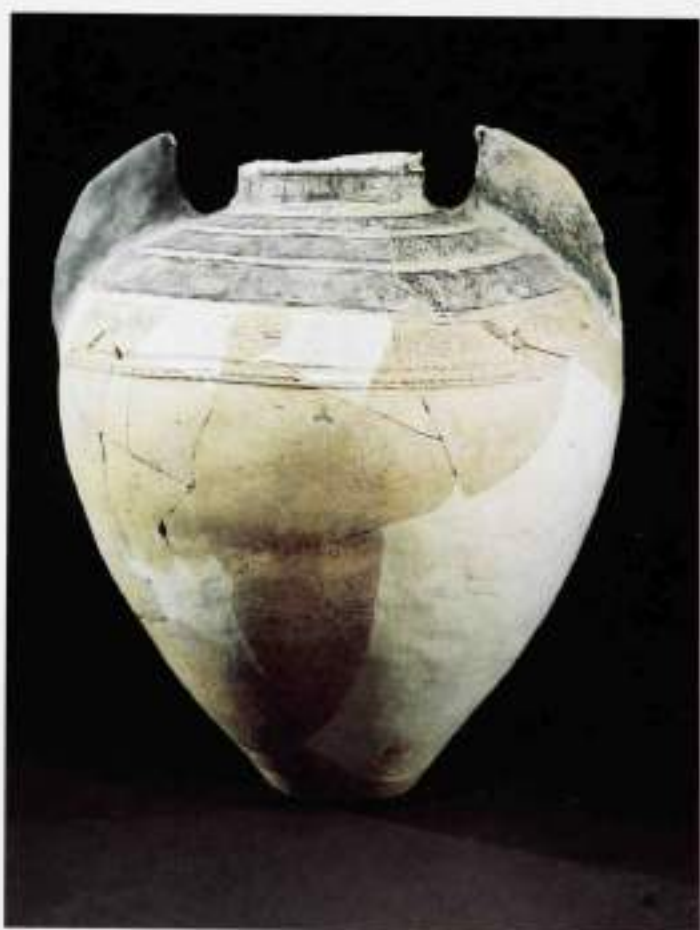
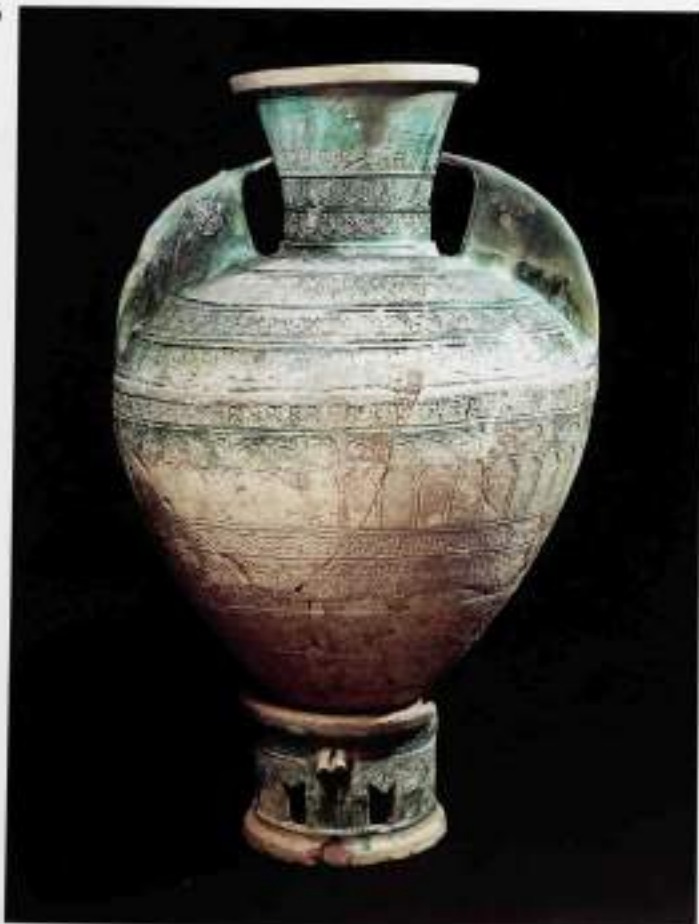
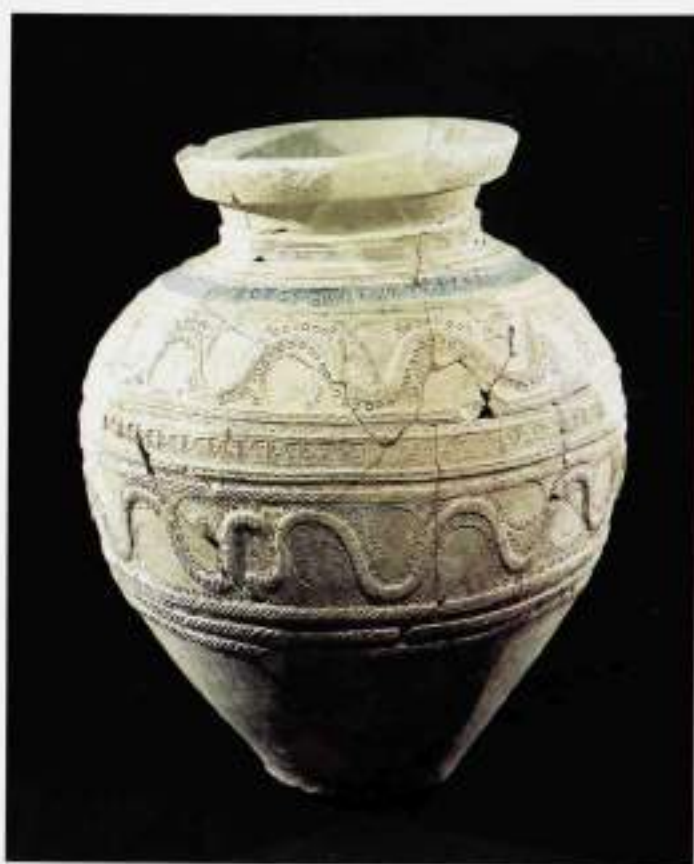
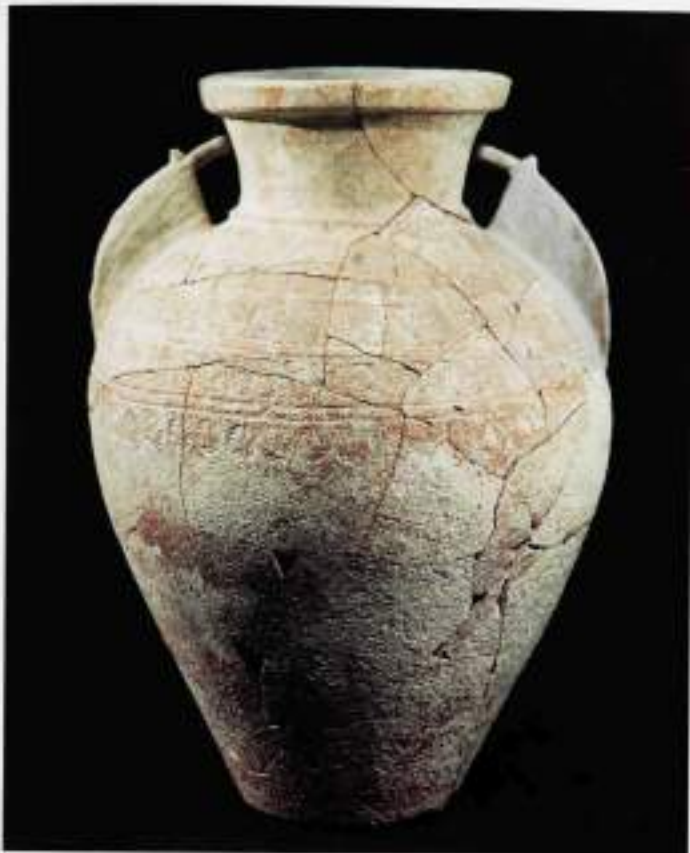
79.

**Talha. Cerâmica**

Alt. 705 mm; larg. 590 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
2ª metade do séc. XII-1º quartel do séc. XIII  
TORRES et alii, 1996, p. 207; GÓMEZ, 1997a, p. 324  
Museu de Mértola. CR/RT/0067







80.

**Suporte de talha. Cerâmica**

Alt. 165 mm; diâm. 230 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

2ª metade do séc. XII-1º quartel do séc.

XIII

TORRES et alii, 1996, p. 207

Museu de Mértola. CR/ET/0069



81.

**Talha incompleta. Cerâmica**

Alt. 650 mm; diâm. 600 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

2ª metade do séc. XII-1º quartel do séc.

XIII

TORRES et alii, 1996, p. 207; KHAWLI, 1993, p. 70

Museu de Mértola. CR/ET/0060

82.

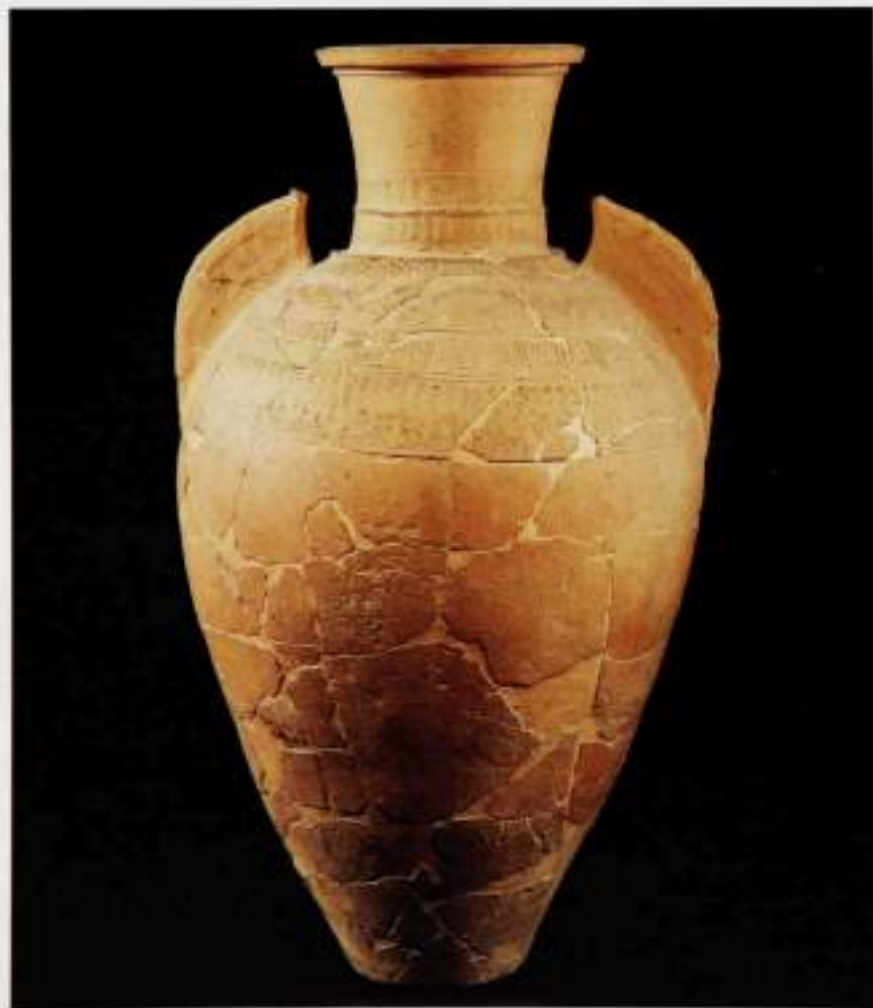
**Suporte de talha. Cerâmica**

Alt. 140 mm; diâm. 230 mm

Loulé. Faro

Séc. XII-XIII

Museu Nacional de Arqueologia. 17091



83.

**Talha. Cerâmica**

Alt. 535 mm; larg. 900 mm

Castro da Cola. Ourique. Beja

Séc. XII-XIII

Museu Regional Rainha D. Leonor. Beja.

PL/SA



84.

**Caldeirinha. Liga de metal**

Alt. 85 mm; diâm. 190 mm  
Ninho do Açôr. Castelo Branco  
Séc. XIV

Caldeirinha em metal encontrada em Ninho do Açôr (Castelo Branco) e adquirida para o Museu por Félix Alves Pereira em Março de 1910. Apresenta o corpo semi-esférico com fundo convexo, colo cilíndrico baixo que termina em aba extravasada. Tem asa. Ostenta uma rica decoração, executada com a técnica de gravação, tauria e aplicação de esmaltes de várias cores, disposta em duas faixas de registo onde surgem medalhões circulares intercalados com elementos epigráficos. A presença de motivos de lótus e de peónias estilizadas nos medalhões, o que denota influências orientais, e o fundo da superfície preenchido com minúsculos elementos fitomórficos em que surgem traços vigorosos e elegantes da escrita *thuluth* situam este artefacto inequivocamente num conjunto de produtos de luxo realizados em meados do século XIV no Egipto e na Síria dos Mamelucos. São conhecidos diversos objectos como candelabros, tinteiros, bacias, gornis, etc., que obedecem à mesma estética. No bojo, num dos trechos, lê-se *al-malik*, provavelmente parte do título honorífico do destinatário. Alguns sultões dessa dinastia incluíram-no na sua titulação. Caldeirinhas como esta, serviam para abluções fazendo conjunto com o seu respectivo gornil. C.L. 1913, p. 133  
Museu Nacional de Arqueologia. 17086  
Ev.8



84



85

85.

**Cantil. Cerâmica**

Alt. 210 mm; diâm. 190 mm  
Travessa da Fonte. Tavira. Faro  
Séc. XI  
Câmara Municipal de Tavira



86.

**Cantil. Cerâmica**

Alt. 251 mm; diâm. 44 mm

Castelo de Silves. Faro

Séc. XII-XIII

Museu Municipal de Arqueologia de Silves. Esc. RVG, Q76/C3

87.

**Vaso. Cerâmica**

Alt. 160 mm; diâm. 190 mm

Travessa da Fonte. Tavira. Faro

Séc. XI

Câmara Municipal de Tavira

88.

**Pia de abluções. Cerâmica**

Alt. 69 mm; comp. 238 mm

Castelo de Silves. Faro

Séc. XIII

Peças semelhantes têm sido exumadas em contextos habitacionais, embora alguns autores as tenham interpretado como pias de abluções, próprias dos espaços religiosos. A sua função como recipiente para água parece comprovada pela existência dos cordões que sobrepõem os cantos do seu interior, tal como acontece nos grandes depósitos de água muçulmanos. A própria forma rectangular, muito pouco comum no repertório das cerâmicas islâmicas, deve-se, por certo, àquela conotação. A decoração, no bordo e no fundo, por estampilhagem com motivos apotropaicos, assim como a cobertura com esmalte verde, indica peça requintada, carregando, ainda, simbologia de carácter mágico-religioso. A existência destes artefactos em espaços habitacionais explica-se pela forte presença da religião na vida quotidiana das populações islâmicas peninsulares, sob o domínio das dinastias magrebina. Museu Nacional de Arqueologia. 17097 RVG

89.

**Alcatruz. Cerâmica**

Alt. 224 mm; diâm. 94 mm

Castelo de Silves. Faro

Séc. XIII

Museu Nacional de Arqueologia. 17052



90.

**Canalizações de água. Cerâmica**

Comp. > 310 mm; diâm. >60 mm

Silves (?). Faro

Séc. XII-XIII

VASCONCELOS, 1915, p. 193; KEMNITZ, 1997, p. 60-61

Museu Nacional de Arqueologia. 17054 a 17056

91.

**Cântaro. Cerâmica**

Alt. 370 mm; diâm. 264 mm

Castelo de Silves. Faro

Séc. XII-XIII

Museu Municipal de Arqueologia de Silves. Depósito, esc. RVG, Q62/C3-1



92.

**Cântaro decorado com pintura vermelha. Cerâmica**

Alt. 405 mm; diâm. 310 mm

Alcaçova do Castelo de Mértola. Beja

2ª metade do séc. XII-1º quartel do séc. XIII

TORRES et alii, 1991, p. 527; 1996, p. 208.

KHAWLI, 1993, p. 73

Museu de Mértola. CR/PT/0033

93.

**Cântaro. Cerâmica**

Alt. 410 mm; diâm. 310 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
2ª metade do séc. XII-1º quartel do séc.  
XIII

TORRES et alii, 1996, p. 208

Museu de Mértola. CR/PT/0065

94.

**Fogareiro com aberturas em arco de ferradura. Cerâmica**

Alt. 175 mm; larg. 195 mm

Encosta do Castelo de Mértola. Beja  
Séc. XI-XII

TORRES, 1987, p. 33; GÓMEZ, 1997a, p. 324

Museu de Mértola. CR/CF/0004

95.

**Fogareiro decorado com pintura branca. Cerâmica**

Alt. 220 mm; larg. 335 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
2ª metade do séc. XII-1º quartel do séc.  
XIII

GÓMEZ, 1997a, p. 324

Museu de Mértola. CR/CF/0032

96.

**Panela. Cerâmica**

Alt. 215 mm; diâm. 350 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
2ª metade do séc. XII-1º quartel do séc.  
XIII

Museu de Mértola. CR/CC/0113

97.

**Fogareiro. Cerâmica**

Alt. 250 mm; larg. 385 mm

Encosta do Castelo de Mértola. Beja  
2ª metade do séc. XI-1º quartel do séc.  
XIII

Museu de Mértola. CR/CF/0035

98.

**Panela. Cerâmica**

Alt. 247 mm; diâm. 260 mm

Rua da Porta de Loulé. Silves. Faro  
Séc. XII-XIII

Museu Municipal de Arqueologia de  
Silves

93



94



95 97 96 98





99.

**Fogareiro. Cerâmica**

Alt. 240 mm; larg. 350 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII-1º quartel do séc. XIII

Museu de Mértola. CR/CF/0033

100.

**Caçoila. Cerâmica**

Alt. 103 mm; diâm. 360 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

2ª metade do séc. XII-1º quartel do séc.

XIII

Museu de Mértola. CR/CC/0108

101.

**Pote decorado com pintura branca.**

**Cerâmica**

Alt. 240 mm; diâm. 300 mm

Castelo de Mértola. Beja

Séc. XI

Peça de funcionalidade duvidosa: pode tratar-se tanto dum pote para armazenar alimentos como duma panela de ir ao lume. Apresenta bordo de aba horizontal, colo cilíndrico estreito, bojo globular com caneluras, duas asas em fita com leve depressão central e base convexa. A superfície, bastante alterada pela acção do fogo, apresenta uma tonalidade acastanhada sobre a qual se nota uma decoração pintada em branco. Esta resume-se a seis grupos de três pequenos traços no bordo, três linhas horizontais no colo, outras três ao longo das asas e, em cada face do corpo, três grandes motivos fitonórficos ovalados com um pequeno traço horizontal no seu interior. Museu de Mértola. CR/PT/0061

SGM

102.

**Panela. Cerâmica**

Alt. 190 mm; diâm. 250 mm

Alcáçova de Santarém

Finais do séc. XI-inícios do séc. XII

VIEGAS e ARRUDA (no prelo)

Museu Municipal de Santarém. 2084

103.

**Panela. Cerâmica**

Alt. 227 mm; diâm. 226 mm

Convento de S. Francisco. Santarém

Séc. XI

IPPAR. Lisboa. 147





104.

**Panela vidrada. Cerâmica**

Alt. 200 mm; diâm. 300 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
2ª metade do séc. XII-1º quartel do séc.  
XIII

TORRES, 1987, p. 6; 1988, p. 3

Museu de Mértola. CR/CC/0006

105.

**Panela. Cerâmica**

Alt. 170 mm; diâm. 210 mm

Rua dos Correiros. Lisboa

Séc. XI-XII

L.S., 1994, p. 237; AMARO, 1995, p. 38

Banco Comercial Português. BCP/233

106.

**Panela. Cerâmica**

Alt. 175 mm; diâm. 210 mm

Rua dos Correiros. Lisboa

Séc. XI-XII

L.S., 1994, p. 237; AMARO, 1995, p. 38

Banco Comercial Português. BCP/93

107.

**Panela. Cerâmica**

Alt. 150 mm; diâm. 137 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. IX-X

TORRES, 1987, p. 1

Museu de Mértola. CR/CC/0007

108.

**Panela. Cerâmica**

Alt. 142 mm; diâm. 180 mm

Alcáçova do Castelo de Palmela. Setúbal

Séc. XI

Museu Municipal de Palmela. Cast. Palm.

112

109.

**Jarro. Cerâmica**

Alt. 155 mm; diâm. 160 mm

Castelo Velho de Alcoutim. Faro

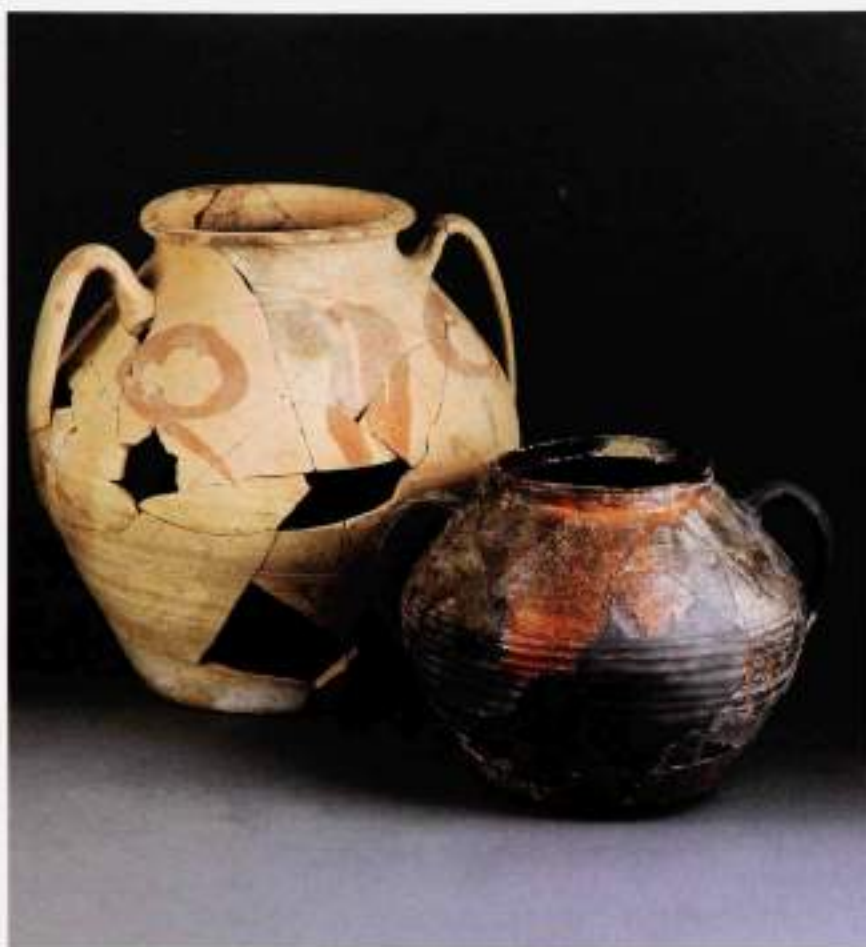
Séc. X-XI

CATARINO (no prelo): Est. XXXIX.3; Est.

CLXXXVI.1 a 2

Depósito Helena Catarino no MNA.

CVALC 298



110.

**Panela. Cerâmica**

Alt. 95 mm; diâm. 120 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII

TORRES, 1987, p. 8; GÓMEZ, 1997a, p. 325

Museu de Mértola. CR/CC/0001

111.

**Panela. Cerâmica**

Alt. 155 mm; diâm. 160 mm

Castelo Velho de Alcoutim. Faro

Séc. X-XI

CATARINO (no prelo): Est. XVIII.4; Est. CXC.3

Depósito Helena Catarino no

MNA. CVALC 123

112.

**Panela. Cerâmica**

Alt. 125 mm; diâm. boca 80 mm

Castelo de Salir. Loulé. Faro

Séc. XII-XIII

CATARINO, 1996, p. 8

Museu Arqueológico de Loulé. I.8.165

113.

**Jarrinho. Cerâmica**

Alt. 135 mm; diâm. 125 mm

Alcáçova de Santarém

Finais do séc. XI-inícios do séc. XII

VIEGAS e ARRUDA (no prelo)

Museu Municipal de Santarém. 1947

114.

**Púcaro. Cerâmica**

Alt. 78 mm; diâm. 100 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. IX-X

Museu de Mértola. CR/CC/0013

115.

**Caçoila. Cerâmica**

Alt. 79 mm; diâm. 250 mm

Alcáçova do Castelo de Palmela. Setúbal

Séc. X-XI

FERNANDES e CARVALHO, 1997, p. 331-332

Museu Municipal de Palmela. Cast. Palm.

81

116.

**Caçoila. Cerâmica**

Alt. 81 mm; diâm. 300 mm

Castelo Velho de Alcoutim. Faro

Séc. IX-X

CATARINO (no prelo): *Est. LVL3*

Depósito Helena Catarino no MNA.

CVALC 36

117.

**Caçoila. Cerâmica**

Alt. 71mm; diâm. 302 mm

Encosta do Castelo de Mértola. Beja

2ª metade do séc. XII-1º quartel do séc.

XIII

Museu de Mértola. CR/CC/0109

118.

**Tigela decorada com pintura branca.****Cerâmica**

Alt. 54 mm; diâm. 220 mm

Alcaçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XI-XII

Museu de Mértola. CR/PT/0006

119.

**Caçoila vidrada com aplicações plásticas.****Cerâmica**

Alt. 70 mm; diâm. 240 mm

Alcaçova do Castelo de Mértola. Beja

2ª metade do séc. XII-1º quartel do séc.

XIII

Museu de Mértola. CR/VC/0050

120.

**Caçoila vidrada. Cerâmica**

Alt. 80 mm; diâm. 240 mm

Alcaçova do Castelo de Mértola. Beja

2ª metade do séc. XII-1º quartel do séc.

XIII

TORRES, 1987, p. 9; 1988, p. 5; GÓMEZ 1997a,

p. 324

Museu de Mértola. CR/VC/0002

121.

**Pote decorado com pintura vermelha.****Cerâmica**

Alt. 320 mm; diâm. 360 mm

Alcaçova do Castelo de Mértola. Beja

2ª metade do séc. XII-1º quartel do séc.

XIII

TORRES, 1987, p. 24; 1988, p. 11; KHAWLI, 1993,

p. 74; TORRES et alii, 1996, p. 208; GÓMEZ,

1997a, p. 324

Museu de Mértola. CR/PT/0014



122.

**Pote. Cerâmica**

Alt. 196 mm; diâm. 114 mm

Arrochela. Silves. Faro

Séc. X-XI

Foi recuperado juntamente com uma ferrina presente nesta exposição (catálogo nº 52). Oferece corpo de forma subcilíndrica, assenta em pé baixo e anelar, sendo antecedido por carena, aspecto que se repete em taças provenientes do mesmo local. As superfícies vidradas, de cor castanha melada, foram decoradas com elementos fitomórficos de cor negra de manganés. Assemelha-se na sua forma geral, como na do bordo, gargalo e na demarcação entre este e o corpo, com recipiente congénere atribuído às oficinas de Fustat, no Egípto (século IX); cuja superfície exterior mostra decoração de reflexo metálico (Soustiel, 1985, p. 48-49). Outro pote similar, embora com gargalo pouco marcado, possui carena antecedendo o fundo e foi atribuído às produções iranianas do século X. Tal como o anterior as superfícies exibem decoração de reflexo metálico (Grube, 1976, p. 64 e 69). Conhecemos um terceiro exemplar, com o corpo de forma bitroncocónica e que

integra a colecção "Madina" de Nova York, mas que se diferencia da peça de Silves por apresentar pé alto, assim como por não mostrar carena. Foi decorado com reflexo metálico, sobre cobertura de manganés, de cor castanha escura, própria da oficina de Tell Minis, na Síria. Embora de cronologia considerada imprecisa, pensamos tratar-se de produção do século XII. A decoração do recipiente de Silves é semelhante à de taças também ali recuperadas, tendo uma delas temática que se repete em exemplares de Vilamoura, onde palmetas intercalam com semicírculos (Matos, 1983, p. 278-381). A peça agora dada a conhecer e o conjunto de recipientes vidrados, de cor castanha melada, decorados com pinturas de cor castanha escura a negra de manganés, constituem, na Silves muçulmana, a classe de cerâmicas de mesa mais comum a partir do século X. Julgamos que tais loiças foram produzidas no Gharb, segundo modelos orientais, possivelmente sírios, quicã na cidade de Silves, onde são bem conhecidas e a tradição oleira de cariz islâmico se manteve até, pelo menos, aos finais do século XVI. Museu Municipal de Arqueologia de Silves. Esc. RVG. AR. Q5/E15/C2-1  
RVG



**123.**  
**Jarra decorada em melado e manganés. Cerâmica**  
Alt. 220 mm; larg. 200 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Séc. XII  
TORRES, 1987, p. 62  
Museu de Mértola. CR/ML/0012

**124.**  
**Terrina com decoração em melado e manganés. Cerâmica**  
Alt. 80 mm; larg. 144 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Séc. XI-XII  
TORRES, 1987, p. 58; GÓMEZ, 1997a, p. 324  
Museu de Mértola. CR/ML/0010

**125.**  
**Pote de seis asas. Cerâmica**  
Alt. 125 mm; diâm. 180 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
2ª metade do séc. XII-1º quartel do séc.  
XIII  
TORRES, 1987, p. 20; 1988, p. 8; TORRES et alii,  
1996, p. 205; KHAWLI, 1993, p. 76  
Museu de Mértola. CR/ML/0014

**126.**  
**Panela vidrada. Cerâmica**  
Alt. 135 mm; diâm. 240 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
2ª metade do séc. XII-1º quartel do séc.  
XIII  
TORRES et alii, 1991, p. 151; 1996, p. 205;  
KHAWLI, 1993, p. 76  
Museu de Mértola. CR/VC/0001

**127.**  
**Pote de quatro asas. Cerâmica**  
Alt. 110 mm; diâm. 190 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
2ª metade do séc. XII-1º quartel do séc.  
XIII  
Museu de Mértola. CR/CC/0114

**128.**  
**Pote de quatro asas. Cerâmica**  
Alt. 112 mm; diâm. 170 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
2ª metade do séc. XII-1º quartel do séc.  
XIII  
TORRES, 1987, p. 7; 1988, p. 4  
Museu de Mértola. CR/CC/0002

**129.**  
**Garrafa vidrada. Cerâmica**  
Alt. 75 mm; diâm. 70 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Séc. XI  
TORRES, 1987, p. 68  
Museu de Mértola. CR/ML/0016

**130.**  
**Garrafa decorada com vidrado branco e preto. Cerâmica**  
Alt. 70 mm; diâm. 66 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Séc. X-XI  
TORRES, 1987, p. 69; TORRES et alii, 1996, p.  
208; GÓMEZ, 1997a, p. 325  
Museu de Mértola. CR/ES/0059

**131.**  
**Jarro. Cerâmica**  
Alt. 133 mm; diâm. 136 mm  
Travessa da Cató. Silves. Faro  
Séc. XI  
Museu Municipal de Arqueologia de  
Silves

**132.**  
**Jarro. Cerâmica**  
Alt. 143 mm; diâm. 156 mm  
Silves. Faro  
Séc. XI  
Museu Municipal de Arqueologia de  
Silves. Q5/C3-1

**133.**  
**Jarro. Cerâmica**  
Alt. 130 mm; diâm. 123 mm  
Silves (área urbana). Faro  
Séc. VIII-IX  
Museu Municipal de Arqueologia de  
Silves



131 130 132



134.

**Tampa decorada com pintura branca.****Cerâmica**

Alt. 65 mm; diâm. 230 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. X-XI

TORRES, 1987, p. 19; GÓMEZ, 1997a, p. 325

Museu de Mértola. CR/TP/0001

135.

**Tampa. Cerâmica**

Alt. 66 mm; larg. 128 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. X-XI

TORRES, 1987, p. 18

Museu de Mértola. CR/PT/0009

136.

**Alguidar. Cerâmica**

Alt. 140 mm; diâm. 530 mm

Castelo de Salir. Loulé. Faro

Séc. XIII

CATARINO, 1996, p.17

Museu Arqueológico de Loulé. I.8.166

137.

**Faca de ferro com cabo em osso decorado**

Comp. 272 mm; alt. 35 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XIII

MACIAS, 1996, p. 124

Museu de Mértola. Fe-10/11

138.

**Faca de ferro com cabo de osso decorado**

Comp. 236 mm; alt. 22 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Finais do séc. XI-1ª metade do séc. XII

Museu de Mértola. Fe-10/10

139.

**Cabos de faca. Osso**

Alt. &gt; 93 mm; alt. &lt; 39 mm

Encosta e Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Finais do séc. XI-1º quartel do séc. XIII

Museu de Mértola. OS/vários 3



140.

**Cabo de faca. Osso**

Comp. 100 mm; larg. 21 mm

Cerro da Vila. Loulé. Faro

Séc. VIII-X

Objecto feito em osso de boviedo, decorado numa das faces com três círculos grandes e um certo número de círculos menores gravados com pua. No interior dos dois círculos maiores das extremidades da peça ficaram as cabeças dos pregos de ferro que seguravam a lâmina de uma faca na cavidade interior do osso. Múltiplos círculos de tamanho variado preenchem harmoniosamente todo o espaço.

O osso tem sido empregue, desde a Antiguidade, em cabos de facas e talheres de cozinha,

Lusotur. 0005

JLM

141.

**Cabo de faca. Osso**

Comp. 143 mm; larg. 43 mm

Cerro da Vila. Loulé. Faro

Lusotur. 0006

142.

**Lâminas de faca. Ferro**

Comp. &gt;215 mm; comp. &lt; 119 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Finais do séc. XI-1º quartel do séc. XII

Museu de Mértola. Fe-3

143.

**Jarrinho decorado com pintura branca. Cerâmica**

Alt. 142 mm; larg. 160 mm

Castelo de Mértola. Beja

Séc. XI

Museu de Mértola. CR/PT/0052

144.

**Jarrinha decorada com pintura branca. Cerâmica**

Alt. 170 mm; larg. 133 mm

Castelo de Mértola. Beja

Séc. X-XI

Museu de Mértola. CR/PT/0046

145.

**Jarrinho. Cerâmica**

Alt. 140 mm; diâm. 130 mm

Alcáçova de Santarém

Finais do séc. XI-inícios do séc. XII

VIEGAS e ARIUDA (no prelo)

Museu Municipal de Santarém. 2076

146.

**Copo. Cerâmica**

Alt. 115 mm; diâm. 100 mm

Alcáçova do Castelo de Palmela. Setúbal

Séc. XI-XII

FERNANDES e CARVALHO, 1993, p. 50 e 53

Museu Municipal de Palmela. Cast.

Palm. 98

147.

**Copo decorado com pintura branca. Cerâmica**

Alt. 126 mm; larg. 90 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Séc. X

TORRES et alii, 1991, p. 503; GÓMEZ, 1997a, p. 325  
Museu de Mértola. CR/PT/0022

148.

**Jarrinha. Cerâmica**

Alt. 135 mm; larg. 148 mm  
Rua do Sete e Meio. Moura. Beja  
Séc. X-XI

Museu Municipal de Moura. 1286

149.

**Jarrinha. Cerâmica**

Alt. 117 mm; diâm. 160 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Séc. X-XI

Museu de Mértola. CR/PT/0007

150.

**Copo com decoração incisa sob coberta melada. Cerâmica**

Alt. 106 mm; larg. 153 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Séc. XII - 1º quartel do séc. XIII

TORRES, 1987, p. 52; 1988, p. 28; GÓMEZ,  
1997a, p. 325  
Museu de Mértola. CR/ML/0015

151.

**Copo. Cerâmica**

Alt. 110 mm; larg. 120 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Séc. XII-1º quartel do séc. XIII

TORRES, 1987, p. 51; 1988, p. 27  
Museu de Mértola. CR/VB/0002

152.

**Prato. Bronze**

Diâm. 273 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
1º metade do séc. XII

Prato de bronze, com decoração  
cinzelada, em que vários registos  
concentricos caligráficos ou com  
decoração geométrica cingem um  
medalhão central onde duas corças  
afrentadas entrelaçam os pescoços.  
O prato pode ser de origem oriental  
embora a escrita seja atribuída a um  
atelier almóada.

TORRES, 1988, n.º 47; MACIAS, 1996, p. 120  
Museu de Mértola. BR/ME/0001  
LR

153.

**Pequeno alguidar tripode. Cerâmica**

Alt. 100 mm; larg. 240 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
2º metade do séc. XII-1º quartel  
do séc. XIII

TORRES, 1987, p. 35; 1988, p. 29  
Museu de Mértola. CR/AR/0002

154.

**Tigela decorada em melado e manganés. Cerâmica**

Alt. 117 mm; larg. 350 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Séc. XI

TORRES, 1987, p. 40  
Museu de Mértola. CR/ML/0001

155.

**Tigela com decoração estampilhada sob vidrado verde. Cerâmica**

Alt. 100 mm; diâm. 290 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
2º metade do séc. XII-1º quartel do séc.  
XIII

TORRES, 1987, p. 44; 1988, p. 22  
Museu de Mértola. CR/VV/0006





156.

**Tigela vidrada. Cerâmica**

Alt. 75 mm; larg. 265 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
2ª metade do séc. XII-Iº quartel do séc.  
XIII

Museu de Mértola. CR/VC/0051

157.

**Tigela decorada em melado e manganés.  
Cerâmica**

Alt. 82 mm; larg. 240 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Séc. XI

TORRES et alii, 1991, p. 506

Museu de Mértola. CR/ML/0006

158.

**Tigela decorada em melado e manganés.  
Cerâmica**

Alt. 125 mm; larg. 332 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Séc. XI

Museu de Mértola. CR/ML/0108



159.

**Grande tigela. Cerâmica**

Alt. 102 mm; diâm. 230 mm

Castelo de Salir. Loulé. Faro  
Séc. XII-XIII

CATARINO, 1996, p. 16

Museu Arqueológico de Loulé. I.8.173

160.

**Tigela com decoração epigráfica.  
Cerâmica**

Alt. 40 mm; diâm. 190 mm

Castelo Velho de Alcoutim. Faro  
Séc. X-XI

CATARINO (no prelo): Est XLIX.5

Depósito Helena Catarino no MNA,  
CVALC 307

161.

**Tigela com decoração epigráfica.  
Cerâmica**

Alt. 64 mm; larg. 232 mm

Castelo de Mértola. Beja  
Séc. XI

Museu de Mértola. CR/ES/0073

162.

**Taça com inscrição. Cerâmica**

Alt. 58 mm; diâm. 120 mm

Arrochela. Silves. Faro  
Séc. XIIIMuseu Municipal de Arqueologia de  
Silves. Esc. RVG. Q5/CO.13/C3-1

163.

**Bilha. Cerâmica**

Alt. 260 mm; diâm. 225mm

Cerro da Vila. Loulé. Faro  
Séc. X

Peça de barro poroso destinada a conter líquidos e a refrescá-los. A pansa globular está decorada na parte superior com uma banda larga de zigzagues e elementos vegetalistas, confinada por cercadura. A própria asa alteada e o colo estreito desta espécie de gomil aparecem decorados com traços.

Este tipo de vasos possui geralmente uma decoração feita com tracejados de cal, branca ou pigmentada de cores (vermelha ou ocre ou negra), contrastando com as superfícies de cor vermelha, castanha, branca ou negra sobre que se aplicam.

MATOS, 1987, p. 429-456,

Lusotur. 0007/53

JLM

164.

**Tigela. Cerâmica**

Alt. 65 mm; diâm. 236 mm

Silves (pátio anexo ao poço-cisterna).  
Faro

Séc. VIII-IX

O motivo estelar pintado no interior deste recipiente e, em particular, o pormenor constituído por pequenos semicírculos, com ponto central, intercalando com séries de três raios, é decoração frequente no interior de peças congêneres, como das paredes exteriores de púcaros. Ornamentação similar foi observada em cerâmicas de Vilamoura e da C.8 do Castelo de Silves. Todavia, trata-se de temática decorativa por ora inexistente em Silves nos níveis arqueológicos posteriores ao século X. Pensamos pertencer a produção autóctone.

GOMES, 1995, p. 24 e 28

Museu Municipal de Arqueologia de  
Silves. Esc.de RVG e MVG. Q41/C3-1  
RVG





163



164

165.

**Tigelinha. Cerâmica**

Alt. 22 mm; diâm. 127 mm

Silves 3. Faro

Séc. VIII-IX

Museu Municipal de Arqueologia de

Silves. Esc. de RVG. Q30/C3

166.

**Tigela. Cerâmica**

Comp. 247 mm; larg. 150 mm

Cerro da Vila. Loulé, Faro

Séc. X (?)

Peça de barro bem cozido, recoberta de engobe de coloração acastanhada, polida por afagamento, com pinturas na face interior feitas a branco de cal.

A decoração de tipo vegetalista representa uma roseta com corola de seis folhas, e seis pétalas sobrepujadas por uma estilização de flores de lótus. Cada uma das pétalas contém no seu interior um bolbo de flor de lótus (ou liz).

"Dentes de serra" decoram o bordo da tigela e ponteados o interior dos motivos decorativos. Peça de origem abássida provavelmente importada no século X.

A flor de lótus (ou liz) é um símbolo vitalista que afugenta os males e proporciona sanidade aos alimentos contidos nos recipientes de cozinha. MATOS, 1983, p. 375-390; 1986, p. 149-154; 1991, p. 75-83

Lusotur. 0013

JUM

167.

**Jarra. Cerâmica**

Alt. 147 mm; diâm. 121 mm

Silves (área urbana). Faro

Séc. IX-X

Museu Municipal de Arqueologia de

Silves

168.

**Copo. Cerâmica**

Alt. 100 mm; diâm. 84 mm

Silves (Rua Cândido dos Reis). Faro

Séc. IX

Museu Municipal de Arqueologia de

Silves



166 165

169.

**Copo. Cerâmica**

Alt. 54 mm; diâm. 72 mm

Silves 3. Faro

Séc. VIII-IX

Museu Municipal de Arqueologia de

Silves. Esc. de RVG e MVG. Q37/C3

170.

**Copo. Cerâmica**

Alt. 65 mm; diâm. 104 mm

Convento de S. Francisco. Santarém

Séc. XI

IPPAR. Lisboa

171.

**Bilha. Cerâmica**

Alt. 173 mm; larg. 120 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

2ª metade do séc. XII-1º quartel do séc.

XIII

TORRES et alii, 1991, p. 528

Museu de Mértola. CRVC/0008

172.

**Bilha decorada em melado e manganés.**

**Cerâmica**

Alt. 167 mm; larg. 95 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XI-XII

TORRES, 1987, p. 61; GÓMEZ, 1997a, p. 325

Museu de Mértola. CR/ML/0003

173.

**Bilha. Cerâmica**

Alt. 130 mm; larg. 64 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. X-XI

TORRES, 1987, p. 65; TORRES et alii, 1996, p.

209; GÓMEZ, 1997a, p. 325

Museu de Mértola. CR/ML/0017

174.

**Jarro. Cerâmica**

Alt. 135 mm; diâm. 154 mm

Rua do Moinho da Porta. Silves. Faro

Séc. X

Museu Municipal de Arqueologia de

Silves. Dep. V.R.

175.

**Jarro. Cerâmica**

Alt. 73 mm; diâm. 99 mm  
Silves. Área urbana. Faro  
Séc. XII-XIII  
Museu Municipal de Arqueologia de Silves

176.

**Jarro. Cerâmica**

Alt. 95 mm; diâm. 110 mm  
Convento de S. Francisco. Santarém  
Séc. XI  
IPPAR. Lisboa. 145

177.

**Jarro. Cerâmica**

Alt. 122 mm; diâm. 155 mm  
Silves 1. Faro  
Séc. XI-XII  
Museu Municipal de Arqueologia de Silves. Esc. RVG e MVG. Q41/C2-2

178.

**Bilha. Cerâmica**

Alt. 224 mm; diâm. 140 mm  
Alcáçova de Santarém  
Finais do séc. XI-inícios do séc. XII  
VIEGAS e ARRUDA (no prelo)  
Museu Municipal de Santarém. 1998

179.

**Bilha. Cerâmica**

Alt. 155 mm; diâm. 123 mm  
Silves (área urbana). Faro  
Séc. IX  
Museu Municipal de Arqueologia de Silves

180.

**Jarrinha. Cerâmica**

Alt. 125 mm; diâm. 129 mm  
Castelo de Silves. Faro  
Séc. XIII  
Museu Municipal de Arqueologia de Silves.  
Esc. de RVG. Q8/C2-1

181.

**Garrafa. Cerâmica**

Alt. 118 mm; diâm. 120 mm  
Mértola. Beja  
Séc. XII  
Museu Nacional de Arqueologia. 16979

182.

**Taça. Cerâmica**

Alt. 82 mm; diâm. 144 mm  
Castelo de Silves. Faro  
Séc. XIII  
Museu Municipal de Arqueologia de Silves. C 2-2

183.

**Taça. Cerâmica**

Alt. 100 mm; diâm. 198 mm  
Castelo de Silves. Faro  
Séc. XIII  
Museu Municipal de Arqueologia de Silves. C 2-1

184.

**Tampa. Cerâmica**

Alt. 95 mm; diâm. 230 mm  
Castelo de Silves. Faro  
Séc. XIII  
Museu Municipal de Arqueologia de Silves. Esc. de RVG. Q18/C2-9

185.

**Tigela. Cerâmica**

Alt. 100 mm; diâm. 290 mm  
Rua dos Correiros. Lisboa  
Séc. XI-XII  
L.S., 1994, p. 237; AMARO, 1995, p. 37  
Banco Comercial Português. BCP 163

186.

**Jarra. Cerâmica**

Alt. 195 mm; diâm. 210 mm  
Castelo Velho de Alcoutim. Faro  
Séc. XI  
CATARINO (no prelo): Est. XXII.1 e Est. CLXXXI.2  
Depósito de Helena Catarino no MNA.  
CVALC 306

187.

**Jarro. Cerâmica**

Alt. 123 mm; larg. 260 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Séc. XII-1º quartel do séc. XIII  
TORRES et alii, 1991, p. 529  
Museu de Mértola. CR/BR/0018

188.

**Jarra. Cerâmica**

Alt. 140 mm; diâm. 150 mm  
Igreja de S. Lourenço. Lisboa  
Séc. X-XI  
L.S., 1994, p. 237  
IPPAR. Lisboa. SL silo 6 P.1

189.

**Garrafinha. Vidro**

Alt. 129 mm; diâm. 69 mm  
Castelo de Silves. Faro  
Séc. XIII

Foi encontrada, conjuntamente com outras peças de vidro, escondida no interior de canalização pertencente à fase final da permanência muçulmana na alcáçova, assim se justificando o bom estado de conservação que apresenta, pouco comum em contextos habitacionais. Oferece, no bojo, decoração com motivos ovais. Museu Municipal de Arqueologia de Silves. Esc. de RVG. Q74/C2. RVG





190.

**Braseiro. Ferro**

Alt. 230 mm; larg. 375 mm

Alcaçova do Castelo de Mértola. Beja  
1ª metade do séc. XII

Parte lateral de um braseiro de forma rectangular, com quatro pés. Apresenta como única decoração um cordão ondulado na parte superior. Os pés prolongam-se para a parte superior terminando em forma globular.

Museu de Mértola. Bras.1

18



190

191.

**Candil. Bronze**

Alt. 108 mm; comp. 140 mm;

larg. 54 mm

Quintal de Judiçária. Faro

Séc. XI-XII (?)

Corpo tronco-cónico; pequeno pé; asa alta e saliente. Forma sugerindo "cabeça de pássaro emplumado".

Gabinete de Arqueologia da Universidade do Algarve. Esc. de TFG. HM/87-lab 37

TJG



191

192.

**Candil. Bronze**

Alt. 55 mm; comp. 115 mm; larg. 40 mm

Alcaçova do Castelo de Mértola. Beja

Finais do séc. XII-1º quartel do séc. XIII

TORRES, 1988, n.º 14; MACIAS, 1996, p. 91

Museu de Mértola. BR/CP/001



192



193.

**Candil. Liga de metal**

Alt. 78 mm; comp. 138 mm; larg. 75 mm  
Quinta da Fidalga, Cacela. Faro  
Séc. XI-XII

Candil em metal encontrado na Quinta da Fidalga, oferecido em 1896 ao Museu, por intermédio do Revd<sup>o</sup> Jacinto Augusto Quintino, Prior de Cacela.

No contexto português, é o único exemplar por ora conhecido, de dois bicos de canal, estando um mutilado. Tem depósito em forma de esfera cortada por dois planos horizontais, assente sobre uma espécie de peanha, oca interiormente. No centro da face circular superior do depósito existe um pequeno orifício, existindo na sua prumada, um outro orifício, que se destinava a receber o cravo de fixação do suporte.

Por analogia com os seus paralelos, nomeadamente o candil encontrado no Palácio Galiana (Toledo) e um outro do Museu de Palma de Mallorca, o orifício da face superior serviria de encaixe para um elemento decorativo em forma de pináculo. A asa, fracturada e incompleta do exemplar do MNA, teria um acabamento em forma de palmeira estilizada.

VASCONCELOS, 1903, p. 120, fig. 3a.; 1905, p. 69; 1915, p. 190; 1920, p. 230; VIANA, 1955, p. 49; MACHADO, 1965, p. 216; PEREIRA, 1978, p. 34, cat. 204; KEMNITZ, (no prelo, 1997; no prelo, 1998).

Museu Nacional de Arqueologia. 17027 Ev.K



194

**Candeia. Bronze**

Alt. 50 mm; comp. 95 mm; larg. 69 mm  
Castelo de Silves. Faro  
Finais do séc. XII  
Museu Municipal de Arqueologia de Silves. Esc RVG. Q84/C3

195.

**Candil. Liga de metal**

Alt. 135 mm; comp. 183 mm; larg. 60 mm

Candil em metal de proveniência desconhecida. Pertenceu à coleção de antiguidades d'El-Rei D. Luís I.

Tem forma de uma ave em pé. Foi produzido por vazamento em molde e ostenta ornamentação gravada em forma de atauriques. Na cauda e na crista existem orifícios circulares, destinados muito provavelmente, para a sua suspensão. Serviu para produzir uma réplica, nº 17 028 do MNA.

Candis de diversas formas zoomórficas, profusamente ornamentados, com um ou mais bicos de canal, eram correntemente produzidos tanto no Oriente islâmico como no Ándalus ou ainda na Sicília muçulmana. Todavia os candis antigos de formas zoomorfas são apoiados numa espécie de peanha. O exemplar mais próximo deste é um candil em forma de papagaio apoiado igualmente nos pés, separados, também com orifícios na cauda e na crista, da coleção do British Museum, proveniente da Índia e datado do século XIX.

KEMNITZ (no prelo, p. 21, fig. 31-32)

Museu Nacional de Arqueologia, 35037

Ev.R

196.

**Tampas de Candil. Bronze**

Alt. > 31 mm; alt. < 20 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII-XIII

Museu de Mértola. BR/Tampas de candil

197.

**Espevitadores de candil. Bronze**

Alt. > 86 mm; alt. < 72 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Finais do séc. XI-1º quartel do séc. XIII

MACIAS, 1996, p. 92

Museu de Mértola. BR/Esp.Candil

198.

**Candil. Cerâmica**

Alt. 37 mm; comp. 98 mm; larg. 65 mm

Alvor (?). Portimão. Faro

Séc. X

KEMNITZ (no prelo, figs. 9 e 10)

Museu Nacional de Arqueologia, 995.19.3



198



195





199.

**Candil. Cerâmica**

Alt. 35 mm; comp. 120 mm; larg. 69 mm  
 Silves. Faro  
 Séc. X

VASCONCELOS, 1903, p. 122-123, figs. 5 e 5a;  
 1915, p. 181, est. XV, fig. 102 e p. 193; AAVV, 1928,  
 p. 409; PEREIRA, 1978, p. 34, n.º 203; KEMNITZ,  
 1997, p. 58; no prelo, figs. 7 e 8.  
 Museu Nacional de Arqueologia. 17025

200.

**Candil. Cerâmica**

Alt. 71 mm; comp. 160 mm; larg. 75 mm  
 Cerro da Vila. Loulé. Faro  
 Séc. X-XI  
 Lusotur. 0008/158

201.

**Candil. Cerâmica**

Alt. 83 mm; comp. 150 mm; larg. 91 mm  
 Silves (área urbana). Faro  
 Séc. XI  
 Museu Municipal de Arqueologia de  
 Silves

202.

**Candil. Cerâmica**

Alt. 74 mm; comp. 155 mm; larg. 78 mm  
 Silves. Faro  
 Séc. XI  
 SÁ, 1906, p. 199; MACHADO, 1965, fig. 199;  
 PEREIRA, 1978, p. 34, n.º 203; KEMNITZ (no  
 prelo)  
 Museu Nacional de Arqueologia. 17068

203.

**Candil. Cerâmica**

Alt. 75 mm; comp. 160 mm; larg. 76 mm  
 Castelo Velho de Alcoutim. Faro  
 Séc. XI

CATARINO (no prelo: Est. XXXIX.1)  
 Depósito Helena Catarino no MNA.  
 CVALC 226

204.

**Candil. Cerâmica**

Alt. 58 mm; comp. 123 mm; larg. 51 mm  
 Silves. Faro  
 Séc. XII-XIII  
 SÁ, 1906, p. 199; KEMNITZ, 1997, p. 58; (no  
 prelo, fig. 24)  
 Museu Nacional de Arqueologia. 17069

205.

**Candil. Cerâmica**

Alt. 70 mm; comp. 135 mm; larg. 49 mm  
 Sé. Faro  
 Séc. XII-XIII  
 PEREIRA, 1978, p. 34, n.º 203; 1981, fig. 7b;  
 KEMNITZ, (no prelo, fig. 23)  
 Museu Nacional de Arqueologia. 16983

206.

**Candil. Cerâmica**

Alt. 70 mm; comp. 175 mm; larg. 74 mm  
 Silves (área urbana). Faro  
 Séc. XII-XIII  
 Museu Municipal de Arqueologia de  
 Silves. Depósito JLC

207.

**Candeia. Cerâmica**

Alt. 57 mm; comp. 108 mm; larg. 74 mm  
 Castelo de Silves. Faro  
 Séc. XIII

Museu Municipal de Arqueologia de  
 Silves. Esc. de RVG. Q8/C2-6

208.

**Candeia de pé alto. Cerâmica**

Alt. 83 mm; comp. 109 mm; larg. 92 mm  
 Castelo de Silves. Faro  
 Séc. XIII  
 Museu Municipal de Arqueologia de  
 Silves. C2-13

209.

**Torre de roca. Osso**

Alt. 98 mm; larg. 26 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
2ª metade do séc. XII-1ª quartel do século  
XIII  
TORRES, 1986b, p. 337, n.º 13.  
Museu de Mértola. OS-TR-01/48

210.

**Torre de roca. Osso**

Alt. 124 mm; larg. 24 mm  
Mértola. Beja  
Séc. XII  
MACIAS, 1996, p. 89  
Museu de Mértola. OS-TR-01/1

211.

**Torre de roca. Osso**

Alt. 115 mm; larg. 24 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Séc. XII  
MACIAS, 1996, p. 89  
Museu de Mértola. OS-TR-01/2

212.

**Torre de roca. Osso**

Alt. 81 mm; larg. 24 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
2ª metade do séc. XII-1ª metade do séc.  
XIII  
Museu de Mértola. OS-Casa II/7)

213.

**Torre de roca decorada. Osso**

Alt. 65 mm; larg. 26 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Finais do séc. XI-1ª metade do séc. XII  
TORRES, 1986 b, p. 337, n.º 14; MACIAS, 1996, p.  
89  
Museu de Mértola. OS-TR-01/46

214.

**Torre de roca. Osso**

Alt. 82 mm; larg. 22 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
2ª metade do séc. XII  
TORRES, 1986 b, p. 337, n.º 16; MACIAS, 1996, p. 89  
Museu de Mértola. OS-TR-01/47

215.

**Torre de roca decorada. Osso**

Alt. 77 mm; larg. 23 mm  
Encosta do Castelo de Mértola. Beja  
Finais do séc. XI-1ª metade do séc. XII  
Museu de Mértola. OS-TR-01/3

216.

**Torre de roca. Osso**

Comp. 124 mm; diâm. 23 mm  
Proveniência desconhecida  
Séc. XII-XIII  
Museu Nacional de Arqueologia. 15602 H

217.

**Torre de roca. Osso**

Alt. 60 mm; larg. 26,5 mm  
Vale do Boto. Castro Marim. Faro  
Séc. XII-XIII  
CATARINO et alii, 1981, p. 21, fig.7; CATARINO,  
1988, Est. XXVIII.1  
Depósito de Helena Catarino no MNA.

218.

**Cossoiros. Osso**

Diâm. > 27 mm; diâm. < 16 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Finais do séc. XI-1ª quartel do séc. XIII  
Museu de Mértola. OS-Cos. 3

219.

**Cossoiro. Osso**

Diâm. 25 mm  
Proveniência desconhecida  
Séc. XII-XIII  
Museu Nacional de Arqueologia. 15060

220.

**Tear de tabuinha. Osso**

Alt. 61 mm; larg. 35 mm  
Proveniência desconhecida  
Séc. XII-XIII  
Museu Nacional de Arqueologia. 15059



209 > 217



221.

**Disco. Osso**

Diâm. 28 mm

Proveniência desconhecida

Séc. XII-XIII

Museu Nacional de Arqueologia. 15061

222.

**Espicha de roca. Osso**

Alt. 50 mm; larg. 11 mm

Proveniência desconhecida

Séc. XII-XIII

Museu Nacional de Arqueologia. 15058

223.

**Fusos. Liga de metal**

Comp. &gt; 143 mm; diâm. &lt; 5 mm

Silves. Faro

Séc. XII-XIII

VASCONCELOS, 1915, p. 193; MACHADO, 1965, p. 285

Museu Nacional de Arqueologia.

983.1021.1 a 3, 15079 A a D, 17032

224.

**Fuso. Bronze**

Comp. 170 mm; diâm. 5 mm

Vale do Boto. Castro Marim. Faro

Séc. XII-XIII

CATARINO, 1988, Est. XXVIII.1

Depósito de Helena Catarino no MNA.

225.

**Dedal. Liga de metal**

Comp. 43 mm; diâm. 24 mm

Silves. Faro

Séc. XII-XIII

MACHADO, 1965, p. 285, fig. 199

Museu Nacional de Arqueologia. 17031

226.

**Dedal. Liga de metal**

Alt. 45 mm; diâm. 20 mm

Proveniência desconhecida

Séc. XII-XIII

MACHADO, 1965, p. 285, fig. 199; PEREIRA, 1978, p. 34, n.º 284

Museu Nacional de Arqueologia. 17099

227.

**Dedal. Bronze**

Alt. 35 mm; diâm. 19 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Finais do séc. XI-1ª metade do séc. XII

MACIAS, 1996, p. 90

Museu de Mértola. BR/ded/9

228.

**Dedal. Bronze**

Alt. 29 mm; diâm. 19 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII

Museu de Mértola. BR/ded/7

229.

**Dedal. Bronze**

Alt. 23 mm; diâm. 46 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII-XIII

MACIAS, 1996, p. 90

Museu de Mértola. BR/ded/10

230.

**Dedal. Bronze**

Alt. 35 mm; diâm. 19 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII-XIII

MACIAS, 1996, p. 90

Museu de Mértola. BR/ded.



231.

**Tambor. Cerâmica**

Alt. 216 mm; diâm. 140 mm

Castelo Velho de Alcoutim, Faro

Séc. X-XI

CATARINO (no prelo: Est. XL.1

Depósito Helena Catarino no MNA.

CVALC 284

232.

**Tambor. Cerâmica**

Alt. 218 mm; diâm. 130 mm

Castelo de Silves, Faro

Séc. VIII

Constituído por corpo cilíndrico e campânula de forma troncocónica. O bordo da campânula é introvertido e seria tapado com uma pele. Peça rara nos contextos islâmicos peninsulares encontra paralelo, mais tardio, em Múrcia, classificado na primeira metade do século XIII. Existem, no entanto, exemplares similares no Médio Oriente, nomeadamente em Susa, atribuídos aos séculos VIII-IX. Pensamos que a peça de Silves, devido ao tipo de pasta e, em particular à decoração empregue, mostra influências norte-africanas. Os dois motivos que constituem as quatro bandas pintadas são, aliás, similares a outros representados no fundo de taças e no exterior de púcaros recuperados na mesma camada arqueológica ou no primeiro nível de ocupação islâmica do pátio anexo ao poço-cisterna, deixando pressupor, quiçá, uma mesma oficina onde aquela temática fosse recorrente. É procedente de estrato arqueológico datado por 14C entre 670-890 cal.D.C. (Ly-4167) e 687-788 cal.D.C. (ICEN-569).

GOMES, 1995, p. 27 e 30

Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Q3/C8

895

233.

**Instrumento de sopro para comunicação à distância. Búzio**

190 x 115 mm

Alcáçova do Castelo de Palmela, Setúbal

Séc. VIII-IX

Museu Municipal de Palmela, Cast. Palm.

154



232

234.

**Dados. Osso**

Lado > 10mm; lado < 7 mm

Encosta e Alcáçova do Castelo de Mértola, Beja

Finais do séc. XI-1ª metade do séc. XII

MACIAS, 1996, p. 102

Museu de Mértola, OS/Vários 11



234



235.

**Tabuleiro de jogo. Xisto**

310 x 260 x 28 mm

Castelo Velho de Alcoutim. Faro  
Séc. X-XI

Jogo ric-rac também chamado cric-crac e jogo do moinho. Formado por três quadrados concêntricos e traços transversais, formando 24 pontos de intersecção. Dois jogadores providos de nove peças de jogo colocam peças alternadas nos pontos de intersecção. O objectivo final será colocar três peças seguidas em linha.

CATARINO (in prelo): Est. CXCVII.2

Depósito Helena Catarino no MNA.

CVALC 10

HC

236.

**Tabuleiro de jogo com as respectivas pedras. Xisto**

215 x 203 x 26 mm.

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Séc. XII-XIII

MACIAS, 1996, p. 92

Museu de Mértola

237.

**Tabuleiro de jogo com as respectivas pedras. Xisto**

160 x 115 x 19 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Séc. XII-XIII

Museu de Mértola



238.

**Tabuleiro de jogo com as respectivas pedras. Xisto**

175 x 132 x 30 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Séc. XII-XIII

Museu de Mértola

239.

**Pente. Marfim**

Alt. 59 mm; larg. 53 mm

Silves. Área urbana. Faro  
Séc. XIIIMuseu Municipal de Arqueologia de  
Silves. Depósito J. Rosendo, Silv. 4

240.

**Tinteiro. Cerâmica**

Alt. 38 mm; diâm. 48 mm

Arrochela, Silves. Faro  
Séc. XIIIMuseu Municipal de Arqueologia de  
Silves. Escv. RVG. Q1/E3/C1-23

241.

**Peça de uso doméstico. Função desconhecida. Osso**

Alt. 87 mm; diâm. 16 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Séc. XII

Museu de Mértola. OS-TR-02/45

242.

**Instrumento musical (?). Osso**

Alt. 117 mm; larg. 26 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Finais do séc. XI-1ª metade do séc. XII

Fragmento de instrumento musical que foi pintado e revestido parcialmente a folha de ouro. A parte principal encontra-se profusamente decorada enquanto que a parte posterior não apresenta quaisquer vestígios de decoração.

MACIAS, 1996, p. 91

Museu de Mértola. OS-vários 4/59  
UR

242 241

243.

**Instrumento musical (?). Osso**

116x58 mm

Alcáçova do Castelo de Palmela. Setúbal  
2ª metade do séc. X-inícios do séc. XI  
Museu Municipal de Palmela. Cast. Palm.  
123





# A Moeda no Gharb al-Ândalus



s Muçulmanos, com a entrada na Península Hispânica em 711 da era cristã – no ano 92, contado a partir da Hégira —, vencida a força visigoda que se lhes opôs e verificadas as possibilidades de rápida conquista e de instalação, começaram logo a emitir moeda de ouro, em séries de transição para a sua espécie própria, a ser assimilada com tempo pela população. Todavia, em vez de adaptarem essas séries ao mais que centenário triente visigodo, lançaram emissões de característica latina/bizantina — tal como vinham praticando no Norte de África — semelhantes ao universal “solidus”, de fábrica grossa e pequeno módulo, que o Imperador Heraclius tinha batido em Cartago cerca de cem anos antes.

As legendas destas primeiras moedas têm palavras latinas abreviadas, mas são de teor islâmico. Na orla do anverso está INNDINNSDSSLSNDSA — ou seja, IN Nomine Domini NoN DeuS NiSi DeuS SoLuS Non DeuS Alius —, com uma estrela no campo, caracterizando, aqui, estas emissões peninsulares. Na orla do reverso está HSLDFR-TINSPANNXCIII — Hic SoLiDus FeRiTus IN SPaNia ANNo XCIII —, com INDCX — INDiCtione X — no campo<sup>1</sup>. São conhecidas espécies datadas dos anos XI e XII da indicção, e também outra série sem essa datação no campo — substituída pela palavra SIMILIS, continuação da legenda do anverso —, agora com meios soldos e terços de soldo, como divisores.

Do ano 98 (716/7 JC) aparecem os soldos, ainda de transição, com escrita latina numa das faces mas já com escrita árabe na outra. Assim, rodeando a estrela característica, está FERITOSSOLIINSPANANXC — FERITOS SOLIDus IN SPANia ANno XCVIII —



no geral com a data defectiva, XC, por não caber totalmente na orla, e na outra face, em árabe, no campo "Maomé é o mensageiro de Allāh", e na orla "foi batido este dinar no Āndalus no ano noventa e oito". De notar que esta moeda é o primeiro documento escrito onde aparece a palavra árabe "al-Āndalus", com o significado de Hispânia bem evidente<sup>2</sup> (Fig. 1).

As primeiras moedas de cobre do Āndalus terão sido, presumivelmente, emitidas entre os anos 98 e 100 H. São em disco largo e espesso, com escrita árabe e numa das faces a estrela comum às moedas de ouro. Dizem na orla "Não há deus senão Allāh, Maomé é o enviado de Allāh" e, na face oposta, "Em nome de Allāh foi batido este fals" — que continua no campo com — "no Āndalus". "Fals" é, em árabe, o singular de moeda de cobre, com o plural "fulūs".

Datadas do ano 102 H (720/1 JC) aparecem as moedas de ouro da Península já com todas as legendas em escrita árabe, num estilo que tinha sido definido em 77 H. O novo dinar tem, como submúltiplos, o meio e o terço.

Finalmente, a moeda de prata, ou dirham, do Āndalus, só é conhecida a partir do ano 104 H, no estilo determinado para o Islão, e, embora não referenciada em todos os anos seguintes, é de presumir que em todos tenha existido.

Datados de 108 e 110 H emitiram-se "fulūs", menos vulgares mas bem característicos, tendo legendas marginais com a data e a menção do Āndalus enquadrando a legenda religiosa. A moeda do ano 110 tem, entre as duas linhas da legenda central do anverso, um desenho figurativo de difícil interpretação, que tem sido explicado como cópia da espiga de trigo que aparece em algumas moedas hispano-romanas, ou como uma "espécie de tripode".

Pode aceitar-se que, após a emissão de todas estas espécies bem definidas, terá sido decidido o fabrico de uma moeda de cobre mais simples, hoje considerada a mais comum, pelo aparecimento frequente. É também de razoável espessura, com dimensões variáveis, entre os 20 e os 10 mm de diâmetro, sem data ou local da cunhagem, tendo numa das faces, em duas linhas, a legenda "Não há deus senão Allāh" e na outra, também em duas linhas, "Maomé é o enviado de Allāh", sem outro enquadramento. Nela, o corte das palavras, de uma linha para a outra, de uma forma não usual, é típico do Ocidente, pois aparece tanto nas anteriores moedas de cobre como nas de ouro, e também nas do Norte de África (Fig. 2).

A ordenação cronológica destas e de outras moedas de cobre, do período de 46 anos a cargo dos governadores do Āndalus, não foi até hoje procurada. Todavia, a espécie com estrela central numa das faces deverá ser a primeira emissão em cobre, pelo presumível significado da estrela, indicador de moeda de transição, e por não conhecermos alguma com caracteres latinos. Depois, a atribuição que fazemos, da moeda de cobre mais comum, a um período posterior ao ano 110 H, baseia-se no frequente aparecimento de exemplares recunhados sobre aquele primeiro tipo com estrela central e sobre algumas espécies do ano 108. Assim, as moedas recunhadas, que se presume terem sido desta forma utilizadas para o rápido aproveitamento de exemplares retirados, têm grande interesse na ordenação das emissões.

Outras moedas de cobre, porventura com origem regional, criadas com características semelhantes às das espécies citadas e com legendas religiosas pouco diferenciadas, aparecem em Portugal a sul do rio Tejo e têm sido objecto de publicação ocasional, afim de chamar para elas a atenção<sup>3</sup>. É o caso do "fals" com a menção, numa das faces, "Pagamento no caminho de Allāh", e na outra "Não há deus senão Allāh", igual à existente na moeda mais comum. Esta espécie, menos vulgar, era quase desconhecida fora do País em 1956, quando foi referida num catálogo do Museu Britânico, com a hipótese de ter sido





batida no Norte de África para pagamento aos invasores da Península, atendendo ao espírito da legenda. A moeda é achada com relativa frequência na região de Évora/Beja/Barrancos, onde algumas estão em museus e em colecções particulares. Aparece também recunhada sobre quase todas as outras séries, em regra com as legendas parcialmente visíveis, ou só visível a de uma das faces, e, como o lado oposto tem a mesma inscrição existente na espécie muito comum, com a recunhagem parcial aparecem exemplares com esta legenda nas duas faces, fazendo crer tratar-se de um tipo anómalo, de legendas iguais. Aquela controversa moeda não se afigura, assim, ligada à entrada dos Muçulmanos na Península<sup>4</sup>.

Três outras espécies de moeda de cobre, de possível época mais tardia, sem menção do *Ándalus*, são encontradas a sul do rio Tejo. Têm um diâmetro bastante menor do que as anteriores, por vezes inferior a um centímetro, e são menos espessas. Nas legendas, o reverso tem sempre "Maomé é o enviado de Allāh", mas o anverso, também em duas linhas, ou diz "Em nome de Allāh, o Poder é para Allāh", ou só "Em nome de Allāh", com uma pequenina estrela, de desenho diferente da das primitivas séries, entre as letras de Allāh. A restante diz "Para Allāh, não há deus senão Allāh", com um pentalfa com espiga por baixo, a meio da segunda linha. Poderão ser emissões regionais, pois o seu aparecimento é raro no resto da Península. Ao contrário, outras moedas conhecidas como batidas no *Ándalus*, referindo ou não o local da cunhagem, faltam em colecções portuguesas e não há menção do seu achado no País.

Todas as espécies de ouro e de prata do *Ándalus*, batidas durante a vigência dos governadores omíadas, são escassas. Dos soldos primitivos, dos bilingues e do dinar do ano 102, conhecem-se apenas quatro exemplares de cada em Portugal, e o terço de dinar deste ano é único aqui. Dos outros anos, e também quanto às moedas de prata, não é referenciado exemplar algum no nosso País.

Em 132 H (750 d.C.), por uma das mais sangrentas revoluções, a dinastia dos Omíadas do Oriente, com a capital em Damasco, é substituída pela dinastia dos Abácidas, que mudará a capital para a moderna Bagdad. Do morticínio da família reinante foram raros os que escaparam. Um neto do califa, fugido durante alguns anos, conseguiu alcançar o Magreb com um servidor fiel, o qual, a partir de 754, foi o intermediário entre o jovem príncipe e os descontentes do *Ándalus*. No ano seguinte cruzou o Estreito e entrou na Península, onde os seus adeptos aumentaram, até que, em 15 de Maio de 756 (138 H), em batalha às portas de Córdova, o enérgico e audacioso omíada 'Abd al-Rahmān, o Imigrado, conseguiu sentar-se no trono do distante al-*Ándalus*, como emir independente, e iniciar uma nova dinastia que durará quase trezentos anos.

Durante o período que designamos por Emirado Independente, ou de Córdova, não foi batida moeda de ouro, uma prerrogativa do califa que os Omíadas do Ocidente não ousaram quebrar. Presumivelmente haverá, de início, algumas espécies em cobre no seguimento da moeda dos Governadores.

Por exemplares existentes, sabemos que a moeda de prata foi logo emitida, semelhante às anteriores, sendo as primeiras datas bastante escassas. Em 229 H (843/4 d.C.), com 'Abd al-Rahmān II, a "sikkah", ou casa da moeda, foi reformada. Os dirhames passaram, então, a ter orlas maiores, com as legendas mais perfeitas, quando na década anterior a gravura era de tal forma defeituosa que essas moedas são hoje consideradas as de mais difícil leitura em todo o Islão.

É de aceitar que, por esta época, ou pouco depois, as novas moedas começaram a ser cerceadas pela população, e igualadas, assim, à simples vista, às anteriores. Esta prática, naturalmente, defraudava os recebedores desses dirhames e sobretudo o emir, que deveria receber os impostos na moeda que colocava em circulação, com o peso legal. Pelo





que os achados indiciam, os cortes da orla estenderam-se também aos dirhames antigos, mas, no início da década de 40, o recém investido emir Muhammad I terá determinado o seu curso pelo peso e não por contagem, como até então. Essa medida terá parado o cerceio ilegal, mas não terá acabado com a prática de cortar as moedas de prata (fig. 3). Como estas passaram a ser entregues mediante pesagem, a determinação conduzia também à fragmentação, embora sem fins fraudulentos, para a obtenção de pesos certos, correspondentes aos valores a pagar. Isto é confirmado ainda pelos achados, que mostram os recortes inseridos em fendas abertas noutras moedas, para não se perderem. De notar que a maioria dos tesouros com moeda fragmentada provém tanto do sul da Península como da região ocidental, a qual, pelo ano 250, para baixo do rio Tejo, com o que é hoje o Alentejo e Algarve, e as cidades de Santarém, Mérida, Badajoz, Sevilha e Niebla, com toda a região até ao mar, encontrava-se numa situação de independência do poder central, de onde o emir não conseguia receber impostos<sup>5</sup>.

Um tesouro com 286 moedas do Emirado foi achado há uma dezena de anos no distrito de Viseu. Não consta que contivesse fragmentos, mas treze moedas têm apêndices. O conjunto cobre o período que vai de 153 H ao ano 257 apenas, o que poderá explicar a ausência de recortes soltos nessa área próxima do vale do Douro, então fronteira com os cristãos, onde hoje não é vulgar o aparecimento destas espécies. É por vezes referida a dificuldade em encontrarem-se duas moedas da época muçulmana batidas com os mesmos cunhos<sup>6</sup>. Todavia, neste tesouro foi possível notar 18 pares de moedas, quer batidas com os mesmos cunhos quer com um mesmo cunho de anverso ou de reverso, e até três moedas saídas de um mesmo par de cunhos. Assim, afigura-se que, na área do achado, o dirham não teria na época grande uso e dispersão. Foram também comparadas algumas dessas moedas com as de outros achados ou colecções, registando-se mais 25 pares, cada um com uma moeda de Viseu e outra estranha ao tesouro. Destas, encontrou-se uma igual às três com origem nos mesmos cunhos. Tudo isto aponta para possíveis perspectivas de cálculo, com alguma base, do número de cunhos utilizado no fabrico da moeda em alguns anos e de um possível estabelecimento de parâmetros para uma apreciação menos vaga dos limites destas emissões.

Outro tesouro de dirhames e fragmentos do Emirado, com o peso de 147,54 g após limpeza, foi encontrado, cerca de 1996, na região de Castro Marim, num pequeno mealheiro em barro. Este conjunto é constituído por fragmentos e 32 moedas inteiras, que se identificam bem, das quais 12 normais, 13 cerceadas, 5 com fendas e 2 com apêndices, todas com o peso de 71,91 g. A mais antiga é do ano 162 H e a mais recente de 266. Dos fragmentos, há 20 em que se lê a data, num deles o ano 271, e pesam 20,90 g. Os restantes, sem identificação precisa, por não se ler a data, são 135, alguns com apêndices agarrados, com o peso de 54,73 g. Assim, o peso da parte fragmentada ultrapassa o das moedas inteiras.

Em tesouros escondidos próximo do ano 270, a quantidade de fragmentos é relativamente elevada. Se a população não era muito prejudicada com o fraccionamento das moedas, por poder assim usar, sem recorrer ao cambista, valores inferiores ao dirham, o emir já teria um prejuízo grande.

As espécies existentes indicam que, a partir de 273 H, com al-Mundhir, ou já antes, o fabrico é reduzido e, desde 275, com 'Abdullâh, a sua cunhagem é cada vez menor, até que, cerca de 280, este emir terá deixado de emitir moeda. Contudo, com características semelhantes a diversas emissões de *fulûs* datados de 268 H, aparecem outros não datados, com nomes não identificados, e que são normalmente atribuídos a cunhagens de alguns rebeldes ao poder central na última terça parte deste século terceiro da Hégira.

Em 300 H (912 d.C.) morre 'Abdullāh, com o reino em situação difícil. Indicou como sucessor o neto, 'Abd al-Rahmān III. Este príncipe, de 23 anos, inteligente, metódico, generoso, determinado e ambicioso, virá a ser o melhor governante que o Āndalus teve, e de que então necessitava. Colocou em todos os postos da governação as pessoas mais competentes e da sua confiança, e em poucos anos reintegrou na alçada directa da sua autoridade quase todos os territórios que se tinham rebelado. Do que é hoje Portugal, Santarém é tomada logo em 304 (916 d.C.), na sequência de Mérida. Em 316 designa novo governador para Alcácer do Sal e no ano seguinte Beja e Mértola rendem-se. Ainda neste ano (929 d.C.), coloca todo o Algarve, rebelado com Bakr ben Yahyā há mais de 60 anos, sob a autoridade do governo central, mas recebe tantos elogios do governo de Khalaf, neto de Bakr, que o deixa ficar no seu posto, sujeito ao pagamento de tributo.

Todavia, até ao ano 928 d.C. 'Abd al-Rahmān III continua a não cunhar moeda, com a possível excepção de algumas espécies em cobre, que aparecem datadas de 303 e 306 H. Nos finais de 316 H (início de 929), o emir escreveu a todos os seus governadores informando-os de que tinha adoptado os títulos supremos de califa e de príncipe dos crentes e acrescentado ao seu nome o título honorífico de "al-Nāṣir li-dīn Allāh" – o vitorioso pela religião de Allāh –, e que todo aquele que se arrogasse o título de califa o fazia indevidamente, pois os herdeiros legítimos do califado não eram os Abácidas, nem tão pouco os soberanos Fatímidas, mas sim ele, descendente dos antigos califas de Damasco, que transferiram o seu poder para o Āndalus. Ainda nesse ano de 316 aparecem os primeiros dirhames de 'Abd al-Rahmān III, com as legendas alteradas em relação aos anteriores, pois já trazem tanto o nome como os títulos do novo califa. Do ano seguinte, 317 H, conhece-se a primeira moeda de ouro batida pelos Omíadas do Ocidente. É de presumir que, durante o Califado, estas moedas tenham sido emitidas todos os anos, pois são poucas as datas não conhecidas.

Até ao ano de 392 (1002 d.C.), quando morre o grande ministro e general do califa Hishām II, Muḥammad ibn abī-'Āmir, mais conhecido por Almançor, e mesmo até 399 (1008 d.C.), em que faleceu o seu filho, 'Abd al-Malik, sucessor nos cargos, a fronteira mantém-se acima do Douro. Mas, com a luta que se seguiu no Āndalus pelo poder (*fitna*), os cristãos voltaram à posse daquelas terras e, em 422 H (1031 d.C.), o próprio califado dos Omíadas findou a sua existência.

Em anos recentes foram analisados quanto ao teor de metal precioso, por métodos não destrutivos, no nosso País e no estrangeiro, cerca de duas centenas de dirhames deste período, com datas até ao ano de 405. Os resultados diferem um pouco, por serem também diferentes os métodos usados, e ainda por, num deles, a análise ser apenas à superfície, e no outro em toda a moeda. Na generalidade, as emissões mantiveram-se estáveis, mesmo durante a *fitna*, tendo as moedas cerca de 80% de prata, excepto algumas batidas em 403, que mostraram conter apenas cerca de 33% de metal precioso<sup>7</sup>.

Os pesos dos dinares variam, em regra, entre três e quatro gramas, ou um pouco mais, e nos dirhames entre duas e quatro gramas, mas aparecem alguns bastante superiores, o que prova ter a moeda continuado a circular pelo seu peso, como nos últimos tempos do Emirado. Igual prova é o facto de os achados de dirhames do Califado terem quase(?) sempre moeda fragmentada. Destes, o maior que se conhece em território português é dos finais do século passado, com um peso de cerca de dez quilos, estando na posse de um coleccionador todos os fragmentos, entre cinco e seis quilos, e mais de uma centena de moedas inteiras. Pelas legendas e datas encontradas, o seu enterramento terá ocorrido no ano de 397 H, ou pouco depois. De notar, também, que é raríssimo encontrar uma moeda do Emirado, ou um seu fragmento, em achados do Califado. Neste, apenas foi notado um fragmento das emissões mais tardias daquele período.



Também em Alfândão, próximo de Ferreira do Alentejo, ocorreu, há cerca de uns 30 anos, o achado de um tesouro de dirhames do Califado, com mais de um milhar de moedas, logo disperso por todo o País. O autor conseguiu adquirir quase uma centena de exemplares inteiros e, após conhecimento da sua proveniência, numa visita ao local obteve bastantes fragmentos, que não tinham despertado interesse. Entre estes pedacinhos de moedas havia alguns do califado fatímida, mas nenhum de dirhames do Emirado do *Ándalus*. Assim, os cerca de 36 anos sem cunhagens, até 316 H, terão feito desaparecer toda a moeda anterior. O Museu de Beja possui também uma quantidade razoável de dirhames de Alfândão.

A colecção de Justino Cúmano, formada em Faro entre os anos de 1840 e 1884, continha mais de 300 moedas muçulmanas, uma parte com a indicação de encontrada no Algarve e a outra, presumivelmente, do Alentejo. No conjunto, há uma rara fracção de dinar do último califa Omíada, Hishâm III, cerca de duas dezenas de moedas de ouro e de prata de príncipes Hamúidas, que reinaram como califas nos finais deste período e foram reis de taifas (pequenos reinos) do período seguinte, e ainda duas pequenas moedas de ouro de um desconhecido Muafaq (Muwaffaq), que terá governado na região de Elvas, na que se presume ter sido a única taifa, dentro do actual Portugal, neste Período de Taifas que se seguiu ao Califado<sup>8</sup>.

Deste período, o único dirham de Muafaq<sup>9</sup>, de que temos notícia no País, está datado de (43)5 e veio da região de Elvas. Outras moedas aqui encontradas, dinares e fracções, são das taifas de Badajoz e de Sevilha — as quais incluíam o território a Ocidente, até ao Mondego —, mais frequentes as últimas. Estas moedas dos Abáidas são as únicas em ouro que conhecemos também sujeitas à prática da fragmentação, por corte e por quebra, o que nos é revelado pelos achados ocorridos ao Sul de Beja e na Lapa do Fumo. Desta taifa, os escassos dirhames que aparecem aparentam ser totalmente em cobre.

Entre 1055 e 1064, o rei Fernando o Magno colocou definitivamente em mãos cristãs o território a norte do vale do Mondego. O seu filho Afonso VI entrou em Toledo em 1085, deslocando a fronteira para o vale do Tejo. O avanço cristão obrigou, então, as já poucas taifas do sul da Península a um pedido de auxílio, à nova dinastia berbere dos Almorávidas. Na sua vinda ao *Ándalus*, estes venceram Afonso VI na batalha de Zalaca, no ano de 1086 (479 H), mas, regressando logo ao Magreb, continuaram os cristãos nas posições que detinham. Aos novos pedidos de auxílio, numa segunda vinda à Península, em 1088 (481 H), o emir Yūsuf ben Tāshfin constatou, tanto a impossibilidade de os reis das Taifas manterem os seus reinos, pelas frequentes lutas entre si, como os anseios da população por uma paz duradoura. Assim, em 483 Yūsuf voltou ao *Ándalus*, e logo destronou os reis de Granada e de Málaga, fixando-lhes residência em África, e deixou aos seus generais a conquista dos reinos de Sevilha, Badajoz e Almeria, e depois da região de Múrcia até Valência, onde entraram em 1102 (495 H). Lisboa e Santarém foram também ocupadas pelos Almorávidas, que passaram a ser os novos opositores aos cristãos da Península.

A sua moeda, de bom fabrico, mostra-se essencialmente constituída por dinares (os famosos morabitanos) e por pequenas moedas de prata (quirates, em grande parte com cerca de um grama de peso, meios quirates, quartos, oitavos, e ainda, raramente, metade destes), que poderão ter sido, inicialmente, uma resposta à fragmentação das anteriores espécies. Hazard localizou 1561 morabitanos em 1952, e hoje poderão ser conhecidos de 2500 a 3000<sup>10</sup>. Para os quirates e suas fracções, Hazard referiu a existência de 926 exemplares, quando nas colecções de Portugal os poucos existentes contavam-se pelos dedos das mãos.



Mas em 1954, num achado ao sul de Beja, logo disperso, estas moedas apareceram em quantidade. Foi possível identificar, uma dezena de anos mais tarde, 351 quirates e fracções (9 de 'Alī ben Yūsuf, 109 de 'Alī com o herdeiro Sīr, 163 de 'Alī com o herdeiro Tāshfīn, 18 de Tāshfīn, 19 deste com o herdeiro Ibrāhīm, 27 de Ishāq, o último emir da dinastia, e 6 de emissões posteriores). Registaram-se ainda 113 quirates do segundo período de Taifas, que se seguiu aos Almorávidas (entre eles, 3 de Ibn Qasī, com menção de Mértola, e 13 de Ibn Wazīr, um deles citando Silves). Não foram achadas moedas fragmentadas.

Também em 1956, o arqueólogo Eduardo Serrão encontrou no chão de uma gruta, a Lapa do Fumo, próxima do Cabo Espichel, 77 quirates, sendo 6 dos Almorávidas e 71 das taifas seguintes, alguns dos quais foram lidos, pela primeira vez, os nomes de Silves e de Beja, indicando oficinas monetárias<sup>11</sup>. Acharam-se depois, em escavações no mesmo local, pequenos núcleos metálicos que revelaram vários quirates inteiros e para cima de uma centena de espécies fragmentadas, no geral dos Almorávidas, mas também da época do califado e de um dinar dos Abáidas.

Em 1991/92, em trabalhos arqueológicos nos claustros da Sé de Lisboa, foi descoberto outro tesouro, de significado numismático tão importante como o do achado anterior e com a inclusão de algumas peças de ourivesaria. Terá sido escondido em 1147, ao tempo da conquista da cidade pelo nosso primeiro rei. Na parte monetária verificou-se, até agora, conter: a) alguns dirhames, muito polidos e com orifícios, do período do califado a partir de 330H (942 d.C.), e algumas centenas de fragmentos que se admitem da mesma época, na maioria sem uma única letra; b) bastantes tipos desconhecidos de quirates e fracções, tanto do emir dos Almorávidas que destronou os últimos reis das primeiras taifas, como do filho, 'Alī ben Yūsuf; c) vários tipos de quirates já publicados, mas tidos como muito escassos, quase todos do módulo maior, os quais, embora em grande parte fragmentados, permitirão analisar a sua liga e confirmar, ou não, o baixo teor de prata encontrado num estudo efectuado em 1988<sup>12</sup>; d) a notável quantidade de 67 moedas e fracções, muitas de tipos não conhecidos, dos carismáticos governantes da época no território sul do actual Portugal, Ahmad ibn Qasī e Sidrāy ibn Wazīr, na maioria batidas nas oficinas de Beja e de Silves, algumas de interpretação controversa<sup>13</sup> (Fig. 4).

Neste tesouro achado no subsolo dos claustros da Sé, o que mais impressiona é a enorme quantidade dos fragmentos em relação ao número de moedas inteiras, mesmo nas espécies mais próximas da data da ocultação, e, em especial, de fracções menores (o vulgar quarto de quirate só pesa, em média, 25 centigramas, o oitavo, aqui, já não se mostra escasso, e ainda existia o 1/16 do quirate), que pareceria não precisarem de ser cortadas para servirem a um qualquer pagamento.

Quando o conjunto monetário da Lapa do Fumo foi analisado, não se procurou associar o corte dos quirates, desconhecido antes, ao corte dos dirhames dos períodos do Emirado e do Califado. Questionou-se, sim, a finalidade de recortes tão pequenos, o porquê de quatro enterramentos de tão reduzidas quantidades de moedas e fragmentos num espaço de dez metros quadrados, o número de pessoas que, ali, estariam envolvidas, porque razão um dos pequenos blocos continha um disco em branco igual ao do oitavo de quirate, e, ainda, se teria existido, relativamente próxima, alguma casa da moeda a funcionar, se os pequenos fragmentos seriam subtraídos dessa hipotética oficina, se serviriam ao fabrico de moeda falsa ou adulterada, e porque não era encontrado algum instrumento para essa prática. Estas conjecturas, então apresentadas<sup>14</sup>, por não terem explicação satisfatória foram causa de sucessivos adiamentos na publicação da restante parte dos achados da Lapa do Fumo. Hoje, quando se observam todos os tesouros que incluem fragmentos,



ao longo dos trezentos anos em que esse uso se manteve, a explicação é dada pelas próprias moedas e é bastante simples.

O achado da Sé de Lisboa, em vez da centena dos recortes encontrados na Lapa do Fumo, tem muito mais de um milhar de fragmentos, e também dezenas de pequenos discos em branco ou só com parte da legenda a aflorar a orla, numa percentagem que sempre terá ocorrido, produzida por cunhos descentrados. Essas espécies anormais não seriam retiradas então, só interessando fiscalizar o título do metal precioso, e nem sequer verificar os desvios do peso de uma qualquer espécie, que acabaria por ser cortada, durante o uso normal, em pequenas fracções, que poderiam ficar, ou não, com legenda.

Afinal, a solução encontrada para o cerceio das moedas que ocorreu durante o Emirado, acabou por resolver também o problema dos pequenos pagamentos com a espécie única em prata, o dirham, trocado com frequência nos cambistas, com lucro excessivo, por moedas de cobre sem valor oficial fixo e de relutante aceitação. O valor da prata, durante todo aquele período de tempo, foi sempre tão elevado para a maior parte da população, que um fragmento diminuto, mesmo com o peso de cinco centigramas (encontraram-se fragmentos com metade desse peso), era suficiente para alguns pagamentos do dia a dia, e de melhor aceitação para os próprios vendedores do que as moedas de cobre.

A moeda dos Almóadas — que substituíram os Almorávidas na posse do *Ándalus* e com quem os nossos primeiros reis muito batalharam —, foi inovadora. No ouro, após uma tentativa, logo abandonada, de adaptação ao morabitino anterior, foram batidos, com um teor muito elevado, três valores, o dinar, mais leve que o anterior, o meio dinar e o duplo dinar, que se distinguem facilmente por terem um quadrado inscrito, a tocar as orlas. O último, apelidado de “dupla” ou “dobra”, apareceu mais tarde, e serviu de tipo a algumas espécies batidas pelos reis cristãos da Península, como já acontecera com o “morabitino”. São raros os achados destas moedas em Portugal. Em prata, o quirate foi substituído pelo dirham quadrado, pesando 1,5 g. Em todo o Ocidente, esta terá sido a espécie batida em maior quantidade pelos muçulmanos e a mais falsificada pelos cristãos (Fig. 5). No primeiro reinado, o de *‘Abd al-Mū’min*, teve um divisor, o dirham “múmini”, com metade do peso. Apesar de já termos visto raras metades do dirham quadrado, por quebra e não por corte, não temos prova de que, aqui no *Gharb*, a anterior fragmentação da moeda os tenha atingido. Em Silves, onde um tesouro de mais de três mil dirhames quadrados, foi achado há umas dezenas de anos e espalhado pela população, só vimos, há pouco, moedas inteiras, e no Museu estão uns 40 exemplares que, apesar de quebras, não indiciam a antiga prática.

Ao tempo em que a moeda de prata dos Almóadas entrou em franca circulação, a do Reino de Portugal, o *dinheiro*, também já circulava, porventura aproveitando, para o título e a talha mais convenientes, a experiência da fragmentação das espécies no *Ándalus*. De facto, essa moeda de bolhão tem, em prata pura, o mesmo valor das moedas almorávidas com pesos entre o quarto e o oitavo de quirate.

Todavia, na nascente sociedade portuguesa, essas primeiras moedas também foram fragmentadas pela população, mas apenas pelo meio. O valor *dinheiro* ainda era elevado para alguns pequenos pagamentos, e seriam bastantes os que poderiam ser satisfeitos pela adição dessa fracção não oficial, a *mealha*, pois os achados que ocorreram, há uns quarenta anos em Santarém e há menos de uma dezena na região de Palmela, são prova disso. Grande parte dos *dinheiros* que neles se encontraram estava cortada a meio, verificando-se, em Palmela, que os cortes se iniciaram logo com as espécies de D. Afonso Henriques (Fig. 6) e, nas duas localidades, que continuaram até ao tempo de D. Sancho II, com bastante frequência<sup>15</sup>, muito embora tivesse também havido uma diminuição





gradual do conteúdo de prata, atingindo valores muito baixos nesse último reinado<sup>16</sup>. D. Afonso III teve de proceder a reformas na sua moeda, sendo fixado o respectivo teor de metal precioso. Dos *dinheiros* deste rei até aos de D. Fernando I, o achado da Gramacha, com mais de um milhar dessas moedas, não apresentou uma única cortada<sup>17</sup>.

- <sup>1</sup> O ano X da indição (período de 15 anos) grega corresponde a parte dos anos 93/94 da Hégira, bem como ao ano 712 da era cristã; algumas letras das legendas destas moedas estão figuradas pelo alfabeto grego ou invertidas.
- <sup>2</sup> WALKER, 1956: 74-80.
- <sup>3</sup> MARENHO, 1970: 277-294.
- <sup>4</sup> MARENHO, 1989-90: 59-78. Ver também o estudo mencionado na nota (2), *lovo*, *lira* e 227.
- <sup>5</sup> MARENHO, 1983: 347-374, e MILES, 1960: 219-230. Este autor procurou explicar a inserção dos fragmentos de alhama nos outros dirhams por razões meteorológicas, admitindo que as moedas circulavam por contagem e não a peso. Achou ainda que a prática estaria ligada a Silves, capital da província de Ósômbra, ao tempo semi-independente do Emirado e governado por Bakr ibn Yahya, com administração financeira própria, o que disse ser sugestivo.
- <sup>6</sup> CODEIRA, 1892: 442-449. Referindo-se às 509 moedas do tesouro, diz: "Bastante vez se encuentran dos monedas árabes españolas que puedan considerarse de un mismo cunho; en este tesoro resultan iguales dos del año 246, y otras dos del 255." Meio século passado sobre esta afirmação, foi escrito em Miles, 1960: 36: "... It proved out that it was a very rare occurrence to find two dirhams struck from the same set of dies, and this has been my experience too, ..."
- <sup>7</sup> PELLICER-LIBRI, 1986: 181-196, CARRAL e SAENZ-DÍEZ, 1986: 197-206, MARINHO e CARRAL, 1988: 99-105.
- <sup>8</sup> MARENHO, 1992: 107-129.
- <sup>9</sup> VARGAS, 1915: 281-286. A coleção de moedas do Conselheiro Vargas esteve adormecida desde 1921, quando faleceu, até há poucos anos, quando foi vendida em Londres e presumivelmente dispersa. Ver também PRIETO, 1926: 146-147, e, na p. 279, as poucas moedas conhecidas, que são as três mencionadas no trabalho de Vargas com a data explícita.
- <sup>10</sup> HAZARD, 1952: 325.
- <sup>11</sup> FIGANIER, 1958: 163-195, e MARINHO, 1968.
- <sup>12</sup> CARRAL e MARINHO, 1988: 145-173. A análise de 9 qurats do tipo maior revelou um teor médio de prata de 66% e a de 214 peças do tipo menor, que substituiu aquele na primeira parte do reinado de 'Al, mostrou um teor médio próximo dos 90%.
- <sup>13</sup> BORGES, 1987: 21-32, Marinho, 1991-92: 109-171.
- <sup>14</sup> MARENHO, 1984: 295-303.
- <sup>15</sup> Um dos achadores das espécies de Palmela estimou em cerca de meio milhar as moedas encontradas dos nossos quatro primeiros reis, com grande número de metades – algumas quase sem uso, conforme observámos –, todas provenientes das terras removidas para outros locais durante as obras efectuadas no castelo. Ver ainda o artigo de Guedes, 1958: 25-29, sobre dois achados em Santarém, e também, sobre este mesmo artigo, MARENHO, 1988: 401-405.
- <sup>16</sup> MARQUES e CARTER, 1986: 219-263, e BARRANDON, GUEJORA, e MAGRO, 1988: 343-372.
- <sup>17</sup> MARINHO, 1988: 387-399.

## Bibliografia

- BARRANDON, J. N.; GUEJORA, M. F. e MAGRO, F. A. C. (1988) - Chemical compositions of Portuguese *Dinheiros*. In *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area*. Sintra, 3, p. 343-372.
- BORGES, A. G. M. (1987) - Duas inscrições árabes inéditas no Museu de Évora. *A cidade de Évora*. Évora, 67-68, p. 21-32.
- CARRAL, J. M. P. e MARINHO, J. R. (1988) - Analysis of the Almoravid Silver Coinage: The Qrats. In *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area*. Sintra, 3, p.145-173.
- CARRAL, J. M. P. e SAENZ-DÍEZ, J. I. (1986) - The Silver Contents of some Dirhams of the Revolutionary Period of the Spanish Umayyad Caliphate. In *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area*. Sintra, 2, p.181-196 e p.197-206.
- CODEIRA, Francisco (1892) - Tesoro de monedas árabes, descubiertas (sic) en Alhama de Granada. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid, XX, p. 442-449.
- FIGANIER, J. (1958) - Moedas árabes do século XII encontradas no Concelho de Seiximbra. *Anuário da Academia Portuguesa de História*. Lisboa, II (8), p. 163-195.
- GUEDES, J. L. F. (1958) - Subsídios para o estudo e arrumação das moedas dos primitivos reinados. *Nomisma*. Porto, 17 (VI), p. 25-29.



- HAZARD, Harry W. (1952) - *The Numismatic History of Late Medieval North Africa*. New York: The American Numismatic Society.
- MARINHO, J. R. (1968) - *Moedas muçulmanas de Beja e de Silves*. Sesimbra: Câmara Municipal.
- MARINHO, J. R. (1970) - Moedas de cobre da época muçulmana encontradas em Beja. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 4, p. 277-294.
- MARINHO, J. R. (1983) - Uma prática singular em moedas do Emirado do Andalus. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 1, p. 347-374.
- MARINHO, J. R. (1984) - The Islamic Coins in the Portuguese Territory. In *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area*. Santarém: Instituto Politécnico, (1). p. 295-305.
- MARINHO, J. R. (1988) - Long-cross dinheiro attributed to Afonso II of Portugal with almond-shaped shield on the obverse. An error of description with chronological implications. In *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area*. Sintra, 3, p. 401-405.
- MARINHO, J. R. (1988) - The Gramacha (Évora, Portugal) Hoard of Medieval Billon Coins. In *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area*. Sintra, 3, p. 387-398.
- MARINHO, J. R. (1989-90) - As moedas muçulmanas da colecção Francisco Inácio de Mira. *Nummus*. Porto, 2.ª Série, XII/XIII, p. 59-78.
- MARINHO, J. R. (1991-92) - Novas moedas de prata das oficinas muçulmanas de Beja e de Silves. *Nummus*. Porto, 2.ª Série, XIV/XV, p. 160-171.
- MARINHO, J. R. (1992) - As moedas hispano-muçulmanas da colecção Justino Cúmano numa carta de Pascual de Gayangos. *Revista de Numismática Hispânica-Árabe*. Madrid, III, p.107-129.
- MARINHO, J. R. e CABRAL, J. M. F. (1988) - On the Silver Contents of the Dirham issued by Hisham II in A. H. 403 (A. D. 1012-13). In *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area*. Sintra, 3, p.99-105.
- MARQUES, M. G. e CARTER, G. F. (1986) - On the metrology and chemical composition of Portuguese *Dirhams*. In *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area*. Sintra, 2, p. 239-263.
- MILES, G.C. (1969) - A hoard of arab dirhams from Algarve, Portugal. *Numismat Notes*. New York: The American Numismatic Society, IX, p. 219-230.
- MILES, George C. (1950) - *The Coinage of The Emirs of Spain*. New York: The American Numismatic Society.
- PELLICER I BBU, J. (1986) - On the Silver Coinage of the Caliphate issued in the name of Hisham II Almoravid Billah (A. H. 366-403 / A. D. 976-1013). In *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area*, vol. 2, p.181-196.
- PRIETO Y VIVES, A. (1926) - *Los Reyes de España. Estudio histórico-numismático de los musulmanes españoles en el siglo V de la Hégira (XI d. de J.C)*. Madrid: Junta de Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas.
- VARGAS, M. F. (1915) - Materiais para o estudo das moedas árabe-hispânicas em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, XX, p.281-286.
- WALKER, J. (1956) - *A Catalogue of the Arab-Byzantine and the Post-Selam Umayyad Coins*. London: British Museum, p.74-80.



244.

**Cadinho utilizado na fundição da prata**

Alt. 80 mm; larg. 99 mm  
Encosta do Castelo de Mértola, Beja  
Meados do séc. XI-meados do séc. XII  
SILVA, 1992, p. 35-37; MACIAS, 1996, p. 93  
Museu de Mértola

245.

**Martelo. Ferro**

Alt. 29 mm; larg. 138 mm  
Alcaria Longa, Mértola, Beja  
Séc. XI  
BOONE, 1993, p. 117  
Museu de Mértola. Fe-8/3

246.

**Picadeira. Ferro**

Alt. 35 mm; larg. 186 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola, Beja  
Séc. XII  
Museu de Mértola. Fe-7

247.

**O achado da Sé de Lisboa em 1992**

Conjunto de moedas de prata e fragmentos, desde o início do califado (332 H./ 943 d.C.) até à conquista por Afonso Henriques (541 H./ 1147 d.C.). IPPAR, Lisboa

248.

**A MOEDA NO GHARB AL-ÂNDALUS**

"soldo" equivale a "dinar"  
"dinar" - moeda de ouro  
"dirham" - moeda de prata  
"felce" - moeda de cobre

**AS PRIMEIRAS MOEDAS ISLÂMICAS NO ÂNDALUS**

- 1 Soldo primitivo. Ano XI da Indicção grega, 712 d.C.
- 2 Soldo primitivo. Ano 93 H./712 d.C.
- 3 Soldo bilingue. Ano 98 H./716-7 d.C.
- 4 Soldo bilingue, reverso com a legenda latina

**MOEDAS DE OURO E COBRE DO PERÍODO DOS GOVERNADORES**

- 5 Dinar. Ano 102 H./720-1 d.C.
- 6 Idem, reverso
- 7 Terço de dinar. Ano 102 H.
- 8 Felce primitivo com menção do Ândalus, sem data
- 9 Idem, reverso
- 10 Felce. Ano 108 H./726-7 d.C.
- 11 Felce. Ano 110 H./728-9 d.C.
- 12 Felce não datado
- 13 Felce recunhado sobre um felce primitivo
- 14 Felce com menção "Pagamento no caminho de Alláh"
- 15 Idem, reverso

**AS MOEDAS DO EMIRADO INDEPENDENTE ATÉ 229 H. (843/4 d.C.)**

**REGENERAÇÃO DO FABRICO**

- 16 Dirham. Ano 157 H./773-4 d.C.
- 17 Dirham. Ano 197 H./812-3 d.C.
- 18 Dirham. Ano 205 H./820-1 d.C., com escrita de difícil leitura
- 19 Idem do ano 229 H./843-4 d.C.

**A REFORMA DA MOEDA EM 229 H. INÍCIO DO CERCEJO FRAUDULENTO E SEU DESENVOLVIMENTO**

- 20 Dirham. Ano 229 H. após a reforma, com novo tipo, mas já cerceado
- 21 Dirham. Ano 230 H./ 844-5 d.C., do novo tipo, mostrando as orlas maiores
- 22 Dirham antigo. Ano 199 H./814-5 d.C. Escapou ao cercejo fraudulento
- 23 Dirham da mesma data, mas com a orla totalmente cerceada

**A CIRCULAÇÃO DA MOEDA PELO SEU PESO FORMA PRÁTICA TOMADA PELA POPULAÇÃO TENTATIVAS DE REGENERAÇÃO PELA REINTRODUÇÃO DA MOEDA DE COBRE**

- 24 Dirham. Com corte e fenda para apêndice. Ano 245 H./859-60 d.C.
- 25 Dirham cerceado, com apêndice para perfazer o peso certo. Ano 199 H.

- 26 Metade de 1 dirham com recortes de outros, para perfazer um peso certo.
- 27 Dirham recunhado para acerto de um pagamento. Ano 267 H./880-1 d.C.
- 28 Felce. Ano 268 H./881-2 d.C.

**A NOVA MOEDA DE 'ABD AL-RAHMÂN III, CALIFA**

**A REINTRODUÇÃO DA MOEDA DE OURO**

- 29 Dirham. Ano 317 H./929-30 d.C.
- 30 Dirham. Ano 318 H./930 d.C.
- 31 Dinar. Ano 321 H./ 933 d.C.
- 32 Idem, reverso
- 33 Dirham. Ano 321 H.
- 34 Quarto de dinar, com menção do vizir Sa'îd
- 35 Dirham. Ano 324 H./ 935-6 d.C.
- 36 Dinar. Ano 330 H./941-2 d.C., com menção do vizir Qasim
- 37 Dirham. Ano 332 H./943-4 d.C., com menção do vizir Qasim
- 38 Fragmentos de dinheiros de prata "Qâcimîs"

**A CIRCULAÇÃO MONETÁRIA NO INÍCIO DA REVOLUÇÃO (Fîtra) E ATÉ AO COLAPSO DO CALIFADO**

- 39 Dirham. Ano 399 H./1008-9 d.C., do califa Muhammad II
- 40 Dirham. Ano 400 H./1009-10 d.C., do califa Muhammad II
- 41 Dinar. Ano 400 H., do califa Sulayman
- 42 Dirham. Ano 400 H., do califa Sulayman
- 43 Dirham. Ano 400 H., do califa Hishâm II
- 44 Dirham. Ano 401 H./1010-1 d.C., do califa Hishâm II
- 45 Dirham. Ano 402 H./1011-2 d.C., do califa Hishâm II
- 46 Dirham. Ano 403 H./1012-3 d.C., do califa Hishâm II
- 47 Dirham. Ano 404 H./1013-4 d.C., do califa Sulayman
- 48 Dinar. Ano 408 H./1017-8 d.C., do califa 'Alî b. Hammud
- 49 Dirham. Ano 408 H.
- 50 Dirham. Ano 410 H./1019-20 d.C., do califa Al-Qasim b. Hammud
- 51 Dirham. Ano 411 H./1020-1 d.C.
- 52 Dinar. Ano 413 H./1022-3 d.C., do califa Yahyâ b. 'Alî
- 53 Dinar. Ano 415 H./1024-5 d.C.
- 54 Dirham. Ano 421 H./1030 d.C.
- 55 Fração de dinar do último califa omíada Hishâm III. Ano 418-422H./1027-31 d.C.

**A MOEDA DO 1º PERÍODO DE TAIFAS CORRENTE NO GHARB AL-ANDALUS**

- 56 Fração de dinar em nome de Muwafaq. Ano 435-439 H. ?
- 57 Dirham de "Muwafaq". Ano 435 H./1043-4 d.C.
- 58 Dinar com os nomes de Muwafaq e Khalîd. Ano 439H./1047-8 d.C.
- 59 Fração de dinar de "Umar al-Mutawakkil". Ano 456H./1064-8 d.C.



- 60 Dirham de 'Umar  
 61 Dirham de al-Mu'tamid de Sevilha. Ano 436 H./1044-5 d.C.  
 62 Dinar. Ano 438 H./1046-7 d.C.  
 63 Dinar. Ano 440 H./1048-9 d.C.  
 64 Dinar. Ano 444 H./1052-3 d.C.  
 65 Dinar. Ano 457 H./1064-5 d.C.  
 66 Dinar. Ano 460 H./1068-9 d.C.  
 67 Dinar de al-Mu'tamid de Sevilha. Ano 464 H./1071-2 d.C.  
 68 Dinar. Ano 476 H./1083-4 d.C.  
 69 Frações de dinar dos Abáidas de Sevilha, achadas no Alentejo

#### A CIRCULAÇÃO DA MOEDA DOS ALMORAVIDAS NO GHARB AL-ÁNDALUS

- 70 Dinar do emir Yūsuf b. Tashfin. Ano 491 H./1097-8 d.C.  
 71 Quirat do emir Yūsuf. Ano 480-500 H./1087-1106 d.C.  
 72 Dinar do emir 'Alī b. Yūsuf. Ano 516 H./1122-3 d.C.  
 73 Quirat de 'Alī. Ano 500-537 H./1106-1143 d.C.  
 74 Meio quirat de 'Alī  
 75 Oitavo de quirat de 'Alī  
 76 Dinar de 'Alī com o príncipe Sīr. Ano 525 H.  
 77 Dinar de 'Alī com o príncipe Tashfin, batido em Sevilha em 537 H.  
 78 Dinar do emir Tashfin ibn 'Alī, batido em Sevilha em 538 H.  
 79 Quirat de Tashfin. Ano 537-540 H./1143-1145 d.C.  
 80 Dinar do emir Ishāq ibn 'Alī. Ano 540 H.  
 81 Quirat de Ishāq. Ano 540-541 H./1145-1147 d.C.

#### MOEDAS DO GHARB AL-ÁNDALUS NO 2º PERÍODO DE TAIFAS OS SOGOS DIRIGENTES AHMAD IBN QASÍ E SIDRÁV IBN WAZÍR

- 82 Quirat de Ibn Qasí com menção de Mértola. Ano 539 H./1144 d.C.  
 83 Quirat de Ibn Qasí com menção de Mértola  
 84 Quirat de Ibn Qasí com o emir Abū Talīb, batido em Beja. Ano 539 H./1144 d.C.  
 85 Idem, reverso  
 86 Meio quirat de Ibn Qasí com o emir Abū Talīb  
 87 Idem, reverso  
 88 Oitavo de quirat, com menção a Beja  
 89 Quirat de Harūdin b. Muhammad e Ibn Wazír. Ano 540 H./1145 d.C.  
 90 Meio quirat de Harūdin e Ibn Wazír  
 91 Quirat de Harūdin e Ibn Wazír, com legenda imperfeita  
 92 Idem, reverso  
 93 Meio quirat com escrita imperfeita e menção de Silves  
 94 Idem, reverso  
 95 Quirat de Harūdin e Ibn Wazír, com menção de Silves  
 96 Meio quirat de Harūdin e Ibn Wazír  
 97 Quirat de Ibn Wazír, com menção de Silves

- 98 Quirat de Ibn Wazír  
 99 Quirat de Ibn Wazír  
 100 Quirat anónimo (Ibn Qasí, Silves)  
 101 Quirat anónimo (Ibn Qasí, Silves)

#### A MOEDA DOS ALMÓADAS CORRENTE NO GHARB AL-ÁNDALUS

- 102 Dinar do califa 'Abd al-Mū'min. Ano 543-558 H./1149-1163 d.C.  
 103 Meio dirham de 'Abd al-Mū'min, chamado dinheiro de "múmiri"  
 104 Idem, reverso  
 105 Dirham almóada  
 106 Idem, reverso  
 107 Dinar do califa almóada Yūsuf I. Ano 558-563 H./1163-1168 d.C.  
 108 Meio dinar de Yūsuf  
 109 Duplo dinar ou dobra do califa Abū Hafs 'Umar. Ano 646-665 H./1248-1266 d.C.

#### AS MOEDAS DO ACHADO DA SÉ DE LISBOA OU TESCOBO PRESERVELMENTE OCULTO À DATA DA CONQUISTA DA CIDADE

- 110 Parte de um bloco com fragmentos de moedas  
 111 Quirat ainda não sujeito a limpeza  
 112 As moedas mais antigas: dirhames do califado com 100 a 200 anos de uso corrente  
 113 Quirates almoraídas com cerca de 50 anos de uso corrente  
 114 Quirates cortados em quartos para servirem a pagamentos menores  
 115 Frações obtidas por corte, para pequenos pagamentos

#### A TRANSIÇÃO DA MOEDA PARA O NASCENTE REINO DE PORTUGAL

- 116 Frações de "dinheiros" de Afonso Henriques a Sancho II (1128-1248), vulgarmente chamadas "mealhas". Do achado de Palmela

(RM)

Moedas das colecções:  
 Museu Numismático Português:

1, 2, 4 e 6

Museu Nacional de Arqueologia:  
 58, 62-63, 70, 72 e 102

José Rodrigues Marinho:  
 3, 5, 7-57, 59-61, 64-69, 73, 76-83, 95-101, 103-109 e 116

IPPAR, Lisboa:  
 71, 74-75, 84-94, e 110-115

249.

**Jarrinha mealheiro para moedas.**

**Cerâmica**

Achado de Castro Marim em 1996

Alt. 51mm; diâm. 75 mm

Castro Marim. Faro

880-900 d.C.

MARINHO (no prelo)

Col. António das Dores Martins

250.

**Conjunto de moedas de prata e fragmentos, do Emirado do Ándalus.**

Achado de Castro Marim em 1996

Castro Marim. Faro

162-271 H / 779-885 d.C.

MARINHO (no prelo)

Col. António das Dores Martins

251.

**Anel. Prata**

Alt. 20 mm; larg. 22 mm

Silves. Faro

Séc. XI-XII

Museu Municipal de Arqueologia de

Silves. Esc. RVG e MVG. Q41/C2

252.

**Anel. Prata dourada**

Alt. 23 mm; larg. 28 mm

Claustro da Sé de Lisboa

Séc. XI-XII

L.S., 1994, p. 238

IPPAR, Lisboa, n.º 3

253.

**Anel. Prata dourada**

Alt. 24 mm; larg. 32 mm

Claustro da Sé de Lisboa

Séc. XI-XII

L.S., 1994, p. 238

IPPAR, Lisboa, n.º 2

254.

**Anel de prata com fragmento de vidro encastado**

Alt. 19 mm., larg. 23 mm

Alcaria Longa. Mértola. Beja

Séc. XI

BOONE, 1992, p. 51-64

Museu de Mértola. BR/anéis/1

255.

**Anel de prata com fragmento de vidro encastado**

Alt. 19 mm; larg. 26 mm

Alcaria Longa. Mértola. Beja

Séc. XI

BOONE, 1992, p. 51-64

Museu de Mértola. BR/anéis/2

256.

**Anel de prata com fragmento de vidro encastado**

Alt. 20 mm; larg. 26 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII

Museu de Mértola. BR/anéis/23

257.

**Anel de bronze com fragmento de vidro encastado**

Alt. 20 mm; larg. 23 mm

Alcaria Longa. Mértola. Beja

Séc. XII-XIII

Museu de Mértola. BR/anéis/2

258.

**Anel de prata com inscrição**

Alt. 16 mm; larg. 19 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII-XIII

Museu de Mértola. BR/anéis/6

259.

**Anel de ouro com inscrição em árabe: *al rais - o chefe***

Alt. 19 mm; larg. 23 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

Séc. XII

Museu de Mértola. BR/anéis/22

260.

**Brinco. Prata**

Alt. 18 mm; larg. 24 mm

Alcaria Longa. Mértola. Beja

Séc. XI

MACIAS, 1996, p. 41

Museu de Mértola. BR/brinc., 3/103

261.

**Brinco de ouro com decoração geométrizante**

Diâm. 12 mm; alt. 18 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja

1ª metade do séc. XII

Museu de Mértola. BR/brinc. 3/102



257 255 256 258 254



259



261



262.

**Balança. Liga de metal**

Alt. 47 mm; comp. 247 mm

Castelo de Silves. Faro

Séc. XII - XIII

Travessão de balança em metal, proveniente de Silves. Pertenceu à colecção de Júdice dos Santos, colecionador algarvio e benemérito do Museu.

Produzido por vazamento em molde, de faces lisas, a sua ornamentação consta de recortes no centro e nos extremos da aresta superior e ainda de elementos epigráficos numa face, ilegíveis no actual estado de conservação.

Pertenceu a uma balança de dimensões pequenas, destinada muito provavelmente para pesar produtos vendidos em poucas quantidades, como cosméticos ou especiarias. Estaria guardado numa caixa, habitualmente ornamentada, com os respectivos pratos de balança e pesos.

A vida económica das sociedades islâmicas era regida por um complexo sistema de controle de transacções, de qualidade dos produtos, dos pesos e medidas segundo o conceito de *hisba*, e compilado na literatura específica *adab al-hisba*. O controle do mercado e também o da segurança e bons costumes era exercido por um funcionário denominado *al-muhtasib*, donde deriva o termo português almotacé. De assinalar ainda designações de pesos e medidas, da mesma origem, como almude, alqueire, etc.

KEMNITZ, 1997, p. 61-62

Museu Nacional de Arqueologia. 15108

EvK

263.

**Ferragem de arqueta com decoração floral a esmalte azul claro, branco e vermelho acastanhado**

Alt. 37mm; larg. 16 mm

Mértola. Beja

Finais do séc. XI-1ª metade do séc. XII

Museu de Mértola. BR/Div.3/20

264.

**Ponta de correia. Liga de metal**

Comp. 60 mm; larg. 18 mm

Proveniência desconhecida

Séc. XIV-XV

Museu Nacional de Arqueologia. 998.1.1

265.

**Ponta de correia. Liga de metal**

Comp. 50 mm; larg. 13 mm

Évora

Séc. XIV-XV

CARVALHÃES, 1911, p. 110

Museu Nacional de Arqueologia. 17100



266.

**Fivela (?) ou aplicação. Bronze**

Alt. 23 mm; larg. 80 mm

Vale do Boto, Castro Marim, Faro

Séc. XI-XII (?)

CATARINO, 1988, Est. IX.2; (no prelo); Est. CIV.4

Depósito de Helena Catarino no MNA. 2



266 267

267.

**Fivela (?) ou aplicação. Bronze**

Alt. 12 mm; larg. 60 mm

Vale do Boto, Castro Marim, Faro

Séc. XI-XII

CATARINO, 1988, Est. IX.3; (no prelo); Est. CIV.3

Depósito Helena Catarino no MNA. 4



268 269

268.

**Parte frontal de fivela de bronze dourado com decoração constituída por círculos**

Alt. 31mm; larg. 29 mm

Encosta do Castelo de Mértola, Beja

Finais do séc. XI-1ª metade do séc. XII

Museu de Mértola. BR/Fiv. 1/2

269.

**Parte frontal de fivela de cobre dourado com decoração (peixe)**

Alt. 39 mm; larg. 22mm

Alcáçova do Castelo de Mértola, Beja

Séc. XII

Museu de Mértola. BR/Fiv.2/24

270.

**Ferragens de arqueta. Bronze**

Alcáçova do Castelo de Mértola, Beja

Finais do séc. XI-1ª metade do séc. XIII

Conjunto homogêneo de ferragens de arqueta que representa uma grande diversidade de formas e aplicações. Este tipo seria utilizado nas arquetas ou pequenas caixas revestidas com placas de osso.

Museu de Mértola

LR





# Fortificações islâmicas do Gharb



ibertado do jugo infiel”, “tomado aos mouros”, “conquistado por el-rei D. ...” eram, até há pouco tempo, as poucas informações disponíveis sobre as fortificações existentes em território português pertencentes a sistemas defensivos de época islâmica. Selava-se, dessa forma, o acesso ao conhecimento sobre uma importante fatia do passado dessas fortificações: pertenciam a tempos tão negros que o melhor era delas nem falar, valendo apenas lembrar que a sua perdição terminara ao ser sacudido o domínio sarraceno, pondo então, a partir daí, o cronómetro a zeros.

Actualmente o panorama é diferente e são já várias as fortificações alvo de investigações integradas em projectos cientificamente consistentes. Porém, são ainda muitas as lacunas, a começar por um deficiente aproveitamento das fontes de época islâmica, passando pela inexistência de um levantamento sistemático dos sistemas defensivos do *Gharb al-Andalus* (ou seja, o “ocidente” do *al-Andalus*, a parte ocidental dos territórios islâmicos da Península Ibérica que corresponde, em grande medida, ao centro e sul de Portugal Continental) e análises detalhadas de cada uma das fortificações já conhecidas<sup>1</sup>.

Convém desde já esclarecer que não será esta tentativa de apresentação de algumas das características de fortificações de época islâmica existentes em Portugal que irá preencher esse vazio. Somente se poderá, por compreensíveis limitações de espaço, deixando de lado sempre algo do que já se conhece, apresentar um esboço apressado de um universo complexo, recheado de incógnitas e de matizes regionais e cronológicos; desde já se informa que questões importantes como, por exemplo, as fortificações marítimas, os

*ribāts*, as redes e tipologias de “atalaias” serão simplesmente afloradas. Este é um tema que, além do mais, necessita de modelos interdisciplinares de abordagem e estudos casuísticos para que, mais que com holofotes de halogénio, se faça mais alguma luz sobre estes gigantes de pedra, de taipa e de lenda.

### Períodos Emiral e Califal

A fase inicial do período islâmico na Península Ibérica está recheada de lacunas. No entanto, por algumas fontes de época islâmica e pela tipologia de algumas fortificações, é possível avançar com algumas hipóteses.

Locais fortificados que datassem de finais do domínio romano ou de época visigótica continuaram, certamente, a ser utilizados com poucas alterações de traçado.

As campanhas que foram levadas a cabo nos territórios do *Gharb al-Andalus* por ‘Abd al-‘Aziz ibn Mūsā em 714-715 (H. 95 ou 96) devem ter levado a que poucas tivessem sido as alterações levadas a cabo a nível militar no ocidente ibérico durante as primeiras décadas do domínio islâmico<sup>2</sup>.

Aliás, não só em relação ao actual território português se percebe que é muito difícil traçar fronteiras temporais e determinar, com toda a exactidão, onde terminam as obras defensivas do período romano e onde começam as modificações introduzidas durante os primeiros anos do período islâmico, sabendo-se que nos inícios do período islâmico em não poucos lugares se reaproveitaram materiais e sistemas defensivos decalcados sobre os romanos<sup>3</sup>.

É o que se deve passar com as muralhas de Idanha-a-Velha; do que já subsistia de época romana pouco deve ter sido alterado; porém, devem ter sido reparadas e reforçadas por Ibn Marwān, no século IX<sup>4</sup>. Nesta mesma conjuntura agitada da segunda metade do século IX ter-se-iam feito obras de vulto nas muralhas tardo-romanas de Mértola<sup>5</sup>.

Sobre Lisboa a dúvida sobre a datação da chamada “cerca moura” passa também, possivelmente, por esta questão: parte desta cerca poderá ser pré-islâmica não havendo razões para que não seja aproveitada e reforçada pelas populações multi-étnicas aí residentes sob o domínio islâmico.

Quanto a Évora, o *Al-Muqtabis V*, lança alguma luz sobre uma fortificação que se encontrava desprovida de ameias e parcialmente arruinado quando, no ano de 913 (H. 301), Ordonho II a toma destruindo-a ainda mais e chacinando os seus moradores<sup>6</sup>.

Foi este um dos acontecimentos de primordial importância para o processo de encastelamento do *Gharb al-Andalus*. Na verdade, segundo (uma vez mais) o *Al-Muqtabis* de Ibn Ḥayyān, várias foram as fortificações do ocidente peninsular que nesse momento se reformaram e se reforçaram, devendo então ter sido definidos as grandes linhas de defesa do centro e sul ocidental, claramente vulnerável a acções dos monarcas cristãos do norte<sup>7</sup>.

Poderão datar já do início do século X algumas estruturas defensivas que se encontram na Alcáçova de Elvas. Na verdade, a chamada “Porta da Alcáçova” ou “Arco do Miradeiro”, que até finais do século passado apresentava uma porta com arco ultrapassado (ou em ferradura) de um tipo de arco comum da fase inicial do período islâmico (arco não apontado e sem moldura ou *alfiz*), tem paralelos com outras entradas de época islâmica datáveis dos séculos IX e X<sup>8</sup>. Esta e outras estruturas defensivas elvenses podem ter sido definidas depois do ataque de 913 a Évora e por iniciativa do dirigente *muladi* ‘Abd



1 - Juromenha: torre em taipa, reforçada nos cantais com silharia romana reutilizada.



al-Rahmān ibn Marwān al-Jilliḡi na sequência do programa de obras por que Badajoz passou e como elemento de um programa de reforço estratégico em redor desta última<sup>9</sup>.

Por outro lado, em Silves detectaram-se vestígios de uma fortificação que, pelo contexto arqueológico, poderá datar de inícios do século VIII<sup>10</sup>.

Mas não se pense que há que esperar só bons resultados de locais com algum peso histórico. Sítios aparentemente pouco significativos têm dado resultados importantíssimos. É o caso das “Mesas do Castelinho” (Santa Clara-a-Nova, concelho de Almodôvar) onde intervenções arqueológicas metódicas puseram em evidência o que resta de um pequeno reduto fortificado de época omíada (associado a materiais arqueológicos datáveis dos séculos VIII a XI) de planta ovalada, com uma área que não ultrapassaria os 800m<sup>2</sup>, onde se identificaram duas torres, maciças, em alvenaria, de planta rectangular e pouco salientes da muralha, como é comum em fortificações de épocas emiral e califal (numa delas a pouca saliência é levada ao extremo, na medida em que não se salienta mais do que cerca de 50 cm e rebocadas); a fortificação é rodeada por um fosso<sup>11</sup>. Interessantes fortificações do período omíada encontram-se também na serra algarvia, havendo a destacar o trabalho que se tem feito no Cerro Castelo das Relíquias e no Castelo Velho (ambas no concelho de Alcoutim)<sup>12</sup>.

A nova conjuntura política que resultou do forte centralismo que se passou a sentir com a política levada a cabo com ‘Abd al-Rahmān al-Nāsir, num momento em que, geopoliticamente, o *al-Andalus* quis desempenhar um papel de relevo numa região em que tinha de lidar, por um lado, com territórios cristãos a Norte e, por outro, com a dinastia e propaganda fatímidas no Norte de África, os sistemas defensivos consolidam-se sobretudo em zonas mais sensíveis; por seu lado, as técnicas construtivas, em geral (e não excluindo casos particulares), parece seguirem modelos de inspiração cordovesa. Não raro se aplicam aparelhos de silharia regular, seguidores da tradição do “opus quadratum” romano como, por outro lado, se vai afirmando a construção de taipa rica em cal; predominam as torres quadrangulares, pouco salientes das muralhas e regularmente espaçadas entre si, situação que já conhecia em época emiral.

Mértola deve ter sido beneficiada durante o período califal, tendo em conta o que Ahmad al-Rāzī refere sobre a solidez da sua fortificação<sup>13</sup>.

Do período emiral ou já do califal datarão as muralhas que apresentando torres quadrangulares pouco salientes e não muito espaçadas entre si, rodeiam parte da vila velha.

Por estudar estão ainda inúmeras fortificações localizadas a norte da linha do Tejo e que certamente, nesta época desempenharam papéis importantes. Não se esqueça que no século X a chamada *al-Yagr al-Gharb* (ou “marca inferior”) se estendia até a norte de Coimbra (a marca inferior também aparece designada como *al-Yagr al-qulumriya*). Há que perspectivar também, para a esquecida zona da Beira, a existência de sistemas defensivos do período califal e a que poderiam pertencer algumas fortificações ainda hoje de pé e que, de forma inquestionada, se consideram de época cristã. Em alguns casos, porém, a toponímia pode ajudar a abrir perspectivas; pode ser este o caso de Alvorge, a sul de Coimbra, local que ainda hoje ostenta uma torre e que, na verdade, pode significar isso mesmo: *al-burj* = “a torre”<sup>14</sup>.

A própria Coimbra deve ter ainda vestígios que parte, poderão datar, em desta período; é o caso, bem possível, de vestígios existentes na conhecida “Porta da Almedina”<sup>15</sup>.

Como já se afirmou, tem-se considerado o período califal como a fase na qual começam a surgir no *Al-Andalus* fortificações construídas em taipa (ár. *tabīya*). Porém, convém acautelar que nem todas as fortificações a apresentar taipa terão de ser, obviamente, deste período<sup>16</sup>.



2 - Elvas: entrada em cotovelo de época islâmica; para a esquerda da foto, precisamente a 90° do acesso visível, há vestígios de uma outra entrada.



Normalmente as paredes em taipa eram rebocadas e (coincidindo com as juntas das várias e sucessivas cofragens) pintadas de forma a sugerir uma construção em grossa e aparelhada silharia<sup>17</sup>; essa ilusão de uma construção em "opus quadratum" de grande módulo certamente que não deixaria de afectar psicologicamente os atacantes. Vestígios desse tipo de pintura ainda se vêm, por exemplo, em fortificações como Alcácer do Sal, Silves, Paderne e Salir.

Vestígios de panos ou de torres de muralha conhecem-se também, por exemplo (e sem pretender ser exaustivo), em Elvas, em Juromenha, Serpa, Moura, Noudar e Loulé; mas também há vestígios em Santarém, junto à Torres das Cabaças e em Tavira (ainda se conservam aqui, revestidos ou alteados com alvenaria, alguns troços de taipa de época islâmica).

Juromenha (Alandroal). Neste local ainda se conserva parte de uma fortificação. Parece coincidir com Aljustrel o local que numa crónica do califa 'Abd al-Rahmān al-Nāsir é designado como "al-B.st.til", localizado cerca de 20 milhas a ocidente de Beja; como, por outro lado, não faltam testemunhos de que existia ainda no século XVI uma fortificação em Aljustrel construída em taipa, não deixa de ser possível colocar a hipótese de que no início do período califal já existisse, em Aljustrel, uma fortificação em taipa<sup>18</sup>.

Poderiam ser deste período, senão mesmo anteriores, as muralhas de em que domina a taipa, com torres pouco salientes, reforçadas nos cunhais com silharia parcialmente de origem romana e regularmente espaçadas entre si; contudo, as entradas detectadas são rectilíneas. Não é de excluir a hipótese de uma das torres, em cantaria e com pedras de época visigótica, ser algo anterior, possivelmente emiral<sup>19</sup>.

Em relação a Palmela, num trabalho de carácter académico realizado pelo autor destas linhas, em 1980, chamava-se a atenção para a possível existência nesta fortificação de características arquitectónicas de época islâmica, mais concretamente torres quadrangulares, pouco salientes da muralha, nas faces norte e nascente, características comuns no período califal; as recentes escavações que têm dado a conhecer materiais arqueológicos do período omíada e as interpretações de carácter regional levados a cabo recentemente têm aberto inúmeras hipóteses de trabalho e poderão trazer novos elementos que, quanto à fortificação, possam precisar cronologias<sup>20</sup>.

Por vezes as referências existentes sobre as fortificações são-no pela negativa, ou seja, em vez de referirem construção, falam de destruições, o que não deixa de ser também muito interessante. É este o caso de Beja, atacada pelo califa omíada *andalusi* em inícios do século X e atingida pela destruição de algumas das torres da sua cerca. Segundo uma crónica de época islâmica "... [Abd al-Rahmān al-Nāsir] pôs-se em marcha em direcção a Beja e chegou junto a ela no domingo dia 1 do mês de *Jumādā II* (12 de Julho de 929). Uma vez que se tinha instalado aí com o seu exército, fez com que o rebelde da zona, 'Abd al-Rahmān b. Sa'īd b. Mālik, ficasse avisado de que deveria voltar à obediência [ao Califa]. Porém, como este não fizera caso do aviso e mostrara resistência, as catapultas foram preparadas e iniciou-se um encarniçado combate de que resultaram mortos muitos dos seguidores do rebelde. Algumas das torres da cidade vieram abaixo com os homens que nelas estavam colocados ..."<sup>21</sup>

### Período das Taifas do Século XI

Com o fim do Califado e a desagregação político-militar do al-Andalus em várias entidades territoriais autónomas (os chamados *Mulūk al-Ṭawā'if*, ou "Reinos de Taifas") as cidades centro de poder político bem como zonas sensíveis dos ditos reinos devem ter



3 - Torre e muralhas em taipa de Alcácer do Sal

passado por programas de reforço de muralhas, novas construções e definição de novas linhas de torres de vigia ou atalaias.

Para o caso do território ora português há que contar, durante o período das Taifas do século XI com a existência de reinos sediados em Silves, Faro e Mértola, localidades todas elas em que o aspecto defensivo não foi negligenciado.

Mértola nesta conjuntura, como reino autónomo e até à sua tomada pelos *abbáidas* (dinastia reinante, dos *Banū 'Abbād*) de Sevilha pode ter visto as suas muralhas reforçadas. Sobre as muralhas da Silves do século XI ainda subsistem dúvidas<sup>22</sup>, mas este deve ter sido um dos momentos em que os sistemas defensivos dependentes desta cidade devem ter sido reforçados.

Divulgam-se a partir do século XI as chamadas portas "em cotovelo". Trata-se de entradas mais ou menos complexas em que a entrada não se faz simplesmente com um acesso directo e frontal para dentro do recinto fortificado, obrigando quem quer entrar na fortificação a aproximar-se desta e a inflectir 90° uma ou mais vezes (dando origem a cotovelos simples, duplos, ...), o que dificultava qualquer tentativa de entrada mais impetuosa e menos controlada dentro do recinto fortificado.

Este tipo de entradas são uma das características que, pelo menos desde as clássicas obras de L. Torres Balbás<sup>23</sup>, se vêm considerando como aparecendo a partir do período das Taifas do século XI. Ainda recentemente esta atribuição do início do aparecimento das portas em cotovelo ao período das Taifas do século XI foi cimentada<sup>24</sup>.

Portas deste tipo existem no sul do país. Poderá ser desta fase o que resta da chamada "Porta da vila", em Faro, porta que, a avaliar por um desenho do século XVI e pelo que hoje é visível - com um cotovelo simples e sem grandes compartimentos intermédios - poderia ser pré-almóada (veja-se mais adiante outros elementos sobre portas em cotovelo possivelmente mais tardias).

Para o *Gharb al-Andalus* em geral há que não esquecer duas outras entidades fundamentais: os reinos sediados em Badajoz e em Sevilha; se a dinastia aftácida de Badajoz (*Banū al-Aftas*, família originária da tribo berbere Miknāsa) controlava territórios que, em inícios do século XI, iam do sul do Douro até algo a sul da linha Alcácer do Sal - Évora - Monsaráz, os *abbáidas* de Sevilha controlavam uma faixa do actual Baixo Alentejo que incluía Moura, Beja e Sines.

No caso deste último há que ponderar a hipótese de Beja (Bāja) ter sido, já desde o tempo de Al-Mu'tadid, a ponta de lança avançada dos *abbáidas* no actual Baixo Alentejo, entre uma Évora aftácida e, ao sul, os reinos de Silves, Faro e Mértola; assim, no século XI pode ter sido contemplada com modificações no seu sistema defensivo<sup>25</sup>; por outro lado, durante este período deve ter ganho importância o *corredor* Sevilha - Beja pelo que não seria de estranhar que no século XI tivesse havido, por parte da dinastia *abbáida* de Sevilha, um programa que envolvesse também Serpa e, senão mesmo, Moura e Noudar.

Na verdade, em Serpa ainda se conserva uma torre, no castelo, cujo miolo é em taipa. Quanto a Moura, embora parte da fortificação possa ser anterior, não restam dúvidas de que no século XI os *abbáidas* reforçaram a Moura islâmica; conserva-se uma inscrição, localizada ainda há alguns anos no acesso a um poço do interior da fortificação que, textualmente, diz: "Em nome de Deus, Clemente, Misericordioso, mandou construir [esta] torre Al-Mu'tadid billāhi [Al-Mas]ūr bi-fadli-llāhi abū 'Amr<sup>26</sup>", inscrição que, segundo Nykl poderia ser de 1052 (444 H.)<sup>27</sup>. Não seria impossível que alguns dos troços da muralha islâmica de taipa que Moura ainda ostenta datassem dessa época<sup>28</sup>.

As escavações que há já vários anos decorrem em Noudar têm revelado níveis de ocupação de época islâmica, para além da existência de muralhas de taipa, já parcial-



mente recoberta com aparelhos de alvenaria. Não podendo garantir que esta fortificação já existisse no século XI, dependente da dinastia fundada pelo pai do célebre poeta al-Mu'tamid pode-se, contudo, colocar esta hipótese.

---

### Período Almorávida

A fase final do século XI e primeira metade do século XII é das mais mal conhecidas a nível das fortificações, situação que não é particular do *Gharb al-Andalus*. Período preparador de algumas novidades que se estavam a fazer vizinhar, no período almorávida, porém, não deixa de haver referências a fortificações.

Um aspecto que tem sido pouco valorizado é o facto de os almorávidas terem utilizado, em seu serviço, mercenários de origem cristã que, em alguns casos, chegaram a produzir obras defensivas para os seus senhores berberes. Henri Terrasse há mais de 40 anos estudou o caso da fortificação de Amergo, no Norte de África, tendo constatado que aí os mercenários cristãos construíram para os almorávidas uma fortificação com características que, para a época, eram mais utilizadas em redutos defensivos cristãos que em islâmicos<sup>29</sup>. Recentemente um completo estudo monográfico sobre Almeria (Espanha) considera que algumas das torres semi-circulares ou semi-cilíndricas que se encontram na Alcáçova islâmica dessa cidade andaluz<sup>30</sup>, torres que são raras na arquitectura militar *andalusí* (ou, se se quiser, "íbero-árabe") têm paralelos com as ditas torres semi-circulares de Amergo e com outras desse tipo detectadas em Granada<sup>31</sup>, pelo que não seria de estranhar que também no *Gharb al-Andalus* a Arqueologia viesse a revelar também aqui algumas situações "anómalas", ou seja, a existência de algumas torres de tipo circular construídas sob domínio islâmico.

As convulsões internas por que passou a fase final do domínio almorávida no território (cada vez menor) do al-Andalus, tiveram características *sui generis* na parte ocidental. O *Gharb al-Andalus* foi palco de uma instabilidade específica a que se encontrava ligada, como *leader* espiritual e dirigente político, o muladí Abu-l-Qāsim Ahmad ibn al-Husayn Ibn Qasí, revolta conhecida por alguns autores como a "revolta dos Murídeos" (de *murídūn*, nome dado aos seus fiéis)<sup>32</sup>.

Na verdade, sabe-se que tropas almorávidas estiveram fortificadas em Marachique (local actualmente conhecido como "Castro da Cola" - concelho de Ourique)<sup>33</sup>; embora os restauros levados a cabo por Abel Viana na década de sessenta necessitem de uma cuidada revisão, são visíveis vestígios de uma fortificação feita de xisto, com torres maciças de secção quadrangular, bem como um sistema de entrada em cotovelo que parece ser de época islâmica<sup>34</sup>.

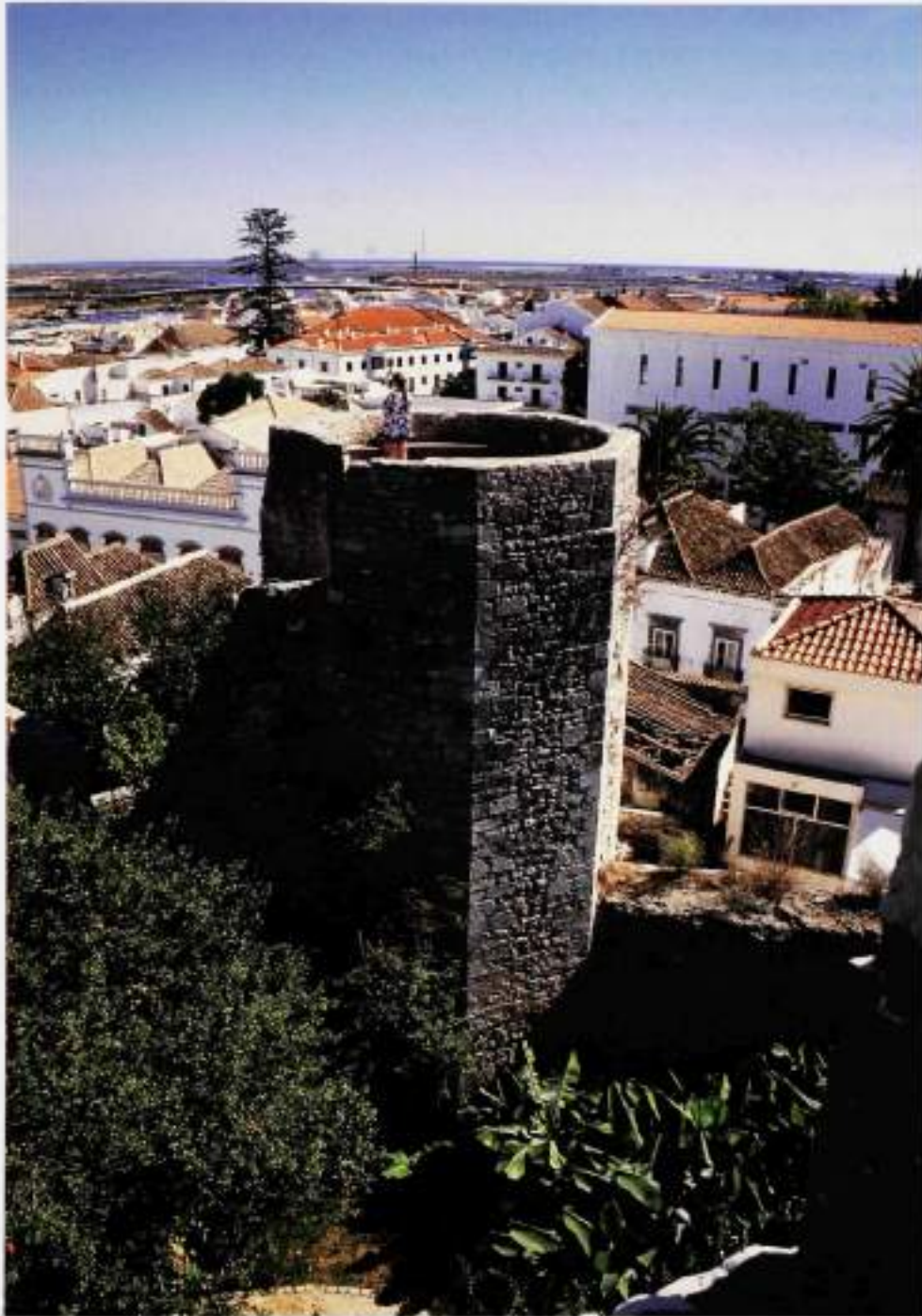
---

### Período Almóada

Esta é uma das fases de que chegaram à actualidade mais vestígios identificáveis no sul de Portugal. É, por outro lado, um período especial na medida que é talvez nele que a concepção de sistemas defensivos atinge no *al-Andalus* o seu ponto mais alto, sendo aquele em que mais se sente uma certa osmose ou síntese entre tendências berberes norte-africanas e "experiências" arquitectónicas *andalusís*.

O programa de obras de época almóada para o *Gharb al-Andalus* tem nas alcáçovas de Cáceres e de Badajoz dois dos seus pontos altos, aparecendo aí claramente identificáveis





4 - Tavira: torre albarrã octogonal

elementos arquitectónicos que se vêm a encontrar em fortificações localizadas em território português<sup>35</sup>.

Generaliza-se o uso da taipa militar (muito rica em cal), adquirem importância as torres albarrãs, as torres poligonais, bem como as torres "couraça".

Quanto às torres albarrãs (do árabe *barrânî* - exterior) são torres desligadas, salientes da muralha e unidas a esta por um passadiço superior em arco de volta perfeita ou através de um pano de muro mais ou menos extenso<sup>36</sup>. Normalmente consideradas como uma das características mais marcantes da arquitectura desta fase<sup>37</sup>, delas há vários exemplos no sul.

Normalmente considerado como datando do período almóada, até pela magnífica (e única) torre albarrã que exhibe, o Castelo de Paderne, em taipa, é um dos melhores exemplos de pequeno castelo (*hiṣn*) que se conservam no Algarve<sup>38</sup>. Este mesmo período deixou marcas na fortificação, em taipa, de Salir (Loulé)<sup>39</sup>.

Em Loulé conserva-se um conjunto coerente de torres albarrãs revestidas, em alguns casos e posteriormente, de paramentos mais recentes em alvenaria<sup>40</sup>. Silves, por seu lado apresenta ainda hoje um grande conjunto de albarrãs: a Alcáçova de época islâmica apresenta duas destas torres; também na muralha da antiga *madīna* silvense existem torres deste tipo, num tipo de aparelho em que domina a taipa, reforçada nos cunhais e nos alicerces com obra em alvenaria<sup>41</sup>.

Elvas, ainda em estudo, apresenta indícios de ter tido uma albarrã num dos circuitos amuralhados de época islâmica, situação que, a confirmar-se, não é de estranhar dada a existência de albarrãs em Cáceres, Badajoz e nas modificações introduzidas na fortificação, de origem omíada, de Mérida<sup>42</sup>. Também em Alcácer do Sal, virada para o Sado, existe já sem o passadiço que a unia à muralha, uma torre deste tipo.

Aperfeiçoam-se e generalizam-se no período almóada as portas "em cotovelo", surgindo por vezes entre as duas entradas do cotovelo uma câmara intermédia, noutros casos as portas podem ter cotovelos múltiplos ou o sistema da porta ter como base torres albarrãs.

Será possivelmente deste período a porta "em cotovelo" que define uma das entradas da Alcáçova de Elvas e que vem a ser conhecida, já no período cristão, como Porta do Templo, inserindo-se numa zona da muralha presentemente rebocada mas constituída por taipa (*tabīyya*); esta entrada, incorporada actualmente numa casa particular, apresenta uma câmara ou pátio intermédio, semelhante às que existem na Alcáçova de Badajoz de época almóada<sup>43</sup>.

No Algarve encontram-se duas das mais representativas portas em cotovelo, precisamente em Faro e Silves.

Em Faro, ao contrário da "Porta da Vila" (atrás referida), o "Arco do Repouso" apresenta um acesso acotovelado de dupla entrada lateral, com uma cortina avançada ligada à muralha por duas torres albarrãs. Uma planta do século XVII, existente na Casa de Cadaval, é de vital importância para o conhecimento das obras fortificadas de Faro; nela se pode constatar das características claramente islâmicas destas duas entradas, conservando o "Arco do Repouso" a feição que as recentes obras que aí se fizeram lhe voltaram a dar<sup>44</sup>.

Idêntica à entrada do "Arco do Repouso" é a "Porta de Loulé" (ou "da Almedina") da cintura amuralhada de Silves, também ela uma entrada acotovelada com acesso por dois lados<sup>45</sup>.

Em cotovelo, mas sem a monumentalidade das precedentes, é também a entrada do castelo de Paderne (Albufeira).

Tradicionalmente considerada como uma das características arquitectónicas mais específicas da arquitectura militar do período almóada, as torres poligonais ou plurifacetadas parece difundirem-se também a partir do período almóada. Surgem bem documentadas torres octogonais nas alcáçovas de Cáceres<sup>46</sup> e de Badajoz<sup>47</sup>, atingindo a sua expressão máxima na conhecida "Torre del Oro", torre dodecagonal da sevilhana margem do Guadalquivir<sup>48</sup>.

Em Portugal, para o período islâmico, há vários testemunhos deste tipo de construção.

Em Elvas, coevo do programa de obras almóadas do eixo Cáceres - Badajoz<sup>49</sup> deve ser, para além de vários panos de muralha parcialmente em taipa da antiga *madīna*, uma torre poligonal conhecida actualmente como Arco da Encarnação.



Em Alcácer do Sal uma das torres do seu recinto amuralhado, bastante destruída, é também plurifacetada e não redonda como de longe pode dar a entender, sendo bem visíveis as típicas molduras em cal.

A Porta da Azóia, em Silves, já desaparecida, era também deste tipo (octogonal)<sup>50</sup>.

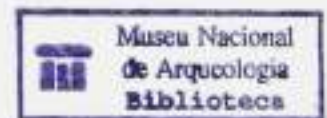
Em Tavira, onde se conservam, algo tapados, variados vestígios de uma importantíssima fortificação islâmica há também, com revestimento exterior em alvenaria, uma torre octogonal.

Quanto a Serpa e Moura, Duarte D'armas, em desenhos do século XVI, mostra torres que, pelas várias esquinas e ausência de sinais de cantaria, devem ser interpretadas como torres poligonais; o mesmo se passa quanto a Elvas, aparecendo num dos seus desenhos uma torre deste tipo, não sendo impossível que possa coincidir com o actual Arco da Encarnação<sup>51</sup>.

As "coursas" (do árabe *andalusi* "qawraja") são tema que, tendo ultimamente suscitado bastante interesse em Espanha, está em Portugal ainda mal estudado. Pode-se, contudo, dizer que se trata de torres ou sistemas defensivos que visam assegurar o aprovisionamento de água, de forma a manter os sitiados sem falta desse precioso líquido<sup>52</sup>.

Fique-se, a título de exemplo sobre este tipo de construção, com a informação disponível para Silves e coeva do domínio almóada. O espantoso texto sobre a conquista desta cidade em 1189 pelos cristãos refere, entre outras coisas, uma "Coirasce" formada por várias torres, e que tinha como finalidade manter a cidade provida de água em abundância<sup>53</sup>.

Algumas das obras executadas durante este período devem ter sido, mais que a construções *ab initio*, programas de melhorias e de ampliações ou especializações de alguns dos sectores defensivos já existentes, através da aplicação de novas tipologias de torres e de entradas mais complexas. Tome-se como exemplo Mértola, onde o robusto recinto existente foi melhorado nesta época; o irmão do Califa almóada Abū Ya'qūb Yūsuf manda efectuar obras de reparação "e melhorar com uma torre a fortaleza de Mértola"<sup>54</sup>.



5 - O "Arco do Repouso", em Faro, constituído por duas torres albanis, sendo visível uma das grandes entradas laterais.



## Construções Pós-Ammóadas

Se os vestígios militares de época islâmica ainda estão pouco estudados, parece não haver dúvida que também muito está por fazer a nível de estruturas e técnicas construtivas feitas já sob domínio cristão, mas inspirando-se em técnicas de época islâmica ou utilizando mesmo *alvanéis* ou construtores de origem islâmica (os *mudéjares* ou “mouros forros”). Na verdade, e só a título de exemplo, é de referir que mesmo depois, em época cristã, se continuam a fazer torres albarrãs<sup>55</sup> e “couraças”, etc...

Subsiste, felizmente, um caso curioso: o castelo do Alandroal, mandado edificar nos séculos XIII pela Ordem de Avis e que foi concebido por um *alvanél* ou mestre construtor muçulmano, durante o reinado de D. Dinis, em finais do século XIII.

Curiosamente, ao *alvanél* muçulmano, mestre Calvo, foi permitido deixar marcas bem claras da sua crença islâmica, conservando-se ainda, à entrada de uma das portas a seguinte inscrição:

LEGALI : BI : IL : ILLALLA : DEOS  
E : E DEOS : SERA : POR : QUEN : EL  
FOR : ESE : UENCERA : EU MOURO : C  
ALUO : FOI : MAESTRE : DE : FAZER : EST  
eCASTELO : DE LANDROAL

«Não vencedor senão Deus. Deus é e Deus será, por quem ele for, esse vencerá- Eu Mouro Calvo fui mestre de fazer este Castelo de Landroal.»<sup>56</sup>

Porém, a sua marca *andalusi* não se fica pela inscrição; o tipo de torres, para além de outras características, ainda em estudo, evidenciam a permanência de saberes que vão ser aproveitados pelos novos senhores. Assinale-se a existência, como que envergonhado a um canto numa das torres, de um pequeno “arco em ferradura”, ligeiramente apontado e com *alfiz*<sup>56</sup>.

Se hoje muitas são as dúvidas, é certo que também não faltam as hipóteses de trabalho, que podem passar pela lenda, pela toponímia, pela arqueologia.

A lenda da “moura” Salúquia, indissociável das muralhas de Moura, pode estar relacionada com ampliações ou importantes modificações efectuadas no recinto amuralhado de Moura pouco antes da sua conquista pelos exércitos de cristãos do Norte. Na verdade, mais que nome de uma mulher que se atirou de uma torre deve, antes, ser nome de torre de onde se teria lançado a dita “moura”; Salúquia deriva de “salūqiyya” (*celoquia*, em algumas fortificações localizadas em território espanhol), palavra utilizada no vocabulário militar do mundo islâmico medieval do ocidente com o significado de “zona alta de controlo”, ou “reduto central”<sup>57</sup>.

Se, quanto à toponímia muitas perspectivas de estudo foram abertas recentemente<sup>58</sup>, quanto à Arqueologia, pela sua vocação multidisciplinar e pela sólida ancoragem ao aproveitamento metódico dos textos escritos das épocas islâmica e cristã, não cessará de surpreender a cada dia.



6 - Alandroal: janela de arco ultrapassado e apontado mudéjar, visto desde o interior.

- <sup>1</sup> Apesar de um recetite apertado geral, de grande utilidade: PAWÓN MALDONADO, 1993.
- <sup>2</sup> PICARD, no prelo: 36-37. "Abd al-'Aziz é o mesmo que está na origem do Tratado de Tudmir (território do *Shariq al-Andalus* - este território (mais tarde *Kura*) de Tudmir (de *Tudumro*, nome do nobre visigodo que o aceitou) corresponde, sensivelmente, à região levantina centrada em Murcia mas abrangendo extensos territórios localizados entre Valência e Lorca - que aceitou uma integração pacífica e negociada dentro do *alif al-falam*, conservando uma grande autonomia face aos novos poderes constituídos a partir de 711; uma edição, em português do texto de tratado pode encontrar-se COELHO, 1972, 155-156.
- <sup>3</sup> "La teórica continuidad entre Antigüedad y el Islam va siendo más cierta de lo que a primera vista parecía. Arquitectos y canteros al servicio del Islam copian modelos de fortalezas y villas del final del Imperio romano. La masiva cantidad de villas romanas reaprovechadas por los árabes de España generó una imprecisa línea de separación entre ambas civilizaciones ..." - PAWÓN MALDONADO, 1987, 366.
- <sup>4</sup> MACIAS, 1992, 421.
- <sup>5</sup> *Museu de Mértola: O Castelo* - catálogo, C. Arg. de Mértola, 1991, p. 14; MACIAS, 1996, 28.
- <sup>6</sup> IBN HAYYAN, 1981, 81-83.
- <sup>7</sup> *Ibidem*: 83-84; veja-se SIDARUS, 1985, 191-197.
- <sup>8</sup> PAWÓN MALDONADO, 1987, 365 e 371.
- <sup>9</sup> Sobre este acontecimento veja-se PICARD, 1981, 215-229; sobre a Alcaçova de Elvas pode ver-se CORREIA, 1996, 83.
- <sup>10</sup> GOMES, 1989, 34.
- <sup>11</sup> FABIÃO e GUERREIA, 1991, 305-319; *idem*: 1993, 85-102.
- <sup>12</sup> CATARINO, 1993, 60,62-63.
- <sup>13</sup> Cf. *Museu de Mértola: O Castelo* - catálogo, C. Arg. de Mértola, 1991, p. 14.
- <sup>14</sup> Não se quer com isto dizer que essa construção date do período califal ou até mesmo de outra fase do domínio islâmico, tendo em conta que se trata de uma zona de forte influência moçárabe, onde muitas expressões de origem árabe tiveram uma vida muito longa.
- <sup>15</sup> TORRES, 1992, 369.
- <sup>16</sup> Quanto ao aparecimento de fortificações deste período já são em taipa (taipa militar, uma variedade de taipa muito rica em cal) pode ver-se TORRES BALBÁS, 1985, 561. Sem rejeitar esta proposta, deve referir-se para fora do *Ghazf* há quem propõe a utilização de taipa já em período mural; recentemente, num estudo aprofundado da fortificação de Calatayud (Saragoça), A. Souto Lasala "propôs uma cronologia central para la torre octogonal construída con tapial", segundo MARTINEZ LILLO, 1991, 32 e nota 75.
- <sup>17</sup> Por exemplo, em TORRES BALBÁS, 1985, 561.
- <sup>18</sup> IBN HAYYAN - 1981: 89; CORREIA, 1992, 67-72.
- <sup>19</sup> CORREIA e PICARD, 1992, 71-89; CORREIA, 1996, 80.
- <sup>20</sup> ARQUEOLOGIA em Tudmir 1988/92 - catálogo de exposição, 1993, 42-46; FERNANDES, no prelo.
- <sup>21</sup> 'ARIB H. SA'ID, 1992, 216 - 211.
- <sup>22</sup> GOMES, 1989, 35.
- <sup>23</sup> TORRES BALBÁS, 1981a, 122-150; TERRASSE, 1954, 389-400.  
Este tipo de entradas parecendo começar no período dos reinos de Taifas podem ser também contemporâneas das ocupações almorávida e almorávida.
- <sup>24</sup> Para B. Pawón Maldonado a granadina *Puerta de los Pinos* é uma "obra segura del siglo V / XI ... [ em que ] ... el pasadizo inferior dibuja en planta un codo, el primero de al-Andalus, probablemente inspirado en puertas tunecinas de ascendencia bizantina."; PAWÓN MALDONADO, 1994, 661.
- <sup>25</sup> Dessas muralhas de Beja de época islâmica fariam parte, certamente, muros e a entrada de época romana de época augustana conhecida como "Porta de Évora" - sobre esta porta de época romana veja-se MANTAS, 1996: 12 e fig 2."
- <sup>26</sup> NYKL, 1940, 401-403, citado por MACIAS, 1988, 253.
- <sup>27</sup> NYKL, 1940, 403.
- <sup>28</sup> Cláudio Torres, em relação à grande torre em taipa que se conserva em Moura, considera que deve datar do período almorávida; porém, não exclui a hipótese de se tratar de uma construção anterior, já do período das Taifas do século XI; cf TORRES, 1992, 403.
- <sup>29</sup> TERRASSE, 1953, 389-400.
- <sup>30</sup> CARA BARBONUEVO, 1990, 119.
- <sup>31</sup> TORRES BALBÁS, 1952, 422.
- <sup>32</sup> Veja-se SIDARUS, 1992, 35-40.
- <sup>33</sup> COELHO, 1972, III, 259.
- <sup>34</sup> Trabalhos arqueológicos coordenados pelo autor destas linhas, iniciados em Outubro de 1997, poderão esclarecer muitas das dúvidas que ainda se mantêm, na medida em que já se encontraram novos troços originais da muralha, detectaram-se em outras zonas muradas e, em algumas zonas mantêm-se níveis arqueológicos selados.
- <sup>35</sup> TORRES BALBÁS, 1985, 462-463; *idem*, 1981c: 236-275; *idem*, 1981, 123-156.
- <sup>36</sup> TERRASSE, 1954, 25; TORRES BALBÁS, 1985, 573, 576-578 e 586-595.
- <sup>37</sup> cf. nota 16, no que respeita às propostas de Souto Lasala, citado por S. Martínez Lillo.
- <sup>38</sup> Veja também o caso do chamado "Castelo Belinho", localizado cerca de Portimão que parece apresentar semelhanças com Pademe - a este propósito veja-se GOMES, 1989, 33.
- <sup>39</sup> VEIGA e CORREIA, 1984, 105-112; TORRES, 1992, 386; CATARINO, 1993, 52.
- <sup>40</sup> MARTENS e MATOS, 1971, 227-247.
- <sup>41</sup> GOMES, 1989, 36. Para o conjunto fortificado de Silves, em geral, deve ver-se: GOMES, 1988, 24 e 31-43.
- <sup>42</sup> TORRES BALBÁS, 1981 d, 119.

- <sup>41</sup> TORRES BALBÁS, 1981 a), 270; *idem*, 1981, 136; CORREIA, 1996, 84.
- <sup>42</sup> ALMEIDA, 1948, 393; CORREIA, 1986, 102, foto 3.
- <sup>43</sup> GOMES, 1989, 35; sobre as portas e muralhas de Faro e de Silves veja-se PWÓN MALDONADO, 1993, 47-79.
- <sup>44</sup> Veja-se as chamadas "torre redonda" e "torre desmochada" de Cáceres, TORRES BALBÁS, 1981, 146.
- <sup>45</sup> "Torre de Espantaperros" em TORRES BALBÁS, 1981, 252-255 e 371.
- <sup>46</sup> FALCÓN MARQUÉZ, 1983, 14.
- <sup>47</sup> TORRES BALBÁS, 1985, 478.
- <sup>48</sup> GOMES, 1984: 37; *idem*, 1988, 38.
- <sup>49</sup> ARMAS, 1943, 41, 43 e 51.
- <sup>50</sup> TORRES BALBÁS, 1985, 535-542 e, mais recentemente, PWÓN MALDONADO, 1986, 331-381, onde se pode constatar da diversidade das construções a que se pode encontrar aplicado a designação de *qasr*, bem como a evolução semântica que sobreveio.
- <sup>51</sup> Vide "A conquista de Silves" in *Fontes Medievais da História de Portugal*, ed. de Alfredo Pimenta, vol. 1, p. 166; considerações sobre a importância desta fonte para as fortificações de Silves podem ver-se em: CORREIA, 1987, 501-509; GOMES, 1988, 38-39.
- <sup>52</sup> HUCI MIRANDA, 1963, 20, citado por *Museu de Mértola: O Castelo - catálogo*, C. Arq. de Mértola, 1991, p. 16.
- <sup>53</sup> Será, possivelmente, o caso de uma - em Castelo Rodrigo, desenhada por Duarte D'Armas; há albarrias também, por exemplo, em Vila Viçosa e em Óbidos.
- <sup>54</sup> Sobre o Alandual vejam-se VASCONCELOS, 1958, 317-318 (veja-se também, do mesmo autor: 1927, 171 e 191). Para uma abordagem mais completa do conjunto de inscrições existentes no castelo do Alandual veja-se AZEVEDO, 1896, 136-137; CORREIA, 1987, 505-506 e foto 3; *idem*, 1996, 86-87, fotos 7-9.
- <sup>55</sup> Veja-se a este propósito MACIAS, 1988, 254 e 261-265; CORREIA, 1986, 509.
- <sup>56</sup> MARQUES, 1991, 102-109.

## Fontes

ARIB B. SA'ÏD - *La Crónica de Arrib sobre Al-Andalus*. Ed. de Juan Castilla Braxiles. Granada.

ARMAS, Duarte d' (1943) - *Livro das fortalezas*. Ed. de João de Almeida. Lisboa: Editorial Imperio.

IBN HAYYÂN (1981) - *Crónica del califa Abderrahmán III un-Nasir entre los años 812 y 842 (al-Muqtabis V)*. Tradução, notas e índices por M<sup>o</sup> Jesús Viguera e Federico Corriente. Zaragoza: Anubis, Inst<sup>o</sup>. Hispano-Arabe de Cultura.

CORREIA, A. Borges, ed. lit. (1972) - *Portugal na Espanha árabe*, 1<sup>o</sup> ed., vol. 1, texto n<sup>o</sup> 35.

PIMENTA, Alfredo, ed. lit. (1982) - *A conquista de Silves*. In *Fontes Medievais da História de Portugal*, 2<sup>o</sup> ed., vol. 1.

## Bibliografia

ALMEIDA, João de (1948) - *Roteiro dos monumentos militares portugueses*. Lisboa, ed. do autor, vol. III.

ARQUEOLOGIA em Palmela 1988/92: catálogo da exposição (1993). Palmela, Cãm. Mun. Palmela.

AZEVEDO, Pedro A. de (1896) - Extractos arqueológicos das «Memorias parrochiales de 1758». *O Arqueólogo Português*. Lisboa, II.

CARA BARRONUEVO, L. (1990) - *La Almería Islámica y su Alcazaba*. Almería, Editorial Cajal.

CATARINO, Helena (1993) - *A ocupação islâmica*. In *História de Portugal, dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Amadora, Ediclube, vol. III, Portugal Medieval.

CORREIA, F. Branco (1986) - Fortificações muçulmanas no Algarve - estado da questão e perspectivas. In *4<sup>o</sup> Congresso do Algarve: Textos das comunicações*. Faro: Rascal Clube, vol. 1.

CORREIA, F. Branco (1987) - Fortificações muçulmanas em Portugal - alguns apontamentos. In *Arqueología Medieval Española: II Congreso*. Madrid, tomo II, p. 501 - 509.

CORREIA, F. Branco (1992) - O Castelo de Aljustrel: uma tentativa de interpretação. *Vizosca. Arqueología e História*, Aljustrel, I, p. 67-72.

CORREIA, F. Branco (1996) - Espaços fortificados de época e influência islâmica na margem direita do curso médio do Guadiana. In *Natalius: El Reino Taifa de Badajoz. Estudios*. Madrid, p. 83.

CORREIA, F. Branco e PICARD, Christophe (1992) - Intervenção arqueológica no castelo de Jurmemba - primeiros resultados. *Arqueología Medieval*. Porto, I, p. 71-89.




- FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar (1991) - O povoado fortificado de "Mesas do Castelhinho", Almodôvar. In *Actas da IV Jornada Arqueológica*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 305-319.
- FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar (1995) - Uma fortificação omíada em Mesas do Castelhinho (Almodôvar). *Arqueologia Medieval*. Porto, 2, p. 85-102.
- FALCÓN MARQUEZ, Todorico (1983) - *La Torre del Oro*. Sevilla. Diputación Provincial de Sevilla.
- FERNANDES, Isabel Cristina (no prelo) - A península de Setúbal em Época Islâmica. In *Lisboa, encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos*. Lisboa, 1997. (no prelo).
- GOMES, Inês Varela. (1988) - Cerâmicas muçulmanas do castelo de Silves. *IdB. Silves*, 1.
- GOMES, Inês Varela (1989) - A arquitectura militar muçulmana. In MOREIRA, Rafael, dir. *História das fortificações portuguesas no mundo*. Lisboa, Publicações Alfa.
- HUICI MIRANDA, A. (1963) - Nuevos fragmentos almorávidas y almohades. Valencia, vol. 1, p. 29, citado por Museu de Mértola. *O Castelo: catálogo* (1991). Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- MÁCIAS, Santiago (1988) - As muralhas medievais de Moura. *Arquivo de Beja*. Beja, 2ª série, III.
- MÁCIAS, Santiago - *Mértola Islâmica*. Mértola: Campo Arq. de Mértola, 1996, p. 28.
- MÁCIAS, Santiago - Resenha dos factos políticos. In MATOSO, José, dir. (1992) - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 1.
- MANTAS, Vasco Gil (1990) - Tele-deteção, cidade e território. *Arquivo de Beja*. Beja, Série III, 1. Ed. Museu de Beja.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1963) - O Portugal islâmico. In *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, vol. 2. Portugal das invasões germânicas à reconquista, p. 192-199.
- MARTÍNEZ LILLO, S. (1993) - Estudio sobre ciertos elementos y estructuras de la Arquitectura militar Andalusí. La continuidad entre Roma y el Islam. *Boletín de Arqueología Medieval*. Madrid, 5.
- MARTINS, Luísa P.; MATOS, José Luís de (1971) - As muralhas de Loulé. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, Série III, V, p. 227-247.
- MUSEU de Mértola. *O Castelo: catálogo* (1991). Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- NYKI, A. R. (1980) - Algarves inscrições árabes de Portugal. *Al-Andalus*. Granada, V (2), p. 401-403, citado por MÁCIAS, Santiago (1988) - As muralhas medievais de Moura. *Arquivo de Beja*. Beja, 2ª série, III.
- PÉVÓN MALDONADO, B. (1986) - Coracbas Hispanomusulmanas. Ensayo semántico arqueológico. *Al-Qadisiya*. Madrid, VII, p. 331-381.
- PÉVÓN MALDONADO, B. (1987) - Las puertas de ingreso directo en la Arquitectura Hispanomusulmana. La superposición Arco-Dintel de la Puerta de Bisagra de Toledo. *Al-Qadisiya*. Madrid, VIII.
- PÉVÓN MALDONADO (1993) - *Ciudades y Fortalezas Lusitanomusulmanas - Crónicas de viajes por el sur de Portugal*. Madrid, A.E.C.I. 131 p.
- PÉVÓN MALDONADO, B. (1994) - El arte. In MENÉNDEZ-PIDAL, dir. - *Historia de España*. Madrid, vol. VIII/1: Los reinos de Taifas. *Al-Andalus en el siglo XI*.
- PICARD, Christophe (1981) - La fondation de Badajoz par Abd al-Rahman Ibn Yahya al-Ibbâdi (fin IXe siècle). *Revue des Études Islamiques*. Paris, XLIX (2), p. 215-229.
- PICARD, Christophe (no prelo) - *Histoire du Portugal et de l'Espagne occidentale à l'époque musulmane (début VIIIe siècle - milieu XIIIe siècle)*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, p. 36-37.
- SIDARUS, Adel (1992) - Novos dados sobre Ibn Qasi de Silves e as Taifas Almorávidas no Gharb al-Andalus. In *Jornadas de Silves*. Alfar, Silves, Assoc. Def. do Patrim. de Silves, p. 25-40.
- SIDARUS, Adel (1995) - A nova fundação de Évora no princípio do século X. In *Congresso sobre o Alentejo*. Beja, p. 191-197.
- TERRASSE, Henri (1953) - La forteresse almorávide d'Amérgo. *Al-Andalus*. Granada, XVII, p. 389 - 400.
- TERRASSE, Henri (1954) - *Les Berbères de l'Espagne Musulmane*. Madrid: Imprenta y Editorial Maestre.

- TORRES BALBÁS, L. (1981a) - Las puertas en recodo en la arquitectura militar hispano-musulmana. In *Obras Dispersas I*. Madrid: Instituto de España. vol. 7, p. 122-150.
- TORRES BALBÁS, L. (1981b) - Nuevas perspectivas sobre el Arte de Al-Andalus bajo el dominio Almorávide. *Obras Dispersas I*. Madrid: Instituto de España. vol. V, p. 193. También publicado en *Al-Andalus*. Granada. XVII (1952) 422.
- TORRES BALBÁS, L. (1981c) - La Alcazaba almohade de Badajoz. In *Obras Dispersas I*. Madrid: Instituto de España. vol. 1, p. 236-275.
- TORRES BALBÁS, L. (1981d) - Las torres albarranas. *Obras Dispersas I*. Madrid: Instituto de España. vol. II. También publicado en *Al-Andalus*. Granada. VII (1942) 216-220.
- TORRES BALBÁS, L. (1981e) - Cáceres y su cerca almohade. In *Obras Dispersas I*. Madrid: Instituto de España. vol. IV, p. 121-156.
- TORRES BALBÁS, L. (1985) - *Ciudades hispanomusulmanas*. 2ª ed. Madrid: Inst. Hispano-Árabe de Cultura.
- TORRES, Cláudio (1992) - O Garb-Al-Andalus. In MATOSO, J. - *Historia de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores. vol. 1: Antes de Portugal.
- VASCONCELOS, José Leite de (1927) - *De Terra em Terra*. Lisboa. vol. II.
- VASCONCELOS, José Leite de (1958) - *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional. vol. IV.
- VEIGA, Mª Cristina, CORREIA, F. Branco (1984) - Paderna e Salir - duas fortificações muçulmanas. In *Livro do Congresso. Segundo Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses*. Lisboa. Património XXI. p. 105 - 112.

# Fortificações da Serra Algarvia

## 1. Fortificações do Algarve Oriental no contexto da kura de Ossónoba

s limites geográficos do actual Algarve correspondem, ainda hoje, sensivelmente ao mesmo espaço que pertenceu à antiga diocese visigótica e, depois, à *Kura* islâmica de Ossónoba, cuja capital, inicialmente em Santa Maria de Ossónoba ou do Ocidente (Faro), acabou por ser substituída pela *madīna* de Silves, possivelmente a partir do Califado, à semelhança do que se verificou em relação a outras cidades de al-Andalus, nomeadamente em Pechina-Almeria ou Elvira-Granada. O Algarve Oriental manteve, porém, o principal centro urbano em Santa Maria do Ocidente que, no século XI, formou o reino de taifa de Santa Maria de Harun, com território até ao Guadiana, limite com o reino taifa de Niebla.

Em termos administrativos, esta região compreendia ainda pequenos distritos regionais indicados nas fontes árabes, nomeadamente em Ibne Saide: Loulé (*Al-Ulgā*) era o centro urbano de uma comarca, onde se incluíam várias alcarias, como Salir, que se fortificou a partir do século XII; e Cacela (*Qastālla Darrāj*), substituindo, em parte, o antigo território da *civitas* de Balsa, é agora dominada por árabes do grupo dos Banu Darrāj, em cujo alfoz se localizavam alcarias e castelos, entre outros o Castelo Velho de Alcoutim e o Castelo das Relíquias, ambos no actual concelho de Alcoutim.

---

\* Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigadora da UNIARCH, Instituto de Arqueologia, Palácio de São Ruy - 3000 Coimbra.



A partir da observação das características morfológicas, das técnicas de construção e dos resultados arqueológicos obtidos, respectivamente, no Castelo Velho de Alcoutim, no Castelo das Relíquias e no Castelo de Salir, podem definir-se genericamente dois grandes momentos para a edificação de recintos fortificados no Algarve Oriental: os dois primeiros são de época omíada, construídos a partir do período emiral/califal, ainda com ocupação durante os reinos de taifas e, eventualmente, até inícios do período almorávida, mas sem vestígios almóadas; o terceiro corresponde a uma alcaria do alfoz de Loulé, protegida por muralhas e torres de taipa a partir do período dos impérios africanos.

### 1.1. O Castelo Velho de Alcoutim

O Castelo Velho de Alcoutim situa-se aproximadamente a 1 km para norte da vila de Alcoutim e implanta-se num cabeço com 96 m de altura. A sua localização, sobranceiro ao Guadiana (Fig. 6) e, ao mesmo tempo, alcantilado sobre a crista mais elevada do cabeço, é estratégica de forma a dominar o rio, importante via fluvial desde a Antiguidade, e um amplo espaço para o interior montanhoso, onde se localizavam os principais núcleos de povoamento dependentes deste recinto fortificado.

Entre os povoados rurais e mineiros de época muçulmana que se situavam em torno do castelo, até um raio máximo de 5/6 km, destacam-se os seguintes: Lourinhã II, a cerca de 0,5 km e perto do sítio romano da Lourinhã; o Cerro da Horta do Brejo, a 1,25 km e implantado sobre filões das minas do Brejo; a Cerca das Oliveiras do Cerro do Lobo, a 4,75 km, junto a minas situadas na área de Cortes Pereiras; S. Martinho Velho de Cortes Pereiras, a 4,25 km, numa área onde também existem vestígios romanos; o Montinho de Corte da Seda, a cerca de 4 km, perto das minas do Barranco da Amarela e da Casa Velha do Marmeleiro, também com povoamento romano nas proximidades; e Alcaria das Pêgas, a cerca de 5,75 km.

Daquilo que hoje se torna visível, após várias campanhas de escavações (Fig. 1), conclui-se que o Castelo Velho de Alcoutim<sup>2</sup>, edificado em xisto e grauvaque, correspondia a um pequeno *hissn* omíada, de época emiral, com povoação associada, que se estendia sobretudo pelas encostas norte/este e num outro cabeço, menos elevado, que atinge as proximidades do sítio romano da Lourinhã, junto do Guadiana. As estruturas defensivas postas a descoberto dividem-se em dois grupos: um recinto fortificado central na parte mais elevada do cabeço e uma ou mais linhas de muralhas que circundam as encostas.

O recinto fortificado superior (sondagem 1) ocupa um espaço rectangular, aproximadamente com 32 m de comprimento por 22 m de largura, numa área interna com cerca de 704 m<sup>2</sup>, onde se identificaram cisterna e compartimentos habitacionais. As muralhas apresentam uma espessura média de 1,80 m a 2 m e, em algumas áreas, conservam entre 1,5 m a 2 m de altura. Nas faces externas são visíveis buracos, para escoamento de águas e/ou de esgotos, associados a edifícios internos que possuíam canalizações, nomeadamente numa latrina localizada perto da entrada da fortaleza.

Uma porta estreita, ou postigo, abre sobre a muralha norte e o tramo voltado para o Guadiana foi reforçado, provavelmente no século XI, aquando da construção de um grande torreão que protege a porta principal, localizada a nascente. Para além deste torreão, com 5,30 m de comprimento por 3,80 m de largura, identificaram-se outras torres maciças, de planta rectangular e quadrangular irregular, adossadas às muralhas: no lado poente encontra-se uma, com 4,70 m por 3 m de lado; na muralha norte existem duas, mais pequenas, uma com 2,20 m por 2,40 m de lado e a outra, a uma distância de

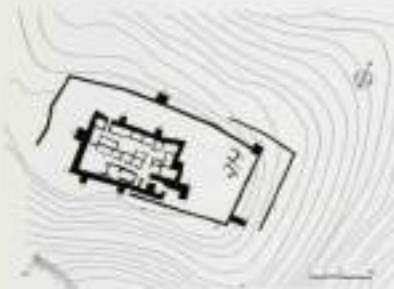


Fig. 1 - Planta topográfica parcial do Castelo Velho de Alcoutim, com indicação das estruturas habitacionais da última fase de ocupação

10,30 m da primeira, com 2,60 m por 2,40 m; a sul, opostas a estas, encontram-se restos de outras duas, muito destruídas devido ao carácter abrupto da encosta.

Circundando a fortaleza superior aparecem outras muralhas e torres, cujo traçado se depreende por taludes no terreno e tramos à superfície, sobretudo na área desmatada e na correspondente à sondagem 2. Ao longo da encosta sul vislumbram-se vestígios que seguem para nascente e, a cerca de 25/30 m, a partir da porta principal, inflectem para norte, formando ângulo a nordeste, onde se pôs a descoberto uma torre com 3,13 m por 3,15 m de lado. Esta muralha segue, em parte soterrada por derrubes e arbustos, ao longo da encosta norte, onde apresenta mais de 60 m de comprimento. Sensivelmente a meio, observam-se restos de outra torre, de planta rectangular, com 3,07 m por 4 m de lado. Trata-se de muralhas mais estreitas do que as da fortificação central: entre 1,30 m até 1,50 m de espessura. No canto nordeste, localizaram-se estruturas habitacionais, que podem identificar-se como pertencendo a armazéns, de onde se recolheram recipientes de cerâmica e um pequeno prato de balança, de cobre.

As escavações no interior da fortaleza superior revelaram várias fases de construções e reconstruções. Pelas evidências arqueológicas, torna-se seguro afirmar que este castelo foi edificado no período emiral, mais precisamente no século IX, quando se construíram as muralhas, a cisterna e os edifícios internos da primeira fase. Desta época, restam, em locais pontuais, alinhamentos de paredes afastadas da muralha, que pertenciam a estruturas habitacionais substituídas, depois, pelas construções da segunda fase.

Os estratos arqueológicos correspondentes a este primeiro período revelaram fragmentos de telhas e de recipientes de cerâmica, sobretudo de fabricos locais e regionais grosseiros, em pastas ocre acastanhadas e alaranjadas, em alguns casos com restos de decoração feita a partir de aplicação de cordões plásticos digitados. Um pequeno grupo de fragmentos pertence, porém, a peças importadas, possivelmente do Sul da actual Andaluzia, com pastas depuradas, mas de textura porosa ou friável, que se desagrega facilmente em contacto com as mãos. A cor da pasta varia entre o branco acinzentado, creme amarelado, verdoso e rosado e as superfícies podem apresentar traços de pintura a óxido de ferro. Um fragmento de bojo de pequeno púcaro (jarrito) apresenta vidrado monocromo esverdeado sobre decoração incisa, seguramente importação emiral de Pechina.

Provavelmente na sequência das lutas da 1ª Fitna, de finais do século IX, ou no período que leva ao estabelecimento do califado de Córdoba, nos inícios do século X, verificaram-se incêndios, seguidos de destruições que também são evidenciados pelo aparecimento de pontas de lança, misturadas com as cerâmicas emirais. Posteriormente, já no período califal, verifica-se reestruturação urbana, com edifícios agora adossados às muralhas, cortando os anteriores. Se, inicialmente, deve ter-se deixado vazio o espaço central, ou pátio do castelo, este acaba por ser ocupado, construindo-se um edifício rectangular, de onde se recolheu, sob a parede do topo este, um fundo de tigela (ataifor) decorada a verde e manganés, de características califais. Do mesmo modo, nos finais do califado ou no período das lutas que levam ao estabelecimento dos reinos de taifas, dá-se também a remodelação da muralha este e da porta virada para o Guadiana, que passa a estar protegida por um torreão em L, encostado à muralha, a formar um cotovelo interno na defesa da entrada. Esta reestruturação do espaço ter-se-á mantido durante o período dos reinos de taifas para, depois, ser novamente objecto de destruições e conseqüente abandono, em momento ainda impreciso, o mais tardar durante os finais deste período ou nos inícios da ocupação almorávida da região.

Até ao momento, identificaram-se, para a fase final de ocupação, vinte espaços habitacionais dos quais dois são pátios. Para além do edifício central e de pequenos com-



partimentos adossados às muralhas, um destinado a latrina, identificaram-se ainda três ruelas e uma cisterna que, embora pequena, de uma só nave e com sala anexa, apresenta estrutura semelhante a outras construídas durante os períodos emiral/califal.

O espólio cerâmico associado a este segundo período é bastante homogêneo, apontando para cronologias que oscilam entre o período califal e dos reinos de taifas, com destaque para as peças de cerâmica decoradas a verde e manganês e a corda seca parcial, assim como as de superfícies vidradas cor de mel e com decoração monocroma a óxido de manganês.

No estado actual da investigação é praticamente impossível deduzir, a partir da extensão do recinto fortificado central e da área escavada, a evolução da demografia urbana e o número de pessoas que habitavam o castelo na fase de maior intensidade de ocupação. Porém, pode partir-se do princípio que o recinto fortificado superior correspondia a um minúsculo alcácer e que os diversos compartimentos - com pátios, ruas, cozinhas e quartos - pertenciam a um complexo habitacional (tipo palácio fortificado), onde habitava uma família clânica alargada pertencente, possivelmente, a uma das tribos berberes que se estabeleceram na região.

## 1.2. O Castelo das Relíquias

O Castelo das Relíquias situa-se na freguesia de Giões (concelho de Alcoutim), num cabeço alongado, praticamente isolado na paisagem, com elevações máximas de 184 m no topo este e 181 m no topo oeste (Fig. 4). As encostas mais inclinadas são as que estão voltadas para a ribeira do Vascão, que banha a base do cabeço a norte, enquanto que as de melhor acesso se localizam a sul e poente. O caminho que lhe dá acesso faz-se a partir de um desvio da E.N. 124, que passa por Giões, a cerca de 2,5 km do castelo, e segue por S. Bartolomeu de Via Glória (concelho de Mértola), para se ligar à E. N. 122.

Tal como o Castelo Velho de Alcoutim, também a fortificação das Relíquias se situa no centro de um território com vários núcleos de povoamento rural e mineiro destacando-se, para um raio máximo de 5/6 km, os seguintes: Alcária Chã, a cerca de 3,25 km; Casa do Galaxo ou Cataxo, a 4,5 km; Clarines, a 5 km; Cerca das Oliveiras do Lotão, a 5 km; Cerro do Major, a 5,25 km; e Alcariaias das Velhas, a cerca de 6 km.

No topo este do cerro onde se localiza o castelo ainda se conservam alinhamentos de muralhas (Fig. 2), pertencentes a uma fortaleza de planta quadrangular irregular. O tramo sul encontra-se totalmente soterrado, enquanto que os outros apresentam as seguintes dimensões: a norte, uma extensão de cerca de 34 m; a este, praticamente visível na totalidade, tem 40 m de comprimento e, a oeste, é visível numa extensão de 35 m. As muralhas têm uma espessura média de 2 m podendo, no entanto, atingir 2,30 m. São de pedra seca, compostas por blocos de xisto e grauvaque sobrepostos, com terra e pequenas pedras a preencher e a calçar os espaços intermédios e o centro. Excepto no topo sul, completamente soterrado, encontram-se relativamente bem conservadas, pese embora a quantidade de derrubes, que levam a que raramente ultrapassem os 2,5 m de altura.

De momento, não se escavaram as áreas correspondentes à entrada no recinto fortificado. Contudo, a interrupção da muralha norte, no canto da ligação com o tramo este, leva-me a pensar que nesta zona se encontraria uma porta simples cujo vão apresenta cerca de 3 m de largura.

As torres visíveis são apenas quatro: uma na muralha norte, próximo do vão da possível porta, tem uma planta rectangular, aproximadamente com 5 m de comprimento e



Fig. 2 - Planta topográfica parcial do Castelo das Relíquias, com indicação das estruturas habitacionais da sondagem 1 e dos tramos de muralhas da sondagem 2



2,5 m de largura; no ângulo noroeste, apesar da quantidade de derrubes, parece existir uma torre de ângulo, também rectangular, com cerca de 4,5 m de comprimento por 2,5 m de largura; adossada à muralha oeste, uma outra, mais pequena, com 2,5 m de lado; sensivelmente a meio do tramo este, um grande torreão, aparentemente oco, com cerca de 6 m de cada lado.



Fig. 3 - Planta topográfica parcial de Sair, com indicação do traçado hipotético das muralhas, localização das torres de torre e da área da escavação.

Praticamente a acompanhar a crista do cabeço, para poente do recinto fortificado principal, encontra-se um enorme talude de pedras e terra, que esconde uma muralha, com orientação este/oeste. Terá aproximadamente uma extensão de 60 m e é visível em alguns tramos, onde chega a ter cerca de 3 m de largura. Outros alinhamentos de paredes, principalmente nas encostas voltadas para o Vascão, denunciam a existência de estruturas habitacionais de um enorme povoado.

A escavação da sondagem 2 (Fig. 2), localizada a cerca de 60 m para poente do recinto fortificado superior, revelou também alinhamentos de muralha. No topo, um enorme torreão, cuja superfície ainda não está totalmente posta a descoberto, situava-se num ângulo de muralhas que, para nascente, se ligavam ao fortim principal e, para norte, desciam a encosta voltada para a ribeira do Vascão. Este tramo tem cerca de 2,10 m de espessura e apresenta uma torre quadrangular, aparentemente com menos de 3 m de lado, muito destruída devido à inclinação do terreno.

A área demasiado restrita onde se efectuaram as intervenções arqueológicas não pode fornecer, de momento, resultados definitivos sobre o tipo de edifícios e a evolução diacrónica de todo o recinto fortificado e da povoação. Na sondagem 1 (Fig. 2), localizada no interior da fortaleza, identificou-se uma ruela estreita e vários compartimentos habitacionais, dos quais se destaca uma pequena latrina, com canalização que desaguava na muralha poente. De momento, ainda não se identificou nenhum compartimento que pudesse ter pertencido a uma cozinha, visto que não se encontrou nenhuma estrutura de lareira. Pelas características das construções, pode considerar-se, no entanto, que também neste castelo estão bem definidos dois momentos de ocupação:

1. O primeiro está bem representado no nível 6, no interior do compartimento A, o qual se construiu afastado da muralha, deixando um adarve com 75 cm de largura. Daqui se recolheu, sob uma camada de derrubes de telhado e vestígios de incêndio, um conjunto homogêneo de cerâmicas com características emirais ou dos primeiros anos do Califado.

2. A segunda fase corresponde praticamente às anteriores estruturas habitacionais notando-se, porém, remodelações e acrescentos de paredes. Ao espólio recolhido, maioritariamente cerâmica comum, pode atribuir-se uma cronologia centrada no século XI, com destaque para peças de superfícies vidradas cor de mel e decoradas a óxido de manganês, assim como as decoradas a corda seca parcial.

A partir da superfície amuralhada da fortificação ou cidadela principal, podemos constatar que teria uma área aproximada de 1400 m<sup>2</sup>, correspondente a um pequeno "alcácer", onde residia a família que controlava o território dependente do castelo. Quanto ao recinto fortificado exterior, é ainda inviável fornecer uma ideia, mesmo aproximada, do seu perímetro. Parece, no entanto, que para poente do recinto fortificado principal, se estendia uma espessa muralha com mais de 60 m de comprimento. Para norte, descia ao longo da encosta, provavelmente até quase à margem da ribeira do Vascão, encerrando uma grande povoação.

Pelo tipo de fortificação e vestígios que se encontram à superfície, por uma área de cerca de 4 ha, podemos considerar que o Castelo das Relíquias corresponde a um pequeno burgo, ou *hísn*, que controlava um território da Serra algarvia, densamente povoado, com alcarias e pequenos casais, em alguns casos, sobretudo em Clarines, com continuidade de ocupação desde o período romano, outras de fundação muçulmana. Estaria em estreita relação de interdependência económica com esta região mineira do Alto Algarve Oriental (minas do Lotão e Laborato), numa zona igualmente propícia à agricultura e à pastorícia, como acontecia com o Castelo Velho de Alcoutim e outros, situados junto de minas, como, por exemplo, o Castelo de Aljustrel.

### 1.3. O Castelo de Salir

O Castelo de Salir implanta-se num cabeço de brecha calcária, com 256 m de altura, no espaço poente da sede de freguesia do mesmo nome, concelho de Loulé, na área mais setentrional do chamado Barrocal Algarvio, na transição para as Serras do Malhão e do Caldeirão. Pelas características do terreno, sem desníveis acentuados em relação ao espaço urbano actual, pode considerar-se que este castelo teria sido uma alcaria, amuralhada no século XII, que protegia também o centro de um território rural. Porém, na parte mais elevada, situada a nordeste, podia ter havido uma torre de vigia, elemento de defesa frequente em alcarias. No entanto, porque as escavações se realizaram em plena área urbana, num quintal adquirido pela autarquia de Loulé, a quem se devem todos os apoios concedidos para a escavação, não é possível ter-se uma ideia, mesmo que aproximada, da extensão abarcada pela povoação islâmica.

Embora não se tenham feito prospecções exaustivas em torno da povoação, a menos de 1 Km para ocidente do castelo localiza-se o sítio da Torrinha, uma *villa* romana que manteve ocupação que se prolonga, aparentemente, até ao período visigótico ou aos inícios da dominação muçulmana. Para sul, no sítio da Bela Vista, recolhi fragmentos de telhas com decoração digitada e alguns bordos, asas e fundos de cerâmica muçulmana. Para sudoeste localizar-se-ia a necrópole, no sítio das Pontes, onde foi encontrada, em 1968, uma inscrição funerária<sup>2</sup>, recentemente incluída no catálogo da obra *Epigrafia*



Fig. 4 - Castelo das Relíquias visto de sul



*Medieval Portuguesa*<sup>4</sup>, com epitáfio de Muhammad Ibn Sad, falecido no ano da Hégira de 407 (10 de Junho de 1016 - 29 de Maio de 1017). Pelo exposto, embora o Castelo de Salir se associe às fortificações de taipa, construídas a partir do século XIII, os vestígios de povoamento na zona são mais antigos, evidenciando uma exploração intensiva dos recursos económicos da Serra e do Barrocal.

Do que resta da fortificação muçulmana, no estado actual da investigação, é impossível definir de forma precisa a totalidade do perímetro, pelo que o traçado só pode ser hipotético (Fig. 3). No entanto, pela disposição das torres conservadas e a orientação de um tramo de muralha, com cerca de 1,80 m a 2 m de espessura, identificado durante as escavações, assim como de outros, de que pode ter-se uma percepção, a partir do alinhamento de ruas e paredes de casas que as aproveitam, levam-me a pensar que tinha uma planta poligonal irregular.

Um adossadas às muralhas, outra afastada, o castelo possuía várias torres construídas de taipa, de que se conservam quatro, e uma outra, ou possível tramo de muralha, designada localmente por Muro da Sabedoria, hoje completamente destruída, situada num ângulo a sudeste, em frente do actual Bar Mouro. Quem chegue ao morro do castelo pela encosta sudoeste depara com a primeira torre (torre A), entre os muros de um grande edifício e voltada para uma estreita ruela que acompanharia o exterior da muralha sul. Trata-se de uma torre maciça que conserva 4 m de altura e as faces visíveis têm 4,80 m de lado. Seguindo por uma estreita rua, para norte, chega-se a uma segunda torre, designada por Muro Maior (torre B), que se localiza sobre a encosta poente. Trata-se de uma torre albarrã de planta quadrangular, com 4,60 m de lado e que atinge 3,85 m de altura. Sobre a encosta norte encontra-se outra (torre C), num forte declive da rocha (Fig. 7). Tem planta rectangular com 4,70 m de comprimento por 3,88 m de largura e foi arrasada na parte superior para possibilitar a abertura de um caminho. A nordeste fica a Torre da Alfarrobeira (torre D), também construída sobre forte declive da rocha, numa saliência em perigo de derrocada. Tem planta rectangular, com 5,10 m de comprimento por 4,60 m de largura, conservando, ainda, cerca de 3 m de altura.



Fig. 5 - Aspecto das escavações no Castelo de Salir



Estas torres, construídas de taipa, apresentam superfícies alisadas, sinais dos troncos de madeira das cofragens e marcas de separação de cada taipal, com bandas pintadas a branco, com cerca de 8 cm de espessura, que imitam grandes silhares rectangulares, de 72 cm por 160 cm de lado. Tomando como comparação algumas fortificações almóadas, podemos observar uma certa constante na utilização do duplo côvado *ma'muni* como medida-padrão. Entre outros exemplos, as muralhas de taipa de Alcácer do Sal, provavelmente já existentes nos séculos X/XI, com reparações no período almóada, têm cofragens que variam entre 0,75 m e 0,80 m, aproximando-se das observadas na torre almóada e em alguns tramos das muralhas de Loulé. No castelo de Juromenha<sup>5</sup>, conforme os locais, as medidas são também variáveis, entre 0,70/0,75 m, 0,80 m e 0,90 m, podendo corresponder a diferentes fases de construção. No Castelo de Salir<sup>6</sup>, todas as torres têm entre de 0,80 m e 0,84 m e no Castelo de Paderne<sup>7</sup>, tanto nas muralhas como na torre albarrã, as alturas das cofragens são, aproximadamente, de 0,84 m, embora junto da porta possam atingir os 0,86 m de altura.

Os trabalhos arqueológicos revelaram um tramo da muralha de Salir, com mais de 20 m de comprimento, localizado junto do perfil poente dos quadrados escavados. Encontra-se reforçado no espaço junto da torre albarrã, zona que exigia maior defesa. Por isso, a técnica de construção aqui utilizada é de blocos de pedra bem argamassada, a formar um formigão bastante consistente. Encontra-se, porém, muito destruída no restante tramo, com construção em taipa de formigão mal aparelhado, misturado com terra e cal, denunciando, no geral, uma construção de fraca consistência.

Podem individualizar-se, na área até agora escavada, silos, canalizações, uma estreita ruela que termina na muralha e tem cerca de 1,80 m de largura, várias estruturas habitacionais, que correspondem a edifícios do período almóada, impossíveis de escavar integralmente por se estenderem sob quintais vizinhos (Fig. 5). Num dos espaços foi identificada a cozinha e parte do pátio de uma casa; outra, seria um pequeno edifício com dois compartimentos; o terceiro espaço pertencia também a uma casa de que se identificou o pátio de dois compartimentos com lareiras. Trata-se de casas simples e pobres, que se agrupariam num pequeno bairro periférico encostado à muralha poente. Identificaram-se igualmente quatro silos<sup>8</sup>; o primeiro conservava-se intacto, mantendo ainda a laje de cobertura; os outros serviram como lixeira, a partir do momento em que deixaram de estar em fun-

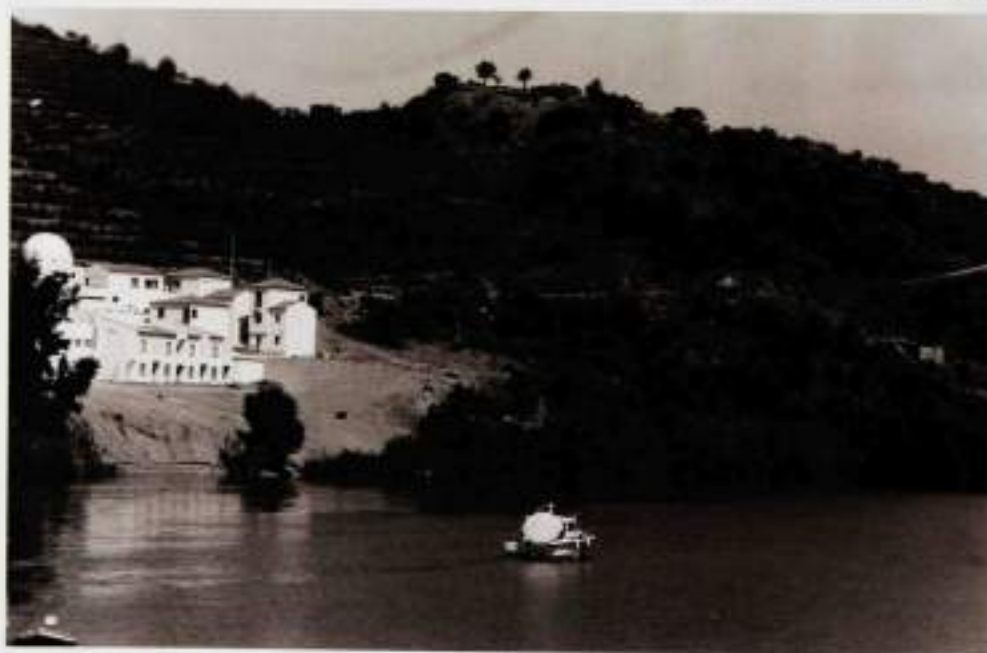


Fig. 5 Aproximação ao Castelo Velho de Alcoutim a partir do forte de San Lúcar de Guadiana, em Espanha

cionamento para armazenamento de cereais. Um deles, cortado lateralmente por uma parede, continha um conjunto homogêneo de espólio cerâmico dos séculos XII/XIII.

No estado actual da investigação, pode considerar-se que está por esclarecer a ocupação muçulmana mais antiga de Salir, embora existam indícios de que os inícios desta alcaria possam situar-se na área menos elevada, nas proximidades da *villa* romana da Torrinha ou no sítio da Bela Vista. Na verdade, se bem que na área escavada não existam vestígios anteriores ao século XII, o facto de a lápide funerária datar de inícios do século XI, mostra que esta povoação já devia ter uma certa importância durante o califado e os reinos de taifa. No entanto, o castelo foi construído numa fase mais tardia, perante o perigo do avanço da Reconquista para o Sul do Garbe, pelo que os vestígios de estruturas habitacionais e o espólio arqueológico são típicos do período almóada. As destruições provocadas pela Reconquista aparecem bem evidenciadas na existência de camadas de incêndios a que se associam alguns elementos militares como sejam bolas de pedras de arremesso e várias pontas de seta ou virotes de besta.

## 2. Síntese e comentários

No Algarve Oriental, para além do território dependente de Faro, podemos pensar que, no *iqlim* de Cacela, tenham surgido, a partir do século IX/X, pequenas comarcas ou partidos, de tipo *yuz*, com os respectivos *husum* (plural de *hisn*) situados em espaços pastoris e mineiros. Se as primeiras referências escritas a concessões de "senhorios" surgem no século IX, sobretudo durante o emirado de Muḥammad I (852-886), pode deduzir-se que a edificação do Castelo Velho de Alcoutim e do Castelo das Relíquias seja de meados deste século. Em contrapartida, no território dependente do *iqlim* de Loulé, a população da alcaria de Salir ter-se-á fortificado a partir do século XII.

Assim, no estado actual da investigação, que ilações poderão retirar-se, a partir das fontes históricas e arqueológicas, sobre a evolução dos recintos fortificados do Algarve Oriental:

1. Num primeiro momento, mantiveram-se seguramente os amuralhados do Baixo Império, sobretudo na cidade de Ossónoba (Faro), à semelhança do que aconteceu com outras *civitates* que foram dioceses visigóticas e, depois, capitais de *Kuwar* (plural de *Kura*). No século VIII, salvo o caso, excepcional, de Silves, com muralha atribuída à primeira metade desse século<sup>9</sup>, o Garbe al-Andaluz deve ter mantido o mesmo tipo de povoamento anterior à conquista islâmica.

2. No século IX, a partir de 844, perante ameaças de Normandos, que destroem, inclusive, as muralhas de Lisboa, a preocupação de defesa deve ter resultado na reparação de antigas muralhas urbanas e na construção de novos fortins, incluindo ribates, que protegem a costa e o curso fluvial de grandes rios, como o Tejo, o Sado, o Guadiana ou o Guadalquivir. Será, por isso, no emirado de ʿAbd al-Raḥmān Muḥammad II, a quem se deve também a criação de estaleiros navais, ou, mais provavelmente, durante o governo de Moḥammad I, que se edificaram o Castelo Velho de Alcoutim e o Castelo das Relíquias, fortificações que se tornaram centros de concessões territoriais em micro-regiões, que detinham direitos económicos sobre as populações rurais mais próximas.

Partindo do princípio que os dois *husum* do Alto Algarve Oriental são de fundação emiral, parece-me, no estado actual dos trabalhos de campo, que o Castelo Velho de Alcoutim pode ter sido, de início, um simples fortim omíada, de tipo ribate, com vigilância sobre a via fluvial do Guadiana, convertendo-se, desde o califado, no centro de um



Fig. 7 Torre de saipa do Castelo de Salir, localizada sobre a encosta norte



domínio sobre o rio e os núcleos rurais dos arredores. O Castelo das Relíquias, será seguramente construído na segunda metade do século IX, possivelmente na sequência das concessões de "senhorios" dadas por Muhammad I.

Estes castelos serão contemporâneos de outras fortificações omíadas de planta quadrangular e rectangular, nomeadamente com paralelos em Mérida, Trujillo, El Vacar<sup>10</sup>, Almiserát<sup>11</sup> ou, ainda, em Bayyana, Pechina, neste caso numa região de estabelecimentos árabes iemenitas. Na segunda metade de século IX funda-se Bayyana, que obterá do emir Muhammad I ou de Abd 'Alah o reconhecimento e delimitação do seu território mediante uma rede de *husum*<sup>12</sup>. De facto, nos finais do século IX, existem várias referências documentais para alguns destes castelos emirais, sobretudo durante as guerras da 1ª Fitna, época em que al-Andaluz se tornaria um "País de *Husum*".

3. Durante o califado e os reinos de taifas, penso que estes castelos do Alto Algarve Oriental mantiveram as funções de centros de comarcas vocacionadas para uma economia agropastoril e mineira, com bom escoamento dos metais via Guadiana. No Castelo Velho de Alcoutim observaram-se, inclusivamente, alterações na disposição dos edifícios e a reestruturação da porta do castelo, com o acrescento de uma grande torre adossada à muralha este, que determinou um novo tipo de entrada, em cotovelo simples, seguido de um corredor em rampa com átrio a meio, onde se concentrava grande número de pontas de lança que revelam bem o seu carácter defensivo.

4. Para os períodos almorávida e almóada, excepto os resultados arqueológicos obtidos na alcáçova e na medina de Silves, têm sido muito escassas as intervenções urbanas no território do actual Algarve. No entanto, perante a instabilidade interna e o avanço da Reconquista, uma das preocupações dos emires de al-Andalus durante o século XII foi o de reforçar muralhas ou, mesmo, edificar novas fortificações, onde predominam os aparelhos de taipa, por exemplo nos castelos de Paderne, de Loulé, de Cacela ou de Tavira. Do mesmo modo, algumas alcarias passaram a estar providas de cercas amuralhadas e de torres albarrás.

Entre outras fortificações da última fase de ocupação muçulmana do Algarve, o Castelo de Salir era uma grande alcaria fortificada que pertencia ao alfoz de Loulé. Os restos de edifícios postos a descoberto integram-se nas típicas casas rurais islâmicas, simples ou que se desenvolviam em torno de um pátio central, com espaços relativamente bem definidos, onde sobressaem as áreas destinadas a cozinhar os alimentos. Nos solos que antecedem a Reconquista e junto de lareiras recolheram-se restos alimentares, artefactos de osso, de metal<sup>13</sup> e recipientes de cerâmica<sup>14</sup> que se integram no período almóada.

Assim, durante o século XII, perante o avanço do perigo das hostes cristãs para o cada vez mais reduzido Garbe al-Andalus, a edificação de novas muralhas e de fortes meios de defesa a elas associados terá obedecido a uma necessidade dupla: estratégia político-militar central e provincial pré-estabelecida, para a protecção dos núcleos urbanos; construção de amuralhados ou de simples atalaias que defendiam as comunidades rurais nas alcarias. Cada cidade ou mesmo cada pequeno território ou comarca estariam, em vésperas da Reconquista Cristã, associadas a um castelo que, ao mesmo tempo que protegia a população local, abrigava, eventualmente, uma pequena guarnição militar.

<sup>2</sup> CATARINO, 1989: 296-305; Idem, 1994a: 675-671

<sup>3</sup> VELHO, 1974: 215-216

<sup>4</sup> BARROCA, 1995: 51, nº 5

<sup>5</sup> CORREIA et al., 1992: 71-89

<sup>6</sup> CATARINO, 1992a: 9-51

<sup>7</sup> CATARINO, 1994b: 73-87



- <sup>8</sup> CATARINO, 1995: 9-30  
<sup>9</sup> GOMES, 1988; GOMES et al, 1989: 287-289  
<sup>10</sup> ZOZAYA, 1984: 636-673; SOLER et al, 1989: 205-274  
<sup>11</sup> BAZZANA, 1990: 87-108  
<sup>12</sup> ACIÉN ALMANSA, 1989: 135-150; ACIÉN ALMANSA et al, 1990: 147-168  
<sup>13</sup> CATARINO, 1993a: 17-31  
<sup>14</sup> CATARINO, 1992b

### Bibliografia seleccionada

- ACIÉN ALMANSA, Manuel (1989) - Poblamiento y fortificación en el Sur de Al-Andalus. La formación de un País de Husun. In *III Congreso de Arqueología Medieval Española*. Oviedo: Universidad, vol. 1, p. 135-150.
- ACIÉN ALMANSA, Manuel, CASTILLO GALDEANO, Francisco e MARTINEZ MADRÍD, Rafael (1990) - Excavación de un barrio artesanal de Bayyana (Pechina, Almería). *Archéologie Islamique*. Paris, 1, p. 147-168.
- BARROCA, Mário Jorge (1995) - *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Porto. Dissertação de doutoramento, 4 vols policopiados.
- BAZZANA, André (1990) - Un fortin omeyyade dans le Sharq Al-Andalus. *Archéologie Islamique*. Paris, 1, p. 87-108.
- BAZZANA, André; CRESSIER, Patrice; GUICHARD, Pierre (1988) - *Les Châteaux ruraux d'Al-Andalus. Histoire et archéologie des Husun du Sud-Est de l'Espagne*. Madrid: Publ. de la Casa de Velázquez. (Série Archéologie; XII).
- CATARINO, Helena (1989) - Os sistemas defensivos muçulmanos do Algarve Oriental e o Castelo Velho de Alcoutim. In *III Congreso de Arqueología Medieval Española*. Oviedo: Universidad, vol. 2, p. 296-305.
- CATARINO, Helena (1992a) - A fortificação muçulmana de Salir (Loulé): primeiros resultados arqueológicos. *Al-Yāsā*. Loulé, 1, p. 9-51.
- CATARINO, Helena (1992b) - *Cerâmicas islâmicas do Castelo de Salir*. Loulé: Museu Municipal de Arqueologia.
- CATARINO, Helena (1993a) - Objectos de osso e de metal recolhidos nas escavações do castelo de Salir (Loulé). *Al-Yāsā*. Loulé, 2, p. 17-31.
- CATARINO, Helena (1993b) - A ocupação islâmica. In *História de Portugal - dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Amadora: Ediclube, vol. III, p. 47-92.
- CATARINO, Helena (1994a) - Arqueologia medieval no Algarve Oriental. Os castelos de Alcoutim. In *Arqueología en el entorno del Bajo Guadalquivir*. Huelva: Universidad, p. 657-671.
- CATARINO, Helena (1994b) - O Castelo de Paderne (Albufeira): resultados da primeira intervenção arqueológica. *Arqueologia Medieval*. Porto, 3, p. 73-87.
- CATARINO, Helena (1994c) - Os castelos de taipa do período muçulmano no Sul de Portugal: o exemplo de Salir (Loulé). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, 34 (3-4), p. 335-349.
- CATARINO, Helena (1995) - O castelo de Salir: resultados das escavações dos silos. *Al-Yāsā*. Loulé, 4, p. 9-30.
- CATARINO, Helena (1997) - Castelos muçulmanos no Algarve. *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: IPPAR, p. 449-457.
- CORREIA, Fernando Branco e PICARD, Christophe (1992) - Intervenção arqueológica no Castelo de Juruntenha - primeiros resultados. *Arqueologia Medieval*. Porto, 1, p. 71-89.
- GOMES, Rosa Varela (1988) - Cerâmicas muçulmanas do castelo de Silves. *Xelb*. Silves, 1.
- GOMES, Rosa Varela (1989) - A arquitectura militar muçulmana. In MOREIRA, Rafael, dir. - *História das fortificações portuguesas no Mundo*. Lisboa: Alfa, p. 27-39.
- GOMES, Rosa Varela e GOMES, Mário Varela (1989) - Dispositivos defensivos de Silves (Algarve, Portugal). In *III Congreso de Arqueología Medieval Española*. Oviedo: Universidad, vol. 2, p. 287-295.
- GUERRA, Amílcar e FABIÃO, Carlos (1993) - Uma fortificação omíada em Mesas do Castelinho (Almodôvar). *Arqueologia Medieval*. Porto, 2, p. 85-102.

- HUICI MIRANDA, Ambrósio (1954) - Los Almohadas en Portugal. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. II série, 5, p. 9-51.
- LÉVI-PROVENÇAL, Evariste (1959) - *Histoire de l'Espagne musulmane*. Paris; Leiden: E. J. Brill.
- MARTÍNEZ LILLO, Sérgio (1994) - Un ribat interior en la Marca Media. El caso de Talavera. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología*. Madrid, 21, p. 297-312.
- MARTÍNEZ SALVADOR, Carmen (1994) - Los rubat de al-Andalus: un ensayo de localización. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, 34 (3-4), p. 361-370.
- SOLER, Alvaro e ZOZAYA, Juan (1989) - Castillos omeyas de planta cuadrada: su relación funcional. In *III Congreso de Arqueología Medieval Española*. Oviedo: Universidad, vol. 2, p. 265-274.
- SÓUTO, Juan A. (1994a) - Obras constructivas en Al-Andalus durante el emirato de Muhammad I según el volume II del Muqtabis de Ibn Hayyan. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, 34 (3-4), p. 351-360.
- SÓUTO, Juan A. (1994b) - Obras constructivas en Al-Andalus durante el emirato de Muhammad I según el Bayan Al-Mugrib. *Arqueología Medieval*. Porto, 3, p. 27-31.
- VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando (1991) - La fortificación islámica en Extremadura: resultados provisionales de los trabajos en las alcazabas de Mérida, Badajoz, Trujillo y en la cerca urbana de Cáceres. *Extremadura Arqueológica*. Mérida; Cáceres, II, p. 547-557.
- VALLVÉ, Joaquin (1986) - *La división territorial de la España musulmana*. Madrid: Instituto de Filología; CSIC.
- VELHO, Martim (1974) - Outra lápide funerária muçulmana. *Anais do Município de Faro*. Faro, IV, p. 215-216.
- ZOZAYA, Juan (1984) - Islamic fortifications in Spain: some aspects. In *Papers in Iberian Archaeology*, vol. II, p. 636-673. (BAR International Series; 193).
- ZOZAYA, Juan (1993) - La arqueología del poblamiento islámico en Al-Andalus. *Boletín de Arqueología Medieval*. Madrid, 7, p. 53-64.





271.

Lápide comemorativa da construção de uma torre. Mármore

965 x 340 x 160 mm

Silves, Faro

624 H./1227 d.C.

Quando em 1874 se abria uma estrada para o novo cemitério de Silves, foi encontrada esta lápide em forma de bloco rectangular, ligeiramente mais larga na parte superior, e com uma inscrição em relevo gravada numa das faces. Escrita em cursivo nasrida, muito floreado e decorativo, preenchendo totalmente o campo epigráfico emoldurado por uma faixa de entrançados, a epígrafe comemora a construção de uma torre, provavelmente a da Porta do Sol (GOMES 1988, p. 35-36), na cidade de Silves. Apesar de, na 3ª linha, o nome de quem a mandou construir ter sido, ao que parece, intencionalmente destruído, Lévi-Provençal, num notável estudo publicado em Paris em 1949, não só interpreta toda a inscrição, como identifica o fundador como sendo o príncipe almóada Abū l-ʿUla Idrīs, filho de Yaʿkūb al-Mansūr. Terá sido ele, a residir em Sevilha, por ocasião de uma viagem de inspecção a Silves no mês de Ramadân de 624 H. (15 Agosto - 13 Setembro de 1227), que terá ordenado a construção da torre, reforçando a capacidade defensiva, uma vez que era cada vez mais premente o perigo do avanço cristão. Aliás era ainda relativamente recente a ocupação de Silves pelos cristãos entre 1189 e 1191.

Ainda de acordo com Lévi-Provençal, o nome do fundador da torre terá sido apagado da lápide quando Shuʿāib Ibn Muḥammad Ibn Maḥfūz se opôs aos almóadas constituindo naquela zona um pequeno reino independente e acabando por vir a prestar vassalagem a Afonso X de Castela, a quem se viu obrigado a ir cedendo as suas principais cidades e territórios. Entretanto, em 1249, Silves entra definitivamente na posse dos cristãos.

Eis, segundo Lévi-Provençal, o texto árabe e respectiva tradução:

بسم الله الرحمن الرحيم صلى الله على محمد وآله  
أمر ببناء هذا البرج ال[أمير ...]  
[... أبي يوسف بن الخليفة أمير المؤمنين  
أبي يعقوب ابن الخليفة أمير  
المؤمنين أبي محمد عبد المؤمن  
ابن علي تقبل الله حسناته  
و تجاوز عن سيئاته و ذلك  
في شهر رمضان المعظم عام  
أربعة وعشرين وستمائة

*Em nome de Deus, o Clemente, o  
Misericordioso. Abençoe Deus a  
Muhammad e a sua família. Ordenou a  
construção desta torre o emir [... filho de  
... Abū Yuṣuf, filho do califa, emir dos  
crentes, Abū Yaʿkūb, filho do califa, emir  
dos crentes, Abū Muḥammad ʿAbd  
al-Mūʾmin Ibn ʿAlī - que Deus aceite as  
suas boas obras e lhe perdoe as más! E  
isto, no mês de ramadân o respeitável do  
ano 624.*

BOTTO, 1899, p. 79; REPERTOIRE, 1939, p. 245;  
NYKL, 1940, p. 405-407; 1946, p. 181-183; LÉVI-  
PROVENÇAL, 1949, p. 257-262; DOMINGUES,  
1956, p. 33; LABARTA/BARCELÓ, 1987, p. 416-  
417

Museu Arqueológico e Lapidar Infante  
D. Henrique, Faro. 499

AGMB





**Lápide com inscrições comemorativas.****Mármore**

400 x 630 x 60 mm

Évora

Face A: 302 H./914-915 d.C.; face B: 2.<sup>o</sup> quartel do séc. VI H./XII d.C.

Em 1968, no desaterro da cave do Museu de Évora, antigo Paço Arquiepiscopal, quando da instalação de uma secção de Arqueologia, foi encontrada esta lápide de dupla face. Numa delas (A) traz uma inscrição incompleta em cúfico arcaico, em relevo, e na outra (B) uma inscrição em cúfico simples, igualmente em relevo, mas com um desgaste muito pronunciado.

A epígrafe da face **A** parece evocar a reconstrução de Évora. Embora sem indicação de data, nem da personalidade ligada ao evento, o tipo de lápide e de escrita, e as informações dos cronistas árabes e cristãos, permitem concluir que se deverá tratar da reconstrução da cidade no início do século X, após o violento ataque de Ordonho II, pouco antes de subir ao trono da Galiza por morte de seu irmão García. Dizem os cronistas, sobretudo o cordovês Ibn Hayyán, no *Al-Muqtabas*, que o governador de Évora, Marwán Ibn 'Abd al-Malik Ibn Ahmad, foi morto na mesquita e, após grande chacina, Ordonho partiu vitorioso com numeroso grupo de crianças e mulheres-cativas. Entretanto, Évora ficou deserta, e o senhor de Badajoz, 'Abd Alláh Ibn Muhammad al-Jilliqi, receando que a cidade fosse ocupada por herberes das imediações que lhe viessem a causar problemas, destruiu as torres e muralhas, deixando-a abandonada. No ano seguinte, 302 H./914-915 d.C., resolveu reconstruí-la, entregando-a ao governo de um seu aliado, Mas'ud Ibn Sa'dun al-Surumbáqi.

بِسْمِ اللَّهِ الرَّحْمَنِ الرَّحِيمِ  
 لا إله إلا الله وحده  
 لا شريك له وإن ملجدا  
 عبده المصطفى ونبيه  
 المرتضا هدانا الله به  
 هذه المدينة خددت  
 (..)

[Em nome] de Deus, o Clemente, O [Misericordioso]. [Dou testemunho que] não há outro deus senão Alláh, Ele só [que] não tem associado e que Muhammad é o seu servo eleito e o seu profeta, merecedor-de-toda-a-sua-complacência, - que Deus nos guie através dele pelo bom caminho - Esta cidade foi reconstruída [...]

Face **B**: Cerca de dois séculos depois, o reverso da lápide é aproveitado para uma inscrição comemorativa de fundação, de que apenas resta a parte final. Desconhece-se a que construção se refere, mas sabe-se que foi mandada fazer por Abū Muhammad Sidrāy Ibn Wazīr al-Qāysī através de um seu vizir. Da data lê-se apenas a referência à centúria de quinhentos. Todavia, a titulação que lhe é atribuída - al-Imām al-Mansūr bi-(Allāh) - pode permitir precisar a datação, tendo em conta o que se conhece da vida do senhor de Évora. É uma das figuras principais da sublevação contra os almorávidas, em 539 H., no seguimento da acção doutrinária e política de Ibn Qasf, proclamado rei em Mértola, e que, em agradecimento pelo auxílio prestado e preito de submissão, entrega a Ibn Wazīr o governo de Beja. Segue-se um período

de muita instabilidade, que vai originar o seu desentendimento com Ibn Qasf, a aliança com Ibn Hamdān, de Córdova, e, através duma notável acção político-militar, a tomada do poder sobre um vasto território que chegou a abranger as regiões de Badajoz, Évora, Beja, Mértola e Silves. Tal situação irá prolongar-se, com maior ou menor estabilidade, e com várias alterações na extensão da área territorial sob o seu domínio, até à ocupação efectiva pelos almóadas. A utilização dos títulos referidos na epígrafe parece mais lógica entre 542 H./1148 d.C. e 546 H./1151 d.C., período em que se julga terá mantido uma efectiva independência, e a que pertencerá esta inscrição.

(...)  
 وخمس ما به امر بعمله الامام  
 المنصور بالله ابو محمد  
 سدراي ابن وزير القيسي  
 قتم على يدي الوزير (...)  
 الهي عبد الله محمد (...)  
 (...)

[...em] quinhentos e [...] Ordenou a sua construção o Imām al-Mansūr bi-(Allāh) Abū Muhammad Sidrāy Ibn Wazīr al-Qāysī]. E terminou sob a direcção do Vizir [...] Ab[il] 'Abd Allāh Muhammad [...]

BORGES, 1984-85 [1987], p. 21-23;  
 LABARTA/BARCELÓ, 1987, p. 407-408; SIDARUS,  
 1985; 1993, p. 7-37.  
 Museu de Évora, 1845  
 AGRAB





273.

**Ponta de lança. Ferro**

Alt. 297 mm; larg. 52 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Séc. XII  
Museu de Mértola. Fe-9/31

274.

**Virotes de besta. Ferro**

Alt. > 97 mm; alt. < 51 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
2ª metade do séc. XII-1º quartel do séc.  
XIII  
Museu de Mértola. Fe-2 a 9

275.

**Fivela de bronze com decoração a ouro e prata**

Alt. 53 mm; larg. 41 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
Séc. XII  
Museu de Mértola. BR/Fiv.1/1

276.

**Fivela de bronze dourado com decoração (grifo)**

Alt. 52 mm; larg. 51 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
2ª metade do séc. XII-1ª metade do séc. XIII  
Museu de Mértola. BR/Fiv.1/17



276 275

277.

**Fivela. Bronze**

Comp. 64 mm; larg. 20 mm  
Castelo de Silves. Faro  
Séc. XIII  
Museu Municipal de Arqueologia de  
Silves. Esc. RVG, Q45/C2



277

278.

**Objecto de adorno com a parte frontal de cobre dourado e a parte posterior de ferro**

Diâm. 43 mm  
Encosta do Castelo de Mértola. Beja  
Finais do séc. XI-1ª metade do séc. XII  
Museu de Mértola. BR Au/6

279.

**Objecto de adorno com a parte frontal de cobre dourado e parte posterior de ferro**

Diâm. 43 mm  
Encosta do Castelo de Mértola. Beja  
Finais do séc. XI-1ª metade do séc. XII  
Museu de Mértola. BR/Au/7

280.

**Objecto de adorno. Cobre dourado**

Diâm. 17 mm  
Encosta do Castelo de Mértola. Beja  
Finais do séc. XI-1ª metade do séc. XII  
Museu de Mértola. BR/Au/23

281.

**Objecto de adorno. Cobre dourado**

Diâm. 43 mm  
Alcáçova do Castelo de Mértola. Beja  
2ª metade do séc. XII-1º quartel do séc.  
XIII  
Museu de Mértola. BR/Au/22

282.

**Adaga de ferro com encabamento de bronze decorado com motivo floral**

Alt. 82 mm; larg. 15 mm  
Alcaria Longa. Mértola. Beja  
Séc. X-XI  
BOONE, 1993, p. 120  
Museu de Mértola. BR/Div.4/50

283.

**Placa de arreios. Cobre prateado e esmalte**

Diâm. 43 mm  
Encosta do Castelo de Mértola. Beja  
Finais do séc. XI-1ª metade do séc. XII

Placa de arreios de cobre prateado, cuja parte principal tem uma forma floral composta por pequenas pétalas que se orientam a partir de um círculo, onde se organizam calotes esféricas esmaltadas, alternadamente de azul esverdeado e de branco. O centro é composto por um motivo de forma estrelar com preenchimento a esmalte esverdeado. A zona de encaixe é formada por um pequeno círculo decorado com motivo floral e tem um piton na parte superior.

Museu de Mértola. Br/Au/12





281 278 280 279



285

225

284



284.

**Ponteira de bainha de adaga. Bronze**

66 x 45 x 12 mm

Noudar. Barrancos. Beja

Séc. XII

Ponteira de bainha de adaga, proveniente do povoado de Noudar, da encosta virada a nascente por onde se expandia a área habitacional de época islâmica, exterior ao perímetro amuralhado que hoje delimita a vila medieval construído no século XIV. Esta peça em bronze, encontrada em 1991, quando se procedia à abertura de uma vala, preservaria a bainha de couro da ponta aguçada da adaga. Decorada com dois arcos em ferradura geminados, em cada uma das paredes da ponteira, e por uma sucessão de triângulos no seu limite superior, apresenta ainda uma série de finas incisões e denticulados que serviriam de "encaixe" às linhas de cosedura do couro. A profusa decoração desta peça faz dela, deste ponto de vista, uma das mais interessantes ponteiras do período de ocupação islâmica conhecidas na Península Ibérica.

TORRES, 1993, p. 400

Câmara Municipal de Barrancos. N-Ext/F-011

MAVR

285.

**Ferraduras. Ferro**

Alt. > 111 mm; alt. < 64 mm

Encosta e Alcáçova do Castelo de Mértola, Beja

Séc. XI-1ª metade do séc. XII

Museu de Mértola. Fe-7





# Epigrafia árabe no Gharb



permanência secular da civilização muçulmana na Península Ibérica, numa altura em que atingiu o apogeu da sua cultura e expansão, deixou marcas indeléveis a todos os níveis, mesmo nesta faixa periférica aos grandes centros do poder de então e que hoje é Portugal. Se a nível linguístico tais marcas são por demais evi-

dententes, em outras áreas são por vezes pouco perceptíveis, escondidas por influências contrárias de uma nova ordem político-religiosa, por progressivas transformações sociais, pela sucessiva passagem de outras mentalidades e outras preocupações. Só muito recentemente a conjugação de vários factores, tais como, o desenvolvimento dos estudos árabes, uma atenção à arqueologia medieval com prospecções em moldes científicos, uma nova sensibilidade e respeito pelo património histórico independentemente da época e do credo religioso, vai permitindo conhecer mais correcta e profundamente o que foi a civilização islâmica entre nós.

De todos os vestígios, a escrita permaneceu sempre como referência inconfundível desse passado. Outros, arquitectónicos, decorativos, mesmo linguísticos, porventura reaproveitados, remodelados, perderam a clareza de leitura e da sua origem. A epigrafia árabe, mesmo após ter deixado de ser entendida, desaparecida que foi como língua falada no território, manteve a sua alusão evidente à época islâmica passada. O carácter ornamental que assumiu, sobrepondo-se inclusive à facilidade de compreensão do seu conteúdo, permitiu que inscrições, sobretudo lapidares, perdida já a sua função original, fossem utilizadas em épocas posteriores como simples elemento decorativo.

A notícia mais antiga de tal utilização parece ser a do Cónego Aires Varela que, no seu *Theatro das Antiguidades d'Elvas*, escrito em 1654, refere como árabe a inscrição, hoje

desaparecida, de fundação do castelo, «no arco da porta, que chamavão Nova, na 2ª cerca de muros»<sup>1</sup>.

No século seguinte, mais precisamente no final de Agosto de 1788, Fr. João de Sousa, mestre de língua árabe, a pedido do seu protector e amigo D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, então Bispo de Beja e, como ele, da Ordem Terceira franciscana, percorria o Alentejo na identificação e tradução de inscrições árabes<sup>2</sup>. Em Mértola, encontra apenas o fragmento de uma, em funções aparentemente decorativas, no exterior do Convento de São Francisco, «tão alta que se não pode perceber, por estar junto do telhado». Em Moura, outra, segundo ele de fundação de uma ermida, «sobre a fonte da praça».

Finalmente, em Évora «duas Inscrições Arabicas unidas em huma só Lapide»<sup>3</sup>. James Murphy, no seu livro *Travels to Portugal*, editado em 1795 logo após a viagem, publica o desenho de uma delas, que, no final do século XIX, ainda se encontrava numa das paredes do antigo edifício da Câmara Municipal à Praça do Geraldo<sup>4</sup>.

Durante anos foram estes, na verdade, os poucos vestígios epigráficos árabes conhecidos, até que, no último quartel do século XIX, o florescimento de uma intensa actividade no domínio da arqueologia e a inventariação de algumas colecções, vão conduzir à identificação de novas inscrições, mercê sobretudo da actividade de José Leite de Vasconcelos, Estácio da Veiga, Possidónio da Silva, Filipe Simões. Nenhum destes, todavia, tinha conhecimentos de língua árabe que permitissem a leitura e o estudo de tais epígrafes. Daí o recurso frequente a conhecidos arabistas espanhóis, com quem aliás alguns deles mantinham fortes relações de amizade: Rodrigo Amador de los Rios, que publica em 1883 *Memoria acerca de algunas inscripciones arábicas de España y Portugal*, Pascual de Gayangos, Eduardo Saavedra, Francisco Codera, Asin Palacios e Julian Ribera<sup>5</sup>.

Em Portugal, só mesmo no final do século XIX, David Lopes, após o curso em Paris em 1889-1892, se dedicará afincadamente aos estudos árabes. Na então recém-criada revista «O Archeologo Portugues» publica uma série de artigos intitulada «Cousas arábico-portuguesas», dedicando um deles exclusivamente à epigrafia<sup>6</sup>.

Apesar disso, em 1931, o célebre epigrafista francês E. Lévi-Provençal justificava com o reduzido número de epígrafes o não tornar extensivo a Portugal o seu estudo fundamental sobre as inscrições árabes de Espanha: «le nombre vraiment infime des inscriptions historiques qu'on a découvertes et publiées jusqu'ici dans ce pays et l'incertitude qui règne sur leur état actuel et leurs lieux de conservation n'ont point paru justifier une enquête qu'il eût fallu mener sur place»<sup>7</sup>. Na verdade, mais do que o número, terão sido a incerteza da localização e do seu estado de conservação os factores determinantes para a falta de conhecimento e estudo da epigrafia árabe entre nós.

Só alguns anos mais tarde, já em plena década de 40, o arabista americano A. R. Nykl, após uma longa e penosa viagem pelo país, investigando em arquivos e bibliotecas, procurando em museus, instituições e junto de particulares, publicará *Arabic inscriptions in Portugal*, um primeiro «corpus» com um total de 26 inscrições, na sua maioria lapidares<sup>8</sup>.

O aparecimento posterior de novas epígrafes ficou a dever-se à inventariação mais cuidada de acervos dos museus, ao incremento e metodologia científica de intervenções arqueológicas, com uma atenção premeditada e relevante para com a época medieval. Sobre esses achados, a partir da década de 70, foram sendo editados alguns trabalhos dispersos por Martim Velho<sup>9</sup> e por mim próprio<sup>10</sup>. Em 1987, Ana Labarta e Carmen Barceló publicam uma inventariação sumária, mas já então incompleta, de 40 inscrições lapidares<sup>11</sup>. Em comunicação sobre o tema, apresentada em 1991 num encontro de estudos sobre «O Legado Cultural de Judeus e Mouros», referi que o total



de inscrições ultrapassava as seis dezenas<sup>12</sup>, número que, nos últimos anos, tem aumentado ligeiramente com recentes achados, ainda inéditos.

A norte da linha do Tejo - Sintra, Lisboa, Santarém - não são até agora conhecidas inscrições árabes, se exceptuarmos a epigrafe incisa num dos blocos da parede exterior Norte da Sé Velha de Coimbra, atribuída por A. Nykl a um canteiro moçárabe<sup>13</sup>. O fragmento de lápide funerária encontrada em S. Tomé de Aguiã (Arcos de Valdevez), hoje no Museu Nacional de Arqueologia, escrito num cursivo bastante tardio, é opinião corrente que terá sido levado do Alentejo<sup>14</sup>, tal como o pequeno cofre de marfim da Sé de Braga, com uma faixa epigrafa-da, será provável resultado de razia pelas terras do Sul ou de oferta protocolar<sup>15</sup>.

Para além disso, os vestígios epigráficos encontram-se um pouco por todo o Sul, ou em centros urbanos ou em povoados isolados. Às vezes em relação evidente com um almocavar, como é o caso de Moura<sup>16</sup>; geralmente, integrados em edifícios, onde foram reutilizados como material de construção.



Lápide funerária de Beja, hoje desaparecida, desenhada no "Album de Antiguidades" de Frei Manuel do Cenáculo.

Os núcleos maiores de tais epígrafes coincidem com os centros urbanos - Lisboa, Évora, Beja, Mértola, Silves. O suporte comum é o mármore, reaproveitando-se por vezes lápides epigráficas de épocas anteriores, como acontece com a de Ibn Wazîr de Évora gravada no verso da inscrição de reconstrução da cidade dois séculos antes; com o epitáfio de Muḥammad Ibn Mufarrij Ibn Hūd, de Beja, escrito na face oposta a uma estela funerária paleocristã, e com uma inscrição de Lisboa, ainda inédita, colocada logo abaixo do campo epigráfico de um cipo romano em memória de Licinia Maela.

Em zonas rurais mais pobres é frequente o uso de material mais vulgar e mais barato, caso do xisto no Baixo Alentejo e do arenito no Algarve.

Quanto à sua natureza, o maior núcleo é representado por inscrições funerárias, enquanto as comemorativas ou as votivas ou puramente religiosas são em número muito reduzido. As quatro comemorativas conhecidas assinalam outras tantas realizações desde o início do Califado, com ‘Abd ar-Raḥmān III, até ao fim do domínio almóada.

A mais antiga, em cúfico arcaico, parece referir-se à reconstrução de Évora em 302 H / 914-915 d.C. pelo governador de Badajoz, ‘Abd Allāh Ibn Muḥammad al-Jilliqī, após a tomada e o saque da cidade, no ano anterior, por Ordonho, rei vassalo da Galiza. Segundo Ibn Ḥayyan, a cidade é então repovoada e entregue a Mas‘ūd Ibn Sa‘dūn as-Surunbāqī<sup>17</sup>.

No início da segunda metade do século XI (em 444 / 1052, segundo Nykl), al-Mu‘tāḍid bi-llāh al-Mansūr bi-fadli-llāhi Abū ‘Amr manda edificar uma torre de mesquita em Moura. Assim o atesta um fragmento de lápide, em cúfico simples, de longas hastes e harmonioso desenho. A construção da torre deve ter-se seguido à conquista de Moura, na época das Primeiras Taifas, durante o movimento expansionista de al-Mu‘tāḍid para Oeste e Sudoeste<sup>18</sup>.

Outra das inscrições, esculpida no verso da lápide da reconstrução de Évora, refere Abū Muḥammad Sidrāy Ibn Wazîr, senhor de Évora, personagem preponderante na oposição ao domínio almorávida, e que chegou a superintender num vasto território entre Badajoz e Mértola, antes de se submeter ao poder almóada. O que resta da inscrição não permite saber que facto ou fundação comemorava<sup>19</sup>.

Exemplo acabado da epigrafia oficial almóada, uma lápide de Silves assinala a construção, por ordem de um filho de Abū Yūsuf Ya‘qūb al-Mansūr, provavelmente Abū l-‘Ula Idrīs<sup>20</sup>, de uma torre que pertenceria ao conjunto defensivo da Porta do Sol<sup>21</sup>. Datada de 624 / 1227, é um belo exemplar de cursivo floreado e compacto.

Do núcleo de inscrições corânicas em elementos arquitectónicos - capitéis, lintéis, pias de abluções -, sobressaem dois fragmentos de lintéis de Évora com duas passagens das suras XVIII, 37: «Seja o que Deus quiser! Só há força em Deus.», e III, 167: «Bastanos Deus, porque Ele é óptimo protector». A faixa epigráfica, em cúfico florido, tipo de escrita que teve o seu apogeu em pleno século X, estende-se emoldurada pela superfície de cada lintel, preenchendo espaços com as ramificações vegetalistas estilizadas das hastes das letras, e dando um relevo especial ao nome *Allāh* com a introdução de um motivo ornamental entre os dois *lām*.

As lápides funerárias ou são totalmente ocupadas com citações corânicas ou seguem os formulários habituais dos epitáfios peninsulares. O mais frequente obedece ao esquema mais simples: *basmala* (Em nome de Deus...), *tasliya* (Dava testemunho que...), o nome do defunto precedido de *āthā qabr* (este sepulcro...), a expressão *rahimahu ‘Llāh* (Deus tenha compaixão dele), e a data do falecimento introduzida por *tuwuffiya* (Morreu...). A estes elementos junta-se, por vezes, um versículo do Corão. Uma inscrição de Messejana, gravada em xisto, em cúfico simples inciso, apresenta um formulário mais desenvolvido do que o habitual no repertório português. Trata-se do epitáfio de



Muhammad Khalifa, falecido em 10 de Rabī' I de 484 / 2 de Maio de 1081, que termina com uma composição poética semelhante à de inscrições de Almeria e de Qayrawān, sensivelmente da mesma época<sup>22</sup>. Testemunho raro é o conjunto de seis grafitos encontrados na antiga villa romana de Milreu, gravados numa coluna de um edifício religioso pré-islâmico. Segundo Adel Sidarus, são invocações funerárias que dizem respeito a quatro gerações sucessivas de uma mesma família de muladis, datáveis de época anterior ao califado omíada de Córdova no século X<sup>23</sup>.

A grande maioria das inscrições funerárias são de gente vulgar, de desconhecidos, preocupados em lembrar, a quem passa, a inexorabilidade e sacralidade da morte perante a misericórdia de Deus de quem tudo procede (IV, 80), a garantia da vida futura com a exemplaridade da vida presente, como insiste o versículo mais citado na epigrafia árabe peninsular: «Que a vida deste mundo não vos perturbe e que o sedutor não vos seduza a respeito de Deus» (XXXV, 5). Algumas inscrições, porém, pela titulatura e onomástica, deixam revelar a categoria social ou política dos defuntos. Assim, o epitáfio do filho do vizir Abū Bakr Muhammad b. Rayhāna, de Évora, em 525 / 1131<sup>24</sup>; também do século XII, em Beja, o de uma mulher - al-Umawī - descendente da antiga estirpe omíada<sup>25</sup>; do xeique de Mértola, no século XIII, Abū Bakr Yahyā, 'Abd Allāh<sup>26</sup>; de dois desconhecidos, um de Mértola<sup>27</sup> e outro de Moura<sup>28</sup>, cuja *nisba* - al-Anṣārī - faz supor as suas origens nobres.

O contraste entre a produção epigráfica dos meios urbanos e dos meios rurais é por demais evidente. No meio rural, a paginação é espontânea e descuidada e a escrita é rude e geralmente incisa. A fragilidade do suporte não permite o relevo e uma elaboração decorativa. Pelo contrário, nos meios urbanos surgem exemplos de bons canteiros e uma produção oficial de grande coerência decorativa entre a escrita e os elementos emoldurantes. Um núcleo de lápides de Beja, de época almorávida, evidencia esta homogeneidade oficial, com um estilo próprio caracterizado por um cufico simples, em relevo, distribuído entre estreitas faixas interlineares, e de desenho bastante evoluído quer na frequência de ligações curvas sob a linha de base, quer na estilização do nexa *lam-alif*<sup>29</sup>. Outro exemplo poderá ser a de duas lápides da zona de Lisboa, a de Frielas<sup>30</sup> e a da Rua das Madres. Têm em comum uma moldura rectangular, a inclusão de um arco «simbólico» e uma escrita semelhante. Todavia, a extrema estilização do arco, a escrita num pseudo-cufico de prolongamentos por vezes entrelaçados e o desenho pouco usual de algumas letras parecem indicar uma produção tardia, já da comunidade muçulmana após a conquista cristã da cidade. Aliás, testemunho ainda mais tardio, datado de 800 / 1398, é a lápide, proveniente de um almocavar de Lisboa, com um arco ligeiramente abatido de decoração lobular inscrito em moldura rectangular com faixa circundante epigrafada<sup>31</sup>.

Uma destas comunidades islâmicas, perfeitamente identificada como tal, bastante tempo após a conquista definitiva pelos cristãos, é a de Moura, atestada por duas lápides dos séculos XIII e XIV<sup>32</sup>. A existência de artífices especializados nestas comunidades está igualmente testemunhada quer pela referida epigrafe de um canteiro na Sé Velha de Coimbra<sup>33</sup>, quer pela lápide do castelo do Alandroal, do início do século XIV, em árabe, transcrito em letras latinas, e em português: «Lā ghāli bi illā 'Llāh, Deus é e Deus será, por quem ele for, esse vencerá, eu mouro [C]alvo fui mestre de fazer este Castelo do Alandroal»<sup>34</sup>.

Por referências documentais escritas ou iconográficas, por vezes muito recentes, desde os manuscritos de Fr. João de Sousa, os desenhos do *Album de Antiquidades* de D. Fr. Manuel do Cenáculo<sup>35</sup>, às notas e fotografias de Abel Viana<sup>36</sup>, e às fotografias das obras de recuperação do Palácio dos Condes de Basto, em Évora<sup>37</sup>, conhece-se a existência de uma dezena de lápides, hoje desaparecidas. É provável que tais peças se tenham irreme-



Lápide de um minarete de Moura mandado construir por Al-Faṭṭād bi-Lhā (433-461 H / 1042-1069 d.C.), de Sevilha.



diavelmente perdido, mas é sobretudo de esperar que uma nova sensibilidade e respeito pelo património permita ainda recuperar algumas delas e, sobretudo, identificar e conservar outras que vão surgindo, fruto de achados ocasionais ou de intervenções arqueológicas ou arquitectónicas.

- <sup>1</sup> VARELA, 1915.
- <sup>2</sup> Academia das Ciências de Lisboa, série vermelha, ms. N.º744.
- <sup>3</sup> Biblioteca Pública de Évora, Cod. CXXVIII / 1-4.
- <sup>4</sup> SIMÕES, 1869; BARATA, 1903.
- <sup>5</sup> SIMÕES, 1870; AMADOR DE LOS RIOS, 1874, 1876, 1878; RAMON MÉLIDA, 1883; SAAVEDRA, 1889; CODERA, 1901; PEREIRA, 1909; MACHADO, 1973.
- <sup>6</sup> LOPES, 1896.
- <sup>7</sup> LÉVI-PROVENÇAL, 1931.
- <sup>8</sup> NYKL, 1946.
- <sup>9</sup> VELHO, 1970; 1974.
- <sup>10</sup> BORGES, 1985; 1989; 1991; 1992; 1993.
- <sup>11</sup> LABARTA / BARCELÓ, 1987a; 1987b; 1987c.
- <sup>12</sup> BORGES, 1991.
- <sup>13</sup> NYKL, 1946.
- <sup>14</sup> NYKL, 1942; 1946.
- <sup>15</sup> TORRES; MACIAS, 1995.
- <sup>16</sup> BORGES; MACIAS, 1992.
- <sup>17</sup> BORGES, 1985; SIDARUS, 1985; 1994.
- <sup>18</sup> NYKL, 1946.
- <sup>19</sup> BORGES, 1985.
- <sup>20</sup> LÉVI-PROVENÇAL, 1949.
- <sup>21</sup> GOMES, 1988.
- <sup>22</sup> OCAÑA, 1964.
- <sup>23</sup> SIDARUS; TEICHNER, 1997.
- <sup>24</sup> SAAVEDRA, 1889; CODERA, 1901; NYKL, 1946.
- <sup>25</sup> BORGES, 1989.
- <sup>26</sup> AMADOR DE LOS RIOS, 1878; VEIGA, 1880; NYKL, 1942; NYKL, 1946.
- <sup>27</sup> LABARTA / BARCELÓ, 1987b).
- <sup>28</sup> BORGES; MACIAS, 1992.
- <sup>29</sup> BORGES, 1989.
- <sup>30</sup> LOPES, 1896; NYKL, 1942; NYKL, 1946; BARROS, 1983.
- <sup>31</sup> MOITA, 1967.
- <sup>32</sup> BORGES; MACIAS, 1992.
- <sup>33</sup> NYKL, 1946; REI, 1994.
- <sup>34</sup> VASCONCELOS, 1916; ESPANCA, 1978; REI, 1994.
- <sup>35</sup> Biblioteca Pública de Évora, Cod. CXXIX / 1-14.
- <sup>36</sup> VIANA, 1950; 1962.
- <sup>37</sup> CAMPOS, 1970.

### Bibliografia

- AMADOR DE LOS RIOS, Rodrigo (1874) - Tradução de uma inscrição árabe. *Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, 1, p. 102.
- AMADOR DE LOS RIOS, Rodrigo (1876) - Fragmento de lapida sepulcral descubierto en Mérida. *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, 8, p. 332-335 e 349-352. Trad. no *Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, 2 (1877).
- AMADOR DE LOS RIOS, Rodrigo (1878) - *Lápidas árabes del Museo Provincial de Cordova*. Museo Español de Antigüedades, 9, p. 333.
- AMADOR DE LOS RIOS, Rodrigo (1883) - *Museo Arqueológico Nacional. Memoria acerca de algunas inscripciones árabes de España y Portugal*. Madrid.
- BARATA, António Francisco (1903) - *Catálogo do Museu Arqueológico da cidade de Évora anexo da sua biblioteca*. Lisboa.

- BARRIOS, Maria Filomena (1983) - Inscricção fúnebria árabe. *XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura. Madre de Deus; Catálogo*. Lisboa, p.116, nº 2.1.1.3.
- BORGES, Artur Goulart de Melo (1987) - Duas inscrições árabes inéditas no Museu de Évora. *A Cidade de Évora*. Évora, 67-68 (1984-1985), p. 21-32.
- BORGES, Artur Goulart de Melo (1989) - As inscrições lapidárias árabes do Museu de Beja. *Arqueologia*. Porto, 20, p. 98-109.
- BORGES, Artur Goulart de Melo (1991) - Panorâmica da epigrafia árabe em Portugal. In *O legado cultural de judeus e mouros*. Lisboa, p. 91-102. (Estudos Orientais, 2).
- BORGES, Artur Goulart de Melo (1993) - Inscrições árabes de Noudar. *Arqueologia Medieval*. Porto, 2, p. 215-217.
- BORGES, Artur Goulart de Melo; MACÍAS, Santiago (1992) - Almocavaz de Moura. Localização e epigrafia. *Arqueologia Medieval*. Porto, 1, p. 65-69.
- BRANDÃO, Zephyrino N. G. (1882) - *Monumentos e lendas de Santarém*. Lisboa.
- CAMPOS, Correia de (1970) - *Monumentos da Antiguidade Árabe em Portugal*.
- CODERA, Francisco (1903) - Inscricción árabe del Museo de Évora. *Boletín de la Academia de Historia*, 39, p. 411-412.
- DOMINGUES, José D. Garcia (1945) - *História luso-árabe*. Lisboa.
- DOMINGUES, José D. Garcia (1958) - A batalha do Alentejo. O Alentejo árabe e a sua integração no Reino de Portugal. *Independência*. Lisboa, A. XVIII, 19, p. 37-61.
- ESPANCA, Tólio (1978) - *Inventário artístico de Portugal. Distrito de Évora*. Lisboa, vol.1.
- FERNANDEZ PUERTAS, Antonio (1973) - Dos lapidas hispanomusulmanes: la del Castillo de Trujillo y una guardada en el Museo de Évora. *Miscelánea de Estudios Árabes y Hebraicos*, 22, p. 145-152.
- GOMES, Rosa Varela (1988) - Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves. *Arb*. Silves, 1, p. 35-36.
- LABARTA, Ana; BARCELÓ, Carmen (1987a) - Dos inscripciones árabes halladas en Alcácer do Sal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, VIII, p. 239-243.
- LABARTA, Ana; BARCELÓ, Carmen (1987b) - Inscripciones Árabes Portuguesas: situación actual. *Al-Qantara*. Madrid, 8, p. 395-420.
- LABARTA, Ana; BARCELÓ, Carmen (1987c) - Lapidar árabes en el Museo de Santiago de Cacém (Portugal). *Al-Qantara*. Madrid, 8, p. 481-484.
- LÉVI-PROVENÇAL, E. (1931) - *Inscriptions Arabes d'Espagne*. Leyde: Paris.
- LÉVI-PROVENÇAL, E. (1939) - *Repertoire chronologique d'épigraphie arabe*. t. x.
- LÉVI-PROVENÇAL, E. (1949) - L'inscription almohade de Silves. In *Mélanges George Le Gentil*. Paris, p. 257-262.
- LISBOA Subterrânea (1994). Lisboa: Milão: Electa. p. 236 e 239-240. Catálogo.
- LOPES, David (1896) - Cozas arabico-portuguesas. *O Archeologo Português*. Lisboa, 2, p. 204-210.
- MACHADO, José Pedro, ed. lit. (1973) - *Cartas dirigidas a David Lopes*. Lisboa, p. 50-51.
- MARTINEZ NUÑES, M<sup>a</sup>. Antonia (1997) - Escritura árabe ornamental y epigrafia andalusí. *Arqueología y Territorio Medieval*. Jaén, 4.
- MENDES, António José Caria; BORGES, Artur Goulart de Melo (1991) - Lápide árabe da serra de S. Mamede. *Ibo Muruán*. Marvão, 1, p. 59-66.
- MOITA, Irsalvia (1967) - Uma lápide fúnebria proveniente dum almocavaz de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa, 28 (114-115), p. 81-86.
- NYKL, A. R. (1940) - Algunas inscripciones árabes de Portugal. *Al-Andalus*. Granada, 5, p. 399-411.

- NYRL, A. R. (1941) - Inscrições árabes existentes no Museu Arqueológico do Carmo. *Trabalhos de Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, 5, p. 11-12.
- NYRL, A. R. (1942) - As inscrições árabes no Museu Etnológico de Dr. José Leite de Vasconcelos. *Ethnos*. Lisboa, 2, p. 23-31.
- NYRL, A. R. (1946) - Arabic inscriptions in Portugal. *Arx Islâmica*, 11-12, p. 167-183.
- OCAÑA JIMENEZ, Manuel (1964) - *Repertorio de inscripciones arabes de Almería*. Madrid/Granada.
- OCAÑA JIMENEZ, Manuel (1970) - *El calife hispánico y su evolución*. Madrid.
- OCAÑA JIMENEZ, Manuel (1981) - *Nuevas tablas de conversión de datas islámicas a cristianas y viceversa*. Madrid.
- OCAÑA JIMENEZ, Manuel (1983) - La epigrafía hispano-árabe durante el periodo de taifas y almoravides. In *Actas del IV Coloquio Hispano-Tunezino*, Palma de Mallorca, 1979. Madrid.
- PEREIRA, F. Alves (1909) - Uma inscrição árabe. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, 14, p. 55-56.
- RAMON MÉLIDA, José (1883) - Memoria acerca de algunas inscripciones arábicas de España y Portugal. *Boletín de la Institución de Libre Enseñanza*, 7, p. 366-367.
- REI, António José (1994) - A epigrafa "Legali" do Castelo de Alandroal. *História*. Lisboa, 172, p. 80-85.
- SAVEDRA, Eduardo (1989) - Inscrição árabe de Évora. *Revista Arqueológica e Histórica*, 3, p. 54-55.
- S. JOÃO DE ALPORÃO na história, arte e museologia (1994). Santarém, p. 154 e 166. Catálogo.
- SIDARUS, Adel (1985) - A nova fundação de Évora do princípio do século X. In *Congresso sobre o Alentejo*. Évora, vol. I, p. 191-197.
- SIDARUS, Adel (1988-1993) - Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos meladi e berbere no Ocidente andaluz. *A Cidade de Évora*. Évora, 71-76, p. 7-37.
- SIDARUS, Adel; TEICHNER, Fels (1997) - Temas romanos no Gharb Al-Andalus. As inscrições árabes de Mérida (Espanha). *Arqueologia Medieval*. Porto, 5, p. 177-189.
- SIMÕES, Augusto Filipe (1899) - *Relatório acerca de renovação do Museu Cervical*. Évora.
- SIMÕES, Augusto Filipe (1870) - *Relíquias da arquitectura romano-bizantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra*. Lisboa.
- SOUSA, João, Fr. (1793) - Memória de quatro inscrições arábicas com suas traduções. *Memórias de Literatura Portuguesa*. Lisboa, t. v, p. 363-376.
- TORRES, Cláudio MACIAS, Santiago (1995) - A arte islâmica no Ocidente Andaluz. In PEREIRA, Paulo, dir. - *História da arte portuguesa*. Lisboa, vol. I, p. 150-177.
- VARELA, Aires (1915) - *Theatro das antiguidades d'Elvas* [1654]. Elvas: ed. de A. Thomas Pires.
- VASCONCELOS, Artimio de (1930) - *A Sé-Velha de Coimbra*. Coimbra, vol. I, p. 29.
- VASCONCELOS, José Leite de (1914) - Entre Tejo e Odiava. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, 21, p. 185.
- VEIGA, Estácio da (1889) - *Memória das antiguidades de Mértola observadas em 1877*. Lisboa.
- VELHO, Martim (1970) - A inscrição árabe de Salir. *Anais do Município de Faro*. Faro, 2, p. 63-64.
- VELHO, Martim (1974) - Outra lápide funerária mussulmana. *Anais do Município de Faro*. Faro, 4, p. 215-216.
- VIANA, Abel (1950) - Notas históricas e arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja, 7, p. 22-23.
- VIANA, Abel (1961-1962) - Algumas noções elementares de arqueologia. *Arquivo de Beja*. Beja, 18-19, p. 153.





286.

**Lápide funerária de Ibn Sa'íd. Grés**

360 x 280 x 145 mm

Salir, Loulé, Faro

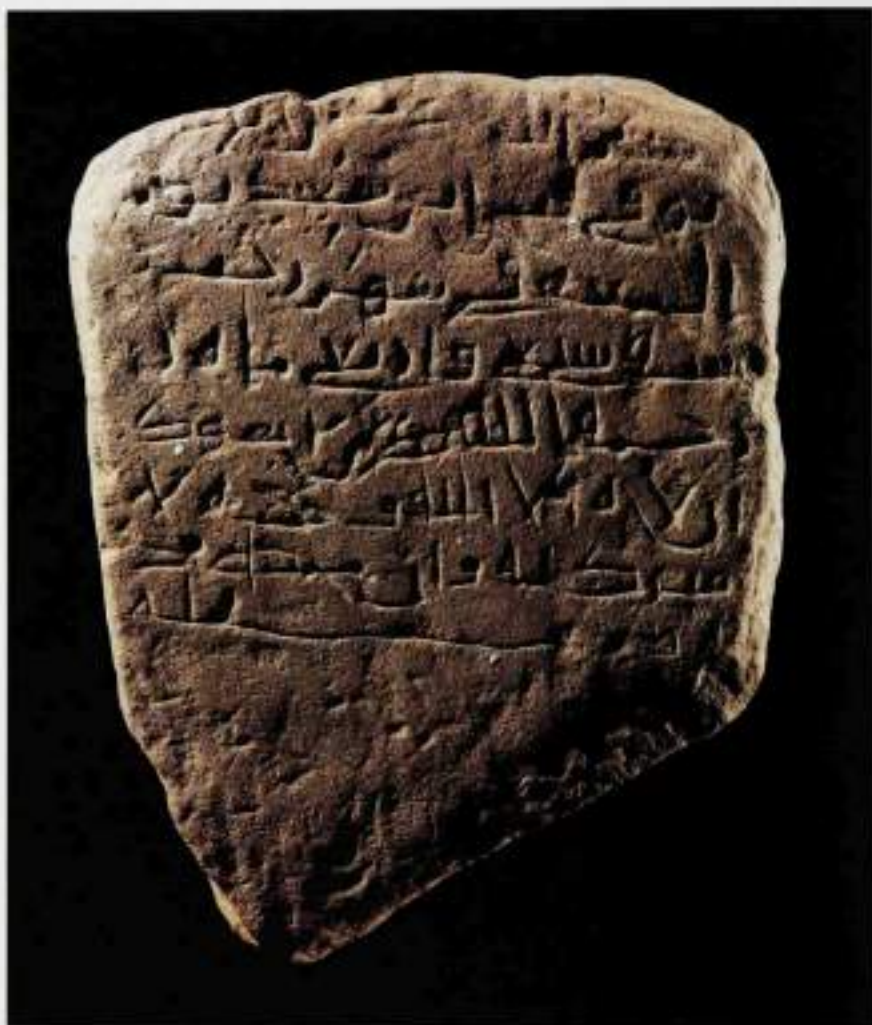
407 H./1016 d.C.

Encontrada em Salir em 1968, na propriedade do Dr. António Dias Quintino, foi oferecida ao Museu Arqueológico de Faro, onde foi lida na quase totalidade, alguns dias depois, por Martim Velho que então participava no IV Congresso de Estudos Árabes e Islâmicos naquela cidade. Está escrita em cúfico simples inciso, de feitura muito rude, com imprecisões, aumentadas pelas falhas devidas à fragilidade do suporte. O mês de Rajab de 407 H., corresponde ao período de 4 de Dezembro de 1016 a 2 de Janeiro de 1017 d.C., coincidindo as sextas-feiras com os dias 7, 14, 21 e 28 de Dezembro.

[بِسْمِ اللَّهِ الرَّحْمَنِ الرَّحِيمِ]  
توفي [...] ابن سعيد يوم  
الجمعة في شهر رجب  
سنة سبع وأربع مائة  
رحمه الله وكان يشهد  
ان لا إله الا الله وحده لا  
شريك له وان محمدا عبد  
ه ورسوله

*Em nome de Deus, o Clemente, o  
Misericordioso, Morreu [...] Ibn Sa'íd na  
sexta-feira do mês de Rajab do ano 407.  
Deus tenha compaixão dele. Dava  
testemunho de que não há outro deus  
sendo Allāh, o único, que não tem  
associado, e que Muḥammad é o Seu  
servo e Seu enviado.*

VELHO, 1970, p. 63-64; LABARTA/BARCELÓ,  
1987, p. 408-409; 1994, p. 237-239.  
Museu Arqueológico e Lapidar Infante D.  
Henrique, Faro. 500  
AGMB



287.

**Lápide funerária de Málík Ibn Ḥasân.**

**Mármore**

520 x 490 x 75 mm

Beja

440-479 H./1048-1086 d.C.

O epitáfio de Málík Ibn Ḥasân foi gravado no reverso de um fragmento de friso romano decorado com motivos vegetalistas estilizados. Como acontece com relativa frequência, muitos destes fragmentos de peças arquitectónicas ou lápides, mesmo epigrafadas, eram reutilizadas como materiais de construção. É o caso desta, que foi encontrada num degrau da casa do Sr. José Eduardo Barbosa Bentes, de Beja, que a ofereceu ao Museu em Março de 1986.

Embora apresentando grande desgaste em parte do campo epigráfico, são visíveis seis linhas em cúfico simples em relevo de paginação muito irregular. Na linha correspondente à data, não é possível perceber se se trata da década de quarenta ou de setenta, atribuindo-se, portanto, a um período entre 1048 e 1086 d.C., em pleno período das Taitas.



287

بسم [الله] الرحمن الرحيم  
و صل الله على محمد هذا  
قبر مالك ابن حسان توفي  
[رحمه الله يوم] الاربعاء سبع  
[من ربيع الاخر من سنة  
[... ..] عين واربع  
[مائة]

*Em nome de Deus, o Clemente, o  
Misericordioso. Abençoe Deus a  
Muhammad. Este é o sepulcro de Málík  
Ibn Ḥasân. Morreu [Deus tenha  
compaixão dele] na quarta-feira sete [de  
Rabi' ] II do ano de quatro[centos] e  
[quar/ sethno]setenta [e...].*

LABARTA/BARCELÓ 1987, p. 403; BORGES,

1989, p. 98-99

Museu Regional Rainha D. Leonor. Beja

AGMB



288.

**Lápide funerária de Khalaf Ibn Qâsim.****Xisto**

690 x 370 x 50 mm

Noudar, Barrancos, Beja

473 H./1080 d.C.

Por toda a zona rural do Baixo Alentejo aparecem este tipo de lápides de xisto, pedra abundante na região, escritas em cúfico simples, numa incisão rade e angulosa, consequência sobretudo da dificuldade de gravação numa superfície de extrema fragilidade. Daí, também que raramente estas inscrições sejam encontradas completas, como é o caso desta.

Juntamente com um fragmento de lápide do mesmo tipo, atesta a ocupação muçulmana do pequeno povoado fortificado de Noudar, situado nas margens do Ardila muito próximo de Barrancos, em zona hoje fronteiriça, e que desde os inícios do século XIX se encontra desabitado.

Na data referida na inscrição (noite de 24 para 25 de Setembro de 1080), estava o al-Andalus dividido em pequenos reinos independentes após a desagregação do califado, e Noudar integrava-se no reino de Sevilha sob o governo de Al-Mu'tamid.



بِسْمِ اللَّهِ الرَّحْمَنِ الرَّحِيمِ  
توفي خلف بن قاسم رحمه الله  
ونشر وجهه ليلة  
الجمعة لسبع خلون من  
ربيع الآخر من سنة  
ثلاث و سبعين و اربعمائة

*Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso. Morreu Khalaf Ibn Qâsim - que Deus tenha compaixão dele e faça brilhar o seu rosto - na vigília de sexta-feira sete dias passados de Rabî' II do ano de quatrocentos] e setenta e três.*

BORGES, 1993, p. 215-217

Câmara Municipal de Barrancos

AGMB

**Lápide funerária de Muhammad Khalifa. Xisto**

630 x 450 x 50 mm  
Messejana. Aljustrel. Beja  
484 H./1081 d.C.

Dada a conhecer em 1962 por Abel Viana ao publicar a sua reprodução, ainda hoje se encontra numa coleção particular em Messejana. Apesar de partida em dois fragmentos, é possível lê-la na quase totalidade. Gravada em cúfico simples inciso, com alguns diacríticos, traz o epitáfio de Muhammad Khalifa, com um texto relativamente extenso, a terminar numa composição poética em metro *munsarih*, de carácter funerário. Em 1964, Manuel Ocaña, no estudo das inscrições de Almería, chama a atenção para duas delas, datadas de 410 H./1019 d.C. e 517 H./1123 d.C., que incluem tal poema (OCAÑA, 1964, p. 9 e 117). Em 1979, no IV Coloquio Hispano-Tunisino, em Palma de Maiorca (OCAÑA, 1983, p. 203-204), compara esses dois epitáfios de Almería com outros dois de Qayrawân, de 422 H./1031 d.C. e 429 H./1038 d.C., que apresentam ligeiras variantes, e pergunta-se como explicar que tal composição poética anónima apareça mais ou menos pelos mesmos anos em inscrições das duas localidades (OCAÑA, 1983, p. 203-204). Agora, a essas, há que juntar esta de Messejana, que segue mais fielmente a versão de Qayrawân. É curioso notar, na última linha do poema, a utilização da palavra *tzrâ* (terra húmida) com o significado de *campa*, tal como a utiliza o poeta Ibn 'Abdûn, de Évora, no verso 56 da sua elegia sobre o fim da dinastia aifácida, a 'Abdûniyya. Em 10 de Rabî' I de 484 H. (2 de Maio de 1081 d.C.), data da inscrição, o Al-Andalus estava ainda no período das Taifas, pequenos reinos independentes em que se dividiu o grande Califado de Córdoba. Em Sevilha, al-Mu'tamid, o rei poeta, tentava restabelecer o antigo esplendor, o que veio a saldar-se por um reconhecido desenvolvimento económico e cultural em todo o Sul.

بسم الله الرحمن الرحيم توفي محمد  
خليفة رحمه الله و غفر له كان يشهد  
ان لا اله الا الله وحده لا شريك له شهيد  
من عرف دينه وايقن ان الله تبارك  
و تعالا ربه وتوفي يوم الخميس لعشر خلون من  
ربيع الاول من سنة اربعة وثمان واربعه مائة  
يا ايها الناس كان لي امل قصر بي عن بلوغه الاجل  
فليتق الله ربه رجل يمكنه في حياته العمل  
[ما انا وحداي انتقلت حيث تروا كل ال مثله سينقل

*Em nome de Deus, o Clemente, o  
Misericordioso. Morreu Muhammad  
Khalifa, Deus tenha compaixão dele e  
lhe perdoe. Davo testemunho que não há  
outro deus senão Allâh, o único, que não  
tem associado. Ele testemunhou de  
acordo com o estabelecido na sua  
religião e reafirmou que Allâh - que seja  
louvado e exaltado - é o seu Senhor.  
Morreu na quinta-feira dez passados de  
Rabî' I do ano de 484.*

*Ó gentes! Eu esperava muito da vida. A  
morte impediu-me de o alcançar.  
(Todo) o homem teme a Deus seu Senhor  
enquanto a vida lhe permite ainda agir  
bem. Não sou o único que passou a esta  
campa. Qualquer um passará do mesmo  
modo.*

VIANA, 1961-62, p. 132 (reprodução)  
Francisco Vítor Paquete e família  
AGMBIAS





**Lápide funerária. Xisto**

590 x 350 x 70 mm

Castro da Senhora da Cola, Ourique. Beja  
486 H./1093 d.C.

Parte inferior de uma lápide rectangular, com um epitáfio de um desconhecido, falecido a 7 de Dezembro de 1093, de que restam apenas as quatro últimas linhas, em cúfico simples inciso. Encontrada junto à Capela de Nossa Senhora da Cola, concelho de Ourique, foi oferecida em 1933 à Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Segundo Abel Viana, nas escavações por ele efectuadas no sítio da Cola em 1958 e 1959, foram encontrados fragmentos epigrafados de seis lápides diferentes ainda inéditas.

A entrega de Lisboa e de Santarém a Afonso VI pelo rei de Badajoz, precisamente nesse ano de 1093, com o avolumar de notícias do perigo do avanço cristão para sul do Tejo, são motivo acrescido para que este simples e humilde epitáfio peça a Deus para que tenha também misericórdia do Islão.

[... توفي]

[... رحمة الله عليه و

على الاسلام ليلة البدر

في النصف من ذي القعدة

سنة ست وثمانين واربع مائة

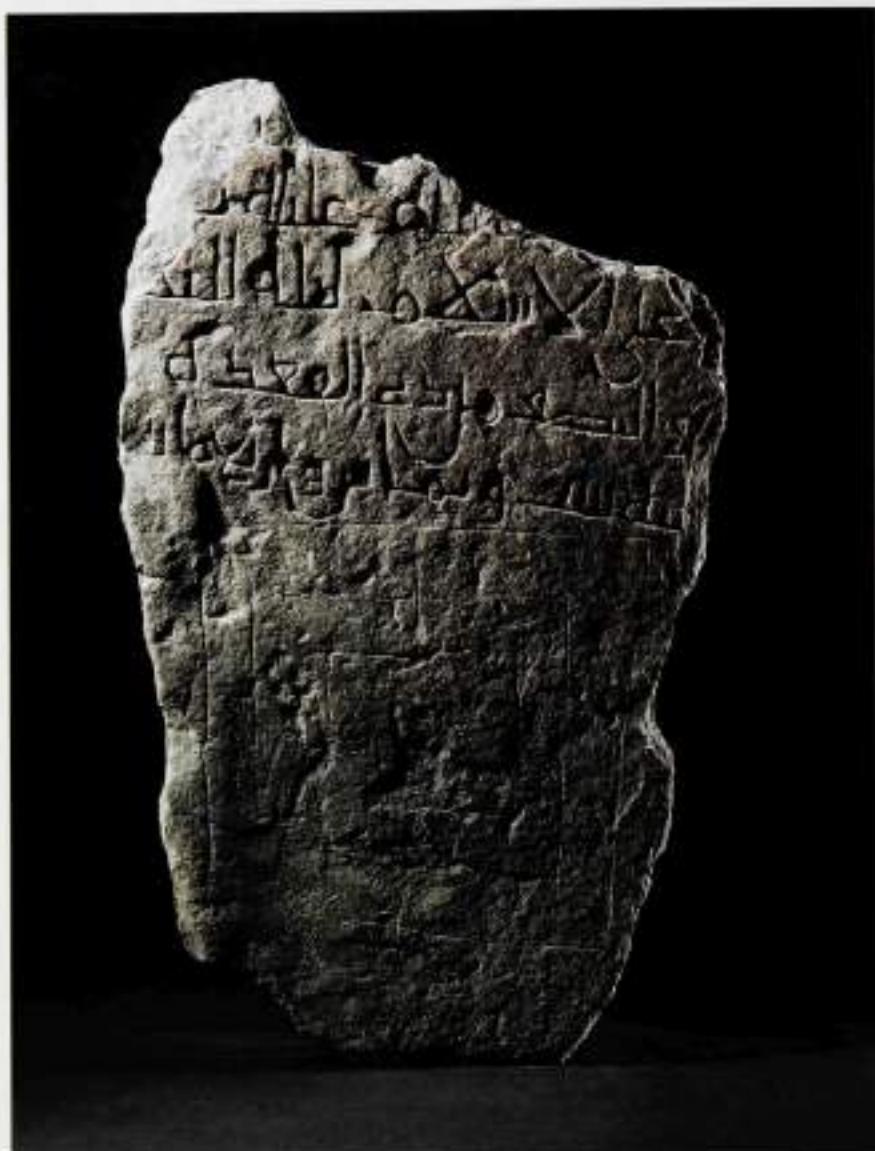
[...Morreu] - a misericórdia de Deus esteja sobre ele e sobre o Islão -, na noite de lua cheia na metade do mês de Dhù-I-Kaf da do ano de quatrocentos e oitenta e seis.

NYKL, 1941, p. 11-12; 1946, p. 176; OCAÑA,

1947; LABARTA/BARCELÓ, 1987, p. 413

Museu Arqueológico do Carmo. Lisboa

AGMB





291.

Lápide funerária de uma dama nobre.

Mármore

345 x 255 x 60 mm

Beja

487 H./ 1094 d.C.

Epitáfio de uma dama nobre, provavelmente da antiga estirpe omíada. De paginação equilibrada, restam apenas as sete últimas linhas em cúfico simples em relevo.

Uma característica epigráfica de nível fonético, a ênfase de consoante do *šā* para *sād*, pode indicar uma pronúncia típica da região. A data corresponde no calendário cristão ao sábado 17 de Junho de 1094.

[...] بن [...] ]  
[...] الاموي و  
حمة الله توفيت  
سحر السبت لليلة بقيت  
لجمادى الاول من  
سنة سبع وثمانين و  
ربيع مائة.

[...] Ibn [...], al-Umaid. Deus tenha compaixão dela. Morreu na madrugada de sábado, último dia de Jumāda I no ano de 487.

LABARTYBARCELÓ, 1967, p. 402; BORGES, 1989, p. 99-101

Museu Regional Rainha D. Leonor, Beja  
AGMB

292.

Lápide funerária de Ibn Ahmad.

Mármore

340 x 200 x 120 mm

Beja

Final séc. V H./XI d.C.

بسم الله الرحمن الرحيم  
و صل الله على محمد واله  
هاذا قبر [...] ]  
ابن احمد [...] ]

Em nome [de Deus, o Clemente, o Misericordioso.] Abençoe Deus [a Muhammad e a sua família]. Este é o sepulcro de [...] Ibn Ahmad [...].

BORGES, 1989, p. 101-102

Col. Leonel Borrela em depósito no  
Museu Regional Rainha D. Leonor, Beja  
AGMB



291



292

293.

**Lápide funerária de Ibn Músá. Xisto**

250 x 210 x 50 mm

Noudar, Barrancos, Beja

Séc. V H./XI d.C.

[... الراحمين صلى الله على محمد ]  
[... بن موسا بن اللا [...]

*[Em nome de Deus, o Clemente, o  
Misericordioso. Abençoe Deus o  
Muhammad.]... Ibn Músá Ibn [...]*

BORGES, 1993, p. 215-217

Câmara Municipal de Barrancos

AGMB



293

294.

**Lápide funerária. Grés**

600 x 200mm

Ourique, Beja

Séc. V H./XI d.C. (?)

É um dos fragmentos de duas lápides encontradas em Ourique em 1933 e depositadas no Museu de Santiago do Cacém. Escrita em cúfico simples inciso, muito rude e irregular, é um exemplo típico das lápides funerárias do mundo rural do Baixo Alentejo, sobretudo no século V H./XI d.C..

Foi estudada e publicada por Ana Labarta e Carmen Barceló que, apesar dos reduzidos elementos epigráficos, conseguiram identificar que se trata de um epitáfio de um desconhecido, propondo como leitura a partir da 4ª linha a profissão de fé muçulmana, seguida de uma passagem corânica, e de que restam apenas pequenos fragmentos. Assim:

*Dava testemunho de que não há outro deus senão Allâh, o único, que não tem associado, e de que Muhammad é o seu servo e o seu enviado, a quem mandou "com a sua direcção para fazer triunfar a verdadeira religião sobre todas as outras, apesar da hostilidade dos idólatras" (IX, 33)*

LABARTA/BARCELÓ, 1987, p. 481-484

Museu Municipal de Santiago do Cacém

AGMB



294



295.

**Lápide funerária de <sup>c</sup>Abd Allâh al-Adîb. Xisto**

400 x 335 x 37 mm

Odeleite, Castro Marim, Faro

Séc. V H./XI d.C. (?)

Pequena lápide, partida do lado esquerdo, encontrada nas margens do rio Odeleite e oferecida ao Museu de Faro em 1896. Tem um epítáfio de um desconhecido, gravado em cúfico simples inciso, muito pouco cuidado e impreciso. O que resta da data apenas refere o ano sessenta sem indicação da centúria que, a julgar pelo tipo de escrita, poderá ser a de quatrocentos.

*Em nome de Deus, o Clemente, o  
Misericordioso. Morreu <sup>c</sup>Abd Allâh al-Adîb  
Ibn [...] - Deus tenha compaixão dele e  
faça brilhar o seu rosto - no ano [...] e  
sessenta.*

بسم الله الرحمن الرحيم  
توفي عبد الله  
الاديب بن مروا [...]  
رحمه الله وتضر  
وجهه عام ستين و [...]

NYKL, 1940, p. 407-408; 1946, p. 183; VELHO, 1974, p. 215-216;

LABARTA/BARCELÓ, 1987, p. 404

Museu Arqueológico e Lapidar Infante

D. Henrique, Faro, 502

AGMB

296.

**Lápide funerária de Ibn Khâliş. Mármore**

250 x 190 x 70 mm

Mértola, Beja

Séc. V H./XI-XII d.C.

Fragmento do canto superior direito de uma lápide encontrada em Mértola e oferecida em 1895 por António da Silva Fernandes ao então Museu Etnográfico Português. Da epígrafe restam cinco linhas em cúfico simples em relevo, apenas com indicação de parte do nome, e que Nykl data, com probabilidade, do século V H./XI-XII d.C.

*Em nome de Deus, o  
[Clemente, o  
Misericordioso.] Este é o  
sepulcro de [...] Ibn Khâliş  
[...] Muḥammad Ibn al-[...].*

بسم الله الرحمن الرحيم  
هاذا قبر [...]  
ابن خالص و [...]  
محمد بن [...]  
[...]

VASCONCELOS, 1895, p. 221; LOPES, 1896, p. 206; NYKL, 1942, p. 25-26;

1946, p. 174; LABARTA/BARCELÓ, 1987, p. 411

Museu Nacional de Arqueologia, E.6565

AGMB

295



296





297.

Lápide funerária (?). Mármore

210 x 175 x 50 mm

Mértola. Beja

Final do séc. VI H./início do séc. XII d.C.

Fragmento do canto inferior esquerdo, com parte de cinco linhas em cursivo, de uma provável lápide funerária. Pela semelhança de uma das linhas com outra inscrição com o mesmo tipo de escrita, e pela falta de sentido das restantes, Nykl admite que se trata de um ensaio epigráfico. A linha em causa, a segunda, é precisamente a que tem parte da data, que na outra inscrição vem completa - 598 H./1202 d.C., - o que leva a situar esta na mesma época.

NYKL, 1942, p. 26-27; 1946, p. 174;

LABARTA-BARCELÓ, 1987, p. 409

Museu Nacional de Arqueologia. E.7417

AGMB



298.

Lápide funerária de 'Abd al-Rahmân.

Mármore

320 x 170 x 110 mm

Beja

520-529 H./1126-1135 d.C.

[على] محمد واله [هاذا قبر]  
[...] عبد الرحمن ابن [...]  
[...] رحمه الله [توفي]  
[...] اول محرم [...]  
[...] وأربعين وخمسة مائة

[... Abençoe Deus a] Muhammad e a sua família. [Este é o sepulcro de ...] 'Abd al-Rahmân Ibn [...]. Deus tenha compaixão dele. [Morreu ...] primeiro de Muharram [...] de quinhentos e vinte e [...].

VIANA, 1945, p. 240; LABARTA-BARCELÓ, 1987,

p. 403; BORGES, 1989, p. 103-105

Museu Regional Rainha D. Leonor. Beja

AGMB



298

297

299.

Lápide funerária de **Aḥmad** filho do vizir **Muḥammad Ibn Rayḥāna**. Mármore

510 x 300 x 50 mm

Évora

525 H/1131 d.C.

Quando das obras de adaptação a escola da antiga igreja paroquial de S. Pedro, de Évora, numa das paredes, foi encontrada esta lápide rectangular, com um epitáfio completo em cúfico simples relevado, numa escrita compacta, de hastes muito alongadas, característica habitual nesta época em toda a região. Lido pela primeira vez em 1889 pelo conhecido arabista espanhol D. Eduardo Saavedra, o texto, pelos elementos de que é composto, inscreve-se entre os exemplares mais comuns dos epitáfios peninsulares.

A data da morte do filho do desconhecido vizir corresponde no calendário cristão a 8 de Janeiro de 1131. Nesse ano, D. Afonso Henriques faz de Coimbra o centro de apoio da sua expansão para Sul, começando quatro anos depois a construção do Castelo de Leiria como etapa para o ataque a Sintra e Santarém. O Al-Andalus, então sob o domínio almorávida, veio a reagir violentamente, destruindo o Castelo em 1140.

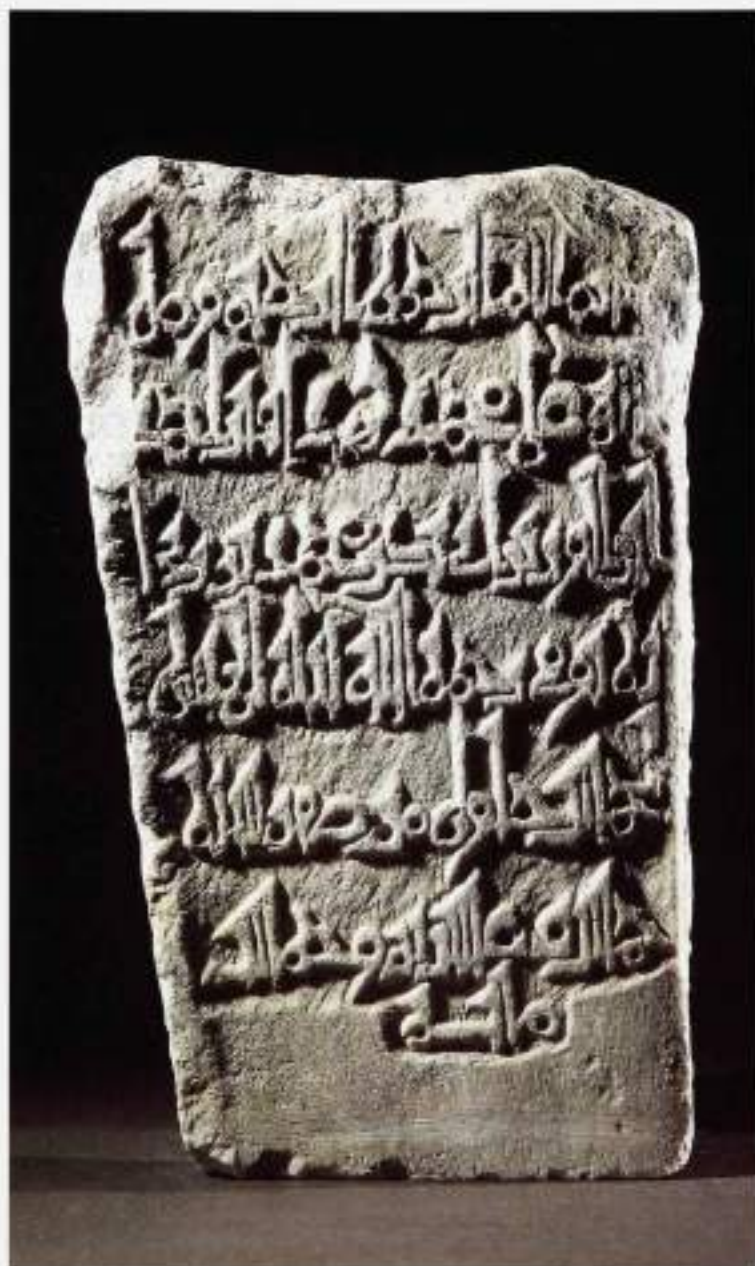
بِسْمِ اللَّهِ الرَّحْمَنِ الرَّحِيمِ وَصَلَّى  
اللَّهُ عَلَى مُحَمَّدٍ هَذَا قَبْرُ أَحْمَدَ  
ابْنِ الْوَزِيرِ أَبِي بَكْرٍ مُحَمَّدِ بْنِ رِيحَانَ  
تُوِّفِيَ رَحِمَهُ اللَّهُ لَيْلَةَ الْخَمِيسِ  
لِخَمْسِ خَلُونَ مِنْ صَفَرِ سَنَةِ  
خَمْسَةِ وَعِشْرِينَ وَخَمْسِ  
مِائَةٍ

*Em nome de Deus, o Clemente, o  
Misericordioso. A benção de Deus esteja com  
Muhammad. Este é o sepulcro de Ahmad filho  
do vizir Abū Bakr Muhammad Ibn Rayḥāna.  
Morreu - Deus tenha compaixão dele - na noite  
de quinta-feira, cinco de Šafar, no ano de 525.*

SAWEDRA, 1889, p. 54-55; BARATA, 1903, p. 45; NYKL,  
1942, p. 31; 1946, p. 177; LABARTA/BARCELÓ, 1987, p.  
406

Museu de Évora. 1731

AGNII



299



300.

Lápide funerária de **Muhammad Ibn Mufarrij Ibn Hüd**. Mármore

450 x 350 x 110 mm

Beja

531 H./1136 d.C.

Parte superior de uma estela paleocristã aproveitada no reverso para o epitáfio de Muhammad Ibn Mufarrij Ibn Hüd, falecido em Dezembro de 1136, em época almorávida. Apresenta sete linhas em cúfico simples, em relevo, separadas por estreitas faixas igualmente relevadas, característica comum a um grupo de lápides coevas de oficina bejense.

بِسْمِ اللَّهِ الرَّحْمَنِ الرَّحِيمِ  
 وَصَلَّى اللَّهُ عَلَى مُحَمَّدٍ  
 هَذَا قَبْرُ مُحَمَّدِ بْنِ مَقْرٍ  
 جِ بْنِ حُودٍ رَحِمَهُ اللَّهُ  
 تَوَفَّى يَوْمَ الْاِحْدَاءِ فِي رَجَبِ  
 الْاَوَّلِ سَنَةِ اِحْدَا وَثَلَاثِينَ  
 وَخَمْسِ مِائَةٍ.



[Em nome] de Deus, o Clemente, [o Misericordioso]. Abençoe Deus a Muhammad. Este é o sepulcro de Muhammad Ibn Mufarrij Ibn Hüd - Deus tenha compaixão dele - . Morreu no domingo de Rabi<sup>c</sup> I do ano de 531.

LOPES, 1896, p. 205-206; NYKL, 1946, p. 180-181; FERNANDES PUERTAS, 1973, p. 145-152; LABARTA BARCELÓ, 1987, p. 401-402; BORGES, 1989, p. 105-106.  
 Museu Regional Rainha D. Leonor. Beja  
 AGMB

301.

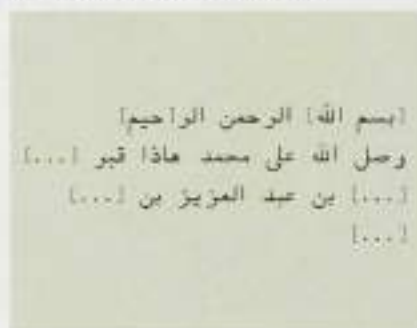
Lápide funerária de **Ibn 'Abd al-'Aziz**.

Mármore

370 x 380 x 60 mm

Beja

1<sup>o</sup> quartel do séc. VI H./XII d.C.



بِسْمِ اللَّهِ الرَّحْمَنِ الرَّحِيمِ  
 وَصَلَّى اللَّهُ عَلَى مُحَمَّدٍ هَذَا قَبْرُ [...]  
 [...] بْنِ عَبْدِ الْمُؤَيْزِ بْنِ [...]  
 [...]

[Em nome de Deus,] o Clemente, o [Misericordioso]. Abençoe Deus a Muhammad. Este é o sepulcro de [...] Ibn 'Abd al-'Aziz Ibn [...].

BORGES, 1989, p. 103  
 Museu Regional Rainha D. Leonor. Beja  
 AGMB



301



302.

Lápide funerária (?). Mármore

170 x 180 x 35 mm

Mértola, Beja

1ª metade do séc. VI H./ XII d.C.

Tudo leva a crer que se trate de uma inscrição funerária, embora o que resta das três primeiras linhas, em cúfico simples, não o permita confirmar. O tipo de letra e a paginação, com faixas interlineares em relevo, aproxima esta lápide do grupo com características semelhantes de oficina de Beja, levando a datá-la da 1ª metade do século VI H./XII d.C.

بِسْمِ اللَّهِ الرَّحْمَنِ الرَّحِيمِ  
صَلَّى اللَّهُ عَلَى مُحَمَّدٍ [...] [...] [...]

*[Em nome de / Deus, o Clemente, /o Misericordioso. Abençoe Deus / a Muhammad [...].*

NYPL, 1942, p. 26-27; 1946, p. 174;

LABARTA/BARCELÓ, 1987, p. 411

Museu Nacional de Arqueologia, E.7416

AGMB



302

303.

Lápide funerária (?). Arenito

160 x 255 x 100 mm

Elvas, Portalegre

Meados do séc. VI H./XII d.C.

Segundo uma nota que acompanhava a peça no Museu Municipal de Elvas, foi encontrada na rua de João de Olivença daquela cidade. Apesar de ser apenas um fragmento, sem importância do ponto de vista do texto, sob o aspecto formal epigráfico é uma peça notável, escrita em cúfico simples, bastante evoluído, fugindo de modo harmonioso à rigidez da linha de base, e preenchendo todos os espaços com círculos e motivos florais. É um estilo que se aproxima bastante de alguns exemplares de Badajoz de meados do século VI H./XII d.C.

بِسْمِ اللَّهِ الرَّحْمَنِ  
الرَّحِيمِ وَصَل [...] [...]

*Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso. Abençoe [Deus a Muhammad [...].*

Museu António Thomaz Pires, Elvas.

6740

AGMB



303

**Lápide funerária. Mármore**

380 x 350 x 35 mm

Mértola, Beja

2ª metade do séc. VI H./XII d.C.

Em Agosto de 1788, Fr. João de Sousa, religioso da Ordem 3ª franciscana, onde ensinava o árabe, e intérprete oficial junto da corte, a pedido de D. Frei Manuel do Cenáculo, seu protector e correlegonário, e do Abade Correia da Serra, deslocou-se ao Alentejo para procurar e interpretar as inscrições árabes. De Beja, no regresso de Mértola, escreve ao bispo Cenáculo com data de 28, a dar-lhe conta da lápide encontrada e da impossibilidade da sua leitura em virtude de estar muito alta, na parede junto ao telhado, "muito suja, e cheia de cal". Acrescenta que, "só mandando-a tirar com ordem superior, he que se poderá ler ainda que padece a mesma falta em hum dos lados, como a que V. Ex. tem, e segundo mostra he do mesmo tamanho, e tem letreiro à roda do quadro" (BPE, cod. CXXVIII/1-4, f. 74). Entretanto, foi mandada tirar, pois Fr. João de Sousa publica a sua leitura nas *Memórias da Litteratura Portuguesa*, da Academia Real das Sciencias de Lisboa (t. V, 1793), indicando que foi encontrada "junto ao Convento dos Religiosos Franciscanos perto da Villa de Mértola", e o fragmento de lápide passa a fazer parte da colecção de Cenáculo, bispo de Beja, que a integra no seu museu Sesinando Pacense sendo desenhada no *Album de Antiquidades* (BPE, cod. CXXIX/1-14). Fr. João de Sousa identifica acertadamente que as inscrições do campo central e da orla da lápide pertencem a duas suras corânicas. Todavia, na publicação mencionada, reconstitue a lápide, preenchendo-a com a totalidade das referidas suras (num manuscrito enviado a Cenáculo pelo religioso franciscano, sobre o texto árabe da lápide reconstituída, foi marcada a parte que coincide com o fragmento da lápide, tal como foi desenhada e como hoje existe).

Estácio da Veiga, em 1880, na sua *Memoria das Antiquidades de Mertola*, não perceberá que a reconstituição publicada por Fr. João de Sousa e o

fragmento da colecção Cenáculo, de que entretanto pediu a interpretação a D. Rodrigo Amador de los Rios, são uma e a mesma lápide, referindo a existência de duas, estando uma delas desaparecida. O fragmento, hoje no Museu de Évora, para onde foi levado pelo bispo Cenáculo ao ser nomeado arcebispo daquela cidade em 1802, é parte de uma lápide funerária, decorada com um arco simbólico, de tipo almeriense, de que apenas resta uma coluna, com o respectivo capitel e o início de um arco ultrapassado, que delimita o campo epigráfico central, escrito em cúfico simples bastante evoluído e com os espaços vazios preenchidos com elementos decorativos vegetalistas e estilizados. Pelo menos em três bordos, e em jeito de moldura, corria uma faixa epigrafada, em cursivo, de que resta parte de um dos lados.

Pelo tipo de letra, e sobretudo pela utilização simultânea do cúfico e do cursivo, poderá ser datada da segunda metade do século VI H./XII d.C.

Ao centro: *Que a vida desta mundo não vos cegue, que a confiança cega nos bens deste mundo não vos cegue a respeito de Deus. O conhecimento da Hora pertence a Deus, que fez cair baltegas do céu. Ele sabe o que contém as entranhas das mães. Nenhum ser sabe o que terá amanhã, tal como nenhum ser sabe em que sitio morrerá. Deus é sábio e instruído* (XXXI, 33-34)

Na faixa exterior: *[...D'Ele não se apossam nem] o torpor nem o sono; a Ele pertence tudo o que está no Céu [e na Terra...]* (II, 256).

SOUSA, 1793, p. 373-375; SIMÕES, 1860, p. 22; VEIGA, 1880, p. 146-154; AMADOR DE LOS RIOS, 1883, p. 265-274; BARATA, 1903, p. 36; NYKL, 1946, p. 178-186; LABARTA-BARCELÓ, 1987, p. 412  
Museu de Évora, 1729  
AGMII

[حق] فلا تغرنكم الحياة  
الدنيا ولا يغرنكم  
[بالله] الغرور ان الله عنده  
علم الساعة وينزل الغيث  
او اعلم ما في الارحام وما تد  
اراي نفس ماذا تكسب غدا  
[1] وما تدري نفس باي ارض  
[تموت] ان الله [عليم خبير]

[...] سنة ولا نوم له ما في السموات







305.

**Lápide funerária. Calcário**

550 x 480 x 100 mm

Rua das Madres, Lisboa

Séc. VII-VIII H./XII-XIII d.C.

Encontrada na rua das Madres (Madrageira), em Lisboa, esta lápide funerária tem evidentes semelhanças com o fragmento de Frielas (cat. 306): um arco "simbólico" extremamente estilizado, a mesma distribuição do campo epigráfico, um pseudo-cúfico arcaizante com diacríticos, embora apresente uma maior extensão e curvatura das extremidades finais das letras. É igualmente semelhante o motivo ornamental (dois discos com uma folha lanceolada), frequente na produção decorativa da época (PAVON MALDONADO, 1981, p. 101-105), que nesta encerra a inscrição e que, na de Frielas, separa a primeira frase da seguinte. Atribui-se, portanto, a esta lápide, tal como à de Frielas, uma datação do final do século VII H./XII d.C., ou até mesmo do século VIII H./XIII d.C.. Devido ao mau estado da pedra, é difícil a interpretação da 1ª linha, embora a palavra do canto esquerdo deva ser Alláh. Todo o resto é a citação da sura LV, 26 e 27. É uma passagem que aparece também em duas inscrições de Badajoz e uma de Almeria nos meados do século XIII d.C. e em outra de Granada já do século XIV (LÉVI-PROVENÇAL, 1931, OCAÑA, 1964).

[...]  
كل  
من عليها  
فان ويبقا  
وجه ربك  
ذا الجلال والا  
كرام.



*Tudo o que se encontra na terra desaparecerá. Só a face do teu Senhor permanecerá aureolada de majestade e de nobreza (LV, 26-27).*

Museu da Cidade, Lisboa

AGMB

**Lápide funerária. Calcário**

330 x 550 x 110 mm

Frielas, Loures, Lisboa

Sécs. VII-VIII H./XII-XIII d.C.

Conhecido nos finais do século XIX, quando foi encontrado numa casa de campo em Frielas, arredores de Lisboa, este fragmento de lápide traz a parte superior de um epitáfio, sem menção do nome do defunto, nem da data da morte. Domina a lápide um arco ligeiramente apontado, em relevo, formando com a moldura exterior um alfiz, em que se insere o campo epigráfico. As lápides decoradas com o chamado "arco simbólico" são conhecidas na tradição peninsular, sobretudo o admirável conjunto de estelas de Almeria, do século VI H. Entre as lápides árabes de Portugal, destaca-se um fragmento de Mértola, uma estela de Évora ricamente decorada e três da zona de Lisboa. Esta de Frielas, e uma outra da rua das Madres (Lisboa), todavia,

diferenciam-se do restante conjunto pela extrema simplicidade do arco, uma faixa lisa relevada, que encosta à moldura sem menção de qualquer coluna e capitel. A escrita, num pseudo-cúfico aparentemente arcaizante, ocupa quer o intadorso do arco, quer entre este e a moldura. A forma de certos caracteres, a utilização frequente de diacríticos, e a forte estilização do arco, levam a concluir que esta lápide será mais tardia do que habitualmente se lhe atribui, ou seja, do final do século VII H/ XII d.C. ou até mesmo do século seguinte, já então em pleno domínio cristão. Aliás, o arco simbólico continuará a ser utilizado pela comunidade da região como é atestado pela lápide de Lisboa (cat. 312) do século XIV.

الدائم الله  
ترحم  
بفضلك يا  
واقفا وانظرو  
مكانا دفعت  
اليه . قد صا  
[...]

*Eterno é Deus. Tem compaixão conforme a tua mercê, ó tu que tudo dominas, e olha [com misericórdia] para o sítio para onde fui mandado. \*[...]*

LOPES, 1896, p. 207; NYKL, 1942, p. 23-24; 1946, p. 173; MACHADO, 1964, p. 334-335; BARROS, 1983, p. 116-117; LABARTABARCELÓ, 1986, p. 498  
Museu Nacional de Arqueologia. E. 6877  
AGMB / AS





307.

Lápide funerária de **Abū Bakr Yahyā Ibn ʿAbd Allāh Ibn al-Ḥuwārī**.

Mármore

445 x 260 x 70 mm

Mértola, Beja

598 H/ 1202 d.C.

Lápide funerária escrita num cursivo compacto sem diacríticos, com o epitáfio de um xeique desconhecido, que faleceu em 22 de Agosto de 1202, durante o califado almóada de Muḥammad al-Nāṣir. Pertenceu à coleção de Estácio da Veiga e, no final do século passado, foi publicada por D. Rodrigo Amador de los Rios, que a leu parcialmente. O arabista americano A.R. Nykl deu a leitura completa, que a seguir se transcreve, e que integrou no seu conhecido trabalho sobre as inscrições árabes em Portugal.

بِسْمِ اللَّهِ الرَّحْمَنِ الرَّحِيمِ  
 صَلَّى اللَّهُ عَلَى مُحَمَّدٍ وَآلِهِ  
 هَذَا قَبْرُ الشَّيْخِ أَبِي بَكْرٍ  
 يَحْيَى بْنِ عَبْدِ اللَّهِ بْنِ  
 الْحَوَارِيِّ تَوَفَّى بِرَحْمَةِ  
 اللَّهِ وَنُحْرٍ وَجْهٍ  
 يَوْمَ الْارْبَعَاءِ مِنْ  
 ذِي الْحِجَّةِ ثَمَانٍ وَ  
 ثَمَانِينَ وَخَمْسِ مِائَةٍ  
 إِلَى هَذَا كَانَ مَسْكَتِ  
 الْأَنْبِيَاءِ وَالصَّالِحِينَ  
 وَحَرَسَ قَوْمَهُ اللَّهُ  
 مِنَ الْأَمِّ الْأَعْمِينَ

*Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso. Abençoe Deus a Muḥammad e a sua família. Esta é a sepultura do xeique Abū Bakr Yahyā Ibn ʿAbd Allāh Ibn al-Ḥuwārī. Faleceu - Deus tenha compaixão dele e faça brilhar o seu rosto - na quarta-feira de Dhū-l-Ḥijja de 598. Tal foi também o caminho dos profetas e dos justos; e proteja Deus o seu povo contra todas as nações.*

AMADOR DE LOS RIOS, 1878, p. 333; 1883, p. 261-264; VEIGA, 1890, p. 157-160; NYKL, 1942, p. 29-31; 1946, p. 175-176; LABARTA/BARCELÓ, 1987, p. 409-410; BARROCA, 1992-93, p. 202-203; Museu Nacional de Arqueologia, E. 6562  
 AGN8

308.

Lápide funerária. Mármore

150 x 140 x 40 mm

S. Tomé de Aguiã, Arcos de Valdevez, Braga

Séc. VII H./ XIII d.C.

Embora encontrado no sacrário da igreja paroquial de S. Tomé de Aguiã, onde servia de base à píxide, este pequeno fragmento em mármore de Estremoz supõe-se que terá sido levado de sítio desconhecido do Alentejo. Desde 1905 que está no Museu Nacional de Arqueologia. O tipo de escrita, em cursivo com diacríticos, e a preocupação de preenchimento de todo o campo epigráfico, inclusive com alguns motivos decorativos, permite datá-lo do séc. VII H./ XIII d.C..

O que resta do texto, parece incluir o versículo do Corão, - "Que a vida deste mundo não vos perturbe e que o sedutor não vos seduza a respeito de Deus" (XXXV, 5) - que é um dos mais citados na epigrafia funerária peninsular. Seria dedicado a um vizir desconhecido, de que ficaram apenas algumas letras do nome.

[...]  
 [...] الحياة الدنيا  
 [...] الشيخ الوزير الخ [...]  
 [...] سين (؟) ال [...]

[...] a vida deste mundo [...] o xeique o vizir [...]].

PEREIRA, 1909, p. 55-56; NYKL, 1942, p. 24-25; 1946, p. 173-174; LABARTA/BARCELÓ, 1987, p. 400-401; Museu Nacional de Arqueologia, E. 6569  
 AGN8





**Lápide funerária. Mármore**

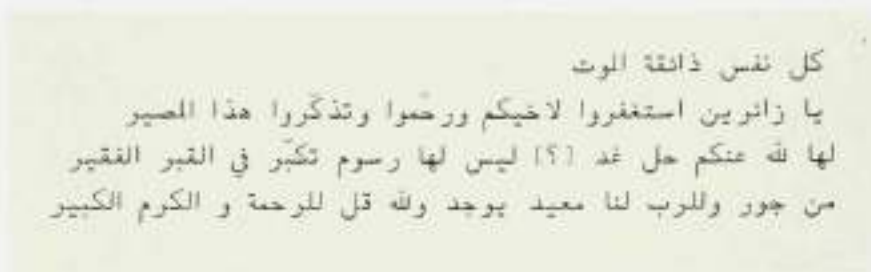
350 x 490 x 45 mm

Évora

Séc. VIII H./XIII d.C.

Embora partida na horizontal mais ou menos pelo meio, a lápide está praticamente completa, sendo possível apreciar toda a sua riqueza decorativa, com uma relação notável entre a epigrafia e os diferentes elementos ornamentais. Um arco "simbólico", constituído por pequenos lóbulos entrelaçados, e encimado por uma fiada de merlões islâmicos preenche a lápide. Dentro do arco, uma frase em cursivo mistura-se com uma profusão de arabescos a ocupar todo o espaço; no intercolúnio, uma moldura rectangular delimita três linhas de um cursivo compacto de longas hastes verticais, que se cruzam com as igualmente longas extremidades curvas das letras finais. A lápide foi vista em 1788 por Fr. João de Sousa, numa das paredes do primitivo Paço do Concelho eborense, à Praça do Giraldo, sítio onde se manteve até ao final do século XIX, quando foi destruído o antigo edifício camarário. Foi entregue então ao Museu Arqueológico, anexo da Biblioteca Pública.

Em 1795, o arquitecto inglês James Murphy, em resultado da sua viagem a Portugal "através das Províncias de Entre-Douro e Minho, da Beira, da Estremadura e do Alentejo nos anos de 1789 e 1790", publica em Londres "Travels in Portugal", ilustrada com belos desenhos de lugares e monumentos, seguida dois anos depois da tradução francesa em Paris. Entre as numerosas ilustrações de Évora, esta lápide, provavelmente pela sua beleza e por ser dos poucos sinais evidentes da época árabe, mereceu-lhe destaque especial em relação a outras romanas que desenhou. Silvestre de Sacy, então professor de árabe na Escola de Línguas Orientais de Paris, em carta a Fr. João de Sousa (BPE, cod. CXXVIII/I-4, n.º 113) em 1803, refere a lápide desenhada por Murphy como de difícil leitura - "intricatissimis Litterarum ductibus scripta" -, tendo apenas conseguido ler a parte superior dentro do arco. Aliás, o



desenho de Murphy, desconhecedor do árabe, era pouco exacto na segunda parte da inscrição, não dando aso a uma hipótese de leitura minimamente aceitável. Fr. João de Sousa, segundo os apontamentos que deixou (ACL Ms.V, n.º 744, doc. 7), também leu apenas a primeira parte. De então para cá, apenas em 1940 Nykl publica a leitura completa e tradução da inscrição, com algumas reservas em relação às duas últimas linhas, e que a seguir se transcreve:

*Todas as almas sentirão a morte (III, 182) Ó tu que visitas [este sepulcro], roga a Deus que perdôe e tenha misericórdia do teu irmão e recorda-te desta viagem [até ao Juzo Final].*

*[A alma] ser-te-á tirada por Deus; nenhum vestígio do seu orgulho aparece no humilde túmulo. Da injustiça [deste mundo] temos que regressar ao Senhor; quer dizer, a Deus, à Misericórdia e grande Generosidade.*

BARATA, 1903; NYKL, 1940, p. 309-401; 1942, p. 31; 1946, p. 178-179; LABARTA/BARCELÓ, 1987, p. 416  
Museu de Évora, 1732  
AGMB



310.

Lápide com dupla inscrição. Mármore  
250 x 330 x 60 mm  
Moura. Beja  
Séc. VIII-IX H./XIII-XIV d.C.

São raras as lápides com inscrições nas duas faces e com o mesmo tipo de letra, o que parece indicar uma utilização simultânea e, portanto uma mesma datação. Gravada num cursivo rudimentar, apresenta numa das faces a profissão de fé muçulmana e, na oposta, o lema dos reis de Granada, o que permite datá-la com uma certa segurança dos finais do século XIII ou já do século XIV. Poderá tratar-se de um ensaio de escrita ou, talvez mesmo, de uma lápide funerária.



Face A - Não há deus senão Deus e Muhammad o enviado de Deus  
Face B - Não há vencedor senão Deus e não há força e não há poder senão em Deus.

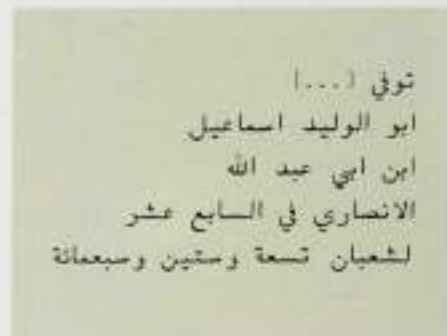
BORGES, 1992, p. 67-68  
Museu Municipal de Moura. 223/EPI 13  
AGMB



311.

Lápide funerária de Ismā'īl Ibn 'Abī 'Abd Allāh al-Anṣārī. Mármore  
400 x 450 x 70 mm  
Moura. Beja  
769 H./1368 d.C.

Inscrição funerária gravada num cursivo muito pouco cuidado. Pela datação (7 de Abril de 1368), já em plena época de domínio cristão, atesta a importância da comunidade islâmica na localidade, confirmando os testemunhos documentais coevos. É de assinalar a origem nobre do desconhecido referenciado no epitáfio a julgar pelo elemento onomástico (*nisba*) al-Anṣārī que, não sendo muito frequente ne epigrafia peninsular, aparece pelo menos em Almeria e Mértola.



Morreu [...] Abū al-Walīd Ismā'īl Ibn Abī 'Abd Allāh al-Anṣārī em dezassete de Sha' bān de 769.

BORGES, 1992, p. 68-69  
Museu Municipal de Moura. 331/EPI 11  
AGMB





**Lápide funerária de al-<sup>s</sup>Abbās Aḥmad.****Calcário**

700 x 460 x 180 mm

Praça da Figueira, Lisboa

800 H./1398 d.C.

Quando no início de 1962, se realizavam na Praça da Figueira, em Lisboa, os trabalhos de construção da rede do metropolitano, apareceu esta lápide funerária. Inscreve-se na tradição das estelas de arco "simbólico", neste caso de volta perfeita, decorado com pequenos lóbulos duplos, e emoldurada por uma faixa epigrafada, com excepção da parte inferior que a segurava metida no solo. Nas faces laterais, à direita e à esquerda, é decorada com motivos geométricos, e na parte superior com uma curta epígrafe. Na face dianteira, a inscrição principal, escrita num cursivo elegante e bem paginado, estende-se pela faixa circundante e pelo campo central. Foi lida parcialmente, em 1962, pela conhecida arabista Janine Sourdél, da Sorbonne em Paris, que lamentou não lhe ter sido possível interpretar o núcleo central devido à destruição de parte da face da pedra, mas que admitiu conter fórmulas religiosas e os respectivos desenvolvimentos literários. Na cercadura indica-se o nome do defunto e a data da morte, 17 de Junho de 1398. Reinava então D. João I e ainda se mantinha a luta com Castela que reclamava o trono de Portugal para o infante D. Dinis. Lisboa reforçara a sua importância com a recente elevação a arcebispado. E a comunidade moura da cidade deveria manter uma significativa relevância como o atesta a excelente qualidade desta lápide. Da faixa epigrafada, deu Janine Sourdél a seguinte leitura:

بِسْمِ اللَّهِ الرَّحْمَنِ الرَّحِيمِ صَلَّى اللَّهُ عَلَى سَيِّدِنَا  
 مُحَمَّدٍ وَآلِهِ ١٤١١ هَذَا الْقَبْرُ الْعَبَّاسِ أَحْمَدَ بْنِ [...]   
 يَوْمَ الْاِثْنَيْنِ اَوَّلِ يَوْمٍ مِنْ شَوَّالِ عَامِ ثَمَانِ مِائَةِ الْهَجْرِيِّ رَحِمَهُ اللَّهُ

*Em nome de Deus, o Clemente, o  
 Misericordioso. Abençoe Deus a  
 Muhammad e a sua família. Este é o  
 sepulcro de al-<sup>s</sup>Abbās Ahmad Ibn [...  
 Morreu] na segunda-feira primeira de  
 Shawwâl do ano 800 da Hégira. Que  
 Deus tenha compaixão dele.*

MORTA, 1967, p. 81-86; LEITE, 1994, p. 239  
 Museu da Cidade, Lisboa. ARQ. PDF/62/1 EA  
 AGMB







# Religião e Cultura no extremo Gharb al-Ândalus



e os Árabes chegados à Península Ibérica não eram ainda, nos albores do século VIII, portadores de uma grande cultura, também os Berberes que os acompanhavam, para não falar dos que já ali se encontravam, não eram suficientemente islamizados e arabizados. Contudo, o carácter elitista da cultura visigótica e a cristianização superficial da sociedade ibérica abriram caminho para a prevalência da nova cultura que se elaborava com determinação e pujança no cadinho do Médio Oriente bizantino e persa, assim como da jovem religião que se ia afirmando como triunfante e universalista. Sob o signo da língua árabe, tornada sagrada, expandia-se esta fé religiosa, simultaneamente lei e modo de vida abrangentes, e difundia-se a cultura e civilização que ela veiculava.

Nem por isso o espaço de al-Andalus chegou a ser totalmente islamizado e arabizado. Porventura de uma forma ainda mais acentuada que noutras terras "submetidas" ao islão, o mor da gente era bilingue, o cristianismo mantinha-se omnipresente, então sob a forma do *moçarabismo*, e o judaísmo *sefardita* conheceu um renascimento linguístico, cultural e religioso cuja herança não deixou de se fazer sentir até aos nossos dias.

Não teremos dificuldade em reconhecer no arco ultrapassado o símbolo visual desta extraordinária simbiose. Esboçado de diferentes maneiras na arte visigótica, foi levado à perfeição arquitectónica e estética que podemos contemplar na Mesquita de Córdoba e nos palácios de Madinat al-Zahrá<sup>3</sup> ou de Alhambra. Na poesia, que sempre teve um lugar de destaque na expressão literária e musical, tanto nos meios cultos como nos populares, o caso da "moaxala" (*muwashshaha*) foi deveras emblemático. Nas palavras de um autor

do século IX, talvez o próprio criador do género, ela nasceu da harmoniosa junção entre “a melodia monótona dos camaleiros (árabes) e o canto alegre dos autóctones cristãos (*ʿajam*)”. Finalmente, ao nível intelectual, ninguém pode contestar que foi apenas neste contexto plural “europeu” que puderam surgir figuras tais como o genial polígrafo Ibn Hazm ou o filósofo racionalista Ibn Rushd (Averróis) – sem esquecermos o polifacetado rabi judeu Ibn Maymūn (Maimónides).

Talvez por estar tão bem enraizada no solo europeu é que a cultura ibero-árabe, pese embora o estigma da sua pertença a uma área geográfica dominada por uma religião rival, atraiu tanto os cristãos do resto da Europa e teve o impacto ímpar que todos conhecemos.

É consabido que o território hoje português integrava em termos políticos e culturais a região ocidental da Hispânia, ou seja, o *Gharb al-Andalus* em toda a sua extensão. De facto, fora daquele território circunscrito, a dita região compreendia ainda as grandes cidades de Sevilha, Niebla, Mérida e Badajoz, com os seus termos, do mesmo modo que Valência de Alcântara, Salamanca ou Tui, mais a Norte. Assim, em todo o rigor, não se pode dissociar a história religiosa ou literária daquele espaço de todo o resto.

Contudo, é legítimo focarem-se as realidades próprias ao “Ocidente extremo” (*al-Gharb al-aqṣā*), até porque a análise objectiva das fontes nos incita a identificá-las como tais. Mas aí há sempre que distinguir dois espaços específicos cuja linha de demarcação se confunde com a linha, ou melhor, com a bacia do Tejo. Pode-se acrescentar que as dinâmicas de relacionamento de cada um destes espaços com as áreas limítrofes funcionavam mais em sentido horizontal que vertical. Obviamente, a Norte, a islamização e a arabização, a par da colonização étnica árabe, foram menos intensas. Em contrapartida, a componente berbere foi ali mais significativa.

A começar pela situação linguística, indicador seguro de idiosincrasia antropológica, ao lado da conhecida diferenciação dialectal do romance moçárábico do Sul, deparamo-nos com particularidades do árabe falado na região, de que a onomástica e a toponímia nos fornecem ainda alguns vestígios. O caso mais notável, aguardando investigações mais alargadas, é a passagem do *wa* inicial para *o* (fenómeno atestado na nomenclatura hidronímica (port. *Od-* vs. esp. *Guad-*), mas também em nomes como Ourém (*Wahrām*; cf. Orão na Argélia), por exemplo. Ainda em meados do século XII, o grande geógrafo sículo-andaluz al-Idrisi salientava a boa pronúncia da fala arábica (*kalām ʿarabī sarīh*) na zona de Silves: mesmo que se deva relativizar o alcance real da observação, o facto aponta claramente para certas particularidades linguísticas em relação ao resto do Andaluz.

### **Propagação religiosa e difusão cultural**

O primeiro foco, simultaneamente, de arabização e de islamização, no Sudoeste Peninsular, foi Beja e sua região. Como foi recentemente evidenciado, houve ali uma sucessão de assentamentos árabes que, sem modificarem radicalmente a composição demográfica original e demonstrando cada um deles características e dinâmicas diferenciadas, constituíram o esteio da difusão religiosa e cultural. Criou-se até, nesta capital de toda a zona entre o Tejo e o “Odiana”, uma escola de *fiqh* (teologia e direito canónico) que chegou a exportar alguns magistrados para outros cantos do Andaluz, inclusive para a metrópole cordovesa, onde se exercia a magistratura suprema. É desta esco-



la que saíram, entre outros, um ‘Amr Ibn Sharāhīl ou um Muḥammad Ibn Bashīr, logo nos primeiros tempos do emirado, ou também o célebre Abū l-Walīd al-Bājī, no período das taifas.

O êxito da acção proselitica desta escola de islamismo foi de tal modo notável que já no segundo século da chegada dos muçulmanos de além-mar, eram os “muladis”, isto é, os conversos indígenas, quem detinha o poder político em quase toda a região. De resto, enquanto centro de estudos religiosos, cultivava-se nele o *adab*, ou seja, as letras (linguística, literatura, história), a par das ciências estritamente religiosas, em consonância com a natureza desses mesmos estudos.

Com o correr do tempo, e especialmente na prestigiada época do califado, devem ter-se criado semelhantes centros nas principais urbes do extremo Gharb al-Andalus. De facto, quando o poder local ou regional conseguiu afirmar-se no quadro das taifas do século XI, encontramos uma plêiade de poetas, letrados e *ulemas* (“peritos religiosos”), espalhados um pouco por toda a parte. Até lá, aqueles que tinham condições para brilhar no campo das letras emigravam para Córdova ou Sevilha, tal o poeta Ibn al-Darrāj, de Cacela, ou a poetisa Maryam bint al-Anṣārī, de Silves, ou também o filólogo al-‘Alam al-Shantamarī, de Santa-Maria (Faro).

Se mais tarde houve outra gente “garbe-andaluzá” a destacar-se fora da sua terra, seria antes por ter saído em busca do saber (*ar-riḥla fī sabīl al-‘ilm*) ou ter acompanhado os governantes da região para as capitais de taifas onde estes viriam a subir ao trono régio. De entre o primeiro grupo, temos o já citado Abū l-Walīd al-Bājī, ou os poetas Ibn Sāra de Santarém e Abū Zayd Ibn al-Muqānā de Alcabideche (Sintra), ou ainda o filólogo e filósofo Ibn al-Sīd, cognominado al-Batalyawṣī (“O de Badajoz”) mas provavelmente natural de Silves. Os outros são os celebrados Ibn ‘Abdūn de Évora e Ibn ‘Ammār de Silves, mais precisamente de “Shannabūs” (Estombar ou São Brás de Alportel?).

De qualquer maneira, as deslocações pelos quatro ventos da Península, quer de letrados, quer de comerciantes ou políticos, foram a grande constante dos séculos X e XI. No território hoje português, vieram assim parar algumas famílias que se celebrizaram no céu luso. Citamos os Banū Muzayn que, vindo de Córdova, constituíram a dinastia que reinou sobre a Taifa de Silves e de entre os quais se destacou em termos literários, já exilado em Sevilha, o historiador Abū Bakr Muḥammad. Ou também, para o mesmo período, os Banū ‘Abd-al-Barr, cujo primeiro representante, Abū ‘Umar Yūsuf, prestigiado alfaqui de origem também cordovesa, chegou a exercer a magistratura em Lisboa e Santarém, e criar à sua volta, agora a Norte do Tejo, uma escola jurídica e literária que deve ter favorecido a emergência ali duma verdadeira cultura árabe.

## Poesia e letras no poder

De facto, sob a égide dos cultos dinastas ahtácidas da taifa de Badajoz, o triângulo do Baixo-Tejo, constituído por Lisboa, Sintra e Santarém, conheceu um grande desenvolvimento cultural e literário. A compilação das fontes biográficas andaluzas permite-nos identificar nesta zona um total de duas dezenas e meia de homens de letras - um número não muito inferior ao da região meridional, integrada, ela, no poderoso e brilhante reino-taifa dos Abádidas de Sevilha.

Como noutras zonas da Península Ibérica sob domínio islâmico, também no espaço “luso” o período das taifas constituiu o verdadeiro marco histórico para a radicação da cultura árabe. O corolário da fragmentação política foi a multiplicação de centros do poder, assim como das artes e letras, com a conseqüente indigenização da herança cultural de Córdova e do Oriente islamo-árabe.

Se em Saragoça, Dénia, Toledo ou, mais perto, Badajoz ou Sevilha, a filosofia e as ciências ditas profanas (filosóficas, naturais, exactas, tecnológicas) se desenvolveram a par das ciências tradicionais (teologia e direito, filologia e história) e das criações literárias e poéticas, no extremo *Garbe* a poesia parece ter ofuscado todo o resto.

Sempre o nosso al-Idrisi: *Os habitantes de Silves e dos povoados vizinhos sabem dizer versos e são eloquentes e peritos (nesta arte), tanto a gente do povo como a alta sociedade*. Não é de estranhar, pois, que a estadia ali do famoso rei-poeta al-Mu‘tamid Ibn ‘Abbād, natural de Beja ou filho duma bejense, tenha sido determinante para o seu pendor poético. Ele e o seu íntimo companheiro Ibn ‘Ammār - este oriundo duma simples família aldeã do termo de Silves - foram dos melhores poetas do seu tempo, nos dizeres dos críticos. Mais emblemático é o episódio da escrava silvense Rumayqiyya que, tendo rematado o verso iniciado por al-Mu‘tamid, com mais celeridade que Ibn ‘Ammār, se infiltrou para sempre na alma do jovem príncipe, tornando-se a sua verdadeira musa e, mais tarde, a “primeira dama” da taifa sevilhana, já com o nome de Ftimād.

Com o seu “saudoso Castelo das Varandas”, que albergava a corte do príncipe abáddida e a omnipresente “albergaria dos poetas”, a cidade do Arade funcionava como uma espécie de vice-capital da taifa sevilhana, na ponta sudoeste do Gharb al-Andalus. Mais a Norte, num espaço mais extenso - mas menos arabizado e integrando uma outra taifa, a dos Aftácidas de Badajoz -, este papel cabia a uma outra urbe de estirpe lusa: *Yābura* (Évora). O seu governador ‘Umar al-Mutawakkil, tal um vice-rei, fez dela uma verdadeira capital política e literária para as zonas hoje portuguesas do “Além-Guadiana”. Como panegirista e secretário particular (*kātib*), perfilhou-se estoutro poeta e prosador luso-árabe, Ibn ‘Abdūn.

Mas estes centros políticos e literários do extremo Ocidente andaluz pronto irão projectar-se em direcção a Leste. Quase simultaneamente, nos princípios dos anos setenta desse atribulado, mas não menos rico, século XI, os nossos vice-reis “lusos” se tornam reis de taifas, levando com eles para as respectivas sedes, Sevilha e Badajoz, os seus fiéis amigos e confiando-lhes os mais altos cargos do estado. “Reis-poetas e poetas-vizires” (este figurino do poder característico das taifas funcionara em pleno nos dois grandes estados do Ocidente Peninsular!

## Religião, misticismo e poder político

Sabemos, contudo, que foi sol de pouca dura.

Chamados os “islamistas” saarianos, ou seja, os Almorávidas, para conter o avanço dos guerreiros do Norte cristão, trocou-se a voz do poeta e do filósofo pela do *muezzim* e do *sufi*. Os resistentes só tinham a rua para palco, tal o “jogral” do povo de Córdova, Ibn Quzmān, ou faziam o balanço da criação literária, tal o crítico de Santarém, Ibn Bassām, o mais belo florão das letras oriundo da marca extremo-ocidental.

A antologia do nosso “Shantarīnī”, descoberta na íntegra há apenas duas décadas, está a deslunbrar os arabistas modernos, como acontecera com os amantes das letras de então. Exclamava-se assim um deles, que lhe seguiu as pisadas: *Quem é que poderia imaginar que, da ponta extrema do Garbe, em vez de Córdova, de Sevilha ou de qualquer outra capital de prestígio, viesse a surgir aquele que iria conferir às letras andaluzas os seus títulos de nobreza?*

De resto, o território hoje português notabilizou-se neste género literário. É da pena de ‘Abd-Allāh al-Hijārī a observação acima citada. Fugindo à conquista cristã da sua terra, Guadalajara, residiu em Silves durante uns anos antes de assentar em Sevilha. Será por-



ventura ali que terá recolhido as informações para a sua história literária do “Algarve”, hoje perdida, mas largamente excerptada na conhecida obra colectiva dos Banū Sa‘īd. Quase na mesma altura prosseguia Ibn al-Imām de Silves a obra de Ibn Bassām e de Ibn Khāqān (um outro antologista de renome), sem que o seu trabalho nos tenha chegado para podermos apreciá-lo.

Não podemos negar que, depois de um primeiro momento de estrita austeridade religiosa, os Almorávidas tenham sido permeáveis à vivência cultural de al-Andalus. Vários dos poetas, filósofos ou cientistas da época anterior conseguiram continuar, ou retomar, as suas actividades e levar para frente os propósitos intelectuais da sua geração. Sabemos, contudo, que os *ulemas* estavam sempre prontos a condenar estes “desvios” e ver neles sérias ameaças à “segurança do estado” islâmico, datando desta altura o terrível e longo mal peninsular da censura e dos autos-de-fé...

Paralelamente, qual o último refúgio dos devotos e intelectuais muçulmanos ou das massas populares maltratadas pela soldadesca saariana e os agentes do fisco “magrebino”, difundia-se o misticismo e multiplicavam-se as confrarias (*tarīqas*). E o extremo Gharb al-Andalus não escapou a esta onda, que se alastrou até ao século XIII, deixando marcas indeléveis na paisagem portuguesa com as *cubas* ou *morabitos* alentejanos e algarvios, e sobrevivendo porventura em certas correntes eremíticas cristãs da baixa Idade Média. Ao lado de um Abū Ja‘far al-‘Uryānī de Loulé, de um Abū ‘Imrān de Mértola e doutros de que falam as fontes e, em particular, o celebrado místico Ibn ‘Arabi que foi discípulo de alguns deles, destacou-se em relação a todos Abū l-Qāsim Ibn Qasī de Silves.

Este sufi de raiz autóctone (Qasī < Cassius...) combinou a mística ascética e especulativa com a intervenção político-militar sob a forma do *mahdismo* (messianismo político-religioso). Foi ele e seus adeptos *muriditas* (*murīd* novíço, aspirante místico) quem lançou a revolta militar que abalou o poder almorávida e desencadeou o início das “segundas taifas” em toda o Andaluz. Aliou-se, no fim da sua vida (m. 1151), a D. Afonso Henriques para contrariar a afirmação, na Península, do movimento congénere dos Almóadas, inspirado pelo *mahdi* berbere Ibn Tumart. Uma panóplia de estudos estrangeiros e portugueses realçaram ultimamente a originalidade desta figura enigmática, sobretudo na sequência do aparecimento do seu tratado místico-teosófico *Khal‘ al-nā‘lyan* (“O descalçar das sandálias”) e doutra documentação de cariz histórico<sup>1</sup>.

Movimentos “heterodoxos” deste ou doutro tipo chegaram a manifestar-se, em épocas anteriores, nesta zona periférica que foi o extremo Garbe. Só que se deram em meios berberes e nas zonas a Norte do Tejo que, como se explicou no início, se distinguiam bastante das regiões meridionais em termos demográficos e culturais. Se a rebelião xiizante de Shaqyā al-Miknāsī, na segunda metade do século VIII, ou a pregação mahdista do príncipe omíada Abū l-Qāsim Ibn al-Qitt, em finais da centúria imediata, tiveram apenas ecos naquelas zonas, Lisboa conheceu, em meados do século X, um “falso profeta”. Recordado sem nome nas fontes da época, pretendia descender da família do Profeta e receber revelações directas do arcanjo Gabriel, encerrando doutrinas e práticas estranhas.

### As derradeiras marcas da cultura árabe

A acção militante e, de certo modo, “fundamentalista” do novo império berbere dos Almóadas, surgindo num contexto de generalizada confrontação islamo-cristã em toda a bacia mediterrânica, instaurou a hegemonia absoluta e uniforme do islamismo no que restava do antigo território de al-Andalus. A outrora convivência religiosa e cultural com

cristãos e judeus acabou, e bem assim a riqueza cultural e a pujança intelectual que caracterizaram os dois séculos anteriores.

No território hoje português, a Silves “reconquistada” a D. Sancho I, com as suas novas fortificações, constituiu o novo e último centro de irradiação da cultura árabo-muçulmana. Vários sábios religiosos e outros homens de letras chegaram ainda a sobressair, mas já sob o signo do rigorismo e do formalismo então em vigor. O mais significativo, ao mesmo tempo que o derradeiro, representante desta escola foi o poeta e filólogo Ibn Badrūn, que se notabilizou pelo seu “erudito” comentário da famosa elegia aos Aftácidas do poeta eborense Ibn ‘Abdūn.

Há mais uma personagem do espaço luso dessa época que veio a destacar-se a nível de todo o Ocidente islâmico. Foi o cronista oficial Sāhib ibn al-Salāt, de uma nobre família bejense aparentada à casa patricia dos famosos Banū Wazīr de Évora. Chegou-nos dele apenas uma parte dos “anais” almóadas intitulados *al-Mann bil-Imāma* (“A dádiva divina do imamato”), tendo-se infelizmente perdido ainda a sua importante “História dos Muridinos”. Relatando em três volumes as peripécias do movimento místico-militar de Ibn Qasī, acima referenciado, esta obra foi a principal fonte de vários historiadores posteriores, com especial relevo para Ibn al-Abbār de Valência.

Semelhante destino conheceram outras obras de historiografia propriamente luso-árabe. E é com esta nota que pretendemos finalizar o presente ensaio.

Datada do final do domínio almóada, teria existido uma “História de Badajoz” da autoria de um certo al-A‘lam al-Baṭalyawṣī, falecido em Fez em 1248: devia fazer o balanço da época islâmica de todo o espaço lusitano ora definitivamente caído nas mãos dos cristãos. Sobre a fundação desta cidade do Guadiana e a dinastia dos Banū Marwān al-Jillīqī que aí reinou entre o último quartel do século IX e o primeiro do século seguinte (e que chegou a exercer uma considerável hegemonia sobre todo o território entre o Tejo e o Guadiana), conseguiram-se recentemente identificar longos trechos duma crónica coeva hoje perdida<sup>2</sup>. Finalmente, na Sevilha da taifa abádida escreveram dois historiadores de origem silvense, sendo a obra do já referido Abū Bakr Ibn Muzayn, da antiga dinastia que governara a cidade do Arade, a mais afamada por ter sido excerptada por vários autores, inclusive dos tempos modernos, e livrar-nos material deveras original.

A cultura árabe não desapareceu de vez com o fim do domínio político do islão, em meados do século XIII. As populações que permaneceram, ou sejam os «mudéjares», nas urbes e nos campos do reino cristão português, prolongaram para mais de dois séculos e meio - até ao decreto de assimilação/expulsão de 1496 - essa vivência, se bem que enfraquecida e algo alterada. A «moura encantada» não povoava somente o imaginário dos novos colonizadores vindo do Norte «bárbaro», era-lhes presente de mil maneiras: na língua e na poesia, na música e na dança, nas técnicas e nas artes, na economia e nas instituições.

Depois de os mocárabes terem deixado as primeiras marcas do legado árabe na identidade «portuguesa» em gestação, aqueles «mouros», maioritariamente «lusos» de raiz (!), contribuíram amplamente na formação do país. Os melhores medievalistas portugueses reconhecem e proclamam hoje que foi só com a integração do espaço meridional islâmico, com toda a riqueza da sua civilização, que o Reino de Portugal logrou encontrar o seu destino nacional: *calvi arabi* !

<sup>1</sup> O ponto da situação em SIDARUS, 1997b.

<sup>2</sup> Ver Sidarus, 1993 (onde se encontram também todas as referências relativas a este parágrafo).



#### Bibliografia sumária\*

- ALVES, Adalberto (1987) – *O meu coração é árabe. A poesia luso-árabe*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- COELHO, António Borges (1989) – *Portugal na Espanha árabe*. 2ª ed. Lisboa: Caminho, vol. 3.
- DOMINGUES, José D. Garcia (1956) *Itinário cultural árabe-algerino*. Lisboa: Casa do Algarve.
- DOMINGUES, José D. Garcia (1960) Filosofia e mística dos luso-árabes. *Filosofia*, Lisboa, 7, p. 127-152.
- DOMINGUES, José D. Garcia (1971) – Aspectos da cultura luso-árabe. In *Actas do II Congresso de Estudos Árabes e Islâmicos*. Coimbra e Leida, p. 235-252.
- DOMINGUES, José D. Garcia (1997) *Portugal e o Al-Andalus*. Lisboa: Hugio Ed. Coleção organ. por Adalberto Alves.
- SIDARUS, Adél (1983) Um texto árabe do século X relativo à fundação de Évora e aos movimentos muladi e berbere no Ocidente Peninsular. *A Cidade de Évora*. Évora, p. 71-76.
- SIDARUS, Adél (1996) Centros de cultura e de letras no Gharb al-Andalus na época de al-Mu'tamid. *Phala*, Lisboa, 56.
- SIDARUS, Adél (1997a) Assentamento árabe e primórdios do domínio islâmico em Beja. *Arquivo de Beja*, Beja, III serie, 2-3.
- SIDARUS, Adél (1997b) Novas perspectivas sobre o Gharb al-Andalus no tempo de D. Afonso Henriques. In *2º Congresso Histórico de Guimarães*. Guimarães, vol. 2.
- VELHO, Martin (1983) Varões ilustres do Andalus Ocidental. *Boletim da Junta Distrital de Évora*. Évora, 7.

#### Monografias e traduções

- ALVES, Adalberto (1985) – *Al-Mu'tamid de Beja*. Beja.
- ALVES, Adalberto (1991) – *Abū l-Walīd al-Bīrī: um humanista árabe do século XI*. Beja.
- ALVES, Adalberto (1996) – *Al-Mu'tamid, poeta do destino*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- DOMINGUES, José Garcia (1954) – *O místico isabelino Abū Is'far al-Urgulí e o pensamento filosófico-teológico do Islame Ocidental*. Lisboa: Edição do autor.
- DOMINGUES, José Garcia (1982) – *Ibn 'Arabi de Síves. Biografia e antologia*. Síves: Câmara Municipal.
- ROBOLEVA-KAPYRINA, E. (1996) – *Ibn Bassâm*. Paris; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Arquivos do centro Cultural C. Gulbenkian, 35).

\* É óbvio que a abundante literatura sobre al-Andalus, em geral, contém muitos elementos que interessam a este capítulo. Por razões óbvias, restringimo-nos aos estudos que tratam do território português, em especial, e que sejam de língua portuguesa.



313.

**Lintel (?). Calcário**

283 x 435 x 165 mm

Proveniência desconhecida

Período almóada

Faixa epigráfica ilegível

Museu Arqueológico e Lapidar Infante

D. Henrique, Faro, 498

314.

**Lintel (?). Calcário**

285 x 405 x 150 mm

Proveniência desconhecida

Período almóada

Faixa epigráfica ilegível

Museu Arqueológico e Lapidar Infante

D. Henrique, Faro, 501



315.

**Lintéis (dois fragmentos). Mármore**

205x124 x340 mm; 210x475x210 mm

Évora

Finais do séc. IV-V H./X -XI d.C.

Encontrados, cerca de 1900, numa parede do antigo solar da família Lobo, na rua Diogo Cão em Évora, estes dois fragmentos de lintéis epigrafados foram depositados no museu arqueológico anexo à Biblioteca Pública, e lidos pelo conhecido arabista espanhol D. Francisco Codera, através de consulta então feita à Academia de História de Madrid. Cada um dos fragmentos apresenta uma faixa epigrafada com duas citações corânicas, escritas em cúfico florido em relevo, sendo de notar a grafia de Alláh com a inclusão de um elemento decorativo entre o primeiro e o segundo *lām*, o que não sendo raro na escrita do nome de Deus, principalmente na *basmalá*, é pouco frequente na epigrafia lapidar peninsular.

Uma inscrição funerária de Badajoz (PÉREZ ÁLVAREZ, 1992, p. 213-214), atribuída ao primeiro rei aífida, datada

de 437 H./1045 d.C., apresenta um tipo de cúfico florido muito semelhante a este, permitindo datar estes lintéis sensivelmente da mesma época, embora se pudesse recuar alguns anos até ao califado de 'Abd al-Rahmān III (912-961 d.C.), período em que esta escrita se desenvolveu.

A decoração na face inferior dos lintéis e os orifícios dos gonzos, em relação com os campos epigráficos, indiciam uma reutilização com funções semelhantes, mas em época diferente.

مَا شَاءَ اللَّهُ لَا قُوَّةَ إِلَّا بِاللَّهِ

**A:**

"Seja o que Deus quiser!" Só há força em Deus. (XVIII, 37)

حَسْبِيَ اللَّهُ وَهُوَ الرَّحِيمُ

**B:**

[...] Basta[-nos] Deus, porque Ele é óptimo protector. (III, 167)

CODERA, 1901, p. 411-412; BARATA, 1903; NYKL, 1946, p. 177-178; LABARTABARCELÓ, 1987, p. 406-407; Museu de Évora, 1846 e 1847; AGMB





316.  
Lintel. Granito  
105 x 520 x 200 mm  
Mértola, Beja  
Séc. VI H./XII d.C.

Este pequeno fragmento de lintel apresenta duas faixas epigrafadas: da superior, muito destruída, em escrita cursiva, distinguem-se apenas algumas letras, insuficientes para a leitura; a inferior, mais estreita e emoldurada em relevo, em cúfico simples, transcreve uma passagem corânica que deveria continuar, provavelmente em outro lintel, uma vez que é interrompida pelo termo da moldura. A utilização do cúfico e do cursivo numa mesma lápide ou peça arquitectónica, à semelhança com alguns exemplos conhecidos, poderá datar-se da segunda metade do século VI H./XII d.C..

[...]

و ما انزلنا على قومك من بعده من

[...]

[...]

[...] E não enviámos [quaisquer exércitos] contra o seu povo depois dele (XXXVI, 27)

VEIGA, 1880, p. 154-156; AMADOR DE LOS RIOS, 1883, p. 261-262; NYRL, 1946, p. 176; LABARTA/BARCELÓ, 1987, p. 410-411  
Museu Nacional de Arqueologia. E. 6571  
AGMB

317.  
Pia de abluções. Mármore  
Alt. 180 mm; diâm. 535 mm  
Cacela (?), Faro  
2ª metade do séc. VI H./ XII d.C.

"Feliz o que se purifica", proclama o Corão (LXXXVII, 14). A purificação está, na verdade, entre os objectivos fundamentais dos preceitos corânicos, não só a da alma, mas igualmente a purificação do corpo. Limpar-se da sujidade corporal é condição para aceder à casa de oração, sendo necessário seguir determinadas regras rituais, para que essas abluções sejam correctas e eficazes. "Não deveis orar sujos [...]; esperai até que possais fazer as abluções" (IV, 46). "Quando vos preparardes para a oração, lavai a cara e as mãos até aos cotovelos; esfregai as cabeças e os pés até aos calcanhares" (V, 8). Daí que, em ligação com uma mesquita, exista sempre um

local de abluções, cujo equipamento assume, por vezes, formas elaboradas e artísticas, como é o caso desta pia. Segundo anotação do Dr. José Leite de Vasconcelos, terá pertencido à colecção de Estácio da Veiga e será procedent

e de Cacela, no Algarve. De taça circular, lobulada, como uma flor de oito pétalas, tem na face exterior junto ao bordo uma faixa epigrafada, em cursivo e em relevo já muito desgastado pela escorrência da água. Apenas nos ângulos de junção dos lóbulos, é possível ler o início da *basmala* e letras isoladas, que deverão corresponder a uma passagem corânica. Pelo tipo de letra poderá datar-se de época almóada.

NYRL, 1942, p. 27-28; 1946, p. 173;  
VASCONCELOS/GUERREIRO, 1982, p. 317;  
LABARTA/BARCELÓ, 1987, p. 404  
Museu Nacional de Arqueologia. E. 6456  
AGMB



317

**Molde para amuleto. Xisto**

81 x 42 x 10 mm

Pias. Serpa. Beja

Sécs. VI-VII H./XII-XIII d.C.

São frequentes no mundo islâmico, e no Al-Andalus em especial, as referências à utilização de amuletos e talismãs de toda a espécie, que protegem quem os usa contra o mau olhado, as doenças, servem para obter favores de determinada pessoa, para em geral resolver problemas difíceis, até mesmo impossíveis. São, sobretudo, objectos de grande utilização popular, feitos de materiais baratos, bem como podem ser manufacturados em metais nobres e pedras preciosas, quando as posses dos respectivos proprietários isso permite. Todavia, a escolha do material nem sempre depende de uma razão económica. Em certos casos, existe uma relação astrológica com as palavras mágicas do amuleto. Assim, por exemplo, se essa relação for com Saturno será preferido o chumbo, se for com Vénus, será o cobre.

Todos estes objectos ou possuem uma forma específica que lhes confere só por si um carácter mágico, ou são pequenos cofres ou placas ou medalhas que guardam ou têm gravados sinais ou fórmulas a que é atribuído esse poder talismânico. As fórmulas podem ser as mais variadas, desde à simples transcrição de passagens corânicas, até à construção de palavras e/ou frases puramente cabalísticas, sem uma leitura evidente. Há as que são formadas a partir das sete *sawākiṭ* (consoantes não utilizadas na 1ª Sura), dos nomes de Deus, dos "sete espíritos", dos dias da semana, dos planetas, etc. (EI, v. *djaduʿat*), ou a partir das letras místicas, sistema baseado no valor numérico dos caracteres árabes, de que o mais conhecido é o chamado *ḥudūḥ* - palavra construída com as quatro letras dos cantos do quadrado mágico, ou seja, um quadrado numérico de 3x3 algarismos cujas parcelas dão sempre a mesma soma (15) para qualquer dos lados e em que os números são substituídos por letras consoante a ordem alfabética do *abjad* (ordem original dos caracteres semíticos) (EI, v. *ḥudūḥ*). Com base

nestes quadrados, por vezes com maior número de algarismos, é possível um sem número de combinações de letras, formando conjuntos sem sentido, mas com carácter mágico. Daqui decorre, geralmente, a grande dificuldade de interpretação da maioria destas fórmulas, por vezes totalmente impossível sem se descobrir a respectiva chave de leitura. Este molde de placa-amuleto foi encontrado em Pias, nos finais de 1981 ou início de 1982, quando da escavação de uma estação romana, com ocupação medieval, num contexto arqueológico datável, segundo Monge Soares, entre o último quartel do século XII e igual período do século XIII. Serpa e Moura foram conquistadas definitivamente por D. Sancho II em 1232.

Em geral estas placas eram gravadas nas duas faces, sendo este molde apenas de uma delas. Após a sua descoberta, o Prof. Riad Nourallah, da Faculdade de Estudos Orientais da Universidade de Cambridge, consultado por Monge Soares, conseguiu identificar alguns pequenos excertos da Sura CXII, 3-4. É de notar que, num amuleto conhecido, de chumbo, de formato muito semelhante a este, é igualmente citada a mesma Sura (IBRÁHIM, 1987, p. 709). Na verdade, se colocarmos a hipótese de as duas primeiras linhas de uma face serem lidas em sequência com as correspondentes da outra, poder-se-á obter uma leitura que faça sentido, embora as restantes continuem de interpretação muito difícil. *[Ele não engendrou] e não foi engendrado. [Ninguém] é igual a Ele!*

لم يلد ا / ولم يولد  
اولم يكن ا / له كفوا  
احدا [...]

SOARES, 1993, p. 219-220  
Museu Municipal de Serpa  
AGMB



318



319.

**Molde para amuleto. Xisto**

47 x 33 x 7 mm

Beja

Séc. VI H./XII d.C. (?)

Os amuletos em forma de medalha são frequentes, com um ou dois aros de suspensão, o que permitia trazê-los ao pescoço, e que poderiam ter carácter ornamental, para além da função mágica que era suposto exercerem. Alguns exemplares conhecidos, de chumbo, quer rectangulares, quer circulares, demonstram ter sido dobrados em três, como se a sua função fosse guardar no interior algum pedaço de papel ou pergaminho (IBRÁHIM, 1987, p. 709). Deve estar em relação com o costume de um *shaykh* ou *fakhr* desenhar sinais cabalísticos ou escrever passagens corânicas em pedaços de papel, que, para manterem toda a sua eficácia, a invulnerabilidade e o sucesso do seu utilizador, deveriam ser pendurados ao pescoço e nunca ser tirados (EI, v. *Hidjâb*).

MARINHO, 1970, p. 285-287

Museu Regional Rainha D. Leonor, Beja

AGMB



319

320.

**Molde para amuleto. Xisto**

54 x 35 x 10 mm

Silves, Faro

Séc. XII (?)

JUDICE, 1920

Museu Nacional de Arqueologia.17039 bis



321.

**"Mão de Fátima". Amuleto de osso**

Comp. 19 mm; larg. 8 mm

Castelo de Moura, Beja

Séc. XIII

Museu Municipal de Moura

322.

**"Mão de Fátima". Amuleto de osso**

Alt. 19 mm; larg. 14 mm

Alcáçova do Castelo de Mértola, Beja

2ª metade do séc. XII-1º quartel

do séc. XIII

Museu de Mértola. OS/vários 4/53

323.

**"Mão de Fátima". Amuleto de prata**

Alt. 23mm; larg. 15 mm

Silves, Faro

Séc. XI-XII

Museu Municipal de Arqueologia

de Silves. Esc. RVG. Q41/C2

324.

**Placa apotropaica. Arenito**

830 x 250 x 100 mm

Castelo de Silves, Faro

Séc. X

Elemento monólito, talhado em arenito vermelho ou "grés de Silves", com forma paralelepipedica.

Podia ter integrado as muralhas da alcáçova ou ter sido colocada sobre uma das portas, tal como peças congêneres, existentes no *al-Andalus*. Testemunha do mundo mágico-religioso do islamismo peninsular ainda pouco conhecido, mas de que alguns aspectos simbólicos, sobretudo ligados a certos números e a determinadas formas, parecem ter pervivido até aos nossos dias. Conhece-se em Silves outra placa com a mesma função. Trata-se de exemplar cuja iconografia, soluções técnicas e os paralelos permitem que

o datemos em torno do século X.

GOMES e GOMES, 1997, p. 141-151

Museu Municipal de Arqueologia

de Silves

RVG



324





## Fronteiras e reconquista

**D**uas imagens servir-me-ão de ponto de partida. Na primeira, sobre um campo florido e à porta de uma cidade fortificada, dois guerreiros montados a cavalo e completamente equipados abraçam-se. Debruçam-se sobre o pescoço do animal, a mão de um toca o ombro do outro, enquanto as lanças verticais e divergentes apontam na direcção do céu. Gestos de paz. A proximidade entre ambos é, aliás, em tudo evidente: apenas algumas componentes do armamento defensivo e sobretudo o contraste entre o turbante e o capacete redondo lhes trai a proveniência diversa, um muçulmano, o outro cristão. Trata-se, obviamente, de um episódio de fronteira, iluminado num dos códices que o rei Afonso X mandou produzir com as suas cantigas em louvor de Santa Maria, num ambiente cultural que, apesar de heterogéneo, é fundamentalmente sevilhano. O Gârb acabava de ser conquistado, restava a fronteira granadina. Mas o clima evocado bem podia ser de outra época e de outro espaço muito mais amplo: o da fronteira entre o Islão e a Cristandade no Andaluz medieval. Guardemo-nos, no entanto, de cenários demasiado idílicos a esse respeito. As contradições que a iluminura encerra são demasiado claras - a mole das muralhas desmente o lirismo naturalista que o iluminador imprimiu ao prado florido; o peso do armamento envergado pelos protagonistas opõe-se ao gesto de amizade. A fronteira, fenómeno complexo, não se pode reduzir aos opostos simplistas de uma guerra sem quartel ou de uma tolerância mítica.

A segunda das imagens propostas parece ser alguns anos posterior à primeira, embora tenha sido feita pelas mãos dos mesmos iluminadores que se movimentavam nos círculos da corte afonsina, pelos últimos anos do reinado do rei Sábio. Ilustra um tratado

de Xadrez começado e acabado em 1283. Como outras, exemplifica uma jogada. Coloca, afinal, um problema. Face a face, mais uma vez, dois contendores, ainda um cristão e um muçulmano, como a diferença entre indumentárias parece indicar, aqui a aljuba branca e o turbante, ali o tom vermelho dominante na veste e a cabeça descoberta. O ambiente é de fim de partida. O homem de turbante alcança o vinho que se encontra pousado à sua esquerda, enquanto, num gesto esclarecedor, aponta para um xeque-mate que se anuncia. Toda a atmosfera está impregnada de uma equilibrada contenção. Mas por detrás espreitam sinais de evidente helicosidade: o cenário do encontro é uma tenda de campanha, a cuja entrada se perfilam, cravadas no chão e com as pontas trespassando o céu, duas lanças; a condição de guerreiro do muçulmano é, por sua vez, atestada pela pesada espada que não abandona mesmo durante o jogo. A partida encena ritualmente o combate entre dois exércitos, o negro e o branco, sociedades em metáfora, com as suas hierarquias e valências próprias. Um micro-cosmos do mundo em que os jogadores viviam. Através dos lances são eles que se combatem. Mais do que a tolerância, busquemos nestas imagens a convivência, por vezes pacífica mas na maior parte dos casos conflitiva. Sempre frutífera e criadora de uma cultura material e intelectual original. Na fronteira de dois blocos civilizacionais ou, como queria Reyna Pastor no estudo sobre Toledo, na fronteira de duas formações económico-sociais.

Falar do Islão e da Cristandade no Andaluz medieval é, pois, tratar de um antagonismo ou, por outras palavras, de um suposto processo histórico retrospectivamente definido como Reconquista, retoma dos territórios ocupados pelos Muçulmanos legitimada pelo elo invisível que ligaria umbilicalmente, quer do ponto de vista genealógico quer cultural, os conquistadores do Norte à Hispânia visigótica. Mas também, e sobretudo, é dar conta das originalidades que resultam desse contacto secular, porventura melhor do que em qualquer outro lado identificáveis nesses territórios que se definem como *fronteira*. No *Āarb*, nas zonas que vieram depois a ser divididas entre os reinos de Portugal e de Castela, como no resto do Andaluz. Porque o antagonismo contém em si mesmo essa noção, a de *fronteira*.

Mas que *fronteira*? A do *Āarb* al-Andalus com os territórios situados a setentrão e dominados por entidades políticas cristãs? Responder a esta questão implica propor um exercício: despirmo-nos da nossa própria noção de *fronteira*, uma linha invisível a separar dois estados. Nesta acepção ela é, de facto, um fenómeno inextricavelmente ligado à formação e afirmação dos estados nacionais, acabando por pressupor um duplo movimento - por um lado, a lenta elaboração de um aparelho conceptual capaz de reconhecer o território através de uma grelha abstracta e quantificada, de que a lenta fixação dos processos de representação cartográfica é o melhor indício; por outro, a apropriação ao serviço das identidades nacionais dessa mesma ficção conceptual. Ora, o exercício proposto é necessário precisamente porque as entidades políticas que jogam no xadrez do equilíbrio do Andaluz ou, no caso vertente, do *Āarb*, não podem ser reconhecidas no conceito de estado-nação. Desta realidade, na aparência La Paliciana, só lentamente a historiografia tem vindo a tirar todas as suas consequências. De facto, nessas construções, por motivos que se prendem com a sua orgânica interna, mas também com a relação que mantêm com o território que lhes serve de suporte - e retenhamos sobretudo este aspecto -, é o centro que surge como dado estruturante fundamental. As áreas periféricas funcionam como um espaço de transição sobre o qual o poder se irá, em princípio, exercendo de forma cada vez mais frouxa à medida que vai aumentando a distância em relação ao núcleo central ou aos secundários que em torno dele gravitam. Na verdade, trata-se de uma aproximação mais empírica e vivencial ao território, traduzindo muito menos a moderna ficção que recobre



áreas realmente diferenciadas com uma capa de uniformidade administrativa, e muito mais as reais capacidades que esses poderes têm para o controlar. Não admira, assim, que as realidades da organização do território no Andaluz e a própria utensilagem conceptual mobilizada para as designar reflectam em maior ou menor grau a complexidade e a multiplicidade dessas formas de relacionamento com o espaço. Sobretudo face ao carácter endémico do enfrentamento das entidades políticas, já no interior do Andaluz, já frente aos reinos nortenhos.

O vocábulo utilizado pelos autores andaluzes para designar a fronteira não é, porém, peninsular. Com efeito, o conceito de *tağr* (plural, *tuğūr*) surge no Oriente com uma semântica comum a outras linguas semíticas - "abertura", "passagem" -, a identificar as áreas de contacto conflitivo entre os territórios já completamente dominados pelo Islão e aqueles que se mantinham sob controlo bizantino. Ele pressupõe, deste modo, um grau de organização do território que permite diferenciar com clareza o *dār al-Islām* - literalmente, a "morada do Islão" - do *dār al-ḥarb* - a "morada da guerra" -, ao mesmo tempo que implica em si mesmo uma visão ideológica e um projecto. Uma visão ideológica porque o espaço é concebido à luz de uma dicotomia interior/exterior, sendo este último olhado como uma área de permanente potencial dilatação do primeiro, o local para onde o califa deve dirigir a *jihād*, a guerra santa ritual, que se conta entre as suas principais obrigações. É aí, precisamente, que reside a dimensão de projecto do conceito.

Como seria de esperar, este modelo de apreensão do espaço foi adaptado ao Andaluz depois da conquista. Aí, a sobrevivência a norte de bolsas cristãs, a enquadrar grupos de montanhesees tradicionalmente irredutíveis, impunha uma organização militar do território de contacto diferenciada das regiões de antiga ocupação urbana maioritariamente situadas na rectaguarda. É nesse contexto que se entende a diferenciação do território em dois tipos de circunscrição: as *kuwar* (singular, *kīra*), muitas vezes correspondendo ao território de antigas *civitates*, e as *tuğūr* que, no vale do Ebro e nas regiões a sul do Douro, polarizavam o território em torno de alguns grandes centros - Saragoça, Toledo, depois Medinaceli, Mérida, mais tarde Badajoz - e da autoridade militar de um *qā'id*. No entanto, esta organização, que atravessava diagonalmente a Península tendo como epicentro as terras da Meseta, não deve no Andaluz ser vista como um espaço político perfeitamente estruturado em volta de um poder central e da sua capital, Córdoba. Por um lado, a sua construção é muito lenta, consumando-se apenas a partir do século IX, como notou Manzano Moreno, e, sobretudo, durante a centúria seguinte, num período em que os poderes do centro conseguiram manter algum controlo sobre as chefaturas que dominavam a periferia do Andaluz. A clara diferenciação, por exemplo, de uma marca inferior (*al-tağr al-jawfī*, *al-tağr al-ḡarbī*), com sede em Mérida, face à marca média (*al-tağr al-aṣafī*), centrada em Toledo, ou à marca superior (*al-tağr al-a'la*), sediada em Saragoça, só ocorre durante o período de maior afirmação da dinastia omíada, o que nos deve fazer precaver contra a tentação de transformar a clássica divisão entre *kuwar* e *tuğūr*, enunciada por Lévi-Provençal, num esquema de organização territorial universalmente aplicável ao conjunto do período de dominação do Islão na Península. Por outro lado, a organização militar do *tağr* e a sua mobilização no sentido de uma guerra permanente contra o *dār al-ḥarb*, no caso vertente as incipientes construções políticas nortenhas, implicariam uma capacidade do poder omíada para controlar as suas margens que nunca se verificou, pelo menos de forma contínua e persistente. Era nelas que floresciam, ou que nalguns casos continuavam a florescer - uma vez que se podiam tratar de situações herdadas do domínio visigótico - poderes locais ou regionais árabes, mas também e sobretudo clãs berberes e famílias de *muwalladīn*, de convertidos, algumas das quais com percursos de pro-



Fig. 1. Um episódio cavaleiresco na fronteira. Iluminação de um dos códices escorialesenses das *Cantigas de S. Maria de Afonso X*.

eminência regional que atravessam todo o período de dominação omíada chegando até ao século XI. São estas que alimentam com a crónica das suas sedições na marca superior, ou em Toledo e em Mérida, a historiografia que os emires e, depois, os califas de Córdoba vão hesitantemente desenvolvendo em torno de si. É com essas mesmas famílias que o poder do centro deve negociar se quiser que a sua autoridade seja mais do que um nome recitado na oração da sexta feira na mesquita aljama.

Ver os territórios da fronteira, os *tuğūr*, como uma unidade orgânica, ou uma sobreposição de unidades orgânicas estruturadas para enfrentar os cristãos setentrionais, parece portanto, no mínimo, uma falácia. Apenas isso pode explicar não só que os reinos do Norte cristão não tenham sido totalmente eliminados entre os séculos VIII e X, face a forças muçulmanas que tinham por detrás de si uma boa parte do mundo urbano peninsular - assim por princípio beneficiando de potencialidades muito superiores -, como também que a partir do século XI lhes ganhem um ascendente depois não mais, duradoura-mente, subvertido.



Fig. 2 - O xadrez como micro-cosmos. Iluminação do Libro de Ajedrez de Afonso X, terminado em Sevilha em 1283.

Neste quadro, uma dupla questão se coloca: qual o peso e a eventual especificidade da marca inferior, correspondente aos territórios que virão a integrar a metade meridional do reino português e a parte ocidental do castelhano-leonês, no contexto dos *tuğūr* andaluzes? Que transformação sofre a realidade fronteiriça ao longo de um período tão dilatado que, no Ğarb, se estende desde os começos do século VIII até aos meados de Duzentos? No que diz respeito à primeira das interrogações, as regiões do Ğarb que se integram na marca parecem sofrer, até ao século XII, de uma dupla excentricidade - a que decorre de serem territórios de fronteira e a que lhes advém de se integrarem num *tuğūr* periférico e pouco concorrido. De facto, o indicativo utilizado por Christophe Picard para testar a importância da marca inferior, ou do seu segmento ocidental, face às outras - medindo o número de campanhas militares que a utilizam como trampolim para ataque aos reinos cristãos durante o período omíada - mostrou que, pelo menos durante o domínio político dos marwanidas, o extremo ocidental nunca foi um objectivo prioritário



sob o ponto de vista militar. Tal facto explicará a tardia individualização da marca e, em simultâneo, uma maior fluidez (Manzano Moreno) a facilitar a penetração nazarena, aqui historicamente mais rápida e eficiente como o provam a conquista precoce de Coimbra, cristã durante quase todo o século X - para depois ser retomada por Ibn Abi 'Ámir Al-Mansûr -, ou a destruição de Évora, na mesma centúria, que terá deixado uma forte impressão nos contemporâneos do evento, talvez pelas debilidades defensivas que vinha pôr a descoberto. Estes eventos são tanto mais significativos quanto, pela mesma época, no centro e no oriente, os domínios do califa ou dos senhores locais que em seu nome controlavam os *tağûr* se dilatavam até ao vale do Douro e bem acima da linha desenhada pelo rio Ebro. Se os avanços cristãos são mais precoces no ocidente do que no oriente da Península, a esse facto não será assim alheia a própria organização territorial do Andaluz e o carácter periférico do Ġarb no seu interior. Mas apenas e só neste sentido poderemos submeter a totalidade dos territórios que o integram ao conceito de marca ou de fronteira, no intervalo que vai da conquista ao século XI. De facto, o seu carácter periférico associado à predominância de soluções locais ou regionais de poder, capazes, durante uma parte substancial desse período, de se oporem com um grau variável de eficácia ao domínio omíada, pode fazer pensar numa sociedade de fronteira, no sentido mais lato do termo, em que aos critérios de natureza organizativa e administrativa que presidem à clássica distinção entre *kūra* e *tağr* se substituiriam outros preferencialmente ligados à arquitectura dos poderes e à própria estrutura social. O que, de qualquer modo, não pode ser negado é que, se aplicarmos o conceito de *tağr* no seu sentido estrito, o espaço por ele abrangido no Ġarb varia temporalmente em função do equilíbrio de forças entre as entidades políticas muçulmanas e o reino cristão a norte.

Assim, nos dois primeiros séculos de domínio do Islão assiste-se, como já foi sublinhado, a um período de indefinição da marca sob o ponto de vista da sua individualidade. Fenómeno explicável mais por o Ġarb não deter um protagonismo enquanto cenário do confronto com os reinos cristãos, do que pela tradição autonómica face a Córdoba que atinge um pico de intensidade na segunda metade do século IX e pelos começos do seguinte. Outras marcas, como a superior, sofriam pela mesma época processos idênticos de afirmação das suas elites regionais, sem por isso perderem o protagonismo de áreas-tampão entre o Andaluz e os Nazarenos. No século X, correspondendo a uma capacidade interventiva relativamente maior por parte dos poderes do centro, a marca individualiza-se em torno de um eixo formado por um centro urbano antigo de tradição romana, Mérida, e um novo, Badajoz. Durante esta centúria, este último tenderá, de resto, a substituir o primeiro enquanto pólo organizador da área regional, para não mais abandonar essa função até à conquista cristã no século XIII. A grande *fitna* que marca o fim do califado e a inauguração do período de taifas não vem mais do que clarificar o ordenamento territorial já anunciado na centúria precedente. A própria divisão de áreas de influência entre os reinos Abádida de Sevilha e Aftássida de Badajoz, feita à custa de unidades mais pequenas que pululam no Sudoeste peninsular durante a primeira metade do século XI, traz à luz do dia com alguma clareza os limites entre a zona considerada tradicionalmente segura - que fica englobada no domínio abádida - e a zona de marca polarizada por Badajoz. Esses limites, tendo em conta os tradicionais confins das *civitates* de Évora e Beja, deviam passar sensivelmente pela serra de Portel, naquilo que constitui uma divisão que, apesar de muito antiga, manterá um futuro cheio de possibilidades. Não será seguramente por acaso que os conquistadores cristãos a irão retomar. O território de fronteira corresponde, assim, a uma região muito vasta de que o vale do Tejo é o centro nervoso, embora o centro organizador, Badajoz, se situe mais a sul, sobre o Guadiana. Aqui reside, de resto, uma

originalidade da marca inferior face às suas congéneres de Toledo ou Saragoça. Embora os três reinos taifas tenham como característica comum uma grande extensão territorial, muito superior à média dos principados situados na rectaguarda, o de Badajoz é aquele cujo centro nevrálgico se encontra mais basculado para sul. Situação que deverá ser resultante da persistência histórica de fortes tendências autonómicas das comunidades e dos senhores do Entre-Douro-e-Tejo, mais talvez do que da pressão directa do reino cristão que, até meados do século XI, não parece ter sido demasiado significativa.

Até este momento, pois, prevalecerá a continuidade do modelo ocupacional. As transformações mais substanciais virão no século XII com a conquista definitiva, pelos cristãos, do vale do Tejo, de que a tomada de Coimbra (1064) constitui um prelúdio cuja importância não deve ser exorbitada. Esta última limita-se, com efeito, a repôr o equilíbrio territorial tal como ele se encontrava antes das expedições de Ibn Abi 'Āmir, isto é, durante o século X, período que é vulgarmente considerado como o apogeu do governo omíada no Andaluz. Perdida definitivamente Coimbra, Santarém deverá ter reocupado a sua função de chave do Baixo Vale do Tejo, de resto nunca perdida. Durante toda a primeira metade do século XII, o travão almorávida adiará ainda no Ġarb um colapso que parecia eminente, ao recuperar as praças do vale do Tejo que o monarca aftássida de Badajoz entregara aos cristãos. Uma vez removido esse travão pela crise geral experimentada pelo império almorávida entre as décadas de 20 e 40 do século XII, uma ruptura com o anterior ordenamento territorial, na marca inferior, torna-se inevitável. As consequências mais decisivas chegam com os acontecimentos do ano de 1147 que vê cair Santarém e Lisboa, a primeira uma das chaves terrestres da marca inferior (a outra era Badajoz), a segunda o melhor porto da fachada atlântica do Andaluz. A partir daqui, torna-se evidente a maior vulnerabilidade do Ġarb, quer na vertente atlântica quer na terrestre. No primeiro caso situam-se as iniciativas pioneiras do jovem reino português para manter uma armada que, durante algum tempo, consegue ameaçar o predomínio marítimo de um império almôada em crescendo e que depende do mar como veículo de união. No teatro de operações terrestres, é a conquista das cidades do vale do Tejo que transforma o Ġarb, durante todo o século seguinte, numa região permanentemente ameaçada pelos guerreiros cristãos, tornando as suas praças estratégicas, Évora, Badajoz, Alcácer-do-Sal ou Silves, alvos não impossíveis de atingir. A conquista precoce de Évora e os fracassos ou os sucessos temporários nos outros casos são uma prova viva disso. E constituem, sobretudo, o indício de que todo o Ġarb - e esta será, sob o ponto de vista da organização territorial, a mutação maior do século XII - se estrutura agora enquanto região de fronteira. A velha distinção entre *kīra* e *taġr*, decerto aparentemente abandonada pelo poder magrebino, é, assim, ultrapassada pela realidade. Com a totalidade do Ġarb ameaçada, a região passa a depender do governo militar de Sevilha, aprofundando-se a tendência histórica para que a área de influência da cidade se estendesse sobretudo para oeste. Como esta é, seguramente, o centro urbano-chave do controlo almôada no Andaluz, compreende-se que o Ġarb passe a ser um dos palcos privilegiados da actuação dos califas magrebinos, passando a deter um protagonismo na cena peninsular nunca antes atingido - algumas das mais importantes expedições militares da segunda metade da centúria tê-lo-ão como objectivo. Na de 1184 o próprio califa virá a morrer em consequência da tentativa do assalto a Santarém. O carácter periférico da marca omíada transmuta-se, assim, num crescente protagonismo, com a diminuição do espaço vital e o reordenamento territorial do período almôada a suscitarem a atenção dos poderes do centro.

O século XII parece ser, deste modo, o da grande militarização, com um surto de construção ou reconstrução de castelos e torres de vigia a varrer a paisagem do Ġarb. O



próprio tecido social permeabiliza-se ao aparecimento de chefaturas apoiadas em clientelas armadas que vêem o seu campo de manobra muito alargado aquando do desmoronamento do império almorávida em meados da centúria. A verdade, porém, é que esse fenómeno era muito mais antigo, remontando aos primeiros séculos de ocupação muçulmana no Ġarb. Revelou-se, ainda, no século IX no clima autonómico liderado por personagens como Sa'īdūn al-Surumbāqī ou Ibn Marwān, figura de referência de uma dinastia cujo poder indiscutido na região se prolonga até ao primeiro terço da centúria seguinte. Renovar-se-á mais tarde na independência dos Aftássidas ou no percurso político de Ibn Wazīr, primeiro autonomamente, depois ligado aos Almôadas. Sobretudo provenientes da famílias de *mawalladīn*, a estas personagens haveria que somar um nome: o de Geraldo, chamado o *Sem Pavor*. A sua trajectória é, a todos os títulos, paradigmática, integrando-o no tipo do guerreiro de fronteira - começando por operar por conta própria entre os médios vales do Tejo e do Guadiana, mas em sintonia com os objectivos de Afonso Henriques, acaba a sua carreira ao serviço do califa almôada, cujos interesses parece também, de resto, ter atraído.

As concepções de fidelidade que o código feudo-vassálico virá depois a impôr na sociedade peninsular não se revelam, no entanto, operativas para compreender o comportamento destes homens. Os valores que os dominam e que enformam a estrutura social teremos de procurá-los noutra lado. Nas originalidades da experiência da fronteira. E, desde logo, na vivência do espaço: o conhecimento dos caminhos e fronteiras, que torna os chefes do Ġarb indispensáveis no exército almôada, vem-lhes da dilatada área sobre a qual estendem a sua rede de influência, mas também da própria mobilidade geográfica que os caracteriza. A união política do Andaluz e do Mağrib durante o século XII não virá senão acentuar e alargar o âmbito das permanentes deambulações desses homens, cuja capacidade de intervenção parece ligada à sua presença pessoal. Indício da existência de redes de clientela ao nível local cuja fidelidade deve ser constantemente assegurada? Talvez. Mas também, seguramente, um jogo de equilíbrios muito instáveis com os poderes do centro obrigando a fugas ou a ataques fulminantes. Em qualquer caso, ainda nos períodos em que as chefaturas regionais aceitam a legitimação que lhes é conferida pelos califas omíadas ou almôadas, o sentido do interesse pessoal ou do grupo familiar superioriza-se sempre a qualquer outro tipo de relação, mesmo a uma suposta fidelidade devida ao poder central. E essa parece ser, como prova Ch. Picard, a característica dominante dessas elites e a fonte de onde emana o seu persistente autonomismo. O interesse familiar sobrepondo-se a considerações de fidelidade política ou religiosa. Foi ele que terá justificado as cedências dos Aftássidas perante os Castelhana-Leoneses, o suposto envolvimento de Ibn Qasī com Afonso Henriques ou a entrada de Geraldo ao serviço do califa almôada. O fenómeno, de resto, não era particular do Ġarb - o que justifica plenamente o paralelismo tecido por David Lopes entre a acção de Geraldo no Ġarb e a do Cid Campeador no Šarq. É, ainda, esta lógica peninsular, de fronteira, que justificará ideologicamente a intervenção das dinastias magrebina. Mas uma vez enredados no jogo das alianças peninsulares, serão os próprios Almôadas a entrar no perde-ganha dos equilíbrios políticos de circunstância - bastará aqui evocar, a título de exemplo, o sítio de Badajoz em que a hoste do monarca leonês, cristão, ocorre a socorrer a guarnição almôada, muçulmana, cercada por outro rei cristão, o português Afonso Henriques.

Eis-nos de volta às imagens: os cavaleiros frente à cidade, os xadrezistas. Que nos falavam do confronto e da tolerância, do confronto e da convivência. A religião, vimo-lo, dividia a sociedade do Andaluz, traçando no seu interior uma outra fronteira, não feita de fortalezas e dos grandes espaços das cavalgadas, antes invisível, mental. Mas a sociedade

de fronteira desenvolve-se em planos múltiplos e o religioso é apenas um deles. A divisão religiosa de base não significa ausência de comunicação, nem sequer recobre de forma perfeita os limites entre as construções políticas. É aqui está, talvez, a grande originalidade da estrutura social desta sociedade de fronteira. Uma originalidade que os estados nacionais cristãos emergentes na Península, oscilantes entre o xeque-mate da aniquilação e o abraço da convivência, demorarão muito tempo a aclimatar às suas próprias razões.

---

#### Bibliografia

GLECK, Thomas F. (1995) - *From Muslim fortress to Christian castle. Social and cultural change in medieval Spain*. Manchester: Manchester University Press.

LOPES, David (1941) - O Cid português: Geraldo Sempson. *Revista Portuguesa de História*, Lisboa, I, p. 93-109.

MANZANO MORENO, Eduardo (1991) - *La Frontera de Al-Andalus en Época de los Omeyyas*. Madrid: C.S.I.C.

MOLENAT, J. P. (1986) - Les Diverses Notions de «Frontière» dans la région de Castilla-La Mancha au temps des Almoravides et des Almohades. In *Alarcos 1195: actas del Congreso Internacional conmemorativo del VII Centenario de la Batalla de Alarcos*. Cuenca: Ed. de la Universidad de Castilla-La Mancha.

PASTOR DE TOGNERI, Reyes (1985) - *Del Islam al Cristianismo. En las fronteras de dos formaciones económico-sociales: Toledo, siglos XI e XIII*. Barcelona: Península.

PICARD, Christophe (1986) - *Le Ghurb al-Andalus: Étude régionale d'après les sources littéraires et archéologiques*. Thèse de doctorat de IIIe cycle. Es. policopiado.



# Lisboa nos dois primeiros séculos após a “Reconquista”



A conquista de Lisboa em 1147, que hoje na Mouraria comemoramos, constituiu uma catástrofe para a cidade, uma das maiores senão a maior, se exceptuarmos o terramoto de 1755. Na verdade, foram numerosas as vítimas nos combates ou abocanhados pela fome e pela peste. E a quase totalidade dos habitantes perdeu a casa e os haveres. Demoraram quatro a cinco dias a saírem pelas portas mouriscas, passados a pente fino pelos conquistadores. O termo e as culturas foram devastadas. Os laços milenares que prendiam Lisboa ao Mediterrâneo eram abruptamente cortados e barrado o acesso directo ao ouro africano dos almorávidas e dos almóadas.

Os cruzados mantiveram-se no terreno até Fevereiro de 1148. Perdida a passagem do Tejo e sob a vigilância de um exército de ocupação, os vencidos só com muita dificuldade podiam alcançar as povoações mouriscas. Espalhados pelos campos, morriam a granel nas vinhas, nas aldeias, nos escombros das casas. Cadáveres vivos abraçavam o sinal da cruz e exclamavam: “Maria boa! Maria boa!”

Os comentadores da *Carta a Osberno* identificam estes murmurantes com a comunidade moçárabe mas inclino-me para a ideia de que uma boa parte eram muçulmanos de conversão não muito antiga, falantes de língua árabe, e que partilhavam ou pelo menos usavam expressões da língua galaico-portuguesa. Arrastados pela necessidade extrema, inclinavam-se, como sempre acontece, perante o gládio do vencedor. Não haveriam de passar muitos anos e, durante o cerco de Santarém de 1184, o próprio imã do califa almóada Iúçufe, ao ver o caso mal parado, passaria a cavalo para o campo dos cristãos que, des-

confiados, lhes cortaram a cabeça. Pelo seu lado, os *Costumes* de Beja sujeitavam a penas os que chamassem aos mouros, tornados cristãos, tornadiços.

Mas uma parte substancial dos vencidos persistiu na sua fé e vieram viver para o espaço onde hoje nos encontramos. Uma *Crónica* do Mosteiro de S. Vicente confirma à sua maneira isto mesmo: "mataram na entrada tantas companhias de mouros que os rios de sangue corriam pelas praças... ficaram uns poucos... e eram cavaleiros e pediram por mercê a el-rei que os não mandasse matar e que lhes desse um lugar apartado em que podessem lavrar e criar e que ficassem por seus servos para sempre." Para lá da hipóbole do sangue que corre pelas praças e do peso da palavra servo, contraditada pelo foral dos Mouros Forros de 1170, o cronista vem justificar indirectamente a aceitação por parte do vencedor da religião dos vencidos. Pelo seu lado, a *Carta a Osberno* informa que o alcaide, a quem foram poupados os bens menos uma égua prenhe objecto de incontrolável cobiça, continuava na cidade depois da sua conquista e colaborava informando os vencedores.

### **Lisboa no contexto inicial do Estado Afonsino**

Terão de passar longas décadas antes de Lisboa recuperar a grandeza perdida. A mudança na comunidade dominante, onde se integraram alguns cruzados, trazia ainda problemas de segurança, mas agora de sinal contrário, devido ao domínio e ascensão almóada no Ándalus. Em 1179, ano do foral afonsino de Lisboa, e em 1180, navios muçulmanos assolaram o estuário do Tejo e, no último ano, em batalha naval, junto ao porto, mataram Fua Roupinho. Em 1190 os almóadas estabelecem-se em Almada, em 1191 caem em seu poder Alcácer do Sal e Palmela. A segurança da Lisboa cristã só ficará desafogada com a conquista definitiva de Alcácer do Sal em 1217 e finalmente após a conquista do Algarve em 1249.

Quando, em 1191, os novos cruzados, que submetem Silves, exaltam esta cidade em detrimento de Lisboa, para lá dos exageros laudatórios de quem conquista, documentam indirectamente as dificuldades que atravessava a antiga Alusbuna.

No entanto, do ponto de vista da história do Estado português, a conquista de Lisboa constituiu um passo decisivo. Ao anexar o principado de que esta cidade era a cabeça e as ricas povoações das duas margens do Tejo, o Estado de D. Afonso Henriques marcava no terreno o rumo territorial na direcção dos mares do Sul, ganhava credibilidade, poderio e riqueza. Esta ideia está, aliás, na mente dos conquistadores. Assim, numa manobra religiosa e simultaneamente política, purificada a 1 de Novembro de 1147 a mesquita maior, o arcebispo de Braga sagrava na nova sé, ainda quente das vítimas muçulmanas, os novos bispos portugueses que, sem o beneplácito papal, colocava sob a sua autoridade: os bispos de Lamego, de Viseu e também o de Lisboa, na pessoa do cruzado inglês Gilberto de Hastings. O território político coincidia, por um acto de vontade, com o território religioso.

À data da conquista, Lisboa ou Alusbuna era o principal agregado urbano do território que é hoje Portugal. E como ocupava uma posição periférica em relação às principais estradas terrestres, a sua riqueza e desenvolvimento só pode compreender-se pela riqueza piscícola dos seus mares e a fertilidade do termo, pela excelência do porto, pelo comércio rico com os portos do Mediterrâneo muçulmano e também com os portos dos cristãos, pelo afluxo do ouro africano dos almorávidas e pela autonomia e a liberdade de crença das religiões do Livro.

Mas, ao integrar-se no Estado cristão, Lisboa chega profundamente ferida e perde importância política face às ex-cidades muçulmanas da Estremadura: Coimbra e, de algum



modo, Santarém. Braga, sede do arcebispado, constituía a capital religiosa mas estava longe de rivalizar com os novos centros urbanos e mesmo com Guimarães ou o Porto.

Coimbra era então e manter-se-ia, ao longo dos séculos XII e boa parte do XIII, como o principal centro político de Portugal. Em Santa Cruz se sepultaram os dois primeiros monarcas e aí guardavam os seus pergaminhos com uma boa parte do seu tesouro. De Santa Cruz provinham importantes quadros para a incipiente administração e para a coluna religiosa e política da Igreja portuguesa. Mesmo quando Afonso II e Afonso III escolhem o mosteiro de Alcobça para sua última morada, Coimbra estava ainda muito próxima.

Santarém era outra rival de Lisboa que disputaria a primazia até aos finais do século XIV. Fernão Lopes chamou-lhe a capital do pão destes reinos. Mas, nos primeiros tempos surge como a capital militar, ocupando Évora, desde 1166, o lugar de fortaleza mais avançada. Santarém dominava, do alto, os largos espaços da planície e cortava ou assegurava a travessia do Tejo e as ligações Norte-Sul. Do seu interior partiram os guerreiros que conquistaram Beja em 1162 e a abandonaram. É contra Santarém que se dirige em 1183/4 o grande exército do califa almóada Iúçufe, abatido na retirada por um tiro de besta já na estrada de Évora.

Na segunda metade do século XIII e durante o século XIV, a Estremadura, particularmente o eixo Lisboa, Santarém e Coimbra, constituía o centro propulsor do desenvolvimento do novo reino. Mas no tempo de D. Dinis, de D. Afonso IV e de D. Pedro, Lisboa e Santarém ultrapassam nitidamente Coimbra como local de residência e passagem régia. Por outro lado, até 1415 as Cortes do Reino reuniram-se pelo menos 61 vezes mas em nenhuma cidade ou vila a sul de Évora nem em Trás-os-Montes. Lisboa vem à cabeça, seguida por Coimbra e logo Santarém. É na Estremadura que mais tempo permanecem os monarcas e a Corte.

### **O Favor Régio no Despertar da Cidade**

Em 1173, a recolha dos chamados restos mortais de S. Vicente, transportados do cabo extremo do sudoeste para a sé de Lisboa, constituem um primeiro e tênue sinal de despertar. D. Afonso Henriques e os outros dirigentes faziam da cidade um local de peregrinação, dotando-a dum precioso capital religioso e político.

O segundo sinal ressoa em 1179 quando Lisboa recebe o seu foral, de características portuguesas, que compartilha com Coimbra e Santarém. O foral é atribuído quando o estuário do Tejo está bloqueado por navios muçulmanos. O monarca tem necessidade das tropas vilãs, o novo Estado não tem qualquer futuro sem o desenvolvimento dos centros urbanos arrebatados ao mundo muçulmano e também moçárabe e judaico.

Nas suas linhas gerais, o foral equiparava Lisboa em direitos sociais e políticos a Coimbra e a Santarém. No texto, o diálogo é entre o rei e o concelho pré-existente cuja legalidade automaticamente reconhece. E o concelho o que é? A assembleia de vizinhos e simultaneamente os órgãos municipais dirigidos pelos alvazis. Os vizinhos eram os moradores que possuíam terra, casa e mulher. Viviam e serviam com as armas, distribuindo-se, segundo o poder económico e os privilégios, em cavaleiros e peões. As mulheres, os assalariados, os mancebos, os míseros, os mesquinhos e noutra plano os escravos não tinham direitos políticos e quase não gozavam de direitos civis. Mouros e judeus viviam sob a protecção do rei mas os alvazis consideravam-nos sob a sua jurisdição.

Do ponto de vista produtivo, a agricultura e a criação de gado constituíam o modo primário de vida, ficando as terras dos cavaleiros isentas de tributo. Os peões, que repre-

sentavam a massa dos contribuintes, adubavam a terra com o seu suor, o da sua família, o dos seus parceiros e o dos trabalhadores e marcebos. Os produtos da agricultura e da criação de gado ultrapassavam o nível da subsistência e animavam pouco a pouco o comércio interno e externo da cidade. O foral refere expressamente como produtos comerciáveis o gado maior (equídeos e bovinos) e o menor (lanígero e caprino), o zebro e o cervo, os coelhos, o vinho e o azeite, o pão, os couros, o bragal. Outros produtos do comércio são trabalhados pelos artifices: as alfaías agrícolas e as armas, os arreios, as cintas, o calçado, os vestidos de peles, a telha, os vasos de cerâmica, os vasos de madeira. Sapateiros, ferreiros e oleiros parecem destacar-se entre os artifices.

Mas Lisboa continuava plantada sobre o rio e o mar e não se tinham extinguido inteiramente as ligações com o Mediterrâneo porquanto a pimenta continuava a chegar à cidade. Por outro lado, os pescadores avultavam como poderoso grupo social cujo produto se destinava ao mercado enquanto os marinheiros profissionais, alcaides, arraizes, petintais, eram equiparados a cavaleiros. Esta equiparação confessa indirectamente, em primeiro lugar, que faltavam marinheiros e, em segundo lugar, que os monarcas favoreciam o caminho natural de Lisboa para o mar.

Sancho I, o rei poeta, enaltece Lisboa. Mesmo descontando alguma demagogia, em 1204 escreve ao bispo Soeiro, ao alcaide, aos alvazis e concelho de Lisboa, agradecendo os serviços militares das tropas concelhias em vários palcos de guerra, a última das quais ao serviço do rei de Leão: "Sabei que não é rei nem príncipe no mundo que mais possa amar algum concelho que eu vos amo"<sup>1</sup>.

Este ditado é repetido por seu neto D. Sancho II em 1227 em carta dirigida aos pretores de terra e mar, aos alvazis e concelho de Lisboa: *non est Concilium in meo regno quod ego magis amem quam vos nec cuius servitium magis gradescam*. Nela garante aos alvazis que se queixavam de não ousar fazer justiça nem emendar as rancuras dos pobres, que julguem segundo a sua carta e quem os embargar os terá por inimigos. "E mando que os marinheiros e pescadores e os mouros e os judeus respondam perante os alvazis das demandas que lhes fizerem"<sup>2</sup>. Nestes quatro grupos sociais, a que devemos acrescentar os proprietários mercadores, assentava principalmente a diferença e a riqueza da cidade.

Em 1246, no início da guerra civil, D. Afonso III confirma à cidade os seus privilégios e, durante o seu governo, faz dela uma residência frequente. Mas, apesar do apoio dispensado, são tensas as relações que a cidade mantém com o rei e o alcaide Martim Anes, irmão do chanceler Estêvão Anes. O rei apropriava-se indevidamente de terrenos urbanos e neles construía casas suas, tendas, estaleiros navais e forjas, coagindo os lisboetas a ocuparem essas instalações comerciais e industriais. Tentou também, contra a corrente que empurrava a cidade para o rio, fixar o mercado semanal nas casas régias junto da Alcáçova. Mas as próprias razões da tensão mostram que Lisboa crescia despertando a cobiça régia.

Mas será D. Dinis a marcar duradouramente a fisionomia da cidade. Melhorou a sua residência no Paço da Alcáçova. O Estudo Geral foi inicialmente estabelecido em Lisboa. Na comuna de mercadores, constituída em 1293, Lisboa ocupava com o Porto um lugar de liderança. Decidiu fazer a Rua Nova. Mandou vir de Génova o almirante Manuel Pezagno e é em Lisboa que este vai assentar arraiais no novo bairro da Pedreira. Em 1298 equiparava os alcaides das galés a infantões. O estabelecimento do almirante na cidade indica que esta era a principal base naval do reino na guerra secular e de corso voltada para o Estreito de Gibraltar e as suas ricas presas. Em 1321 seis mouros de Salé pagariam pelo seu resgate pelo menos 7 000 dobras.

Ainda um pormenor cheio de significado para os tempos que correm. Entre Almada e Lisboa existia uma aliança de "irmandade e vizinhança". De comum acordo estabelece-



ram em 1284 o preço que deveriam pagar pela travessia do rio os homens, as bestas e as coisas, proibindo a passagem de mouros e escravos sem autorização dos donos. Seguidamente D. Dinis achou por bem que os habitantes de Almada que viessem a Lisboa vender os seus produtos não pagassem portagem porquanto eram vizinhos da cidade.

À sua morte, o grande rei e poeta magnífico quis ser sepultado não em Coimbra ou Alcobaça mas no mosteiro de donas que fundara em Odivelas.

Também seu filho D. Afonso IV se deixou enredar pelo feitiço da velha cidade. Reservou aos seus moradores um espaço amplo à beira rio para passearem e folgarem. E justificando a transferência do Estudo Geral para Lisboa, considerou que ela era a melhor e mais conveniente para o efeito entre todas as do seu senhorio. E se preferia Coimbra para residência de inverno pela posição central que ocupava no território (era a mais "comarcada" a todos os do meu senhorio, dizia), quis ser sepultado não em Coimbra ou Alcobaça mas na sé de Lisboa, que grandemente valorizara, e muito perto do túmulo e capela do rico mercador Bartolomeu Joanes.

### **A Rua Nova, os Espaços de andar e de folgar**

Demograficamente a cidade recuperava da catástrofe de 1147. Em 1191 contavam-se nove freguesias, sete das quais intra-muros, mas desde 1180 que estavam já organizadas as três freguesias do arrabalde de Alfama, S. Estêvão, S. Pedro e S. Miguel<sup>2</sup>. Nos novos fregueses contavam-se certamente muitos ex-muçulmanos e seus filhos e netos que continuavam a dedicar-se à pesca e outras fainas marítimas.

A cidade continuou a estender-se principalmente para sudoeste, ganhando terreno ao rio e ao esteiro, saltando por cima da ponte da Galinha, e edificando e povoando as novas freguesias da Madalena, de S. Julião e de S. Nicolau. Este avanço demográfico e topográfico significa que Lisboa recuperava o seu papel milenar de centro marítimo, voltado para o rio e o mar, aberto às mercadorias caras provenientes do Norte Europeu, do Mediterrâneo cristão e directa ou indirectamente do Mediterrâneo muçulmano. Este comércio transmutava-se como no passado em actividade de corso.

O pulmão da cidade era a ribeira. Em 4 de Junho de 1294, o rei D. Dinis escreveu a todos quantos "esta carta lerem ou ler ouvirem" relatando o acordo a que chegara com o concelho no sentido de melhorar a defesa e a beleza da cidade.

O problema da defesa da cidade nova era premente não só face à guerra naval contra os muçulmanos como contra os cristãos. Em 1297, mestres, mercadores, marinheiros e gentes das naves, baixéis e cocas e alacocas de Laredo, Fonte Rabia, Crasto S. Sebastian, Santander, Corunha e outros portos do Norte de Espanha envolveram-se em peleja com os vizinhos de Lisboa. Houve mortos e feridos, depois dos primeiros terem aprisionado um baixel carregado de trigo e outro com sardinhas. Tudo acabou em acordo de amizade celebrado no terreiro a par do convento de S. Francisco<sup>3</sup>.

Para melhorar a defesa, D. Dinis e o concelho decidem construir um muro desde a minha Torre da Escrivantina às minhas casas das galés contra o mar. Por não haver muro o concelho recebia por esse lado muito mal e muito dano. O documento refere os principais edifícios que então afrontavam o rio: Torre da Escrivantina, Casa dos Pesos, Ferrarias, Ponte de Galinha sobre o Esteiro, o início da Rua Nova. Da Casa dos Pesos até à Rua Nova a construção caberia ao rei, da Torre da Escrivantina à Casa dos Pesos a construção pertencia ao concelho. Ambas as entidades podiam construir casas adossadas à nova muralha desde que não impedissem a ronda do muro que protegia no seu flanco as

freguesias da Madalena, onde começava a Rua Nova, a freguesia de S. Julião onde esta ia terminar e a freguesia de S. Nicolau. A Rua Nova não deveria ter uma largura inferior a 15 metros e no seu muro rasgava-se uma porta para a Ribeira<sup>5</sup>.

Durante os governos de D. Dinis e D. Afonso IV, a cidade continuou a alargar-se para ocidente ao longo do rio. Em 1317, como verificámos pelo contrato com o almirante Manuel Pezagno, este vai ocupar o lugar da Pedreira já próximo do actual Cais do Sodré, local que estava destinado a bairro dos judeus. Em 1329, rei e concelho decidem nobilitar o campo, onde os pescadores secavam as redes e que ficava para lá do cabo da Oira. As cousas que aí se fazem são mui daninhas a essa vila, aos que nela moram e aos outros que vêm das outras partes por razão dos pescados que aí secam e por outras cousas que aí lançam. Escolhei um lugar desse concelho que seja mais conveniente para secar o pescado e fazei do campo o que entenderdes para prol da villa. Se fizerdes casarias, sejam as ruas bem espaçosas para que possam as gentes por elas andar e cavalgar. E deixem espaço entre as casas e as taracenas e, à beira rio, um espaço bem grande por onde possam andar as gentes e folgar como cumpre a uma cidade como a vossa.

As obras não ficaram apenas no papel porquanto em 1357, numa reunião pública realizada à porta da sé, na presença de cidadãos e vizinhos, entre eles um Álvaro Pais escolar, o concelho informava que, devido à carestia, mandara vir duas naves de pão para se vender na cidade. E queixava-se de que esta despendera todo o tesouro nos muros e nas portas que fizeram e renovaram.

### **À guisa de postal ilustrado**

O Paço da Alcáçova dominava com as suas torres e varandas o alto do velho morro. E a malha urbana das casas brancas com um e mais sobrados, pintalgada do verde das árvores e dos quintais, brilhava enquadrada pelas muralhas com as suas torres e as suas portas monumentais herdadas da velha Alusbuna como a Porta do Ferro ou a Porta da Alfafa. Adossada à muralha, a norte, o casario da Mouraria. Mas o espaço urbano era agora marcado pelo novo muro da Ribeira, pelas torres das igrejas e dos conventos, em particular pela enorme massa da sé com as duas torres fronteiras e, recuada, a torre lanterna.

Em torno das igrejas, que não eram menos de quatorze, e dos conventos se organizava a vida religiosa e cívica. As negociações que selaram, depois dos combates, a boa amizade entre Lisboa e os mestres e mercadores do Norte de Espanha efectuaram-se a par do convento de S. Francisco. Os conventos principais eram, no alto da colina do mesmo nome, o convento de S. Francisco, o de S. Domingos que dominava o Largo do Rossio, o de Santo Eloi no morro velho, um pouco abaixo ficava o Paço a par de S. Martinho, e o convento dos Cónegos Regrantes de S. Agostinho já a integrar-se na malha da cidade. Na periferia avançavam os conventos de donas, o de Santos da Ordem de Santiago, o de Chelas, o de Santa Clara e agora, de fundação dionisina, o convento de Odivelas.

Mas o deus Mercúrio marcava profundamente o rosto da cidade. A Torre junto ao rio era a da Escrivaniinha do rei e nela viveu, no tempo de D. Dinis, o rico mercador Bartolomeu Joanes. Seguidamente, na Ribeira erguiam-se as Taracenas, a Alfândega, a que se adossavam pelo menos quarenta e três tendas de vendedeiras no Açougue da Carne e no Açougue do Pescado, as Casas da Portagem, as Fangas do Trigo, as Fangas da Farinha, o Paço dos Tabelaes. Por trás ficava a Correaria, a Sapataria da Correia e a Sapataria da Linha, as Carniçarias, as Ferrarias com muro contra o mar. A Rua Nova com o seu poço,



a sua porta aberta no muro para a Ribeira, gozando de uma largura mínima de 15 metros e casas de sótãos e sobrados, corria da Madalena para S. Julião numa linha torta paralela ao rio. Era a grande montra da cidade com as suas tendas e as suas lojas. Os alugueres chegavam a atingir a quantia de 140 libras anuais. Envolvida nas freguesias da Madalena, de S. Julião, de S. Nicolau, a Judiaria Nova já se fechava por trás das suas portas. Nalguns momentos poderíamos dar de caras com um ou mais enforcados pendurados pela corda nos ferros do Pelourinho Velho, à Madalena. E certamente já em Santa Justa poderíamos defrontar as mulheres da Putaria, na expressão das Cortes de Santarém de 1325.

### **Actividade comercial na primeira metade do século XIV**

Um documento de 1336<sup>7</sup> mostra como se desenvolviam as actividades produtivas e principalmente o comércio de Lisboa. Nesse ano, o rei D. Afonso IV arrendava a Martin de Ratis e a Vasco Gonçalves, "meus" escrivães da Alfândega, e a Vicente Anes, vizinhos de Lisboa, boa parte das rendas que o monarca auferia na cidade. Ficavam de fora pelo menos as rendas das casas e sobretudo o rendimento da Alfândega que Fernão Lopes equiparava, no final do século XIV, a 40 000 dobras, quase um quinto das receitas régias que ascenderiam a 200 000.

O rei arrendava a cobrança das portagens por 4 000 libras. Nesta quantia incluíam-se as portagens a pagar pelo mel, o azeite, os coiros, a cera, a marçaria, a pelitaria; a portagem a pagar pelos gados e as bestas que trouxessem a Lisboa para vender e comprar; e a portagem de todos os mouros e servos que traziam a vender. A quantia envolvia ainda a cobrança dos soldos que os vizinhos da cidade deviam ao rei pelo privilégio de os isentar do pagamento da portagem por todo o reino. O documento comprova que continuava a venda de mouros, alguns deles provenientes da guerra marítima, e a venda de escravos.

O monarca arrendava também aos mesmos vizinhos as dízimas de todo o ferro muido e limado que vier por mar e por terra, e de todo o outro ferro que vier do reino de Portugal; a dízima da madeira que tirarem do dito lugar por mar e por terra; a dízima dos tonéis, fundas, arcos e vimes; a dízima na compra de naus e de baixéis ou barcas, salvo o direito que hei no almoxarifado da madeira; as dízimas de coiros e outro haver que vier pela foz; todo o meu direito da lenha que aí trazem pela foz e pelo rio; a dízima das astes de lança e dardos que chegam pela foz ou que tirarem do lugar por mar ou terra. Em suma, tudo isto por 3 000 libras anuais. Este segundo item noticia alguma produção artesanal do ferro e sugere que não seria inteiramente desprezível a construção naval.

Por 5 500 libras anuais, o rei arrendava ainda aos mesmos vizinhos a dízima de todo o pão que, do reino de Portugal, entrava pela foz bem como a dízima do pão que tiram da cidade para onde quer que vá. Incluía-se também o direito sobre o pão que chegava pelo rio. É o direito dos vinhos que vinham vender a Lisboa, menos os que viessem pela foz, que pagavam na Alfândega, e os produzidos no termo da cidade. Não se fala em importação de trigo ou pão de fora parte, embora em 1357 Lisboa tivesse mandado vir duas naves carregadas de trigo. O pão vem regularmente do Alentejo e doutras partes do reino pela foz e das comarcas ribeirinhas do Tejo pelo rio. Outro dado a reter é o da exportação possível e comprovada por outros documentos de pão, embora criticada e condenada em Cortes. Finalmente, o comércio dos alimentos detinha um lugar importante no movimento da cidade.

A arrematação das rendas incluía ainda a dízima da fruta que não fosse produzida no termo e a dízima do carvão, pelas quais pagariam 2 500 libras cada ano. Pela dízima dos panos de linho que vinham pela foz, 1300 libras. A dízima da telha e das barcaças das esteiras, que tiram ou trazem do reino ao dito lugar, e a dízima do junco, que vem do reino, obrigava os rendeiros em 340 libras.

Mas o dado mais significativo que podemos retirar do documento é o da importância extraordinária da pesca no movimento económico da cidade. A renda pela dízima da pescaria elevava-se a 8 000 libras anuais, cerca de um terço do total do contrato que se elevava a 25 740 libras.

O documento deixa de fora outros rendimentos, em especial o bolo maior da Alfândega. Também não podemos ignorar o contrabando, nomeadamente o comércio proibido para terra de mouros que incluía as armas, o pez, remos, madeira, linho canave, estopa, ferro, trigo, cevada, milho, centeio, farinha ou legumes. Onde há proibição, há com certeza violação.

---

## Sociedade e quotidiano

Que gente é esta? Quase não lemos nem ouvimos a sua voz, só o eco que nos é devolvido pelas coisas.

Não faltam nomes. Muitos Peros Eanes, muitos Domingos, Domingas, Domingues, muitas Brancas, Mor e mesmo algumas Marias Formosas. Na Madalena, S. Julião, S. Nicolau, S. Cristóvão, como pode ler-se nos documentos de aforamento das casas, habitam mercadores, alguns pagando rendas de 140, 100, 75 libras, judeus e uma longa lista de artífices, esteireiros, cutileiros, correeiros, sapateiros, alfaiates, alfavanges, ourives, hatedores de prata, homens do mar e até o mouro da Ferraria. Alguns muçulmanos e também alguns judeus viviam ainda no corpo da cidade em contacto com os cristãos. Há indicações de corretores judeus e mouros e também da actividade prestamista dos primeiros.

O rei é o grande proprietário das casas da cidade nova. Não se lê arrendamentos de casas dentro da cerca da cidade. Só da Porta do Ferro para fora e no Chão de Alcamim a S. Cristóvão. Tal facto sugere que pelo menos uma boa parte dos moradores intra-muros eram proprietários das suas casas. A ser assim, esta situação de propriedade tem que ser relacionada com o povoamento após a Conquista.

O quotidiano parece revestir-se de grande dureza. Os funcionários régios, o alcaide, os mordomos, os almoxarifes, os relegueiros e outros oficiais exorbitavam das suas competências, cometiam abusos e intrometiam-se nas jurisdições do concelho. Pelo seu lado, o concelho procurava aliviar a carga fiscal, impedir que os funcionários régios intervissem nas eleições municipais, na jurisdição sobre judeus e mouros e suster os abusos e vexames da aposentadoria.

Os nomes dos dirigentes municipais, alcaide, alvazis, almotacés, almoxarifes mostram que uma parte da estrutura provinha sem rotura da época muçulmana. O alcaide representava no concelho o poder do rei mas os assuntos correntes da cidade eram governados pelos alvazis, o alvazil dos feitos civis, os dois alvazis dos feitos crime, o alvazil dos ovençais e dos judeus a que se juntavam os almotacés, o procurador e o tesoureiro.

Neste tempo os dirigentes municipais não tinham papas na língua como podemos ver pelas actas das Cortes, reunidas em Santarém entre 15 e 30 de Maio de 1325 (8). A "nobre" cidade de Lisboa enviou como procuradores três cidadãos João Vivas e os alvazis



João Estevães Pão e Água e Pedro Estevães que apresentaram ao rei e às Cortes os Capítulos Especiais da cidade. Regressados a Lisboa, convocaram uma reunião pública para o largo da sé, onde compareceram o alcaide pequeno, os oficiais do concelho, tabeliães, um advogado e muitos cidadãos e vizinhos e leram a resposta aos capítulos gerais e especiais, escritos num livro da câmara, considerando que o rei corrigiu muitos agravamentos e fez muitas graças e mercês a todos os da sua terra.

As queixas mais gerais voltam-se contra o alcaide, os mordomos e os relegueiros que exorbitavam na cobrança dos impostos, que prendiam sem levar os presos ante os alvazis e criavam novas cadeias nos montes e em Alfama. O rei promete contrariar os abusos.

Outra queixa é contra o juiz da Alfândega. Intrometia-se nos pleitos dos mercadores que andavam nos caminhos de Flandres ou de Além Mar quando a sua esfera de acção se deveria restringir aos pleitos com os mercadores estrangeiros que, a partir de D. Dinis, se estabeleciam na cidade.

Os acusados de furto eram levados ao lugar da forca com o barço na garganta e as mãos amarradas atrás das costas para aí pagarem a multa das rúveas: o dobro ao senhor da coisa e o sétimo ao senhorio. Mas se o roubo fosse superior a 20 libras, o ladrão morreria na forca. E porque a pena não deve ser tamanha no honrado e no vil, ao honrado, seu filho ou neto, não o levem ao pé da forca mas pague em concelho ante os alcaides e os alvazis.

Os fidalgos e vassallos do rei pousavam dois, três e quatro meses nas adegas dos lisboetas como em hospitais, nas casas das viúvas, nos fornos e nas lojas dos mercadores, filhando-lhes roupa, palha, lenha e alfaias da casa. Endividavam-se perante os mercadores e agora o rei passava-lhes cartas espaçando o tempo da paga. O mundo do comércio enriquecia os seus homens muito mais rapidamente do que o mundo dos serviços.

Os vizinhos viam também com maus olhos a ascensão, sob a protecção do rei, da comunidade judaica e procuravam insistentemente mantê-la sob a sua jurisdição.

Os homens não são iguais. Os cavaleiros e os cidadãos estão no cume e na base da pirâmide possuidora de direitos os proprietários peões, esmagados pela carga fiscal. Fora deste mundo ficavam os mancebos, os pobres e mesquinhos e no final da escala, vendidos como animais, os escravos.

Não faltam mulheres a assumirem a chefia das casas na Rua Nova. Mas o seu estatuto é cruel e inúmeras as ameaças que pesam sobre o seu corpo. Segundo os procuradores às Cortes de Santarém de 1325, os mordomos hritavam de noite as casas das viúvas e das solteiras, que estão em bom preço e boa nomeada, e metiam-nas em má fama. Que lhes peitassem algo ou voltariam todas as noites. E algumas com medo e vergonha avêem-se com eles.

Também não poupavam o assédio às mulheres dos mercadores que navegavam para Flandres e outros lugares. E a cidade tinha carta de D. Dinis determinando que quem tivesse mulher ou barregã ateuída em sua casa e esteja de mão de seu marido ou barregão, os oficiais do rei não tinham que britar essas casas, ainda que se saiba que a mulher jaz com clérigo, salvo se for em casa de alcoviteira.

Mais difícil era a vida das mulheres ditas de vida fácil. Os mordomos iam às mancebas que estão na Putaria prendiam-nas, espetavam-nas e cobravam delas. O monarca determinava: Nenhuma mulher, que faça do seu corpo sua vontade com quem quiser e com quantos quiser, não deve ser presa, salvo se for achada com mouro ou com judeu. E se as achardes com estes, prenda-os o mordomo, cobre a multa mas não os leve à justiça. Mas se a mulher for achada torpemente com clérigo, prendam-na e deixem o clérigo em paz.

## Considerações finais

As ideias ficaram espalhadas um pouco por todo o texto. Vale a pena sistematizar as principais.

1) A conquista da cidade constituiu indiscutivelmente uma catástrofe para os seus moradores mas ficou desde logo como a jóia da coroa pela posição estratégica alcançada e pela credibilidade e poderio que dispensava ao novo Estado Afonsino

2) A cidade era, em nossa opinião, maioritariamente povoada por muçulmanos de conversão não muito antiga, boa parte dos quais viria a aceitar a religião dos vencedores. A continuidade significativa das magistraturas, a reorganização rápida de freguesias extramuros, incluídas as freguesias de Alfama, parece confirmar que muitos dos ex-moradores voltaram à cidade.

3) O Mediterrâneo continuava nos homens, nas técnicas, nas culturas. Mas a ligação marítima àquele mar foi, no início, fortemente atingida. O Mediterrâneo cristão só começará a afirmar-se em Lisboa no tempo de D. Dinis e de D. Afonso IV com a fixação de mercadores e banqueiros italianos e de outras nacionalidades. Nos primeiros anos após a conquista, as ligações tradicionais ao Mediterrâneo muçulmano não só se tornavam difíceis como ficava vedado o acesso às fontes do ouro africano, almorávida ou almóada. Os laços tradicionais com esse mundo vão ser reabertos pelos mercadores árabes e judeus de Lisboa, associados aos mercadores cristãos que, já no tempo de D. Dinis, se ufanavam de navegar a fazer sua prol para Flandres, França ou Além Mar. Também o contrabando teve certamente o seu papel na abertura do Mediterrâneo muçulmano. Mas não podemos esquecer que, na primeira bolsa de mercadores, estabelecida em 1293, metade do dinheiro ficava depositado em Bruges, comprovando que o grosso do comércio exercitado directamente pelos mercadores lisboetas se dirigia então para o Mar do Norte.

4) Desde D. Afonso Henriques que os reis de Portugal têm consciência da importância estratégica, produtiva, política e militar da cidade de Lisboa e para ela voltam os seus olhos e o seu favor. O casco da cidade era precioso, o seu termo riquíssimo, a sua população industriosa e aguerrida. Por outro lado, embora tradicionalmente voltada para o Mediterrâneo e para o Sul, era o centro urbano de mais fácil acesso a todas as gentes do senhorio do reino de Portugal. A estrada da beira-mar permitia ligações rápidas entre os centros urbanos do Norte e do Sul. O Tejo permitia ligações muito profundas com as comarcas do interior, da Beira, do Alentejo, dos territórios de Espanha. Um documento da época de D. Manuel revela mesmo que produtos de Trás-os-Montes vinham então pela Beira ao alto Tejo para chegar a Lisboa.

5) O porto da cidade vai ser a grande porta de entrada dos têxteis ricos do Norte da Europa e da Itália que vestirão o rei, o clero e os fidalgos. Pelo porto entram também as armaduras e as armas. Pelo seu riquíssimo produto, a Alfândega é a casa régia mais estimada. Mas não faltam outras casas bem prezadas: a Casa da Portagem, as Taracenas das galés da armada de guerra do rei. E em nenhuma outra cidade ou vila possui o monarca tantas casas de aluguer.

Mas o comércio não se limita aos têxteis e às armas. Lisboa comercia largamente produtos alimentares, incluído o pão que exporta. Proíbe-se a exportação, logo existe e confirmada, entre outros, pelo documento de 1336, largamente citado.

6) Os números que apontei relativamente às receitas geradas pela faina dos pescadores lisboetas, que se associavam aos pescadores de Setúbal e doutras partes, mostram a importância que, já na primeira metade do século XIV, alcançara este grupo profissional.



São os pescadores em parceria com mestres, mercadores e marinheiros do mar de Espanha e dos mares do Sul que irão pouco a pouco destapando a bruma, não a que encobra ainda o nosso pobre rei D. Sebastião, mas a que cobria com os seus mitos o tenebroso afinal atlântico Mar Oceano.

- <sup>1</sup> Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1944, Suplemento ao vol. I, p. 6.
- <sup>2</sup> *Ibidem*, p. 8.
- <sup>3</sup> Gerárd Pradalé, *Lisboa da Reconquista ao final do século XIII*, Lisboa, Palas Editores, 1955, p. 38.
- <sup>4</sup> Silva Marques, *ob-cit*, p. 21.
- <sup>5</sup> *Ibidem*, p. 18.
- <sup>6</sup> *Ibidem*, p. 28.
- <sup>7</sup> *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, Lisboa, Centro de Estudos da Universidade Nova, 1982, vo. II, p. 80.
- <sup>8</sup> *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1327)*, Lisboa, Centro de Estudos da Universidade Nova, 1982, p. 63.

---

#### Bibliografia

MAIQUES, Silva (1944) - *Descobrimientos portugueses*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura. Suplemento ao vol. I.

PRADALÉ, Gerárd (1955) - *Lisboa da reconquista ao final do século XIII*. Lisboa: Palas Ed.

*CHANCELARIAS Portuguesas. D. Afonso IV*. Lisboa: Centro de Estudos da Universidade Nova, 1982. vol. II.

*CORTES Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1327)*. Lisboa: Centro de Estudos da Universidade Nova, 1982.





## Mouros e mourarias



conquista cristã do território português, para lá de uma aparente e simplista polarização entre vencedores e vencidos, envolve toda uma complexa teia de relações entre duas culturas que, logo numa primeira fase, se confronta na própria estrutura populacional. De facto, os cristãos do Norte encontram, à medida que vão alargando as suas fronteiras, agrupamentos humanos, também eles cristãos que, vivendo em território muçulmano, funcionam, em geral, como seus aliados naturais, os moçárabes. Mas igualmente deparam com largos estratos de população islamizada e, neste aspecto, as formas de convivência estruturam-se em função das necessidades e mentalidades dos vencedores, variantes naturalmente mutáveis conforme os períodos e territórios considerados.

Assim, num primeiro estágio, a escravatura marcou profundamente o processo de conquista, imprimindo uma primeira diferença entre a sociedade do Norte e a que seria a do Sul do país. Descrita pela cronística, referenciada nas cartas de foral, atestada nos numerosos testamentos, que dispõem sobre legados de muçulmanos, ou mesmo em cartas de venda, que prevêem a sua transacção, a sua influência seria tão profunda, que conotaria definitivamente o vocábulo "mouro" com a população islâmica não livre.

No entanto, já no século XII a antroponímia regista alguns casos de aplicação do termo num contexto distinto, aposto a um nome próprio cristão. Que realidade pretendia a sociedade da época retratar: a do neófito que fora muçulmano ou a do moçárabe, "mouro" por cultura? A documentação escrita, omissa relativamente a esta questão, permite, não obstante, constatar que se verifica uma relação directa entre a rarefacção

de referências a muçulmanos cativos e a intensificação de menções a colonos designados "Mouros". Por outro lado, a própria antroponímia testemunha também (embora em número muito reduzido) a utilização do vocábulo "Moçárabe", revelando a percepção da diferença entre os dois estatutos por parte da maioria cristã.

Parece, pois, tratar-se de um processo de aculturação e assimilação religiosa da população islamizada cativa, que no século XIII já teria completado o seu ciclo. Efectivamente, as inquirições de D. Afonso III demonstram o grande número de jurados nestas circunstâncias, homens livres e cristãos, em plena igualdade com os restantes, mas a quem não se permite esquecer (pelo menos neste período) as suas origens muçulmanas. A sua integração, não obstante, é de tal forma conseguida que, em 1258, no território entre Douro e Minho, se registam quatro párocos nesta situação.

Embora a escravatura nunca desapareça, conhecendo mesmo um novo recrudescimento com o movimento expansionista português, o fenómeno encontra-se sobretudo ligado, no que aos séculos XIII e XIV se refere, com a acção da frota e o aprisionamento fortuito de cativos islâmicos. Ela parece não afectar significativamente as estruturas sociais do Norte do país, onde a população autóctone de origem muçulmana, progressivamente se dilui, levando mesmo, em épocas posteriores, à total obliteração da sua origem.

Paralelamente outra realidade se perfila, relacionada com a importância estratégica da linha do Tejo e com a incapacidade de os contingentes populacionais cristãos assegurarem a efectiva colonização dos territórios recém-conquistados a sul do país. Reconhecendo implicitamente estes dois factores, D. Afonso Henriques outorga, em Março de 1170, carta de foral aos "seus" mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer do Sal, legitimando, deste modo, a permanência de uma minoria muçulmana no novo reino, e iniciando o ciclo do mudéjarismo português. O modelo é posteriormente aplicado ao muçulmanos do Algarve (Silves, Tavira, Loulé e Faro), em 1269, de Évora, em 1273 e de Moura, em 1296, e, previsivelmente, às demais comunas do país.

Pelas cartas de foral preenche-se o vazio de poder numa base de reciprocidade, assumindo-se o soberano como o legítimo sucessor temporal dos dirigentes islâmicos, e, como tal, protector do comum, correspondendo aos súbditos muçulmanos o reconhecimento implícito do seu papel, como natural depositário das exacções fiscais em que anteriormente eram onerados, acrescidas, evidentemente, de novas obrigações, inerentes ao seu estatuto de vencidos. Deste modo, estabelecem-se nestes diplomas os dois princípios básicos que, embora sujeitos a oscilações e posteriores ajustamentos, irão nortear a relação entre o poder central e as comunas até finais da centúria de quatrocentos: por um lado, é consagrado o princípio de autonomia, que impede cristãos e judeus de ter aí qualquer poder, cabendo ao alcaide (*al-qādī*), eleito pela comunidade, a respectiva jurisdição; por outro, é definida a carga tributária a que todos os muçulmanos estavam sujeitos.

Estruturam-se, assim, no reino português diferentes projecções do mundo muçulmano: ao lado do "mouro" (cativo) e do "Mouro" (cristão), emerge a figura jurídica do "mouro forro", que marcará indelevelmente a sociedade urbana do sul do país. De facto, as comunas concentram-se principalmente nesta zona, registando-se, no século XIV, em Avis, Elvas, Estremoz, Setúbal, Alcácer do Sal, Évora, Moura, Beja, Silves, Loulé, Tavira e Faro e, a norte do Tejo, apenas em Leiria, Santarém, Alenquer e Lisboa. No século XV, no entanto, já não se encontra qualquer referência documental a algumas delas (Leiria, Alenquer, Estremoz e Avis), embora comprovadamente aí continuem a viver muçulmanos, sendo de pressupor que tal facto se deve à incidência das crises de mortandade do século XIV.

Mas é necessário salientar que os moldes de permanência dos mudéjares portugueses extravasam os da organização comunal, passando igualmente por comunidades



rurais, como as de Sintra e Colares, ou mesmo por opções individuais ou familiares de vivência entre a cristandade, que se registam, por exemplo, em Campo Maior, Olivença e Coima. Será possivelmente este também o caso de Coimbra, em que, ainda no reinado de D. João I, se estabelecia o pagamento de uma capitação anual de 20 soldos da moeda antiga para os mouros forros moradores na cidade<sup>1</sup>, não justificando o seu número reduzido as pesadas imposições tributárias que oneravam os seus congéneres.

A identidade destes "mouros" materializa-se num código de leitura imediata, o vestuário, vector de identificação cultural, mas também objecto de um discurso do poder central, que tendia a preservar a diferenciação entre os seus súbditos, zelando para que os trajas dos muçulmanos fossem "assaz devisados do dos Christãos"<sup>2</sup>. Assim, os mudéjares envergavam sobre as roupas albornozes com capuzes, estabelecendo D. Afonso V a obrigatoriedade de serem fechados na parte da frente e com as mangas tão largas "que possam revolver em cada huma dellas huma alda de medir pano". Os infractores perderiam a roupa e seriam presos, por tempo indeterminado, se o traje fosse diferente, ou por um período de 15 dias se, trazendo os referidos albornozes, estes não seguissem as normas prescritas<sup>3</sup>. Desta ordenação se queixa, em 1454, o comum de Lisboa, alegando a incomodidade de trabalhar com as capas cosidas, que se tornavam demasiado pesadas, e solicitando que estas pudessem ser abertas à frente, o que lhes é outorgado pelo soberano<sup>4</sup>.

A discriminação do vestuário, suficiente por si só para a identificação dos membros da minoria, constituiu-se, curiosamente, como um dos únicos aspectos nunca transgredido pelos privilégios régios. Deste modo, quando, em 1466, é concedida autorização a Brafome, mouro forro solteiro, de Setúbal, para trazer "vestido quallquer pano de sseda", a permissão é válida apenas desde que o faça por baixo do seu "traje de mouro e doutra maneira nom"<sup>5</sup>. Não se verifica, pois, a necessidade do uso de um sinal distintivo, que apenas se encontra consignado nas *Ordenações Afonsinas* para os judeus, embora a tal haja referências no reinado de D. Pedro<sup>6</sup>, devendo, posteriormente, ter caído em desuso. No entanto, no século XV a imposição do sinal é retomada para os mouros cativos, oriundos do Norte de África, que, se o não trouxessem, seriam condenados a dez açoites e incorreriam na pena pecuniária de 400 reais<sup>7</sup>.

O discurso do poder materializa-se, também, na própria estruturação do espaço físico dos centros urbanos, relegando as minorias para bairros próprios, apartados dos cristãos, e convenientemente situados num espaço periférico, fora dos muros das cidades. Embora estas mourarias se constituam logo após a conquista, o seu ordenamento jurídico (como aliás também o das judiarias) apenas será consignado, a pedido dos procuradores do povo, nas cortes de Elvas de 1361. A existência destes bairros nas "villas grandes" e nos lugares onde houvesse até dez famílias de judeus ou mouros, era justificado pelo facto de, ao viverem misturados com a restante população, os membros das minorias fazerem "alghumas cousas desordinhadas de que os christãos Reçebem scandalo e noio"<sup>8</sup>.

Esta segregação veiculada pelos representantes populares encontra a sua aplicação nas muralhas que envolvem as judiarias e mourarias e cujas portas deveriam ser cerradas ao toque das Trindades, assim como nas várias medidas restritivas ao contacto entre as comunidades. Judeus e mouros eram proibidos de beber nas tabernas de cristãos e de frequentar as suas casas (exceptuando-se os casos de prestação de serviços), interditando-se, ainda, as mulheres cristãs de entrarem nestes bairros, a não ser acompanhadas por um homem adulto, também ele cristão. Não obstante, a vivência quotidiana ultrapassa frequentemente as barreiras físicas das mourarias, como o demonstra o espaço partilhado entre oleiros cristãos e muçulmanos que se regista, por exemplo, na Rua da Ramada ou da Olaria, em Santarém, ou na Rua de Benfica, em Lisboa.



Pla de abluções encontrada na Mouraria (Lisboa)

A mouraria estrutura-se em função do pólo aglutinador da mesquita, vector fundamental da sua identidade religioso-cultural, que, para além de espaço litúrgico, funcionaria ainda como local de reunião da câmara de vereação da comuna e, sobretudo nas zonas portuárias, como ponto privilegiado de encontro entre os membros da comunidade e os muçulmanos norte-africanos, cativos ou não, que por razões várias aí se deslocavam. Em Lisboa regista-se mesmo a actuação de um destes estrangeiros, Çaide Alfacim, designado como "cavaleiro da casa de Azamor", como juiz alvedrio, conjuntamente com alguns notáveis do comum lisboeta, de um litígio relacionado com a escrivãzinha da comuna de Loulé, de que resultou uma sentença sancionada pelo soberano<sup>9</sup>.

As mesquitas possuíam bens próprios, destinados à sua conservação, competindo à comunidade dos crentes a quotização para o pagamento das esteiras que cobriam o chão da sala de orações e para o azeite das lâmpadas que iluminavam o interior. Adscrita à mesquita, encontrava-se a escola que, para além do ensino do Alcorão às crianças, deveria ainda desempenhar um papel fundamental na formação de juristas em direito muçulmano, cuja presença é atestada pelo menos em Lisboa até ao século XV.

Outros espaços públicos se perfilavam, ainda, nestes bairros: a carniçaria e o curral do gado, onde este seria abatido segundo a fórmula ritual, a cadeia, símbolo da jurisdição comunal, e a loja de arrecadação dos direitos régios, marca visível da subjugação fiscal destas comunidades. Em Lisboa, são ainda referidos os banhos, edifício sem dúvida importante já que é descrito como tendo "quatro portaes de cassas"<sup>10</sup>, que, no entanto, se encontrava já abandonado e perdida a sua função original, no reinado de D. João I. Finalmente, num espaço exterior ao bairro, conforme a tradição muçulmana, situava-se a necrópole ou almoovar, com as suas epígrafes em árabe a assinalar as zonas de enterramento.

É no interior dos muros destes bairros que se desenrola a vivência mais significativa da minoria muçulmana, materializada na organização comunal que, com o seu conjunto de órgãos religiosos, administrativos e legais traduz o pulsar de uma identidade que, pese às constantes pressões da maioria, se mantém viva até finais do século XV. O poder islâmico consubstancia-se na figura do alcaide, cuja elegibilidade é já sancionada nas cartas de foral, embora subordinada à confirmação régia a partir do diploma de Moura, de 1296. Este princípio parece, no entanto, vigorar apenas para as comunas que seguiam o "foro de Lisboa", deixando em aberto, para as restantes, o provimento do cargo pelo senhor local, como acontece com o mestre da Ordem de Avis, que detinha a prerrogativa de nomear o alcaide da comuna dessa localidade.

A semelhança do concelho, a comuna estrutura o seu funcionamento na câmara de vereação, integrada, para além do alcaide, pelos procuradores, vereadores e homens-bons, assistidos pelo tabelião e escrivão. As responsabilidades religiosas recaíam sobre o "capelão" (*imâm*), coadjuvado pelo almoedão, encarregue de chamar os fiéis às orações. Completavam o quadro da organização comunal o carniceiro, o degolador, o carcereiro, o juiz e o procurador dos direitos régios e, em algumas comunas, o coudel e o almotacé.

O reconhecimento da autonomia jurídica e religiosa destas comunidades projecta-se nas amplas isenções tributárias que o poder central, desde o reinado de D. Dinis, confere aos usufrutuários dos cargos de alcaide, capelão e almoedão. Diversa, no entanto, é a visão das camadas populares, apostadas em restringir as manifestações públicas estranhas aos discursos da maioria, e que, nas Cortes de Coimbra de 1390, conseguem a interdição da chamada às orações e o consequente banimento da figura do almoedão, alegando que as invocações se faziam "em blasfamy de deus" e contra "ordinhaçom (...) da Santa Igreja"<sup>11</sup>, numa clara referência ao Concílio de Viena de 1311, que, curiosamente, a Igreja portuguesa não tratara de implementar no nosso país.



A problemática mais premente de toda esta organização prende-se com a articulação entre o direito muçulmano e o direito da maioria cristã. De facto, competia ao alcaide a jurisdição civil e crime da respectiva comuna, ficando resguardada a apelação para os tribunais centrais, respeitando-se, em qualquer caso, a aplicação do sistema legislativo islâmico. Apenas os pleitos referentes aos direitos régios, que competiam ao respectivo juiz (sempre muçulmano e nomeado pelo rei), seriam arbitrados pelo direito comum. Este é o panorama preconizado pelas ordenações do reino, mas que não encontra, de facto, correspondência na sociedade para que foi concebido.

No século XIV, mestre Ali, físico de D. Afonso IV, em nome dos muçulmanos portugueses, dá conta da realidade que então se vive, ao queixar-se ao soberano de não ser respeitado, nos litígios entre mudéjares, "o direito de sua Ley como Ibe ataaqui foi guardado"<sup>12</sup>. O protesto veicula a ideia de usurpação das competências do alcaide por parte de funcionários ou senhores cristãos, a quem os muçulmanos recorreriam em primeira instância. Se, em algumas localidades, tal se deve, efectivamente, a abusos de poder por parte de membros da maioria, noutras a conflitualidade interna das comunas gera situações que não permitem a eleição desse oficial, por períodos mais ou menos dilatados de tempo, ou mesmo, como se verifica para Évora na centúria de trezentos, a sua escolha recai sobre pessoas que, sendo analfabetas, ignoram, portanto, o seu direito.

Por outro lado, mais complexa se revela ainda a questão das apelações, que implicaria a existência de especialistas em direito islâmico nos tribunais centrais. Pelo menos no século XV, esta questão já não sequer se punha aos seus funcionários, que ignoravam por completo a letra da lei, como o confirma um episódio passado em Loulé, em 1482. Mafamede e Ali Carsado, sentenciados em segunda instância pela Casa da Suplicação a açoites públicos e ao pagamento de dez mil reais ao queixoso, protestaram contra a aplicação da pena, invocando o facto de não terem sido "julgados quall seu derecho", segundo era preconizado pelas ordenações do reino. No entanto, do tribunal apenas saiu uma ordem, pressionando o juiz do concelho para a execução da pena, o que determinou a fuga dos dois implicados<sup>13</sup>.

A progressiva subordinação da minoria a um direito comum, reflecte-se igualmente na redução das competências do alcaide relativamente a pleitos envolvendo cristãos e muçulmanos, em que, por lei geral, se deveria seguir o foro do réu. Situação que leva a contumazes protestos dos representantes concelhios, afrontados por qualquer tipo de subordinação à hierarquia dos "infieis", e que origina a criação da figura do juiz dos mouros e judeus que, no século XV, detinha já a jurisdição plena destas causas.

Importante seria também perspectivar os efeitos da influência legislativa da maioria no quotidiano dos mouros portugueses, analisando os desvios às normas islâmicas e traçando, assim, as linhas gerais da vivência destas comunidades. De facto, a essência do mudéjarismo escuda-se no confronto dos valores de duas culturas, numa dialéctica constante, preconizadora de uma simbiose original, que, no entanto, a documentação escrita apenas deixa entrever. Como se coadunaria, por exemplo, a estrutura poligâmica do casamento islâmico com o direito cristão? Este aspecto ainda é assumido pelos juristas islâmicos de Lisboa no século XV como se de uma realidade se tratasse, embora seja sempre referenciado, quando se trata de muçulmanos casados, apenas o nome de uma esposa.

Por outro lado, uma carta de arras de 1473, relativa a Lisboa, sugere que os maldes do casamento teriam já sofrido influências da sociedade envolvente, ao prever, juntamente com o dote oferecido pelo marido, doações várias por parte dos pais dos noivos, condição esta que não era contemplada pelo direito islâmico. Este aspecto, aliás, deve ter-se generalizado e incorporado nos usos e costumes dos mudéjares portugueses, já que em 1462 Mafamede Castelão, de Lisboa, casado em segundas núpcias com a filha de Azmede

Baboso, de Setúbal, chega a acordo com este último sobre o pagamento do dote, avaliado em sete mil reais, por ele prometido à filha por ocasião do primeiro casamento, e sobre o qual se litigiavam, por não ter sido ainda pago.

A simbiose cultural do mudéjarismo reflecte-se e simbolicamente retrata-se, na própria questão linguística. Proibido o uso do árabe nos documentos notariais por D. João I e relegada a sua expressão para o foro litúrgico e para vivências mais íntimas, a minoria adapta o seu código linguístico oficial aos caracteres da maioria cristã, criando a aljama (referenciada mas, infelizmente, não documentada) à semelhança do que acontece em quase todos os aspectos da sua vida quotidiana.

Em Dezembro de 1496, D. Manuel outorga o édito que obriga à assimilação religiosa das duas minorias ou, em opção, à sua saída do país, num prazo de dez meses. Ambas as soluções são adoptadas pelos muçulmanos, dividindo-se a comunidade entre os que partem, obtida, em Abril de 1497 a autorização dos Reis Católicos para passarem ou, se o desejassem, fixarem-se mesmo em Espanha, e os que ficam, doravante transformados em cristãos-novos. Consubstancia-se assim o epílogo da permanência do "mouro" na sociedade portuguesa, despindo do seu significado original o termo "mouraria", que passará a designar apenas um bairro mais da urbe cristã.

<sup>1</sup> ANTT, *Livro dos Direitos d'El Rei da cidade de Coimbra*, Núcleo Antigo, n.º 287, fl. 60v.

<sup>2</sup> *Ordenações Afonsinas*, livro II, tit. CIII, p. 538

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 539

<sup>4</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 10, fl. 119 v.

<sup>5</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 14, fl. 61

<sup>6</sup> *Chancelarias Portuguesas - D. Pedro I*, ed. preparado por A. H. Oliveira Marques, Lisboa, L.N.I.C., 1984, p. 143

<sup>7</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 28, fl. 102

<sup>8</sup> *Chancelarias Portuguesas - D. Pedro I*, ed. preparado por A.H. Oliveira Marques, Lisboa, L.N.I.C., 1984, p. 52

<sup>9</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João II*, livro 15, fls. 86-86v.

<sup>10</sup> ANTT, *Livro dos direitos dos reis he rainhas de Portugal*, Núcleo Antigo, n.º 314, fls. 103

<sup>11</sup> A.M.C.M.L., *Livro Primeiro de Cortes*, fl. 68v., art. 17

<sup>12</sup> *Ordenações Afonsinas*, livro II, tit. CI, p. 533

<sup>13</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João II*, livro 3, fl. 7

## Bibliografia

BAQUERO MORENO, H. C. (1994) - *Os Mudéjares no Portugal Medieval*. Porto: Conselho Directivo da E.L.U.P.

BARROS, Henrique da Gama (1936 - 1937) - Judeus e mouros em Portugal em tempos passados. *Revista Lusitana*. Lisboa, 34 - 35, p. 165 - 265, p. 161 - 338.

BARROS, Maria Filomena Lopes de (1990) - As comunas muçulmanas em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto. II série, VII, p. 85 - 100.

BARROS, Maria Filomena Lopes de (1993) - *A comuna muçulmana de Lisboa nos sécs. XIV e XV*. Porto. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

GOMES, Saúl António (1991) - A mouaria de Leiria. Problemas sobre a presença moura no centro do país. In *O legado cultural de judeus e mouros*. Lisboa: Instituto Oriental. p.155 - 177. (Estudos Orientais; 2).

GUERREIRO, Manuel Viegas (1981) - Mouros. In *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas. vol. IV, p. 352 - 354.

LOSA, Artúrio (1964) - Os "mouros" de Entre Douro e Minho no séc. XIII. *Separata de Bracara Augusta*. Braga. XVI-XVII (39 - 40).

MATOSO, José (1975) - *Identificação de um país*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1988) - A persistência do elemento muçulmano na história de Portugal após a reconquista. O exemplo da cidade de Lisboa. In *Novos ensaios de história medieval portuguesa*. Lisboa: Presença. p. 96 - 107.

VASCONCELOS, José Leite de (1984) - *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional. vol. IV.

VITERBO, Francisco de Sousa (1907) - Ocorrências da vida mourisca. *Arquivo Histórico Português*. Lisboa, V, p. 81-93, 161-170



*Alexandre Nobre Paio*  
*João Pedro de Oliveira Monteiro*

# Azulejaria hispano-mourisca em Portugal



Remontando a aplicação de revestimentos cerâmicos em Portugal aos últimos séculos da Idade Média, pode-se afirmar, que, desde o início, a sua elaboração se coloca sob a égide do cruzamento de culturas, que neles se reflecte, originando linguagens próprias que encontraram a sua expressão mais acabada na forma original como usámos o azulejo.

A prática comum na Europa ocidental de decorar pavimentos de igrejas e palácios com placas cerâmicas foi também seguida no nosso país. Surgindo no século XIII na abadia de Alcobaça e no início da centúria seguinte numa capela da Sé de Lisboa, é possível que outra aplicação mais tardia, datando de finais do século XIV, inícios do século XV, de placas cerâmicas - de formas geométricas variadas, vidradas com zarcão e coloridas umas de verde, outras de melado - na alcáçova do castelo de Leiria, tenha sido realizada por artífices "mouros".

Em meados do século XV, pavimentos de palácios de Lisboa e Beja, foram revestidos com placas hexagonais, *alfardons*, e pequenos azulejos quadrados, *losetas*, importados de Manises ( Valência ), num modo de aplicação de várias formas geométricas encaixando-se, lembrando a prática islâmica, comum a outros países da Europa central e ocidental.

Nas *losetas* predominava uma multiplicidade de motivos de figuração humana, animalista, heráldica, floral, geométrica, etc., sendo os *alfardons* decorados com elementos florais estilizados e motivos de linhas sinuosas.

Ainda no final de quatrocentos, outros azulejos do País Valenciano, também quadrados mas de maior dimensão, as "rajolas", seriam aplicados no Paço Real de Sintra, na casa senhorial da Quinta da Bacalhoa, em Azeitão, e no convento de Jesus, em Setúbal, onde exemplares de decoração "encadenat" subsistem, ainda, no pavimento em degraus que dá acesso à fonte-lavabo do claustro.

Na primeira metade do século XVI o azulejo viu ampliada a sua utilização, através da concepção, em oficinas sevilhanas, de padrões destinados a revestir superfícies arquitectónicas, por vezes de grandes dimensões, vocação que ficará como herança para a nossa produção futura.

Estes protótipos, produtos de artesãos árabes a operar em território cristão, são uma expressão da cultura mudéjar, neles confluindo uma série de influências, desde as temáticas tradicionalmente atribuídas a uma origem muçulmana, à introdução de elementos próprios da cultura cristã.

Assumindo, deste modo, a gramática decorativa empregue, um carácter híbrido, são, contudo, os motivos muçulmanos que neles prevalecem, proporcionando uma contaminação cultural, que nos chegou, talvez, devido ao gosto pessoal de D. Manuel I que, em 1498, esteve com sua mulher D. Isabel, filha dos Reis Católicos, em Toledo e Saragoça para ser jurado herdeiro das coroas de Castela, Leão e Aragão, altura em que também visitou a Andaluzia.

Foi por encomenda deste rei, que milhares de azulejos, ditos *hispano-mouriscos*, vieram para o Palácio Real de Sintra, que, assim, ficou sendo um dos mais extraordinários núcleos de produção sevilhana da primeira metade do século XVI.

Os primeiros espécimes produzidos em Sevilha utilizaram a chamada técnica de *corda seca*, já usada em objectos tridimensionais de uso mais ou menos comum no período califal, apesar de parecer não ter tido, então, uma aplicação arquitectónica tão corrente como o método dos *alicatados*. O processo de *corda seca* consistia na utilização de um filete de manganês, normalmente embebido em óleo de linhaça, colocado sobre um motivo cerâmico gravado, visando impedir a mistura dos óxidos aquando da cozedura, o que nem sempre era conseguido.

Na esteira do rei, também a Igreja procedeu à encomenda de azulejos andaluzes para o revestimento das superfícies parietais de muitos dos seus templos, como é o caso das igrejas de Santa Maria do Castelo em Abrantes, e de São Paulo de Frades, perto de Coimbra. Diversos frontais de altar foram também cobertos com estes azulejos. Já no convento de Santa Clara, Funchal, o revestimento azulejar foi aplicado nos pavimentos.

Dois casos paradigmáticos devem ser aqui destacados: a sala do Capítulo do convento da Conceição, Beja, e a Sé Velha de Coimbra. Neste último núcleo, por iniciativa do bispo D. Jorge de Almeida, procedeu-se a um revestimento integral com azulejos, maioritariamente de *aresta*, cobrindo-se os pilares com exemplares dispostos em anéis sobrepostos, as superfícies parietais com *tapetes* contidos em molduras concéntricas, composições simulando portas de arco quebrado ou trilobado, e rosáceas, numa aplicação espectacular que, na sua totalidade, transgrediu da maneira sevilhana de utilizar azulejos, fazendo desta catedral um monumento detentor da mais versátil decoração da época.

A liberdade com que os nossos ladrilhadores usaram os azulejos sevilhanos resultou, muito provavelmente, do desconhecimento que tinham de como eles eram habitualmente colocados, não só na Andaluzia, mas também em núcleos portugueses anteriores, o que cumpre aqui realçar, pois se, ao longo do tempo, a nossa azulejaria foi muitas mais vezes o resultado de um cruzamento de culturas, este traduziu-se, essencialmente, num modo português de fazer uso de modelos alheios, cuja génese talvez possa ser encontrada nos revestimentos da Sé de Coimbra.



Infelizmente, esta decoração foi quase totalmente destruída no final do século XIX, sacrificada à corrente de restauro que pretendia reconduzir a arquitectura à sua "pureza original".

Na sala do capítulo do convento da Conceição em Beja, paredes e bancos receberam revestimentos azulejares de *tapetes*, numa aplicação afim da de Sevilha, o que faz supor a deslocação de um artífice deste centro para os colocar.

A gramática decorativa aqui empregue assume um carácter mais ou menos híbrido, mesclando motivos mudéjares com referências a formas ou elementos renascentistas, que indiciam a expansão de uma cultura humanista associada a um gosto provavelmente originado em encomendas de uma clientela nobre, que no território espanhol incluía os próprios Reis Católicos, mas que visaria também corresponder a um consumo extra-peninsular.

A sua expansão, aliada ao facto da mesma ter encontrado grande receptividade junto dessas clientelas, levou a que em Sevilha, na primeira metade do século XVI, se desse início à técnica denominada de *aresta* ou, como é conhecida em Espanha, *cuenca*, a qual permite uma maior produtividade. Estes azulejos eram realizados com o auxílio de moldes de madeira - nos quais as composições eram talhadas quase, poder-se-ia dizer, em "negativo" - que uma vez pressionados sobre o barro fresco, permitiam, após uma primeira cozedura da peça, a colocação dos pigmentos nos espaços alveolares formados, possibilitando, após uma segunda cozedura, um produto de maior perfeição que o anterior, resultante da técnica de *corda seca*.

A utilização dos moldes dotava esta actividade de uma quase mecanicidade, que a colocava na categoria do que poderíamos designar por uma produção semi-industrializada, que permitiu tornar os revestimentos cerâmicos acessíveis a um público mais vasto.

Na gramática decorativa do azulejo *hispano-mourisco* está bem patente uma forte componente de estilização, essencialmente muçulmana, que, entre outros, se expressa através de motivos derivados de interesses cosmológicos. É o que podemos observar, por exemplo, nos padrões do Museu Nacional do Azulejo inv. 73, 101 e 102. No caso da peça inv. 101 (cat. 330)- das três a que apresenta uma maior estaticidade visto ter como base um



Fig. 1



Fig. 2

quadrado delimitando um pentágono - o centro é composto por uma estrela de oito pontas ou *hatim*, formada pelo entrecruzamento de um par de cruces duplas justapostas, definindo uma os eixos vertical e horizontal, e partindo dos eixos do quadrado a outra.

A peça cat. 334 (Fig. 1) apresenta uma maior complexidade na composição, visto o motivo central, a estrela, ser composta por doze pontas. Apesar de recorrer a uma cadeia de *nós de Salomão*, tal como a estrela no motivo anteriormente observado, apresenta um dinamismo conseguido através da moldura. O próprio cromatismo empregue neste elemento, idêntico ao que preenche a estrela, acentua o aspecto próximo de uma aura de luz, visível quando se observa um qualquer corpo celestial radiante. E se é interessante observar o modo como o recurso a uma maior complexidade do motivo central permite uma dinâmica totalmente diferente na composição, mais interessante é constatar que, no caso da peça cat. 331 (Fig. 2), a justaposição de uma moldura de pentagramas, envolvendo cada centro, permite criar uma composição mais livre, embora dentro da rigidez de estilização que caracteriza os padrões islâmicos.

Se nos dois anteriores cada conjunto de quatro azulejos encerra em si o centro a partir do qual se dá a rotação da composição, possuindo estes, nos ângulos, elementos secundários de ligação entre cada conjunto, ambos encerrados em molduras losangulares, no caso do último padrão, designado por *estrelas*, cada azulejo possui, já definida, uma quarta parte do núcleo seguinte.

Padrões deste tipo podem ser observados não só em expressões cerâmicas mas, igualmente, em cantaria, gesso e especialmente na decoração de tectos, de que subsistem ainda exemplos em território nacional, como é o caso do espaço comumente designado por *Capela Árabe*, localizado no claustro do antigo mosteiro da Madre de Deus, actual Museu Nacional do Azulejo.

Numa quase previsível evolução, se assim o quisermos encarar, é o modelo cat. 329, próximo de uma representação de um campo florido. Aqui, com o desaparecimento das laçarias que acentuavam os motivos, há uma perda de referente cosmológico surgindo-nos o que outrora seriam estrelas como formas emolduradas por coroas, representando ambas estilizações florais, numa composição rica, em que a policromia se emancipa de um espaço imposto, criando, porventura, a mais vibrante de todas as composições presentes neste conjunto de azulejos.

Numa expressão mais híbrida, são as peças onde as laçarias mantêm a sua presença em padrões em que a influência muçulmana não é tão evidente. Tal é o caso do cat. 329, em que a definição do motivo é fornecida pela colocação cruciforme, que no padrão cria um efeito de quadricula mais próximo do gosto ocidental, e onde o motivo central e a sua moldura - a estrela de oito pontas - garantem a afinidade com a cultura mudéjar peninsular. O modelo dito de quadrado e estrela - *murabba' bil qatib val hatim* - era um dos tipos clássicos de organização de peças *alicatadas* e que aqui, mercê da complexidade proporcionada pelas laçarias, alcança um requinte indiscutível.

Uma clara referência a padrões de composição alicatada são os azulejos constituintes do cat. 342 (Fig. 3). Este modelo, por vezes designado por *falso alicatado*, forma uma composição de sólidos rectangulares sobrepostos, quase poderíamos dizer em *escama*, criando um efeito ilusionista pela alternância das faces, num jogo de claro-escuro de rico efeito.

No azulejo inv. 48, a técnica de *aresta* serve como expressão de um modelo de gosto mais ocidentalizado, onde a gramática decorativa gótica marca presença no recurso aos remates angulares de trifólios, marcadamente lanceolados, e na decoração da reserva central trapezoidal, em cujos lados se encontram colocadas finas hastes rematadas por palmetas.



Fig. 3



A moldura deste conjunto é articulada com uma forma polilobada, que mais não será que a adulteração do motivo de estrela - entendido numa óptica pré-renascentista, e comumente utilizada, neste período, circunscrevendo símbolos, cenas ou elementos decorativos - e que podemos encontrar, por exemplo, nas molduras dos relevos das portas norte e sul do Baptistério de Florença, respectivamente de Ghiberti e Andrea Pisano.

Francamente renascentista, é o padrão composto por quatro azulejos, inv. 1342 (depósito do Museu Nacional de Arqueologia no Museu Nacional do Azulejo), onde é possível encontrar um cruzamento de reportórios decorativos muçulmanos e europeus. Se o centro da composição é claramente arabizante, a moldura que o circunscreve é mais próxima de um gosto gótico, que está ainda presente nas formas vegetalistas de folhagens e *maçarocas* que anunciam o gosto renascentista. Exemplo claro de hibridez, este padrão pode, de algum modo, reflectir o verdadeiro cadinho cultural que constituía a Península Ibérica de então, onde as três principais religiões - cristã, judaica e muçulmana - conviviam, consolidando um gosto próprio, que não só as reflectia, mas igualmente assimilava o que de novo surgia, pela via de um humanismo caro ao Renascimento.

A peça cat. 327 (Fig. 4 - depósito do Museu Nacional de Arqueologia no Museu Nacional do Azulejo), é já exemplo de uma cultura fortemente figurativa, do período gótico, correspondendo à expressão de uma diferente função da decoração cerâmica, tal como as peças com carácter heráldico, de que se destaca, em território nacional, a esfera armilar, símbolo do Rei D. Manuel I. O modelo aqui representado, um *lobo*, conheceu grande aceitação e variações de cromatismo. O motivo era originalmente constituído nas oficinas toledanas por um animal, *lobo* ou *coelho*, a ser bicado por um corvo, e que parece ser de inspiração bizantina. Nas oficinas valencianas e



Fig. 4



Fig. 5

numa outra fase, esta ave foi substituída por um elemento vegetalista que, de algum modo, impede a completa percepção do movimento do animal.<sup>1</sup>

A questão da pintura de figuras - animais, humanas, ou mesmo elementos vegetalistas - no tardoz dos azulejos coloca algumas interessantes interrogações. No caso do tardoz de um azulejo do Museu Nacional do Azulejo cat. 334 (Fig. 5), a figura do leão rampante, de clara influência goticizante, parece encontrar a sua gênese na heráldica. Figuras semelhantes surgem, como motivos em peças cerâmicas tridimensionais, como é o caso do prato sevilhano de *corda seca* pertencente ao espólio do Instituto Valencia de D. Juan, em Madrid<sup>2</sup>, no qual a figura surge envolvida num plano quase têxtil de composição vegetalista. Ainda mais próxima, é a figuração em azulejos, do mesmo Instituto, das armas de Leão no escudo dos Reis Católicos,<sup>3</sup> ou no escudo da Ordem de S. Jerónimo, no convento sevilhano de Santa Paula<sup>4</sup>.

A análise da gramática decorativa do conjunto azulejar que se mostra presente permite, como vimos, documentar a assimilação de uma tradição muçulmana, evoluindo para soluções híbridas de convivências com um imaginário europeu.

Da sua memória primeira manter-se-á, no azulejo português, o gosto pelo revestimento total, permanência do horror ao vazio.

<sup>1</sup> Uma peça deste motivo tendo o corvo surge reproduzida em MARTÍNEZ CAVIRÓ, 1991: 316.

<sup>2</sup> MARTÍNEZ CAVIRÓ, 1991: 302.

<sup>3</sup> MARTÍNEZ CAVIRÓ, p. 268, PLEGUEZUELO HERNÁNDEZ, 1991

<sup>4</sup> MARTÍNEZ CAVIRÓ, p. 268

#### Bibliografía

ARTE. Islâmico en Granada (1995). Granada. Catálogo de exposição.

CRITCHLOW, Keith (1995) - *Islamic Patterns*. London: Thames & Hudson; Slovenia.

GONZÁLEZ MARTI, Manuel (1996) - *Cerámica del Levante español - siglos medievales*. Editorial Labor. Tomo II.

HEDGECOE, John (1993) - *Zillig, L'art de la Céramique Marocaine*. Grande-Bretagne: Garnet.

MARTÍNEZ CAVIRÓ, Balcina (1991) - *Cerámica Hispanomusulmana*. Madrid: El Viso.

PLEGUEZUELO HERNÁNDEZ, Alfonso (1991) - Sevilla y la Técnica de cuerda seca: vajilla y azulejos. *Azulejo*. Lisboa, 1.

SÁNCHEZ PACHECO, Trinidad (1997) - Cerámica española. In *SEMMI ARTES - Historia General del Arte*. Madrid: Espasa Calpe. vol. XLII.

SANTOS, Brnaldo dos (1957) - *O azulejo em Portugal*. Lisboa: Editorial Sul.

SIMÕES, João Miguel dos Santos (1989) - *Azulejaria em Portugal nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2ª ed. 1990.





325.

**Faixa. Brocado de seda**

290 x 360 mm

Proveniência desconhecida

Atribuído aos séculos XIV ou XV

A civilização islâmica constituiu o pólo divulgador da sericultura no Próximo Oriente, Norte de África e Al-Andalus. Já em 1003 é praticada a sericultura na área de Chaves, embora só conheçamos as *sedas de Lisboa*, no reinado de D. Dinis. Na Península foram lugares notáveis na produção de seda Jaén, Elvira, Granada, Valencia, Murcia e Lisboa. Muito apreciados, os vários tecidos de seda, dos veludos aos brocados, destacavam-se pelo brilho, resistência, suavidade e aptidão para serem bem tingidos. Como lembra D. Duarte, por recomendação de D. João I, deviam constar "em voso Thesouro, ou guardarroupa (...) panos de syrguo (...)". O valor atribuído aos tecidos de seda é notório quando neles se envolvem as relíquias de santos e os corpos sepultados que esperam a Ressurreição.

PESSANHA, 1923, p. 40-42; BASTOS, 1964, p. 63-69;

ALMEIDA, 1978, p. 126; PANTEARROYO LACABA,

1982, p. 349-388; FERREIRA, 1983, p. 123-128;

BARROS, 1993, p. 143; VÁRIOS, 1994, p. 147.

Museu Nacional de Arte Antiga. 3810

ICR



326.

**Cruz processional. Cobre com vestígios de douramento**

Alt. 630 mm; larg. 370 mm

Proveniência desconhecida

Finais do séc. XIV-inícios do séc. XV

Cruz processional, de extremidades floridas, com intersecção da haste e dos braços em quadrado, nó esférico muito achatado e haste tubular de encaixe. A decoração é formada, na face principal, por uma fita contínua que contorna todo o perímetro da cruz e forma, no seu interior, losangos e triângulos preenchidos por motivos geométricos e florais. O reverso é igualmente delimitado por uma fita, sendo os braços e a haste preenchidos por entrelaçados geométricos de inspiração floral. No centro forma-se uma grande circunferência decorada com entrelaçados geométricos. O nó é decorado com faixas paralelas com decoração de ondas e entrelaçados que formam triângulos e losangos. O pé é ornamentado por bandas verticais com zigzagues e acantos estilizados.

Os aspectos mais relevantes desta peça, para a qual não se conhecem paralelos decorativos, residem na total aiconicidade da decoração, reveladora de uma persistente resistência peninsular ao culto das imagens, e na clara influência da arte islâmica sobre uma peça litúrgica fundamental no culto cristão. Esta influência é sobretudo marcante nos entrelaçados do centro da cruz, extraordinariamente complexos, criando uma sucessão de múltiplos centros, própria dos ricos trabalhos do final do período almóada. A complexidade deste trabalho, certamente obra de um artesão islâmico, documenta uma produção islâmica, talvez peninsular, para o mercado cristão, hipótese que é reforçada pela possibilidade apontada pelas análises químicas efectuadas no Instituto José de Figueiredo de o cobre desta peça ser proveniente de minas norte-africanas.

326



Nada se sabe de concreto da proveniência original desta cruz, mostrada pela primeira vez na Exposição de Arte Ornamental de 1882. Chegou ao Museu Nacional de Arte Antiga vinda da Academia de Belas-Artes, sendo talvez a peça adquirida pela Academia a Luís Alves, por 45\$000 réis, em 18 de Junho de 1878, descrita no *Livro de Aquisições da Escola de Bellas Artes (1871-1882)*, como "cruz mosarabe de bronze dourado".

Arte Ornamental, 1882; CORDEIRO, 1962; MNA, 1998

Museu Nacional de Arte Antiga. 64 MET. JOC



327.

**Azulejo "Lobo"**

85 x 90 mm

Convento de Santa Clara, Funchal  
2ª metade do séc. XV, Valência (?)  
Aresta, policromia em manganês, verde e  
ocre. Azulejo avulso figurando desenho  
esquemático de um lobo ou um cão, em  
manganês, contra fundo ocre.

Museu Nacional de Arqueologia, 2627  
ANP

328.

**Prato, Faiança**

Diâm. 383 mm

Proveniência desconhecida  
Séc. XV-XVI

Museu Nacional de Arte Antiga, 6843



330

329.

**Painel de azulejos**

977 x 920 mm

Sé Velha de Coimbra

Cerca de 1503, Sevilha

Aresta, policromia em azul, manganês,  
verde e ocre. Padrão com módulo 2x2  
azulejos, com dois centros alternados,  
definindo polígonos estrelados em azul e  
manganês, ligados entre si por outros  
polígonos estrelados mais pequenos em  
verde e ocre.

Maobiche portoghes, 1978/79, p. 11; Evoluzione  
delle Maiolica in Portogallo da XV al XX secolo,  
1979, p. 11; Azulejos, 1982/83, p. 12; Azulejos,  
1991, p. 76; Waves of influence, 1994/96, p. 20 e  
90; O azulejo do século XVI ao século XX, 1997  
Museu Nacional do Azulejo, 69

ANP



332

330.

**Painel de azulejos, padrão 2x2**

**"Laçarias"**

270 x 270 mm

Proveniência desconhecida

Início do séc. XVI, Sevilha

*Corda seca*, policromada em manganês,  
ocre, azul e verde. Padrão com módulo  
de 2x2 azulejos, com motivos de laçarias  
em branco e ocre, definindo dois centros  
em ritmo alternado, um octogonal, em  
manganês, outro quadrado a azul.

Azulejos, 1991, p. 75

Museu Nacional do Azulejo, 101

ANP

331.

**Painel de azulejos, padrão 2x2**

**"Estrelas"**

280 x 280 mm

Proveniência desconhecida

Início do séc. XVI, Sevilha

*Corda seca*, policromada em azul,  
manganês, verde e ocre. Padrão com  
módulo de 2x2 azulejos, com motivos de  
laçarias, definindo a partir de estrelas de  
doze pontas, um motivo radiante  
alternado, em azul e manganês, e  
separados por barras verdes em diagonal.

Museu Nacional do Azulejo, 102

ANP

332.

**Painel de azulejos de padrão**

270 x 270 mm

Proveniência desconhecida

Início do séc. XVI, Sevilha

Aresta, policromia em azul, manganês,  
ocre. Padrão com módulo de um azulejo,  
simulando volumes de prismas  
quadrangulares cujas faces alternam  
entre azul e branco e as bases entre  
manganês e ocre.

Museu Nacional do Azulejo, 113

ANP

333.

**Painel de azulejos de padrão**

275 x 275 mm

Proveniência desconhecida

Início do séc. XVI. Sevilha

Aresta, policromia em ocre, manganés, azul e verde. Padrão com módulo de 2x2 azulejos, com um motivo *encadenat* (em cadeia) inscrito numa reserva circular rematada por uma barra e envolta por motivos vegetalistas (enrolamentos, folhas de acanto e flores) de evidente gosto europeu, retomados nos cantos como elementos de ligação. Museu Nacional de Arqueologia. 1342 ANP

334.

**Azulejo**

135 x 135 mm

Proveniência desconhecida

Inícios do séc. XVI. Sevilha

Tardoz de azulejo com um leão rampante delineado. Pertence a um padrão com módulo de 2 x 2 azulejos, com motivos de laçarias, definindo círculos tangentes, onde se inscrevem motivos em estrelas de doze pontas.

Museu Nacional do Azulejo. 73

ANP

335.

**Azulejo Hispano-Árabe com desenho sobre o tardoz. Cerâmica vidrada**

135 x 134 mm

Igreja de Jesus de Setúbal

Inícios do séc. XVI

EUROPÁLIA, 1991

Museu de Setúbal/Convento de Jesus.

MS/CJ 3213/Az.87

336.

**Prato. Faiança**

Diâm. 230 mm

Séc. XVI

Museu Nacional de Arte Antiga. 46

337.

**Prato. Faiança**

Diâm. 462 mm

Séc. XVI

Museu Nacional de Arte Antiga. 6795

338.

**Prato. Faiança**

Diâm. 400 mm

Séc. XVI

Museu Nacional de Arte Antiga. 6824

339.

**Prato. Faiança**

Diâm. 398 mm

Séc. XVI

Museu Nacional de Arte Antiga. 6844

340.

**Fragmentos de peças em corda seca.**

**Cerâmica**

Largo dos Duques. Beja

Séc. XVI

Museu Regional Rainha D. Leonor. Beja

341.

**Azulejo**

130 x 130 mm

Proveniência desconhecida

Cerca de 1520-40. Sevilha

Aresta, policromia em manganés, verde, azul e ocre. Padrão com módulo de um azulejo, com motivo *encadenat*, hexágonos entrelaçados no centro dos quais se inscreve um polígono estrelado octogonal.

Museu Nacional do Azulejo. 46

ANP

342.

**Azulejo**

130 x 130 mm

Proveniência desconhecida

Cerca de 1520-40. Sevilha

Aresta, policromia em azul, ocre, manganés e verde. Padrão com módulo de um azulejo, com motivo *encadenat* (em cadeia), criando pela alternância de rectas e curvas, uma reserva central onde se inscreve um motivo que a partir dos lados de um octógono alterna triângulos com motivos vegetalistas. Um outro motivo vegetalista é enquadrado por laçarias nos cantos.

Museu Nacional do Azulejo. 48

ANP



340





343.

**Tapeçaria. Veludo de seda e damasco**

1840 x 5160 mm

Proveniência desconhecida

Sécs. XIX-XX

Habitualmente atribuída ao século XV, esta tapeçaria guardada no Palácio Nacional de Sintra foi adquirida, segundo recente investigação, no século XIX ou inícios do nosso século, no Norte de África.

Não obstante a cronologia da peça, a sua inclusão nesta mostra pretende sublinhar a longa persistência de formas e técnicas tão própria das artes decorativas, cuja natureza decorre de uma acentuada padronização, bem como lembrar quanto o gosto mourisco é retomado em diversas épocas da História portuguesa. As tapeçarias, como a que se apresenta, revestiam paredes de paços e igrejas conferindo conforto, aparato e cor. Os tecidos compartimentavam espaços e prestavam-se ao hábito itinerante da corte. No paço, tenda ou mosteiro, os "panos de armar" enquadravam a figura do rei na amostragem do seu poder. Em Lisboa, os Paços da Alcáçova eram notados pelos estrangeiros: os portugueses "costumam forrar os aposentos de raso, de damascos, e de finísimos razes no inverno, e no verão de coiros dourados mui ricos, que se fabricam naquella cidade".

Têxteis de origem islâmica são referidos em 1090 como *tiraces bonos cordoueses*. *Oléarius mauriscus* é registado em

1258. Entre os mouros que viviam em Lisboa nos séculos XIV e XV os tapeteiros, artesãos de fibra e de tapeçarias, são privilegiados pelos reis com insenções tributárias e autorização de "irem alem por mar por as tintas e outras cousas do dicto seu officio". Possuíam tenda própria onde "lavram", officio ensinado aos criados por vontade régia.

Tapeçarias semelhantes à que se apresenta, que conhecemos por descrições coevas, deverão ser entendidas no ambiente mudejar da arte portuguesa. As artes decorativas que o Al-Andalus incrementou, conjugam-se em correspondência de padrões e cores, onde cabem tecidos, azulejos, estuques pintados e tectos de alfarge, no final da Idade Média, amante do exotismo, combinando requintadamente materiais e cores. Para tanto a permanência islâmica forneceu mão-de-obra e inspiração.

BASTOS, 1954, p. 63-69; ALMEIDA, 1978, p. 127; PARTEARROYO LACABA, 1982, p. 349-388; FERREIRA, 1983, p. 123-128; ROSAS, 1992, p. 243; DIAS, 1992, p. 168-170; BARROS, 1993, p. 148-149; 1997, p. 121; SILVA, 1997, p. 21-43; VÁRIOS, 1994, p. 147  
Palácio da Vila. Sintra. 3568  
LCF





# O panorama das colecções museológicas islâmicas de Portugal



apresentação da exposição sugestivamente intitulada «Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo» que reúne, pela primeira vez em Portugal, uma mostra de artefactos representativos do património árabe-islâmico do País, constitui um excelente ensejo para se proceder a uma reflexão sobre o respectivo património museológico.

O património islâmico móvel existente nos museus portugueses ou seja as colecções museológicas apresenta uma vasta gama de artefactos, embora a sua riqueza seja muito relativa se tomarmos em conta os longos séculos de contactos que Portugal manteve com o mundo árabe-islâmico ao longo da sua história.

Atendendo ao âmbito temporal da exposição em causa cingir-nos-emos naturalmente apenas ao grupo das colecções islâmicas cuja existência se prende directamente com o período da história comum de mais de oito séculos e que abarca simultaneamente a presença islâmica entendida em termos do poder político e ainda a presença de uma minoria moura inserida no seio da sociedade portuguesa cristã.

Foram precisamente os Muçulmanos que permaneceram em Portugal depois da reconquista<sup>1</sup> que contribuíram para a pervivência das tradições árabe-islâmicas em diversos campos. Beneficiando de um estatuto jurídico específico que reconhecia a sua identidade religiosa e por conseguinte cultural<sup>2</sup> puderam conservar também parte do seu património construído adstrito, nas zonas urbanas, ao espaço das mourarias que tiveram um papel determinante na difusão dos saberes e técnicas islâmicas.

As consequências decorrentes do decreto de expulsão (1496), da promulgação das Ordenações Manuelinas (1521) e finalmente o estabelecimento do Santo Ofício de

Inquisição (1536) que levou a cabo, metódica e propositadamente, a obra de destruição dos vestígios da civilização islâmica, sedimentaram, a longo prazo, uma atitude atavicamente hostil em relação ao Islão retardando significativamente o despertar do interesse pela cultura árabe-islâmica, estando ainda na origem de não apreciação da sua arte em Portugal.

Passados dois séculos, fez-se sentir, no entanto, uma evolução das mentalidades gerada pelo Século das Luzes, que na área da cultura concedeu foros de cidadania às culturas não europeias, tornando-as objecto de curiosidade e de estudo.

Essa mudança de atitudes reflectiu-se também em Portugal onde em 1721 um decreto régio ordenou a protecção de monumentos das épocas passadas, incluindo nessa categoria, além dos edifícios, «Estatuas, Marmores, e Cippos em que estiverem esculpidas algumas figuras, ou tiverem letreiros Fenices, Gregos, Romanos, Goticos, Arabicos, ou Laminas, ou Chapas de qualquer metal, que contiverem os ditos letreiros ou caracteres...»<sup>3</sup>.

Operava-se assim uma viragem histórica, reconhecendo, *de iure*, não só a existência do património islâmico do País como ainda esse mesmo decreto estabelecia a incumbência da sua protecção.

É natural que o estudo de uma área implica a existência de conhecimentos específicos que o consubstanciam e contribuem para lhe imprimir uma determinada dinâmica. Não terá sido por acaso que precisamente Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, bispo de Beja e, mais tarde, arcebispo de Évora, impulsionador de estudos árabes em Portugal<sup>4</sup> tenha sido também o primeiro a empreender o levantamento de monumentos árabes, sobretudo epigráficos<sup>5</sup>, no Alentejo. Reuniu, deste modo, uma importante colecção de antiguidades onde se destacava um significativo núcleo de peças árabes, nomeadamente espécimes de numismática e de epigrafia, patentes num dos primeiros museus em Portugal, denominado Museu Pacense de São Sisenando<sup>6</sup>, inaugurado em 1791.

Na senda do movimento do Romantismo, Alexandre Herculano, inicia em Portugal um novo ciclo de pesquisa da história nacional, destacando pela primeira vez a importância do período islâmico e preconizando simultaneamente a necessidade de complementar o estudo das fontes escritas pelo estudo do património da época pois considera «uma necessidade litterária o desenterrar-se das chronicas, dos diplomas e de toda a especie de monumentos a archeologia portuguesa»<sup>7</sup>.

Em 1877 Estácio da Veiga empreendeu o levantamento arqueológico do País de que resultaram os primeiros estudos nessa área<sup>8</sup> como ainda a recolha de antiguidades que acompanhou as explorações arqueológicas, tendo culminado com a fundação do Museu Archeologico do Algarve em 1880<sup>9</sup>, que abrangeu também um núcleo distinto, designado «Epocha Arabe»<sup>10</sup>. Nele figurou um importante conjunto de peças<sup>11</sup>.

A maior parte desse acervo era constituído por artefactos de cerâmica incluindo ainda alguns artefactos de metal e espécimes numismáticos. Merecem contudo ser destacados elementos raros e possuidores de valor emblemático como elementos arquitectónicos e peças de epigrafia. São eles a pia de fonte E 6456<sup>12</sup> proveniente de Cacela, uma lápide funerária E 6562<sup>13</sup> e uma cornija epigrafada E 6571<sup>14</sup>, ambas provenientes de Mértola e extraídas por ordem de Estácio da Veiga da Torre do Castelo aquando das explorações efectuadas naquela vila em 1877.

Mesmo no panorama actual das colecções portuguesas essas peças detêm o valor de raros símbolos de poder político islâmico conservados e não admira que desde a sua descoberta suscitassem o merecido interesse<sup>15</sup>.

O Museu Archeologico do Algarve foi extinto em 1881, desencadeando-se a disputa pela posse das suas colecções, ganha pelo Museu Ethnografico Português, criado em 1893.



Uma das cláusulas da sua fundação incluía precisamente a anexação das colecções daquele organismo, transferidas para o Museu Ethnográfico Português em 1897 <sup>16</sup>.

O Museu Ethnographico Português herdou não só as colecções de Estácio da Veiga que constituíram o seu núcleo inicial como ainda incluiu no seu programa um núcleo distinto, significativamente denominado a «Epocha Arabica» dedicado ao património desse período.

Leite de Vasconcellos, o fundador e primeiro director do Museu, imprimiu o seu cunho pessoal decorrente da personalidade multifacetada de etnólogo, arqueólogo, antropólogo e linguista no programa que concebeu para o Museu, perspectivando-o como um museu do homem português. Nos anos 1893-1929, em que regeu os destinos do Museu, a colecção islâmica conheceu um incremento notável que se deveu substancialmente ao interesse inequívoco do seu fundador.



Fig. 1 - Arranjo museográfico de uma parte da colecção árabe do Museu Ethnográfico Português - exposição permanente.

Nesse período deram entrada todos, exceptuando um, os restantes monumentos epigráficos de interesse primordial para a história da época árabe. Trata-se das lápides funerárias provenientes de Frielas, E 6877 <sup>17</sup>, de Mértola, E 6565 <sup>18</sup>, E 7416 <sup>19</sup>, dos Arcos de Valdevez, E 6569 <sup>20</sup> e ainda de um caso curioso, nomeadamente uma lápide de ensaio E 7417 <sup>21</sup> que tem paralelo num outro artefacto desse tipo existente em tempos no Museu de Faro <sup>22</sup>. Entraram no Museu mais elementos arquitectónicos, como capitéis do tipo califal E 6564, E 6566 <sup>23</sup>, E 6584 <sup>24</sup> e outros capitéis mais tardios, nomeadamente E 6568, E 6570 <sup>25</sup>. Aumentou significativamente o núcleo de cerâmica representativo de tipologias diversas como candis, jarras, panelas, potes, pratos, taças, talhas ou suportes de talha que ostentam diversas técnicas decorativas como o vidrado, esmalte, pintura, corda seca parcial ou estampilhagem. Cresceu também o núcleo de numismática, tendo enriquecido ainda a colecção islâmica em artefactos de metal e de osso.

Os sucessores de Leite de Vasconcellos, embora tivessem procurado manter as linhas gerais traçadas pelo fundador, privilegiaram quase exclusivamente a arqueologia dos períodos da pre-história e da época romana. Por isso, a colecção islâmica não tenha sofrido alterações de relevo porquanto foi aumentada apenas em algumas aquisições e ofertas pontuais,

Deve ser assinalada a oferta de uma lápide epigrafada, proveniente de Serpa, nomeadamente E 8126, oferecida pelo então presidente da Câmara Municipal de Serpa ao Museu em 1949<sup>26</sup>. Esta lápide constitui um tipo muito raro de lápide comemorativa ou de fundação<sup>27</sup>. Infelizmente a erosão operada durante os anos em que esteve no pátio do MNA ao ar livre, destruiu uma grande parte da inscrição, inviabilizando a sua leitura.

Durante várias décadas, concretamente desde 1906, data da sua abertura ao público e até 1980, data da sua remodelação, o actual MNA, foi o único museu em Portugal que continha um núcleo museológico que de uma forma coerente mostrava o património relativo à época de história comum luso-árabe. Além disso, o seu estatuto de um «museu nacional» tornava-o num ponto de referência obrigatório.

Em 1980 foi empreendido um programa de reorganização<sup>28</sup> em função do qual a colecção islâmica ficou adscrita exclusivamente às reservas.

Actualmente esta colecção encontra-se na fase final de inventariação, estando abrangida pela base de dados do programa Matriz. Existe disponível um pequeno desdobrável<sup>29</sup>, estando em curso a elaboração do catálogo crítico.

De acrescentar que nenhum outro museu português da época dispunha de colecções islâmicas de tão grande variedade e riqueza. Outras colecções numericamente muito mais reduzidas, encontravam-se dispersas e mesmo os artefactos expostos não apresentavam nenhuma visão coerente da evolução do período islâmico do País.

Assinalemos, em primeiro lugar, o Museu de Évora, cuja colecção islâmica teve origem nas colecções reunidas pelo já mencionado Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, que após a sua nomeação como arcebispo de Évora para lá transferiu os seus tesouros arqueológicos<sup>30</sup> dos quais se conserva ao certo uma lápide proveniente de Mértola e muito provavelmente uma outra, de extraordinária beleza estética, adornada com um arco polilobado assente sobre colunas.

Actualmente a colecção islâmica do Museu de Évora conta com seis espécimes epigráficos. Destacamos uma importantíssima lápide do ponto de vista histórico pois refere a restauração da cidade de Évora<sup>31</sup>. Existe ainda um conjunto de azulejaria mudéjar como ainda dois capitéis recentemente adquiridos<sup>32</sup>.

Um outro museu regional, também situado na região do Alentejo, nomeadamente o Museu Distrital de Beja, actualmente Museu Rainha D. Leonor, possui uma importante colecção islâmica que agrupa elementos de epigrafia, elementos arquitectónicos, cerâmica, artefactos de metal, espécimes numismáticos<sup>33</sup>, maioritariamente provenientes de Beja. O museu possui ainda o espólio islâmico proveniente das escavações realizadas por Abel Viana no Castro de N.º Sr.ª da Cola<sup>34</sup> que inclui um importante núcleo numismático<sup>35</sup>, muitos artefactos cerâmicos, na maior parte fragmentados, materiais de construção tais como telhas, artefactos de metal (espevitadores, fusos, dedais, etc)<sup>36</sup> como ainda raras peças de joalharia islâmica tais como anéis de prata e cabochões<sup>37</sup>.

Um outro museu de fundação antiga (1898), nomeadamente o Museu Archeológico Infante D. Henrique em Faro, possui interessantes monumentos epigráficos<sup>38</sup> relacionados com a história da região, um rico conjunto de azulejaria mudéjar, e ainda materiais, sobretudo cerâmicos, provenientes das escavações organizadas por Lyster Franco na cidade nos anos 40 e outros mais recentes<sup>39</sup>. Inclui, entre outros, uma das raras lápides comemorativas, considerada também a mais bonita, referente à fundação de uma torre em Silves<sup>40</sup>, datada de 1227.

Nos anos 40 existia aí mais uma lápide, muito provavelmente uma pedra de ensaio<sup>41</sup>, entretanto desaparecida. Na década dos anos sessenta o acervo do museu foi enriquecido com mais uma lápide, esta proveniente de Salir<sup>42</sup>.



O Museu Nacional Machado de Castro em Coimbra é, por sua vez, depositário de alguns interessantes e raros elementos arquitectónicos, nomeadamente um capitel da época califal, bases de colunas e fragmentos de baixos relevos em gesso, da mesma época, provenientes do recinto do castelo de Montemor-o-Velho<sup>43</sup>. Existem ainda alguns espécimes numismáticos<sup>44</sup>. Da época mais tardia o museu possui ainda azulejos mudéjares.

O Museu Arqueológico do Carmo possui algumas das peças da época islâmica encontradas na zona de Lisboa, nomeadamente elementos arquitectónicos, um capitel<sup>45</sup> e uma pedra insculpida, decorada com arabescos<sup>46</sup> e ainda um conjunto de espécimes numismáticos.

O Museu Municipal S. João de Alporão em Santarém tem no seu acervo importantes elementos arquitectónicos, nomeadamente dois capitéis epigrafados, únicos do género em Portugal<sup>47</sup>. A datação dos capitéis, habitualmente atribuídos aos sécs. X/XI, deverá ser revista em função da tipologia e pelo facto de ostentarem inscrições em caracteres *nashhi*. Existem ainda outros capitéis mais pequenos e uma elegante janela mudéjar em forma de um arco polilobado assente em colunas, proveniente do demolido convento de São Domingos.

O actual Museu Municipal Pedro Nunes em Alcácer do Sal (1894) possui uma colecção bastante heterogénea composta por fragmentos de cerâmica incluindo um conjunto de azulejos mudéjar, espécimes numismáticos, peças de epigrafia<sup>48</sup>.

Também o Museu Municipal de Cacém, fundado em 1930, é possuidor de dois fragmentos de lápides epigrafadas provenientes de Ourique<sup>49</sup>, da colecção do seu fundador João da Cruz e Silva.

O Museu Municipal de Serpa possui também um pequeno conjunto de artefactos de origem islâmica, onde se destaca um raro molde em xisto<sup>50</sup>.

Existem ainda outras peças, que embora isoladas, merecem ser mencionadas em função da sua raridade. Trata-se do único exemplar de uma caixa esculpida em marfim<sup>51</sup>, da época califal, pertencente ao tesouro da Sé de Braga e que se insere no conjunto de peças de invulgar beleza ornamental que saíram das oficinas palatinas de Madinat al-Zahrā', dispersas actualmente em diversas colecções.

O Museu de Elvas (1880), possuiu<sup>52</sup> no seu acervo um capitel adquirido pelo fundador e primeiro director do Museu, António Tomás Pires<sup>53</sup>. Tem uma lápide epigrafada inédita.

Entre os museus mais recentes, deve ser destacada ainda uma pequena mas significativa colecção islâmica existente no Museu Regional de Lagos, fundado em 1932 por José Formosinho. Este museu agrupa vestígios arqueológicos do Algarve e, no que diz respeito à época árabe, ela é representada sobretudo por cerâmicas e alguns artefactos de metal<sup>54</sup>.

O Museu Nacional do Azulejo (1980) possui um importante núcleo de azulejos mudéjares para revestimento de paredes e chão. Os exemplares existentes são executados em técnicas diferentes como alicatado, corda seca e aresta (cuenca). Em 1997 foi aí realizado um *workshop* sobre a azulejaria mudéjar<sup>55</sup>.

Não podemos deixar de referir ainda o Museu da Cidade de Lisboa que possui importantes testemunhos epigráficos da época islâmica relacionados com a sua região<sup>56</sup>.

As colecções islâmicas até agora examinadas tiveram a sua origem sobretudo em achados fortuitos ou recolhas pontuais que reverteram a favor de museus em forma de ofertas ou aquisições.

Após 1975 o ambiente em Portugal tornou-se mais receptivo para uma abordagem inovadora de história, largamente devedora da chamada «nova história» que estimulou o



Fig. 2 - Arranjo museográfico de uma parte da colecção árabe - secção de estudo.

interesse pela cultura árabe e por conseguinte pelo período de história comum em moldes se ainda não regulares pelo menos mais consequentes e apoiados em metodologias científicas.

As primeiras escavações orientadas, entre outros, também para os níveis islâmicos decorreram em 1971 no Cerro da Vila (Vilamoura) sob a orientação de Luis de Matos, tendo proporcionado interessante material cerâmico <sup>57</sup>.

Todavia o início de uma nova perspectiva sobre o período islâmico e sobre o seu património relaciona-se directamente com as escavações empreendidas em Mértola, desde 1979, pela equipe chefiada por Cláudio Torres.

Embora o período islâmico não fosse o único contemplado, a importância em termos políticos e estratégicos de Mértola na época árabe, patente no património construído onde ressalta um conjunto de fortaleza, infraestruturas portuárias, antigo núcleo urbano ao lado da única mesquita conservada em solo português, encontrou em seguida plena confirmação em termos de espólio exumado referente precisamente a essa época, o que constituiu um desafio decisivo para relevar essa área de pesquisa.

O trabalho das escavações organizadas em moldes científicos e a subsequente pesquisa desenvolvidos ao longo dos anos permitiu reunir um importante *corpus* de materiais proporcionando deste modo conhecimentos abalizados sobre a cultura material da época islâmica. A definição das camadas estratigráficas viabilizou a datação exacta dos artefactos que constituem paralelos preciosos para peças existentes noutras colecções.

As colecções islâmicas pertencentes ao Campo Arqueológico de Mértola constituem um conjunto heterogéneo e englobam algumas das peças mais significativas, até agora encontradas em Portugal. Assinalamos um notável conjunto de cerâmicas decoradas com a técnica de corda seca, raras peças de joalharia <sup>58</sup> e outros artefactos em metal.

A divulgação desse espólio é essencialmente feita através de uma pequena mostra patente no Núcleo Islâmico, inicialmente (1982) instalado nas salas da igreja de São Tiago, tendo passado em 1994 para dependências da Sede do Campo Arqueológico de Mértola.

Actualmente está em curso a adaptação dos antigos celeiros da Casa de Bragança em Mértola para a sede do futuro Núcleo Islâmico do Museu de Mértola, concebido como a peça central de todo o programa de musealização da vila.

Por sua vez, Silves, a *Shilb* de outrora, o mais brilhante centro cultural do *Gharb al-Andalus* protagonizou um outro importante projecto onde a partir de 1984 se iniciaram campanhas de escavação regulares no recinto da alcáçova, coordenadas por Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes. Revelaram a existência das estruturas, datáveis desde o séc. VIII até ao séc. XIII, e do espólio das épocas correspondentes constituído por artefactos de cerâmica, que foram entretanto objecto de um estudo parcelar bastante abrangente <sup>59</sup>, tendo sido exumados também artefactos de metal, de vidro e de osso <sup>60</sup>.

A feliz coincidência da descoberta de um poço-cisterna da época almoada num dos edifícios, propriedade da Câmara, levou à instalação das colecções precisamente nesse edifício <sup>61</sup> que foi submetido a um inovador projecto arquitectónico o que permitiu, por um lado, incluir esse elemento do património construído no piso da galeria destinada a receber colecções islâmicas, como por outro lado, através da demolição de uma das paredes do edifício contígua ao pano da muralha da mesma época e agora substituída pela vidraça, criar um verdadeiro cenário onde vieram a ser expostos os artefactos da época islâmica.

Esses dois projectos na área de arqueologia islâmica, desenvolvidos independentemente, primeiro em Mértola e mais tarde em Silves, foram responsáveis pelo surgimento



Fig. 3 - Campo Arqueológico de Mértola - núcleo de talhas.



Fig. 4 - Museu Municipal de Arqueologia de Silves - vista parcial.



das colecções islâmicas de importância capital para o estudo do período islâmico em Portugal. A visibilidade dessa época proporcionada pela arqueologia, ao alcance do público em geral a quem as fontes árabes continuam inacessíveis, convida a uma reflexão acerca desse período afinal de história comum que a historiografia oficial, até há pouco, apresentava em geral de uma forma distorcida e desfavorável.

O interesse que esses resultados despertaram contribuíram para que outros investigadores, embora de forma pontual, se debruçassem também sobre essa problemática.

Nesse contexto situam-se as escavações empreendidas em Moura de que resultou um pequeno mas importante espólio. Pela raridade dos seus elementos, assinalemos fragmentos de uma arqueta em marfim e um adorno em osso, conhecido como *khamisa* ou "mão de Fátima"<sup>62</sup>, actualmente em exposição no Museu Municipal de Moura e ainda a musealização de uma casa na mouraria onde existe *in loco* um poço mudéjar<sup>63</sup>.

No Alentejo e no Algarve, que durante mais tempo estiveram expostos à influência islâmica directa e onde abundam os vestígios dessa época, foram realizadas escavações, por exemplo, em Alcaria Longa<sup>64</sup>, Palmela<sup>65</sup>, Juromenha<sup>66</sup>, Mesas do Castelinho (Almodôvar)<sup>67</sup>, Alcoutim<sup>68</sup>, Salir<sup>69</sup> proporcionando uma visão mais alargada da presença árabe no país.

Em Loulé foi criado recentemente o Museu Municipal de Loulé, instalado na antiga Alcaldaria, inaugurado em 1995<sup>70</sup>, que inclui um núcleo dedicado ao período árabe.

Recentemente surgiu mais um factor, decisivo para o rápido crescimento dos materiais da época islâmica proporcionado pelas intervenções em áreas urbanas em função dos projectos urbanísticos em curso ou situações de emergência, particularmente em Lisboa.

Deste modo o Gabinete Técnico do Teatro Romano em Lisboa tornou-se depositário de um riquíssimo conjunto dos materiais islâmicos<sup>71</sup> provenientes das escavações organizadas pela Câmara Municipal de Lisboa. Outro núcleo dos materiais islâmicos existe no depósito do IPPAR<sup>72</sup>, que além da cerâmica variada inclui peças de joalharia e espécimes numismáticos.

No mesmo contexto da arqueologia urbana nasceu um pequeno núcleo museológico do Banco Comercial Português que expõe também materiais islâmicos<sup>73</sup>.

A mais recente intervenção arqueológica na zona do castelo de São Jorge em Lisboa revelou um volume significativo dos achados islâmicos ao ponto de ser encarada a sua eventual musealização<sup>74</sup>.

Nas circunstâncias análogas da intervenção urbana, muito recentemente em Tavira, foi descoberto um vaso de cerâmica com elementos antropomorfos, extraordinário mesmo no contexto de todo al-Andalus<sup>75</sup>, patente nesta exposição.

O desenvolvimento de escavações traduzido pelo volume dos materiais islâmicos que proporcionou, originou uma mudança radical na distribuição das colecções museológicas islâmicas, tendo-se tornado os museus municipais principais detentores desse património. Existem ainda, já assinalados, numerosos materiais em depósitos seja das câmaras seja das universidades.

Esta breve apresentação das colecções árabe-islâmicas de Portugal, em crescimento constante nos últimos anos, reflecte fielmente a trajectória do património islâmico de Portugal através das suas fases diferentes, resultado das vicissitudes do próprio processo histórico e da evolução das mentalidades.

A iniciativa conjunta do Museu Nacional de Arqueologia, decorrente do seu programa de actividades traçado há longos anos<sup>76</sup> e do Campo Arqueológico de Mértola, beneficiando da colaboração e apoio de todas as entidades envolvidas, corresponde a um notável progresso traduzindo uma nova fase, isto é da divulgação e da sua valorização em sin-

cronia com o contributo que a civilização árabe-islâmica teve na definição das características sócio-culturais de Portugal.

Neste contexto merece ainda ser recordado que a valorização do património árabe-islâmico de Portugal não deve ser visto apenas numa perspectiva meramente histórica que se prende com uma parcela da memória colectiva, naturalmente um valor precioso a preservar, mas também tomando em conta a situação actual em que uma parcela da sociedade é constituída por Muçulmanos, cidadãos portugueses, que embora de origens étnicas diferentes das dos Muçulmanos de Portugal de outrora, partilham os mesmos valores de cultura e anseiam legitimamente pela plena participação na vida cultural do país.

Por essa mesma razão, a importância desta primeira mostra abrangente do património islâmico de Portugal deverá ser considerada num âmbito ainda mais vasto, isto é, da Europa comunitária que representa actualmente um universo de culturas e identidades mais diversas. As instâncias oficiais como o Conselho da Europa, a UNESCO ou ainda organismos não-governamentais têm procurado pôr em relevo essa situação através da multiplicidade de iniciativas no campo da cultura e das artes devolvendo, por assim dizer, o devido lugar de cidadania às culturas das minorias étnicas e religiosas, promovendo conscientemente a educação dos Direitos do Homem, em todas as suas vertentes, incluindo a cultural, correspondendo assim ao desafio que a sociedade moderna coloca à instituição museu<sup>77</sup>, solicitando a sua participação e mesmo intervenção a nível educacional e social de modo a possibilitar a construção de uma sociedade em que situações de exclusão baseadas no critério de cultura, raça ou religião possam ser erradicadas, desempenhando efectivamente a cultura um papel primordial nesse complexo e demorado processo.

<sup>1</sup> A designação árabe "al-mudaljadjanun" referente aos (Muçulmanos) que permaneceram, que se estabeleceram (depois da conquista cristã) em territórios cristãos, deu origem ao termo português "mudejar", com o mesmo significado.

Note-se que este mesmo vocábulo na terminologia relativa às manifestações artísticas produzidas pelas populações mudjares é muito mais tardia. Pela primeira vez foi utilizado neste sentido por José Amador de los Rios no seu "Discurso de Ingresso en la Real Academia de San Fernando" em 1859.

<sup>2</sup> Trata-se da legislação específica concedida aos Muzarras foros cristã nos forais régios e que constitui um decalque da legislação que o estado islâmico aplicava aos "alhammi" ou protegidos, extensiva aos representantes das religiões reveladas. Veja: KEMNITZ, 1996: 161-174.

<sup>3</sup> ALMEIDA, 1965: 104.

<sup>4</sup> KEMNITZ, 1967: 25.

<sup>5</sup> *Album de Antiguidades*, ms. Biblioteca Pública de Évora, Códex CXXIX / 1-14.

<sup>6</sup> VALLE, 1791; MARCADÉ, 1978: 245-246.

<sup>7</sup> HERCULANO, 1842: 43; idem, 1895: 144.

<sup>8</sup> VEIGA, S. Ph. M. *Estácio da Carta Archeologica do Algarve*, 1878; idem, *Memória das Antiguidades de Mértola observadas em 1877 e relatada por Lisboa*, Imprensa Nacional, 1880; Lisboa, Casa da Moeda, Câmara Municipal de Mértola, 1983 (ed. facsimil); *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, vol. I, 1887, vol. II, 1889, vol. III, 1891, vol. IV. O volume V incompleto, organizado por Leite de Vasconcellos, foi publicado no *O Archeologo Português*, 1904, vol. IX, pp. 209-210; 1905, vol. X, pp. 6-14 e 107-116; 1910, vol. XV, pp. 209-233. Estas obras constituem ainda hoje referências importantes.

<sup>9</sup> PEREIRA, 1981: 85.

<sup>10</sup> idem, *ibidem*, p. 85.

<sup>11</sup> *Inventário dos Monumentos do Museu Archeologico do Algarve em 1882*, pertencentes às Coleções do Estado. Ms. Arquivo do MNA; *Inventário do Museu Archeologico do Algarve fundado em 1880 na Academia Real de Bellas Artes de Lisboa por Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga*, ordenado pelo Governo em 26 de Setembro de 1885. Ms. Arquivo do MNA. Este último inventário foi redigido na altura quando Estácio da Veiga lutava pela transferência das colecções para o Instituto Archeologico do Algarve fundado por ele em Faro em 1882 com o intuito de abrir aí o museu. Veja PEREIRA, 1981: 115-117.

<sup>12</sup> *Inventário datado de 26 de Setembro de 1885*, Ms. MNA; *Catálogo Ilustrado da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola*, 1882, p. 1, n.º 4; Livro de Entrada MNA E 6456; VASCONCELLOS, 1913: 36, 197; NYKL, 1942: 27, n.º 6; idem, 1946: 173. Enquanto no trabalho de 1942 Nykl dá esta pia como proveniente de Cacela (!), reproduzindo a gralha que ocorre na nota manuscrita de Leite de Vasconcellos no Livro de Entradas, no texto de 1946 atribui-lhe a proveniência de Sines. Contudo a informação contida no Inventário de 1885 não deixa dúvidas: "Pia de marmore branco com inscripção cufica na orla concedida pela Junta de Parochia, Cacella." Veja ainda VASCONCELLOS, 1958 (e reed. 1982): 317, Fig. 69; NACHADO, 1965: 284; LABAKTA / BARCELÓ, 1987: 404, n.º 10 (repete a gralha "Cacela"); BORGES,



- 1991: 95. Figura recentemente em duas exposições: Colombo '92 em Génova, 1992 e Lisboa, 1994. Veja *Aventura*, 1992, p. 36-38, n.º Cat. 3. A tradução da inscrição árabe que figura neste catálogo não se refere à pia mas reproduz a tradução de Nykl referente a uma lápide funerária proveniente de Mérida, nomeadamente E 6566 (col. MNA; Lisboa, 1994:236, n.º Cat. 291).
- 10 RIOS, 1878:333; VEIGA, 1889:35, n.º 83 e 158-160, Est.24; Inventário, 1885; Livro de Entradas MNA E 6562; LABARTA/ BARCELÓ, 1987: 409-410, n.º 2; Catalogue Européen '91, pp.216-217, n.º Cat. 110; BORGES, 1991: 97-99.
- 11 VEIGA, 1889:34-35, n.º 82 e 154-156, Est. 23; RIOS, 1881.
- 12 A pia de Caxela figurou na célebre Exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola, organizada em 1881 em Lisboa. veja: *Catálogo Ilustrado...*, 1882, p.1, n.º 4.
- 13 FERREIRA, 1981:125.
- 14 LOPES, 1886:207; idem, 1965: 135 e 145-146; NYKL, 1942: 23-24; idem, 1946:173, n.º 2 e 174; VASCONCELLOS, 1958: 315, Fig. 59; MACHADO, 1965, Fig.111; LABARTA/ BARCELÓ, 1987: 408, n.º 19; BORGES, 1991: 95. Além disso esta lápide figurou em seguintes exposições: XVII Exposição, 1983; Exposição de Sevilha, 1992; Lisboa, 1994; Memórias, 1997.
- 15 OAP, 1895, p.221; LOPES, 1896:206; idem, 1965: 135 e 143-145; NYKL, 1942:25-26, n.º 3; idem, 1946: 174; VASCONCELLOS, 1906: 244; LABARTA/ BARCELÓ, 1987: 411, n.º 26; BORGES, 1991: 97.
- 16 Livro de Entradas MNA E 7416; NYKL, 1942: 26-27; idem, 1946: 174; LABARTA/ BARCELÓ, 1987: 411, n.º 25; BORGES, 1991: 17 e 102.
- 17 ALVES, 1909: 55-56; NYKL, 1942: 24-25, n.º 2; idem, 1946: 173-174; LABARTA/ BARCELÓ, 1987:400, n.º 3; BORGES, 1991: 97.
- 18 NYKL, 1942: 31; idem, 1946:176; LABARTA/ BARCELÓ, 1987: 409, n.º 21.
- 19 NYKL, 1940: 407-408, Fig. 10; idem, 1946: 183. Não levantamento efectuado recentemente e dada como desaparecida. Veja: LABARTA/ BARCELÓ, 1987: 417, n.º 39.
- 20 Os capiteis marcados E 6564 e E 6566 encontram-se ambos em depósito no Museu Municipal de Arqueologia de Silves, integrando a sua exposição permanente. Auto de saída datado de 7 de Agosto de 1990. Os respectivos números no Livro de Entradas MNA correspondem a outras peças. Foram publicados: *História de Portugal*, 1928, vol.I, p. 415; LACERDA, 1942: 171 e 173; MACHADO, 1965: 284, Fig. 110.
- 21 Livro de Entradas MNA E 6584; *História de Portugal*, 1928, vol. I, p. 415; LACERDA, 1942: 172, Fig. 108; MACHADO, 1965: 284, Fig. 110.
- 22 Os números de entrada registados no Livro de Entradas MNA não correspondem à marcação dos respectivos capiteis E 6568 e E 6570. Apresentam semelhanças tipológicas e estéticas com capiteis da colecção do Museu Municipal São João de Algorim de Santarém. Reproduzidos na *História de Portugal*, 1928, vol. I, p.427 e com outros esboços no Palácio da Vila de Simão.
- 23 Cartas dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Serpa, n.ºs 5769 e 5785. Arquivo do MNA; Livro de Entradas MNA E 8126; VIANA, 1960: 14 e 22-23; MACHADO, 1965: 100; LABARTA/ BARCELÓ, 1987: 416, n.º 37; BORGES, 1991: 96-97.
- 24 A raridade desses testemunhos não deve causar estranheza uma vez que os vestígios de presença política do Islão foram o primeiro alvo de destruição. Em Portugal conhece-se apenas mais três monumentos desse género. A mais antiga de Évora, no Museu de Évora, referente à segunda fundação da cidade; outra referente à construção de um minarete em Moura, conservado na muralha do castelo, e ainda uma lápide da última fase da presença árabe em Portugal, nomeadamente alusiva à fundação de uma torre em Silves, actualmente no Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique em Faro.
- 25 Os critérios que presidiram a esta decisão resumem-se a "um incontornável compromisso entre as características arquitectónicas e a dimensão do espaço físico disponível e a vastidão, variedade, representatividade e estado de conservação das colecções susceptíveis de nele figurarem". Veja: ALVES, 1909: 10. O autor elucida os critérios que presidiram nesse processo de que resultou uma drástica redução do escopo da exposição permanente.
- 26 *Colecção Islâmica do MNA*, texto policopiado, s/d. Editado em 1997.
- 27 Esta colecção foi pilhada das peças mais valiosas durante as invasões napoleónicas. SIMÕES, 1869; BARATA, 1960.
- 28 Esta lápide ostenta duas inscrições, a inicial referente à restauração da cidade em 915, tendo sido mais tarde reutilizada para ser gravada no seu anverso uma inscrição comemorativa. Veja: SHARAF, 1985: 191-197; BORGES, 1991: 99.
- 29 Agradecemos esta informação ao Exm. Sr. Dr. Arthur Goulart de Melo, Director do Museu de Évora.
- 30 VIANA, 1961: 1962: 132-137.
- 31 Na época árabe esse local foi uma importante fortaleza, conhecida pelo nome de Masdijq (Marrachique).
- 32 VIANA, 1960: 153-154, Est. XXVI.
- 33 VIANA, 1960: 146, 152, 157, 161, Est. XV, XXIV, XXX, XXXI, XXXII, XLII; BELTRAN, 1964: 137-138, n.ºs 23-24.
- 34 VIANA, 1960: 162, Est. XLIII.
- 35 LABARTA/ BARCELÓ, 1987: 404, n.º 11 e 416-418, n.ºs 38 e 40.
- 36 *Informação Arqueológica*, p. 135-136.
- 37 BOTTO, 1899, 2 vols.; NYKL, 1940:403-406; idem, 1946:181-182; ROSA, 1981: 114-116; LABARTA/ BARCELÓ, 1987: 416-417, n.º 38.
- 38 NYKL, 1940: 407-408, Fig.10; idem, 1946: 183, Fig. 20; LABARTA/ BARCELÓ, 1987: 417, n.º 39.
- 39 Esta lápide foi oferecida ao museu por António Teixeira Dias Quintino que a encontrou na sua propriedade em Salir. ROSA e VELHO, 1968; VELHO, 1970: 63-64; ROSA, 1981:116; BORGES, 1991: 97; BARCELÓ/ LABARTA, 1994:237-239 (Nesta publicação, de 1994, as autoras ignoram todos os trabalhos adiante citados).
- 40 CORREIA, 1941:14. Essas peças figuraram também na Exposição de Arte Ornamental Portuguesa, 1882, p. 1, n.º 3, como ainda na *Europália 91*, p. 221, n.º 119.
- 41 MARINHO, 1971:249-255.
- 42 NYKL, 1941: 7-8, Pl. 2.
- 43 ALMEIDA, 1993: 83. Foi reutilizada como pedra de laje.
- 44 BRANDÃO, 1883: 611e 620. O autor refere as circunstâncias do achado e apresenta o desenho das peças e das inscrições, juntando a tradução feita pelo arabista espanhol Precual Gayangos; NYKL, 1941: 7, Pl. 1 (decalque em gesso); idem 1946:169; CAMPOS, 1965: 110-111, Figs. 133-134; LABARTA/ BARCELÓ, 1987: 415-416, n.ºs 35 e 36. Um dos capiteis esgrafiados figurou na *Europália 91*, p. 221, n.º Cat.120.

- <sup>49</sup> Trata-se de duas lâpidas fúnebras datadas da segunda metade do séc. XI, provenientes do almocivar situado no sítio do castelo. Veja: BARCELÓ/ LABARTA, 1987a: 239-243. A uma delas refere-se Leite de Vasconcellos aquando sua deslocação à vila em 1894. "Excursão Arqueológica a Alcácer do Sal", OAP, 1895, vol. I, p.86. A outra terá entrado no museu no início do século.
- <sup>50</sup> LABARTA BARCELÓ, 1987b:481-484; PINHEIRO, 1997: 211-212 e 305.
- <sup>51</sup> SOARES, 1993: 219-220. Além deste exemplar, conhece-se mais duas peças congêneres, normalmente um no Museu Rainha D. Leonor em Beja e o outro no MNA.  
Veja: MARINHO, 1970: 286, 287 e Est. II; Cartas de Pedro Mascarenhas Judice dirigidas a Leite de Vasconcellos, de 3 de Maio de 1920 e de 17 de Maio de 1920, respectivamente. Legado epistolar Leite de Vasconcellos, MNA.
- <sup>52</sup> RIOS, 1883: 281-282; LOPES, 1895: 273; idem, 1896: 204; FERRANDIS, 1935:81-82. Pls. 37-38; NYKL, 1946: 167, Figs. 2-5. Foi exposta na Exposição de Arte Ornamental Portuguesa, 1882, p. 23, n.º Cat. 181 como ainda na XVII Exposição, 1963, p. 163.
- <sup>53</sup> Durante a deslocação a Elvas durante o verão de 1997 fomos informados que não era possível ver o capitel árabe do museu porque este simplesmente ... desapareceu !!! Figurou na Europália, 1991, p. 221, n.º Cat. 118.
- <sup>54</sup> Postal dirigido a Leite de Vasconcellos, datado de 16 de Julho de 1904, em que comunica a entrada do capitel no acervo do museu. Legado Epistolar Leite de Vasconcellos, MNA.  
Agradecemos esta informação à Esm.ª Sr.ª, Dr.ª Margarida Coutinho Gouveia, que na altura estava a desenvolver no MNA um trabalho de tratamento informático do legado epistolar de Leite de Vasconcellos, instrumento imprescindível para o conhecimento da história do museu e das suas colecções. Veja ainda GAMA, 1964:249; ALMEIDA, 1993: 79.
- <sup>55</sup> A destacar uma chave de ferro, uma bainha de punhal e um raro candil em metal, este último oferecido por Pedro Mascarenhas Judice, também benemerito do MNA. Veja: VIANA, FORMOSINHO, FERREIRA, 1953: 127,132.
- <sup>56</sup> NAIR, 1997. Na altura foi produzido um desdóbrável.
- <sup>57</sup> NOTTA, 1967: 81-87, n.º 114-115; LISBOA, 1994:239, n.º Cat. 360; SARAIVA, 1989: 94.  
Existe ainda um cipo romano, reutilizado na época árabe que conserva uma extensa inscrição em caracteres cúficos. É inédito. Agradecemos esta última informação ao Esm.ª Sr. Dr. Artur B. Goulart de Melo.
- <sup>58</sup> NAYOS, 1971: 201-214; idem, 1983:375-390; idem, 1991: 429-456. Uma parte desses materiais está exposta no local, os restantes encontram-se no Museu Municipal de Loulé.
- <sup>59</sup> Trata-se de anéis e brincos em ouro e prata. TORRES e SILVA, 1989: 52-53.
- <sup>60</sup> GOMES, 1988.
- <sup>61</sup> idem, ibidem:77-81.
- <sup>62</sup> O Museu Municipal de Arqueologia de Silves foi oficialmente inaugurado em 3 de Setembro de 1990.
- <sup>63</sup> MACIAS, 1993: 137.
- <sup>64</sup> idem, ibidem: 145, Fig. 33.
- <sup>65</sup> BOONE, 1992:51-64.
- <sup>66</sup> Arqueologia, 1993, p. 41-55.
- <sup>67</sup> CORREIA e PICARD, 1992: 71-89.
- <sup>68</sup> GUERRA e FABIÃO, 1993: 85-102.
- <sup>69</sup> Escavações dirigidas por Helena Catarino, parte desses materiais figura na presente exposição, estando prevista a sua incorporação no MNA, segundo informação do Director daquele organismo. Veja ainda CATARINO, 1994: 113-114.
- <sup>70</sup> CATARINO, 1992:9-51; idem, 1993: 17-31.
- <sup>71</sup> SEIRA, 1995: 161-163. Este Museu possui um pequeno catálogo de cerâmica islâmica: CATARINO, s/d.
- <sup>72</sup> CEREJO, 1998. Refere, entre outros, o achado de uma pia de fonte. Algumas dessas peças figuraram na exposição Lisboa Subterrânea, mas não existe nenhum estudo sistemático desses materiais. Veja: Lisboa, 1994: 236, n.ºs Cat. 291, 292, 293.
- <sup>73</sup> Também algumas peças desse conjunto figuraram na exposição de Lisboa Subterrânea. Veja o catálogo acima citado, pp.236-239, n.ºs Cat. 294-302.
- <sup>74</sup> Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios, 1995, p. 37-39.
- <sup>75</sup> "Castelo de São Jorge", 1997, p.14. O título, infelizmente, reflecte muito da opinião pública corrente...
- <sup>76</sup> Achado realizado por Maria Maia e Manuel Maia aquando das escavações de emergência em Tavira, Expresso, 7 de Setembro de 1996, p. 9.
- <sup>77</sup> AFFONSO, 1996: 7.
- <sup>78</sup> KEMNITZ, 1993; idem 1995; idem 1997 (textos policopiados).

## Bibliografia

- AFFONSO, Simionetta Luz (1996) - Introdução. In *De Elízios e Viriato. O Primeiro Milénio A.C.* Catálogo. Lisboa: MNA.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1993) - *História da arte em Portugal*. 3.ª ed. Lisboa: Alá, vol. II.
- ALMEIDA, Fernando de (1965) - Alguns documentos para a história de arqueologia em Portugal. *Coimbra*. Coimbra, vol. IV.
- ALVES, Francisco J. S. (1989) - Introdução. In *Portugal dos origens à Época Romana*. Lisboa: MNAE.
- AMADOR DE LOS RIOS, R. (1878) - Lápidas árabes del Museo Provincial de Córdoba. *Museo Español de Antigüedades*. Madrid. IX.
- AMADOR DE LOS RIOS, R. (1883) - Memoria Acenza de Algunas Inscripciones Árabes de España y Portugal. Madrid.
- ARQUEOLOGIA em Palmela 1988-92. Catálogo. Palmela: Câmara Municipal, 1993.
- ARQUEOLOGIA Medieval (1992-1996). Porto, 1-4.



- ALX COMPENS do Mogeri-Age (1991). Gant: Fondation Européenne Internationale. Catalogue.
- UNIVERSIDADE de Sevilha por Aventura e Futuro, 1992. Ed. bilingue italiano-ingles. Lisboa: CNCDF. Catalogo.
- BARATA, António Francisco (1903) - *Catálogo do Museu Arqueológico da Cidade de Évora annexo de sua Bibliotheca*. Lisboa.
- BARCELÓ, C.; LABARTA, A. (1987) - Dos Inscripciones Árabes Halladas en Alcaicer do Sal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, VIII, p. 239-243.
- BARCELÓ, C.; LABARTA, A. (1994) - Epitafio Árabe del Museo de Faro (Portugal). *Al-Qantara*. Madrid, p.237-239
- BELTRAN, A. (1964) - Un plomo árabe de Nossa Senhora da Cola (Portugal) hallado por Abel Viana. *Caesaraugusta*. Zaragoza, 23-24, p. 137-138.
- BOONE, J. L. (1992) - The First Two Seasons of Excavations at Alcázar Longa: a Califal-Taftal Period Rural Settlement in the Lower Alentejo of Portugal. *Arqueologia Medieval*. Porto, 1, p.51-64.
- BORGES, Artur Goulart de Melo (1991) - Panorâmica da epigrafia árabe em Portugal. In *O legado cultural de judeus e mouros*. Lisboa: Instituto Oriental. p. 91-102. (Estudos Orientais; 2).
- BOTTO, Mons. Ginego (1999) - Glosario critico dos principais monumentos do Museu Arqueológico Infante D. Henrique. Faro, 2 vols.
- BRANDÃO, Zelenio (1883) - *Movimentos e Avdas de Sanitarim*. Lisboa.
- CAMPOS, J. A. Correia de (1965) - *Arqueologia árabe em Portugal*. Lisboa: ed. do autor.
- CAMPOS, J. A. Correia de (1971) - *Monumentos da Antiguidade árabe em Portugal*. Lisboa: ed. do autor. 2 vols.
- CASTELO de São Jorge - Parque de estacionamento ameaça ruínas árabes. *Jornal O Expresso*. Lisboa, 25 de Outubro de 1997.
- CATALOGO *Illustrado da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola* (1882). Lisboa: Imprensa Nacional.
- CATARINO, Helena (1992) - *Cerâmicas Islâmicas do Castelo de Salir*. Loulé: Museu Municipal de Arqueologia. Catalogo.
- CATARINO, Helena (1993) - Objectos de osso e de metal recolhidos nas escavações do Castelo de Salir (Loulé). *Al-Úlga*. Loulé, 2, p. 17-31.
- CATARINO, Helena (1992) - A fortificação muçulmana de Salir (Loulé). Primeiros Resultados. *Arqueológicos. Al-Úlga*. Loulé, 1, p.9-51.
- CATARINO, Helena (1994) - Alcoutim - Castelo Velho. *Informação Arqueológica*. Lisboa, 9, p. 113-114.
- CEREDO, José António (1990) - Encontrados vestígios árabes na moitaria. *Jornal O Público*. Lisboa, 18 de Agosto.
- CORREIA, F., Branco; PICARD, Ch. (1992) - Intervenção arqueológica no castelo de Juromenha. *Arqueologia Medieval*. Porto, 1, p.71-89.
- CORREIA, Virgílio (1941) - *Museu Nacional Machado de Castro. Secções de Arte e Arqueologia. Catálogo-Guia*. Coimbra: MNMC.
- XIII EXPOSIÇÃO de Arte, Ciência e Cultura: *Mãe de Deus*. Lisboa, 1983. *Os Descobrimientos Portugueses e a Europa do Renascimento. A Voz da Terra Arsiando pelo Mar*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1983. Catalogo.
- EXPOSIÇÃO Universal de Sevilha, 1992. Lisboa: CNCDF.
- FERRANDES, J. (1935) - *Murallas Árabes de Occidente*. Madrid, vol. I.
- GAMA, E., prefácio e notas (1964) - *Cartas de Leite de Vasconcellos a António Tomás Pires*. Lisboa: Faculdade de Letras.
- GOMES, Rosa Varela (1988) - Cerâmicas muçulmanas do castelo de Selvas. *Xeô*. Selvas, 1.
- GUERRA, A.; FABIÃO, C. (1993) - Uma Fortificação Omíada em Mesas de Castelinho (Almodôvar). *Arqueologia Medieval*, II, p. 85-102.
- HERCULANO, Alexandre (1856) - Opúsculos, 1842, vol. V, p. 43. Citado no *O Arqueólogo Português*. Lisboa, vol. I.
- HISTÓRIA de Portugal (1928). Barcelos: Portucalense Editora, vol. I.
- KEMNITZ, Eva-Maria von (1987) - *Estudo árabe em Portugal*. Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.
- KEMNITZ, Eva-Maria von (1995) - Islamic Heritage of Portugal - A Case Study. In *Cultural Diversity: Roles and Responsibility*. Berlin, Maio de 1995. Seminário. Texto policopiado.
- KEMNITZ, Eva-Maria von (1996) - A construção de uma nova sociedade - o caso específico da minoria muçulmana. *Revista de Guimarães*. Guimarães, 106, p. 161- 174; (1997) in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães Sociedade, Administração, Cultura e Igreja em Portugal no séc. XII*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, p. 80-91.
- KEMNITZ, Eva-Maria von (1997) - The Specificity of Portugal in the Context of Intercultural Dialogue. In *Civil Forum European*, La Valette, Abril de 1997. Texto policopiado.
- KEMNITZ, Eva-Maria von (1993) - *The Challenge to Museums and other Non-Governmental Bodies in Implementing New Strategies for the Full Enjoyment of Cultural Rights*. Comunicação apresentada no âmbito do Seminário Human Rights and Cultural Policies in a Changing Europe: The Right to Participate in Cultural Life, Helsinki, Maio de 1993.
- LABARTA, A.; BARCELÓ, C. (1987a) - Inscripciones árabes portuguesas: Situación actual. *Al-Qantara*. Madrid, VIII, p. 395-420.
- LABARTA, A.; BARCELÓ, C. (1987b) - Lápidas árabes en el Museo de Santiago de Cacém (Portugal). *Al-Qantara*. Madrid, VIII, p.481-484.

- LACERDA, Aires de (1942) - *História de Arte em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, vol. I.
- LISBOA Subterrâneo. Lisboa, 1994. Lisboa: Lisboa 94; Milão: Electa. Catálogo.
- LOPES, David (1895) - A inscrição árabe do cobre da Sé de Braga. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, vol. I.
- LOPES, David (1896) - Inscrição de Frietas (arrabalde de Lisboa). *O Arqueólogo Português*. Lisboa, II.
- LOPES, D. (1968) - *Algumas Cossiguemeses*. Lisboa: C. M. L. (Publicações culturais da C. M. L.)
- MACHADO, João-Luis Saraiva (1965) - *Subsolo para a História do Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Museu Etnológico.
- MACIÁS, Santiago (1993) - Moara na Bacia Idóe Média: Elementos para um estudo Histórico e Arqueológico. *Arqueologia Medieval*. Porto, II.
- MARCADE, J. (1978) - *Foi Manual do Censulo Vilas Boas, Época de Beja, Archaologie d'Evora (1770-1814)*. Paris: Centro Cultural Português.
- MARINHO, José Rodrigues (1971) - As Moedas Hispano-Muçulmanas no Museu Machado de Castro, em Coimbra. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, V, p.249-255.
- MARINHO, José Rodrigues (1970) - Moedas de cobre da Época Muçulmana encontradas em Beja. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, IV.
- MATOS, José Luis de (1991) - Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila. In *Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Lisboa, 1987. Mértola: CAM, p.429-436.
- MATOS, José Luis de (1983) - Malgas árabes do Cerro da Vila. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, I, p.375-398.
- MATOS, José Luis de (1973) - Cerro da Vila - Excavações em 1971. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, V, p. 201-214.
- MEGÓRIAS *Arabe Islâmicas*, Museu da Cidade, Lisboa, 1997. Exposição itinerante.
- MOITA, Iriaúla (1967) - Lápide funerária proveniente dum almocavim de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa. 114-115, p. 81-87.
- NAIR, Alesandra - O Coração do Alentejo. *Jornal de Letras*. Lisboa, 18 de Junho de 1997. Na altura foi produzido um desdobrável.
- NYEL, Alois R. (1940) - Algumas inscrições árabes de Portugal. *Al-Andalus*. Granada, V, p. 399-411.
- NYEL, Alois R. (1941) - Inscrições árabes existentes no Museu Arqueológico do Carmo. *Trabalhos da Associação de Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, V, p. 7-8.
- NYEL, Alois R. (1942) - As inscrições árabes no Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos. *Ethnos*. Lisboa, II, p. 21-31.
- NYEL, Alois R. (1946) - Arabic Inscriptions in Portugal. *Les Islamiques*. Washington, XI, p. 167-180.
- NÚCLEO ARQUEOLÓGICO do Rua dos Corriteiros. Catálogo 1995. Lisboa: Fundação BCP.
- PEREIRA, F. Alves (1909) - Pedra arábica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, XIV, p. 55-56.
- PEREIRA, Maria Luísa Estácio da Veiga Alentejo dos Santos Silva (1981) - *O Museu Arqueológico do Algarve (1880-1881)*. *Subsolo para o estudo da museologia em Portugal no séc. XIX*. Faro. Separata dos Anais do Município de Faro.
- PINHEIRO, Nuno Santos (1997) - *O islamismo e o arco ultrapasado na Península Ibérica*. Lisboa: Hagin Editores.
- POLÍCIA Judiciária. Informação Arqueológica. Lisboa, 9 (1994).
- ROSA, José António Pinheiro e (1981) - Inscrições antigas e modernas da cidade de Faro. *Anais do Município de Faro*. Faro, XI.
- ROSA, José António Pinheiro e; VELHO, Martin (1968) - *Lápides árabes do Museu Arqueológico do Infante D. Henrique*. Faro: Câmara Municipal de Faro. Edição Especial por ocasião do IV Congresso da União Europeia de Estudos Árabes e Islâmicos.
- SARAVÁ, José Hermans (1989) - *Temas de História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. I.
- SERRA, Manuel Pedro (1995) - Museu Municipal de Arqueologia de Loulé. *Al-Andalus*. Loulé, 4.
- SIDARUS, Adel (1985) - A nova fundação de Évora do Principio do Séc. X. In *Congresso sobre o Alentejo*. Évora, vol. I.
- SIMÕES, Augusto Filipe (1869) - *Relatório á cerca da renovação do Museu Conaculo dirigido ao Excmo Sr. Visconde de Espinosa*. Évora: Typographia da Filha do Sul.
- SOARES, António M. MONGE (1993) - Um molde islâmico encontrado em Pias (Serpa). *Arqueologia Medieval*. Porto, II.
- TORRES, C.; SILVA, L. ALVES da (1989) - Mértola. *Vila Museu*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- TORRES, Cláudio (1987) - *Cerâmica Islâmica Portuguesa*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. Catálogo.
- VALLE, José de São Lourenço, Fr. - *Oração do Museu, dita em 15 de Março de 1791 por D. Fr. Manoel do Conaculo, na inauguração do Museu Farense, fundação do grande homem*. Évora: Arquivo Distrital, n.º 75/19.
- VASCONCELOS, José Leite de (1900) - Da Lusitania à Bética. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, V, p. 244.
- VASCONCELOS, José Leite de (1913) - *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1958) - *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional. Rev. 1982.
- VEIGA, S. Ph. M. Estácio da. (1880) - *Memória das antiguidades de Mértola observadas em 1877*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VELHO, Martin (1970) - A Inscrição Árabe de Salir. *Anais do Município de Faro*, 2. Faro.
- VIANA, A. (1950) - Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo - Serpa. *Arquivo de Beja*. Beja, VII.



VIANA, Abel (1960) - Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. Senhora da Cola. *Arquivo de Beja*. Beja. XVII, p. 138-229.

VIANA, Abel; FORMOSINHO, José; FERREIRA, Octávio da Veiga (1953) - De lo Pteromano a lo Arabe en el Museo Regional de Lagos. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. XXVI.

VIANA, Abel (1961) - *Museu Regional de Beja. Catálogo de algumas das principais peças*. Lisboa.

VIANA, Abel (1962) - *Algumas noções elementares de arqueologia prática*. Beja: ed. do Autor.

## **Lista dos Museus portugueses com colecções islâmicas referentes ao período da história comum**

### **MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA / LISBOA**

Cerâmica, numismática, epigrafia, elementos arquitectónicos, artefactos de metal e de osso.

### **MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO / LISBOA**

Elementos arquitectónicos, numismática.

### **MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA / LISBOA**

Cerâmica mudéjar, têxteis.

### **MUSEU NACIONAL DO AZULEJO / LISBOA**

Azulejaria mudéjar.

### **MUSEU DA CIDADE / LISBOA**

Cerâmica, epigrafia, azulejaria mudéjar.

### **MUSEU NUMISMÁTICO PORTUGUÊS - CASA DA MOEDA / LISBOA**

Numismática.

### **NÚCLEO MUSEOLÓGICO DO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS / LISBOA**

Cerâmica.

### **PALÁCIO NACIONAL DE SINTRA / SINTRA**

Cerâmica incluindo azulejaria e talha mudéjares.

### **MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO / COIMBRA**

Elementos arquitectónicos, numismática, azulejaria mudéjar.

### **MUSEU DE ÉVORA / ÉVORA**

Epigrafia, elementos arquitectónicos, azulejaria mudéjar.

### **MUSEU ARQUEOLÓGICO E LAPIDAR INFANTE D. HENRIQUE / FARO**

Epigrafia, azulejaria mudéjar.

### **MUSEU DE ARTE SACRA - SÉ DE BRAGA / BRAGA**

Torçutica.

### **MUSEU D. DIOGO DE SOUSA / BRAGA**

Cerâmica, numismática.

### **MUSEU MUNICIPAL S. JOÃO DE ALPORÃO / SANTARÉM**

Epigrafia, elementos arquitectónicos árabes e mudéjares, azulejaria mudéjar.

### **MUSEU MUNICIPAL PEDRO NUNES / ALCÁCER DO SAL**

Cerâmica, numismática, epigrafia.

### **MUSEU ARQUEOLÓGICO E ETNOLÓGICO A. TOMÁS PIRES / ELVAS**

Epigrafia, numismática.



**MUSEU RAINHA D. LEONOR / BEJA**

Cerâmica, epigrafia, numismática, artefactos de metal, azulejaria mudéjar.

**MUSEU REGIONAL DE LAGOS / LAGOS**

Cerâmica, artefactos de metal.

**MUSEU MUNICIPAL DE SERPA / SERPA**

Cerâmica, artefacto lítico.

**MUSEU MUNICIPAL DE MOURA / MOURA**

Cerâmica, epigrafia, artefactos de osso.

**NÚCLEO ARQUEOLÓGICO DO CERRO DA VILA / VILAMOURA**

Cerâmica.

**MUSEU ISLÂMICO - CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA / MÉRTOLA**

Cerâmica, elementos arquitectónicos, artefactos de vidro, de metal e de osso.

**MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA DE SILVES / SILVES**

Cerâmica árabe e mudéjar, elementos arquitectónicos, torêutica, artefactos de metal, de vidro e de osso.

**MUSEU MUNICIPAL DE PALMELA / PALMELA**

Cerâmica.

**MUSEU MUNICIPAL DE CACÉM / CACÉM**

Cerâmica, epigrafia.

**MUSEU MUNICIPAL DE SESIMBRA / SESIMBRA**

Cerâmica, numismática.

**MUSEU MUNICIPAL DE LOULÉ / LOULÉ**

Cerâmica.

**CASA - MUSEU GUERRA JUNQUEIRO / PORTO**

Cerâmica mudéjar.

**MUSEU DE ETNOGRAFIA E HISTÓRIA / PORTO**

Numismática.

**MUSEU DO CARAMULO / CARAMULO**

Torêutica, têxteis.

**NÚCLEO MUSEOLÓGICO DE ARQUEOLOGIA / VILA NOVA DE GAIA**

Cerâmica mudéjar.





# Glossário

**Abádidas** - Dinastia sediada em Sevilha e que governou o Sudoeste do *Ándalus* entre 413 H./1023 d.C. e 482 H./1090 d.C..

**Abássidas** - Segunda dinastia de califas do Islão. Sucederam aos *Omeias* de Damasco no ano de 132 H./750 d.C. e instalaram a sua capital em Bagdad.

**Acrópole** - Cidadela ou área palatina situada no topo de uma colina.

**Aftássida** - Dinastia sediada em Badajoz, mas que estendeu a sua influência à região de Lisboa. Teve papel de relevo entre 412H./1022 d.C. e 486H./1094 d.C..

**Al-Ándalus** - Península Ibérica.

**Albarrã** - Ver torre albarrã.

**Alcácer** - Local estrategicamente mais defensável de uma cidade fortificada. Sítio com funções eminentemente militares.

**Alcáçova** - Cidadela fortificada. No seu interior ficavam o alcácer e uma zona residencial.

**Alcaide** - Ver *qá'id*.

**Alcaria** - Aldeia; povoado rural.

**Alcorão** - Livro sagrado do Islão.

**Alcova** - Pequeno quarto ou zona de dormir.

**Alfaqui** - Sacerdote e homem de leis muçulmano.

**Alfiz** - Enquadramento decorativo em esquadria, normalmente em relevo, que envolve um arco.

**Alfoz** - Termo. Território sob a jurisdição de um centro urbano ou povoado mais importante.

**Aljama** - Mesquita principal de uma cidade. Templo com capacidade para receber toda a comunidade muçulmana dessa urbe.

**Aljamia** - Língua romance escrita com caracteres árabes.

**Alminar** - O mesmo que minarete. Torre da mesquita de onde era feito o chamamento à oração.

**Almóadas** - Dinastia berbere seguidora dos ensinamentos de Ibn Tumart. Os almóadas reinaram na Península Ibérica entre meados do século VI H./XII d.C. e 668 H./1269 d.C..

**Almocavar** - Cemitério.

**Almorávidas** - Dinastia berbere, oriunda da região saariana, que reinou na Andaluzia a partir de 479 H./1086 d.C..

**Almotacé** - Inspector de pesos e medidas que zelava pelo funcionamento dos mercados.

**Alvazi** - Conselheiro de um príncipe.

**Amil** - Homem culto, especialmente versado nas questões religiosas e jurídicas do Islão.

**Barbacã** - Muro situado em frente a uma muralha, mais baixo que esta e que lhe serve de anteparo.

**Berberes** - Conjunto de populações muito diversas, que falavam línguas vagamente originárias de um tronco comum e que, em tempos antigos, habitaram partes importantes da Península Ibérica e do Norte de África. Hoje ainda, são populações maioritárias em Marrocos e nas zonas montanhosas da Argélia.

**Califa** - Líder de uma comunidade islâmica na linha de sucessão de Maomé. O primeiro califa do *Ándalus* foi *Abd al-Rahmán III* que se intitulou Príncipe dos Crentes em 316 H./929 d.C..

**Califal** - Referente, na Península Ibérica, ao período de governo dos califas de Córdova, o qual se prolongou entre 316 H./929 d.C. e 422 H./1031 d.C..

- Corda seca** - Processo decorativo em cerâmica. Sobre o barro ainda por cozer e a contornar o desenho pretendido, é traçada uma linha escura de manganês que passa a limitar as várias cores dos esmaltes ou vidrados.
- Cora** - v. *kūra*
- Côvado ma' muni** - Medida que equivale, aproximadamente, a 0,60 m..
- Cuba** - ver *qubba*
- Cúfico** - Sistema gráfico próprio da escrita árabe, o qual é formado por um estilo rectangular ou quadrado.
- Dinar** - Moeda de ouro, com cerca de 4,5 gramas.
- Dirham** - Moeda de prata, com cerca de 3 gramas.
- Emir** - Príncipe ou chefe. No *Ándalus* era o título dos primeiros governantes *omeias* e de outros reis de *taifas* posteriores.
- Emirado** - Estado constituído na Península Ibérica pelo *omeia* 'Abd ar-Rahmān em 138 H./756 d.C. como entidade independente do domínio *abássida*.
- Fals** - Moeda de cobre ou bronze, com peso e valor muito variáveis (plural *fulūs*).
- Fatimidas** - Dinastia que se instalou na *Ifriqiya* (actual *Tunísia*) em 296 H./909 d.C. e no *Egipto* em 358 H./969 d.C., tendo reinado até 566 H./1171 d.C..
- Fitna** - À letra, desordem. Termo utilizado para designar uma época de guerra civil; no caso do *Ándalus* corresponde ao período que medeia entre 401 H./1010 d.C. e 403 H./1013 d.C..
- Gharb al-Ándalus** - Zona ocidental da Península Ibérica e que corresponde, em traços gerais, às actuais regiões Centro e Sul de Portugal.
- Hadīth** - Ditos do Profeta, transmitidos por via oral durante o início do *Islão*. Depois foram passados a escrito.
- Hājib** - Alto dignitário que trabalhava perto do emir ou do califa.
- Hammam** - Edifício dos banhos.
- Hamúdidas (Banū Hammūd)** - Dinastia que governou a região de *Málaga* na primeira metade do século XI.
- Hégira** - Saída de Maomé da cidade de *Meca*, no ano 622 d.C.. Este acontecimento marca o início da era islâmica.
- Hisba** - Conjunto de normas que regulava o funcionamento dos mercados.
- Hiṣn** - Castelo (plural *ḥuṣūn*)
- Imām** - Guia espiritual de uma comunidade muçulmana.
- Islâmico** - Referente ao *Islão*. Designação que se aplica, no caso do Ocidente Peninsular, ao período entre 711 e 1250 d.C..
- Islamistas** - Seguidores da fé islâmica.
- Jihād** - Guerra santa.
- Kūra** - Circunscrição territorial (plural *kūwar*), que por vezes correspondia ao território dos antigos *conventus*.
- Maghreb** - Ocidente. Designação normalmente aplicada à região que hoje corresponde à *Tunísia*, à *Argélia* e a *Marrocos*.
- Mahdi** - Figura político-religiosa de contornos messiânicos.
- Marvânidas (Banū Marwān)** - Dinastia que, a partir de *Idanha-a-Velha*, *Mérida* e *Badajoz*.
- Medina** - Nome aplicado às cidades mais importantes.
- Mesquita aljama** - Ver *aljama*.
- Mihrāb** - Nicho existente nas mesquitas e que indica a direcção em que se deve orar. O *mihrab* situa-se na *qibla*, parede da mesquita virada para *Meca*.
- Minarete** - Ver *alminar*.



- Minbar** - Púlpito móvel em madeira, situado à direita do *mīhrāb* nas mesquitas.
- Moçárabes** - Cristãos que viviam no *Ándalus* sob o domínio muçulmano.
- Morabito** - Ver *qubba*.
- Muçulmano** - Designação daquele que segue a religião islâmica.
- Mudéjares** - Muçulmanos que viviam na Península Ibérica sob governo cristão.
- Muezzim** - Personagem que, na religião muçulmana, faz o chamamento à oração.
- Muladis** - Ver *muwalladūn*.
- Muridines** - Noviços. Designam-se como *muridines* os participantes num movimento de renovação mística que se estendeu a quase todo o *Gharb al-Ándalus* em meados do século XII d.C..
- Muwalladūn** - Tomam essa designação os convertidos ao islamismo. No *Gharb al-Ándalus* os *muwalladūn* (velhas famílias autóctones que se tornaram muçulmanas) desempenharam papel de particular relevo económico e político.
- Nisha** - Apelido, que muitas vezes identifica a origem geográfica do seu detentor.
- Omeias** - Dinastia árabe que governou Damasco entre 39 H./660 d.C. e 132 H./750 d.C.. A seguir à sua queda, um dos sobreviventes, *ʿAbd al-Rahmān*, estabeleceu-se no *Ándalus*, dando início a um emirado independente.
- Omiada** - Referente aos Omeias.
- Qāʿid** - Comandante militar.
- Qādī** - Funcionário responsável pela administração da justiça.
- Qalʿa** - Pequeno povoado fortificado.
- Qibla** - Ver *mīhrāb*.
- Qubba** - Pequeno edifício de planta quadrada e com cobertura semi-esférica.
- Quirate** - Moeda equivalente a meio dirham.
- Rábita** - Ver *ribāt*.
- Ribāt** - Oratório, por vezes ligado a zona mortuária. O mesmo que *ribat* (plural *rawabit*).
- Şahn** - Pátio da mesquita.
- Sassânida** - Dinastia iraniana que reinou entre 224 e 651 d.C.. O seu império estendia-se da Mesopotâmia à Índia.
- Sikkah** - Casa da Moeda.
- Soldo** - Moeda em prata. Esta designação abrange uma série de moedas, nem sempre semelhantes entre si, usadas em toda a Península Ibérica.
- Sufi** - Místico muçulmano.
- Sūq** - Mercado.
- Sura** - Capítulo do Alcorão.
- Thaghr** - Fronteira; território fronteiriço ou região militar (plural *thugūr*).
- Taifas** - Governos locais surgidos após a fragmentação do califado.
- Torre albarrā** - Torre exterior ao pano da muralha, ao qual estava ligada por um passadizo.
- Ulemas** - Plural de *ʿamīl*.
- Verde e manganés** - Técnica decorativa cerâmica de vidragem em que as únicas cores são o óxido de cobre verde e o quase preto manganés. Toda a composição é recoberta no final por uma camada transparente de chumbo.
- Wāli** - Governador de uma *kūra*. Funcionário nomeado pelo emir ou pelo califa e que era o responsável pelos assuntos administrativos.
- Ziríadas** - Dinastia sediada em Granada. Governaram entre 403 H./1013 d.C. e 483 H./1090 d.C..





# Bibliografia do Catálogo de Peças

ACMA (1991) - *Aux Confins du Moyen-Age: art portugais XII-XV siècles*. Gand: Fondation Européenne internationale, 1991. Catalogue.

AHLENSTIEL-ENGEL, E. (1932) - *Arte árabe*. Barcelona; Buenos Aires.

ALMEIDA, C. A. F. de (1978) - *Arquitectura românica de Entre-Douro-e-Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 1. Tese de doutoramento policopiada.

ALMEIDA, C. A. F. de (1986) - Arte islâmica em Portugal. In *História da arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, vol. 2: Arte da Alta Idade Média.

ALMEIDA, F. de (1962) - Arte visigótica em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, N. S., IV, p. 6 - 278.

ALMEIDA, F. de (1966-67) - Mais pedras visigóticas de Lisboa e do grupo lusitânico. *Arquivo de Beja*. Beja, XXIII-XXIV, p. 229-230.

AMADOR DE LOS RIOS, R. (1874) - Tradução de uma inscrição árabe. *Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, 1.

AMADOR DE LOS RIOS, R. (1876) - Fragmento de lapida sepulcral descubierto en Mertola. *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*. Madrid, 8, p. 332-335 e 349-352. Trad. Bol. Assoc. Arqueol. Port. Lisboa, 2 (1987).

AMADOR DE LOS RIOS, R. (1878) - Lápidas árabigas del Museo Provincial de Cordova. *Museo Español de Antigüedades*. Madrid, 9.

AMADOR DE LOS RIOS, R. (1883) - *Museo Arqueológico Nacional. Memoria acerca de algunas inscripciones árabigas de España y Portugal*. Madrid.

AMARO, C. (1995) - *Núcleo arqueológico da Rua dos Correios: Catálogo*. Lisboa: Fundação do Banco Comercial Português.

O AZULEJO do século XVI ao século XX. 1997. Desdobrável.

AZULEJOS: Catálogo (1991). Europaia, Bruxelas.

BARATA, A. F. (1903) - *Catálogo do Museu Archeológico da Cidade de Évora. Anexo de sua bibliotheca*. Lisboa: Imprensa Nacional.

BARBOSA, I. V. (1864) - Fragmento de um roteiro de Lisboa (inédito). Arrabalde de Lisboa. *Arquivo Pittoresco*. Lisboa, 7.

BARREIROS, M. (1954) - *Catálogo e guia do tesouro da Sé Primaz de Braga*. Porto: Ed. Marques Abreu.

BARROCA, M. J. (1992) - *Cofre*. In *Nos confins da Idade Média*. Porto, 1992. Lisboa: Instituto Português de Museus. Catálogo.

BARROS, M. F. L. de (1983) - Inscricção funerária árabe. In *XIII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura. Madre de Deus*. Lisboa, 1983. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Catálogo.

BARROS, M. F. L. de (1993) - *A comuna muçulmana de Lisboa nos séculos XIV e XV*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado policopiada. 2 v.

BASTOS, C. (1954) - *Arte ornamental dos tecidos*. Porto.

BELLINO, A. (1900) - *Acheologia christã*. Lisboa: Empresa da História de Portugal.

BERTI, Graziella; MANNONI, Tiziano (1997) - Céramiques de l'Andalousie décorées en "verde y manganese" parmi les "bacini" de Pise de la fin du Xe siècle. In *VI Colloque International sur la Céramique Médiévale en Méditerranée*, Aix-en-Provence, 1995. Aix-en-Provence: Association International pour l'Étude de la Céramique Médiévale en Méditerranée.

BOONE, J. L. (1992) - The first two seasons of excavations at Alcaria Longa: a Caliphal-Taifal period rural settlement in the lower Alentejo of Portugal. *Arqueologia Medieval*. Porto, 1, p. 51-64.

BOONE, J. L. (1993) - The third season of excavations at Alcaria Longa. *Arqueologia Medieval*. Porto, 2, p. 111-125.

BORGES, A. G. M. (1985) - Duas inscrições árabes inéditas no Museu de Évora. *A Cidade de Évora*. Évora, 67-68, p. 21-32. Publicado em 1987.

BORGES, A. G. M. (1989) - As inscrições lapidares árabes do Museu de Beja. *Arqueologia*. Porto, 20, p. 98-109.

BORGES, A. G. M. (1991) - Panorâmica da epigrafia árabe em Portugal. In *O Legado Cultural de Judeus e Mouros*. Lisboa: Instituto Oriental. p. 91-102. (Estudos Orientais; 2).

BORGES, A. G. M. (1993) - Inscrições árabes de Noudar. *Arqueologia Medieval*. Porto, 2, p. 215-217.

BORGES, A. G. M.; MACIAS, S. (1992) - Almocavar de Moura. Localização e Epigrafia. *Arqueologia Medieval*. Porto, 1.

BOTTO, Con. (1899) - *Glossário crítico dos principais monumentos do Museu Archeologico Infante D. Henrique*. Faro.

BRANDÃO, Z. (1882) - Vestígios árabes em Santarém. *O Occidente*. Lisboa. 5º ano, V (131) 21 de Agosto.

BRANDÃO, Z. (1883) - *Monumentos e lendas de Santarém*. Lisboa.

BRANDÃO, Z. (1904) - Santarém. In *A arte e a natureza em Portugal*. Porto: Emilio Biel. vol. III, caderno 41.

C. L. (1913) - Aquisições do Museu Etnológico Português. *O Archeólogo Português*. Lisboa. XVIII, p. 131-165.

CABALLERO ZOREDA, R. (1992a) - Sobre Santa Comba de Bande (Ourense) y las placas de Saarnasas (Lugo). In *Galicia no Tempo*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia. p. 75-115.

CABALLERO ZOREDA, R. (1992b) - Visigodo o Asturiano? Nuevos hallazgos en Mérida y otros datos para un nuevo "marco de referencia" de la arquitectura y la escultura altomedieval en el norte y oeste de la Península Ibérica. In *XXXIX Corso de Cultura Sull'Arte Ravennate e Bizantina*. Ravenna. p. 139-190.

CABALLERO ZOREDA, R.; ARCE, F. (1995) - El último influjo clásico en la Lusitania extremeña. Pervivencia visigoda en irruvación musulmana. In *Los últimos romanos en Lusitania*. Mérida: Museu Nacional de Arte Romana. p. 185-212.



- CARVALHAES, José (1911) - Aquisições do Museu Etnológico Português: Appendice a O Arqueólogo Português, Outubro de 1908, vol. XV, p.233. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. XVI.
- CASAMAR, M. y ZOZAYA, J. (1991) - Apuntes sobre La Yuba Funeraria de la Colegiata de Oña (Burgos). *Boletín de Arqueología Medieval*. Madrid. 5, p. 39-60.
- CATARINO, H. (1988) - *Para o estudo da ocupação islâmica no Algarve Oriental*. Coimbra. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Provas de capacidade científica, policopiado.
- CATARINO, H. (1996) - *Cerâmicas islâmicas do castelo de Salir*. Loulé. Museu Municipal de Arqueologia.
- CATARINO, H. (1997) - *Castelos muçulmanos do Algarve. Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arqueológico e Arquitectónico. p. 449-458.
- CATARINO, H. (no prelo) - *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povosamento rural e recintos fortificados*. Faculdade de Letras: Universidade de Coimbra. 3 vols. Tese de doutoramento policopiada.
- CATARINO, H.; ARRUDA, A. M.; GONÇALVES, V. (1981) - Vale do Botu: Esvações de 1981 no complexo árabe/medieval. *Clío*. Lisboa. 3, p. 9-27.
- CIC (1913) - Catálogo do Instituto de Coimbra. Nova edição. Coimbra, 1913.
- CIERAOPH (1882) - Catálogo Ilustrado da Exposição Retrospectiva da Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882.
- CMAIC (1877) - *Catálogo do Museu de Arqueologia do Instituto de Coimbra*. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1877.
- CODERA, F. (1901) - Inscripción arabe del Museo de Evora. *Boletín de la Academia de Historia*. 39.
- CORDEIRO, M. I. G. (1962) - *A arte do ferro em Portugal*. Tese final do curso de Conservadores. Museu Nacional de Arte Antiga. Cópia mimeografada.
- CORREIA, V. (1928) - Arte visigótica. In *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, vol. 1, p. 363-388.
- COSTA, A. J. (1985) - *A biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*. Braga.
- CUSTÓDIO, J., coord. (1994) - *S. João de Alporão, na história, arte e museologia*. Santarém: Câmara Municipal.
- CUSTÓDIO, Jorge (1997a) - *Santarém: cidade do Murus*. Exposição. Santarém: Câmara Municipal.
- CUSTÓDIO, Jorge (1997b) - *S. Frei Gil de Santarém e a sua época*. Santarém: Câmara Municipal.
- DIAS, M. A. (no prelo) - Sobre o epítáfio de Julião, Bispo (Cacela, 987 d.C.). *Arqueologia Medieval*. Porto. 6.
- DIAS, P. (1992) - A tapeçaria em Portugal na época dos Descobrimentos. In *No tempo das feitorias. A arte portuguesa na época dos descobrimentos*. Lisboa, 1992. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, p. 168-170.
- DOMINGUES, J. G. (1956) - Novos aspectos de Silves árabe. Documentos e comentários. *Gil Vicente*. Guimarães. S. 2.

- DORNELLAS, A. de (1913) - A heráldica no Museu do Carmo. In *História e Genealogia*. Lisboa: Livraria Fern. vol. 1, p. 155-200.
- El - *Encyclopaedia of Islam—Encyclopédie de l'Islam*. New ed.—nouv. éd. Leiden; Paris, 1956 ss.
- EVOLUZIONE della Maiolica in Portogallo da XV all'XX secolo: Catálogo. Siena, 1979.
- FERNANDES, I. C. F.; CARVALHO, A. R. (1993) - *Arqueologia em Palmela -1988/92*. Palmela, Catálogo.
- FERNANDES, I. C. F.; CARVALHO, A. R. (1997) - Cerâmicas muçulmanas do castelo de Palmela. In *VII Colloque International sur la Céramique Médiévale en Méditerranée*, Aix-en-Provence, 1995. Aix-en-Provence: Association International pour l'Étude de la Céramique Médiévale en Méditerranée.
- FERNANDES, Isabel Cristina F. (no prelo) - Tigela islâmica com decoração antropomórfica, proveniente do castelo de Palmela. *Arqueologia Medieval*, Porto, 6.
- FERNANDEZ PUERTAS, A. (1973) - Dos lapidas hispanomusulmanes: la del Castillo de Trujillo y una guardada en el Museo de Evora. *Miscelánea de Estudios Arabes y Hebraicos*. Granada, 22, p. 145-152.
- FERREIRA, A. M. P. (1983) - *A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV (1385-1481)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- FONTAINE, J. (1973) - L'Art préroman hispanique. Sainte-Marie de la Perre-qui-Vire: Zodiaque.
- GOMES, R. V. (1988) - Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves. *Xeb*. Silves, 1, 35-36.
- GOMES, R. V. (1993) - Fragmento de placa insculturada do castelo de Silves. *Arqueologia Medieval*. Porto, 2, p. 79-83.
- GOMES, R. V. (1995) - Cerâmicas muçulmanas, de Silves, dos Séculos VIII e IX. In *Primeiras Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal, p. 21-34.
- GOMES, R. V.; GÓMES, M. V. (1997) - Placas apotropaicas do castelo de Silves. In *Homenagem ao Professor António Augusto Tavares*. Lisboa: Instituto Oriental, p. 141-151. (Estudos Orientais; 6).
- GÓMEZ, S. (1994a) - Variantes técnicas y formales de la cerámica "verde y morado" de Mértola (Portugal). In *IV Congreso de Arqueología Medieval Española*, Alicante, 1993. Alicante: Asociación Española de Arqueología Medieval, vol. III.
- GÓMEZ, S. (1994b) - La cerámica de verde y morado de Mértola. *Arqueologia Medieval*. Porto, 3, p. 113-132.
- GÓMEZ, S. (1997a) - La cerámica decorada islámica de Mértola (Portugal). In *VII Colloque International sur la Céramique Médiévale en Méditerranée*, Aix-en-Provence, 1995. Aix-en-Provence: Association International pour l'Étude de la Céramique Médiévale en Méditerranée, p. 311-325.
- GÓMEZ, S. (1997b) - A loiça dourada de Mértola. *Arqueologia Medieval*. Porto, 5, p. 137-162.
- GÓMEZ-MORENO, M. (1951) - Arte árabe español hasta los almohades. *Ars Hispaniae*. Madrid, 3.
- GRAF, G. (1986) - *Portugal Roman*. Edition du Zodiaque, vol. 2.
- GRUBE, E. J. (1976) - *Islamic Pottery of the Eight to the Eighteenth Century in the Keir Collection*. London: Faber and Faber. 378 p.



*HISTÓRIA de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, 1928, vol. I.

IBRÁHIM, T. (1987) – Evidencia de precintos y amuletos en Al-Andalus. In *Arqueología Medieval Española: II Congreso*, Madrid, vol. II, p. 706-710.

JÚDICE, P. P. M. (1929) – *Cartas datadas de 3 de Maio e de 17 de Maio*. Museu Nacional de Arqueologia, Legado epistolar Leite de Vasconcelos.

KEMNITZ, Eva-Maria von (1997) – O Património islâmico de Silves no acervo do Museu Nacional de Arqueologia. In *Actas III Jornadas de Silves*. Faro: Tipografia União, p. 53-67.

KEMNITZ, Eva Maria von (no prelo) – Os Candis da coleção do MNA. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa, S. 4, 11/13.

KEMNITZ, Eva Maria von (no prelo) – Património árabe-islâmico proveniente do Algarve no acervo do Museu Nacional de Arqueologia. In *Actas III Jornadas de História de Tavira, 1997*.

KHAWLI, A. (1993) – Introdução ao estudo das vasilhas de armazenamento da Mértola islâmica. *Arqueologia Medieval*. Porto, 2, p. 63-78.

L. S. – *Lisboa Subterrânea*. Lisboa, 1994. Lisboa: Lisboa 94; Electa, 1994. Catálogo.

*LA PAZ y la guerra en la época del tratado de Tordesilhas*, Madrid, 1994. Milão: Electa, 1994. Catálogo.

LABARTA, A.; BARCELÓ, C. (1987a) – Dos inscripciones árabes halladas en Alcácer do Sal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, VIII, p. 239-243.

LABARTA, A.; BARCELÓ, C. (1987b) – Inscripciones Árabes Portuguesas: situación actual. *Al-Qantara*. Madrid, 8, p. 395-420.

LABARTA, A.; BARCELÓ, C. (1987c) – Lapidar árabes en el Museo de Santiago de Cacém (Portugal). *Al-Qantara*. Madrid, 8, p. 481-484.

LACERDA, A. de (1942) – *História da arte em Portugal*. Portco: Portucalense Editora, 1.º vol.

LEITE, A. C. (1994) – Ficha da peça n.º 303. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa, 1994. Lisboa: Lisboa 94; Milão: Electa. Catálogo.

LÉVI-PROVENÇAL, E. (1931) – *Inscriptions Arabes d'Espagne*. Leyde: Paris.

LÉVI-PROVENÇAL, E. (1939) – *Repertoire chronologique d'épigraphie arabe*, t. X.

LÉVI-PROVENÇAL, E. (1949) – L'inscription almohade de Silves. In *Mélanges George Le Gentil*. Paris, p. 257-262.

LOPES, D. (1895) – Causas arábico-portuguesas. *O Archeólogo Português*. Lisboa, I, p. 273-279.

LOPES, D. (1896) – Causas arábico-portuguesas. *O Archeólogo Português*. Lisboa, II, p. 204-210.

LOPES, D. (1896) – Causas arábico-portuguesas. In *O Archeólogo Português*. Lisboa, II, p. 204-210.

LOPES, D. (1928) – O domínio árabe. In PERES, Damião, dir. - *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora.

MACHADO, J. L. Saavedra. (1964) – Subsídios para a História do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, S. 2, V.

- MACHADO, J. L. Saavedra(1965) - *Subsídios para a história do Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional.
- MACIAS, S. (1994) - A arqueta pintada de época islâmica do Museu de Moura. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, 1993. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. vol. 2, p. 295-298.
- MACIAS, S. (1996) - *Mértola islâmica. Estudo histórico-arqueológico do bairro da Alcáçova*. Mértola: Campo Arqueológico.
- MAICN (1911) - *Museu de Antiquidades do Instituto de Coimbra. Notas*. Coimbra.
- MAIOLICHE portoghese*, Florença, 1978/79. Catálogo.
- MARINHO, J. R. (1970) - Moedas de cobre de época muçulmana encontradas em Beja. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3, IV, p. 277-292.
- MARINHO, J. R. (no prelo) - Um achado de dirhames do Emirado do Andalus em Castro Marim. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.4, 11/13 (1993-95).
- MATOS, J. L. (1983) - Malgas árabes do Cerro da Vila. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 1, p. 375-390.
- MATOS, J. L. (1986) - Cerâmica Musulmana do Sud do Portugal. In *Actas do II Colóquio de Cerâmica Medieval do Mediterrâneo Ocidental*, Toledo, 1984. Madrid. p. 149-154.
- MATOS, J. L. (1987) - Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila. In *Actas do IV Congresso Internacional: A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Lisboa. p. 429 - 456.
- MATOS, J. L. (1991) - Influências orientais na cerâmica muçulmana do Sul de Portugal. In *O Legado Cultural de Judeus e Mouros*. Lisboa: Instituto Oriental. p. 75-83. (Estudos Orientais; 2).
- MATOSO, J., coord. (1992) - *Portugal: a formação do País*. Lisboa: Comissariado de Portugal para a Exposição Universal de Sevilha.
- MEMÓRIAS Árabo-Islâmicas em Portugal, Lisboa, 1997. Lisboa: C. N. D. P.
- MNA - *Inventário das Cruzes de Metal do Museu Nacional de Arte Antiga, séc. XII-XVI* (no prelo). Lisboa: Instituto Português de Museus.
- MNMC (1941) - *Museu Nacional Machado de Castro. Secções de Arte e Arqueologia. Catálogo-guia*. Coimbra: Coimbra Editora.
- MOITA, I. (1967) - Uma lápide funerária proveniente dum almocavar de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa. 28 (114-115), p. 81-86.
- MONTEIRO, M. (1980) - L'art Pré-Roman au Portugal. In *Dispersos*. Braga: ASPA. p. 400-417.
- MOTA, M. (1997) - A Arte. Raízes da memória. In *Memórias árabo-islâmicas em Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- NCIM (1992) - *Nos Confins da Idade Média. Arte portuguesa dos séculos XII - XV*. Porto, Lisboa: Instituto Português de Museus. Catálogo.
- NYKL, A. R. (1940) - Algunas inscripciones árabes de Portugal. *Al-Andalus*. Madrid, 5, p. 399-411.
- NYKL, A.R. (1941) - Inscrições árabes existentes no Museu Arqueológico do Carmo. *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, 5, 11-12.



- NYKL, A. R. (1942) - As inscrições árabes no Museu Etnológico do Dr. José Leite de Vasconcelos. *Ethnos*. Lisboa. 2, p. 23-31.
- NYKL, A. R. (1946) - Arabic Inscriptions in Portugal. *Ars Islamica*. 11-12, p. 167-183.
- OCAÑA, M. (1947) - [Resenha a *Ars Islamica*, de Nykl]. *Al-Andalus*. Madrid. XII, p. 236-237.
- OCAÑA, M. (1964) - *Repertorio de inscripciones árabes de Almería*. Madrid; Granada.
- OCAÑA, M. (1983) - La epigrafía hispano-árabe durante el periodo de taifas y almorávidas. In *Actas del IV Coloquio Hispano-Tuarego*, Palma de Mallorca, 1979. Madrid.
- PALOL, P. (1968) - *Arte hispánico de la época visigoda*. Barcelona: Ediciones Polígrafa.
- PARTEARROYO LACABA, C. (1982) - Telas, Alombras, Tapices. In *Historia de las artes aplicadas e industriales en España*. Madrid: Manuales de Arte Cátedra. p. 349-388.
- PAVÓN MALDONADO, B. (1981) - *El Arte Hispanomusulmán en su decoración floral*. Madrid: Instituto Hispano-árabe de Cultura.
- PEREIRA, F. A. (1909) - Uma inscrição arábica. *O Archeologo Português*. Lisboa. 14, p. 55-56.
- PEREIRA, M. L. E. V. Silva (1978) - *Iº Centenário da Carta Archeologica do Algarve, 1878-1978: Boteiro*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Texto policopiado.
- PEREIRA, M. L. E. V. Silva (1981) - O Museu archeologico do Algarve (1880-1881). In *Subsídios para o estudo de museologia em Portugal no séc. XIX*. Separata Anais do Município de Faro. Faro.
- PÉREZ ÁLVAREZ, M. A. (1992) - *Fuentes Árabes de Extremadura*. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- PESSANHA (1923) - Os primeiros tecidos portugueses. *Revista Contemporânea*. Lisboa. 3(7) Jan.
- PITC: Programa de Incremento do Turismo Cultural (1997) - Terras da Moura Encantada. Arte Islâmica em Portugal itinerário/exposição. Lisboa: Direcção Geral de Turismo
- RAMON MÉLIDA, J. (1883) - Memoria acerca de algunas inscripciones arábicas de España y Portugal. *Boletín de la Institucion de Libre Ensenanza*. 7, p. 366-367.
- REAL, M. L. (1982-83) - *Perspectiva sobre a flora romântica da "Escola Lisbonense"*. Separata de Sintra. Sintra. I-II, p. 542-543, 556.
- REAL, M. L. (1995) - Inovação e resistência. Dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular. In *IV Reunió d' Arqueologia Cristiana Hispánica*, Lisboa, 1992. Barcelona. p. 17-68.
- RICE, D. T. (1965) - *Islamic Art*. London: Thames and Hudson.
- ROSAS, L. M. C. (1992) - Pano de Parede. In *Nos Confins da Idade Média*, Porto, Museu Nacional Soares dos Reis. Lisboa; IPM.
- SÁ, Bernardo de (1906) - Relatório de uma escavação archeologica ao Alentejo e Algarve. *O Archeologo Português*. Lisboa. XI.
- SAAVEDRA, E. (1889) - Inscripcion arábica de Evora. *Revista Archeologica e Historica*. 3, p. 54-55.

- SALVADO, S. S.; FERREIRA, S. V. (1984) - Alguns elementos pré-românicos reutilizados nos paramentos da Sé de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa. S. II, 7(1), p. 3-26.
- SCHLUNK, H. (1970) - Beiträge zur Kunstgeschichtlichen Stellung Toledos im 7. Jahrhundert. *Madriden Mitteilungen*. Madrid, 11, p. 161-186.
- SCHLUNK, H.; HAUSCHILD, T. (1978) - *Die Denkmäler der frühchristlichen und westgotischen Zeit*. Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern.
- SEQUEIRA, G. M. (1949) - *Inventário artístico do distrito de Santarém*. Lisboa.
- SIDARUS, A. (1985) - A nova fundação de Évora do princípio do século X. In *Congresso sobre o Alentejo*. Évora. I, p. 191-197.
- SIDARUS, A. (1993) - Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos muladi e herbere no Ocidente andaluz. *A Cidade de Évora*. Évora, 71-76, p. 7-37.
- SILVA, J. C. V. da (1997) - A morada privilegiada - o Paço. In *O fascínio do fim*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 21-43.
- SILVA, L. (1992) - O cadinho de ourives de prata do sítio nº 5 de Mértola: proposta de análise. *Arqueologia Medieval*. Porto, 1, p. 35-37.
- SIMÕES, A. F. (1869) - *Relatório acerca da renovação do Museu Cenáculo*. Évora.
- SIMÕES, A. F. (1870) - *Relíquias da architectura romano-byzantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra*. Lisboa: Typographia Portuguesa.
- SOARES, A.M.M. (1993) - Um molde islâmico encontrado em Plas (Serpa). *Arqueologia Medieval*. Porto, 2, p. 219-220.
- SOUSA, J., Fr. (1793) - Memória de quatro inscrições arábicas com suas traduções. *Memórias de Litteratura Portuguesa*. Lisboa, V, p. 363-376.
- SOUSTIEL, J. (1985) - *La céramique islamique*. Paris: Éd. Vilo, 427p., 394 figs.
- TORRES, C. (1986a) - Um lote cerâmico da Mértola islâmica. In *Actas del I Congreso de Arqueología Medieval Española*. Zaragoza: Diputación General de Aragón, vol. IV, p. 193-228.
- TORRES, C. (1986b) - Uma proposta de interpretação funcional para os conhecidos "cabos de faca" em osso já com longa história na arqueologia ibérica. In *Actas del I Congreso de Arqueología Española*. Huesca, 1985. Zaragoza: Diputación General de Aragón, vol. I, p. 331-341.
- TORRES, C. (1987) - *Cerâmica islâmica portuguesa*. Mértola: Campo Arqueológico. Catálogo.
- TORRES, C. (1988) - *Mértola Almoravides et Almohades*. Marrocos: Ministère des Affaires Culturelles du Royaume du Maroc; Mértola: Câmara Municipal. Catalogue.
- TORRES, C. (1993) - O Garb Al-Andalus. In MATOSO, José, dir. - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. I: Antes de Portugal, p. 363-415.
- TORRES, C.; MACIAS, S. (1995) - Arte islâmica no Ocidente Andaluz. In PEREIRA, Paulo, dir. - *História da arte portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- TORRES, C.; GÓMEZ, S. (1995) - Le vert et brun au Portugal. In *Le Vert et le Brun*. Marselha, p. 98-102. Catalogue de la exposition.



- TORRES, C. [et al.] (1991) - Cerâmica islâmica de Mértola. Propostas de cronologia e funcionalidade. In *IV Congresso Internacional de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Lisboa, 1987. Mértola: Campo Arqueológico, p. 497-536.
- TORRES, C. [et al.] (1996) - Técnicas e utensílios de conservação dos alimentos na Mértola islâmica. *Arqueologia Medieval*. Porto, 3, p. 203-218.
- VALDEZ, J. J. A (1895) - Monumentos archeológicos de Chellas. In *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Lisboa, 5, 3, 8(3-4), p. 55-59.
- VASCONCELOS, J. L. de (1895) - Excursão archeologica a Alcacer-do-Sal. *O Archeologo Português*. Lisboa, I, p. 86.
- VASCONCELOS, J. L. de (1903) - Candeias arabes do Algarve. In *O Archeologo Português*. Lisboa, VII.
- VASCONCELOS, J. L. de (1905) - Notice Sommaire sur le Musée Ethnologique Portugais. *O Archeologo Português*. Lisboa, X.
- VASCONCELOS, J. L. de (1914-15) - *Arte religiosa de Portugal*. Porto: Ermilio Biel, 2 vols.
- VASCONCELOS, J. L. de (1915) - *História do Museu Ethnológico Português (1893-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. L. de (1920) - Candeia Árabe de Cacela. In *O Archeologo Português*. Lisboa, XXIV.
- VASCONCELOS, J. L. de (1982) - *Etnografia Portuguesa: Tentativa de sistematização*. GUERREIRO, M. V., org. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. IV.
- VEIGA, S. F. E. da (1880) - *Memória das antiguidades de Mértola observadas em 1877*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VELHO, M. (1970) - A inscrição árabe de Salix. *Anais do Município de Faro*. Faro, 2, 63-64.
- VELHO, M. (1974) - Outra lápide funerária mussulmana. *Anais do Município de Faro*. Faro, 4, p. 215-216.
- VIANA, A. (1945) - Museu Regional de Beja: Secção lapidar. *Arquivo de Beja*. Beja, 2, p. 240.
- VIANA, A. (1950) - Notas históricas e arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja, 7, 22-23.
- VIANA, A. (1955) - Notas de corografia arqueológica. In *Brotéria*. Lisboa, LX.
- VIANA, A. (1961-1962) - Algumas noções elementares de arqueologia. *Arquivo de Beja*. Beja, 18-19, p. 153.
- VIEGAS, C.; ARRUDA, A. M. (no prelo) - Cerâmicas muçulmanas da alcáçova de Santarém. *Arqueologia Medieval. Actas do Encontro «Lisboa: Encruzilhada de Mouros, Cristãos e Judeus»*. Lisboa, 1997.
- WAVES of influence: cinco séculos do azulejo português, Lisboa, 1994/96. Lisboa: Metropolitano, 1995. Catálogo.

1914





